



VI JORNADA  
DE  
INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA



**unisepe**  
EDUCACIONAL

**A PESQUISA NA PROMOÇÃO DO  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

# **ANAIS DA VI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO**

Trabalhos apresentados na Jornada de Iniciação Científica da Faculdade São Lourenço, na 6ª edição do evento, realizado anualmente na Instituição.

378  
S518a

VI Jornada Científica da Faculdade de São Lourenço  
Anais da VI Jornada Científica da Faculdade de São Lourenço /  
Coordenação de Rafaela Ferreira França. - - Amparo : Faculdade de São  
Lourenço, 2019.

Anual.

Disponível em: < <http://portal.unisepe.com.br/saolourenco/anais-unifia/>>.

1. Educação Superior. 2. Anais – Faculdade de São Lourenço. 3.  
Educação Superior - Anais. I. França, Rafaela Ferreira, coord. II.Título.

Catálogo na fonte

Bibliotecária responsável: Fernanda Pereira de Castro - CRB-6/2175

## APRESENTAÇÃO

A Faculdade de São Lourenço, através de seu Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica, promove anualmente a Jornada de Iniciação Científica. Este evento tem como objetivo apresentar estudos desenvolvidos por acadêmicos de diversas áreas, promovendo a integração e destacando a pesquisa científica como um dos elementos fundamentais para o futuro e atualização profissional.

O tema escolhido para a sexta edição do evento foi “A pesquisa na promoção do desenvolvimento sustentável”. Tal escolha teve como justificativa a necessidade de despertar a consciência para a importância da pesquisa como ferramenta para a criação de novas tecnologias e métodos, transformando a sociedade atual em que vivemos.

O objetivo da Faculdade de São Lourenço é despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais, consoante a uma nova mentalidade na produção dos saberes e do papel das instituições de ensino no desenvolvimento da sociedade.



**“A pesquisa na promoção do desenvolvimento sustentável”**

# EXPEDIENTE

## MANTENEDORA

### Diretor Presidente

Guilherme Bernardes Filho

## FACULDADE DE SÃO LOURENÇO

### Direção

Vanessa Tavares Vale

### Coordenação Administrativa

Helisângela Fernandes de Menezes

### Coordenação

Cristiany Reis Costa F. Pinto

Sérgio Ribeiro Barbosa

Isabela Bacelar

Juliano Lopes Venâncio

Larissa Bustamante

Nei Domiciano da Silva

Roberto Silva de Souza

Renato Augusto de Alcantara Philippini

Vera Lúcia de M. R. de Souza

### Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica

Rafaela Ferreira França

### Tecnologia da Informação

Juliano Lopes Venâncio

### Planejamento e Organização

Rafaela Ferreira França

### Coordenação de Avaliação

Andreza Figueirola Martins Dionello

Rejane da Silva Marques Pires

### Comitê de Credenciamento

Nilza Aparecida Rodrigues

Silvia Cristina Neri Moreira

Esther Carvalho Chiaretto

### Equipe de Apoio e Atendimento

Gabriel Rodrigues

Geisiane Cassia Da Silva

Laura Crystina Da Silva Almeida

Leonardo Douglas Henrique

Natalia Carvalho Batista

Victor Dias Teodoro

Gabriela Eduarda Do Vale Santos

Maria Eduarda De Oliveira

### Apoio Editorial

Fernanda Pereira de Castro

## TRABALHOS PREMIADOS

| Área                                  | Título do Trabalho   | Acadêmicos  | Orientadores   |
|---------------------------------------|--|---|--|
| Administração                         | Lava rápido sustentável  | Luís Otávio Bartolomei, Maria Luísa Martins, Erivelto Amâncio, Caique Soares, José Renato Neves, Luan Patriati e Mathias Siniscarchio                           | Nei Domiciano  |
| Administração                         | Impactos positivos e negativos do uso do smartphone na vida acadêmica  | Leandro Ribeiro Campos<br>José Renato de Toledo Neves<br>Karoline Braga Xavier  | Nei Domiciano e Luiz Guilherme Rodriguez Antunes       |
| Análise e Desenvolvimento de sistemas | O uso de reconhecimento facial para segurança em redes sociais   | Aloísio Ferreira Rocha Júnior<br>Diego Fonseca Noronha<br>João Pedro Silva Furtado  | Maria Carolina Silva Castro Oliveira                   |
| Análise e Desenvolvimento de sistemas | Avaliação do comportamento de usuários na rede social facebook   | Vinicius Carvalho<br>Rafael Gonçalves<br>Carlos Eduardo   | Maria Carolina Silva Castro Oliveira                   |
| Biomedicina                           | Distúrbios oculares causados pelo diabetes no município de Minduri/mg  | Amanda Guimarães da Silva   | Isabela Bacelar de Assis e Liliane Marinho Otoni Costa |
| Biomedicina                           | Bases neurofisiológicas da acupuntura no tratamento de analgesia   | Felipe Pereira De Carvalho<br>Larissa Ferreira Silva<br>Patrick Rodrigues Gonçalves   | Bruno Tavares Vale e Fernanda Ribeiro Marins           |
| Ciências contábeis                    | Modelo de negócio: quitanda "sabor e saúde"  | Aline Maciel, Caroline Lemes, Heloísa Cândido, Igor Santos, Janaina Silva, Michele Barbosa, Thays Martins   | Ticiane Lopes e Nei Domiciano                          |
| Ciências contábeis                    | Apontamentos iniciais das principais propostas para a reforma tributária brasileira                          | Gilberto Alan Pereira de Freitas  | Lívio Agnew Bacci e Felipe Idalgino Dayrell            |
| Direito                               | Garantia dos direitos sociais à população em situação de rua: um estudo de caso do município de Baependi/mg  | Carolina Amanda da Silva  | Geraldo Luiz Vianna                                    |
| Direito                               | Vinte anos do documentário notícias de uma guerra particular: uma análise sob a ótica das ciências criminais | Alina Sydney Berquó Guimarães, Bianca Stefany Andrade e Silva, Guilherme Fernandes de Silva, Mariana Aparecida da Silva Netto e Rafael Cosenza Pereira da Silva | Renato Augusto de Alcântara Philipini                  |

|                      |   |   |  |
|----------------------|---|---|--|
| Educação Física      | Benefícios da utilização do teacrine como recurso ergogênico no ciclismo: um estudo clínico randomizado | Andreli Angelina da Costa Ribeiro   | Sérgio Ribeiro Barbosa e Henrique Novaes Mansur                                    |
| Educação Física      | Revisão sistemática dos efeitos da prática de exercício físico na reversão da fragilidade em idosos.    | José Lucas De Souza Silva   | Sérgio Ribeiro Barbosa e Henrique Novaes Mansur                                    |
| Enfermagem           | O impacto do diagnóstico de câncer de laringe em uma família  | Roberta de Aguiar Pinto<br>Inaê Nogueira do Nascimento  | Cristiany Reis Costa<br>Ferreira Pinto e<br>Andreza Figueirola<br>Martins Dionello |
| Enfermagem           | Extrato de Psidium guajava e de Eugenia uniflora na cicatrização de lesões do pé diabético.             | Gustavo Dos Santos Carraro  | Rafaela Ferreira<br>França, Therezia<br>Domingos Teles e<br>Cristiany Reis         |
| Estética e Cosmética | Benefícios da auriculoterapia na ansiedade  | Arielly Goulart<br>Daniela Santos<br>Paula Souza<br>Valéria Santos  | Liliane Pereira Pinto e<br>Isabela Bacelar de<br>Assis                             |
| Estética e Cosmética | Massagem relaxante na melhora da síndrome de fibromialgia   | Gabriely Felix Poddis   | Liliane Pereira Pinto  |
| Nutrição             | Nutriart: o lúdico auxiliando no desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis                       | Fabiana Alves Gabriel   | Larissa Perroni<br>Bustamante Pinto  |
| Nutrição             | Insatisfação da imagem corporal em escolares de 14 a 17 anos do município de Itanhandu - mg             | Caroline Corrêa Alves   | Bruna Lucas<br>Briskiewicz e Andreza<br>Figueirola Martins<br>Dionello             |
| Pedagogia            | A parceria entre a família e a escola: o sucesso da educação  | Poliana Pereira De Oliveira   | Beatriz Rezende<br>Rocha   |
| Pedagogia            | Gêneros textuais na alfabetização   | Rafaela Aparecida Coli Silvério<br>Luiz Henrique da Silva   | Rejane da Silva<br>Marques Pires   |
| Psicologia           | Saúde mental dos graduandos de cursos da área da saúde  | Leonardo Henrique de Oliveira Teixeira,<br>Patrícia Helena Lino Santos, Rafael Lopes<br>Barbosa e Frederico Carreiro Amim | Gabriela Correia<br>Lubambo Ferreira   |
| Psicologia           | Uma intervenção para os problemas psíquicos: por que fazer psicoterapia ainda é um tabu?                | Cristyane Laryssa Amaral Dore, Dalila<br>Diniz Teodoro e Shayenne Virginia<br>Uchoas Ribeiro                              | Roberto Silva de<br>Souza e Gabriela<br>Correia Lubambo<br>Ferreira                |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>ADMINISTRAÇÃO</b> .....   | <b>19</b> |
| MODELO DE NEGÓCIO - GOMES SUPERMERCADO LOJA VERDE .....  | 20        |
| MUNDO PET: UMA MELHOR FORMA DE ATENDER SEU ANIMAL DE ESTIMAÇÃO.....  | 21        |
| GESTÃO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NO TURISMO: REVISÃO DE ESCOPO.....  | 22        |
| IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO USO DO SMARTPHONE NA VIDA ACADÊMICA  | 27        |
| LAVA-RÁPIDO SUSTENTÁVEL: O COMBATE À ESCASSEZ DE ÁGUA .....  | 34        |
| MODELO DE NEGÓCIO: BARBEARIA IMPÉRIO .....   | 36        |
| <b>ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS</b> .....   | <b>38</b> |
| AVALIAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE USUÁRIOS NA REDE SOCIAL FACEBOOK .....   | 39        |
| O USO DE RECONHECIMENTO FACIAL PARA SEGURANÇA EM REDES SOCIAIS .....   | 44        |
| WIDGET PARA INSTAGRAM.....   | 49        |
| INTELIGENCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS REDES SOCIAIS.....   | 53        |
| <b>BIOMEDICINA</b> .....   | <b>58</b> |
| RESISTÊNCIA BACTERIANA RELACIONADA AO USO INDISCRIMINADO .....   | 59        |
| DISTÚRBIOS OCULARES EM RELAÇÃO AO DIABETES NO MUNICÍPIO DE MINDURI/MG ..   | 62        |
| ALTERAÇÕES TECIDUAIS GÁSTRICAS OCASIONADAS POR MEDICAMENTOS INIBIDORES DA BOMBA DE PRÓTONS .....                                       | 69        |
| APLICAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA EM ALUNOS DE CURSOS SUPERIOR DA ÁREA DESAÚDE ..... | 72        |
| LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO ENTRE ALUNOS DE CURSOS SUPERIORES SOBRE OS SISTEMAS ABO/RH.....   | 77        |
| CORRELAÇÃO ENTRE SONO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DO CURSO NOTURNO DE BIOMEDICINA DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO .....             | 80        |
| AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE ESTRESSE EM ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO NOTURNA ...   | 84        |
| BASES NEUROFISIOLÓGICAS DA ACUPUNTURA NO TRATAMENTO DE ANALGESIA .....   | 87        |
| ASPECTOS E TRATAMENTO DA DOENÇA DE CROHN .....   | 90        |
| RASTREAMENTO, DIAGNÓSTICO E CONTROLE DA DIABETES <i>MELLITUS</i> GESTACIONAL: IMPORTÂNCIA DAS ANÁLISES CLÍNICAS.....                   | 92        |



|   |            |
|---|------------|
| OS EFEITOS DAS INCORREÇÕES PRÉ-ANALÍTICAS E ANALÍTICAS PARA O EXAME DE PAPANICOLAU .....  | 96         |
| DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO. ....  | 100        |
| DISTÚRBIOS HORMONAIS DA TIREOIDE .....  | 103        |
| ESTUDO DAS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES CITOLOGICAS NA MUCOSA ORAL APÓS USO DE TABACO .....   | 105        |
| AURICULOTERAPIA COMO TRATAMENTO COADJUVANTE NA CESSAÇÃO DO TABAGISMO .....  | 108        |
| ANEMIA MEGALOBLÁSTICA: REVISÃO DE LITERATURA DA FISIOPATOLOGIA E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL .....                                     | 112        |
| TÉCNICAS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA .....   | 115        |
| PERFIL DOS POSSÍVEIS DOADORES DE SANGUE DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO .....                              | 118        |
| PAPEL DO ÁCIDO FÓLICO NA REDUÇÃO DOS DEFEITOS NO FECHAMENTO DO TUBO NEURAL .....  | 122        |
| O ENVOLVIMENTO DO SISTEMA RENINA-ANGIOTENSINA NAS DISFUNÇÕES CARDIOVASCULARES E SEUS RECURSOS FARMACOLÓGICOS.....                   | 126        |
| INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE SEROTONINA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. ....   | 130        |
| <b>CIÊNCIAS CONTÁBEIS.....</b>  | <b>132</b> |
| APONTAMENTOS INICIAIS DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA.....  | 133        |
| MODELO DE NEGÓCIO: ESSENCIAL RESTAURANTE .....  | 137        |
| MODELO DE NEGÓCIO: QUITANDA “SABOR E SAÚDE” .....   | 139        |
| <b>DIREITO .....</b>  | <b>141</b> |
| TEX WILLER: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA .....   | 142        |
| A INTRODUÇÃO DO “INFORMANTE DO BEM” NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PREVISTO NO PROJETO DE LEI ANTICRIME Nº 882 de 2019 .....    | 144        |
| A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME OBRIGATÓRIO DA SEPARAÇÃO DE BENS ÀS PESSOAS MAIORES DE 70 ANOS .....                           | 146        |
| ANÁLISE DO TIPO DE IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR INSERIDO PELA LEI N. 13.718/18 SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE..... | 148        |

|   |     |
|---|-----|
| NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO NA REFORMA TRABALHISTA: DA EXTENSÃO E DOS LIMITES NO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO.....   | 150 |
| ABANDONO AFETIVO E RESPONSABILIDADE CIVIL: POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO PARENTAL .....  | 153 |
| O DESCUMPRIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA PELO ESTADO NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AÇÕES PROPOSTAS NA DEFENSORIA PÚBLICA DE BAEPENDI/MG..... | 155 |
| A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL ATRAVÉS DO PLURALISMO SINDICAL NO BRASIL. ....  | 157 |
| APLICABILIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO AOS PRESOS POR TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO: O CASO DA OPERAÇÃO “ERVA DANINHA” .....                     | 159 |
| RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DAS FILIAÇÕES SOCIOAFETIVAS: ANÁLISE DAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DIREITO CIVIL.....   | 161 |
| TERCEIRIZAÇÃO E O DIREITO DO TRABALHO.....  | 163 |
| EXAME DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE LEGÍTIMA DEFESA CONSTANTE NO PACOTE ANTICRIME DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA .....  | 166 |
| IGUALDADE DE GÊNERO SOB A ÓTICA DO FILME MULAN.....   | 168 |
| GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE BAEPENDI/MG.....  | 170 |
| RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA DESCUMPRIMENTO DE SÚMULA VINCULANTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A NECESSIDADE DE SE ESGOTAR AS VIAS ADMINISTRATIVAS. ....                 | 173 |
| DIREITO A VIDA E A FERTILIZAÇÃO IN VITRO.....   | 176 |
| A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO - MG .....                              | 178 |
| A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA NO TRT DA 3ª REGIÃO DE MINAS GERAIS .....  | 180 |
| ESTUPRADORA QUE ENGRAVIDA COM O ATO CRIMINOSO: AS CONSEQUÊNCIAS DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL, TENDO A MULHER COMO SUJEITO ATIVO DO CRIME DE ESTUPRO.....      | 182 |
| TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA: POSSÍVEIS EXCEÇÕES.....   | 185 |
| DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA.....  | 187 |
| A (IN)EXIGIBILIDADE DE SERVIDÃO DE ÁGUA NASCENTE POR TERCEIROS. ....  | 189 |

|   |     |
|---|-----|
| <i>POINT BREAK: A FIGURA DO AGENTE INFILTRADO NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA</i> .....  | 190 |
| NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL PREVISTA NO ARTIGO 190 DO NOVO CÓDIGO DE PROECSSO CIVIL..... | 193 |
| INÉPCIA JURÍDICA E BIOLÓGICA DO ATIVISMO JUDICIAL PRÓ-ABORTO (COM DESTAQUE PARA O <i>HABEAS CORPUS 124.406 DO STF</i> ) .....                                     | 196 |
| ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 432 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS AO TRÂNSITO.....                                 | 204 |
| OS MEIOS ATÍPICOS PARA GARANTIR A EXECUÇÃO, COM FINCAS NO ARTIGO 139, INCISO IV, DO CPC/2015. ....  | 206 |
| TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS A DE ESCRAVO E A NOVA REFORMA TRABALHISTA .....  | 210 |
| PAIS ÓRFÃOS DE FILHOS VIVOS: A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO DOS PAIS IDOSOS.....  | 213 |
| OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEUS PRESSUPOSTOS LEGAIS.....   | 215 |
| POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR.....   | 217 |
| DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELO DANO AMBIENTAL.....  | 219 |
| INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: aspectos constitucionais.....  | 221 |
| VINTE ANOS DO DOCUMENTÁRIO NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS. ....  | 223 |
| TUTELA DE URGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E SUA APLICABILIDADE NO JUIZADO ESPECIAL CIVIL ESTADUAL.....   | 225 |
| DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL ....   | 228 |
| MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO DIREITO DE FAMÍLIA .....  | 232 |
| O RECONHECIMENTO DA DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL BRASILEIRO .....  | 234 |
| A INADIMPLECIA DO ESTADO FRENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS ADVOGADOS DATIVOS E AS CONSEQUENCIAS NA CORMARCA DE CRUZILIA.....                                 | 238 |
| A REGULAMENTAÇÃO DOS HONORARIOS SUCUBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E SEUS ASPECTOS CONTROVERSOS. ....  | 240 |
| TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.....  | 242 |

|  |     |
|--|-----|
| (IN) EXISTÊNCIA DO ESTUPRO MARITAL E COMO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS TRATA O ASSUNTO.....   | 244 |
| A IGUALDADE DE GÊNERO NOS CONTOS DE FADAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO FILME VALENTE .....   | 253 |
| A (DES) HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: RELEITURA DA CONJUNTURA E DE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICO-SOCIAIS .....                                   | 255 |
| AS CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO PENAL E DA PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DOS PRINCÍPIOS DA DURAÇÃO RAZOAVEL DO PROCESSO E DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA PARA O RÉU..... | 258 |
| ESTADO E SUA ORIGEM: DESÍGNIOS QUE LEVARAM SUA FORMAÇÃO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE MODERNA .....   | 261 |
| ARBITRARIEDADES DO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE OS MÉTODOS DA OPERAÇÃO LAVA-JATO .....  | 263 |
| ANÁLISE, SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA, DOS DADOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS REATRATADA NO ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019 .....                              | 268 |
| ASSÉDIO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO. ....  | 270 |
| ANÁLISE DOS LIMITES LEGAIS DO CADASTRO GENÉTICO COMO MEDIDA DE APRIMORAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL .....  | 273 |
| ONU: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES SOB O PRISMA DE KANT.....  | 276 |
| A NOVEL LEGISLAÇÃO PARA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER COM ÊNFASE EM MEDIDAS PROTETIVAS.....  | 278 |
| A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO .....  | 281 |
| A (IN) APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA COCUPABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO .....   | 284 |
| O JULGAMENTO DE JOÃO GRILO DE “O AUTO DA COMPADECIDA” NA ÓTICA DO DIREITO .....  | 286 |
| NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DEVIDO AO CERCEAMENTO DE DEFESA .....  | 289 |
| LIMITES DA TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA.....  | 291 |
| REGULAMENTAÇÃO DA GUARDA E VISITAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO .....   | 294 |
| A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE .....  | 296 |
| INSTITUTO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES .....   | 298 |

|   |            |
|---|------------|
| ANÁLISE DO PROJETO DE LEI DE Nº 352/017 (LEI DO ABATE), QUE VISA ALTERAR O ARTIGO 25 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 – CÓDIGO PENAL.....                    | 300        |
| A DESPROTEÇÃO DO EMPREGADO NO “LIMBO JURÍDICO” FRENTE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....   | 303        |
| O CONCEITO CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA: O TERMO ULTRAPASSADO .....  | 305        |
| A AUTOCOMPOSIÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO.....   | 307        |
| MAUS TRATOS AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NA CIDADE DE CARVALHOS-MG.....   | 309        |
| O IMPOSTO DE RENDA À LUZ DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA.....   | 311        |
| DO INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO DO TRABALHO .....   | 313        |
| <b>EDUCAÇÃO FÍSICA .....</b>  | <b>316</b> |
| COMPARAÇÃO DA QUALIDADE DO PÉ E TORNOZELO E SEU DESEMPENHO FUNCIONAL EM INDIVÍDUOS COM E SEM ENTORSE DE TORNOZELO .....                             | 317        |
| CONHECIMENTO DE ALUNOS E PROFESSOR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SERRANOS-MG.....   | 319        |
| O USO DA REALIDADE VIRTUAL ASSOCIADO AO TREINAMENTO DE MARCHA EM SUPORTE DE PESO CORPORAL PARA PESSOAS COM LESÃO MEDULAR – UM RELATO DE CASO.....   | 321        |
| BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO TEACRINE COMO RECURSO ERGOGÊNICO NO CICLISMO: UM ESTUDO CLÍNICO RANDOMIZADO .....                                       | 324        |
| INFLUÊNCIA DA INSTABILIDADE POSTURAL E DO MEDO DE SOFRER QUEDAS NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON .....                     | 327        |
| IMPACTO FUNCIONAL GERADO EM PACIENTE PORTADOR DE AME ASSOCIADO AO TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO E MEDICAMENTOSO: RELATO DE CASO .....                 | 330        |
| ANÁLISE TERMOGRÁFICA E ALGÔMETRICA DAS MÃOS DE ESTUDANTES QUE UTILIZAM TELEFONE MÓVEL .....   | 332        |
| RELAÇÃO ENTRE DOR OU DESFONFORTO DE CERVICAL E ALTERAÇÕES POSTURAIIS EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL USUÁRIOS DE DISPOSITIVOS PORTÁTEIS MÓVEIS..... | 335        |
| IDOSOS QUE PRATICAM CAMINHADA APRESENTAM MELHORES INDICADORES DE SAÚDE QUE IDOSOS SEDENTÁRIOS .....   | 337        |
| OS BENEFÍCIOS DA DANÇA PARA PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL .....  | 339        |

|  |            |
|--|------------|
| PREVALÊNCIA DE LESÃO DOS ATLETAS DO CROSSFIT BASEADO NO FMS .....  | 342        |
| DIFERENÇAS NA APTIDÃO FÍSICA ENTRE IDOSOS PRATICANTES DE DANÇA E TREINAMENTO MULTICOMPONENTE.....                                    | 344        |
| PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA .....  | 346        |
| RELAÇÃO ENTRE OS PADRÕES DE MOVIMENTOS DOS PRATICANTES DE CROSSFIT PELO FMS E A INCIDÊNCIA DE DOR .....                              | 351        |
| FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA OU NA TROCA DO TIME DE FUTEBOL .....  | 353        |
| CONHECIMENTO DE ALUNOS E PROFESSOR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM UMA ESCOLA DE SÃO LOURENÇO-MG .....                      | 356        |
| REVISÃO SISTEMÁTICA DOS EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA REVERSÃO DA FRAGILIDADE EM IDOSOS.....                             | 358        |
| EFEITO AGUDO DO ALONGAMENTO ESTÁTICO NA POTÊNCIA E VELOCIDADE EM PRATICANTES DE TAEKWONDO .....                                      | 361        |
| INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DURANTE A VIDA ADULTA.....  | 364        |
| ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE DO TESTE DE CAMINHADA DE DOIS MINUTOS EM IDOSOS.....  | 367        |
| FAMILIARIDADE COM O ATLETISMO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REGIÃO DE SÃO LOURENÇO .....                                   | 369        |
| PLIOMETRIA APLICADA AO GANHO DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS DE BASQUETE .....                                   | 372        |
| INCIDÊNCIA E REAL INTENÇÃO DO INÍCIO OU CONTINUAÇÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM UMA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CRUZÍLIA-MG ..... | 375        |
| BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO EM DOR EM PACIENTES IDOSOS COM DOR CRÔNICA MUSCULOESQUELÉTICA.....  | 378        |
| ALGORITMO PARA TRIAGEM DE ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR .....  | 380        |
| LESÕES NA PRÁTICA DAS ARTES MARCIAIS.....  | 381        |
| <b>ENFERMAGEM .....</b>  | <b>384</b> |
| CUIDADO DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO HUMANIZADO.....   | 385        |
| A REEMERGÊNCIA DO SARAMPO: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO IMPACTO DA QUEDA NA IMUNIZAÇÃO .....   | 390        |

|   |     |
|---|-----|
| PSICOFARMACOTERAPIA DE ANTIDEPRESSIVOS ISRS E SEU USO IRRACIONAL NOS DIAS ATUAIS.....   | 394 |
| HORMONIOTERAPIA NO CANCÊR DE MAMA .....   | 398 |
| INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM NOS ASPECTOS PREVENTIVOS E ASSINTENCIAIS AO TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA NO ADULTO ..... | 400 |
| A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PRÉ-NATAL ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO .....   | 404 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO A SAÚDE DO HOMEM .....  | 408 |
| QUANDO VOCÊ É QUEM CUIDA, QUEM CUIDA DE VOCÊ? .....   | 409 |
| ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DA VACINA TRÍPLICE VIRAL NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019.....                     | 414 |
| EXTRATO DE PSIDIUM GUAJAVA E DE EUGENIA UNIFLORA NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES DO PÉ DIABÉTICO.....   | 419 |
| AUMENTO DOS METODOS CONTRACEPTIVOS EM CONSEQUENCIA O AUMENTO DAS ISTS.....  | 426 |
| O PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO PALIATIVO: HUMANIZAÇÃO NA MORTE .....  | 429 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO .....  | 435 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ASSOCIADA A QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA .....  | 439 |
| O USO DO CANABIDIOL COMO TRATAMENTO PARA O ALZHEIMER!.....  | 443 |
| ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS COM COMPORTAMENTO SUICÍDA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....  | 447 |
| A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO ADULTA E PEDIÁTRICA.....   | 451 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE HIPERTENSO NA PREVENÇÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA .....   | 458 |
| BIOÉTICA E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.....  | 461 |
| O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E NA PROMOÇÃO DO PARTO HUMANIZADO .....  | 465 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DOR TORÁCICA.....   | 469 |
| ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1 .....   | 473 |

|  |            |
|--|------------|
| A DEPRESSÃO: UM PROBLEMA DE SAUDE PUBLICA .....  | 476        |
| <b>ESTÉTICA E COSMÉTICA .....</b>  | <b>480</b> |
| AROMATERAPIA E OS BENEFÍCIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAS DE MELALEUCA E ROSA MOSQUETA NA ESTÉTICA .....                                      | 481        |
| COSMÉTICA NATURAL TERAPÊUTICA – ALOE VERA.....   | 482        |
| BENEFÍCIOS DA AURICULOTERAPIA NA ANSIEDADE .....   | 485        |
| TERAPIAS ALTERNATIVAS PARA A SAÚDE E BEM ESTAR: REVISÃO DE LITERATURA ..   | 486        |
| RUGAS: INDICADORES DA AÇÃO DOS MÚSCULOS FACIAIS – REVISÃO DE LITERATURA .....  | 491        |
| MASSAGEM RELAXANTE NA MELHORA DA SÍNDROME DE FIBROMIALGIA.....   | 495        |
| VENTOSATERAPIA E SEUS EFEITOS TERAPÊUTICOS NA ESTÉTICA.....  | 496        |
| A RELAÇÃO ENTRE A POSTURA E FIBRO EDEMA GELÓIDE.....   | 497        |
| O CRESCIMENTO DA VAIDADE MASCULINA E A PROCURA POR ARTIFÍCIOS EMBELEZADORES: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....                              | 500        |
| A ESTÉTICA ENVOLVIDA NO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO PRECOCE E NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PELE .....  | 504        |
| FITOTERAPIA CHINESA PARA REDUÇÃO DE LIPODISTROFIA.....   | 505        |
| SISTEMA LINFÁTICO EM MULHERES MASTECTOMIZADAS.....   | 506        |
| <b>NUTRIÇÃO.....</b>   | <b>511</b> |
| ALEITAMENTO PARA O PREMATURO .....   | 512        |
| TERAPIA NUTRICIONAL NAS DOENÇAS INFLAMATORIAS INTESTINAIS.....   | 515        |
| OBESIDADE INFANTIL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS.....  | 518        |
| INCIDÊNCIA DA CAQUEXIA E DESNUTRIÇÃO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO NUTRICIONAL .....                           | 523        |
| ANÁLISE SENSORIAL DE SOBREMESA VEGANA PINKFRUIT .....  | 526        |
| ADEQUAÇÃO DE TEMPERATURA E GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA CIDADE DE SÃO LOURENÇO – MG ..... | 530        |
| INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL EM ESCOLARES DE 14 A 17 ANOS DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU - MG .....                                    | 534        |
| TERAPIA NUTRICIONAL NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CANCER DE MAMA .....  | 539        |



|   |            |
|---|------------|
| NUTRIART: O LÚDICO AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS .....                                   | 543        |
| CÚRCUMA (Curcuma Longa L.) NA POTENCIAL PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER .....  | 546        |
| USO DE PROBIÓTICOS NA RECUPERAÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL.....   | 550        |
| PREVALÊNCIA DOS COMPONENTES DA SÍNDROME METABÓLICA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS - MG..... | 554        |
| INTERFERÊNCIA DOS CONCEITOS DA GASTRONOMIA NA ACEITABILIDADE DAS DIETAS HOSPITALARES. ....                                | 558        |
| CUIDADO HUMANIZADO: UMA ABORDAGEM AOS NUTRICIONISTAS ATUANTES NOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS .....                   | 562        |
| ESTADO NUTRICIONAL DOS IDOSOS SEGUNDO AS PESQUISAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....   | 566        |
| AUTO CUIDADO NO DIABETES .....  | 570        |
| ALEITAMENTO MATERNO EM CRIANÇAS DE ZERO A SEIS MESES NO MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO-MG.....                                   | 574        |
| BIOÉTICA E ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS .....  | 581        |
| HÁBITOS ALIMENTARES ENTRE ESTUDANTES DA FACULDADE SÃO LOURENÇO .....  | 586        |
| <b>PEDAGOGIA.....</b>   | <b>589</b> |
| TRABALHANDO O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA.....   | 590        |
| A CONTRIBUIÇÃO DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....  | 593        |
| A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: COMO O BRINCAR AUXILIA O APRENDIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....     | 596        |
| A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR.....  | 599        |
| A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA DISFEMIA NA INFÂNCIA.....  | 602        |
| A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL .....  | 604        |
| A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO .....   | 606        |
| ALUNOS SEM DIAGNÓSTICO: qual é o nosso posicionamento enquanto educadores? .....  | 608        |
| GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS .....  | 611        |
| INCENTIVAR A LITERATURA INFANTIL NAS ESCOLAS PARA TER UM MAIOR NÚMERO DE PÚBLICO LEITOR NO FUTURO. ....                   | 614        |

|   |            |
|---|------------|
| COMO A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO PODE TORNAR O ALUNO MAIS CRÍTICO. ....                                | 617        |
| COMO AJUDAR AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE ..... | 620        |
| DISLEXIA E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....                                   | 623        |
| O ESPECTRO DO AUTISMO.....  | 626        |
| CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E .....                                      | 629        |
| O DESAFIO DE RECEBER UM ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR .....   | 633        |
| O IMPACTO DOS RECURSOS DIGITAIS NAS RELAÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS .....                                | 635        |
| PORQUÊ E COMO ENSINAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?.....    | 643        |
| REFLEXOS DA ERA DIGITAL NO ENSINO DA LITERATURA .....   | 648        |
| DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA.....  | 651        |
| A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....             | 654        |
| INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO SENSORIAL MONTESSORIANA: CONVERGÊNCIAS OU DIVERGÊNCIAS? .....     | 658        |
| COMO AS TECNOLOGIAS DIGITAIS FACILITAM A APRENDIZAGEM? .....  | 662        |
| COMO A MUSICA AFETA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.....   | 666        |
| A PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA: o sucesso da educação .....                                  | 668        |
| GÊNEROS TEXTUAIS NA ALFABETIZAÇÃO .....   | 675        |
| MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....  | 678        |
| EDUCAR É MOSTRAR A VIDA A QUEM AINDA NÃO VIU : UMA ABORDAGEM DE RUBEM ALVES .....                   | 682        |
| AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR: adaptação curricular .....  | 684        |
| <b>PSICOLOGIA .....</b>   | <b>687</b> |
| UMA INTERVENÇÃO PARA OS PROBLEMAS PSÍQUICOS: POR QUE FAZER PSICOTERAPIA AINDA É UM TABU? .....      | 688        |
| O IMPACTO DAS RODAS DE CONVERSA NA VISÃO DOS ALUNOS SOBRE SUICÍDIO E TRANSTORNOS MENTAIS.....       | 691        |
| VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA NOVA PERSPECTIVA.....   | 695        |
| SAÚDE MENTAL DOS GRADUANDOS DE CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE.....   | 699        |

# ADMINISTRAÇÃO

## **MODELO DE NEGÓCIO - GOMES SUPERMERCADO LOJA VERDE**

Paula, Aline; Diniz, Genivaldo; Xavier, Karoline; Faria, Laura; Luz, Thaís.  
Lopes, Ticiania; Silva, Nei.

### **Introdução**

A questão ambiental hoje é um desafio para as empresas que desejam se manter em alta no mercado dentro dos padrões da sustentabilidade. É necessário que as organizações adotem um modelo sustentável visando o crescimento e desenvolvimento organizacional preservando os recursos ambientais e mostrando a responsabilidade e ações sustentáveis.

O objetivo do presente trabalho foi mostrar um modelo de negócio de uma empresa sólida que visa o seu crescimento operacional e financeiro, se mantendo competitiva no mercado, adotando medidas e ações sustentáveis.

### **Metodologia**

O trabalho tem seu desenvolvimento em São Lourenço, na empresa Gomes Supermercado: Loja Verde. Para obter as informações necessárias foram realizadas pesquisas em sites, redes sociais, além de contato com funcionários da própria empresa e a utilização da ferramenta “Canvas”.

### **Resultados**

Além do conhecimento adquirido pelo grupo, o foco do trabalho é tornar conhecido um modelo de negócio de uma empresa de São Lourenço Gomes Supermercado: Loja Verde, que adota estratégias sustentáveis inovadoras sendo então possível inspirar demais empresas a aplicar ações sustentáveis em seus negócios.

### **Conclusão**

Podemos concluir através do exemplo da empresa “Gomes Supermercados: Loja Verde” que é possível conciliar o objetivo de crescimento, inspiração, oferta de produtos de qualidade com a preservação dos recursos naturais e impulsionar em seus clientes a importância da conscientização ambiental.

### **Referências**

OSTERWALDER, A; PIGNEUR, Y. Business Model - Inovação em Modelo de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários: 1 Ed. Alta Books, 2011.

<[https://linktr.ee/gomes\\_supermercados](https://linktr.ee/gomes_supermercados)>. Acesso em: 30 de set. de 2019

<<https://www.sebraepr.com.br/como-estruturar-seu-modelo-de-negocio/>>. Acesso em: 30 de set. de 2019

## **MUNDO PET: UMA MELHOR FORMA DE ATENDER SEU ANIMAL DE ESTIMAÇÃO.**

Moraes, Mendes, Pereira, Campos, Pereira, Pereira; Elias, Ricardo, Larissa, Leandro, Leonardo, Maria Clara; Lopes, Ticiania;

### **Introdução**

O trabalho tem como objetivo a criação de um pet shop que visa atender da melhor forma os animais de estimação, tendo em vista o bem-estar do animal e também maior comodidade para o seu dono, como praticidade e agilidade no atendimento.

### **Materiais e métodos**

O projeto piloto visa atender a cidade de Baependi e as demais regiões próximas. Partindo da criação de um espaço para atender as necessidades principais do ramo como banho e tosa, venda de acessórios, produtos de higiene e remédios animal. O projeto inicia-se com um estabelecimento físico para a venda e realização dos procedimentos. O comércio também contará com o aplicativo onde será possível o próprio consumidor marcar seus horários, realizar compras e pagamentos, além de contar com um assistente virtual para ter um maior controle da vida do pet, como calendário de vacina, desenvolvimento de tamanho e peso, além de um guia de procedimentos práticos que o consumidor realizar com seu animal caso apresente algum comportamento diferente do comum.

### **Resultados e discussão**

O projeto pretende atender todo tipo de pessoa, inclusive as que não possuem horários flexíveis para o cuidado com o animal, esperando reduzir o número de deslocamento até o pet shop somente para marcar consultas e realizar compras, deixando apenas para levar e retirar os animais e em caso de banho e tosa, entre outras atividades que necessitam um lugar específico para serem realizadas.

### **Considerações finais**

O trabalho foi desenvolvido através do modelo CANVAS, todas as informações apresentadas foram por ideias e sugestões da equipe que o desenvolveu através de experiências com o mercado. O modelo visa otimizar os negócios já existentes, melhorando a experiência do usuário visto a grande demanda do mercado e tênue crescimento.

## GESTÃO E EMPREENDEDORISMO FEMININO NO TURISMO: REVISÃO DE ESCOPO

Silva, Janaína Leandro <sup>1</sup> Nunes, Maria Luísa Martins Duarte, Faria, Laura Maria Francia Ayres de, Antunes, Luiz Guilherme Rodrigues, Silva, Nei Domiciano da

### Introdução

A discussão sobre o papel da mulher tem obtido ênfase nas últimas décadas, e tem se fundamentado, principalmente, na luta para alterar o estereótipo atribuído “dona de casa” para a mulher profissional, especialmente em relação aos cargos ditos masculinos (BANISKI et al, 2016; BARBOSA et al., 2011).

A inserção da mulher no mercado de trabalho deixou de ser apenas complementação financeira, para ser o exercício vocacional, pautado na formação profissional e a realização pessoal (PENÁLLOZA; DIÓGENES; SOUSA, 2008). No entanto, ainda existe uma lacuna referente à ocupação de mulheres, sobretudo nos cargos de liderança (OWEN, 2013). Da mesma forma, ao se considerar sua atuação como empreendedoras, observa-se que esse campo ainda se apresenta masculinamente dominado (SÁNCHEZ-ESCOBEDO et al., 2014; DILEO; PEREIRO, 2018; WU; LI; ZHANG, 2019); ainda que as mulheres consigam criar negócios na mesma proporção que os homens, mesmo em contextos de extremas dificuldades (GEM, 2017).

Dessa forma, além de compreender o empreendedorismo feminino, se faz salutar também entender o estilo de gestão da mulher, principalmente quando se considera que essas, em suas atividades empresariais, continuam a ser prejudicadas por barreiras e restrições socialmente impostas (WU; LI; ZHANG, 2019). Nesse contexto, portanto, emerge a seguinte questão de pesquisa: como a literatura internacional sobre empreendedorismo e gestão feminina no turismo está organizada? Assim, o objetivo principal desse artigo é mapear quantitativamente os estudos sobre empreendedorismo e gestão feminina no turismo.

### Materiais e métodos

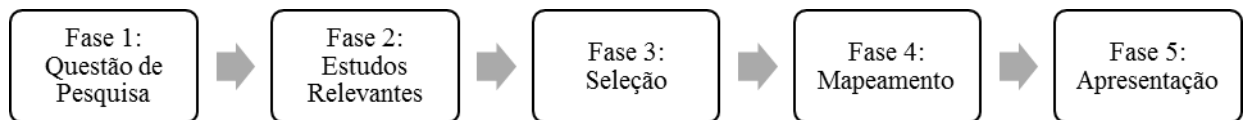
Com o propósito de mapear quantitativamente os estudos sobre empreendedorismo e gestão feminina no turismo, decidiu-se por desenvolver uma revisão de escopo, que é um tipo específico de revisão sistemática. A revisão de escopo tem por finalidade mapear rapidamente os principais conceitos que sustentam determinada área de pesquisa e suas principais fontes e tipos de evidências disponíveis (MAYS; ROBERTS; POPAY, 2001).

---

<sup>1</sup> jana-ls@hotmail.com, Faculdade São Lourenço.

Desse modo, seguiu-se o quadro metodológico proposto por Arksey e O'Malley (2005), contemplando cinco fases, apresentados na Figura 1 e descritos a seguir:

**Figura 1.** Quadro Metodológico



**Fonte:** Adaptado de Arksey e O'Malley (2005).

*Fase 1. Identificação da Questão de Pesquisa:* Inicia-se com a identificação da questão de pesquisa a ser investigada: como a literatura internacional sobre empreendedorismo e gestão feminina no turismo está organizada?

*Fase 2. Identificação dos Estudos Relevantes:* A coleta dos estudos será realizada nas bases de dados da *Web of Science* e *Scopus*, uma vez que tais bases são as maiores e mais estudadas no campo da administração. Além disso, utilizou-se as palavras chaves de “*Female Management*”, “*Female Entrepreneurship*” e “*Tourism*” conforme caractere de truncagem (\*) para ampliar a busca por termos similares.

Assim, no que se refere às buscas, o critério de inclusão utilizado foram os artigos publicados que continham as palavras-chave no campo títulos, resumos e palavras-chave dos manuscritos. Além disso, os artigos foram ser publicados durante o período de janeiro de 1945 até dezembro de 2018; no idioma inglês e português.

*Fase 3. Seleção de Artigos:* A estratégia de busca de conteúdo pode apanhar uma grande quantidade de estudos irrelevantes. Assim, faz-se necessário abordar mecanismos para ajudar a eliminar os estudos que não abordam a questão central de pesquisa (ARKEY; O'MALLEY, 2005). Como estratégia de seleção dos artigos, aplicou-se os critérios de exclusão de: (i) disponibilidade dos artigos; (ii) duplicidade; (iii) leitura dos resumos, buscando verificar a adequação dos artigos ao presente estudo; e (iv) leitura na íntegra, quando o artigo apresentou alguma dúvida sobre sua adequação a pesquisa. Todos esses critérios de exclusão visaram a adequação dos artigos ao problema de pesquisa.

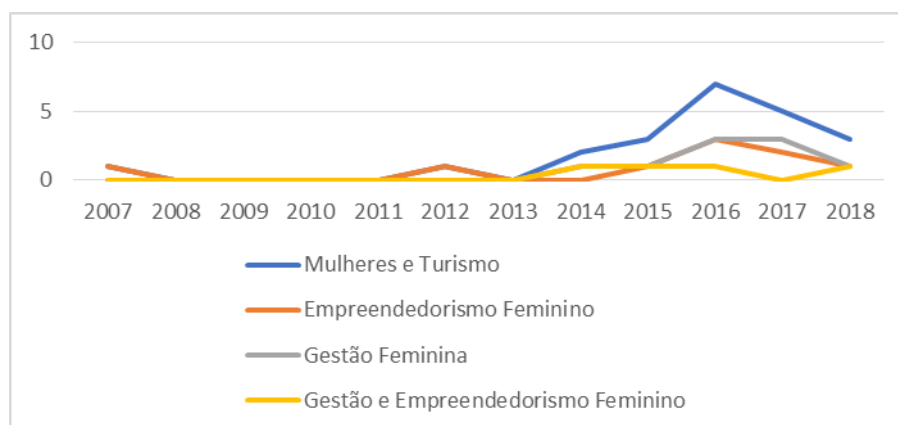
*Fase 4. Mapeamento dos Dados:* Corresponde à sintetização e interpretação dos dados qualitativos (ARKEY; O'MALLEY, 2005). Para a realização dessa etapa, foi desenvolvida uma matriz de síntese, no qual foram levantadas informações como: data de publicação do artigo, nome dos autores, título, banco de dados e revista; objetivos; local da realização da pesquisa; resultados alcançados; e demais informações pertinentes para o estudo.

*Fase 5. Recolha, Resumo e Relato dos Resultados:* Esta etapa demanda a tradução dos temas mapeados, das tendências e lacunas dentro da narrativa descrita (RUMRILL; FITZGERALD; MERCHANT, 2010). O tópico posterior apresenta essa fase.

## Resultados e discussão

Conforme o processo metodológico descrito encontrou-se 22 artigos com a temática de gestão e empreendedorismo feminino. Logo, evidenciou-se que o primeiro artigo publicado sobre mulheres e turismo foi em 2007, com o tema de empreendedorismo. Tal artigo aborda o empreendedorismo feminino na Espanha durante o século XIX e XX, de Lina Gálvez Muñoz e Paloma Fernández Pérez. Assim, desenvolveu-se a Figura 2 que aborda, em termos gerais, a tendência dos estudos sobre mulheres e turismo.

**Figura 2.** Publicações sobre mulheres e turismo.



**Fonte:** elaborado pelos autores.

Segundo a Figura 01, percebe-se, então, que os estudos sobre mulheres e turismo se encontra fragilizada, carecendo, portanto, de mais estudos que abordem essa temática. Além disso, também se tornou perceptível que o tema de gestão feminina no turismo iniciou-se em 2015, com o trabalho de Stephen F. McCool e Kathryn E. Khumalo, que visou a capacitação de



gestores para melhorar o desempenho de gestores de turismo. Da mesma forma, o primeiro trabalho que abordou tanto gestão quanto empreendedorismo feminino é o de Alina M. Zapalska e Dallas Brozik, de 2014, que estudaram os negócios empresariais femininos na indústria de turismo e hotelaria na Polónia.

No que se trata das bases de dados, oito artigos foram encontrados na *Scopus* e os demais, 14, são da *Web of Science*. Nesse sentido, duas revistas internacionais foram os que mais apresentaram publicações, com duas cada uma, e ambas são da *Web of Science: Journal of Hospitality and Tourism Management* e *Original Scientific Paper*. Cabe ressaltar também que dentro o *corpus* dos artigos, quatro delas são de periódicos brasileiros: Revista de Economia e Sociologia Rural, Revista de Gestão e Secretariado, Holos e Revista de Administração de Empresas. Por fim, os autores que mais publicado sobre o assunto foram Aline Zapalska e Dallas Brozik com três artigos.

### Considerações finais

A fim de alcançar o objetivo de mapear quantitativamente os estudos sobre empreendedorismo e gestão feminina no turismo, observou-se que o campo de estudo sobre mulheres e turismo refletidos em gestão e empreendedorismo feminino encontra-se pouco explorada, o que permite que maiores pesquisas sejam desenvolvidas com essas sujeitas. Isso pode ser afirmado à medida que poucos artigos foram publicados sobre tal assunto e, sobretudo, pelo primeiro artigo ter sido mencionado em 2007, demonstrando a incipiência do assunto.

Logo, ressalta-se a relevância dessa pesquisa, que podem contribuir teórica e empiricamente as sujeitas em questão, ressaltando que pela discriminação de gênero se faz salutar compreender os tipos de gestão femininas, bem como os percalços para o desenvolvimento das empreendedoras. Por fim, expõe-se como limitação do trabalho, que este se encontra em desenvolvimento, demonstrando a parcialidade dos dados.

### Referências

ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. **International Journal of Social Research Methodology**, v. 8, p.1–14. 2005.

BANISKI, G. M.; MARTINS, L. M.; MAIER, R. C.; NETO, P. J. S. Mulheres empreendedoras: desvelando estratégias e perfil de gestão. **Revista Espacios**, v.37, n.37, 2016.

BARBOSA, F. C.; CARVALHO, C. F.; SIMÕES, G. M. M.; TEIXEIRA, R. M. Empreendedorismo Feminino e Estilo de Gestão Feminina: Estudo de Casos Múltiplos com Empreendedoras na Cidade de Aracaju – Sergipe. **Revista de Micro e Pequenas Empresas**, v.5, n.2, p.124-141.2011.

DILEO, I.; PEREIRO, T. G. Assessing the impact of individual and context factors on the entrepreneurial process. A cross-country multilevel approach. **International Entrepreneurship & Management Journal**, 2018.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM). **Empreendedorismo no Brasil – 2016**. Simara Maria de Souza Silveira Greco (Coord.). Curitiba: IBQP, 2017. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>> Acessado em 08 de setembro de 2018.

MAYS, N; ROBERTS, E.; POPAY, J. Synthesising research evidence. In N. Fulop, P. Allen, A. Clarke, & N. Black (Eds.), **Studying the organisation and delivery of health services: Research methods**. London: Routledge. 2001.

PEÑALOZA, V.; DIÓGENES, C. G.; SOUSA, S. J. A. Escolhas Profissional no Curso de Administração: Tendências Empreendedoras e Gênero. **Revista de Administração Mackenzie - RAM**, v. 9, n. 8, Edição Especial, p. 151-167. 2008.

RUMRILL, P. D; FITZGERALD, S. M.; MERCHANT, W. R. Using Scoping Literature Reviews as a Means of Understanding and Interpreting Existing Literature. **Speaking of Research**, p. 399-404. 2010.

SÁNCHEZ-ESCOBEDO, M. D.; DÍAZ-CASERO, J. C.; DÍAZ-AUNIÓN, A. M.; HERNÁNDEZ-MOGOLLÓN, R. Gender analysis of entrepreneurial intentions as a function of economic development across three groups of countries. **International Entrepreneurship & Management Journal**, v. 10, n. 4, p.747–765. 2014.

WU, J.; LI, Y.; ZHANG, D. Identifying women’s entrepreneurial barriers and empowering female entrepreneurship worldwide: a fuzzy-set QCA approach. **International Entrepreneurship and Management Journal**, p.,1-24. 2019.

## IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO USO DO SMARTPHONE NA VIDA ACADÊMICA

Neves, José Renato de Toledo; Xavier, Karoline Braga; Campos Leandro Ribeiro

### 1. INTRODUÇÃO

Atualmente o smartphone é uma ferramenta muito utilizada por milhões de pessoas em todo o mundo. No Brasil, dados do (IBGE 2017), apontam que o uso do celular aumentou de 92,6% para 93,2% nos municípios, sendo o celular o principal aparelho usado para acessar internet no país correspondendo a 94,6% dos meios de acesso á rede, a frente dos computadores, tabletes e televisores.

Os smartphones além de serem usados para acessar internet são utilizados como meios de comunicação das pessoas com o mundo através de redes sociais, como meios de aprendizagem e ferramentas de trabalhos diversos através de aplicativos, criando situação de dependência (FIRMINO; FARINIUK, 2018, p.01).

Apesar de o smarphone ser utilizado como um aliado na vida acadêmica e profissional o uso excessivo deste auxilio tecnológico no meio acadêmico pode prejudicar o rendimento do estudante. Conforme pesquisa realizada pela Universidade KENT em OHIO/EUA com uma amostra de 500 alunos que utilizavam muito seus celulares os resultados apontaram que estes alunos tinham notas mais baixas que os demais além de se mostrarem mais ansiosos e insatisfeitos com a sua vida. Assim o objetivo do nosso estudo é desenvolver e aprimorar novas técnicas para a inserção da ferramenta digital como o smartphone na vida acadêmica para que alunos e professores possam se interagir dentro de sala de aula sem desfoco no conteúdo apresentado sem prejuízo ao desempenho dos estudantes.

#### 1.1. Hipótese

Com tantas possibilidades de acréscimo no conhecimento e melhores práticas para o estudo de disciplinas dentro da sala de aula, existem diversas vantagens proporcionadas pelo smartphone como uma aula mais interativa e aprofundada no conteúdo apresentado. Referente a um prognóstico da pesquisa realizada, verifica-se o maior interesse dos alunos na utilização do aparelho para melhor aproveitamento pelo dinamismo dentro da sala de aula e principalmente por ser um instrumento de pesquisa. O sistema de ensino atual sofreria uma atualização dos métodos tradicionais para uma aprendizagem interativa.

## 1.2. Justificativa

O presente trabalho justifica-se pelo crescimento da ausência de foco e desinteresse dos alunos dentro de sala de aula por motivo da utilização do aparelho celular o qual resulta-se no aumento do tempo para exposição da matéria pelo professor, o atraso no cronograma estipulado e a interferência aos alunos dedicados no conhecimento do ensino ofertado.

Além de grande importância para o melhor desenvolvimento da aula, podemos destacar que a pesquisa expõe a necessidade dos alunos por uma reestruturação no método de ensino com ênfase na utilização do aparelho como uma ferramenta multimídia.

Sendo um fator considerável para tais questionamentos e discutida frequentemente em várias instituições de ensino, esperamos atrair uma atenção especial para que novos métodos tecnológicos possam ajudar no desenvolvimento do ensino de maneira flexível e ampla através do smartphone.

## 1.3. Objetivos

### 1.3.1. Objetivo Geral:

Desenvolver e aprimorar novas técnicas para a inserção da ferramenta digital como o smartphone na vida acadêmica para que alunos e professores possam se interagir dentro de sala de aula sem desfoco no conteúdo apresentado.

### 1.3.2. Objetivo Específico:

- Introduzir smartphones como ferramenta de ensino;
- Desenvolver conteúdos interativos através de pesquisas;
- Identificar os fatores de desinteresse e desfoque dos alunos;
- Reposicionar os métodos de ensino apresentado pelo professor;
- Compreender até qual ponto a utilização do smartphone pode influenciar no conteúdo apresentado;

## 2. REVISÃO DA LITERATURA

O uso da internet no Brasil é crescente. De acordo com dados do (IBGE, 2017), em 98,7% dos domicílios em que havia acesso à internet, o telefone móvel celular era o mais utilizado para este fim.

Estudos realizados por (Castells, 2000; Cebrián, 1999; Lévy, 1993 apud Costa, 2004) revelam que a tecnologia penetrou de tal modo na sociedade que se tornou uma plataforma importante para o desempenho das mais variadas atividades, sendo elas econômicas, políticas educacionais, etc.

Desta maneira esta cada vez mais difícil manter a atenção do aluno em sala de aula utilizando os métodos de ensino tradicionais, pois os alunos estão imersos no meio digital, deste ponto surge a relevância de se incorporar essa tecnologia em sala de aula de modo que beneficie o aprendizado.

Embora existam correntes pedagógicas que defendam o uso do celular em sala de aula como recurso pedagógico, esta tecnologia tem sido considerada por muitos docentes como sendo uma ameaça por causar distração nos estudantes (LOPES; PIMENTA, 2017 p.55). Isso porque nos dias de hoje, com diversidades nos meios de utilização do smartphone é quase impossível se separar do aparelho.

Concordando com esta ideia, (Zuin; Zuin 2018), acrescenta que esquecer o telefone móvel em casa traz a sensação de se ter separado de um braço ou uma perna. Ambos os autores descrevem que: “É quase impossível se separar do smartphone; cada vez mais pessoas acordam durante a madrugada para chegar novas mensagens no WhatsApp, nos seus perfis do facebook, Instagram ou Snapchat, até mesmo para ler notícias nos mais variados tipos de site” (ZUIN;ZUIN, 2018 p.421).

Neste sentido o uso exagerado do celular e as noites mal dormidas podem trazer problemas de saúde devido ao cansaço diminuindo o rendimento acadêmico. Krawczyk; Balbani (2011), explicam que a posse e uso de aparelhos celulares influenciam no comportamento de crianças e adolescentes e podem provocar distúrbios do sono. Assim, as perturbações do sono podem acarretar conforme relata (Guimaraes; Muller, 2007, p.520), “alterações significativas no funcionamento físico, ocupacional, cognitivo e social do indivíduo, além de comprometer a qualidade de vida”.

Entretanto, a sociedade contemporânea vivencia a era da conexão e o uso de aparelhos móveis é inevitável. Numa pesquisa realizada por (Teles; Naguno, 2016), dos estudantes entrevistados 52% afirmaram que apesar da proibição do uso do smartphone em sala de aula, eles usavam seus aparelhos para alguma finalidade didática em sala como pesquisa á internet e função calculadora.

Em outro estudo realizado pela OECD de 2012 (Connected Minds (Pedró, 2012) apud Teles; Naguno, 2016) os dados apontaram que “ os jovens esperam que a tecnologia possa ser uma fonte de engajamento para tornar o trabalho acadêmico mais produtivo”.

### 2.3. Tabelas e Quadros

Para apresentar dados relacionados à inserção do smartphone na vida cotidiana acadêmica foi feito uma pesquisa na faculdade são Lourenço MG com alunos e professores sem distinção de cursos, foram entrevistadas 38 pessoas. O instrumento de coleta de dados foi um questionário semiestruturado com perguntas fechadas.

Inicialmente buscamos conhecer a frequência de verificação de notificações do aparelho durante as aulas obtendo os seguintes resultados:

Tabela 1. Dados para análise de frequência do uso do smartphone

| Frequência de verificação do aparelho |                      |                     |
|---------------------------------------|----------------------|---------------------|
| Cerca de 2 horas                      | Cerca de 2 a 5 horas | Por mais de 5 horas |
| 55,3%                                 | 31,6%                | 13,2%               |

Procuramos também conhecer sobre a opinião dos entrevistados sobre o tema “você acredita que o smartphone poderia ser utilizado para melhor aproveitamento do ensino em sala de aula?”.

Obtendo 86,5% de respostas a favor e 13,5% contra.

Através da pesquisa conhecemos também o uso do aparelho para fins pessoais e as atividades mais utilizadas

Tabela 2. Dados para análise de frequência do uso do smartphone em sala de aula

| Evento | Costuma utilizar o aparelho para fins pessoais durante a aula |       |
|--------|---|-------|
|        | Sim   | Não   |
|        | 68,4%   | 31,6% |

Tabela 3.dados sobre principais atividades

| Mensagens de sms | Redes sociais | Ligações | Pesquisas relacionadas a disciplina |
|------------------|---------------|----------|-------------------------------------|
| 10,5%            | 50%           | 10,5%    | 57,9%                               |

E por fim coletamos dados referentes a como os entrevistados se sentem sem utilizar o smartphone

Tabela 4. Como se sentem sem o aparelho

| Desorientado | Ansioso | Tranquilo |
|--------------|---------|-----------|
| 2,6%         | 34,2%   | 63,2%     |

### 3. METODOLOGIA

A metodologia empregada neste trabalho baseou-se em uma pesquisa exploratória, utilizada para obter dados e informações para uma fundamentação teórica sobre o tema escolhido, segundo Gil (2002), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito. Também é uma pesquisa descritiva, pois descreve a relação entre as variáveis comportamentais e tecnológicas do smartphone com seus usuários no ambiente acadêmico. Para o levantamento de conclusões e para análise de dados utilizamos as pesquisas bibliográfica e documental.

### 4. RESULTADOS ESPERADOS

Com o passar dos anos, ficou claro que houve significativas mudanças surgidas com o advento da tecnologia do smartphone, nessa prática, têm-se gerado profundas mudanças comportamentais e

de relacionamentos, permitindo experiências nunca antes possíveis ou imaginadas, estes seriam adequados para uso em todos os ambientes, uma nova adaptação do ser humano, por tanto nos chamou a atenção para a reformulação de uma estratégia de uso desta ferramenta em sala de aula a partir de um estudo contínuo assim como uma contínua relação de aprendizado para uma melhor socialização dos alunos e professores ao uso do smartphone para construir uma vida acadêmica mais dinâmica e atualizada.

## 5. CRONOGRAMA

Apresentar um plano de execução das atividades do projeto na forma de um quadro mostrando os meses em que pretende executar cada atividade.

Quadro 1. Cronograma de Atividades

| ATIVIDADES  | MAI | JUN | JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
|---|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Pesquisa bibliográfica preliminar                         |     | X   |     |     |     |     |     |     |
| Leituras e elaboração de resumos                          |     | X   | X   |     |     |     |     |     |
| Aplicação do questionário                                 |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Análise e tabulação dos dados obtidos com o questionário. |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Coleta de amostras e realização dos exames bioquímicos.   |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Análise e tabulação dos dados obtidos com as amostras.    |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Revisão bibliográfica complementar                        |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Redação do artigo científico                              |     |     | X   |     |     |     |     |     |
| Revisão e entrega oficial do trabalho                     |     |     | X   |     |     |     |     |     |



## 6. REFERÊNCIAS

- <https://www.somospar.com.br/uso-do-celular-em-sala-de-aula/>
- <https://www.bol.uol.com.br/unibol/uscs/veja-6-situacoes-em-que-o-celular-e-util-em-sala-de-aula.htm>
- <http://dombarreto.g12.br/portal/?p=12165>
- <http://porvir.org/conectividade-e-cultura-escolar-sao-barreiras-para-uso-de-celular-em-sala-de-aula/>
- <http://www.douradosnews.com.br/dourados/regras-no-uso-do-celular-pode-influenciar-positivamente-seus-filhos/1104181/>
- <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/MARCIO%20RAMOS%20-%20ORIENT%20PROF%20ANGELA.pdf>
- [http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5943\\_3667.pdf](http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2011/5943_3667.pdf)
- <http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/460>
- <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/10263>
- REVISTA VOCÊ S/A, editora abril, edição 245, out.de 2018.

## LAVA-RÁPIDO SUSTENTÁVEL: O COMBATE À ESCASSEZ DE ÁGUA

Bartolomei, Luís Otávio; Martins, Maria Luísa; Amâncio, Erivelto; Soares, Caique; Neves, José Renato; Patriati, Luan; Siniscarchio, Mathias

Palavras-chaves: lava-rápido sustentável, escassez de água, lavagem a vapor.

### Introdução

A escassez de água e o seu consumo excessivo são, atualmente, alguns dos maiores problemas a serem solucionados em nosso planeta. O desperdício se faz presente no cotidiano de grande parte dos cidadãos ao tomar banhos demorados, lavar a louça e escovar os dentes com a torneira aberta, optar por usar a mangueira ao invés de um balde, entre outras atitudes.

Todavia, um dos maiores contribuintes para esse consumo exacerbado é o grande número de lava-jatos, que vem crescendo constantemente como consequência do elevado número de automóveis nas cidades. Devido ao uso irracional dos recursos hídricos, estima-se que um lava-jato possa chegar a desperdiçar até 300 litros de água em um só carro.

Desta forma, o objetivo do presente trabalho foi o desenvolvimento de um lava-rápido sustentável que pudesse continuar satisfazendo as necessidades do mercado, porém de uma maneira racional, preocupando-se com o desgaste do meio-ambiente e a crescente escassez de água em nosso planeta.

### Metodologia

O lava-rápido tem seu desenvolvimento no município de São Lourenço, tendo em vista o seu elevado número de veículos automotores por habitante, estando acima da média nacional.

O primeiro método a ser implantado em nosso lava-jato foi a lavadora a vapor. Enquanto o método convencional utiliza, em média, 300 litros de água por lavagem, as lavadoras a vapor reduzem esse consumo em até 60 vezes, chegando a empregar apenas 5 litros na lavagem de cada automóvel. Além da contribuição para o meio-ambiente, a utilização da lavagem a vapor ainda reduz o risco de danos aos componentes eletroeletrônicos do motor, recupera a cor e o brilho original da pintura e elimina manchas e odores com uma rápida secagem na lavagem dos estofados.

Outro método importante a ser implantado em nosso lava-jato é a geração de energia elétrica através de sistemas solares fotovoltaicos. Através desse sistema haverá uma transformação da radiação solar diretamente em corrente elétrica por meio das células

fotovoltaicas, possibilitando, assim, uma alta redução nos gastos com energia elétrica.

[Luisotavio.bartolomei1234@gmail.com](mailto:Luisotavio.bartolomei1234@gmail.com) / Faculdade São Lourenço UNISEPE

## Resultados

A abertura do lava rápido visa utilizar os recursos de maneira sustentável, ecologicamente correta e economizar no processo de produção. Os investimentos em captação de água da chuva e instalação de painéis de energia solar são formas de preservar o meio ambiente de forma pouco danosa e lucrativa. A implantação dessas medidas tem como objetivo evitar multas, cultivar uma boa imagem perante o público, diminuir custos e satisfazer os clientes.

## Considerações finais

No Brasil, segundo dados do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e da Agência Nacional das Águas (ANA), antes mesmo de chegar ao consumidor, quase metade da água produzida é desperdiçada devido a fraudes, vazamentos e falta de manutenção na rede de abastecimento. Cerca de 840 mil litros de água são consumidos no Brasil a cada segundo. Deste total, 70% são destinados à agricultura e cerca de 20% ao uso doméstico e comercial.

## Referências

MARIA, P. F.; CHRISTOL, G. Z. **Diagnóstico econômico-ambiental do consumo de lava jato de carros e lavanderias de Artur Nogueira, SP e Paraty, RJ.** Revista – Educação Ambiental, Volume 4, 2011. Unicamp.

## MODELO DE NEGÓCIO: BARBEARIA IMPÉRIO

Tatiane Érica Soares; Ravena dos Santos Barcelar; Breno dos Santos Ferraz; Geovana Correa Loureiro Soares; Jorge Luiz

### Introdução:

Empreender não é tarefa fácil; nos dias atuais o mercado vive em constantes mudanças, e para isso é necessário que o futuro empreendedor tenha conhecimento amplo de seu negócio, de seus clientes (como alcançá-los? Como fidelizá-los?), para se manterem competitivos no mercado.

Questões sustentáveis são constantemente demandadas pelos consumidores que querem além de um serviço qualidade, empresas que atuem de maneira sustentável que tenha consciência com relação a preservação do ambiente e que possua ações sociais, de interação com a sociedade.

O objetivo do trabalho é utilizar o modelo Canvas como ferramenta para criação de um novo negócio, que abranja tais questões e que permita uma visualização estratégica e uma análise ampla do mesmo.

Surge a sugestão de um modelo de negócio novo, uma barbearia que possui no relacionamento com os clientes seu principal objetivo, oferecendo serviços de qualidade, um ambiente de lazer, com televisão, billiards, espaço de venda de bebidas para os clientes. E também, pensando na sustentabilidade utiliza produtos ecológicos e biodegradáveis e também possuem ações sociais.

### Metodologia:

O projeto aqui apresentando, foi uma junção de três estabelecimentos em um só, sendo eles uma barbearia, um bar e um billiards. A junção, foi pensada para melhor satisfazer o cliente, pois ali o mesmo pode relaxar enquanto espera para ser atendido.

O ambiente está sendo projetado, com ambientes modernos e produtos sustentáveis, para se mostrar diferente e mais eficiente da concorrência.

Para um melhor resultado, foi feita uma pesquisa em Itamonte e a ideia de uma barbearia moderna foi bem aceita. Tornando assim viável a criação do modelo de negócio: Barbearia Império.

Para uma melhor visão foi utilizada a ferramenta Canvas, que mostra em etapas o esboço do projeto, sendo eles: segmento de clientes, proposta de valor, canais, relacionamento com os clientes, receitas, atividades-chaves, recursos-chaves, parcerias-chaves e estrutura de custos.

### **Resultados:**

A partir dos resultados da pesquisa foi criado o modelo de negócio de uma barbearia, que funcionará na cidade de Itamonte, que atuará pensando em seus clientes e na sustentabilidade, como foco para se manter no mercado.

### **Conclusão:**

Dessa maneira, pode-se concluir que o Canvas é uma ferramenta que auxilia o empreendedor a fazer uma análise mais detalhada de seu futuro negócio, mostrando se o projeto é viável ou não, e sem esquecer da pesquisa de mercado que é de muita importância também.

O projeto apresentado se mostra viável e atende as necessidades de seus clientes. Além de ser um ambiente moderno está procurando primeiramente pela satisfação do mesmo, para depois pensar em lucro.

### **Referências:**

<https://www.sebraepr.com.br/como-estruturar-seu-modelo-de-negocio/>

# ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

## **AValiação DO COMPORTAMENTO DE USUÁRIOS NA REDE SOCIAL FACEBOOK**

CARVALHO, Vinicius<sup>2</sup>; GONÇALVES, Rafael<sup>3</sup>; EDUARDO, Carlos<sup>3</sup>; OLIVEIRA, Maria

Carolina Silva Castro<sup>4</sup>

### **Introdução**

Como já era de se esperar, o Facebook continua sendo a rede social mais popular entre os brasileiros. 94% dos internautas possuem conta na rede de Mark Zuckerberg. 57% são usuários do Instagram, 50% utilizam o Google+ e 35% possuem conta no Twitter. As redes menos utilizadas são LinkedIn (23%), Pinterest (20%), Snapchat (18%) e Tinder (6%). Além disso, 5% afirmam possuir contas em outras redes sociais.

Há muitos influenciadores no facebook, e em sua grande maioria não se importam da maneira que se comportam, muitos não imaginam como podem influenciar todos a sua volta, que são espelhados, simples atitudes e ideias são facilmente adotadas pelos seus seguidores, como opiniões em assuntos delicados, posicionamento sobre política, atitudes em relações ao cotidiano etc. Existem diversos tipos de seguidores no facebook, muitos estão ali sem ter ideias formadas, basicamente pessoas em cima do muro, e quando há influenciadores se posicionando sobre algum assunto estas mesmas pessoas tendem a adquirir as mesmas ideias sem nem pesquisar sobre e formar suas próprias opiniões, influenciadores devem compreender o poder que possuem na internet e como agir com seu público.

O objetivo principal deste projeto é de apresentar a influência que um criador de conteúdo tem sobre seus seguidores, afim de mostrar até onde o usuário tem como seu espelho determinado influenciador, podendo assim traçar o perfil dos seguidores do mesmo dentro da rede social Facebook. Ressalta-se em nossa proposta, como um influenciador é capaz de induzir com postagens, atitudes, ideais e compartilhando conteúdo e com isso mostrar como isso pode influenciar no comportamento dos seus seguidores na sociedade, mudando seu ponto de vista em determinados assuntos, seu comportamento perante as pessoas em sua volta.

Para tanto, pretende-se ainda observar até onde um seguidor tem como referência um criador de conteúdo, e verificar as ações de criadores de conteúdo dentro da Rede Social

---

<sup>2</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E-mail: [carvalhovinicius@live.com](mailto:carvalhovinicius@live.com)

<sup>3</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E-mail: [rafael\\_892@hotmail.com](mailto:rafael_892@hotmail.com)

<sup>3</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. E-mail: [carla0098@yahoo.com](mailto:carla0098@yahoo.com)

<sup>4</sup> Professora do Curso de Análise e Desenvolvimento de sistemas. E-mail: [castro.oliveira@gmail.com](mailto:castro.oliveira@gmail.com)

Facebook para identificar o nível de interação entre o seguidor e o usuário que interage com o conteúdo compartilhado.

## **Materiais e métodos**

### **1. Mídia Digital**

Entende-se por mídia digital, segundo SULZ (2019) A Mídia Digital basicamente é toda a comunicação feita através da internet, esse meio facilita a troca de informações e conteúdos entre os usuários. Mídia digital oferece um leque de ferramentas para implementação de ações de marketing digital com a finalidade de geração de novos negócios. Tudo que permite uma interação entre as pessoas é uma mídia digital. Banners em sites, anúncios pagos feito através do facebook, comerciais que antecedem vídeos no Youtube, links patrocinados e anúncios feitos no instagram, estes são alguns exemplos de mídias digitais.

Definitivamente as mídias digitais abrem muitas portas para a vida das pessoas e instituições, elas criam espaços para novos tipos de negócios, novos empregos e novas formas de comunicação. Uma das grandes vantagens são as formas de comunicação instantânea. Podemos compartilhar informações, notícias, eventos muito rapidamente, todo o acontecimento do mundo pode ser publicado e anunciado em tempo real. Por meio das mídias digitais, podemos encontrar pessoas, grupos e assuntos que nos interessam, podemos fazer amigos ou reencontrar pessoas que fizeram parte de nossas vidas em algum momento.

### **2. A Rede Social *Facebook***

Entende-se por rede social, segundo SILVA (2018) são estruturas formadas dentro ou fora da internet, por pessoas e organizações que se conectam a partir de interesses ou valores comuns. Redes sociais, no mundo virtual, são sites e aplicativos que operam em níveis diversos — como profissional, de relacionamento, dentre outros — mas sempre permitindo o compartilhamento de informações entre pessoas e/ou empresas.

Para PAREDES (2014) A rede social Facebook teve sua criação em fevereiro de 2004 por, Mark Zuckerberg, Andrew McCollum, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz, Chris Hughes. Da equipe que fundou o Facebook, só o CEO Mark Zuckerberg permanece. Se permite nessa rede social compartilhamento de vídeos, fotos, textos e áudios, além de permitir a formação de grupos de interesse, páginas com finalidades comerciais e de entretenimento.



Possui mais de 2 bilhões de usuários, é atualmente uma das maiores redes sociais mais utilizada no mundo. O Facebook conquistou o posto de rede social mais popular do mundo em meados de 2008 e passou a ser destaque no Brasil em 2012. Os brasileiros tem sua participação com 130 milhões de usuários dentro do facebook, atrás da Índia com 300 milhões, e Estados Unidos com 210 milhões de pessoas.

## Resultados e discussão

Durante um período de 01 a 07 de outubro de 2019, coletamos os dados de dois influenciadores digitais na rede social Facebook, onde analisou-se os critérios e parâmetros das postagens publicadas.

Esta pesquisa conteve-se de pesquisa bibliográfica sobre mídias sociais e seus valores em PEREIRA, BARANAUSKAS E SILVA (2010) e também sobre os principais conceitos de mídias digitais e suas relações, ambientes e redes em MARTINO (2010). Além de coleta de dados através de observação. Para atender os critérios metodológicos, optamos por não identificar o nome e perfil dos influenciadores.

Para análise dos dados, faremos uso de uma tabela para organização e apresentação destes, visando melhor compreensão e diferenciação entre os parâmetros, sendo: 1) compartilhamentos; 2) comentários e mensagens; 3) reações; 4) quantidade de seguidores. No período pesquisado, influenciador A fez o total de 34 publicações, obtendo um número bem maior que o influenciador B, que no mesmo período, fez 4 publicações.

Abaixo, demonstraremos os dados coletados na pesquisa, lembrando que são números aproximados:

| Parâmetro            | Influenciador A                              | Influenciador B                                      |
|----------------------|--|--|
| Número de seguidores | 11.291.855 pessoas                           | 12.650.513 pessoas                                   |
| Número de curtidas   | 9.829.360 pessoas                            | 12.752.799 pessoas                                   |
| Reações              | 1.765.000 de pessoas reagiram as publicações | 42.500 pessoas reagiram as suas publicações          |
| Comentários          | 183.600 comentários recebidos                | 1.070 comentários recebidos                          |
| Compartilhamentos    | 270.000 em seus conteúdos publicados         | 4.000 compartilhamentos em seus conteúdos publicados |

Percebeu-se que o Influenciador A, que direciona suas postagens para informar seus seguidores sobre suas decisões dentro do cenário político, portanto, notamos uma maior atividade do mesmo em relação ao Influenciador B.

Em relação ao Influenciador B, percebeu-se que o mesmo compartilha conteúdo voltado ao humor. Porém, ele utiliza menos a rede social Facebook em comparação ao Influenciador A, que tem a rede como o maior difusor de suas informações, assim sendo um usuário mais ativo dentro da ferramenta Facebook.

### **Considerações finais**

Compreende-se por Virtualidade Real, segundo Castells. A realidade, seja do mundo concreto quanto das representações e narrativas, é capturada e reorganizada nas mídias digitais, tomando-se parte de um imenso universo de conexões, módulos e informações — e, principalmente, voltando a fazer parte da realidade de onde veio. Essa ligação contínua entre real e virtual.

Mais do que seria uma “realidade virtual”, na qual o indivíduo só poderia entrar com o auxílio de um dispositivo eletrônico, a noção de “virtualidade real” parte do princípio de que não existem fronteiras entre esses dois termos, “virtual” e “real”: não precisamos de nenhum equipamento de ficção científica para estar lá - basta estarmos próximos de uma tela digital, seja a do computador, do tablet ou do celular. Essa quebra permite uma contínua migração de ideias, práticas e conceitos entre os mundos “real” e “virtual”, em uma interação não isenta de contradições, e sempre esbarrando em outras questões, como o controle político e as ações econômicas presentes nas redes.

Considerando o que foi citado acima, com a expansão das mídias digitais, a comunicação de uma pessoa pública, independentemente de sua área de atuação foi simplificada, trazendo facilidade no transporte de suas ideias, informações, convicções e práticas, para determinados grupos de seguidores, não garantindo veracidade do que foi difundindo

Com base em nossas pesquisas, podemos ver que o influenciador A faz o uso maior da ferramenta Facebook, onde ele consegue atingir parte do seu público fiel e expandir o que interessa a ele e a seus seguidores. O Influenciador B, utiliza menos a rede social Facebook, tendo em vista que, ele possui um programa de TV e faz um menor uso da ferramenta.

## Referências

PEREIRA, R; BARANAUSKAS. M; SILVA, S. **Softwares Sociais: Uma Visão Orientada a Valores**. 2010.

SOUZA, M; GIGLIO, K. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede**. Editora Blucher. 2015.

MARTINO, L. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, rede**. Editora Vozes, 2014.

LÓGICA DIGITAL. **Mídia Digital: Definição e importância para o mercado atual**. Disponível em: <https://www.logicadigital.com.br/midia-digital-definicao-e-importancia-para-o-mercado-atual/>. Acesso em 01 de set. 2019.

Rock Content. **Quais as redes sociais mais usadas no Brasil em 2019?** Disponível em: <https://rockcontent.com/blog/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/> Acesso em 01 de set. 2019.

Imasters. **Conheça as vantagens e desvantagens das redes sociais**. Disponível em: <https://imasters.com.br/midia-e-marketing-digital/conheca-as-vantagens-e-as-desvantagens-das-midias-sociais>. Acesso em 01 de set. 2019.

Rock Content. **Tudo sobre redes sociais**. Disponível em: <https://rockcontent.com/blog/tudo-sobre-redes-sociais/>. Acesso em 01 de set. 2019.

Resultados Digitais. **Tudo sobre redes sociais**. Disponível em: <https://resultadosdigitais.com.br/especiais/tudo-sobre-redes-sociais/> Acesso em 01 de set. 2019.

## O USO DE RECONHECIMENTO FACIAL PARA SEGURANÇA EM REDES SOCIAIS

JUNIOR, Aloísio Ferreira Rocha<sup>4</sup>; NORONHA, Diego Fonseca<sup>5</sup>; FURTADO, João Pedro Silva<sup>6</sup>;  
OLIVEIRA, Maria Carolina Silva Castro<sup>7</sup>

### Introdução

As redes sociais existentes são apenas um embrião de possibilidades que estão por vir. Muitas coisas estão mudando no mundo, abrindo perspectiva de segurança. As mídias digitais desenvolvem sofisticadas formas de comunicação sensorial, multidimensional, integrando linguagens de diferentes tipos de acesso.

O desenvolvimento constitui em segurança e praticidade no acesso às redes sociais, com o uso de identificação facial por meio de algoritmos de alta precisão como Opencv e Dlib, estes algoritmos têm uma alta tecnologia de cálculos matemáticos que reduzem drasticamente as margens de erro. Os sensores que o algoritmo usa atuam convertendo luminosidade em valores numéricos que quando representados em cor e organizados nos permitem perceber um objeto, paisagem e/ou pessoa.

As motivações para o desenvolvimento deste projeto estão relacionadas ao acesso às redes sociais por meio de reconhecimento facial é evitar fraudes de falsidade ideológica e criação de perfis fakes. Atualmente o cyberbullying aumentou estrondosamente, com o acesso a mídias digitais através do reconhecimento facial fica muito mais fácil identificar os autores de tais crimes cibernéticos.

O reconhecimento facial é um dos processos de identificação mais utilizados pelos seres humanos, pois permite identificar rapidamente qualquer pessoa e assim definir o tipo apropriado de interação com ela. Embora este procedimento seja uma tarefa simples para o ser humano, é extremamente complexo implementar esse processo em uma máquina, pois não sabemos, ao certo, como o cérebro humano realiza essa tarefa. A eficiência de um sistema de reconhecimento facial pode ser medida pela porcentagem de acertos na identificação de pessoas sobre essas condições.

O objetivo dessa pesquisa é elaborar um sistema de reconhecimento facial que de acesso a algumas mídias digitais, como exemplo citamos a rede social Instagram.

### Materiais e Métodos

<sup>4</sup>Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: ferreiraroachjr@gmail.com

<sup>5</sup>Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: diegonoronha30@hotmail.com

<sup>6</sup>Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: joaopedrosfr@outlook.com

<sup>7</sup>Professora do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: castro.oliveira@gmail.com

## 1) **Mídia digital**

Com o mundo globalizado e o surgimento da Internet manifestou um fenômeno de redes sociais que faz utilização de tecnologias da informação e da comunicação para vincular e se auto estabelecer. Com o aumento das mídias digitais existe um movimento civil que muda a compreensão, comunica e obriga governos via comunicação eletrônica e que é muito complexo de controlar e censurar.

Vivemos na atualidade uma transição nas tecnologias de comunicação. Ingressando na era digital, da multimídia, da união e articulação das mais diversas formas de meios de comunicação. As redes informatizadas que se encontram atualmente é apenas um embrião de possibilidades que estão por vir. As redes interativas possuem grande habilidade, assim podendo difundir o mundo da multimídia, conciliando sons, textos, dados, imagens animadas, transpondo as tecnologias da informática, telefonia e televisão.

Para ERBOLATO (1985), a mídia é conjunto de meios de comunicação. Habitualmente o termo mídia é associado ao conjunto e dos meios de comunicação: jornais, revistas, TV, rádio, cinema etc. Entretanto, no atual momento, o mesmo está sendo utilizado com uma carga conceitual mais profunda, em que é entendido com um conceito complexo que vai além que simplesmente “o suporte de difusão da informação” (LAMIZET; SILEM, 1997), pois na era da informação, onde a indústria cultural tem uma importância transicional e articulada, a nova mídia (DIZARD, 1998) que constitui por computadores multimídia, redes de TV a cabo e principalmente com o surgimento da Internet, é vista profundamente vinculada às novas redes de comunicação que se ampliam em todo o mundo na intitulada época da globalização (IANNI, 1993; THOMPSON, HIRST, 1998). No sentido técnico, o termo mídia digital em oposição a mídia analógica, refere-se a mídia eletrônica que trabalha com códex digitais. No sentido amplo, mídia digital é definida como um conjunto de veículos e aparelhos de comunicação fundada em intelectuais escritas, sonoras ou visuais. No sentido técnico, mídias digitais podem ser computadores, telefones celulares, smartphones, CD, vídeos digitais, televisão digital, Internet, jogos eletrônicos e outras mídias que possuem interatividade.

## 2) **Comunicação e Redes Sociais/Ferramentas**

Para CASTELLS (1999), a suposição inicial para produzir um estudo do complexo processo de formação da nova sociedade, econômica, e cultural é a inovação tecnológica da informação. Originando dessa hipótese, é possível arquitetar comparações e distinguir que o

aumento tecnológico das últimas décadas associado às permanentes modificações sucedidas dentro do sistema e da lógica de produção, sugerem e modificam dinamicamente as divisões da sociedade.

Com um complexo onde todos os vínculos estão unidos, mudanças em uma divisão desencadeiam ações e refletem em outros. Esta fase demonstra-se basicamente pelas tecnologias de comunicações digitais e estabelecimento de um comércio cultural, que juntos acarretaram um novo, poderoso e convergente cenário, cujo essencial ativo econômico transformou-se o conhecimento.

Na sociedade contemporânea, assimilada como sociedade do conhecimento, é argumentada com concordância por lei que pessoas com deficiências tenham acessibilidade em todas as esferas. Deste critério, a inclusão mais do que uma fala, deve ser implantada como cultura social. Assim como, os diversos espaços de lazer, trabalho ou aprendizagem têm que oportunizar o acesso a todos.

Para a comunicação é de importância que aconteça interatividade entre pessoas. Essa capacidade é possível pela troca, propagação e compartilhamento de informações. As sistematizações, de qualquer disposição, pública ou privada, necessitam comunicar-se com os públicos. Esse pensamento é comprovado por Kunsch (2010) “Quando se fala comunicação organizacional, há que se ter em vista, sobretudo, a comunicação humana e as múltiplas perspectivas que permeiam o ato comunicativo no interior das organizações.

A princípio, as tecnologias manifestaram para mediar às relações nas empresas. Recentemente, no entanto, elas vêm a ser mais um canal de comunicação das organizações que tem como propósito intermediar o diálogo com os públicos em um método de troca contínua e recíproca, alterando a forma de se comunicar com públicos.

A comunicação é um desenvolvimento dinâmico em que está constantemente transformando, sob o ritmo dos avanços tecnológicos, as organizações precisam permanentemente revisar suas ações com os públicos a fins e interesses mútuos.

Nesse sentido, a comunicação assim tomada com base na vivência das relações e das organizações, é necessária que seja pensada e executada de forma estratégica, ou seja, “um conjunto de regras de decisão e diretrizes para auxiliar a organização na orientação do seu crescimento, pois só estabelecimento de objetivos não é suficiente” (ANSOFF, 1997).

## Resultados e Discussão

Por conta das mudanças que a excessiva visibilidade pode conduzir para as relações sociais: a mais elevada visibilidade pode significar transparência e segurança, mas também controle e vigilância.

O domínio das informações constantemente é visto como um problema de segurança, resultando atualmente uma das preocupações indispensáveis de estados, corporações e mesmo de indivíduos. A começar da informação que o sistema capitalista contemporâneo se organiza.

Nosso projeto será desenvolvido com base em duas bibliotecas escritas em C para reconhecimento facial do usuário durante o processo de acesso ao Instagram. Essas bibliotecas trabalham em várias plataformas, principalmente mobile que é a intenção principal de nossa ferramenta.

O reconhecimento facial se dará através de um vídeo aonde o usuário terá que mover o smartphone em ângulos pré-determinados para a ferramenta fazer o reconhecimento e liberar o acesso a mídia social, caso não seja reconhecido a face do solicitante ao acesso, a ferramenta enviara uma mensagem via e-mail ou WhatsApp e Telegram, que houve uma tentativa de acesso a sua conta.

Para ser efetuado o acesso primeiro o usuário deve digitar se número de telefone ou e-mail, para assim o algoritmo comparar as faces do usuário com o banco de dados, deste modo evita-se que o sistema fique lento na busca pelo usuário dono da face onde está sendo feito o reconhecimento.

Para evitar o acesso de usuários sem permissão o algoritmo realizará uma série de cálculos usando matriz com os pixels do vídeo em que o usuário tentar ter acesso a mídia social. A ferramenta faz cálculos com no mínimo cinquenta imagens do usuário em BRG (Blue, Red, Green) e tons de cinza (Black and White), e conta com uma inteligência artificial para incrementar caso o usuário esteja de óculos, boné, sem barba, com barba.

A transmissão deste vídeo é criptografada de ponto a ponto, evitando que crackers tenham acesso aos dados que serão transmitidos do servidor do Instagram ao smartphone e vice-versa.

As bibliotecas Opencv e Dlib para aumentar a precisão de reconhecimento contam com a transformação dos pixels das imagens ou vídeos em tons de cinza, que tornam o reconhecimento com 99,9% de acerto mesmo com falta de luminosidade.

## Considerações finais

Verificando temas e as ações que constam em nossa pesquisa, podemos observar que as mídias sociais se formam a partir do momento que algumas pessoas começam a compartilhar informações em comum. Essas mídias funcionam como ferramentas de entretenimento entre grupos, e são cada vez mais populares em nossa rotina, sendo capaz de serem acessadas a qualquer hora e de qualquer lugar. Porém se tratando de segurança e por estarem conectados diariamente a esse conteúdo os usuários ficam vulneráveis a criação de perfis fakes e as práticas de cyberbullying.

Por fim podemos chegar à conclusão que para manter a segurança do acesso às mídias sociais mais acessadas hoje em dia, oferecemos um jeito inusitado de fazer o login na mesma. Usaremos o escaneamento facial, onde o algoritmo implementado irá fazer a comparação de imagens escaneadas ao início do cadastro contando com uma inteligência artificial para identificar quando a mesma estiver usando algum acessório diferente dos cadastrados no primeiro uso, esse método faz a comparação de diversas imagens em vários tons de cores diferentes.

Com esse trabalho esperamos poder ajudar para que usuários falsos tenham dificuldade de praticar crimes nas mídias sociais, para que usuários de bem confiem mais ainda em uma mídia social que ele tem um interesse maior de usar, podendo desfrutar dela sem anseios de notícias falsas, e também sem correr o risco de ter suas informações divulgadas por motivos de senhas vazadas intencionalmente, ou ataques de pessoas mal intencionadas.

## Referências

- PEREIRA, Roberto. BARANAUSKAS, Maria Cecília. **Softwares Sociais: Uma Visão Orientada a Valores**. Campinas-SP, UNICAMP. 2010.
- SILVA, Sergio Roberto P. da. **Softwares Sociais: Uma Visão Orientada a Valores**. Maringá-PR, UEM. 2010.
- QUINCOSES, Cândice da Silva. **Mídias Sociais Digitais: Espaço de Relacionamento e Comunicação Estratégica**. São Bernardo do Campo-SP, UEMESP. 2016.
- SOUZA, Márcio de Vieira. KAMIL, Giglio. **Mídias Digitais, Redes Sociais e Educação em Rede**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda.
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, Ambientes, Redes**. Petrópolis: Vozes Ltda.



## WIDGET PARA INSTAGRAM

SIQUEIRA, Luciano<sup>8</sup>; SANTOS, Robert<sup>9</sup>; OLIVEIRA, Maria Carolina Silva Castro<sup>10</sup>

### Introdução

O cenário de mídias digitais, através de ferramentas de redes sociais é assunto muito repercutido no mundo, cada vez mais os usuários sentem a necessidade de se comunicar e publicar momentos sobre seu cotidiano. Para tanto, os usuários necessitam de um acesso mais rápido e prático as funções principais da rede social Instagram, pois em vários casos o aplicativo pode apresentar lentidões e travamentos em smartphones mais antigos ou que estão com memória cheia e também para facilitar o uso de usuários assíduos.

O objetivo do presente projeto é o desenvolvimento de um *widget* para a rede social Instagram. Este *widget* é uma espécie de mini app que pode ser adicionado na tela inicial de um smartphone Android e tem o objetivo de tornar as funções de um aplicativo mais acessíveis.

### Materiais e métodos

#### 1) Mídia Digital e Redes Sociais

O termo Mídia Digital refere-se a qualquer mídia que utiliza como meio um computador ou outro equipamento digital para criar, explorar, finalizar ou continuar um projeto que tem como suporte a internet, comunicação online ou off-line como jogos, conteúdos audiovisuais, produções gráficas, etc.

Segundo SOUZA (2015), no livro “Mídias Digitais, Redes Sociais e Educação em Rede”:

“No sentido técnico, o termo mídia digital em oposição a mídia analógica, refere-se a mídia eletrônica que trabalha com *codecs* digitais. No sentido mais amplo, mídia digital pode ser definida como o conjunto de veículos e aparelhos de comunicação baseados em tecnologia digital, permitindo a distribuição ou comunicação digital das obras intelectuais escritas, sonoras ou visuais. No sentido técnico, mídias digitais podem ser computadores, telefones celulares, smartphones, compact disc, vídeos digitais, televisão digitais, internet (WWW), jogos eletrônicos e outras mídias interativas.”

---

<sup>8</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: robert.santos31@live.com

<sup>9</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: luciano.siqueira29@hotmail.com

<sup>10</sup> Professora do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: castro.oliveira@gmail.com

Com a criação da Internet, surgiu as redes sociais que se tornaram um fenômeno mundial que utilizam as tecnologias da informação e da comunicação. As mídias digitais estão cada vez mais interativas, mais dialógicas, mais segmentadas e podem propiciar a criação de muitas alternativas, de muitos projetos e programas virtuais que podem auxiliar na vida real e cotidiana do futuro próximo.

Com o desenvolvimento das mídias digitais podemos dizer que o conceito da gestão de comunicação tem um novo sentido e com esse avanço várias possibilidades estão por vir atrás de comunicação.

As redes sociais atualmente é uma das formas de interação social que a cada dia cresce e se torna mais comum por sua praticidade e facilidade de acesso a pessoas de várias localidades do mundo em tempo real e também pela tecnologia estar evoluindo rapidamente e ficando mais acessível a pessoas de todas classes sociais, segundo MARTINO (2014), autor do livro “Teoria das Mídias Digitais”:

“As redes sociais podem ser entendidas como um tipo de relação entre seres humanos pautada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes.”

A principal função de uma rede social é conectar seus usuários para construir novas relações sociais ou manter as existentes. É massivo o sucesso que as redes sociais como Facebook, WhatsApp e Instagram tem obtido, dificilmente conseguimos pensar em nossas interações sociais sem a presença de uma rede social, e isso afirma a força dessas plataformas e como elas se tornaram parte de nossas vidas.

## 2) Widget

Com o rápido crescimento de usuários e a grande popularidade das redes sociais, todo mundo gostaria de dar uma olhada rápida nas atualizações, ter acesso rápido as suas funções e ainda ver a previsão do tempo. Se caso precisasse iniciar dois aplicativos para isso, teria que perder tempo e processamento. Porém, ao adicionar dois widgets na *tela inicial*, as informações são acessadas instantaneamente. Sendo assim, basta apenas desbloquear seu smartphone e ter acesso às informações desejadas.

Segundo o site DevMedia (2012) um Widget pode ser entendido como um minia aplicativo, com um espaço menor e com possibilidade de atualização a uma frequência definida pelo usuário. Além disso, ele pode levar a uma versão completa do software.

Para o desenvolvimento de um Widget é necessário ter 3 componentes principais: o AppWidgetProviderInfo – um metadado que descreve as principais características do widget como seu limite de altura e largura, seu tempo de atualização, o layout inicial apresentado na tela inicial e uma possível tela de configuração. O AppWidgetProvider – uma classe que herdará de AppWidgetProviderInfo. Ela trata as principais ações recebidas que necessitam de tratamento, ela funciona como um auxílio já que filtra o onReceive e repassa para alguns métodos sobrescritos. E, também, o Layout – Um arquivo .xml que irá definir o layout do widget.

## Resultados e discussão

Como resultado obtivemos a redução do tempo de publicação de uma foto, story e também o tempo de resposta de uma mensagem via direct no Instagram, que é atualmente um requisito essencial para a interação do usuário com a Rede Social, pois o widget adiciona o atalho e cria um link direto a cada função e isso torna mais rápido o acesso as funções do app ao invés de ter que abrir o app e esperar que ele carregue sua página inicial mais o feed de postagem dos usuários, o widget linka direto o atalho a sua respectiva função assim tornando o tempo de resposta mais curto, ganhando tempo e processamento.

Grande parte do desenvolvimento de um Widget é fácil de se encontrar em artigos e vídeo aulas online, entretanto o desenvolvimento é um pouco mais complexo e requer conhecimento em programação, desenvolvimento Android e design.

O widget de nosso trabalho tem 5 funções:

- ✓ Câmera: Atalho direto para câmera do Instagram com seus filtros para ser feito uma postagem no feed do aplicativo.
- ✓ Story: Atalho direto para câmera do Story para publicar as fotos com seus filtros e efeitos de vídeo originais do Instagram.
- ✓ Notificações: Atalho direto para página de notificações do Instagram, ele possui dentro de uma bola vermelha em seu ícone do widget na tela inicial o número respectivo de notificações não visualizadas.
- ✓ Direct: Atalho direto para as mensagens via direct, também em seu ícone no widget ele possui uma bola vermelha com o número de mensagens que não foram visualizadas.
- ✓ Pesquisa: Barra de pesquisa que leva o resultado direto para a página de pesquisa no Instagram.

## Conclusão / Considerações finais

Desenvolvemos apenas um protótipo funcional do widget, para o desenvolvimento do protótipo foi usado o software Just In Mind, um software para prototipação de dispositivos desktops e smartphones de sistema operacional Android ou iOS. Não foi possível criar o widget pois para seu desenvolvimento é necessário haver um caminho ou atalho disponibilizado pelo próprio Instagram para que um aplicativo de terceiro, – KWGT (app para desenvolvimento de widgets) – possa levar cada atalho criado pelo widget a sua respectiva função.

Concluimos que o Widget é uma ferramenta essencial para quem utiliza o aplicativo constantemente, ele possui acesso rápido a várias funções principais do Instagram, assim ele torna o uso mais prático.

## Referências

SOUZA; M. Vieira de; GIGLIO, K. **Mídias digitais, redes sociais e educação em rede: Experiências na Pesquisa e Extensão Universitária**. São Paulo: Editora Edgard Blücher. 2015.

MARTINO, M. L. **Teoria das Mídias Digitais: Linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 2014.

**Criando widgets na plataforma Android**. Disponível em: <<https://www.devmedia.com.br/criando-widgets-na-plataforma-android-revista-mobile-magazine-45/26575>>. Acesso em 03 de outubro de 2019.

## INTELIGENCIA ARTIFICIAL APLICADA ÀS REDES SOCIAIS

SILVA, Carlos Henrique<sup>11</sup>; NOGUEIRA, Matheus Ribeiro<sup>12</sup>; SOARES, Victor dos Santos<sup>13</sup>;  
OLIVEIRA, Maria Carolina S C<sup>14</sup>.

### Introdução

Com o avanço da tecnologia, a comunicação torna-se mais complexa, enquanto a informação fica cada vez mais acessível. Um exemplo prático são as redes sociais as quais estão presentes em metade do planeta segundo o relatório do Global Digital Statshot 2019.

Seguindo os parâmetros de avanço das redes sociais, as tecnologias de inteligência nas interfaces de mídias vão crescendo de forma significativa fazendo com que toda nova tecnologia aplicada as mídias sejam aperfeiçoadas diariamente para uma melhor experiência dos usuários.

A Inteligência artificial é um dos maiores avanços tecnológicos, presente em impressoras 3D, mecanismos de busca na internet, redes sociais e entre outros. A grosso modo é a capacidade das maquinas pensarem como seres humanos, quais caminhos seguir, de forma racional diante de determinadas situações.

Com toda evolução, a técnica de redes neurais para emparelhamento de perfis está a cada dia, se tornando mais comum nas plataformas sociais. O objetivo deste projeto é mostrar a forma como a inteligência artificial, através das redes neurais, é utilizada nas redes sociais.

### Materiais e métodos

#### 1. Mídias Digitais

O termo “mídias digitais” segundo MARTINO (2014) em seu livro “Teoria das Mídias Digitais” é as vezes intercambiado com “nova mídia”, “novas tecnologias” e expressões derivadas. Em geral refere-se a qualquer mídia, computador ou equipamento digital para criar, explorar, finalizar ou dar continuidade a um projeto que tem como suporte a internet, comunicação online e off-line.

Entende-se por mídias Sociais aquelas que possibilitam que você também se comunique, ou seja uma via de mão dupla; E, por redes sociais uma estrutura social composta por pessoas ou

<sup>11</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: carlosrick72@hotmail.com

<sup>12</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: [matheus\\_9925@hotmail.com](mailto:matheus_9925@hotmail.com)

<sup>13</sup> Aluno do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: vsantos.part@gmail.com

<sup>14</sup> Professora do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Email: castro.oliveira@gmail.com

organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que compartilham valores e objetivos comuns.

## 2. Inteligência Artificial e Redes Neurais

Em sua essência permite que os sistemas tomem decisões de forma independente, precisa e apoiada em dados digitais. Até então, os computadores precisavam de três grandes pilares evoluir da computação simples para a atual, de inteligência artificial:

- Bons modelos de dados para classificar, processar e analisar;
- Acesso a grande quantidade de dados não processados;
- Computação potente com custo acessível para processamento rápido e eficiente.

Com a evolução desses três segmentos, a inteligência artificial tornou-se finalmente possível com a fórmula: big data + computação em nuvem + bons modelos de dados. Podemos dizer que a IA aprende como uma criança. Aos poucos, o sistema (a depender do objetivo para o qual ele foi criado) absorve, analisa e organiza os dados de forma a entender e identificar o que são objetos, pessoas, padrões e reações de todos os tipos.

As redes neurais são sistemas de computação com nós interconectados que funcionam como os neurônios do cérebro humano. Usando algoritmos, elas podem reconhecer padrões escondidos e correlações em dados brutos, agrupa-los, classifica-los e com o tempo aprender e melhorar continuamente.

As redes neurais também são idealmente desenvolvidas para ajudar as pessoas a resolver problemas complexos em diversas situações da vida real. Elas podem aprender e modelar relações entre entradas e saídas de dados que são não-lineares e complexos; realizar generalizações e inferências; revelar relacionamentos, padrões e predições ocultas e modelar dados altamente voláteis (como dados de séries temporais financeiras) e variâncias necessárias para prever eventos raros (como detecção de fraudes).

O estudo desse trabalho será fundamentado em ideias que apresentam significativa importância na definição e construção dos conceitos de relações de perfis com inteligência artificial. Para tal, tais objetivos serão estudados em fontes secundárias como artigos, livros, web sites e afins, que foram aqui selecionados.

Sendo assim, o trabalho transcorrerá de forma explicativa, tendo um conceito analítico, visto que utilizaremos ideias de outros autores, semelhantes com os nossos objetivos, para construção de uma análise científica sobre o nosso objeto de estudo.

## Resultados e discussão

Depois de conhecer boa parte da cadeia tecnológica por trás de um simples perfil em uma rede social e todo seu processo de estruturação, a complexidade como os algoritmos trabalham diariamente para manter a experiência do usuário sempre em alta, chega a ser impressionante e ao mesmo tempo fascinante.

O emprego da usabilidade em tornar tudo mais prático também corre mediante aos avanços da tecnologia, um mundo onde o papel deu lugar aos arquivos Word, entre muitos outros parâmetros que semeiam a globalização da tecnologia também focada em fazer o usuário ter a melhor experiência possível com sua mídia digital.

À proporção que as estruturas sociais vão evoluindo, a segurança e compartilhamento de dados encaminha-se para uma fase de alta gravidade se colocarmos como maior parâmetro o avanço da tecnologia e de seus usuários com acesso a ela.

De acordo com as necessidades de boas experiências e de proporcionar ao usuário uma boa usabilidade técnicas sofisticadas de inteligência nas mídias sociais apresentam-se cada vez mais claras ao entendimento, acrescentando um alto impacto na sociedade continuamente aprimorando suas ferramentas para as inter-relações sejam elas pessoa-pessoa ou pessoa-empresa.

Por meio de um Storyboard, vamos retratar desde o processo com a iteração em uma mídia social qualquer, até seu processo de relacionamento com outros perfis por meio da lógica da rede explicando seus passos, funções vistas e não vistas pelo usuário, com uma simples criação de um perfil. (Imagens meramente ilustrativas)



**Mídia Social**

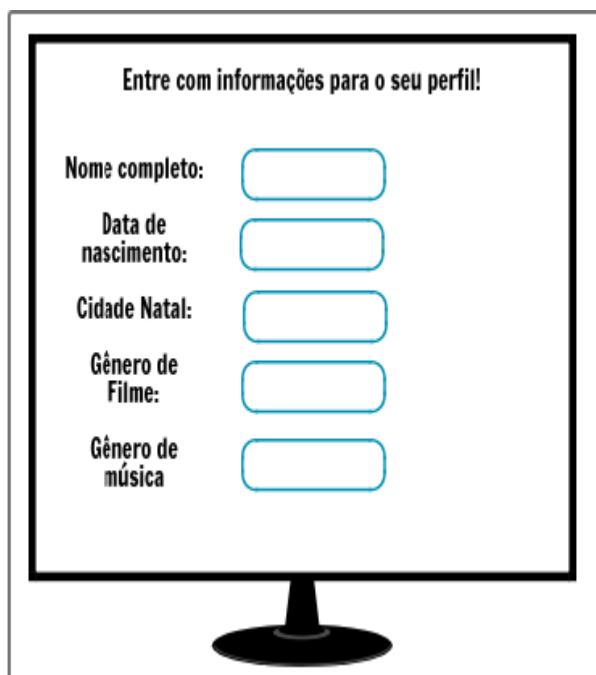
Login:

Senha:

**Entrar**

Não tem um cadastro? Clique aqui!

- Virtualização
- Usabilidade
- Praticidade
- Globalização



Entre com informações para o seu perfil!

Nome completo:

Data de nascimento:

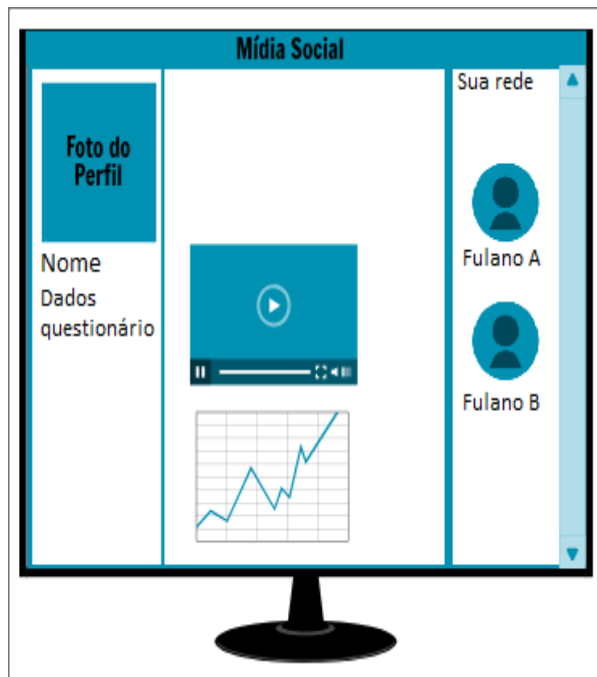
Cidade Natal:

Gênero de Filme:

Gênero de música:

- Compartilhamento de dados
- Segurança da Informação
- Estrutura Social





- Relação pessoa-pessoa | pessoa-empresa
- Impacto na Sociedade
- Inteligência Artificial
- Redes Neurais

### Considerações finais

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como uma estrutura e correlação entre perfis em uma determinada mídia social é feita. Além disso permitiu uma pesquisa para obter dados mais consistentes sobre as etapas do processo, simplificando a complexidade de uma inteligência artificial e suas técnicas. Embora estes recursos não estejam visíveis aos usuários. Ou até mesmo alguns não saibam de sua existência, eles atualmente, estão presentes na grande maioria das mídias digitais, facilitando a comunicação e o intercâmbio de informações.

### Referências

- MARTINO, L. Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, rede. Editora Vozes, 2014.
- COSSETTI, Melissa Cruz. Inteligência artificial. [S. l.], 8 set. 2018. Disponível em: <https://tecnoblog.net/263808/o-que-e-inteligencia-artificial/>. Acesso em: 30 set. 2019.
- GLOBAL Digital Report 2019. [S. l.], Disponível em: <https://wearesocial.com/global-digital-report-2019>. Acesso em: 30 set. 10 maiores avanços tecnológicos. [S. l.], Disponível em: <http://www.dbaseed.com.br/Publicacao.aspx?id=21690>. Acesso em: 30 set. 2019.
- REDES Neuras Artificiais. [S. l.], 8 set. 2018. Disponível em: <http://conteudo.icmc.usp.br/pessoas/andre/research/neural/>. Acesso em: 30 set. 2019.

# BIOMEDICINA

## RESISTÊNCIA BACTERIANA RELACIONADA AO USO INDISCRIMINADO DE ANTIBIÓTICOS

Teixeira Alysso Ribeiro <sup>1</sup>, Figueiredo Ana Flávia Costa <sup>1</sup>, França Rafaela Ferreira <sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** Gestão de antimicrobianos, resistência a antibióticos, farmacoresistência bacteriana.

### Introdução

O presente trabalho apresenta a resistência bacteriana, especialmente quando causada pelo uso indiscriminado de antibióticos. Este é um problema mundialmente abrangente segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2018), constituindo assim um problema clínico e de saúde pública. A resistência pode ser apontada como um acontecimento ecológico que advém de mutações, transdução ou seleção. Essas variações podem ocorrer como uma resposta da bactéria à utilização de antibióticos e sua presença no ambiente, podendo levar à mudança de genes entre linhagens dos mesmos gêneros ou de gêneros diferentes. (GUIMARÃES, MOMESSO e PUPPO, 2010). Especificamente, a resistência aos antimicrobianos acontece quando a bactéria expressa genes que permitem a mediação no mecanismo de ação do antibiótico por transmutação espontânea de DNA ou por modificação e transmissão de plasmídeos (SANTOS, 2004).

Sendo assim, o objetivo desta revisão de literatura é ressaltar a problemática dos antibióticos e seu uso indiscriminado, apontando os mecanismos envolvidos no desenvolvimento da resistência e a importância da análise laboratorial adequada a fim de confirmar diagnósticos de doenças, e avaliar o prognóstico dos quadros, evitando o desenvolvimento e a propagação de superbactérias.

### Metodologia

Foi realizada de uma revisão de literatura, utilizando por meio de pesquisas de artigos nos seguintes bancos de dados bibliográficos: Google Acadêmico, Biblioteca Científica Eletrônica Virtual (SciELO), Biblioteca Nacional de Medicina (PubMed) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos idiomas português (nacional) e o de Portugal, inglês e espanhol, no período de 2000 à 2018. Como descritores foram utilizados os termos “gestão de antimicrobianos”, “resistência a antibióticos”, “farmacoresistência bacteriana”, conforme os

Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) (2019). Os critérios de exclusão foram:

“levantamentos de casos”, “infecções hospitalares” e artigos que continham apenas dados estatísticos.

## Resultados

Os antibióticos diferem entre si nas suas características físicas, químicas, farmacológicas, no espectro e mecanismo de ação, podendo se diversificar quanto ao alvo seletivo, velocidade em chegar ao alvo, espectro estreito de forma de não afetar a microbiota nativa, teor de toxicidade e elevados níveis terapêuticos, poucas reações adversas, intoxicação ou alergia, possibilidades de administração, como oral, intravenosa e intramuscular. (GUIMARÃES, MOMESSO e PUPPO, 2010). Quanto ao mecanismo de ação, são eles: inibição da síntese da parede celular, inibição da síntese ou dano da membrana citoplasmática, inibição da síntese proteica dos ribossomos, alterações na síntese dos ácidos nucleicos e alterações do metabolismo celular (BAPTISTA, 2013).

Atualmente, a resistência bacteriana obtida é retratada em quase todos os gêneros de bactérias, entendendo os mecanismos de resistências e as formas moleculares da expressão de uma resistência bacteriana, a resistência aos antibióticos é um acontecimento genético, referente à presença dos genes incluso nas bactérias que codificam vários mecanismos bioquímicos que inibem as ações dos fármacos, a resistência é causada em mutações que acontecem no germe no decorrer da sua fase de reprodução e ocasionam falhas na cópia nos seguimentos das bases que vão constituir o DNA cromossômico, encarregados pelo código genético, esta resistência faz por entre os mecanismos de transdução, transformação e conjugação, constantemente contem genes localizados nos plasmídios e transposons (TAVARES, 2000).

A resistência bacteriana aos antibióticos pode ocorrer de três formas distintas: Característica intrínseca, de certas espécies de microrganismos que podem resistir a um dado tipo de fármaco, resultando a uma característica funcional ou estrutural inerente de uma espécie; Adquirida, como consequência de mutações que podem acontecer durante a replicação celular ou aquisição de material genético exógeno, presente anteriormente em outros microrganismos que contenham genes de resistência. Esses genes de resistência podem se propagar por meio de transferência gênica horizontal, como a conjugação, a transformação e a transdução; Induzidas por influência de antibióticos, agentes mutagênicos, como radiação, agentes alquilantes ou espécies reativas de oxigênio (COSTA e JUNIOR, 2017).

## Considerações finais

Medidas devem ser tomadas para enfatizar o controle da disseminação por meio de estratégias voltadas para a conscientização dos profissionais de saúde que prescrevem os antibióticos para que o fármaco seja indicado após o resultado de uma cultura e de um antibiograma de materiais biológicos. É ideal a conscientização dos médicos e pacientes, bem como a criação de políticas públicas que visam o controle entre o número de prescrições para determinado paciente e a quantidade de antimicrobiano.

## Referências

BAPTISTA MGF. **Mecanismos de Resistência aos Antibióticos**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Saúde. Lisboa, 2013, pp 01-28.

COSTA ALP, JUNIOR ACSS. **Resistência bacteriana aos antibióticos e Saúde Pública: uma breve revisão de literatura**, Estação Científica (UNIFAP), Macapá, v. 07, n.2, maio/agosto 2017, pp 45-54.

GUIMARÃES DO, MOMESSO LS, PUPO MT. **Antibióticos: Importância Terapêuticas e perspectivas para a descoberta e desenvolvimento de novos agentes**, v. 33, n. 3, Departamento de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Av. do Café, s/n, 14040-903 Ribeirão Preto – SP, Brasil, 2010, pp 669-678.

SANTOS NQ. **A resistência bacteriana no contexto da infecção hospitalar**, v.13, Universidade Federal De Santa Catarina, Santa Catarina, 2004, pp 65-66.

TAVARES W. **Bactérias gram-positivas problemas: resistência do estafilococo, do enterococo e do pneumococo aos antimicrobianos**, Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical, maio- junho, 2000, pp 282.

## **DISTÚRBIOS OCULARES EM RELAÇÃO AO DIABETES NO MUNICÍPIO DE MINDURI/MG**

SILVA, Amanda Guimarães<sup>1</sup>; ASSIS, Isabela Bacelar<sup>2</sup>; COSTA, Liliane Marinho Ottoni<sup>3</sup>.

Faculdade de São Lourenço – UNISEPE

<sup>1</sup> SILVA, Amanda Guimarães - Graduanda em Biomedicina - Faculdade de São Lourenço - UNISEPE

<sup>2</sup> ASSIS, Isabela Bacelar - Biomédica - Mestre em Ciências da Saúde pela UFSJ – Docente Faculdade de São Lourenço – UNISEPE- Orientadora

<sup>3</sup> COSTA, Liliane Marinho Ottoni - Docente Faculdade de São Lourenço – UNISEPE - Coorientadora

### **Palavras-chave:**

Diabetes, Diabetes Mellitus, Problemas de Visão e Distúrbios Oculares.

### **Introdução**

O diabetes é uma doença crônica, multissistêmica e crescente, constituindo um dos principais fatores de risco para o surgimento de inúmeros problemas, incluindo os visuais. Quando em caso de diagnóstico tardio, a perda da visão se torna risco iminente. Muitos pacientes desconhecem os Distúrbios Oculares relacionados a esta doença crônica. De fato, o diabetes pode ser responsável por complicações seríssimas que envolvem os olhos, e podem afetar irreversivelmente a visão; a circulação sanguínea, podendo levar à amputação de dedos, pés ou mesmo parte de pernas; o funcionamento dos rins e do coração (ALMEIDA, 2016).

De acordo com a Plataforma Agenda 2030, apesar do progresso, as Doenças Crônicas (DC) continuam sendo um dos principais fatores que contribuem para a pobreza e para a privação dos mais vulneráveis. Atualmente, 63% de todas as mortes do mundo provêm de doenças não transmissíveis, principalmente cardiovasculares, respiratórias, câncer e diabetes. Estima-se que as perdas econômicas para os países de renda média e baixa provenientes destas doenças ultrapassaram US\$ 7 trilhões até 2025.

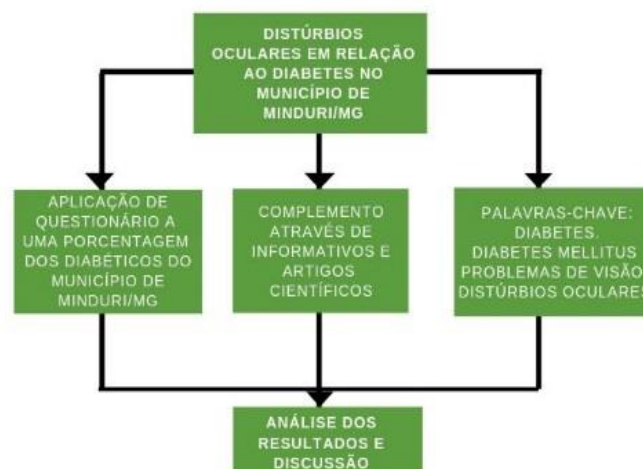
O acentuado crescimento da incidência e prevalência do diabetes refere-se, especialmente, às mudanças no estilo de vida contemporâneo, ocasionadas pela acelerada urbanização, sedentarismo, alimentação desequilibrada, estresse contínuo, consumo de álcool e o tabagismo. Acrescenta-se ainda, a predisposição genética à doença e o aumento da expectativa de vida média da população, que contribui para a sobrevivência dos pacientes diabéticos (OLIVEIRA, 2017).

Essa pesquisa justifica em chamar atenção da população Minduriense e conscientizá-los para os riscos e formas de prevenção dos distúrbios da visão relacionados aos tipos de diabetes. A

mesma objetiva relacionar os fatores que levam o diabético a desenvolver algum distúrbio ocular, a importância de um bom controle e diagnóstico precoce do diabetes.

### Materiais e métodos

Foi realizado um estudo observacional, constituído por dados primários obtidos em uma pesquisa de campo, na qual coletou-se informações da população diabética residente no município de Minduri/MG. O espaço amostral contou-se de 24 participantes. A amostra foi obtida de maneira selecionada a partir dos seguintes critérios: Diabéticos (pré, tipo 1, tipo 2 e gestacional), sendo 50% portadores de algum distúrbio visual e os outros 50% não portadores. Utilizou-se como complemento para esta pesquisa o objetivo 3 da Agenda 2030: “Saúde e Bem-Estar - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” via prevenção e tratamento e também foi utilizado informativos e artigos científicos presente no banco de dados online da Universidade Federal de São Paulo (USP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Google Acadêmico (GA) e *Scientific Electronic Online* (SCIELO). Os descritores usados foram: Diabetes, diabetes mellitus, problemas de visão e distúrbios oculares. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 95% e a margem de erro é de 19%. Foi avaliada a variável quantitativa idade e as variáveis qualitativas: iniciais do nome, sexo, tipo de diabete, realização de atividade física, histórico de diabetes na família, consumo de vegetais, consumo de proteínas, consumo de gorduras, tipo de dificuldade visual e se familiares possui dificuldades visuais, realizado através de um Questionário de Avaliação da Qualidade Visual, construído pela autora da pesquisa.



**Fluxograma 1:** Procedimentos metodológicos

## Resultados e Discussão

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população estimada para o município de Minduri/MG em 2019 é de 3.894 habitantes. Destes, 99,9% são cadastrados na Atenção Primária à Saúde (APS) do município e segundo dados fornecidos pela mesma, 193 cidadãos são diabéticos, o que corresponde a cinco por cento da população. A análise estatística das respostas mostrou que das amostras 33,33% dos indivíduos são do gênero masculino e 66,67% do gênero feminino. Nessa pesquisa, há uma maior prevalência de mulheres, revelando que elas comparecem mais nos serviços de APS do que os homens. Isso se deve ao fato do homem se considerar invulnerável, cuidando menos de si mesmo. Não há uma explicação clara para essa diferença no controle glicêmico entre os gêneros, os estudos já realizados mostram resultados diversificados e não há uma hipótese plausível sobre essa relação. Foi verificado que mulheres e homens possuem comportamentos diferentes em relação ao diabetes, adquirindo hábitos e atitudes que contribuem para essa diferença (RODRIGUES, 2011)

A faixa etária da amostra variou de 36 a 74 anos. O diagnóstico do diabetes é mais frequente em adultos e quando descoberto precocemente, pode ser retardada suas complicações. Na amostragem de participantes, 50% dos diabéticos possui algum distúrbio ocular, sendo 37,54% mulheres distribuídas em 16,69% portadoras de diabetes Tipo 1 e 20,85% do diabetes Tipo 2; enquanto os homens correspondem à 12,46%, distribuídos em 4,18% portadores do diabetes Tipo 1 e 8,28% do diabetes Tipo 2. Os outros 50% dos diabéticos da amostra não possuem distúrbios oculares. Nesta amostra não houve a participação de mindurienses pré-diabéticos.

É importante ressaltar, que desta amostra de diabéticos de entrevistados, 100% estão em tratamento com um ou mais profissionais. Para tratar o diabetes, a maioria das alternativas é disponibilizada no Sistema Único de Saúde (SUS) que oferece seis tipos de medicamentos liberados nas farmácias credenciadas e o acompanhamento com a APS (MINISTÉRIO DA SAÚDE).

De acordo com o Programa de Prevenção do Diabetes (DPP), indivíduos com risco de desenvolver o diabetes tipo 2 podem melhorar o nível de glicemia e retornar a níveis de normalidade com modificações no estilo de vida envolvendo dieta e exercício. Idosos com pré-diabetes podem reduzir a probabilidade de progressão do diabetes tipo 2 em aproximadamente 70%. Alguns estudos demonstram que o controle de peso e aumento da atividade física diminuem a resistência à insulina, diminuindo as chances de se desenvolver o diabetes mellitus (PAN, 1997). A prática de atividades físicas regulares promove um aumento da renovação da insulina por maior



captação hepática e melhor sensibilidade dos receptores periféricos (OSHIDA, 1989). Neste sentido, foi perguntado aos participantes em geral, se realizam atividades físicas: 55% afirmaram que sim e 45% disseram que não. Aos que responderam sim, foi perguntado quais os tipos de atividades que realizam e a quantidade de vezes por semana: 40% desempenham caminhada / corrida e 15% atividades na academia. Em questão de quantidade semanal, a maioria dos diabéticos responderam que realizam no mínimo três vezes na semana, correspondendo a 25% dos entrevistados os quais realizam algum tipo de atividade física, 13% praticam atividades de uma a duas vezes na semana e 17% quatro vezes ou mais. Os diabéticos que assinalaram não foram questionados por quais motivos tendo como resposta: 33% a falta de tempo e 30% por outros motivos sendo citados: Dificuldade em andar devido ao excesso de peso, idade avançada, problemas no joelho e dificuldade em andar devido à deficiência. Casos a se elaborar estratégias, pois, de acordo com a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), para os pacientes diabéticos, realizar atividades físicas é essencial para ajudar no controle da doença.

Em relação à alimentação, perguntou-se aos diabéticos se consomem diariamente vegetais, frutas, legumes ou grãos e a resposta foi: 58% sim e 42% às vezes. Outro questionamento foi referente ao consumo diário proteínas como carnes magras, peixe, ovo, leite, queijo e iogurte: 8% responderam que consomem e 83% disseram que às vezes. Também foi perguntando aos participantes se consumiam diariamente frituras, salgados ou carnes gordas tendo como resposta 83% às vezes e 17% não. Foi verificado que mulheres e homens possuem comportamentos diferentes em relação à alimentação. Ambos requerem estratégias de mudança social e comportamental. Nos alimentos de origem natural, encontra-se uma série de vitaminas, nutrientes e outros produtos que o nosso corpo não produz. Para um bom desenvolvimento visual, a vitamina A recarrega as moléculas sensíveis à luz, estimula a mitose em forma de uma renovação saudável e natural dos tecidos que envolvem os olhos. Esses elementos, incluindo os aminoácidos essenciais, podem ser encontrados em uma dieta saudável como alimentos frescos e com o mínimo de processamento industrial, garantindo uma boa saúde e longevidade visual. (ROCHA, 2019)

Fatores genéticos têm um papel importante em várias formas de diabetes e, baseado nisso, foi perguntado aos participantes se possuem histórico de diabetes na família. Da amostra geral, 75% responderam que sim, em primeiro grau (pais ou irmãos e filhos) e 37% que sim, em segundo grau (tios, tias, avós e primos em primeiro grau).

Cinquenta por cento da amostra possui algum distúrbio ocular relacionado ao diabetes e todos estão em tratamento com os mais variados tipos, sendo 25% com o auxílio de óculos com lentes de grau, 37% com algum tipo de colírio e 8% já realizaram ou vão realizar o tratamento através de cirurgia. As dificuldades visuais relacionadas encontradas foram 8% de diabéticos com retinopatia diabética, 4% com catarata, 42% com glaucoma e 8 com deslocamento de retina e miopia. Dos participantes com os sem distúrbios oculares, 50% da amostra possuem parentes com uma ou mais de uma dificuldade visual. Glaucoma, retinopatia, complicações no diabetes e da catarata estão se tornando cada vez mais atuais em nosso país. Se você gerencia bem a taxa de glicemia, é bem provável que apresente problemas oculares de menor gravidade ou nem apresente. Isso porque quem tem diabetes está mais sujeito à cegueira, se não tratá-la corretamente. Fazendo exames regularmente e entendendo como funcionam os olhos, fica mais fácil manter essas complicações sob controle. Uma parte da retina é especializada em diferenciar detalhes finos. Essa pequena área é chamada mácula, que é irrigada por vasos sanguíneos para garantir seu funcionamento. Essas estruturas podem ser alvo de algumas complicações da diabetes (MINISTÉRIO DA SAÚDE). Glaucoma, um dos maiores índices encontrado no município é a segunda causa de cegueira no mundo, tratando-se de doença de difícil diagnóstico, sem sinais perceptíveis para o paciente, com perda progressiva de visão, aumento da pressão intraocular; e que, quando diagnosticada precocemente, pode evitar a cegueira (FRAGA, 2018). As desigualdades sociais, a carência alimentar e a falta de acesso ao tratamento são agravantes da situação. Em contrapartida, vale realçar que o Brasil é o segundo país que mais exerce transplante de córnea, só perdendo para os Estados Unidos. No Brasil, a implantação de bancos de olhos teve início há mais de meio século. A partir da década de 1990, as atividades começaram a ser profissionalizadas e melhores resultados foram sendo obtidos em algumas regiões do País (CONSELHO BRASILEIRO DE OFTALMOLOGIA). Se diagnosticadas as deficiências visuais prematuramente, os índices atuais serão reduzidos. A participação social é essencial e dá qualidade de vida ao paciente. A família é extremamente importante no processo de reabilitação visual, na medida em que auxilia no suporte pessoal e emocional, isto é, psicossocial, da aceitação da deficiência e convivência com outras pessoas (FRAGA, 2018).

### **Conclusão / Considerações finais**

Diante do exposto, conclui-se que os distúrbios oculares relacionados ao diabetes é um problema de saúde relevante, o qual está associado a fatores socioeconômicos e a outras condições de

saúde, ressaltando-se a necessidade de atuação interdisciplinar de saúde, junto à clientela diabética, contribuindo para a adesão às condutas de manutenção de problemas visuais relacionados a essa doença crônica. Pode-se, também, observar a importância da abordagem educativa por meio de informações para os diabéticos portadores de distúrbios visuais e também para população geral. O controle dos fatores de risco associados ao diabetes, por meio de medidas de promoção da saúde, pode contribuir para a diminuição da incidência da doença e de suas complicações, bem como para a redução dos custos gerados sobre o SUS, assegurando uma vida saudável e promovendo o bem-estar aos mindurienses, se estendendo esse reflexo positivo a todo Brasil.

### Referências

Jorge L. Gross; Sandra P. Silveiro; Joíza L. Camargo; Angela J. Reichelt e Mirela J. de Azevedo - **Diabetes Melito: Diagnóstico, Classificação e Avaliação do Controle Glicêmico. 2001.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-27302002000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302002000100004) - Acesso em: 05 out. 2019.

Santos, F. D. – **A aceitação e o enfrentamento da cegueira na idade adulta. 2004.** Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/3023/DissFDS.pdf?sequence=1> - Acesso em: 05 out. 2019.

Almeida, H. G. – **Veja Bem CBO em Revista - Unidos pela saúde. 2016.** Disponível em: [https://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/revista\\_vejabem\\_10\\_leitura.pdf](https://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/revista_vejabem_10_leitura.pdf) - Acesso em: 14/10/2019.

**Plataforma Agenda 2030** - Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/ods/3/>. Acesso em: 05 out. 2019.

Oliveira, J. et al. - **Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018. São Paulo: Editora Clannad.** Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/2017/diretrizes/diretrizes-sbd-2017-2018.pdf> - Acesso em: 05 out. 2019.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)** - Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/minduri/panorama> - Acesso em: 05 out. 2019.

**Atenção Primária à Saúde de Minduri/MG – Unidade Básica Sebastião Alves Teixeira e Unidade Básica de Saúde Carlos Penha de Andrade.** Disponível em: 04 out. 2019.

Rodrigues, T. - **Avaliação de dosagens de glicemia em jejum, glicemia média e hemoglobina glicada em pacientes diabéticos. 2011.** TCC (Graduação) - Curso de Farmácia, Universidade

Estadual da Paraíba, Campina Grande. Disponível em:  
<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/383/1/PDF%20%20Thiago%20Peixoto%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 05 out. 2019.

**Diabetes (diabetes mellitus): Sintomas, Causas e Tratamentos – Saúde de A À Z** - Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/diabetes>. Acesso em: 05 out. 2019.

**Centers for Disease Control and Prevention. National diabetes fact sheet. 2007.** Disponível em: [http://www.cdc.gov/diabetes/pubs/pdf/ndfs\\_2007.pdf](http://www.cdc.gov/diabetes/pubs/pdf/ndfs_2007.pdf). Acesso em: 05 out. 2019.

PAN, X. R. **Efeito da dieta e exercício na prevenção de DMNID em pessoas com tolerância à glicose diminuída. 1997.** Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9096977> Acesso em: 14 out. 2019.

OHIDA, Y.; YAMANOUCHI, K.; HAYAMIZU, S. & SATO, Y., **Jogging leve a longo prazo aumenta a ação da insulina, apesar de nenhuma influência na massa corporal ou no VO2 máx. Jornal de Fisiologia Aplicada. 1989.** Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/2663816> Acesso em: 14 out. 2019.

**Sociedade Brasileira de Diabetes.** Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/publico/> Acesso em: 05 out. 2019.

ROCHA, E. **Vitaminas são essenciais para uma boa visão – Jornal da USP.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/vitaminas-sao-essenciais-para-uma-boa-visao/> 05 out. 2019.

Conselho Brasileiro de Oftalmologia – **As Condições de saúde ocular no Brasil. 2015.** Disponível em: [http://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/Condicoes\\_saude\\_ocular\\_IV.pdf](http://www.cbo.net.br/novo/publicacoes/Condicoes_saude_ocular_IV.pdf) Acesso em: 14 out. 2019.

FRAGA, V. **É possível evitar a deficiência visual?** Disponível em: [http://cbo.net.br/novo/publicacoes/revista\\_vejabem\\_16\\_online.pdf](http://cbo.net.br/novo/publicacoes/revista_vejabem_16_online.pdf) Acesso em: 14 out. 2019.

## ALTERAÇÕES TECIDUAIS GÁSTRICAS OCASIONADAS POR MEDICAMENTOS INIBIDORES DA BOMBA DE PRÓTONS

Santos, Camila dos Reis<sup>15</sup>, Ferreira, Livia Pena<sup>2</sup>, Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>, Azevedo, Fabiano Uba<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Inibidor da bomba de prótons (IBP); Inflamação tecidual; Endoscopia; Hiperacidez; Cicatrização tecidual

### Introdução

Apresentando grande eficácia no tratamento e combate de diversas patologias relacionadas ao sistema digestivo, os IBP's foram planejados para impedir a secreção ácida no estômago, tendo a finalidade de aumentar o pH (potencial hidrogeniônico) do suco gástrico, sendo a produção do ácido estomacal proveniente da troca do íon K<sup>+</sup> (potássio) pelo H<sup>+</sup> (hidrogênio), tal processo possui gasto energético, ou seja, é um processo ativo que possui gasto de ATP (adenosina trifosfato) (MORSCHER, MAFRA e EDUARDO, 2018).

A inibição ácida é crucial para o tratamento de: gastrite, dispepsia, hérnia de hiato, doença do refluxo gastroesofágico (DRGE), síndrome de Zollinger Ellison, esôfago de Barret, úlcera péptica, úlceras ocasionadas pelo uso de AINE's e também as que são ocasionadas pela presença da bactéria *Helicobacter pylori* (H.pylori) (HOEFLER e LEITE, 2009).

O objetivo desta pesquisa é analisar os fármacos pertencentes a esta classe, como agem no tratamento de doenças do sistema digestivo e os aspectos que levam a cicatrização gástrica após o tratamento, desta maneira torna-se extremamente importante a continuidade e a pesquisa sobre a farmacocinética, a farmacodinâmica, os aspectos farmacoeconômicos no tratamento com os IBP's e as mudanças teciduais que ocorrem no epitélio estomacal após o uso destes medicamentos, bem como seus benefícios.

### Materiais e métodos

O estudo se baseou na análise de artigos científicos publicados nas plataformas Lillacs, Scielo, Pubmed e Medline, no período que corresponde ao ano de 2009 a 2019.

---

<sup>15</sup> [camila.rs95@hotmail.com](mailto:camila.rs95@hotmail.com) - Unisepe

<sup>2</sup> Farmacêutica, Bioquímica, Docente da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE

Foi realizada uma pesquisa de campo na unidade básica de saúde (UBS) São Cristóvão do município de Baependi – MG, no período de 15/04/2019 a 30/04/2019, sendo entrevistados 35 pacientes cujos prontuários analisados apontaram disfunções do aparelho gástrico e o consequente uso de IBP's.

As entrevistas foram feitas através de um questionário, no qual avaliou os principais efeitos causados pelos fármacos em estudo nos pacientes que possuíram alguma patologia do aparelho digestivo. O questionário contou com algumas perguntas referentes à sintomatologia do paciente, qual medicamento usou durante o tratamento e quais foram os efeitos causados pelo IBP utilizado durante e após o tratamento.

Também foram analisados laudos de endoscopias de 16 pacientes que participaram da entrevista.

O projeto foi enviado ao comitê de ética e Plataforma Brasil em abril de 2019, sendo aprovado em junho do mesmo ano.

### **Resultados e discussão**

Antes do início do tratamento com algum IBP, o sintoma mais comum entre os entrevistados foi a epigastria, seguida da dispepsia e pirose, sendo que um pequeno número de pacientes apresentou pirose associada ao refluxo gastroesofágico.

Dos 35 pacientes entrevistados, 24 utilizaram algum IBP somente durante o tempo prescrito pelo médico. Já 11 pacientes ultrapassaram o tempo prescrito pelo médico.

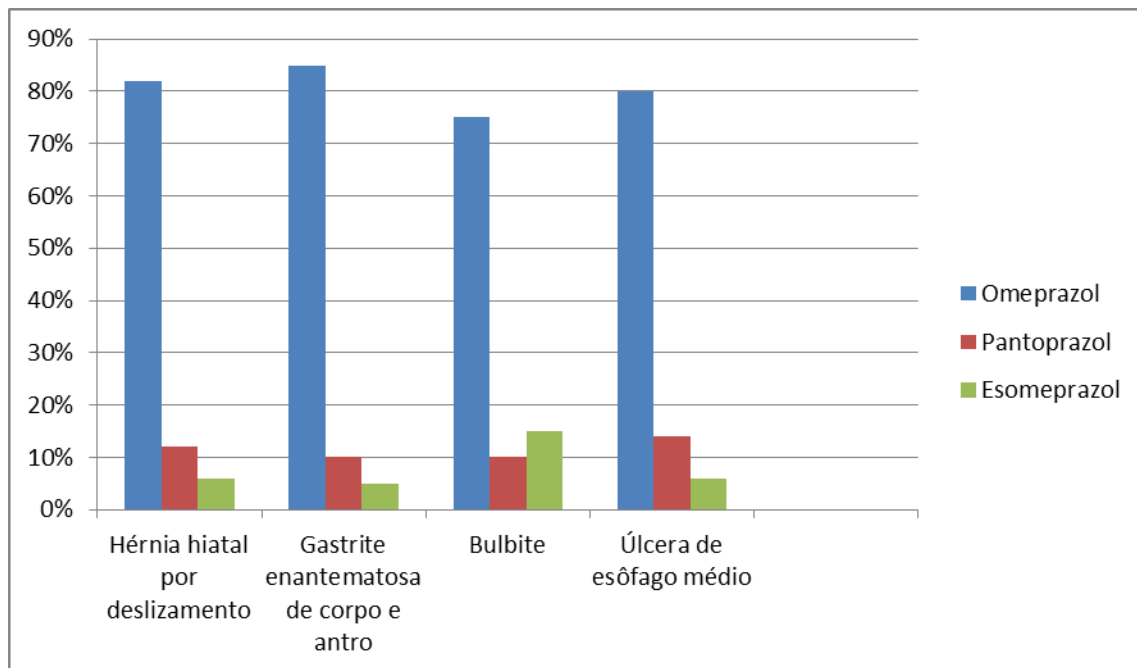
Após o uso do IBP, 7 pacientes utilizaram o anti histamínico Ranitidina, associando-o ao tratamento principal.

Após o tratamento com o IBP, 90% descreveram inibição dos sintomas da pirose, seguidas de 85% que apontaram a inibição da epigastria, 80% apresentaram inibição da dispepsia e 50% dos entrevistados relataram inibição dos sintomas de refluxo gastroesofágico.

Dos efeitos colaterais, é possível apontar a cefaleia como a mais descrita pelos pacientes entrevistados, seguidos de diarreia e vertigem. O medicamento IBP mais utilizado pelos 35 pacientes entrevistados foi o omeprazol, seguido do pantoprazol e o esomeprazol

Após a interpretação de 16 laudos de endoscopias realizadas pelos pacientes entrevistados, foi possível observar que a maior parte dos pacientes apresentaram hérnia de hiato por deslizamento, seguidos de gastrite enantematosa de corpo e antro, bulbite e úlcera de esôfago médio.

Dos 16 laudos endoscópicos analisados, 2 apresentaram lesão tumoral



### Conclusão / Considerações finais

De acordo com a revisão bibliográfica e com o estudo de campo realizado, verificou-se a importância da bomba de prótons na digestão e, concomitantemente foi possível avaliar quais os sintomas e doenças causadas pela disfunção da mesma. Assim, foram analisados os medicamentos que compreendem a classe dos inibidores da bomba de prótons, sendo os mais utilizados pela população atualmente: omeprazol, pantoprazol e esomeprazol.

### Referências

- HOEFLER, Rogério. LEITE, Betânia Ferreira. Segurança do Uso Contínuo dos Inibidores da Bomba de Prótons. *Conselho Federal de Farmácia*, Ano XIV, n°s 1 e 2, 2009, páginas 1 e 6.
- MORSCHER, Carine Franco. MAFRA, Denise. EDUARDO, José Carlos Carraro. A Relação Entre Inibidores da Bomba de Prótons e Doença Renal. *Revista Brasileira de Nefrologia*, São Paulo, V40, 2018, n°3.

## APLICAÇÃO DE UM QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA EM ALUNOS DE CURSOS SUPERIOR DA ÁREA DESAÚDE

ABRAHÃO, Carolina Mística; RANGEL, Jadi de Paula; OLIVEIRA, Kimberly Alkimin; OLIVEIRA, Lorena Assis; JESUS, Victória Reis<sup>16</sup>; JÚNIOR, Rodolfo Ribeiro; FONSECA, Leonardo Campos; LIMBORÇO-FILHO, Marcelo; MARINS, Fernanda Ribeiro; ASSIS, Isabela Bacelar<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Transtorno de ansiedade generalizada, auto avaliação.

### Introdução

Segundo o manual de Classificação de Doenças Mentais (DSM-III-R e DSM-IV), foi definido que o Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG) é a preocupação crônica e excessiva, tal como a expectativa apreensiva do futuro, sendo esta, um estado prolongado de ansiedade flutuante, a qual não chega a crises de pânico ou fobias, não tendo motivos justificáveis (CRAIGHEAD e MIKLOWITZ, 2008; CASTILLO et al., 2000).

É possível que o TAG se inicie em qualquer idade, tendo maior frequência na segunda década de vida, justamente a fase da vida que tende a ser mais conturbada para os jovens entre 20 e 30 anos (CRAIGHEAD; MIKLOWITZ, 2008; CASTILLO et al., 2000).

Diversos estudos científicos elucidam essa situação de ansiedade em acadêmicos de cursos de ensino superior. Esse tipo de graduação é acompanhado de um processo de adaptação ao novo ambiente, com diversas mudanças relacionadas a aspectos pessoais, sociais, emocionais e acadêmicos, tais como novas rotinas de atividades, de horários e novos relacionamentos. Em conjunto, essas transformações podem desencadear alterações no comportamento psicossocial dos discentes, como a ansiedade e o TAG (ARAÚJO e ALMONTES, 2010).

Partindo dessa premissa, o objetivo da pesquisa vigente é comparar os níveis de ansiedade entre os cursos de Biomedicina, Enfermagem, e Psicologia, 4º e 8º períodos da Faculdade de São Lourenço, em São Lourenço, sul de Minas Gerais.

<sup>1</sup> Graduado(a) em Biomedicina da Faculdade de São Lourenço-UNISEPE

<sup>2</sup> Biomédica, Mestre em Ciências da Saúde, Professora e Coordenadora do curso de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço-UNISEPE, Rua Madame Schimidt, 90 - Federal, São Lourenço/MG [isabela\\_bacelar@yahoo.com](mailto:isabela_bacelar@yahoo.com)



## Materiais e métodos

Realizou-se um estudo experimental, constituído por dados primários obtidos na população da Faculdade de São Lourenço, através de uma amostragem de 98 participantes, os quais estão inseridos nos cursos de Biomedicina, Enfermagem e Psicologia, 4º e 8º períodos. A amostra foi obtida de maneira aleatória, a partir dos seguintes critérios: aplicação do questionário de TAG para os alunos presentes nas turmas supramencionadas. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 90%, cuja margem de erro é de 7%. Foram avaliadas as variáveis qualitativas escalonárias, através de um questionário previamente formulado (questionário de auto-avaliação para TAG). A amostra foi qualificada através das variáveis: Curso, Período, Idade, Sexo. Segue abaixo as perguntas presentes no questionário, bem como as possibilidades de resposta, estão expressas em: “nem um pouco (1)”, “relativamente (2)”, “um pouco (3)”, “bastante (4)” e “muito (5)”:

Se não tenho tempo de fazer tudo, me preocupo. (1) (2) (3) (4) (5)

Minhas preocupações me oprimem. (1) (2) (3) (4) (5)

Muitas situações me causam muita preocupação. (1) (2) (3) (4) (5)

Sei que não deveria me preocupar com as coisas, mas simplesmente não consigo evitar. (1) (2) (3) (4) (5)

Quando estou sob pressão, fico muito preocupado. (1) (2) (3) (4) (5)

Estou sempre preocupado com alguma coisa. (1) (2) (3) (4) (5)

Assim termino uma tarefa, começo a me preocupar com outra coisa. (1) (2) (3) (4) (5)

Sempre fui uma pessoa ansiosa. (1) (2) (3) (4) (5)

Percebo que venho tendo muitas preocupações. (1) (2) (3) (4) (5)

Quando começo a me preocupar, não consigo mais parar. (1) (2) (3) (4) (5)

Estou o tempo todo preocupado(a). (1) (2) (3) (4) (5)

Eu me preocupo com os projetos até que eles tenham terminado. (1) (2) (3) (4) (5)

Não tendo a me preocupar com as coisas. (1) (2) (3) (4) (5)

Tenho facilidade para me desligar das minhas preocupações. (1) (2) (3) (4) (5)

Nunca me preocupo com nada. (1) (2) (3) (4) (5)

Quando não há mais nada que eu possa fazer a respeito de um problema, paro de me preocupar. (1) (2) (3) (4) (5)

Os dados foram coletados entre os dias 2,3 e 7 de outubro de 2019, na Faculdade de São Lourenço.

Após a coleta, os dados foram tabulados no software, Excel, Word; e a análise foi realizada no software GraphPad Prisma, expressa como média  $\pm$  erro padrão da média da amostra avaliada.

### Resultados e discussão

A faixa etária das turmas foi de: biomedicina 4º período=20 à 25 anos e biomedicina 8º período= 25 à 30 anos, enfermagem 4º período= 20 à 25 anos e enfermagem 8º período= 25 à 30 anos, psicologia 4º período= 20 à 25 anos e psicologia 8º período= 20 à 25 anos.

Os dados mostraram que: os 8º períodos das turmas de biomedicina, enfermagem e psicologia, são as turmas que possuem alunos de idade (anos) mais velhos. E os 4º períodos das turmas de biomedicina, enfermagem e psicologia, são as turmas que possuem os alunos de idade (anos) mais novos. Segue tabela:

Tabela 1: Idade (anos) dos participantes por curso

| Curso                   | PSICOLOGIA 4º PERIODO | PSICOLOGIA 8º PERIODO | BIOMEDICINA 4º PERIODO | BIOMEDICINA 8º PERIODO | ENFERMAGEM 4º PERIODO | ENFERMAGEM 8º PERIODO |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Número de participantes | 16                    | 12                    | 9                      | 15                     | 25                    | 21                    |
| Média de idade (anos)   | 22,06                 | 24,67                 | 21,22                  | 28,93                  | 24,04                 | 28,19                 |
| Erro Padrão da Média    | 0,5807                | 0,7817                | 0,7778                 | 2,780                  | 1,098                 | 2,347                 |

Quanto à resposta ao questionário de TAG, os dados mostraram que os alunos do 4º período de Psicologia apresentam a pontuação de  $53.3 \pm 4.1$ , já o 8º período do mesmo curso apresentou pontuação de  $51 \pm 3.5$ . Os alunos do 4º período de Biomedicina apresentam a pontuação de  $57.56 \pm 1.8$ , já o 8º período do mesmo curso apresentou  $61.33 \pm 2$ . Os alunos do 4º período de enfermagem apresentaram a pontuação de  $55.92 \pm 3.3$ , já o 8º período do mesmo curso apresentou pontuação de  $51.76 \pm 2.5$ . Foi encontrado diferenças estatística somente quando

comparado o 8º período de Biomedicina aos demais cursos. No curso de Enfermagem e Psicologia sendo ambas foram classificadas com TAG, mesmo uma turma estando no meio do curso e a outra terminando o curso.

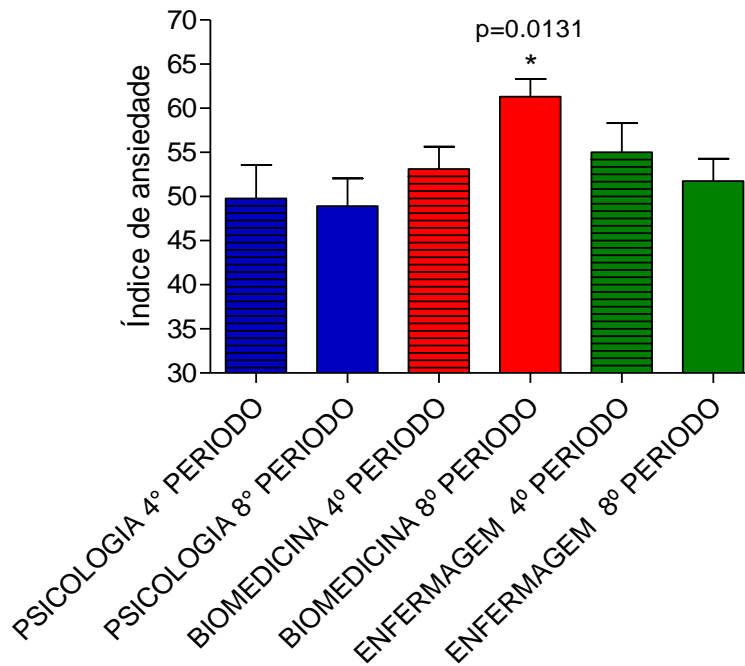


Figura 1: Dados obtidos a partir do questionário. Os dados mostram que os grupos apresentam ansiedade. Sendo que os índices são estatisticamente maiores na turma do 8º Período de Biomedicina quando comparado aos demais grupos. Teste de análise de variância ANOVA oneway. \*versus demais grupos  $p=0.0131$ .

### Conclusão / Considerações finais

A faixa etária dessa pesquisa está entre 20 e 30 anos, o 8º período de Biomedicina é a sala que apresenta a média de idade mais elevada, e, coincidentemente, é a sala que apresenta o maior índice de ansiedade. Comparando os períodos abordados, o ranking segue a seguinte ordem decrescente: 8º Biomedicina, 4º Enfermagem, 4º Biomedicina, 8º Enfermagem, 4º Psicologia e 8º Psicologia, sendo estatisticamente significativa a diferença do último período de Biomedicina quando comparado aos demais cursos. O objetivo da presente pesquisa era verificar a possibilidade de uma diferença significativa entre o 4º período e o 8º,

todavia, os dados mostram que não há discrepância entre eles, com exceção do curso de Biomedicina.

## Referências

ARAÚJO, D.F.; ALMONDES, K. M. Qualidade de sono e sua relação com o rendimento acadêmico em estudantes universitários de turnos distintos. Revista de Psicologia, v. 43, n. 3, p. 350-359, jul./set, 2010.

<https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-clinica/transtorno-de-ansiedade-generalizada-uma-abordagem-farmacologica-e-psicoterapeutica>.

## LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO ENTRE ALUNOS DE CURSOS SUPERIORES SOBRE OS SISTEMAS ABO/RH

Rezende, Daniella Lopes<sup>17</sup>, Ribeiro, Juan Pablo<sup>1</sup>, Silveira, Letícia Santos<sup>1</sup>, Prates, Luana Marques Neves<sup>1</sup>, Estevão, Ludmila Aparecida Silva<sup>1</sup>, Vilela, Paloma Medeiros<sup>1</sup>; Assis, Isabela Bacelar<sup>2</sup>; Fonseca, Leonardo Campos<sup>2</sup>; Limborço-Filho, Marcelo<sup>2</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>; Júnior, Rodolfo Ribeiro<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Sistema ABO, fator Rh, reações hemolíticas transfusionais, doação de sangue.

### Introdução

O sistema ABO/RH é de suma importância para os seres humanos, de tal forma que após a sua descoberta o número de mortes por reações hemolíticas transfusionais reduziu em massa. Através de um simples e rápido exame de sangue faz-se a descoberta de seu grupo sanguíneo e fator Rh (BATISTETI, CALUZI, ARAÚJO, *et al*, 2007)

A descoberta do sistema de grupos sanguíneos ABO por Karl Landesteiner, em 1900, não foi a chave completa para as questões relacionadas às reações hemolíticas transfusionais. A solução para esse problema aguardaria a descoberta do fator Rh, ocorrida em 1937, por Wiener e Landsteiner (BATISTETI, CALUZI, ARAÚJO, *et al*, 2007).

Devido a sua importância foi escolhido como tema da pesquisa e para uma estatística de um número de doadores entre os alunos da Faculdade de São Lourenço bem como seu conhecimento sobre seu grupo sanguíneo e fator Rh.

### Materiais e métodos

Foi realizado um estudo investigativo constituído por dados primários obtidos na população da Faculdade de São Lourenço através de uma amostra de 50 participantes dos cursos de estética e cosméticos e psicologia. A amostra foi obtida de maneira aleatória. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 85% e a margem de erro é de 10%. Foram avaliadas as variáveis qualitativas: 1) Grupo sanguíneo e fator rh A+, A-, B+, B-, AB+, AB-, O+, O- e não possui conhecimento; 2) Possui conhecimento do grupo sanguíneo e fator rh de seus familiares sim ou não; 3) Possui conhecimento sobre a doença eritroblastose fetal sim ou não; 4) Possui

---

<sup>17</sup> [daniella.rezende78@gmail.com](mailto:daniella.rezende78@gmail.com) –Faculdade São Lourenço.

<sup>2</sup> Mestre em Citogenética

conhecimento do grupo sanguíneo considerado doador universal sim ou não; 5) Possui conhecimento do grupo sanguíneo considerado receptor universal sim ou não; 6) É doador de sangue sim ou não.

Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 na Faculdade de São Lourenço.

Após coleta os dados foram tabulados no software Excel e a análise foi realizada em porcentagem da amostra avaliada.

### **Resultados e discussão**

Dentre os alunos entrevistados, 42%, não souberam informar seu grupo sanguíneo e fator Rh, sendo o tipo “A” positivo o mais comum entre os quais possuem conhecimento de seu grupo sanguíneo e fator Rh, com uma porcentagem de 22%. O grupo “O” positivo está como o segundo mais comum com 18%, o doador universal “O” negativo tem uma porcentagem de 12%. O grupo sanguíneo “B” positivo possui uma porcentagem de 4% e o grupo “AB” positivo 2%. Já os grupos “AB” negativo, “A” negativo e “B” negativo não se manifesta em nenhum dos entrevistados com conhecimento de seu grupo sanguíneo e fator Rh.

Em nossa amostra 68% dos entrevistados não possuem conhecimento do grupo sanguíneo e fator Rh de seu núcleo familiar, pai e mãe, e 32% possuem conhecimento. Um fator que impressiona é que 86% não possuem conhecimento sobre a doença eritroblastose fetal que atinge o feto quando a mãe é Rh negativo e o feto Rh positivo, somente 14% tem conhecimento desta doença.

Sobre o conhecimento do grupo sanguíneo considerado “doador universal” 72% possuem conhecimento e somente 28% não possuem conhecimento, o grupo sanguíneo “receptor universal” 50% possuem conhecimento e os outros 50% não possuem conhecimento.

O fator preocupante foi que apenas 6% dos entrevistados são doadores de sangue, o que gera uma discussão sobre a conscientização da doação de sangue já que uma simples doação pode salvar até 3 vidas e 94% não são doadores de sangue.

## Conclusão / Considerações finais

O fato de somente 6% dos entrevistados serem doadores de sangue gera uma preocupação e demonstra a necessidade de campanhas e incentivos para que haja aumento do número de doadores.

## Referências

BATISTETI, Carolina Belotto; CALUZI, João José; ARAÚJO, Elaine Sandra Nabuco; LIMA, Sérgio Guardiano **Associação Brasileira de Filosofia e História da Biologia**: O sistema de grupo sanguíneo Rh - 2007

## **CORRELAÇÃO ENTRE SONO E QUALIDADE DE VIDA EM ACADÊMICOS DO CURSO NOTURNO DE BIOMEDICINA DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO**

Carvalho, Débora Cristina de Souza; Castro, Ellen de Jesus Silva; Lima, Paloma Cristina de<sup>18</sup>, Assis, Isabela Bacelar de; Limborço-Filho, Marcelo; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>

**Palavras-chave: Estudantes noturno, qualidade de vida, sono.**

### **Introdução**

A qualidade de vida e o sono são fatores que influenciam diretamente o aprendizado. A literatura científica prediz que estudantes de período noturno apresentam alterações nos níveis de estresse emocional e, conseqüentemente, na qualidade de vida, bem como no sono (VARGAS, 2010). Entre os fatores envolvidos nesse processo, estão a necessidade de deslocamento de uma cidade a outra, cansaço físico e mental associado ao trabalho realizado no período diurno, e o desafio da formação da graduação presencial. Em decorrência da rotina exaustiva, esses alunos podem desenvolver alterações psicológicas, cardiovasculares, metabólicas e do aprendizado, tais como: hipertensão, diabetes, alterações no sono e elevados níveis de estresse (ARAÚJO, 2012 e RIOS, 2008).

O presente estudo objetivou realizar uma pesquisa de campo a fim de avaliar a qualidade de vida, índices de qualidade do sono, parâmetros cardiovasculares e índice glicêmico em acadêmicos do 8º período do curso noturno de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço – MG.

### **Materiais e métodos**

Foram realizadas avaliações da auto análise dos distúrbios de sono pelos questionários PSQI (Índice de qualidade de sono de Pittsburgh) e da ESE (Escala de Sonolência de EPWORTH), foi avaliada a qualidade de vida através do questionários WHOQOL (The World Health Organization Quality of Life Assessment) e possíveis morbidades através da avaliação do Índice de massa corporal, frequência cardíaca, saturação de oxigênio, pressão arterial e medida da glicemia da comunidade de estudantes do curso de Biomedicina da supra mencionada instituição. A amostragem compreendeu 12 acadêmicos, sendo incluídos alunos de ambos os sexos (7 mulheres e 5 homens), com idades entre 20 a 30 anos, os quais firmaram Termo de

<sup>18</sup>[dboracsc@gmail.com](mailto:dboracsc@gmail.com) Faculdade de São Lourenço UNISEPE.

<sup>2</sup>Mestre e Doutora em Fisiologia e Farmacologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Fisioterapia pela PUC Minas Gerais, Professora da Faculdade de São Lourenço - UNISEPmarinsfr@gmail.com



Consentimento Livre e Esclarecido. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética local (CEP UNISEP: número 2.950.939).

## Resultados e discussão

Para a avaliação da qualidade do sono, foi utilizado o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh (PSQI). A análise global do questionário mostrou que o Índice de Qualidade de Sono de Pittsburgh, as mulheres apresentaram uma média de  $10.8 \pm 0.9$  e os homens apresentaram uma média de  $7.6 \pm 0.9$  ( $P=0.0322$ ) (Figura 1).

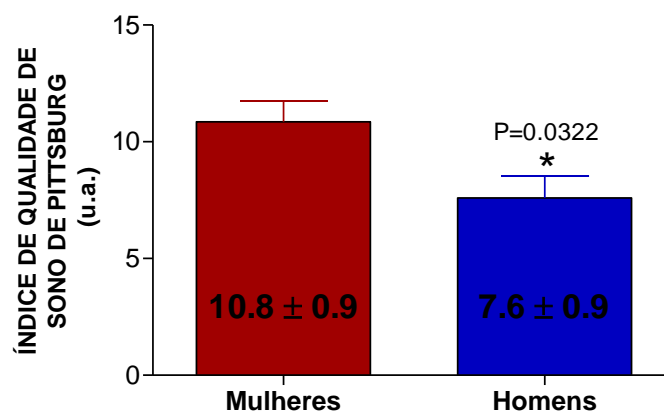


Figura 1: Média de homens e mulheres de acordo com o PSQI. Os dados agrupados mostraram que as mulheres (vermelho) possuem o escore  $10.8 \pm 0.9$  e os homens (azul) possuem escore de  $7.8 \pm 0.9$ , sendo essa diferença estatisticamente significativa com  $p=0.0322$ , demonstrando que mulheres possuem pior qualidade do sono quando comparadas aos homens.

Para avaliar o grau de sonolência diurna, foi utilizado a Escala de Sonolência de Epworth (ESE). Os dados agrupados mostraram que as mulheres (vermelho) possuem o escore  $13.2 \pm 1.9$  e os homens (azul) possuem escore de  $6 \pm 1.7$ , sendo essa diferença estatisticamente significativa com  $p=0.029$ , demonstrando que mulheres possuem maior sonolência quando comparadas aos homens.

O questionário The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL) (Tabela 1). Os dados agrupados mostraram que dentre os quatro domínios analisados (Domínio Físico; Psicológico; Relações sociais; Fatores ambientais) as mulheres apontam uma qualidade de vida pior que os homens.



|  | Mulheres       | Homens         |
|--|----------------|----------------|
| <b>1 - PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA</b>  | 3,85714        | 3,4            |
| <b>2 - SATISFAÇÃO COM A SAÚDE</b>  | 3,57143        | 3,6            |
| <b>Domínio 1 - Domínio físico</b>  | <b>3,73143</b> | <b>3,77143</b> |
| 3. Dor e desconforto   | 3,86           | 3,8            |
| 4. Energia e fadiga  | 4,7            | 4,2            |
| 10. Sono e repouso   | 2,7            | 3,6            |
| 15. Mobilidade   | 4              | 4,4            |
| 16. Atividades da vida cotidiana   | 3,15           | 3,2            |
| 17. Dependência de medicação ou de tratamentos   | 3,57           | 3,4            |
| 18. Capacidade de trabalho   | 4,14           | 3,8            |
| <b>Domínio 2 - Domínio psicológico</b>   | <b>3,26333</b> | <b>3,43333</b> |
| 5. Sentimentos positivos   | 2,86           | 3,2            |
| 6. Pensar, aprender, memória e concentração  | 3,58           | 3,6            |
| 7. Auto-estima   | 3              | 4              |
| 11. Imagem corporal e aparência  | 3,43           | 3,2            |
| 19. Sentimentos negativos  | 3,57           | 3,2            |
| 26. Espiritualidade, religião e crenças pessoais   | 3,14           | 3,4            |
| <b>Domínio 3 - Relações sociais</b>  | <b>3,95333</b> | <b>3,86667</b> |
| 20. Relações pessoais  | 4              | 3,8            |
| 21. Suporte (Apoio) social   | 4              | 3,6            |
| 22. Atividade sexual   | 3,86           | 4,2            |
| <b>Domínio 4 - Fatores ambientais</b>  | <b>2,85625</b> | <b>3,625</b>   |
| 8. Segurança física e proteção   | 3,43           | 3,4            |
| 9. Ambiente no lar   | 2,71           | 3,4            |
| 12. Recursos financeiros   | 2,43           | 3,2            |
| 13. Cuidados de saúde e sociais: disponibilidade e acesso  | 3              | 4,2            |
| 14. Oportunidades de adquirir novas informações e habilidades  | 2              | 3,2            |
| 23. Participação em, e oportunidades de recreação e lazer  | 3              | 4              |
| 24. Ambiente físico: (poluição, ruído, trânsito, clima)  | 3              | 3,8            |
| 25. Transporte   | 3,28           | 3,8            |
| <b>necessita melhorar (quando for 1 até 2,9);<br/>regular (3 até 3,9); boa (4 até 4,9) e muito<br/>boa (5) )</b> |                |                |

Tabela 1: Questionário de qualidade de vida: The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL)

## Conclusão / Considerações finais

Diante de toda a ótica, infere-se que os alunos do curso noturno de Biomedicina estão sujeitos a diversos fatores que podem contribuir para desencadear alterações no sono e aumentar os níveis de estresse. Partindo dessa premissa, é de extrema importância traçar futuras iniciativas que visem melhorar a qualidade de vida desses estudantes e minimizar o aparecimento de possíveis comorbidades. Apesar de ser um problema em potencial, as alterações glicêmicas nos estudantes de ensino superior noturno ainda não estão claras, há a necessidade de pesquisas mais abrangentes nesse âmbito.

## Referências

VARGAS, M.L.F. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG, 2010.

ARAÚJO, D.F, ALMONDES K.M. Avaliação da sonolência em estudantes universitários de turnos distintos. Revista Psico-USF, v. 17, n. 2, p. 295-302, Ago, 2012.

BERTOLAZI, A.N.; FAGONDES, S.C.;PERIN, C; SCHONWALD, S.V;JOHN, A.B;MIOZZO, I.C.S.  
Validation of the Brazilian Portuguese version of the Pittsburgh Sleep Quality Index. Annual  
meeting of the associated professional sleep societies,v. 31. p.347, 2008.

## AVALIAÇÃO DO ÍNDICE DE ESTRESSE EM ACADÊMICOS DE GRADUAÇÃO NOTURNA

Castro, Ellen<sup>19</sup>, Souza, Débora<sup>1</sup>, Lima, Paloma<sup>1</sup>, Assis, Isabela Bacelar<sup>2</sup>, Limborço-Filho, Marcelo<sup>3</sup>, Marins, Fernanda Ribeiro<sup>4</sup>.

### Introdução

Um mal necessário a sobrevivência, o estresse tem sido muito estudado por diversos pesquisadores que avaliam a relação do seu excesso com danos à saúde (SOUZA, 2004). Hans Selye, em 1926 definiu estresse como "um conjunto de relações que o organismo desenvolve ao ser submetido a uma situação que exige esforço e adaptação", e estressor é todo agente ou demanda que evoca reação de estresse, seja de natureza física, mental ou emocional (SELYE, 1950).

Diversos estudos demonstram que essa situação de estresse emocional elevado está presente em acadêmicos, de cursos de ensino superior. O ingresso no ensino superior é acompanhado de um processo de adaptação ao novo ambiente, com diversas mudanças relacionadas a aspectos pessoais, sociais, emocionais e acadêmicos, tais como nova rotina de atividades, de horários e novos relacionamentos. Em conjunto, essas transformações podem desencadear alterações no comportamento psicossocial dos alunos, observados através de elevados níveis de estresse e de alterações no desempenho acadêmico (REIMÃO, 1996; ARAÚJO e ALMONTES, 2010).

Dessa maneira, iniciativas que avaliem os níveis de estresse em alunos de cursos noturnos de nível superior são de extrema importância para traçar futuras iniciativas que visem melhorar a qualidade de vida desses estudantes e minimizar o aparecimento de comorbidades. Sendo assim, o objetivo deste estudo será analisar a correlação entre estresse, índices de glicemia e parâmetros cardiovasculares entre os acadêmicos do curso noturno de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço – UNISEPE.

### Materiais e métodos

---

<sup>19</sup>ellenjscastro@hotmail.com Faculdade de São Lourenço- Unisepe

<sup>5</sup> Mestre e Doutora em Fisiologia e Farmacologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Fisioterapia pela PUC Minas Gerais, Professora da Faculdade de São Lourenço – UNISEP marinsfr@gmail.com

Com o objetivo de analisar a Influência do estresse entre acadêmicos de curso noturno de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE e sua correlação com a glicemia e parâmetros cardiovasculares através do PSS-14, questionário do perfil do estudante e por fim medida da pressão arterial, frequência cardíaca, saturação de oxigênio e glicemia.

A amostra foi composta por um número (n) de 20 acadêmicos do curso noturno de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE São Lourenço MG, Brasil. Sendo incluídos alunos que estão cursando os cursos de graduação em Biomedicina, do sétimo período, de ambos os sexos, com idades entre 20 a 30 anos que firmarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética local (CEP UNISEPE: número 2.950.939).

## Resultados e discussão

Para mensuração de saturação de oxigênio e frequência cardíaca, foi utilizado um oxímetro de pulso, o qual foi utilizado para verificar o nível de oxigênio no sangue e indicar o número de contrações do coração por minuto (bpm), sem necessidade de puncioná-lo com uma agulha. Em pessoas saudáveis a saturação varia entre 95 a 100%. O estudo demonstrou que as mulheres apresentaram uma média de 94,80%, um indicativo próximo ao limiar inferior. Os homens da amostragem, por sua vez, apresentaram uma média de 95,20%, indicando um valor normal. A frequência cardíaca normal varia de 60 a 100 batimentos por minuto (bpm). O valor médio das mulheres foi de 97 bpm, enquanto que a média dos homens foi de 91 bpm.

Quanto ao resultado das respostas dos estudantes à Escala de Estresse Percebido, foi evidenciado que as mulheres apresentaram média de  $35,3 \pm 1,2$  e os homens apresentaram média de  $26,4 \pm 2$ . Verificou-se que as mulheres apresentam maior índice de estresse percebido do que os homens. Considerando-se os seguintes escores: baixo nível de estresse (15-28), nível moderado (29-42) e alto nível de estresse (>43), os homens apresentaram nível de estresse baixo, enquanto as mulheres nível moderado de estresse.

No presente trabalho, a análise da Escala de estresse percebido (PSS14) mostrou que as mulheres apresentam um nível de estresse maior comparado com os homens. Essa diferença correlacionada ao sexo também foi evidenciada por estudos prévios (COHEN e JANICKI-DEVERTS, 2012; KAJANTIE, 2008; LAVOIE e DOUGLAS, 2012; WANG et al., 2011).

## Considerações finais

Diante de todos os dados avaliados, infere-se que os alunos do curso noturno de Biomedicina estão sujeitos a diversos fatores que podem contribuir para aumentar os níveis de estresse. Nesse sentido, há a necessidade de pesquisas mais abrangentes, que avaliem desde as causas bem como as possíveis estratégias que busquem minimizar esses problemas já que a população de estudantes de graduação noturna é crescente.

## Referências

- ARAÚJO, D.F.; ALMONDES, K. M. Qualidade de sono e sua relação com o rendimento acadêmico em estudantes universitários de turnos distintos. *Revista de Psicologia*, v. 43, n. 3, p. 350-359, jul./set, 2010.
- LUFT, C.D.B Versão brasileira da Escala de Estresse Percebido: tradução e validação para idosos. *Rev. Saúde Pública, São Paulo*, v. 41, n. 4, p. 606-615, Ago, 2007.
- REIMÃO, R. Sono: estudo abrangente. 2. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 1996.
- SELYE, H. Stress and the general adaptation syndrome. *British Medical Journal*, n. 1, p. 1383-1392, Jun, 1950.

## **BASES NEUROFISIOLÓGICAS DA ACUPUNTURA NO TRATAMENTO DE ANALGESIA**

Carvalho, Felipe Pereira<sup>20</sup>; Silva, Larissa Ferreira<sup>21</sup>; Gonçalves, Patrick Rodrigues<sup>22</sup>, Vale, Bruno Tavares<sup>23</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>24</sup>.

**Palavras-chave:** Acupuntura, dor, bases científicas da acupuntura, analgesia, ressonância magnética

### **Introdução**

A Medicina Tradicional Chinesa (MTC) é muitas vezes correlacionada à espiritualidade e misticismo por demonstrar a ligação do homem a um padrão energético, realizando a associação de fatores da natureza a problemáticas físicas, psíquicas e espirituais. A acupuntura por si só demonstra ser um tratamento que busca compreender o ser humano enquanto ser vivente (físico), ser pensante (mente) e ser sensível (espiritual) (WEN, 2008). Porém apesar de claros a eficácia do tratamento bem como do diagnóstico o viés científico ainda parece ser uma deficiência para que haja ampla aceitação. Junto com o desenvolvimento científico e social houve o aumento da ocorrência de desordens orgânicas e simultaneamente se desenvolveram o conhecimento da terapêutica da acupuntura que se mostra eficaz minimizando as dores (MACIOCIA, 2001). Nesse contexto, muitas pesquisas estão sendo realizadas para entender o poder que as agulhas de acupuntura escondem especialmente quando se trata de dor. Sendo assim o objetivo deste trabalho foi correlacionar às evidências científicas que expliquem os mecanismos pelos quais a acupuntura exerce seus efeitos fisiológicos no tratamento da dor.

### **Materiais e métodos**

A presente revisão de literatura foi realizada através de pesquisas em livros didáticos específicos da área de acupuntura e artigos experimentais conduzidos no período de 1985 até 2018, publicados nas plataformas digitais: Google Acadêmico, Elsevier, PubMed, Wiley Online Library e revistas científicas.

Agregou-se ao estudo trabalhos produzidos na língua inglesa, espanhola, portuguesa nacional e de Portugal, utilizando as intercepções para os seguintes descritores: dor, analgesia, acupuntura,

---

<sup>20</sup>[felipebiomedpsy@gmail.com](mailto:felipebiomedpsy@gmail.com)

<sup>5</sup>Fisioterapeuta, mestre e doutora em Fisiologia e Farmacologia, Professora da Faculdade de São Lourenço-UNISEP

auriculoterapia, eletroacupuntura, tratamento analgésico, medicina tradicional chinesa, bases científicas, ressonância magnética e ativação cerebral.

## Resultados e discussão

Cho e colaboradores (1998) observaram através de ressonância magnética, em um grupo controle, a correlação entre as áreas do cérebro que são ativadas pela dor. São elas o córtex cingulado anterior dorsal (dACC), a área responsável pelo componente de processamento e cognitivo da dor, o córtex cingulado anterior rostral (rACC), uma área relativa a percepção emocional da dor, a área motora suplementar responsável pela interpretação do componente físico da dor e o tálamo responsável pela integração sensorial. Observou-se que os pacientes que receberam a acupuntura relataram a atenuação do estímulo doloroso e foi evidenciado na ressonância redução do estímulo no dACC (componente de processamento e cognitivo da dor), no tálamo (a área de integração sensorial), na área motora suplementar (componente físico da dor) e no rACC (componente da percepção emocional da dor). Já o grupo placebo relatou um alívio parcial da dor e em sua fMRI foi observada a atenuação da ativação apenas no rACC. Esse dado mostra que a puntura de um ponto que não é de acupuntura pode afetar apenas o componente emocional da dor (CHO et al., 2002). Está bem estabelecido que somente o efeito real da acupuntura é capaz de gerar uma estimulação cerebral diferenciada inibindo parcialmente o dACC, a área motora suplementar e o tálamo, envolvidas com o componente físico da dor.

## Conclusão / Considerações finais

Apesar de ter sido criado no mundo ocidental a falsa noção de que os resultados clínicos da acupuntura se devam principalmente ao efeito placebo cada vez mais os estudos vêm comprovando bases fisiológicas que fundamentam os efeitos da acupuntura. Ela se mostra como um método alternativo para se tratar a dor de maneira segura, barata, sem uso de fármacos e que gera uma resposta analgésica significativa, por isso tem grande adesão dos pacientes.

Os estudos comprovam a conexão entre pontos de acupuntura e áreas específicas e seletivas do sistema nervoso central. Entretanto, apesar de claras as vias ascendentes, ainda há uma lacuna quando se trata das conexões no cérebro envolvidas na organização e interpretação



dos diferentes estímulos provenientes das agulhas, bem como dos mecanismos neuronais que essas áreas empregam para promover as respostas descendentes. Mesmo sendo necessárias pesquisas para elucidar a organização neuronal do efeito da acupuntura os trabalhos cada vez mais confirmam que a acupuntura não é magia, acupuntura é ciência com efeitos que podem ser explicados pela fisiologia.

## Referências

CHO, Z. H., OLESON, T. D., ALIM, D., NIEMTZW, R. C. Acupuncture: The Search for Biologic Evidence with Functional Magnetic Resonance Imaging and Positron Emission Tomography Techniques. *the Journal of Alternative and Complementary Medicine* 8(4):399-401 · September 2002.

CHO, Z. H.; CHUNG, S. C.; JONES, J. P.; PARK, H. J.; LEE, H. J.; WONG, E. K.; MIN, B. I. New findings of the correlation between acupoints and corresponding brain cortices using functional MRI. **PNAS**, 1998.

MACIOCIA, G. Un texto de consulta para Acupuntores y Fitoterapeutas. Cascais-Portugal. ANEID PRESS DIVISIÓN DE ANEID LDA. 2001. P1-14.

WEN, T. S. **Manual terapêutico de acupuntura**. São Paulo: Manole, 2008. 1p.

## ASPECTOS E TRATAMENTO DA DOENÇA DE CROHN

George Carneiro Mangia Mendes, Felipe Pereira de Carvalho, Larissa Ferreira da Silva<sup>25</sup>,  
Fernanda Ribeiro Marins, Flaviana Ribeiro Fernandes<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Doença de Crohn, cólon, ílio, riticulite, Colite Ulcerosa

### Introdução

A Doença de Crohn (DC) é uma doença a pouco estudada, sua origem é questionada, pois não se descobriu sua causa, estudos mostram que está relacionada com a reticulite ulcerativa (RCU), ainda também chamada de colite ulcerativa, tal manifestação é classificada como “doença inflamatória intestinal”. Diante disso o trabalho tem como objetivo geral apresentar a DC, sua fisiopatologia e tratamento. Buscando ainda prover aos acadêmicos e profissionais de saúde dados atualizados sobre Doença Crohn, avaliar e discutir as prováveis etiologias da DC, os sinais e as complicações da doença, achar estratégias terapêuticas da DC para a melhoria na qualidade de vida dos pacientes.

### Materiais e métodos

O presente trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica via busca eletrônica de artigos científicos indexados em quatro bases de dados SciELO, PubMed, Google Acadêmico e periódicos Capes, abrangendo publicações entre 1996 e 2012. O levantamento bibliográfico compreendeu os trabalhos mais relevantes publicados originalmente na língua portuguesa e inglesa, a partir dos seguintes descritores: Doença Crohn, epidemiologia, fatores etiológicos, diagnóstico, sintomas e tratamento, sendo esses descritores sempre combinados com o termo doença de Crohn.

### Resultados e discussão

Não há um padrão em qual fase da vida ocorre a DC, mas é possível observar que sua prevalência se encontra em indivíduos entre 15 e 30 anos de idade, apresentando os principais sinais e sintomas como abdominal e diarreia com sangue, evoluindo para anemia, fadiga, perda de peso, inapetência e sangramento do reto, e em alguns casos podendo apresentar abscesso e fistulas. Seu tratamento requer uso de medicamentos que auxiliam no controle da doença, caso não haja melhora é necessário a realização de colectomia total.

<sup>25</sup> [georgecarneiro@outlook.com.br](mailto:georgecarneiro@outlook.com.br), Faculdade de São Lourenço-UNISEP

<sup>2</sup> Farmacêutica, Mestre e Doutora em Ciências Biológicas, Professora da Faculdade de São Lourenço – UNISEP

### **Conclusão / Considerações finais**

É possível notar que a doença de Crohn é uma patologia crônica, sendo por quadro clínico associado ao processo inflamatório podendo ser focal multifocal e atingindo o trato gastrointestinal, com grau de seriedade variante. Apesar da doença ter etiologia inconclusiva, estudos asseguram estar associada a um caráter autoimune e multifatorial, que submerge fatores genéticos, imunitários e ambientais.

### **Referências**

BAPTISTA ML. **Associação de Polimorfismo dos genes CARD15 e IL23R com Doença de Crohn em uma População Brasileira.** Curitiba. 113 f. Dissertação de Doutorado de Medicina Interna, setor de Ciências da Saúde – Universidade Federal do Paraná, 2008.

POLI D D. **Impacto da raça e ancestralidade na apresentação e evolução da doença de Crohn no Brasil. São Paulo.** Dissertação de Mestrado de Medicina, Gastroenterologia Clínica – Universidade de São Paulo. 2007.

SOUZA MM; BELASCO AG; NASCIMENTO JEA. **Perfil Epidemiológico dos Pacientes de Doença Inflamatória Intestinal do Estado de Mato Grosso.** Cuiabá. Rev Bras Coloproct, v. 28, n.3, p. 324-328, 2008.

## **RASTREAMENTO, DIAGNÓSTICO E CONTROLE DA DIABETES *MELLITUS* GESTACIONAL: IMPORTÂNCIA DAS ANÁLISES CLÍNICAS**

ARNAULT, Gian Carlos da Silva<sup>1</sup>; CASTRO, Ana Aparecida Parreira de<sup>1</sup>;  
COUTO, Jaquelyni Aparecida<sup>1</sup>; FERNANDES, Flaviana Ribeiro<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Diabetes *Mellitus* Gestacional. Rastreamento. Diagnóstico. Controle. Análises Clínicas.

### **Introdução**

Na atualidade, a diabetes vem sendo associada à epidemia da obesidade e representando uma emergência mundial de saúde, estando neste contexto inseridas as mulheres em idade fértil e, portanto, ameaçadas acerca do risco de desenvolverem a diabetes tipo 2 e gestacional (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2015; 2017) – conhecida dentro da literatura como Diabetes Gestacional (DG) ou Diabetes *Mellitus* Gestacional (DMG).

Desta forma, o objetivo geral do presente artigo é abordar sobre a Diabetes *Mellitus* Gestacional e o específico é ressaltar a importância das análises clínicas (dos exames laboratoriais) para o correto rastreamento, diagnóstico e controle da mesma.

### **Materiais e métodos**

A revisão literária, a partir do estudo da diabetes gestacional, organizou-se perante a seguinte abordagem: inicialmente, conceituou-se a diabetes *mellitus* gestacional, abordando suas complicações e fatores de risco; na sequência, explanou-se sobre como se dá seu rastreamento, diagnóstico e controle, ressaltando a importância dos exames laboratoriais.

### **Resultados e discussão**

Na gravidez em geral é que as necessidades de insulina são crescentes com o avançar da idade gestacional – fato que é naturalmente compensado nas não diabéticas, nas quais o pâncreas produz maior quantidade do hormônio com o desenvolvimento da gestação. Mas, em algumas mulheres, isto não acontece (FREITAS, 2011). A partir de um determinado momento a insulina que é produzida pelo pâncreas não é a suficiente para a manutenção da glicemia normal, o que irá determinar hiperglicemias, caracterizando o chamado diabetes gestacional (ZUGAIB, 2012).

A detecção precoce deste distúrbio, permite que sejam adotadas medidas terapêuticas que podem prevenir as complicações. O diagnóstico clínico é realizado por meio de duas fases, análise dos fatores de risco e confirmação do diagnóstico por exames laboratoriais. (CORREIA e RAMOS, 2016).

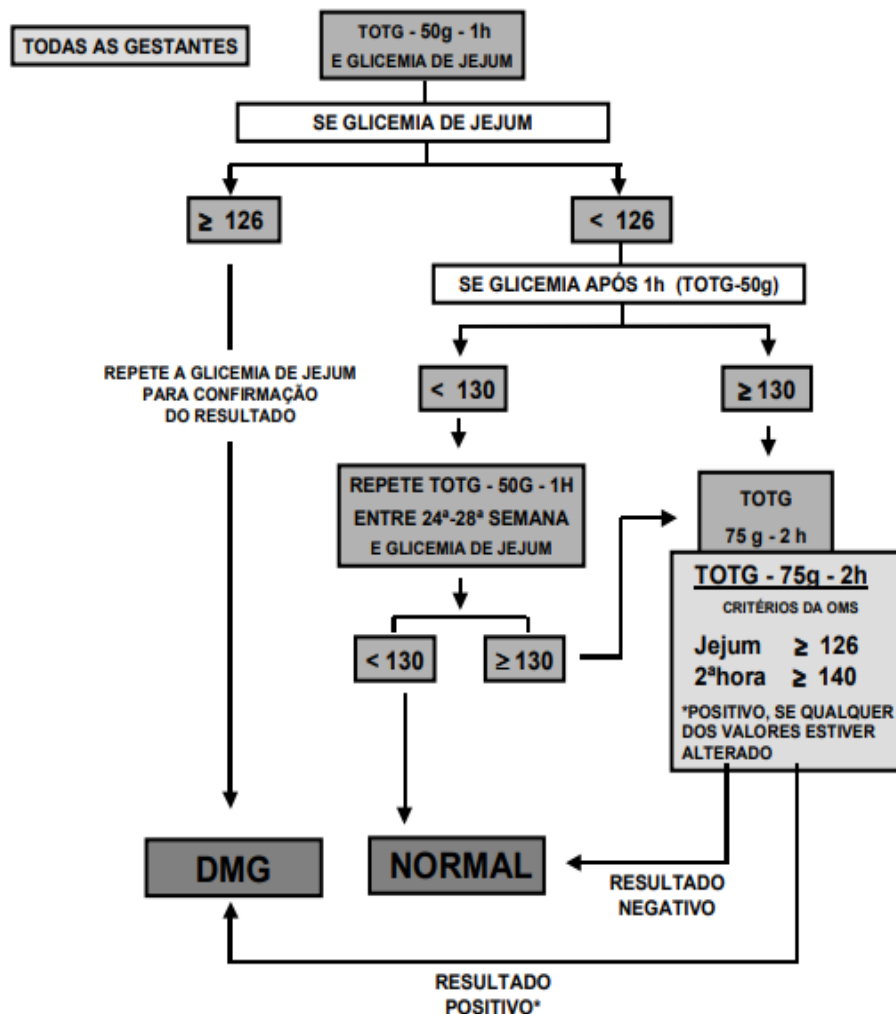


Figura 2: Esquema de rastreamento e diagnóstico de DMG. Fonte: Montenegro Júnior e colaboradores (2000).  
Legenda: TOTG (Teste oral de tolerância à glicose); DMG (Diabetes Mellitus Gestacional).

Normalmente o Diabetes Gestacional não pode ser prevenido. Porém, mulheres que estão acima do peso durante a gravidez têm um risco mais alto da doença, e o controle cuidadoso do peso antes da gravidez pode reduzir esse risco – o que pode acontecer por meio de uma dieta equilibrada ou por meio de atividade física (BOLOGNANI, SOUZA e DALDERON, 2011).

O exercício físico é considerado uma modalidade terapêutica na DMG em mulheres que não apresentem qualquer contraindicação médica ou obstétrica para a sua prática. Um programa de exercício físico adequado é, portanto, considerado uma terapêutica segura para a DMG (BLOTTA, 2018). A atividade física deverá ser aconselhada, privilegiando, sobretudo a que envolva os músculos da parte superior do tronco, com exercícios que não provoquem stress mecânico a esse nível. A caminhada diária deve ser incentivada. O treino cardiovascular da parte superior do corpo melhora o controle glicêmico em mulheres tratadas apenas com dieta (MORAIS et al., 2019).

Em meios às dietas e exercícios físicos, não podem ser dispensados os exames laboratoriais para o devido controle e monitoramento da gestação. Este é um critério imprescindível e importante para o êxito de uma gestação ameaçada pela ocorrência de diabetes, tanto para a gestante, quanto para o feto (FRIEDRICH, APARECIDA e UYEDA, 2019).

### **Conclusão / Considerações finais**

Rastreamentos e diagnósticos precoces e adequados resumem-se na principal medida de prevenção às complicações associadas a patologia, tanto para a gestante, quanto para o feto. Afirma-se, assim, que uma das formas mais importantes para este rastreamento e diagnóstico são os exames laboratoriais – ou as análises clínicas – que vem completar os exames clínicos. Estes são responsáveis pelo controle glicêmico adequado em relação ao Diabetes *Mellitus* Gestacional e devem ser desenvolvidos em laboratórios específicos, confiáveis e operacionalizados por técnicos da área das análises clínicas ou por biomédicos habilitados.

### **Referências**

BLOTTA, Francisco. Diabetes mellitus gestacional: diagnóstico, tratamento e acompanhamento pós-gestação. Portal PebMed, 14 nov 2018. Disponível em: <<https://pebmed.com.br/diabetes-mellitus-gestacional-diagnostico-tratamento-e-acompanhamento-pos-gestac%CC%A7a%CC%83o/>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BOLOGNANI, Cláudia Vicari; SOUZA, Sulani Silva de; DALDERON, Iracema de Mattos Paranhos. Diabetes gestacional: enfoque nos novos critérios diagnósticos. Com. Ciências Saúde, v. 22, n.1, p. 31-42, 2011. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/diabetes\\_mellitus\\_gestacional.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/diabetes_mellitus_gestacional.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2019.

CORREIA, Letícia Cristina Vellozo; RAMOS, Orivaldo Pereira. Diabetes mellitus gestacional em um laboratório escola no município de Ribeirão Preto-SP. X Encontro de Iniciação Científica do Centro Universitário Barão de Mauá, 2016. Disponível em: <[http://www2.baraodemaua.br/enic\\_anais/edicoes/2016/trabalhos2016/ENIC-2016-LETICIA-CRISTINA-VELOZZO-CORREIA.pdf](http://www2.baraodemaua.br/enic_anais/edicoes/2016/trabalhos2016/ENIC-2016-LETICIA-CRISTINA-VELOZZO-CORREIA.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

FREITAS, F. Rotinas em Obstetrícia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed; 2011.

FRIEDRICH, Fabian; APARECIDA, Márcia; UYEDA, Mari. Fatores que interferem na adesão ao tratamento da Diabetes Mellitus Gestacional. Revista Saúde e Desenvolvimento, v.13, n.14, p. 84-99, 2019.

MORAIS, Amanda Moreira de; REMPEL, Claudete; DELVING, Luciana Knabben de Oliveira Becker; MORESCHI, Claudete. Perfil e conhecimento de gestantes sobre o diabetes mellitus gestacional. Rev. Epidemiol. Controle Infecç. Santa Cruz do Sul, v. 9, n.2. p. 134-141, abr./jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia. Sociedade Brasileira de Diabetes. Rastreamento e diagnóstico de diabetes mellitus gestacional no Brasil. Brasília: OPAS, 2016. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/pdf/diabetes-gestacional-relatorio.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2019

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diabetes mellitus gestacional: diagnóstico, tratamento e acompanhamento pós-gestação. Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2014-2015, p. 192-197. 2015. Disponível em: <<https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/pdf/diabetes-gestacional/001-Diretrizes-SBD-Diabetes-Gestacional-pg192.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2019.

ZUGAIB, M. Obstetrícia. 2. ed. Porto Alegre: Manole; 2012.

## OS EFEITOS DAS INCORREÇÕES PRÉ-ANALÍTICAS E ANALÍTICAS PARA O EXAME DE PAPANICOLAU

SILVA, Isabelle Carvalho<sup>26</sup>; ASSIS, Isabela Bacelar<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Preventivo, Coleta Papanicolaou, Fase pré-analítica, Erros de Coleta.

### Introdução

Popularmente conhecido como “exame preventivo”, o exame citopatológico é o método mais empregado para o rastreamento do câncer do colo uterino e de lesões precursoras (PAULA et al., 2017). Sua aceitabilidade, tanto pelos profissionais da saúde quanto pelas pacientes, e a fácil aplicabilidade, têm permitido a redução da incidência e mortalidade provocadas pelo câncer cérvico-uterino (SILVA et al., 2005).

Proposto por Papanicolaou, em 1941, o exame preventivo consiste em procedimentos totalmente manuais, desde a coleta do material até a liberação dos resultados pelo laboratório, o que pode tornar-se suscetível a erros de conduta e comprometer no resultado final do exame (MORI e RIBEIRO, 2015).

Segundo estudos, um dos maiores problemas que os laboratórios de citopatologia enfrentam, em sua rotina, são as altas taxas de resultados falsos-negativos, sua causa em geral está nos erros da fase pré-analítica, mais precisamente, na coleta do material (PAULA et al., 2017). Além disso, erros na interpretação do laudo também são alarmantes (SILVA et al., 2005).

Dessa maneira, o presente trabalho visa identificar os efeitos das incorreções pré-analíticas e analíticas que limitam ou tornam os esfregaços cérvico-vaginais insatisfatórios e qual a sua influência sobre a detecção das lesões precursoras do câncer do colo do útero.

### Materiais e métodos

A presente pesquisa volta-se para uma Revisão Narrativa, de caráter descritivo-discursivo, que pretende destacar a importância da postura correta dos profissionais envolvidos nos procedimentos do "preventivo". Para isso, realizou uma ampla pesquisa nas bases de dados LILACS, SciELO, PubMed e Google Acadêmico, utilizando palavras e termos como “preventivo”, “coleta Papanicolaou”, “fase pré-analítica”, “erros de coleta”.

---

<sup>26</sup> isa.carvalhodalva@gmail.com - UNISEPE

<sup>2</sup> Biomédica, Mestre em Ciências da Saúde, Professora e Coordenadora do curso de Biomedicina da Faculdade de São Lourenço



Foram pesquisados artigos publicados em português e inglês, totalizando 50 artigos. Não houve critério de exclusão relacionados à época da publicação, tendo-se em vista à necessidade de análise histórica abrangente com relação ao tema alvo. Entretanto, deu-se maior atenção aos artigos mais recentes, pois apresenta aplicabilidade mais adequada com a prática médica atual.

## Resultados e discussão

Conforme estudos, os resultados falso-negativos apresentam elevados índices de ocorrência e são considerados como os mais prejudiciais à saúde da mulher, quando não diagnosticada podem adiar o tratamento precoce e aumentar o risco de desenvolver lesões ainda mais graves (MACHADO et al., 2018). De acordo com Machado e colaboradores (2018), estes resultados podem advir de duas situações: a paciente apresenta de fato uma anormalidade, porém suas células representativas não estão presentes na amostra citológica ou a paciente contém células anormais presentes na amostra, porém não são detectadas ou mal interpretadas como não representativas de uma anormalidade presente.

Perante o exposto, existem importantes questionamentos com que os falsos-negativos são detectados e quais são os efeitos que estes exames terão na qualidade geral da prática citopatológica (ARCURI et al., 2002).

No estudo de Manrique e colaboradores (2007), a primeira medida de controle de qualidade proposto é uma revisão rápida de 100% dos esfregaços, o que pode tornar uma análise mais precisa dos esfregaços interpretados. Na revisão com base em critérios clínicos e a revisão aleatória de 10%, os esfregaços são analisados e classificados de acordo com a alteração encontrada e os esfregaços identificados como insatisfatórios, suspeitos ou alterados serão submetidos há uma revisão detalhada por pelos menos dois profissionais citologistas no qual resultados divergentes terão o diagnóstico final estabelecido através de uma reunião de consenso (MACHADO et al., 2018).

Em geral, a maioria dos fatores que retratam os erros da coleta e preparo da amostra também podem causar erros de interpretação, a lesão não estar adequadamente representada no esfregaço, a presença de sangue excessiva, informações clínicas incompletas ou erradas, fixação inadequada da amostra, déficit de atenção do examinador, são exemplos que podem comprometer o resultado final do exame (MANRIQUE et al., 2007).

## Conclusão / Considerações finais

Visto que o câncer do colo uterino apresenta uma grande chance de cura quando diagnosticado precocemente e que a frequência de lesões precursoras varia com a adequabilidade da amostra, é importante que medidas de controle de qualidade sejam adotadas aos laboratórios, buscando reduzir a liberação de falsos resultados que comprometem o tratamento e a cura da paciente. Além disso, a adequabilidade da amostra também está relacionada ao desempenho dos profissionais em realizarem a técnica, caracterizada principalmente pelo trabalho manual, envolvendo todo o processo desde a coleta até a emissão do laudo pelo laboratório citopatológico. Sendo assim, é crucial a participação desses profissionais em cursos de capacitação, qualificação e em programas de educação permanente no sentido de aprimorar e garantir a qualidade desse exame.

Portanto, as intervenções que visem à motivação e atualização dos profissionais envolvidos poderão colaborar para a melhoria da qualidade da amostra citopatológica, tendo o conseqüente impacto no rastreamento do câncer do colo do útero e mais segurança à mulher que se submete ao exame de prevenção.

## Referências

ARCURI, R. A.; CUNHA, K. C. F.; ALVES, E. C.; CASTRO, A. A.; MACIEL, R. A.; ROSMANINO, A. C.; SILVA, P. L.; XAVIER, G. C. Controle interno da qualidade em citopatologia ginecológica: um estudo de 48.355 casos. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, v. 38, n. 2, p. 141-147, 2002.

MACHADO, E. P.; ALVES, M. B. M.; IRIE, M. M. T.; ZRZEBIELA, F. F.; RECHE, P. M.; BORATO, D. C. K. Controle interno da qualidade em citopatologia: o dilema da subjetividade. **Rev. Brasileira de Análises Clínicas**, v. 50, n. 3, p. 244-249, 2018.

MANRIQUE, E. J. C.; TAVARES, S. B. N.; SOUZA, N. L. A.; ALBUQUERQUE, Z. B. P.; ZEFERINO, L. C.; AMARAL, R. G. A revisão rápida de 100% é eficiente na detecção de resultados falsos-negativos dos exames citopatológicos cervicais e varia com a adequabilidade da amostra: uma experiência no Brasil. **Rev. BrasGinecolObstet**, v. 29, n. 8, p. 408-413, 2007.

MORI, M. A.; RIBEIRO C. N. M. Falhas no diagnóstico do câncer de colo uterino. **Rev. Eletrônica Biociências, Biotecnologia e Saúde**, v. 2, n. 11, p. 37-50, 2015.

PAULA, A. C.; SOUZA, N. G.; PRADO, T. C.; RIBEIRO, A. A. Indicadores do monitoramento interno da qualidade dos exames citopatológicos do Laboratório Clínico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). **Rev. Brasileira de Análises Clínicas**, v. 49, n. 2, p. 200-205, 2017.

SILVA, P. R.; GOUVEIA, D. D. S.; CARDOSO, A. C.; ARAÚJO, L. V.; MANRIQUE, E. J. C.; SOUZA, N. L. A.; AMARAL, R. G. Principais causas que limitam ou tornam as amostras insatisfatórias que podem comprometer a análise dos exames citopatológicos no rastreamento do câncer do colo do útero. **Rev. Eletrônica de Farmácia Suplemento**, v. 2, n. 2, p. 190-193, 2005.

## DOAÇÃO DE ÓRGÃOS: A IMPORTÂNCIA DA CONSCIENTIZAÇÃO.

Lino, Jussara Catarina<sup>27</sup>; Moreira, Sarah<sup>1</sup>; Pereira, Pedro<sup>1</sup>; Pimenta, Karina<sup>1</sup>; Rodrigues, Amanda<sup>1</sup>; Soares, Alfredo<sup>1</sup>; Assis, Isabela Bacelar<sup>2</sup>; Júnior, Rodolfo Ribeiro<sup>2</sup>; Limborço-Filho, Marcelo<sup>2</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>; Fonseca, Leonardo Campos<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** doação de órgãos, transplante, recusa familiar

### Introdução

A respeito de doação de órgãos, estudos revelam que profissionais da saúde e a população são predispostos a doar, há também um grande número de potenciais doadores, no entanto a realidade mostra um elevado número de recusas. (FILHO et al., 1995).

O conjunto de ações e procedimentos que consegue transformar um potencial doador em doador efetivo é tido como processo de doação, conforme a Coordenação do Sistema Estadual de Transplante do estado de São Paulo (2002).

O objetivo do presente trabalho foi analisar o percentual de doadores em potencial da Faculdade de São Lourenço.

### Materiais e métodos

Foi realizado um estudo observacional constituído por dados primários obtidos na população da Faculdade de São Lourenço através de uma amostra de 267 participantes dos cursos: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Educação Física Bacharel, Educação Física Licenciatura, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Gestão de RH, Análise de Desenvolvimento de sistemas, Estética e Cosmética e Direito. A amostra foi obtida de maneira aleatória. O nível de confiança da pesquisa foi fixado 95% e a margem de erro é de 5%. Foram avaliadas as variáveis qualitativas categóricas nominais e binárias através de um questionário construído pelos autores da pesquisa. As perguntas presentes no questionário assim como as possibilidades de resposta estão expressas abaixo:

- 1) Você seria doador de órgãos? As opções de resposta são: sim, não e não sei.
- 2) Curso.

<sup>27</sup> [jussaracatarina18@gmail.com](mailto:jussaracatarina18@gmail.com), Faculdade de São Lourenço.

<sup>2</sup> Msc Leonardo Campos Fonseca

3) Sexo. As opções de resposta são: feminino e masculino.

Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 na Faculdade de São Lourenço.

Após coleta os dados foram tabulados no software Excel e a análise foi realizada em porcentagem da amostra avaliada.

## Resultados e discussão

Os dados da pesquisa realizada mostraram que 71% das pessoas entrevistadas doariam órgãos, dentre os que doariam, 68% são mulheres. Foi constatado ainda que o percentual de indivíduos que não souberam responder é maior do que os que disseram não, sendo 21% e 8% respectivamente. Do total de entrevistados 63% são do sexo feminino e 37% do sexo masculino.

Em escala nacional identifica-se uma demanda de pessoas à espera de órgãos compatíveis elevada e por outro lado, uma baixa oferta de possíveis doadores potenciais (Santos & Massarolloz, 2005; ABTO, 2015).

## Conclusão / Considerações finais

O número de potenciais doadores é significativo, entretanto os indivíduos que se tornam doadores efetivos ainda é pequeno quando comparado a demanda de pessoas à espera de um órgão compatível. Essa afirmação pode ser justificada pelo pouco acesso a informação, campanhas consideradas ineficazes ou com baixo poder de influência sobre as pessoas alcançadas pelas mesmas.

Devido à pouca de informação sobre todo o processo para se tornar doador efetivo, muitas pessoas alegam não possuírem intenção de doar órgãos, por terem medo que seus órgãos sejam retirados antes que estejam efetivamente mortos e por receio de incentivar o tráfico de órgãos.

O processo para se tornar doador de órgãos se caracteriza pela confirmação do diagnóstico de morte encefálica, normalmente um momento bastante difícil para a família. Após, os coordenadores de transplante, na maioria enfermeiros, que trabalham nas Organizações de Procura de Órgãos (OPOs), fazem a avaliação do potencial doador e, se viável, realizam a entrevista familiar quanto à doação. Para que haja manifestação do consentimento, é importante

que os familiares tenham os esclarecimentos necessários sobre o processo de doação, incluindo o diagnóstico de morte encefálica. No entanto, observa-se que muitas famílias parecem ter dificuldades para compreender as orientações dadas e que são necessárias para a tomada de decisão.

Concluindo, a doação de órgãos poderia ser grandemente facilitada se fosse priorizada e garantida boa qualidade de comunicação entre os profissionais e a família do doador. Devido a isso, percebe-se a importância da conscientização sobre o processo de doação de órgãos.

### Referências

SANTOS, M.J., MASSAROLLO, M.C.K.B. **Processo de doação de órgãos**: percepção de familiares de doadores cadáveres. Rev Latino-am Enfermagem 13(3):382-7,2005.

REZENDE, L.B.B.; PEREIRA, J.R.; REZENDE, L.O.; SOUSA, C.V. **Doação de órgãos no Brasil**: uma análise das campanhas governamentais sob a perspectiva do marketing social. Revista Brasileira de Marketing – ReMark Vol. 14, N.3,362-376,2015.

## DISTÚRBIOS HORMONAIS DA TIREOIDE

Maciel, Ana Carolina, Almeida, Ellen, Arimatéia, Karen, Araújo, Larissa  
Ferreira França, Rafaela

### Introdução

Localizada abaixo da laringe a glândula endócrina tireoide secreta dois hormônios principais que agem no metabolismo do corpo, a tiroxina (T4) e a tri-Iodotironina (T3). Ela também é responsável pela secreção de calcitocina que é de suma importância para o metabolismo de cálcio. O Hormônio estimulante da tireoide (TSH), secretado pela adenohipófise, é quem controla a secreção tireoidiana. Grande parte do T4 (iodo é necessário para formação de T4) é convertido em T3.

O funcionamento inadequado da glândula pode causar doenças como o hipertireoidismo, quando há liberação excessiva de hormônios, e o hipotireoidismo quando a produção dos hormônios são insuficientes. A maior parte das doenças da tireóide é de origem autoimune. Também se observa essas doenças ligadas a alterações na quantidade de TSH.

### Alterações

Hipotireoidismo: A causa mais comum para essa disfunção é a doença de Hashimoto, na qual o sistema imunológico ataca a tireóide, fazendo com que a mesma não produza a quantidade adequada de hormônios. Sintomas como sonolência, cansaço, ganho de peso, pele seca e prisão de ventre podem ser observados.

Hipertireoidismo: A doença de Graves é a doença mais comum ligada ao hipertireoidismo. Ela ocorre quando o sistema imunológico ataca a glândula ,provocando seu aumento estimulando-a produzir excesso de hormônios. Os sintomas mais frequentes são sensação de calor, mãos tremulas, perda de peso entre outros .

Bócio: Consiste no aumento da tireoide, geralmente causado pela deficiência de iodo. Pode apresentar outras causas, como carência nutricional e doenças da tireoide.

## Considerações Finais

As doenças da tireoide tem como origem autoimune mais comum. Mas também pode ser observada quando há deficiência de iodo no organismo, além do mau funcionamento da glândula adenohipófise, que libera o hormônio TSH.

Os exames laboratoriais são de extrema importância na atividade clínica. A correta avaliação auxilia no reconhecimento das disfunções.

## Referencias

GUYTON, A.C. Fisiologia Humana. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Interamericana, 1981.

GUYTON, A.C.; HALL, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. 11ª ed. Rio de Janeiro, Elsevier Ed., 2006.

NUNES, M. T. (Dezembro de 2003). Hormônios Tiroideanos: Mecanismo de Ação e Importância Biológica. Fonte: SciElo: <http://dx.doi.org/10.1590/S0004-27302003000600004>



## ESTUDO DAS POSSÍVEIS ALTERAÇÕES CITOLÓGICAS NA MUCOSA ORAL APÓS USO DE TABACO

MACIEL, Leonardo Prince; SOARES, Ingrid dos Santos; SOARES, Walkiria Silva; COSTA, Liliane Marinho Ottoni; FERNANDES, Flaviana Ribeiro; ASSIS, Isabela Bacelar.

### Introdução

Atualmente, o tabagismo é considerado um problema de saúde pública em razão da alta prevalência de fumantes e da mortalidade decorrente das doenças relacionadas ao tabaco. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) estima-se que o tabagismo é responsável por aproximadamente 5,4 milhões de óbitos anuais. Até 2030, esses números expressam um crescimento significativo de 48%, passando para 8 milhões de óbitos, dos quais 80% ocorrerão em países em desenvolvimento. No Brasil, as estimativas são de aproximadamente 200 mil mortes ao ano.

Hoje existem mais de 50 doenças relacionadas ao tabagismo, atingindo principalmente os aparelhos respiratório (doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC, algumas doenças intersticiais, agravamento da asma), cardiovascular (aterosclerose, arterial coronariana, acidente vascular cerebral, aneurisma, tromboangite obliterante, associação tabaco-anovulatório), digestivo (refluxo gastroesofágico, úlcera péptica, doença de Crohn, cirrose hepática), genitourinário (disfunção erétil, infertilidade, hipogonadismo, nefrite), neoplasias malignas (cavidade oral, faringe, esôfago, estômago, pâncreas, cólon, reto, fígado e vias biliares, rins, bexiga, mama, colo de útero, vulva, leucemia mielóide), na gravidez e no feto (infertilidade, abortamento espontâneo, descolamento prematuro da placenta, placenta prévia, pré-eclâmpsia, gravidez tubária, menor peso ao nascer, parto prematuro, natimortos, mortalidade neonatal, malformações congênitas, prejuízo no desenvolvimento mental em idade escolar) e outras (envelhecimento da pele, soríase, osteoporose, artrite reumatoide, doença periodontal, cárie dental, estomatites, leucoplasias, língua pilosa, pigmentação melânica, halitose, queda das defesas imunitárias).

Trabalhos anteriores demonstraram que a fumaça do cigarro cria um campo de lesão nas células epiteliais que revestem o trato respiratório, sendo o epitélio oral e nasal o tecido mais acometido e facilmente utilizado para avaliar a resposta do usuário à exposição ao fumo do tabaco uma vez que, estes órgãos, estão expostos primeiramente a concentrações elevadas de compostos contidos no fumo do cigarro.

Neste estudo, serão avaliadas as relações na alteração entre células epiteliais da mucosa oral em fumantes atuais e não fumantes. Utilizando as imagens retidas em visualização através de microscópio óptico, realizadas nas coletas em laboratório específico. Subseqüentemente, serão comparadas as consequências do uso do tabaco na configuração e formato das células observadas no epitélio bucal.

### **Materiais e métodos**

Foi realizada primeiramente uma pesquisa bibliográfica nas plataformas digitais, Scielo, Pub Med, no período de 1900 a 2019. Utilizando com palavras chaves fumo, não fumantes, alterações celulares epiteliais, cito patológicos, artigos em português e inglês. Após esse levantamento, a pesquisa começou a parte experimental em laboratório.

Inicialmente, serão selecionados de forma aleatória, 30 alunos da Faculdade São Lourenço, para participarem da coleta citológica da mucosa oral. Estes 30 alunos serão separados em grupos de 10 não fumantes, 10 fumantes e 10 ex-fumantes, sendo  $n=10$  para cada grupo. Para estes, o questionário de "Livre Consentimento Esclarecido" será aplicado e após autorização do Comitê de Ética. No segundo momento, serão realizadas as coletas das células da mucosa oral (amostras) através do método raspagem com espátula descartável, seguindo para o processo de fixação, com álcool 70. Por fim, estas lâminas serão observadas em microscópio do tipo óptico, em aumento 40x e 400x, fotografadas e avaliadas de acordo com o escopo do trabalho. Os parâmetros a serem analisados serão levados em consideração citologicamente.

### **Resultados e discussão**

A partir de todos os resultados observados em leitura prévia, espera-se que as lâminas apresentem alterações citológicas para os indivíduos que fizeram uso do tabaco por tempo longo.

## REFERÊNCIAS

1. Edwin Tamashiro, Noam A. Cohen, James N. Palmer, Wilma Terezinha Anselmo Lima. Efeitos do cigarro sobre o epitélio respiratório e sua participação na rinosinusite crônica. Braz. j. otorhinolaryngol. São Paulo, vol.75 no.6 / pns 903-907 2009.
2. Franklin WA, Gazdar AF, Haney J, Wistuba. La Rosa FG, Kennedy T, DM Ritchey, Miller YE. Mutação p53 amplamente dispersa no epitélio respiratório. Um novo mecanismo para carcinogênese de campo. J Clin Invest. 1997; 100 : 2133-2137. doi: 10.1172 / JCI119748.
3. Guo M, Casa MG, Hooker C, Y Han, Heath E, Gabrielson E, Yang SC, SB Baylin, Herman JG, Brock MV. Hipermetilaç o do promotor de margens brônquicas ressecadas: um defeito de campo de alterações? Clin Cancer Res. 2004; 10: 5131-5136. doi: 10.1158 / 1078-0432.CCR-03-0763.
4. Miyazu YM, T Miyazawa, K Hiyama, Kurimoto N, Iwamoto Y, H Matsuura, Kanoh K, Kohno N, M Nishiyama, Hiyama E. A expressão da telomerase em epitélio brônquico não canceroso é um possível marcador de desenvolvimento precoce do câncer de pulmão. Cancer Res. 2005; 65: 9623-9627. doi: 10.1158 / 0008-5472.CAN-05-0976.
5. Organização Pan Americana de Saúde, Organização Mundial da Saúde. Tabaco. A.2019.
6. Shields PG. Epidemiologia Molecular do Câncer de Pulmão. Ann Oncol. 1999; 10 Supl 5: S7-11. doi: 10.1023 / A: 1008331616378.
7. Spira A, Beane J, Shah V, Liu G, Schembri F, Yang X, Palma J, Brody JS. Efeitos da fumaça de cigarro no transcriptoma das células epiteliais das vias aéreas humanas. Proc Natl Acad Sci EUA A.2004; 101: 10143-10148. doi: 10.1073 / pns.0401422101.
8. Wistuba Lam S, Behrens C, Virmani AK, KM Fong, LeRiche J, Samet JM, S Srivastava, Minna JD, Gazdar AF. Danos moleculares no epitélio brônquico de fumantes atuais e ex-fumantes. J Natl Cancer Inst. 1997; 89: 1366-1373. doi: 10.1093 / jnci / 89.18.1366. 4. Powell CA, Klares S, O'Connor G, Brody JS. Perda de heterozigosidade em células epiteliais obtidas por escovado brônquico: utilidade clínica no câncer de pulmão. Clin Cancer Res. 1999; 5: 2025–2034.

## AURICULOTERAPIA COMO TRATAMENTO COADJUVANTE NA CESSAÇÃO DO TABAGISMO

FONSECA, Márcia Costa Correa<sup>28</sup>; RODRIGUES, Neide Ferreira<sup>2</sup>; VALE, Bruno Tavares<sup>3</sup>;  
FRANÇA, Rafaela Ferreira<sup>4</sup>, MARINS, Fernanda Ribeiro<sup>5</sup>

**Palavras-chaves:** Auriculoterapia, nicotina, tabagismo, dependência.

### Introdução

O tabagismo está associado a mais de 50 tipos de doenças, não sendo restritas somente ao sistema respiratório, mas atingindo também os sistemas cardíaco, renal e nervoso, além de contribuir para grande número de casos de aborto e problemas de infertilidade (SILVA et. al., 2014; ARCAJELO, LOPES e SULIANO, 2014).

Faz-se necessário a utilização de tratamentos relacionados à MTC (Medicina Tradicional Chinesa), onde os tratamentos com acupuntura e auriculoterapia, os mais procurados, apresentam melhores resultados como auxiliares em controlar e combater o vício do tabagismo, pois, estimula o sistema nervoso autônomo (SNA) e os sítios receptores dos acupontos. O estímulo percorre as fibras nervosas ascendentes até o sistema nervoso central (SNC) e, em questão de segundos, ocorre uma sensação (calor e/ou dor) no local estimulado devido à ação das fibras descendentes da medula espinhal (JIMENEZ et. al., 2014).

O objetivo do presente trabalho, é mostrar a possibilidade em que o mecanismo de ação da acupuntura auricular, no SNC, promova diminuição da intensidade dos sintomas de privação da nicotina ou síndrome de abstinência, o que facilita a adesão ao tratamento e consequentemente a atingir o objetivo da terapia.

### Metodologia

A pesquisa teve uma amostra de sete participantes, de ambos os sexos, com idade entre 48 a 70 anos, onde responderam um questionário com perguntas como: quantidade de cigarros fumado por dia; período do dia em que mais fumavam; se acreditavam que o cigarro podiam prejudicar a saúde; se sentiam vontade de parar de fumar.

---

<sup>28</sup> FONSECA, Márcia Costa; RODRIGUES, Neide Ferreira - Biomedicina – Faculdade São Lourenço –  
faculdadesaoloureco@gmail.com

<sup>2</sup> MARINS, Fernanda Ribeiro. Mestre e Doutora em Fisiologia e Farmacologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Fisioterapia pela PUC Minas Gerais, Professora da Faculdade de São Lourenço – UNISEP marinsfr@gmail.com

Foram excluídos do procedimento, participantes menores de 18 anos e/ou portadores de quaisquer tipos de doenças metabólicas. Após acordado com cada paciente, esses assinaram termo de consentimento livre e esclarecido. Projeto submetido e aprovado no CEP UNISEP, sob o número 105421/2019.

As sessões auriculares foram realizadas semanalmente, com fixação das sementes nas orelhas e com intervalo de sete dias, por um período de nove semanas. Durante esse período houve a expectativa de que os pacientes tivessem sua vontade de fumar diminuída. As sessões tiveram rodízio entre a orelha esquerda e direita.

Os pontos utilizados nas primeiras e segundas sessões foram: Shen men, pulmão superior, pulmão inferior, rim, sede, fome, vício, suprarenal e ansiedade. A partir da terceira sessão (terceira semana), os pontos trabalhados sofreram uma modificação, a fim de aperfeiçoar o tratamento, acrescentando pontos: diafragma, endócrino e nervo vago.

Ao término do tratamento, foi realizada uma reavaliação aos pacientes.

## Resultados

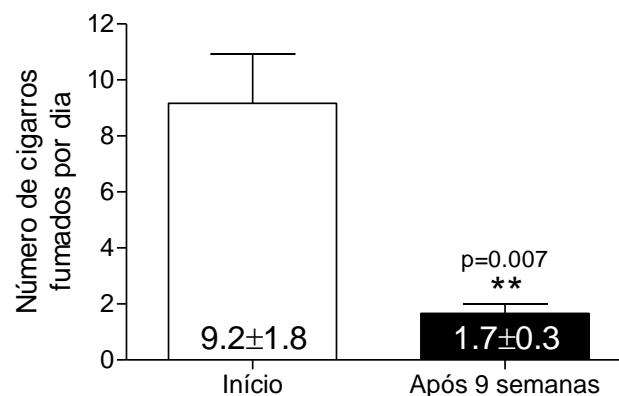
A análise estatística das respostas mostrou que 43% da amostra é homem e 57% mulheres, com idade média de  $61 \pm 4$  anos, sendo que o tempo médio de tabagismo é  $40 \pm 5$  anos (segundo informações colhidas).

A média do número de cigarros fumados por dia é de  $9 \pm 2$ , porém apenas 3 participantes conseguem fumar menos de 10 cigarros ao dia. A maioria (72%) admite que o cigarro faz mal a própria saúde e todos os participantes já tentaram ou sentiram vontade de abandonar o vício, contudo, o medo dos efeitos colaterais se torna o motivo que mais impede (relatado por 72%) os mesmos de cessarem o uso do cigarro. Adicionalmente, maioria dos participantes, 57%, alega que fumam mesmo doentes e têm medo de adoecerem devido aos efeitos do cigarro no organismo.

O período da tarde é o mais escolhido entre os participantes para o aumento do seu consumo de cigarros. Quando realizam a primeira tragada 57% sente sensações positivas de alívio, felicidade, satisfação ou paz, apenas um participante alega não sentir nada, um alega sentir tontura e outro não traga. Depois de questionados sobre situações em que não têm a oportunidade de fumar, 57% destacaram sentir sinais negativos, relacionados a angústia, ansiedade e desespero, dois participantes conseguem se manter tranquilos e apenas um participante não sente nada.

Uma semana após a primeira sessão auricular, todos os pacientes foram submetidos a uma nova avaliação com a finalidade de demonstrar o resultado do início do tratamento. Três pacientes (43%) apresentaram diminuição na vontade de fumar, 57% destacaram redução da ansiedade, havendo relatos isolados de diminuição da fome, melhora no sono, irritação, corpo mole, boca amarga e tontura.

Ao todo foram realizadas nove sessões auriculares em cada paciente. O paciente de número 2 desistiu do tratamento na sessão número 4, optando por não descrever o motivo e sendo, portanto, excluído seus dados na análise final. Os demais continuaram até o final das 9 semanas. No término do tratamento, a pergunta de número 9 do questionário adaptado do QTF (“Quantos cigarros fuma por dia?”) foi novamente feita aos seis participantes que permaneceram no tratamento. Todos os participantes relataram uma diminuição no número de cigarros fumados ao dia, além da diminuição do estresse, da impaciência e do nervosismo. A comparação do número de cigarros fumados antes e após o término do tratamento foi verificado uma redução estatisticamente significativa número de cigarros fumados entre os participantes que concluíram o estudo. A redução média foi de  $9.2 \pm 1.8$  cigarros para  $1.7 \pm 0.3$  após 9 semanas de tratamento.



**Gráfico 1:** Comparação do número de cigarros fumados em 1 dia antes do início do tratamento e após o término do tratamento. Houve uma redução estatisticamente significativa de redução do tabagismo entre os participantes que concluíram o estudo.

### Considerações finais

Ao término das sessões auriculares, destaca-se o efeito benéfico do método na redução do número de cigarros fumados por todos que concluíram o estudo. Todos os tabagistas que seguiram o protocolo até o final, tiveram efeitos positivos em relação à diminuição dos sintomas

negativos, relacionados ao uso da nicotina no organismo, bem como as alterações comportamentais frente à abstinência.

É possível que a continuidade do tratamento por um período prolongado e/ou o uso de protocolos individualizados, poderiam beneficiar ainda mais os pacientes. O tratamento individualizado parece ser uma proposta promissora por agregar, benefícios singulares como bem estar e equilíbrio energético. Por finalidade científica, utilizamos um protocolo idêntico para todos os pacientes e encontramos resultados de grande representatividade clínica. Nesse sentido estudos adicionais ainda são necessários.

A redução ou cessação do tabagismo contribui para a diminuição das taxas de morbidade e mortalidade, a curto e médio prazo, além de auxiliar de forma direta na melhora da saúde individual e coletiva.

## REFERÊNCIAS

- SILVA, R. D. P. et al. Contribuições da auriculoterapia na cessação do tabagismo: estudo piloto. **Rev Esc Enferm USP**, v. 48, n. 5, p. 883-890, 2014.
- JIMENEZ, R. N. et al. Análise do Efeito Imediato da Acupuntura. **Rev Bras Terap e Saúde**, v. 5, n. 1, p. 15-20, 2014.
- ARCANJELO, E. D. V.; LOPES, S. S.; SULIANO, L. C. Tratamento do Tabagismo por Acupuntura. **Rev Bras Terap e Saúde**, v. 4, n. 2, p. 15-19, 2014.

## ANEMIA MEGALOBLÁSTICA: REVISÃO DE LITERATURA DA FISIOPATOLOGIA E DIAGNÓSTICO LABORATORIAL

Dias Monteiro, Mirella <sup>29</sup>; Da Fonseca Ferreira, Nivia <sup>2</sup>

Ribeiro Marins, Fernanda<sup>3</sup>; Bacelar de Assis, Isabela

### Palavras-chave:

Vitamina B12, Ácido Fólico, Anemia, Megaloblástica, Diagnóstico.

### Introdução

A anemia é um dos quadros clínicos que causa alterações na quantidade ou características da hemoglobina presente nos eritrócitos, ou por alterações no tamanho dos eritrócitos circulantes (FAILACE e FERNANDES, 2009).

Dentre os fatores causadores de anemia megaloblástica/macrocítica, encontram-se a carência de Vitamina B12 e/ou Ácido Fólico. Ambos são nutrientes fundamentais, pois atuam como coenzimas em reações de síntese do DNA. Essa deficiência causa uma assincronia na maturação do núcleo em relação ao citoplasma. As células se preparam para uma divisão que não ocorre, e, como resultado, acabam se tornando maiores (FAILACE e FERNANDES, 2009). A anemia macrocítica é comum em idosos e vegetarianos rigorosos. É necessário conscientizar a população sobre uma alimentação correta, pois a anemia megaloblástica pode levar a situações irreversíveis.

### Metodologia

A presente pesquisa volta-se para uma Revisão Narrativa, de caráter descritivo-discursivo, apresentando tema de interesse científico, que permite ao leitor adquirir conhecimento sobre a anemia megaloblástica e o atual quadro referente a esse distúrbio no Brasil e no mundo. É uma pesquisa bibliográfica que pretende destacar a importância do diagnóstico precoce, fatores de risco e condutas terapêuticas para esse tipo de anemia. Foi realizada ampla pesquisa nas bases de dados LILACS, SciELO e PubMed, sendo inclusos na revisão artigos e livros que abordaram a patologia, epidemiologia, diagnóstico e tratamento da doença.

---

<sup>1</sup> Mirella Dias Monteiro, graduanda em Biomedicina pela Faculdade de São Lourenço, [mirelladmonteiro@gmail.com](mailto:mirelladmonteiro@gmail.com)



## Resultados e Discussão

A anemia megaloblástica apresenta os seguintes sinais e sintomas: perda de apetite e astenia, dores abdominais, enjoos e diarreia, desenvolvimento de úlceras dolorosas na boca e na faringe, alterações da pele, perda de cabelo, cansaço, perda de energia e de vontade, sensação de boca e língua doloridas, durante a gravidez, parto prematuro e/ou a malformação do feto, nas crianças, o crescimento pode ser retardado e a puberdade atrasada (ZAGO, FALCÃO, PASQUINI, 2001).

O diagnóstico das anemias megaloblásticas vai depender do quadro clínico, que às vezes, é sugestivo, mas nem sempre os dados observados são suficientes para concluir o diagnóstico. Faz-se necessário observar as alterações morfológicas, características no sangue periférico e medula óssea (VALDEZ, BENETTI e SÁNCHEZ, 2008; ZAGO, FALCÃO e PASQUINI, 2001).

Além das alterações morfológicas típicas do hemograma e mielograma, outros exames se fazem necessários: dosagem de cobalamina sérica, dosagem de folato sérico e/ou eritrocitário, dosagem de metilmalonato urinário (aumentado na deficiência de vitamina B12), dosagem de homocisteína. O teste de Schilling é útil no diagnóstico de anemia perniciosa, entretanto é um teste em desuso por utilizar material radioativo (VALDEZ, BENETTI e SÁNCHEZ, 2008).

Dentre os fatores causadores de anemia megaloblástica/macrocítica, encontram-se a carência de Vitamina B12 e/ou Ácido Fólico. Muito importante definir o defeito vitamínico que causa a anemia megaloblástica, uma vez que a administração de vitamina B12 em pacientes com deficiência de ácido fólico pode corrigir parcialmente as alterações megaloblásticas e inversamente, a administração de ácido fólico em pacientes com deficiência de cobalamina induz a melhoria hematológica, mas o quadro neurológico pode se agravar (NAVARRO e PAZ, 2005).

## Considerações Finais

É necessário a conscientização da população com informações sobre uma alimentação correta, pois a maioria das pessoas não tem conhecimento de que a carência da vitamina B12 e do ácido fólico, podem levar a situações irreversíveis. O biomédico, sendo um profissional com formação multidisciplinar, atuando em várias áreas da saúde, participando da realização de exames e trabalhando com bom controle de qualidade, deve ser detentor de conhecimentos suficientes para dialogar com o clínico, quando necessário, auxiliando assim no diagnóstico e acompanhamento do paciente.

## REFERÊNCIAS

1. FAILACE, R. R.; FERNANDES, F. B.; FAILACE, R. Hemograma: manual de interpretação. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p.424
2. NASSER, C.; NOBRE, C.; MESQUITA, S.; RUIZ, J.; REIS, H; PROUVOT, L.; YACUBIAN, E. Semana da Conscientização Sobre a Importância do Ácido Fólico. **Journal of Epilepsy and Clinical Neurophysiology**. São Paulo, v.4, n. 11, p. 199 – 203, out. 2005.
3. NAVARRO, F.; PAZ, R. Manejo, prevención y control de la anemia perniciosa. **Revista Nutrición Hospitalaria**. Madrid, v. 6, n. 20, p. 433 – 435, 2005.
4. VALDEZ, J. G. R.; BENETTI, C. E. S.; SÁNCHEZ, C. L. Anemia megaloblástica. **Revista de Posgrado de la Vía Cátedra de Medicina**. Corrientes, n.177, p. 17-21, 2008.
5. ZAGO, M.A; MALVEZI, M, Deficiências de vitamina B12 e de folato: anemias megaloblásticas. In: ZAGO, M.A; FALCÃO, R.P.; PASQUINI, R. (Org.). **Hematologia: fundamentos e Prática**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 2001. cap. 21, p. 1081.

## TÉCNICAS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

De Paula, Patrícia Joelma<sup>30</sup>, Maia, Laís Edmara de Paula<sup>1</sup>, Nunes, Maria Helena Magina<sup>1</sup>,  
Limborço-Filho, Marcelo <sup>2</sup>, Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Infertilidade, Reprodução, Reprodução Humana Assistida, Biomedicina.

### Introdução

Reprodução Humana Assistida (RHA) é o termo utilizado para descrever o conjunto de técnicas utilizadas para o tratamento da infertilidade através de métodos médico-tecnológicos onde ocorre a manipulação de pelo menos um dos gametas (RAMIREZ-GALVEZ, 2008). Assim, pode-se afirmar que a RHA surgiu a partir do progresso e do avanço dos estudos da genética.

Apesar dos obstáculos, principalmente morais e religiosos, houve um salto tecnológico no desenvolvimento e aplicação das técnicas de RHA nas três últimas décadas (AVELAR, 2008). De acordo com a Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA, 2019), a Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que 50 milhões de pessoas no mundo relatem problemas para ter filhos, sendo que no Brasil o número pode chegar a oito milhões de pacientes. Desta forma, esta revisão bibliográfica tem como objetivo principal abordar aspectos da reprodução humana assistida na atualidade. Para o seu cumprimento, alguns objetivos específicos foram elencados: identificar as principais técnicas para a reprodução assistida, destacar o papel e a importância da biomedicina na reprodução assistida e conhecer a legislação aplicada e pertinente à mesma.

### Materiais e métodos

Para a elaboração deste trabalho, a metodologia adotada foi a revisão bibliográfica, desenvolvida por meio de um estudo baseado em artigos científicos publicados em revistas relacionadas ao tema. Os principais termos de referência para estudo foram: fertilidade, infertilidade, fecundação, fertilização, biomedicina, biomédicos, Reprodução Humana Assistida (RHA), Inseminação Intrauterina (IIU), Fertilização In Vitro (FIV), Injeção Intracitoplasmática de

<sup>30</sup> [Pati\\_joelmapip@hotmail.com](mailto:Pati_joelmapip@hotmail.com), Faculdade de São Lourenço- UNISEPE

<sup>2</sup> Mestre e Doutora em Fisiologia e Farmacologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Fisioterapia pela PUC Minas Gerais, Professora da Faculdade de São Lourenço – UNISEPE [marinsfr@gmail.com](mailto:marinsfr@gmail.com)

Espermatozoides (ICIS) e Doação de Óvulos. Foram utilizadas várias combinações entre os descritores para êxito de pesquisa

### Resultados e discussão

A Biomedicina vem sendo exercida em laboratórios para se cumprir as atividades de análises clínicas. Este segmento, na mesma proporção que a Medicina e a tecnologia, vêm acompanhando os avanços e as descobertas. As principais técnicas, sendo elas as mais utilizadas são: **Inseminação Intrauterina (IIU), Fertilização In Vitro (FIV), Injeção Intracitoplasmática de Espermatozoides (ICIS) e Doação de Óvulos**. Dentro deste contexto, Câmara (2013) ressalta atuação da Biomedicina na RHA, afirmando que o Biomédico especializado nessa área tem diversas fontes de atuação, como Identificação e Classificação oocitária, Processamento Seminal, Espermograma, Criopreservação Seminal, Classificação Embrionária, Criopreservação Embrionária, Biopsia Embrionária e Hatchinh.

No Brasil, a Reprodução Humana Assistida vem crescendo, cada vez mais e apesar de ainda não existir uma legislação única e específica, a Constituição Federal e algumas resoluções vêm amparando este direito, principalmente por considerar o novo conceito e modelo da família e planejamento familiar (AVELAR, 2008).

A Reprodução Humana Assistida veio ganhando espaço em discussões, e pesquisas. Os casais com problemas de infertilidade possuem um grande espectro de técnicas diferentes, profissionais e centro médico-tecnológicos com alta taxa de sucesso na busca pela reprodução.

O biomédico vem desempenhando papéis importantes para que a aplicação das técnicas em laboratórios de Andrologia e Embriologia, lhe sendo confiados os exames que avaliam qualidade de sêmens, as atividades de manipulações de gametas e embriões. Nos laboratórios de Andrologia, além do espermograma, o biomédico prepara o sêmen para as técnicas de reprodução humana assistida, bem como promove uma bateria de testes funcionais. Já nos laboratórios de Embriologia, este profissional ocupa-se de mimetizar in vitro o que acontece in vivo. Ainda, cabe ao mesmo o cuidado com os rigores da qualidade de seus serviços prestados para que não interfira na micromanipulação de gametas, garantindo a realização da fertilização e a promessa de um embrião desenvolvido adequadamente, para que esteja apto à transferência eficiente para o útero (CÂMARA, 2019).

## Conclusão / Considerações finais

É importante destacar que a ciência cada vez mais inovando e abrindo caminhos para possibilidades penetrarem na vida de milhares de pessoas, mesmo sendo tratamentos de alto custo e ainda restrito a uma minoria. O biomédico vem desempenhando papéis importantes para que a aplicação das técnicas em laboratórios de Andrologia e da Embriologia.

## Referências

- AVELAR, Ednara Pontes. Responsabilidade civil médica em face das técnicas de reprodução humana assistida. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP, 2008.
- CÂMARA, Brunno. Biomedicina e Reprodução Humana. *Biomedicina Padrão*, 10 out. 2013. Disponível em: <<https://www.biomedicinapadiao.com.br/2010/02/biomedicina-e-reproducao-humana.html>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- RAMIREZ-GALVEZ, Martha. Reprodução assistida, consumo de tecnologia, deslocamentos e exclusões. *Cienc. Cult.*, v. 60, n.1, p. 1-39, 2008.
- SOCIEDADE BRASILEIRA DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA. *Infertilidade: como enfrentar o diagnóstico e buscar o tratamento adequado*. 2019. Disponível em: <<https://sbra.com.br/noticias/infertilidade-como-enfrentar-o-diagnostico-e-buscar-o-tratamento-adequado/>>. Acesso em: 21 ago. 2019.

## PERFIL DOS POSSÍVEIS DOADORES DE SANGUE DOS CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA FACULDADE DE SÃO LOURENÇO

Noronha, Tânia Cristina Ribeiro<sup>1</sup>; Silva, Amanda de Paula<sup>1</sup>; Faria, Milena Noronha<sup>1</sup>; Ribeiro, Helena Cristina<sup>1</sup>; Lopes, Thaís Kethelen de Carvalho<sup>1</sup>; Santos, Kamila Aparecida<sup>1</sup>; Assis, Isabela Bacelar<sup>2</sup>; Júnior, Rodolfo Ribeiro<sup>2</sup>; Fonseca, Leonardo Campos<sup>2</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>; Limborço-Filho, Marcelo<sup>2</sup>.

### Palavras-chave:

Doação de sangue, tipo sanguíneo, levantamento, fator Rh, doadores.

### Introdução

A doação de sangue é um ato que pode salvar a vida de milhares de pessoas em todo o mundo.

No Brasil não há dados disponíveis sobre quantas pessoas morrem ou apresentam algum outro tipo de dano devido a falta de sangue e hemoderivados. Dados do Ministério da Saúde apontam que 1,8% da população brasileira é doadora voluntária de sangue a cada ano, sendo essa a taxa ideal para a manutenção dos estoques de sangue e hemoderivados de um país. <sup>1</sup>

A fidelização de doadores de sangue – termo referente a pelo menos duas doações por ano, segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é uma questão fundamental, incrementando seus índices, elevar-se-ia o número absoluto de doações providas de doadores subidamente saudáveis e aptos. <sup>2</sup>

Os grupos sanguíneos são constituídos por antígenos que são a expressão de genes herdados da geração anterior. Quando observamos o sistema ABO temos, nas hemácias, dois tipos de proteínas denominadas aglutinogênios A e aglutinogênios B, responsáveis pela determinação do fenótipo sanguíneo.

---

<sup>1</sup>[taniacrisnoronha@gmail.com](mailto:taniacrisnoronha@gmail.com), Faculdade de São Lourenço.

<sup>2</sup>Biólogo, Mestre Doutor em Fisiologia e Farmacologia UFMG, Professor da Faculdade de São Lourenço, UNISEPE.

O plasma sanguíneo, por sua vez, pode abrigar outras duas proteínas denominadas aglutininas anti-A e aglutininas anti-B. Assim, os indivíduos pertencentes ao grupo AB possuem aglutinogênios A e aglutinogênios B, mas são desprovidos de quaisquer aglutininas; os indivíduos portadores de sangue tipo A possuem aglutinogênios A e aglutininas anti-B; os pertencentes ao grupo B possuem aglutinogênios B e aglutininas anti-A; os indivíduos do grupo O, finalmente, possuem aglutininas anti-A e

aglutininas anti-B, sendo, portanto, destituídos de quaisquer aglutinogênios. Além dos grupos de sangue A, B, AB ou O, temos o fator Rh. O termo Rh origina-se do nome de um macaco, Rhesus, onde originalmente esse antígeno foi encontrado. As pessoas que possuem esse antígeno são classificadas como D-positivo ou Rh positivas (Rh+). As pessoas que não possuem esse fator são denominadas D-negativo ou Rh negativas (Rh-). É o segundo mais importante sistema de tipagem e classificação sanguínea. <sup>3</sup>

O objetivo do presente estudo foi avaliar a prevalência de doação de sangue bem como a conscientização de sua importância na obtenção de estoques e salvamento de vidas pela população dos estudantes da Faculdade de São Lourenço.

## **Materiais e métodos**

Foi realizado um estudo observacional constituído por dados primários obtidos na população da Faculdade de São Lourenço através de uma amostra de 202 participantes dos cursos Biomedicina, Enfermagem, Psicologia, Estética, Educação Física Bacharelado e Licenciatura. A amostra foi obtida de maneira aleatória. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 99% e a margem de erro é de 7%. Foram avaliadas as variáveis quantitativas, idade e qualitativas como gênero, tipo sanguíneo e variável binária (sim/não) de um questionário construído pelos autores da pesquisa. As perguntas presentes no questionário assim como as possibilidades de resposta estão expressas abaixo:

Gênero: Masculino, Feminino e não desejo informar.

Faixa etária: < 18, 18 a 25, 26 a 35, 36 a 45, > 45.

Tipo sanguíneo: A, B, AB, O e não sei.

Já doou sangue: sim, último ano; sim, mais de um ano e não.

Por que não doou: não me enquadrar nos pré-requisitos, os postos de coleta são distantes, não acho necessário, por medo, outros.

Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 na Faculdade de São Lourenço.

Após coleta os dados foram tabulados no software Excel e a análise foi realizada em porcentagem da amostra avaliada.

## Resultados e discussão

A análise dos dados obtidos na pesquisa mostrou para o questionamento de doação de sangue os seguintes resultados. A análise estatística das respostas mostrou que 53 (26,2%) da amostra de 202 indivíduos é homem e 149 (73,8%) mulheres, numa somatória de homens e mulheres, menos de 18 anos é de 5 (2,5%), entre 18 a 25 anos é de 147 (72,8%), entre 26 a 35 anos é de 34 (16,8%), de 36 a 45 anos é de 10 (4,2%) e maiores de 45 anos é de 6 (3%).

Em relação ao tipo sanguíneo 39,6% da população entrevistada relata não saber, enquanto 30,7% são do tipo O, do tipo A 17,2%, do tipo B 7,4% e AB 4,4%.

O ponto fundamental da pesquisa foi a pergunta que resulta a porcentagem da população que doou sangue sendo que 3,5% disseram ter doado sangue no último ano e 6,9% doaram sangue a mais de um ano, e 89,6% nunca doaram sangue, alegando 28,7% não se encaixar nos pré-requisitos, 29,8% acham os pontos de coleta distantes que dificulta a doação, 1,65% acham desnecessário, 12,1% por medo e 27,6% acreditam que outros fatos os impedem de serem doadores como: falta de oportunidade, nunca pensou neste assunto ou pretendem doar.

Com tudo observa-se com essa pesquisa um alto percentual de possíveis doadores da população entrevistada.

## Conclusão / Considerações finais

Após a finalização deste trabalho, verificamos que a maior faixa etária entrevistada foi de 18 a 25 anos devido à realização ser constituída com cursandos da Faculdade.

A tipagem sanguínea mais encontrada foi a do tipo O doador universal.

Com relação a real doação de sangue os valores encontrados foram ínfimos, sendo somente 10,4% dos entrevistados doadores reais.

Portanto, verifica-se que no Brasil, a conscientização ainda esta muito atrasada, visto que os benefícios podem atingir cada um de nós e nossas famílias.

Torna-se necessário uma maior atenção, esclarecimento e campanhas ativas em busca de mudanças significativas neste quadro.



## REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup> Ministério da Saúde. “Saúde incentiva doações de sangue”.2007. Disponível em:  
<http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar>.
- <sup>2</sup> Agência Nacional de Vigilância Sanitária. “Campanha Nacional de Sangue”. “Saúde incentiva doações de sangue”. 2007. Disponível em:  
<http://www.anvisa.gov.br/cidadao/sangue/index.htm>.
- <sup>3</sup> SILVA, Rodrigo Andrade. Variabilidade dos Sistemas de Grupos Sanguíneos ABO e Rh em mulheres doadores de sangue em Primavera do Leste- MT. **Revista Biodiversidade**, v.10, n.1, 2011.

## PAPEL DO ÁCIDO FÓLICO NA REDUÇÃO DOS DEFEITOS NO FECHAMENTO DO TUBO NEURAL

Santos, Thayssa; Santos, Yasmin<sup>31</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro; França, Rafaela<sup>32</sup>

### Introdução

O tubo neural é formado logo no início da gestação, por volta da 3<sup>o</sup> ou 4<sup>o</sup> semana do embrião, sendo função primordial leva ao desenvolvimento do sistema nervoso, quando as aberturas que ocorrem neste tubo não se fecham ocorrem anomalias congênitas, como no caso da anencefalia e da espinha bífida (PINHEIRO, 2007).

Muitos são os motivos que podem influenciar no fechamento das aberturas do tubo neural, sendo que estudos apontam a deficiência de ácido fólico como um dos principais fatores de risco (SANTOS e PEREIRA, 2007). O ácido fólico é uma vitamina essencial, que pode ser encontrada em grandes quantidades de alimentos como brócolis, batata, queijo, couve ou suplementos, sendo fundamental durante a gestação, já que tem função imprescindível na multiplicação celular (PONTES, PASSONI e PAGANOTTO, 2008).

Segundo a Organização Pan – Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde (2016) as anomalias congênitas representam o segundo lugar nas causas de óbitos de recém-nascidos e crianças menores de cinco anos nas Américas, e calcula-se que no mundo a cada trinta e três nascimentos um apresenta algum defeito congênito do tubo neural. Entre todas as mediações nutricionais impostas às gestantes, nenhuma obteve os efeitos positivos e impactante que o ácido fólico atingiu nas malformações do tubo neural (CABRAL, CABRAL e BRANDÃO, 2011).

Por este motivo, justifica-se realizar um levantamento das principais informações sobre a relação do ácido fólico, bem como de sua influência na redução dos defeitos do fechamento do tubo neural. Para isto realizou-se um levantamento dos estudos que demonstrem a correlação entre a formação do tubo neural e a ação e composição do ácido fólico, bem como função deste em prevenir o não fechamento do tubo neural.

---

<sup>31</sup> [Thayssa-13@hotmail.com](mailto:Thayssa-13@hotmail.com) - Faculdade de São Lourenço.

<sup>32</sup> Farmacêutica Bioquímica, Mestra em Ciências Biológicas, Doutora em Engenharia Biomédica, Professora da Faculdade de São Lourenço – UNISEPE.

## **Materiais e métodos**

Foi realizada uma revisão bibliográfica em três bases de dados - Scielo, Google Acadêmico e Medline, a partir das seguintes palavras-chave: ácido fólico, formação do tubo neural e suplementação, sendo que na maioria das buscas os termos foram correlacionados. Como critérios de inclusão, foram selecionados artigos publicados de 1999 à 2019, escritos em inglês, espanhol ou português. Artigos com experimentos realizados em uma única cidade foram excluídos.

## **Resultados e discussão**

O sistema nervoso tem a sua formação entre a terceira e quarta semana após o processo de fecundação, esta formação ocorre através de uma proliferação celular (processo de mitose) alongada do ectoderma, folheto embrionário mais externo, do qual se derivam a pele, o sistema nervoso e os órgãos dos sentidos, chamado de placa neural (PINHEIRO, 2017). Por volta do décimo oitavo dia a placa neural se dobra para o interior da célula dando origem ao sulco neural, as paredes do sulco neural compõem as pregas neurais que originarão o tubo neural (JÚNIOR, MIRANDA e MACÉA, 2002). A constituição do tubo neural gera uma abertura superior chamada neurópodo rostral e uma abertura inferior chamada neurópodo caudal, que se fecharão entre o dia vinte e quatro e vinte oito após fecundação, quando essas aberturas não conseguem se fechar desenvolve-se anomalias decorrentes dos defeitos no fechamento do tubo neural (PINHEIRO, 2007).

Quando ocorre o não fechamento no neurópodo rostral a consequência é uma anomalia denominada anencefalia, onde o feto apresentará falta parcial ou total do cérebro, por sua vez o não fechamento acontece no neurópodo caudal ocorrerá outra anomalia denominada espinha bífida, onde o indivíduo apresentará disfunção no fechamento da coluna vertebral e da medula (SANTOS e PEREIRA, 2007).

Várias podem ser as causas do não fechamento do tubo neural, fatores como diabetes mellitus, obesidade, hipertermia, uso de medicamentos antiepiléticos, além de fatores ambientais e hereditários podem estar entre eles, contudo, um fator de grande importância é a deficiência do ácido fólico durante o período inicial de desenvolvimento do tubo neural (PEREIRA-MATA et al., 2018).

O ácido fólico é o principal agente para prevenir os defeitos do tubo neural e possui funções essenciais no processo de multiplicação celular, sendo necessário o uso do ácido fólico durante a

gravidez (SANTOS e PEREIRA, 2007). Adicionalmente, constatou-se a diminuição dos casos de autismo, queda média de 23%, quando realizado o uso de folato, ou seja, a suplementação durante essa fase apresenta benefícios que vão além do fechamento do tubo neural (OLIVEIRA, SANTOS e FONTENELLE, 2018).

Dentre os alimentos que contém elevadas fontes de folatos estão o feijão, vísceras, espinafre, aspargos, brócolis, abacate, batata, milho, queijo, ovo, couve, cenoura, abóbora, fígado, carne de vaca, carne de porco, maçã, laranja e leite (SANTOS e PEREIRA, 2007).

O ácido fólico em grandes quantidades pode gerar alguns efeitos colaterais, como por exemplo, ocultar a anemia por falta de vitamina B12, entretanto doses acima de 350 ug/dia pode afetar a absorção de zinco e associam-se doses acima de 5mg/dia com o aumento de ataques epiléticos (PONTES, PASSONI e PAGANOTTO, 2008).

A avaliação laboratorial tem como indicação a avaliação de deficiência de ácido fólico e também é útil em diagnóstico de anemias, a amostra deve ser colhida com jejum mínimo de quatro horas e deve ser mantida longe de incidência de luz. Os valores podem estar aumentados na falta do jejum, em dieta rica em alimentos cozidos, transfusão sanguínea, em casos de anemia perniciosa e síndrome de alça cega, hemólise e deficiência de ferro. Por sua vez, os valores diminuídos podem estar relacionados com uso de fármacos, neoplasias, deficiência nutricional e com o aumento da necessidade (SOARES et al., 2012).

Algumas pesquisas apontam que os níveis séricos e os níveis eritrocitários não são consideravelmente diferentes em gestantes que tiveram ou não filhos com defeitos no tubo neural, outras já demonstram pequenas diferenças (PONTES, PASSONI e PAGANOTTO, 2008).

### **Conclusão / Considerações finais**

Partindo dos estudos avaliados podemos inferir que o ácido fólico é essencial para evitar alterações de formação do tubo neural. Dada a importância do assunto, torna-se necessário a criação de um maior número de políticas públicas para incentivar as mulheres em idade fértil e que tenham intenção de engravidar, a realizar suplementação com o ácido fólico e a ter o acompanhamento pré-natal adequado.

O Biomédico como profissional da saúde, além de participar da realização dos exames laboratoriais, possui o dever de informar sobre os riscos da deficiência do ácido fólico durante a

gestação e a necessidade de administrar essa substância para as mulheres de idade fértil que pretendem engravidar, prevenindo assim as anomalias congênitas do tubo neural.

## Referências

CABRAL, C. A.V; CABRAL, M.A; BRANDÃO, A. H. F. Prevenção dos defeitos de tubo neural com o uso periconcepcional do ácido fólico. Revista Médica Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 186-189, abr. 2011.

JÚNIOR, A. P.N; MIRANDA, D; MACÉA, J.R. Uma revisão sobre as células da crista neural – Parte I: histórico e embriogênese. Grupo editorial Moreira JR, São Paulo, v. 47, n. 01, mar. 2002.

OLIVEIRA, N. C. C. A; SANTOS, J. M; FONTENELLE, L, C. Acido fólico no desenvolvimento do transtorno do espectro autista. Anais do I Simpósio Multiprofissional em Neuropediatria, Piauí, p. 13-14, 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN - AMERICANA DE SAÚDE/ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OPAS/OMS insta países das Américas a reforçar vigilância de microcefalia e outras anomalias congênitas. Mar. 2016. Disponível em: . Acesso em 27 mai. 2019

PEREIRA- MATA, R; FRANCO, A; GAGO, C; PACHECO, A. Diagnóstico pré-natal de defeitos do tubo neural. Acta obstétrica e ginecológica Portuguesa, Coimbra, v. 12, n. 2, jun. 2018.

PINHEIRO, M. Fundamentos de Neuropsicologia- O desenvolvimento cerebral da criança. Revista Vita et Sanitas, Trindade/Go, v. 1, n . 01, p. 34 – 48, 2017.

PONTES, E. L. B; PASSONI, C. M. S; PAGANOTTO, M. Importância do ácido fólico na gestação: requerimento e biodisponibilidade. Cadernos da escola de saúde nutrição, v. 1, n. 01, jul. 2008.

SANTOS, L. M. P; PEREIRA, M. Z. Efeito da fortificação com ácido fólico na redução dos defeitos do tubo neural. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.23, n. 1, p. 17- 24, jan. 2007.

SOARES, J. L. M. F; ROSA, D, D; LEITE, V. R. S; PASQUALOTTO, A. C. Métodos Diagnósticos: consulta rápida. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

## O ENVOLVIMENTO DO SISTEMA RENINA-ANGIOTENSINA NAS DISFUNÇÕES CARDIOVASCULARES E SEUS RECURSOS FARMACOLÓGICOS

FERNANDES, Thiago Silva<sup>33</sup>; VAZ, Tânia Maria<sup>1</sup>; SOUZA, Miguel Soares de<sup>1</sup>; FERREIRA, Livia Penna<sup>34</sup>; MARINS, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** Sistema renina-angiotensina (SRA), Angiotensina II (Ang II), Angiotensina-(1-7) [Ang-(1-7)], Doenças cardiovasculares, Inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), Antagonistas dos receptores AT<sub>1</sub> da angiotensina II (ARA II).

### Introdução

Elemento crucial na regulação fisiológica e patológica das funções cardíacas, vasculares e renais, o sistema renina-angiotensina (SRA) está envolvido no controle da pressão arterial e homeostase do corpo humano<sup>1</sup>.

Em resposta à hipotensão, ao aumento da atividade simpática e às alterações na concentração de cloreto de sódio (NaCl) vascular, o SRA é ativado, desencadeando uma sequência de ações consistentes, culminando com a liberação da renina<sup>2</sup>.

Por sua vez, a renina, enzima proteolítica, é produzida e armazenada pelas células justaglomerulares do rim, e secretada na corrente sanguínea com a função de converter o angiotensinogênio, uma alfa-2-globulina sintetizada principalmente no fígado, em angiotensina I (Ang I), um decapeptídeo pró-hormônio inativo<sup>3</sup>. Este, sob influência da enzima conversora de angiotensina (ECA), uma protease encontrada, sobretudo nas células endoteliais vasculares do pulmão, que cliva dois aminoácidos de sua extremidade, formando assim a angiotensina II (Ang II), um octapeptídeo fisiologicamente ativo<sup>4</sup>.

A Ang II, principal componente circulante gerado a partir do eixo tradicional do SRA, promove ações localmente, em nível de tecido, ou por meio do transporte de seus componentes na corrente sanguínea<sup>5</sup>. Tais ações, em sua maioria, são intermediadas pela ativação do receptor de Ang II do tipo 1 (AT<sub>1</sub>R), envolvido em respostas vasoconstritoras, pró-oxidantes e pró-inflamatórias, e receptor do tipo 2 (AT<sub>2</sub>R), que desempenha ações antagônicas se comparadas ao AT<sub>1</sub>R<sup>6</sup>.

<sup>33</sup> Graduando em Biomedicina – Faculdade de São Lourenço - UNISEPE

<sup>34</sup> Professor Orientador – marinsfr@gmail.com

Em hiperatividade, o SRA contribui significativamente para uma série de eventos prejudiciais aos rins, vasos e coração, associados principalmente a infarto do miocárdio, hipertrofia cardíaca, aterosclerose e insuficiência cardíaca<sup>7</sup>.

Sabendo da importância do SRA nos distúrbios ligados ao sistema cardiovascular, bem como de seus componentes serem alvos nos principais tratamentos clínicos e protocolos medicamentosos de pacientes com disfunções cardiovasculares, tornam-se necessários determinados trabalhos que venham a demonstrar comparativamente o potencial terapêutico e de efeitos colaterais nas diferentes terapias de escolha. Sendo assim, o objetivo do presente trabalho é demonstrar o papel das principais terapêuticas disponíveis na prática clínica e perspectivas inovadoras para o desenvolvimento de novos medicamentos que atuem nas doenças do sistema cardiovascular por meio dos componentes do SRA.

## **Metodologia**

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica mediante a busca eletrônica de artigos científicos publicados originalmente na língua portuguesa e inglesa, indexados em quatro bases de dados (SciELO, PubMed, ResearchGate e Google Acadêmico), abrangendo publicações entre os anos de 1997 ao corrente ano de 2019, totalizando, portanto, um período de 22 anos.

## **Discussão**

As disfunções no sistema renina-angiotensina (SRA) podem ser a causa de alguns distúrbios cardiovasculares<sup>4</sup>. Tais alterações podem ser manipuladas através da inibição ou estimulação de diferentes componentes deste sistema<sup>2</sup>. Neste contexto, são utilizadas diversas terapias convencionais, como a administração dos inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECA), dos antagonistas dos receptores AT<sub>1</sub> da angiotensina II (ARA II) e dos inibidores diretos de renina (IDR)<sup>8</sup>. Adicionalmente, outras ainda permanecem em estudo para comprovação de sua eficácia, entre elas a utilização da angiotensina-(1-7) [Ang-(1-7)] e a estimulação do receptor da angiotensina II do tipo 2 (AT<sub>2</sub>R) e do receptor Mas<sup>9</sup> (Figura 1).

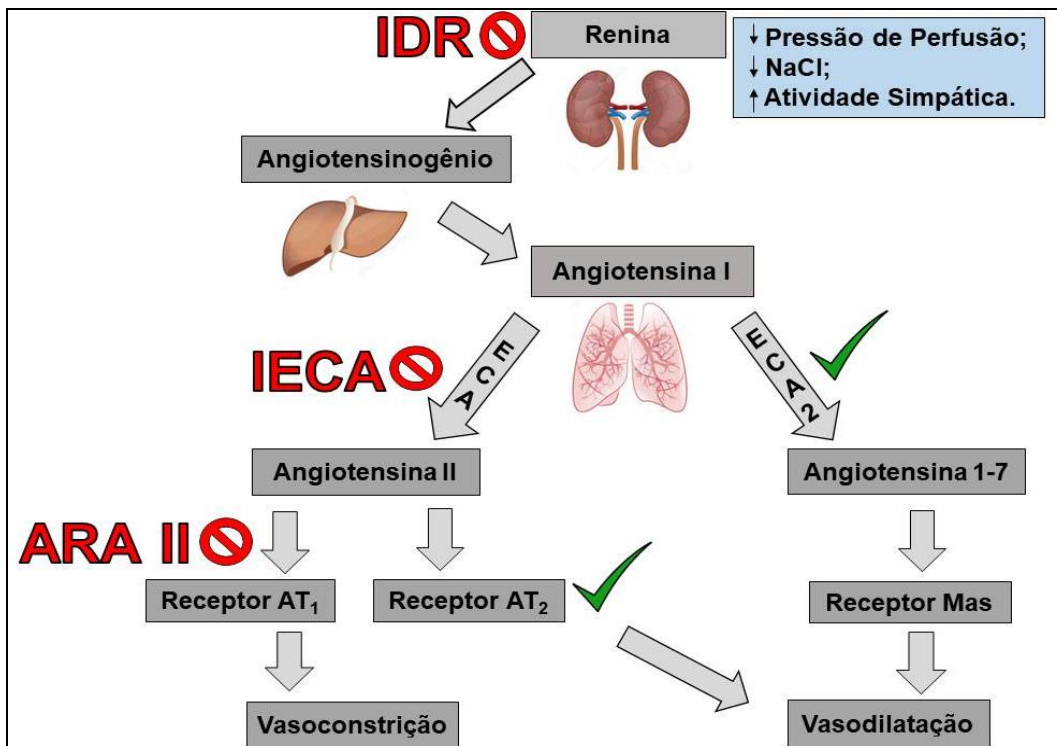


Figura 1: A cascata de funcionamento do sistema renina-angiotensina e suas interações medicamentosas. IDR, inibidor direto da renina; IECA, inibidor da enzima conversora de angiotensina; ECA e ECA 2, enzima conversora de angiotensina; ARA II, antagonista do receptor AT<sub>1</sub> da angiotensina II; e AT<sub>1</sub> e AT<sub>2</sub>, subtipos de receptores da angiotensina II. O símbolo vermelho indica inibição e o verde estimulação.

### Considerações finais

O sistema renina-angiotensina (SRA), por meio de seus componentes, é capaz de gerar eventos benéficos e/ou prejudiciais ao sistema cardiovascular. Sabendo disto, foram criadas terapias utilizando IECA, ARA II e IDR com a finalidade de bloquear de forma parcial seu eixo clássico. Entretanto, por não exercerem sua eficácia de forma satisfatória em todos os pacientes ou apresentarem efeitos adversos, a busca por novas alternativas terapêuticas continua. Novos tratamentos, como a estimulação do receptor AT<sub>2</sub> e do eixo Ang-(1-7)/Mas tornaram-se uma perspectiva promissora para o desenvolvimento de futuros medicamentos, e uma esperança para pacientes refratários às terapias existentes. Deste modo, novos estudos experimentais e ensaios clínicos são necessários para avaliar cuidadosamente as vantagens dessas terapêuticas nas disfunções cardiovasculares.



## Referências

1. DE MELLO, W.C. Local Renin Angiotensin Aldosterone Systems and Cardiovascular Diseases. **The Medical Clinics of North America**, v. 101, n. 1, p. 117-127, 2017.
2. BREWSTER, U.C.; SETARO, J.F.; PERAZELLA, M.A. The Renin-Angiotensin-Aldosterone System: Cardiorenal Effects and Implications for Renal and Cardiovascular Disease States. **The American Journal of the Medical Sciences**, v. 326, n. 1, p. 15-24, 2003.
3. DURANTE, A.; PERETTO, G. LARICCHIA, A.; ANCONA, F.; SPARTERA, M.; MANGIERI, A. et al. Role of the Renin-Angiotensin-Aldosterone System in the Pathogenesis of Atherosclerosis. **Current Pharmaceutical Design**, v. 18, n. 7, p. 981-1004, 2012.
4. HERAS, M.M.; RODRÍGUEZ, N.C.; GONZÁLEZ, J.F.N. The Renin-Angiotensin-Aldosterone System in Renal and Cardiovascular Disease and the Effects of its Pharmacological Blockade. **Journal of Diabetes and Metabolism**, v. 3, n. 1, p. 1-24, 2012.
5. ARAÚJO, M.A.; MENEZES, B.S.; LOURENÇO, C.; CORDEIRO, E.R.; GATTI, R.R.; GOULART, L.R. O gene do angiotensinogênio (m235t) e o infarto agudo do miocárdio. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 51, n. 3, p. 164-169, 2005.
6. SANTOS, R.A.S.; OUDIT, G.Y.; VERANO-BRAGA, T.; CANTA, G.; STECKELINGS, U.M.; BADER, M. The renin-angiotensin system: going beyond the classical paradigms. **American Journal of Physiology - Heart and Circulatory Physiology**, v. 316, n. 5, p. 958-970, 2019.
7. ANDERSEN, S.; ANDERSEN, A.; NIELSEN-KUDSK, J.E. The renin-angiotensin-aldosterone-system and right heart failure in congenital heart disease. **International Journal of Cardiology: Heart & Vasculature**, v. 11, n. 2, p. 59-65, 2016.
8. FERRARIO, C.M.; STRAWN, W.B. Role of the Renin-Angiotensin-Aldosterone System and Proinflammatory Mediators in Cardiovascular Disease. **The American Journal of Cardiology**, v. 98, n. 1, p. 121-128, 2006.
9. SANTOS, R.A.; SIMÕES e SILVA, A.C.; MARIC, C.; SILVA, D.M.; MACHADO, R.P.; DE BUHR, I. et al. Angiotensin-(1-7) is an endogenous ligand for the G protein-coupled receptor Mas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 100, n. 14, p. 8258-8263, 2003.

## **INFLUÊNCIA DOS NÍVEIS DE SEROTONINA NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA.**

Rodrigues, Vivian dos Santos <sup>35</sup>, Castro, Thayná Nicola <sup>1</sup>, Marins, Fernanda Ribeiro <sup>2</sup>,  
Limborço-Filho, Marcelo <sup>2</sup>

**Palavras-chave:** autismo; hiperserotonemia; transtorno do espectro autista; serotonina.

### **Introdução**

O transtorno do espectro autista é um distúrbio generalizado do desenvolvimento que afeta variadas áreas comportamentais ainda sem total elucidação de seu processo patofisiológico. Estudos indicam que cerca de 30% dos autistas tem um aumento na concentração plasmática do neurotransmissor serotonina. Na busca por mais explicações acerca desse aumento a nível plasmático, exames evidenciaram importantes alterações histológicas que corroboram para uma baixa concentração de serotonina no cérebro, descoberta que surge como causa de alguns comportamentos estereotipados relacionados ao autismo.

### **Materiais e métodos**

A metodologia aplicada é a revisão bibliográfica partindo dos estudos realizados e artigos publicados em revistas científicas acessados através das plataformas de busca Google Acadêmico, PubMed, Periódico Capes e Scielo, limitada a partir do ano 1995 até a presente data. Foram utilizadas para busca as palavras-chave serotonina, hiperserotonemia, autismo e transtorno do espectro autista. Após analisar os artigos encontrados, excluímos os artigos que não foram publicados em revistas indexadas e limitamos os artigos escritos em português, inglês ou espanhol.

### **Resultados e discussão**

A hiperserotonemia periférica foi descrita primeiramente por Shain e Freedman, em 1961<sup>1</sup>. A hiperatividade observada em muitos dos pacientes está relacionada com as disfunções no sistema serotoninérgico, desenvolvendo dificuldade de concentração, principalmente em realizar atividades mais elaboradas <sup>2</sup>. A agressividade também foi listada como resultado das disfunções serotoninérgicas devido a um grande número de estudos utilizando técnicas tanto clínicas quanto pré-clínicas, que indicaram uma ligação entre a alteração dos níveis da serotonina e o

---

<sup>35</sup> [vivianrodrigues562@gmail.com](mailto:vivianrodrigues562@gmail.com) Faculdade de São Lourenço-UNISEPE<sup>2</sup> Biólogo, mestre e doutor em Fisiologia e Farmacologia, Professor da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE

comportamento estereotipado <sup>3</sup>. Recentemente, foram realizados exames laboratoriais em crianças com autismo avaliando o LCR (líquido cefalorraquidiano), sendo observada uma diminuição nos níveis do metabólito da serotonina, em consonância com exames *post-mortem*, que revelaram uma desorganização cortical nos neurônios localizados nas camadas 4 e 5 do córtex pré-frontal e temporal, assim como manchas focais na cito-arquitetura laminar, achados que indicam uma baixa concentração de serotonina no SNC <sup>4</sup>. Diante das descobertas de hiperserotonemia plasmática e hiposerotonemia no SNC, alterações no SERT seriam um grande alvo para a causa do TEA, aumentando assim as possibilidades de tratamentos novos e mais eficazes <sup>5</sup>.

### **Conclusão / Considerações finais**

Apesar de todos os estudos acerca do TEA e serotonina, não se pode afirmar qual a origem da alteração dos níveis deste neurotransmissor, tanto na hiperserotonemia plasmática quanto na hiposerotonemia cerebral, até mesmo sem haver uma explicação factual sobre uma possível relação entre as duas condições. É importante ressaltar que novos estudos se fazem necessários diante do crescente número de crianças autistas, para que seja possível o surgimento de tratamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais, para que os pacientes autistas possam ter uma qualidade de vida melhor e uma melhor participação na sociedade em que vivem.

### **Referências**

1. MORANT, A.; MULAS, F.; HERNÁNDEZ, S. Bases neurobiológicas del autismo. **Rev Neurol Clin**, v. 2, n. 1, p. 163-71, 2001.
2. MERCADANTE, M. T. Farmacoterapia do distúrbio autista. **Assumpção Jr FB. Transtornos Invasivos do desenvolvimento Infantil. São Paulo. Lemos Editorial & Gráficos LTDA**, 1997.
3. DO PRADO-LIMA, P. A. S. Tratamento farmacológico da impulsividade e do comportamento agressivo. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, v. 31, p. S58-S65, 2009.
4. ADAMSEN, D. et al. Autism spectrum disorder associated with low serotonin in CSF and mutations in the SLC29A4 plasma membrane monoamine transporter (PMAT) gene. **Molecular autism**, v. 5, n. 1, p. 43, 2014. ISSN 2040-2392.
5. ROBSON, M. J. et al. p38 $\alpha$  MAPK signaling drives pharmacologically reversible brain and gastrointestinal phenotypes in the SERT Ala56 mouse. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 115, n. 43, p. E10245-E10254, 2018. ISSN 0027-8424.

# CIÊNCIAS CONTÁBEIS

## APONTAMENTOS INICIAIS DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

FREITAS, Gilberto Alan Pereira de<sup>1</sup>, BACCI, Lívio Agnew<sup>2</sup>, DAYRELL, Felipe Idalgino<sup>3</sup>

**Palavras-chaves:** Reforma Tributária; Unificação de Tributos; Substituição de Tributos.

### Introdução

A atual situação econômico-financeira do Brasil e a necessidade de alavancar o desenvolvimento no país impôs uma unanimidade em todos os segmentos da sociedade, em relação à adequação do sistema tributário brasileiro.

Para Afonso e Castro (2010, p. 12-13) um dos gargalos da economia brasileira está no complexo sistema tributário. A função dos tributos brasileiros é diminuta, uma vez que possui distorções: má distribuição do ônus tributário, excesso nas exportações e investimentos, embaraço de legislações e normas, além da falta de neutralidade na alocação de recursos.

Corroborando com o supracitado, verificou-se que a carga tributária brasileira no ano de 2017 foi de 32,43% do PIB (CETAD, 2018, p. 6), e nesse sentido, Appy (2015, p.1) revelou que o custo de apuração dos impostos no país, denominado de custo de conformidade, é excessivo, fato vinculado à complexidade do sistema tributário. Não obstante, do mesmo modo o Brasil registrou a primeira colocação no tempo despendido por parte das empresas para o cumprimento das obrigações tributárias acessórias, exigindo 2.600 horas de trabalho anuais, uma marca superior ao dobro do país em segundo lugar (Bolívia com 1.025 horas anuais).

Uma das agendas do governo é a recuperação da economia, nesse sentido a reforma tributária é considerada prioritária para o alcance desse objetivo. No entanto, diante da celeuma que o tema tem gerado no país não há um consenso definitivo na sociedade.

Dessa maneira, essa pesquisa apresentará os aspectos iniciais das principais propostas de modificação do sistema tributário brasileiro.

---

<sup>1</sup> Autor: Graduando em Ciências Contábeis da Faculdade de São Lourenço - *E-mail:* [gilberto-alan@hotmail.com](mailto:gilberto-alan@hotmail.com)

<sup>2</sup> Orientador: Professor da Faculdade de São Lourenço

<sup>3</sup> Orientador: Professor da Faculdade de São Lourenço

## Procedimentos metodológicos

A pesquisa é básica quanto a sua natureza, com aspectos qualitativos em relação ao objeto e a aplicação do método dedutivo. Os objetivos propendem a uma pesquisa exploratória, demonstrando o objeto por meio de procedimentos bibliográficos, fundamentados nas referências relacionadas ao final desse resumo.

## Discussão

As três principais propostas em discussão possuem uniformidade quanto: a simplificação na arrecadação e igualmente a unificação de tributos, mantendo a carga tributária.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45/2019, em tramitação na Câmara Federal possui como base o estudo elaborado pelo economista Bernard Appy, e conforme Cysne (2019, p. 22) criará o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição ao ICMS, ISS, IPI, PIS e à Cofins.

De acordo com a respectiva PEC a base de cálculo do IBS terá uniformidade no país, contudo os entes federativos poderão, de forma autônoma, estabelecer alíquotas para aplicação em todas as operações, assim o IBS terá características de um imposto sobre o valor agregado (IVA), modelo adotado em diversos países para a tributação do consumo de bens e serviços. Por fim, a PEC nº 45/2019 prevê um tributo seletivo federal para desestimular determinados bens e serviços a critério do governo, tais como cigarros e bebidas alcoólicas.

Outro projeto é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 110/2019, em tramitação no Senado Federal, que propõe a extinção de nove tributos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, ICMS e o ISS, com a criação de um IVA competência estadual, chamado de Imposto sobre Operações com Bens e Serviços, e um imposto sobre bens e serviços específicos, de caráter seletivo, de competência federal.

A PEC nº 110/2019, ainda prevê a extinção da CSLL que será incorporada no IR. O ITCDM passará a ter competência federal, com a receita destinada aos municípios. E o IPVA abrangerá as aeronaves e embarcações, entretanto excluirá os veículos comerciais utilizados para a pesca e no transporte de pessoas e cargas.

A terceira proposta em elaboração pelo governo, com o texto ainda não divulgado, se baseará nos seguintes aspectos: a simplificação e unificação de tributos federais nos moldes do

imposto sobre o valor agregado (IVA), reformulação e correção do IR, e a desoneração da folha de salários (CALGARO, 2019).

## Conclusão

O sistema tributário brasileiro é complexo e dispendioso, com sua arrecadação condensada no consumo de bens e serviços e na folha de salários, o que afeta diretamente o desenvolvimento das empresas e a elevação dos preços para o consumidor final.

Portanto, a simplificação e unificação dos tributos diminuiriam o atual custo de compliance e os contenciosos entre os contribuintes e o fisco. E da mesma forma, facilitaria a fiscalização do governo evitando a sonegação.

Nos aspectos iniciais das três propostas de reforma tributária nota-se o interesse da unificação de tributos com a criação de um IVA, proporcionando a desoneração da tributação brasileira, visando à alavancagem econômico-financeira.

Desse modo, nos projetos apresentados verifica-se uma convergência para a reestruturação do sistema tributário a realidade econômica atual do país.

## Referências

AFONSO, José Roberto Rodrigues; CASTRO, Kleber Paccheco. Tributação: insuficiente reformar, necessário novo sistema. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, v. 10, n. 2, p. 11-31, 2012.

APPY, Bernard. Por que o sistema tributário brasileiro precisa ser reformado. **Interesse Nacional**, v. 8, n. 31, p. 65-81, 2015.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019**. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=6791AC253C356325D49473A60E231357.proposicoesWebExterno1?codteor=1728369&filename=PEC+45/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=6791AC253C356325D49473A60E231357.proposicoesWebExterno1?codteor=1728369&filename=PEC+45/2019)>.

Acesso em: 11 out. 2019.

BRASIL, Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 110/2019**. Disponível em: <

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7977850&ts=1570822735573&disposition=inline>>. Acesso em: 12 out. 2019.

CALGARO, Fernanda. **Reforma tributária: entenda as propostas em discussão no Congresso**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/09/02/reforma-tributaria-entenda-as-propostas-em-discussao-no-congresso.ghtml>>. Acesso em 11 out. 2019.

CETAD - Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal. **Carga Tributária no Brasil 2017 - Análise por Tributos e Base de Incidência**. Receita Federal do Brasil. Brasília, 2018.

CYSNE, Rubens Penha. Reforma tributária: situação fiscal atual sugere concentração inicial na União. **Conjuntura Econômica**, p.22-23, 2019.



## MODELO DE NEGÓCIO: ESSENCIAL RESTAURANTE

Autores- IVO, Giovana Ribeiro, OLIVEIRA, Kaio Jensen, PEREIRA, Jordan de Oliveira, RIBEIRO, Jesiscam Evangelista, SANTOS, Maria Natália dos, SILVA, Letícia Porto da.

Orientadores- LOPES, Ticianara Tranqueira Malta, SILVA, Nei Domiciniano da.

**Palavras-chaves:** sustentabilidade, saúde, responsabilidade, inovação.

### Introdução

O canvas tem o propósito de apresentar um modelo de negócio eficaz e com um diferencial rico em detalhes. Neste sentido, buscou-se por algo que atendesse tais aspectos e preenchesse o que hoje em dia se espera de negócios empreendedores.

O presente modelo de negócios visa buscar o aperfeiçoamento do ramo alimentício, no caso, um restaurante sustentável, que busca unir tudo aquilo que a atual geração procura; a união de três pilares: econômicos, sociais e ambientais, não deixando de lado a preocupação com a qualidade e o foco na alimentação saudável.

Faz-se necessário conscientizar a todos da importância de pequenos gestos para que haja uma perfeita harmonia dos três pilares, partindo desde os responsáveis pelo negócio (dono, funcionários, fornecedores), até clientes que se preocupam além do que se vê e que valorizam negócios voltados para algo além do lucro, empresas que se preocupam com o futuro.

### Metodologia

Uma pesquisa realizada pela Union + Webster aponta que 87% da população brasileira prefere comprar produtos e serviços de empresas sustentáveis, 70% dos entrevistados também afirmaram que não se importam em pagar um pouco mais por isso, baseado nesses fatos, o **Essencial Restaurante** foi planejado com o intuito de focar em benefícios a saúde e ao meio ambiente.

Percebeu-se que atitudes até então primordiais não vêm sendo colocadas em prática, desta forma, a proposta de negócio do Essencial Restaurante busca trazer o essencial para todos, investindo desde ambiente até a qualidade de suas refeições.

Na prática o restaurante apresentará a separação correta do lixo, compostagem de cascas, produtos orgânicos, captação de água da chuva, iluminação e ventilação natural. Tendo como público alvo clientes da Cidade de São Lourenço-Mg e região, sendo um ambiente propício para famílias, grupos de amigos, idosos, adolescentes, focando em um ambiente calmo e confortável.

É imprescindível um atendimento diferenciado, pensando nisso, haverá uma nutricionista para dar dicas de alimentação e alimentos para cada tipo de cliente. Parcerias são de extrema importância para alavancar o negócio, assim, formou-se uma aliança do restaurante com escolas, sendo disponível visitas e palestras para os estudantes. Haverá também parcerias com produtores rurais, que fornecerão produtos orgânicos e de excelente qualidade.

O Essencial Restaurante visa se destacar pela sua inovação em atendimento, espaço físico e qualidade nas refeições.

### **Considerações finais**

Em virtude dos fatos mencionados anteriormente concluiu-se o quão importante é para uma empresa ter atitude sustentável nunca deixando de lado a preocupação com seus clientes buscando um preço justo e acessível.

Ao confeccionar o modelo de negócio Canvas, desenvolvemos a conscientização da importância dessas ações no dia-a-dia, pois através de pequenas atitudes, conseguimos economia bem estar e benefícios ao meio ambiente.

### **Referências**

- <http://agenciafiep.com.br/2019/02/28/consumidores-preferem-empresas-sustentaveis/>

## **MODELO DE NEGÓCIO: QUITANDA “SABOR E SAÚDE”**

MACIEL, Aline, LEMES, Caroline, CÂNDIDO, Heloísa, SANTOS, Igor, SILVA, Janaina,  
BARBOSA, Michele, MARTINS, Thays, LOPES, Tician, SILVA, Nei

### **Introdução**

A Agricultura orgânica é uma alternativa que tem como finalidade a oferta de produtos saudáveis, priorizando a qualidade dos alimentos.

As técnicas utilizadas são específicas e não há o uso de agrotóxicos em nenhuma das fases dos processos. Ocorre a diversificação dos produtos cultivados, com o objetivo de garantir equilíbrio ambiental, com foco na sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.

Portanto, cada vez mais a população busca o consumo de alimentos mais saudáveis, que tragam benefícios a saúde, causando menos impactos negativos ao ambiente.

### **Metodologia:**

O modelo de negócio foi criado para a cidade de Cristina no sul de Minas Gerais com pouco mais de 10 mil habitantes.

Foram realizados diversos estudos sobre agricultura orgânica, qualidade de vida e como ambos se relacionam com a sustentabilidade.

Após todo processamento das informações, utilizou-se o Canvas para a criação do modelo de negócio sustentável, visto que ele agiliza o processo de planejamento, auxilia na tomada de decisões e resolução de problemas.

Ao concluir o Canvas, o projeto de agricultura orgânica mostrou-se eficiente e organizado, a fim de que a ideia possa ser difundida à outras pessoas.

### **Resultados e discussão**

Com base nos parâmetros propostos e nas pesquisas realizada, desenvolveu-se a ideia da criação de uma quitanda, nomeada “Sabor e Saúde” por ter seu foco principal voltado para o cultivo e a venda de frutas, verduras e legumes frescos sem agrotóxicos.

A quitanda cultiva os alimentos e conta com a parceria de agricultores que possuem certificação de produtos orgânicos a fim de garantir a procedência e qualidade dos produtos ofertados.

### **Considerações Finais**

O projeto apresentado resultou na criação da quitanda “Sabor e Saúde” na cidade de Cristina-MG que ainda não possui uma quitanda com produtor orgânicos, atendendo assim, a necessidade da população que busca uma alimentação saudável, e que os cultivos desses vegetais tenham impactos positivos ao meio ambiente.

### **Referências**

BASSANI, P.; CARVALHO, M.A.V. Pensando a sustentabilidade: um olhar sobre a Agenda 21. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: UFPR, n.9, p.69-

OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. Business Model Canvas - Inovação em Modelos de Negócios. Um Manual para Visionários, Inovadores e Revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

OSTERWALDER, Alexander, PIGNEUR, Yves. Business Model Canvas - Inovação em Modelos de Negócios. Um Manual para Visionários, Inovadores e Revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

# DIREITO

## TEX WILLER: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA

Adriano Reis Xavier<sup>36</sup>, Elissâmila Danielle de Carvalho Almeida<sup>37</sup>, Márcio Antônio Palma Freitas<sup>38</sup>  
Mirian Ferreira Lopes Maciel<sup>39</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>40</sup>

**Palavras-chave:** Criminologia. Representações. Quadrinhos. Tex Willer.

### Introdução

As histórias em quadrinhos (HQ) têm sido constantemente utilizadas como fonte de pesquisa confiável para compreender uma variada gama de fenômenos sociais. Nesse sentido, conforme aponta Bibe-Luyten (1985, p. 7) “O que importa é de onde veem essas histórias [HQs] e quem as escreve, pois elas são excelente veículo de mensagens ideológicas e de crítica social, explícita ou implicitamente”. Um dos personagens de histórias em quadrinhos mais explorados, no âmbito das ciências humanas, é o cowboy Tex Willer, criado em 1948 pelos italianos Giovanni Luigi Bonelli e Aurelio Galleppini, e que dá nome à revista publicada até os dias atuais. Suas aventuras se passam entre os anos de 1860 e 1890, e retratam a participação do personagem e seus parceiros de aventuras - Kit Carson, Kit Willer e Jack Tigre - em diversas situações pelo Oeste americano. Após fazer justiça com as próprias mãos e vingar a morte do pai, Tex torna-se um fora-da-lei passa a ser procurado, sabendo que seu destino seria a forca. No entanto, após o cowboy ajudar a polícia a capturar alguns bandidos ligados ao tráfico de armas, Tex converte-se num respeitadíssimo – e temido – *ranger*, que passa a agir com métodos nada ortodoxos (BONELLI, 1985; 2014).

### Objetivos

O objetivo deste estudo é investigar as representações do crime, do criminoso, da vítima e das formas de controle presentes nos quadrinhos Tex sob ótica da moderna Criminologia. Especificamente, busca articular as principais imagens que aparecem nos enredos ao longo do desenvolvimento dos roteiros e histórias de Tex Willer, para posteriormente, após tal caracterização, abordar a conexão dessas expressões aos postulados da Criminologia.

<sup>36</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: adrianoreisxavier@oi.com.br

<sup>37</sup> Graduada em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: elissamila@hotmail.com

<sup>38</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: palmamarcio@yahoo.com

<sup>39</sup> Graduada em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: mirianlopesmaciel@gmail.com

<sup>40</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: rphi@uol.com.br

## Metodologia

Trata-se de uma pesquisa em sua fase inicial. No presente estágio, está sendo realizada revisão bibliográfica nas histórias do personagem, de diversos períodos históricos, a fim de realizar o recorte do trabalho. A pesquisa fará uso, ainda, em seu desenvolvimento, dos métodos de abordagem dialético, comparativo e histórico. Serão utilizados métodos qualitativos.

## Conclusão

As primeiras conclusões obtidas sugerem que, atualmente, as histórias em quadrinhos (HQ) são utilizadas como recursos pedagógicos a serem debatidos em sala de aula, em todos os níveis e para o ensino de diversas áreas do conhecimento. Vencido o preconceito inicial, as HQ também se tornaram fontes seguras de pesquisa, riquíssimas em representações que podem ser estudadas sob a ótica de uma vasta gama de ciências, como é o caso da Criminologia. As conclusões finais serão apresentadas na forma de artigo.

## Referências

BIBE-LUYTEN, S. M. **O que é história em quadrinhos?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

BONELLI, G. L. **Tortura.** Rio de Janeiro Rio Gráfica, 1985.

\_\_\_\_\_. **O diabólico Proteus.** Rio de Janeiro Rio Gráfica, 2014.

## **A INTRODUÇÃO DO “INFORMANTE DO BEM” NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO PREVISTO NO PROJETO DE LEI ANTICRIME Nº 882 de 2019**

Silva, Alex Guimarães; Philippini, Renato Augusto de Alcântara

### **Introdução**

O projeto de lei "anticrime" prevê a alteração da Lei 13.608/18, propondo, alargar o rol de entes sujeitos às proposições daquela lei, a implementação de ouvidoria ou unidade de correição pelos entes e que as informações sejam relativas a crimes contra a administração pública, a ilícitos administrativos ou a ações ou omissões lesivas ao interesse público.

Serão alterações na legislação Brasileira que visa aumentar a eficácia no combate ao crime organizado, violento e a corrupção.

Inserido no projeto de Lei 882/2019, o informante do bem, será a pessoa que ao tomar conhecimento de um ato que pode ser lesivo a administração pública, denunciará ao canal de ouvidoria que deverá ser criado pelo ente federativo. Tendo sua identidade resguardada e poderá ser recompensado nos casos em que houver devolução de recursos desviados.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo, que tem como objetivo a Constitucionalidade da Introdução do Informante do Bem no Ordenamento Jurídico, de acordo com o Projeto de Lei 882/2019, apresentado pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro.

Sendo utilizado como fonte de consulta doutrinas jurídicas, e artigos científicos sobre o tema. Ainda foi utilizado como metodologia de pesquisa documental sítio eletrônico.

### **Resultado e discussão**

O presente trabalho foi dividido em três partes; sendo o primeiro a apresentação do Whistleblower, trazendo o seu significado e a diferença entre Whistleblower e o colaborador premiado. No segundo tópico dói abordado a origem do Whistleblower no Direito Americano, onde no ano de



1977, foi criado a Foreign Corrupt Practices Act. Por último, foi discorrido sobre o Projeto de Lei Pacote Anticrime nº 882/2019 em tramitação no Congresso Nacional, de autoria do ex Juiz Federal e atual Ministro da Justiça Sérgio Moro, visando uma série de mudanças na legislação Brasileira com vistas ao combate ao crime organizado, à corrupção e à violência, passando a permitir a execução da pena a partir da condenação em segunda instância; execução da pena após condenação no tribunal do Júri para crimes de assassinato; ampliação do banco de perfil genético de criminosos; cumprimento da pena em presídios federais; condenado por crime relacionado a organização criminosa, passa a não obter nenhum benefício prisional; permitir a interceptação de comunicações por qualquer meio tecnológico; prevê penas mais duras para porte, posse e comercialização de armas ilegais.

### **Conclusão**

Faz-se necessário fomentar o debate sobre essa importante ferramenta disseminada nos programas combate a corrupção. A discussão se faz imperiosa não só para o fortalecimento e amadurecimento do informante de boa-fé, como também para possibilitar uma melhor efetividade e aplicabilidade do instituto no Brasil.

### **Referências**

SCARPINO, Luiz. Sérgio Moro. O Homem, o Juiz e o Brasil. São Paulo. Editora Novo Conceito, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. Organização Criminosa, 2º Edição. Rio de Janeiro. Editora Forense LTDA, 2015.

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito penal. Parte especial 5. Dos Crimes Contra a Administração Pública e dos Crimes Praticados pelos Prefeitos, 9º Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2014.

\_\_\_\_\_. Lei n. 13.608, de 10 de jan. de 2018. Brasília, DF, Jan. 2018.

## A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME OBRIGATÓRIO DA SEPARAÇÃO DE BENS ÀS PESSOAS MAIORES DE 70 ANOS

Antunes, Alexandre Amaral<sup>41</sup>; Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius

**Palavras-chaves:** Casamento. Maiores de 70 anos. Separação obrigatória de bens. Princípios. Inconstitucionalidade.

### Introdução

Na legislação brasileira prevalece a escolha de regimes de bens a serem confirmados por um pacto antenupcial. Na ausência desse ou em casos excepcionais, o artigo 1.641 do Código Civil é observado. Contudo, o mesmo artigo em seu inciso II é imposto como regime de separação de bens em casamentos de pessoas maiores de 70 anos (conforme redação da Lei nº. 12.344/2010), causando desconforto e repudia.

Na ausência do referido pacto, presume-se que as partes optaram pelo regime legal da comunhão parcial. Contudo, em casos excepcionais a legislação brasileira vem impor o regime de separação, contrariando a autonomia da escolha. Tem-se então a norma obrigatória, no qual afasta-se a livre escolha quanto ao regime de bens, vindo prevalecer a imposição legal.

Para o presente artigo o objetivo geral se resume em abordar sobre o regime de separação obrigatória de bens para os maiores de 70 (setenta) anos, conforme atualmente previsto no inciso II do art. 1.641 do CC. O objetivo específico se encarrega de destacar que esta revisão é inconstitucional, haja vista a exagerada imposição legal em razão da idade em detrimento à capacidade civil do idoso.

### Metodologia

O método adotado foi de revisão bibliográfica sobre o regime obrigatório da separação de bens às pessoas maiores de 70 anos na qual foram incluídos doutrina jurídica acerca do tema e artigos eletrônicos atuais. Foi utilizado ainda, como metodologia, a pesquisa documental (legislação específica e pareceres jurisprudenciais).

### Resultados

Sob alegação de proteger os maiores de 70 anos, a obrigatoriedade do regime de separação de bens pressupondo a idade veio impor redução do discernimento da pessoa (da sua

---

<sup>41</sup> E-mail: [xandip4@hotmail.com](mailto:xandip4@hotmail.com) – Faculdade de São Lourenço.

capacidade civil), considerando-a vulnerável para salvos enganos e más-fés. O fato é que a imposição legal vem resgatar o patrimonialismo, protegendo heranças de eventuais (e futuros) herdeiros, em detrimento ao desrespeito e marginalização de pessoas completas de autonomia e responsáveis pelos seus patrimônios construídos.

O art. 1.641, inciso II, do Código Civil não é compatível com a nova realidade social do país, onde os dados estatísticos são crescentes e registram o aumento da expectativa e qualidade de vida dos idosos, que por meios científicos, médicos e tecnológicos vem vivendo melhor, vivenciado sua 'melhor' idade em pleno vigor, participando ativamente de todas as atividades cotidianas com saúde e afastando, cada vez mais, o conceito de 'invalidez' associado ao conceito de 'idade'.

### Considerações finais

A legislação vigente veio impor um novo tipo de incapacidade, sem basear-se em fundamentos científicos ou sentenças judiciais, agindo o legislador de forma arbitrária. O mesmo atentou-se, somente, para o lado patrimonial, deixando de observar as condições constitucionais e a prática da discriminação do maior de 70 anos, impedindo-o de escolher seu próprio regime de bens.

### Referências

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm)>. Acesso em: 21 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 12.344**, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12344.htm)>. Acesso em: 21 set. 2019.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro**: teoria geral do Direito Civil. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

## ANÁLISE DO TIPO DE IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR INSERIDO PELA LEI N. 13.718/18 SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE.

Santos, Alisson Henrique<sup>42</sup>, Philippini, Renato Augusto de Alcântara

**Palavras-chave:** Crimes sexuais. Proporcionalidade.

### Introdução

A Lei nº 13.718/18 trouxe inovações legislativas no sentido de alterar as sistemáticas dos crimes sexuais neste sentido, para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais).

Para entender o crime de importunação sexual deve-se discernir o que é importunação sexual. É considerado um crime comum, podendo ser praticado por qualquer pessoa podendo ser do mesmo gênero ou não, e a realização de ato libidinoso de forma não consensual na presença de alguém com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro, assim o criminoso utilizando deste meio para promover seu prazer, todavia o bem jurídico tutelado e que foi desrespeitado é a liberdade sexual do ofendido, sendo incluído e definido pela Lei nº 13.718/18, no qual preceitua segundo o artigo 215-A CP.

Vale ressaltar que o crime previsto no artigo 215-A CP, deixa claro em sua pretensão punitiva, em que caso o crime diverge sobre o artigo 215-A, o mesmo poderá responder pelo crime previsto no artigo 213 CP, sendo assim um crime mais grave.

---

<sup>1</sup> Alisson Henrique dos Santos - Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – E-mail: alissonhenrique118@gmail.com

<sup>2</sup> Renato Augusto de Alcântara Philippini – Professor Orientador – Faculdade São Lourenço – E-mail: rphi@uol.com.br

## Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica relativa a doutrina, bem como pesquisa documental legislativa no Código Penal.

## Discussão

O que se pretendeu discutir à seguir foi se a inovação da inclusão do artigo 215-A ao Código Penal consiste em violação ao princípio da proporcionalidade. Antes, no entanto, cabe discorrer acerca das modificações trazidas pela Lei nº 13.718/18.

Nas palavras de Nucci (2014, p.89), proporcionalidade em direito penal significa que: “[...] as penas devem ser harmônicas com a gravidade da infração penal cometida, não tendo cabimento o exagero, nem tampouco a extrema liberalidade na cominação das penas nos tipos penais incriminadoras”. Assim, conforme aponta o autor, é desarrazoado “[...] punir um furto simples com elevada pena privativa de liberdade, como também não seria admissível punir um homicídio qualificado com pena de multa”.

Ou seja não se pode punir um indivíduo nas mesmas proporções de outro ato, como exemplo não é plausível punir um indivíduo que praticou uma cantada com a mesma pena de um ato em que houve contato corporal com a vítima e o outro um contato verbal, mas mesmo assim estão dentro do mesmo tipo penal.

## Conclusão / Considerações finais

Conclui-se que apesar do legislador criar um novo tipo penal, o mesmo não delimitou seu alcance quanto a pessoa e quanto ao crime praticado, gerando diversas interpretações no caso concreto e vindo a ferir o princípio da proporcionalidade.

## Referências

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal, volume 1: parte geral. São Paulo: Saraiva, p. 25.
- BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del2848Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848Compilado.htm). Acesso em: 1 abr. 2019.
- BRASIL. Congresso. Senado. Constituição (2018). Lei nº 13.718/18, de 24 de setembro de 2018. . Brasília, DF, 24 set. 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13718.htm). Acesso em: 08 out. 2019.
- NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

## NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO NA REFORMA TRABALHISTA: DA EXTENSÃO E DOS LIMITES NO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

Guimarães, Amanda Luz<sup>1</sup>; Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius

**Palavras-chaves:** Reforma Trabalhista. Conflito. Negociação Coletiva de Trabalho. Extensão e limites do Negociado sobre o Legislativo. Flexibilização.

### Introdução

A edição do Decreto-Lei n. 5.452/43 que deu origem a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi uma conquista social sem precedentes, garantindo direitos e impondo deveres básicos com vistas a reger as relações entre empregados e empregadores. Relação esta dinâmica, fruto das evoluções constantes da sociedade. Assim, uma adequação legislativa seria, uma hora ou outra, necessária. E é neste contexto que surge a Lei 13.467/17, que deu vida a Reforma Trabalhista. Dentre as matérias objeto da reforma, a inclusão dos artigos 611-A e 611-B na CLT, que trata da extensão e dos limites, respectivamente, do negociado sobre o legislado, evidenciando a intenção do legislador em tentar aprimorar as relações de trabalho por meio da valorização da Negociação Coletiva foi um ponto de grande interesse, cujo os impactos produzidos nas relações e conflitos de trabalho merecem ser analisados.

Desta forma, o objetivo geral da pesquisa resume-se em evidenciar a Negociação Coletiva como um instrumento da evolução do Direito do Trabalho. Para o seu cumprimento, foram elencados os seguintes objetivos específicos: definir e identificar os tipos de conflitos de trabalho, bem como identificar as suas formas de solução; evidenciar a Negociação Coletiva como a forma mais efetiva para solucionar os conflitos de trabalho, identificando seus instrumentos normativos e abordando sobre modelo negociado adotado antes do advento da Reforma Trabalhista; compreender a relevância que o legislador confere aos Acordos Coletivos e Convenções Coletivas na Reforma Trabalhista; mostrar a extensão e os limites do negociado sobre o legislado, analisando a efetividade dos instrumentos de negociação coletiva junto à reforma.

### Metodologia

Em relação à metodologia de pesquisa, quanto à abordagem, o método adotado é o dedutivo, haja vista que não se pretende a produção de novos conhecimentos, mas sim, concluir com respostas embasadas nos conhecimentos já existentes. Quanto à tipologia, é mista – bibliográfica, documental e descritiva.

## Discussão

Quanto à divisão estrutural, o presente artigo teve quatro pontos como principais, que podem ser listados da seguinte forma: Conflitos de trabalho, em que foi descrito os tipos de conflitos de trabalho, identificando as suas formas de solução, destacando-se aqui, a intenção de evidenciar a Negociação Coletiva como a forma de solução mais efetiva; Negociação Coletiva, em que buscou-se abordar o tema na visão de estudiosos e renomados doutrinadores do direito do trabalho, tratando de suas particularidades e fundamentos, além de identificar e diferenciar seus instrumentos normativos – acordos e convenções coletivas; Reforma Trabalhista, que versa sobre a necessidade de sua realização com vistas a acompanhar o desenvolvimento da sociedade, trazendo alguns exemplos de matérias objeto de mudanças, abordando sobre o modelo negociado adotado antes da reforma e da relevância que o legislador buscou dar aos instrumentos de negociação coletiva com a edição da lei 13.467/17; Extensão e limites do negociado sobre o legislado, que tem como foco a inclusão dos artigos 611-A e 611-B na CLT e as implicações que trazem, de forma geral, nas relações e conflitos de trabalho, tratando, por fim, a respeito da efetividade dos instrumentos normativos junto a reforma.

## Considerações finais

Constatou-se que a extensão do negociado sobre o legislado é tratada nos temas que podem ser objeto de negociação por acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho, elencados no art. 611-A, observando-se a pretensão do legislador em conferir amplitude jurídica nas relações coletivas com vistas a se evitar passivos judiciais e favorecer o desenvolvimento de relações econômicas. Constatou-se, ainda, que o art. 611-B vem impor as limitações a matéria, assegurando direitos fundamentais dos trabalhadores ao elencar os temas que não podem ser negociados, buscando-se evitar a exclusão social. Conclui-se, que a reforma trabalhista valoriza a negociação coletiva, vindo conferir um marco legal em relação aos limites da autonomia da norma coletiva de trabalho, tentando assim, encerrar a insegurança jurídica atualmente existente, mas que em verdade representou um verdadeiro retrocesso social, ao passar a permitir a flexibilização de direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas, além de diminuir a esfera de proteção de outras garantias constitucionalmente previstas.

## Referências

CASSAR, Vólia Bomfim; BORGES, Leonardo Dias. **Comentários à Reforma Trabalhista**. São Paulo: Método, 2017

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTR, 2019.

\_\_\_\_\_. **A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017**. São Paulo, v. único, 2017.

LIMA, Guilherme Vargas de. **A reforma trabalhista e os limites da negociação coletiva de trabalho**. 2018. Dissertação. (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/17468>>.

Acesso em: 31 de ago. 2019

LOURO, Henrique da Silva. **Reforma trabalhista – extensão e limites do negociado sobre o legislado**. Revista Migalhas, 1 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI270379,71043Reforma+trabalhista+extensao>

+limites+do+negociado+sobre+o+legislado>. Acesso em: 28 de set. 2019



## ABANDONO AFETIVO E RESPONSABILIDADE CIVIL: POSSIBILIDADE DE RESPONSABILIZAÇÃO PARENTAL

BENTO, Ana Caroline Ferreira<sup>43</sup>; Gaspar, Silvana Santos<sup>44</sup>.

### Introdução

Afeto quer dizer interação ou ligação entre pessoas, podendo ter carga positiva ou negativa (TARTUCE, 2012). À vista disso, este atua como um dos pilares da construção da personalidade humana. Todavia, a confusão no que diz respeito à objetividade ou a subjetividade do afeto, e até mesmo a dificuldade de se separar, no mundo prático, um do outro, causa ramificações de como o mesmo deveria ser recepcionado pelo sistema jurídico.

Destarte, é imperativo aclarar a problemática hodierna acerca do ceticismo existente no que tange à responsabilização de genitores por abandono afetivo a seus filhos, posto ser a afetividade um dos princípios do direito de família brasileiro.

Sob esta ótica surge o presente trabalho, o qual tem por objetivo definir o que é, para o direito, abandono afetivo e quais suas repercussões civis, questionando-se se há possibilidade de ressarcimento/indenização e qual a situação atual do tema na doutrina e na jurisprudência.

### Metodologia

O presente projeto se desenvolveu com respaldo no Código Civil, que rege as relações jurídicas de ordem privada, lastreando o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que tange à proteção dos direitos concernentes à criança e ao adolescente. Outrossim, aborda-se correntes doutrinárias referentes ao do abandono afetivo e consequentes implicações na esfera social.

### Discussão

No decorrer do estudo realizado, constata-se que, no âmbito contemporâneo, cada vez mais, o núcleo familiar composto por ambos os pais se torna menos presente na realidade de muitas crianças. Sob este viés, o presente trabalho discute a própria definição dos limites do que se caracterizaria abandono afetivo, analisando o conflito entre a autonomia individual, a cultura, esferas supralégais e os direitos materializados no CC e no ECA. Ademais, argumenta-se o caso da possibilidade de compensação, indagando o modo pelo qual tal deve se dar.

### Conclusão

---

<sup>43</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – acarolinebento@hotmail.com

<sup>44</sup> Professora Mestre - Orientadora

Destarte, estabelecer parâmetros confiáveis para a definição do que vem ser a responsabilidade afetiva, em consonância aos mandamentos legais do Código Civil e do Estatuto da Criança e do Adolescente, faz-se uma medida premente, findando a reparação civil do abandono afetivo. Afinal, [...] a convivência dos filhos com os pais não é direito, é dever (DIAS, 2011).

## Referências

BRASIL. **Código Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm). Acessado em 14 de setembro de 2019, as 12:00 horas.

PRADO, Camila Affonso **Responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo dos filhos menores**. Dissertação. 2012. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-06062013-135843/en.php>. Acessado em 14 de setembro de 2019, as 12:00 horas.

REIS, Clayton. PINTO, Simone Xander. **O abandono afetivo do filho, como violação aos direitos da personalidade**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 12, n. 2, p. 503-523, jul./dez. 2012 - ISSN 1677-64402. Disponível em <file:///C:/Users/Wagner%20Boechat/Downloads/2539-9517-1-PB.pdf>. Acessado em 14 de setembro de 2019, as 12:00 horas.

GUIRADO, Marlene. **Instituição e relações afetivas**: o vínculo com o abandono. Ed. Ver. e ampl. São Paulo: Casa do Psicólogo. 199

ANGELUCI, Cleber Affonso. **Abandono afetivo**: considerações para a constituição da dignidade da pessoa humana. Revista CEJ, Brasília, n. 33, p. 43-53, abr./jun. 2006

## O DESCUMPRIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA PELO ESTADO NO ÂMBITO DA SAÚDE PÚBLICA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE AÇÕES PROPOSTAS NA DEFENSORIA PÚBLICA DE BAEPENDI/MG.

Souza, Anne Salgado <sup>45</sup>, Vianna, Geraldo Luiz

**Palavras-chaves:** Direito à saúde. Judicialização da Saúde. Defensoria Pública de Baependi/MG.

### Introdução

A Constituição Federal de 1988, no artigo 196, prevê que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, o que o torna responsável pela prevenção, redução dos riscos de doenças, tratamentos de saúde, garantindo a todos o acesso a serviços que objetivam zelar por este direito. Mas, muitas vezes esse direito fundamental não é efetivado pelo Poder Público, ocorrendo a judicialização da saúde, que é o ato de recorrer ao judiciário para pleitear o medicamento/tratamento de alto custo não fornecido pelo Estado.

A Defensoria Pública tem grande importância nestes casos, pois possibilita aos hipossuficientes o acesso à justiça, para pleitear o necessário medicamento/tratamento. Estes processos precisam de urgência e por isso normalmente é pedida a antecipação de tutela pela Defensoria Pública de Baependi/MG, que tem sido concedida pelo Juiz da Comarca. Porém, essas tutelas de urgência não estão sendo integralmente atendidas pelo Estado, fazendo com que o Magistrado, a pedido do demandante, fixe uma medida coercitiva para que o ente cumpra com sua obrigação.

O objetivo deste trabalho, é refletir sobre a Judicialização da Saúde, analisando-a na Defensoria Pública de Baependi, Minas Gerais, bem como os mecanismos utilizados para tornar efetivas as tutelas de urgência concedidas, para que sejam cumpridas a tempo de preservar a saúde e a vida dos pacientes.

### Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa realizada no âmbito da Defensoria Pública de Baependi/MG, na qual foram analisados alguns processos de obrigação de fazer contra o Poder Público, além de revisão bibliográfica, documental, jurisprudencial e na legislação.

---

<sup>45</sup> E-mail: [annesalgado@ymail.com](mailto:annesalgado@ymail.com)  
Faculdade São Lourenço

## Resultados e discussão

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira diz respeito à saúde pública no Brasil, trazendo alguns conceitos importantes e diferenciando os termos judicialização da saúde e ativismo judicial, além de comentar sobre a ineficácia no atendimento à saúde pública. Já a segunda parte procura fazer uma abordagem sobre a tutela de urgência como instrumento para efetividade jurisdicional. Por fim, a terceira parte dispõe sobre alguns casos concretos analisados a partir de ações promovidas pela Defensoria Pública de Baependi, Minas Gerais, bem como a eficácia das decisões judiciais dentro deste contexto da judicialização da saúde pública.

## Conclusão / Considerações finais

Conclui-se, ao final, que apesar da demora, que normalmente acontece nos processos judiciais, o Poder Público vem cumprindo a obrigação imposta, prestando o atendimento à saúde, por vezes em razão das medidas coercitivas aplicadas pelo judiciário, a pedido da Defensoria Pública, que muitas vezes se fazem necessárias para garantia da efetividade da prestação jurisdicional, especialmente nos casos envolvendo o direito à saúde.

## Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição nº 1988, de 05 de outubro de 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, ativismo e legitimidade democrática**. Disponível em: <[https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso\\_para\\_Selecao.pdf](https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf)>. Acesso em: 06 out. 2019.

JUNIOR, Humberto Teodoro. **Curso de direito processual civil, volume I**. 58ª ed. Forense, 2017. 1296 p.

VIANNA, Geraldo Luiz. **Judicialização da saúde suplementar: a concepção do direito como integralidade contra a discricionariedade judicial**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014. 146 p.

## A EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL ATRAVÉS DO PLURALISMO SINDICAL NO BRASIL.

Caim, Anthony Mendonça Lopes <sup>46</sup>; Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius <sup>47</sup>

**Palavras-chaves:** Pluralismo Sindical, Liberdade Sindical, Democracia.

### Introdução

A pluralidade sindical consiste na permissão de várias entidades, na mesma base territorial, exercerem a representação da mesma categoria (BATALHA, 1994).

A presente pesquisa tem por objetivo, analisar a liberdade sindical, que embora tenha apresentado conquistas, garantidas pelo Estado, enfrenta uma grande barreira provida do texto constitucional, que mantém em suas interpretações uma tradição corporativista pela imposição do sistema de unicidade sindical, impedindo o exercício da democracia, conforme previsão constitucional, haja vista, a imposição do trabalhador em filiar-se a somente um sindicato. O estudo é de suma importância, pois propõe-se a dar ênfase a liberdade sindical no Brasil e mostrar que o melhor sistema para o seu exercício é por meio do pluralismo sindical perfazendo o perfeito exercício da democracia em sua plenitude, garantido-se a liberdade.

### Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a efetivação do princípio da liberdade sindical através do pluralismo sindical no Brasil, na qual exaustivamente, debruçou-se em doutrinas jurídicas acerca do tema e artigos técnicos. Incrementou-se ainda com pesquisas documentais, condensadas com a Constituição Federal de 1988, Consolidação das Leis Trabalhistas e a Convenção nº87 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Em último estágio a pesquisa em sítio eletrônico.

### Resultados

O presente artigo está dividido em cinco partes, tendo início o sindicalismo quanto ao seu conceito e sua evolução, desde a Revolução Industrial até os dias atuais. Em seguida disserta-se sobre a Liberdade Sindical atribuindo seu conceito, e estabelecendo as características essenciais na definição do sistema de organização sindical, sob a ótica do princípio de sua liberdade. Em

---

<sup>46</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – anthonycaim20@gmail.com

<sup>47</sup> Cláudio Henrique Urbanavicius Jodar

continuidade são elencados os conceitos de unicidade, unidade e pluralidade sindical, e a diferença de cada um deles. Antes de finalizar, aborda-se a Convenção nº87 da OIT, não ratificada pelo Brasil e a Constituição Federal de 1988, que vem dispor sobre a liberdade sindical e a proteção do direito sindical aos trabalhadores. Finalizando, alude-se a problemática do princípio da liberdade sindical, enfatizando que o melhor sistema para esse prelúdio de independência, é o pluralismo sindical. Nesta toada os sindicatos de forma geral, mediante competitividade, poderão trabalhar de maneira melhor em favorecimento de melhorias para os interessados.

### **Considerações finais**

Conclui-se que, a liberdade sindical exercitada, por meio do pluralismo, pode proporcionar pleno exercício democrático e favorecer, em primeiro lugar, a classe trabalhadora. Se faz necessária a busca da compreensão da importância da ratificação da Convenção nº 87 da OIT, para adoção do sistema da pluralidade sindical e a liberdade de escolha por parte do trabalhador sindicalizado de qual sindicato deseja se filiar.

### **Referências**

- AROUCA, José Carlos. Liberdade sindical. Revista Fórum Justiça do Trabalho, Belo Horizonte, ano 34, n. 402, p. 89-103, jun. 2017;
- BATALHA, Wilson de Souza Campos; BATALHA, Silva Marina Labate. Sindicatos – Sindicalismo. 2 ed. São Paulo: LTr Editora, 1994;
- DELGADO, Maurício Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. 2. ed. São Paulo: LTr, 2003;
- NASCIMENTO, Aumari Mascaro. Compendio de direito sindical. 6 ed. São Paulo: LTr. 2002;
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

## APLICABILIDADE DO REGIME DISCIPLINAR DIFERENCIADO AOS PRESOS POR TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO: O CASO DA OPERAÇÃO “ERVA DANINHA”

Bárbara Arantes Nascimento Souza <sup>48</sup>, Renato Augusto de Alcântara Philippi<sup>49</sup>

Palavras-chave: Direito penal do inimigo. Tráfico de drogas. Organização criminosa. Regime disciplinar diferenciado.

### Introdução

Direito Penal do Inimigo é uma teoria criada por Günther Jakobs (2007), e sustenta que aqueles que se comportam como pessoas poderão ser tratadas como cidadãos, do contrário, deverão ser excluídos da cidadania e transformados em inimigos do Estado, tendo alguns direitos e garantias constitucionais flexibilizados ou eliminados (MORAES, 2008).

No sistema penal brasileiro, apesar de não ser adotado de forma expressa, há alguns exemplos de aplicação do Direito Penal do Inimigo, entre estes o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), descrito na Lei de Execução Penal, utilizado para atender às necessidades de maior segurança nos estabelecimentos penais contra criminosos que, por serem líderes ou integrantes de facções criminosas, são responsáveis por constantes rebeliões e fugas ou permanecem, mesmo encarcerados, comandando ou participando de organizações criminosas atuantes no interior do sistema prisional e no meio social. (MIRABETE, 2004).

O objetivo do presente trabalho é verificar a possibilidade da utilização do Regime Disciplinar Diferenciado como medida administrativa para presos que, mesmo encarcerados, continuam a comandar e gerenciar a criminalidade fora dos presídios. Especificamente, busca analisar a aplicabilidade do RDD aos presos no caso da “Operação Erva Daninha”, que culminou na prisão de integrantes de organização criminosa e membros de facção, que praticavam, além do tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, vários outros crimes graves, como homicídios, disparos de arma de fogo, roubos a banco, ameaças, entre outros.

### Metodologia

---

<sup>48</sup> Graduanda em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: barbaraans@outlook.com  
<sup>49</sup> Professor orientador – Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o Direito Penal do Inimigo e, mais especificamente, sobre o instituto do Regime Disciplinar Diferenciado. Foi incluída, ainda, bibliografia relativa ao caso da operação “Erva Daninha”, que ocorreu na cidade de Cruzília/MG.

### Resultados/Discussão

O presente trabalho foi dividido em três partes. Inicialmente buscou-se conceituar a teoria do Direito Penal do Inimigo, criada por Günther Jakobs (2007), indicando quem pode ser considerado inimigo do Estado.

Em seguida, como exemplo da aplicação do Direito Penal do Inimigo no Brasil, foram articuladas as principais características do Regime Disciplinar Diferenciado.

Por fim, foi abordada a Operação “Erva Daninha”, realizada pelo Grupo de Combate ao Crime Organizado (GAECO) em conjunto com a Promotoria de Justiça da Comarca de Cruzília/MG, na qual foi sugerida a aplicação do Regime Disciplinar Diferenciado aos criminosos presos na operação, objetivando atender às necessidades de maior segurança nos estabelecimentos prisionais em que se encontram os acusados, além de causar maior segurança aos moradores da cidade e região.

### Considerações finais

Ao final do presente trabalho, conclui-se que, o Regime Disciplinar Diferenciado pode se configurar em importante ferramenta estatal de controle para os presos ligados a organizações criminosas e facções que, embora encarcerados, continuam a gerenciar a prática de delitos fora do sistema prisional, como bem retrata o caso da Operação “Erva Daninha”. No entanto, embora seja importante a aplicação do RDD, tal medida se torna inviável diante das condições dos presídios regionais, que não comportam estruturas para efetivação da aplicação.

### Referências

- JAKOBS, Günther; MELIÁ, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. São Paulo: Atlas S.A, 2004.
- MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Direito Penal do Inimigo: A terceira velocidade do Direito Penal**. Curitiba: Juruá, 2008.



## RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL DAS FILIAÇÕES SOCIOAFETIVAS: ANÁLISE DAS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES NO DIREITO CIVIL

Bianca Uchôas Luz<sup>50</sup>, Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>51</sup>

Palavras-chave: **Filiação socioafetiva. Reconhecimento extrajudicial. Implicações.**

### Introdução

Dentro do chamado movimento de extrajudicialização do direito privado, visando a atender um anseio social e, ao mesmo tempo, buscando reduzir o número de demandas judiciais relativas ao registro civil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou, em 2017 e em 2019, provimentos regrando uma série de questões relacionadas ao registro de pessoas naturais, entre elas a possibilidade de reconhecimento extrajudicial das filiações socioafetivas.

Trata-se do provimento 63 do CNJ, de novembro de 2017 e do provimento 83 do CNJ, de agosto de 2019 que passam a permitir a solução por vias extrajudiciais de questões pelo qual diversas questões que anteriormente restavam restritas à apreciação do Poder Judiciário passam a poder ser solucionadas por vias extrajudiciais (BRASIL, 2017; 2019).

O objetivo do presente trabalho foi analisar os reflexos dos provimentos emitidos pelo CNJ no direito civil. Especificamente a pesquisa, visou, em primeiro lugar, discorrer sobre a filiação socioafetiva para, em seguida, sintetizar os provimentos 63 e 83 no tocante ao reconhecimento extrajudicial das filiações socioafetivas. Por fim, foram descritas as principais implicações dos provimentos no âmbito do direito civil.

### Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental (legislativa e provimentos do CNJ). A pesquisa fez uso, ainda, em seu desenvolvimento, dos métodos de abordagem dialético, comparativo e histórico. Foram utilizados, outrossim, métodos qualitativos.

<sup>50</sup> Graduanda em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: bianca.uchoas@hotmail.com

<sup>51</sup> Professor orientador – Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

## Resultados/Discussão

O presente trabalho foi dividido em três partes. Inicialmente buscou-se conceituar, dentro do direito família, o conceito de filiação socioafetiva.

Em seguida foram analisados os provimentos do CNJ que regulamentam o reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva

Por fim, foram avaliadas as possíveis implicações, no âmbito do direito civil, da aplicação dos provimentos do CNJ.

## Considerações finais

Ao final do presente trabalho, conclui-se que o movimento de extrajudicialização do direito privado, promovido pelo CNJ vem atender a um anseio da sociedade contemporânea (PAIANO, 2016). No entanto, numa análise perfunctória, ainda não se vislumbram todas as decorrências civis do reconhecimento extrajudicial da filiação socioafetiva, vez que faltam regras específicas no direito civil para tratar de todas as situações, servindo principalmente a analogia como forma de resolução,

## Referências

BRASIL. Provimento nº 63, de 14 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://www.recivil.com.br/noticias/noticias/view/provimento-n-63-de-14-de-novembro-de-2017.html>>. Acesso em: 15 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Provimento nº 83, de 14 de agosto de 2019. Disponível em: <<http://www.recivil.com.br/noticias/noticias/view/cnj-publica-provimento-n-83-que-altera-requisitos-na-paternidade-socioafetiva>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PAIANO, Daiana Braga. **O Direito de filiação nas famílias contemporâneas**. 2016. 39 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

## TERCEIRIZAÇÃO E O DIREITO DO TRABALHO

Diniz, Breno Amaral <sup>1</sup>; Serva, Felipe  
José Pereira <sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** terceirização, reforma trabalhista, lei nº13.429/2017, lei nº 13.467/2017.

### Introdução

A terceirização é um fenômeno relativamente novo no direito brasileiro, isso se explica porque o fato social da terceirização não teve grande significação socioeconômica na industrialização ocorrida no país iniciada nos anos de 1930/40, sendo que o modelo básico de vínculo bilateral na relação de emprego continuou a prevalecer, sem notícias do surgimento significativo no mercado da tendência à formação do modelo trilateral terceirizante (DELGADO, 2019).

Teoricamente, o objetivo da terceirização é diminuir os custos e melhorar a qualidade do produto ou do serviço: alguns especialistas denominam esse processo de 'especialização flexível', ou seja, aparecem empresas, com acentuado grau de especialização em determinado tipo de produção, mas com capacidade para atender a mudanças de pedidos de seus clientes (BARROS, 2016).

O presente trabalho possui como objetivo precípuo o estudo das mudanças ocorridas na lei 6.019/74 em decorrência das alterações promovidas pelas Leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017, que passaram a dispor sobre o instituto da terceirização, tanto nos casos envolvendo empresas de trabalho temporário quanto nos demais casos de terceirização.

### Metodologia

O presente estudo se volta para a investigação do fenômeno da terceirização no Direito do Trabalho brasileiro, tendo como pano de fundo as alterações legislativas promovidas pelas leis nº 13.429/2017 e 13.467/2017, que acabaram por normatizar o tema que até então era abordado apenas na seara jurisprudencial. Para tanto, realiza-se uma análise da

principiologia do direito do trabalho para que possa ser analisada a sua compatibilidade com as alterações legislativas mencionadas, estabelece-se, ainda, um panorama geral histórico da terceirização e traça-se uma análise jurisprudencial a respeito da matéria.

## Resultados

A Lei 6.019/74 que até então versava apenas sobre o contrato de trabalho temporário, passou a dispor também sobre a regulação do instituto da terceirização, que até então possuía base apenas na súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Além disso, a lei trouxe a permissão legal para a chamada quarteirização, que permite às empresas prestadoras de serviços a subcontratação de outras empresas para a prestação dos serviços, o que acaba por flexibilizar em muito as relações de trabalho envolvendo empregados terceirizados.

Os contratos de trabalho envolvendo empresas prestadoras de serviços a terceiros há muito tempo carece de legislação específica, haja vista que o tema, conforme visto, antes da vigência das Leis 13429/2017 e 13467/2017, possuía respaldo apenas na famigerada súmula 331 do TST, que não era capaz de, por si só, proporcionar a segurança jurídica a tais relações sociais.

Ocorre que a tentativa de se dar segurança jurídica ao aprovar uma lei que disponha sobre a terceirização não obteve a eficácia esperada, eis que não houve uma legislação completa sobre o tema, mas sim a aprovação de leis que simplesmente acrescentaram alguns artigos à Lei nº 6.019/1974 e que acabaram por flexibilizar os direitos trabalhistas, infringindo diversos princípios constitucionais do Direito do Trabalho.

## Considerações finais

Levando-se em conta a ausência de normatização heterônoma estatal específica sobre o tema, bem como a crescente pressão político-econômica realizada por diversos grupos empresariais que buscavam a precarização dos direitos trabalhistas para a redução de gastos, surgiram as leis de nº 13.467/17 e 13.429/17, que estão calcadas em um enorme contexto de flexibilização e desrespeito aos diversos direitos e garantias mínimas dos empregados.

Diante do exposto, cabe aos aplicadores do Direito do Trabalho um acompanhamento jurídico à luz das normas constitucionais vigentes no que diz respeito à forma como o instituto da terceirização vem sendo aplicado no direito brasileiro, sob pena de tal instituto se transformar em um mecanismo de aplicação marginalizada da legislação trabalhista, deixando de lado a dignidade da pessoa do trabalhador e colocando este em segundo plano, o que é totalmente contrário à evolução e às premissas do Direito do Trabalho.

## Referências

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18º ed. São Paulo: LTr, 2019, p. 542.

BARROS, Aline Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. Ed. São Paulo: LTR, 2016. Pg. 300.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm). Acesso em:  
27 ago 2019.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em:  
27 ago 2019.

BRASIL. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6019.htm). Acesso em: 27 ago 2019

## EXAME DA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE LEGÍTIMA DEFESA CONSTANTE NO PACOTE ANTICRIME DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Bruna Maciel Ribeiro<sup>52</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>53</sup>

**Palavras-chave:** Legítima defesa. Projeto de lei. Ampliação. Conceito.

### Introdução

O Direito Penal não está formado apenas por normas incriminadoras, mas também por normas permissivas que autorizam, no caso concreto e em virtude de determinadas circunstâncias a realização de uma conduta, em princípio, proibida. Essas normas permissivas têm, portanto, a capacidade de excluir a antijuridicidade da conduta típica. (BITENCOURT, 2012).

Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. (BRASIL, 1940).

O presente trabalho trata da alteração do conceito de legítima defesa proposta no denominado Pacote Anticrime consubstanciado no Projeto de Lei nº 882/2019, proposto pelo Ministério da Justiça (BRASIL, 2019). O texto sugere que se alguém reagindo a agressão injusta, exceder-se, o juiz poderá deixar de aplicar a pena ou diminuí-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção. Trata-se de uma cópia da Seção 33 Código penal português, sobre excesso em legítima defesa, que afirma expressamente que “[...] o agente não é punido se o excesso resultar de perturbação, medo ou susto, não censuráveis” (PORTUGUAL, 2007).

### Métodos

O projeto desenvolve-se com base no Código Penal, lei que estabelece normas penais incriminadoras e não incriminadoras, que traz tipificação a condutas que não são bem vistas pela sociedade e sanções referentes a tais condutas. Também se fundamenta em doutrinadores que buscam passar as pessoas o que o legislador pretende com tal norma, e por fim a análise de várias matérias que vão sendo publicadas acerca do assunto.

### Discussão

Em relação ao tema desse projeto é feita uma breve explanação das possíveis mudanças. O que se tem hoje expresso em lei, é que a legítima defesa é a possibilidade do uso da força

<sup>52</sup> Graduanda em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: brnha95@hotmail.com

<sup>53</sup> Professor orientador - Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

moderadamente para repelir agressão injusta, atual ou iminente contra si próprio ou outras pessoas, sem cometer excessos, pois se cometidos devem ser punidos. Acerca das alterações são três, a não aplicação da pena ou redução a sua metade no caso de excesso; e para agentes policiais e de segurança pública quando em conflito armado ou iminência de acontecer e também para prevenir a agressão ou risco dela à reféns, será considerado legítima defesa. Desde sua propositura o projeto é alvo de muita discussão, visto que são vários os entendimentos sobre o assunto, como por exemplo, se traria uma maior proteção jurídica ao agente policial ou talvez uma licença pra matar, se traria uma maior celeridade a tais processos, já que estariam expressas em lei essas novas condições.

### Conclusão

A principal conclusão obtida dá conta de que a nova redação sugerida para a excludente da legítima defesa não excluem a necessária observância dos requisitos revistos pelo caput do artigo 25. A análise de uma situação prática de possível legítima defesa deve adotar uma análise criteriosa e nunca pode se transformar em um raciocínio de subsunção automática.

### Referências

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRASIL. **Código Penal**. Lei 59/2007, de 4 de Setembro de 2007. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 14 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 882/2019**. Disponível em:  
<<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192353>>. Acesso em: 14 out 2019.

PORTUGAL. **Código Penal**. Decreto lei nº 2.8.48, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em:  
<<https://www.codigopenal.pt/>>. Acesso em: 14 out 2019.

## IGUALDADE DE GÊNERO SOB A ÓTICA DO FILME MULAN

Adriano Reis Xavier; Carlos Mauricio Paes Camacho Júnior; Elissâmila Danielle de Carvalho Almeida; Elton Washington Martins; João Marcos Ferreira de Oliveira Firmino; Isabela Aparecida Maciel; Márcio Antônio Palma Freitas; Mirian Ferreira Lopes Maciel

### Introdução

Há tempos as animações da Disney adquiriam em seus enredos contextos que ultrapassam o entretenimento infantil. Os novos contos de fadas buscam quebrar o paradigma de mulheres a espera de um príncipe e com o papel reservado aos serviços do lar. Neste sentido foi elaborado em 1998 o filme Mulan, cujo enredo faz parte de uma antiga cantiga chinesa. Nela é retratada a estória de Mulan ou Hua Mulan, uma jovem camponesa, que se vê na necessidade de adentrar a guerra, para proteger seu pai, já de idade, e não possuindo sucessor para assumir seu lugar. Entretanto, a protagonista enfrenta uma barreira sociocultural, pois apenas os homens podem participar dos campos de batalha. Por esta razão, Mulan apresentasse nos exércitos chineses como um homem e se torna uma grande guerreira, algo que, para os exércitos, era inconcebível para uma mulher.

No entanto, a quebra do estereótipo traçado só foi possível porque Mulan os fez acreditar que era um homem, pois sua condição de mulher a impediria de mostrar os seus atributos bélicos.

Por conseguinte, Mulan, é um símbolo de luta pelos direitos das mulheres a igualdade. Assim sendo, o objetivo da presente pesquisa é analisar a igualdade de gênero sob a ótica do filme Mulan

### Materiais e métodos

O método utilizado para chegar ao propósito exposto foi a análise do filme Mulan, refletindo sobre o direito a igualdade entre homens e mulheres.

### Resultados e discussão

A animação da Disney “Mulan” apresenta uma postura feminina diversa daquelas trazidas em seus filmes iniciais, como, por exemplo, a “Branca de Neve” em que se destacava mais a beleza e a doçura das mulheres. Observa-se que o contexto jurídico entre os filmes é diferente. Mulan foi um filme elaborado dentro do contexto da igualdade entre homens e mulheres, com previsão expressa legal dentro e fora do ordenamento jurídico. Embora tenha sido baseado em



uma antiga canção chinesa, o contexto apresentado é o da igualdade, o que pode ser consequência dos diversos tratados de direitos humanos acerca do tema, como, por exemplo, a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979. Mesmo não sendo uma obra brasileira, há de se mencionar, que coaduna com a política adotada pela Constituição Federal de 1988 no que se refere a igualdade entre homens e mulheres.

### **Conclusão / Considerações finais**

Conclui-se, desse modo, que o filme Mulan reflete a nova realidade jurídica da mulher pela busca constante pela igualdade.

### **Referências**

BRASIL. **Constituição** (1988). Brasília, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 out. 2019.

MULAN. Direção de Tony Bancroft. Produção de Barry Cook. Orlando: Walt Disney Feature Animation, 1998. P&B.

ONU. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. (1979). Nova Iorque. Disponível em: < [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2019.

## **GARANTIA DOS DIREITOS SOCIAIS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE BAEPENDI/MG**

Silva, Carolina Amanda da; Vianna, Geraldo Luiz

### **Introdução**

Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, no título “Dos Princípios Fundamentais”, a dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República, a erradicação da pobreza e da marginalização, bem como a redução das desigualdades sociais estão entre os seus objetivos fundamentais, sendo a prevalência dos direitos humanos um dos princípios que rege as relações internacionais do Estado Brasileiro.

Diante disso, constata-se que nosso Estado Democrático de Direito é fundamentado na dignidade da pessoa humana e visa, entre outras coisas, a preservação do ser humano, dos seus direitos, além de objetivar o fim das desigualdades.

Sendo assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar o acesso aos direitos fundamentais sociais pela população em situação de rua, tendo como estudo de caso o município de Baependi/MG. Será verificado se os direitos sociais previstos na Constituição Federal estão sendo garantidos à referida população por meio de políticas públicas, além de analisar a falta de legislação específica e a não adesão à Política Estadual para os chamados “moradores de rua”.

### **Metodologia**

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a aplicabilidade da Política Nacional para População em situação de Rua como Garantia dos Direitos sociais no município de Baependi/MG, na qual foram incluídos doutrina jurídica acerca do tema, artigos científicos e legislação específica aplicável. Foi utilizada ainda, como metodologia, a pesquisa documental e em sítios eletrônicos. Utilizou-se ainda de análise de dados obtidos por pesquisa de campo.

### **Discussão**

O estudo dividiu-se em 3 momentos, sendo que primeiramente foi exposta a base do estudo, com definições e legislação relacionadas ao tema, ou seja, os direitos sociais, suas espécies, seu conceito, contexto e previsão constitucional.

Logo após, o foco foi direcionado para a análise de como os direitos sociais dos moradores de rua estão sendo tratados em âmbito nacional e no estado de Minas Gerais,

abordando respectivamente a Política Nacional para População em Situação de Rua instituída pelo Decreto nº 7.053/2009 e a Política Estadual para População em Situação de Rua instituída pela Lei Estadual nº 26.846/2013, instrumento pelo qual o Estado de Minas Gerais aderiu à Política Nacional.

Por fim, foi analisado como município de Baependi/MG tem buscado assegurar os direitos sociais da população em situação de rua por meio de suas próprias políticas públicas, uma vez que este município ainda não aderiu à Política Estadual para População em Situação de rua nem possui legislação específica sobre o assunto, objetivando como resultado aferir se há a preservação dos direitos fundamentais sociais da população de rua deste município.

### **Conclusão**

Pôde-se concluir que, apesar de muitos esforços, a reinserção da população em situação de rua na sociedade está longe de ser concretizada. Mesmo com a existência de Comitês Intersensoriais de acompanhamento e monitoramento da população de rua, tanto em âmbito nacional como estadual, os municípios interioranos desconhecem a Política para a População de Rua, o que possivelmente é um obstáculo para a sua adesão à política. Sem esforços conjuntos de todos os entes federativos, em especial a participação dos Municípios, a garantia dos direitos sociais da população de rua se torna uma tarefa cada vez mais difícil.

### **Referências bibliográficas**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicado no DOU de 5.10.1988. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 15 de set. de 2019.

BRASIL. **Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Publicado no DOU de 24.12.2009. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm)> Acesso em: 17 de set. de 2019.

OLIVEIRA, Laís Santos. **População em situação de rua no Brasil: da invisibilidade à crise de inefetividade dos direitos humanos fundamentais**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862,

Teresina, ano 21, n. 4837, 28 set. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52032>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. - 21 ed. - São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. - 31 ed. - São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

## RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL CONTRA DESCUMPRIMENTO DE SÚMULA VINCULANTE PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A NECESSIDADE DE SE ESGOTAR AS VIAS ADMINISTRATIVAS.

Cauê Augusto Lourenço de Oliveira<sup>54</sup>; Geraldo Luiz Viana<sup>55</sup>

**Palavras-chave:** Reclamação. Súmula Vinculante. Administração Pública.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou analisar o descumprimento de Súmula Vinculante pela Administração Pública e a necessidade de se esgotar as vias Administrativas com a finalidade de resguardar a observância de decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal através da chamada Reclamação Constitucional presente na Carta.

Para tanto, foi realizada uma breve análise do surgimento da Súmula Vinculante, sua definição e natureza jurídica, as consequências pelo descumprimento e os requisitos para propositura da reclamação constitucional.

### METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio da revisão da doutrina pertinente ao tema, com análise de obras de referências, artigos científicos e jurisprudência relacionada.

### DISCUSSÃO

A Súmula vinculante é reconhecida como a possibilidade de sintetização de vários enunciados construídos através da interpretação, entendimento, ante a Corte Constitucional. Em síntese, trata-se de um verbete que registra a interpretação pacífica, dotada de teor obrigatório, uma vez que: vinculam a Administração Pública direta e indireta, nas esferas Federal, Estadual e Municipal e todos os demais órgãos do poder judiciário. Desta forma foi determinado pela lei que, em casos de inobservância dos entendimentos pacíficos pelos referidos órgãos administrativos, seja necessário a comunicação ao STF para que tome as medidas necessárias para que se impugne com celeridade os atos de ação ou omissão administrativos.

<sup>54</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: caueaugusto7@hotmail.com

<sup>55</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: geraldoluzvianna@gmail.com

Nesse sentido indaga-se: seria necessário após ato discricionário da administração pública e inobservância de Súmula Vinculante que prejudica o particular se fazer necessário o esgotamento das vias administrativas para proposição de Reclamação?

## CONCLUSÃO

A promessa do poder judiciário de tratar a crise da morosidade, e ineficácia dos provimentos judiciários que notória descrença, decidiu buscar luz no sistema norte-americano, onde as decisões gozam deste efeito para a criação da súmula vinculante que teve por objetivo evitar a incerteza e imprecisão e insegurança jurídica do poder judiciário da administração pública direta e indireta.

Portanto, qualquer instrumento e/ou mecanismo criado para reduzir o grande volume de processos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal e acelerar as decisões processuais deve ser aplaudida. A emenda 45/2004 trouxe importantes modificações e avanços para os procedimentos jurídicos atuais.

Mesmo com estes avanços e sintetização de interpretações jurídicas, ainda existem percalços conflitantes que precisam ser sanados ainda verifica-se que existe discricionariedade exagerada da administração pública e em algum de seus atos administrativos omissão.

Por este motivo a Reclamação proposta diretamente no Supremo Tribunal Federal foi criada e se faz necessária para que o Pretório Excelso determine que seja o procedimento executado conforme determina a Súmula Vinculante editada sobre o assunto reclamado, excluindo e impugnando de forma rápida e eficiente as demandas judiciais.

De todo o apresentado, verifica-se que para o alcance desse objetivo do enunciado vinculado pelo STF, antes existem meios administrativamente mais céleres que devem ser esgotados conforme determina a lei no artigo 988 a 993 da Lei 13.105/2015 CPC, não obtendo êxito deve-se partir para a Reclamação Constitucional conforme determina o artigo art.103-A, §3º da CF/1988.

Assim, ao analisar o procedimento da Reclamação Constitucional, suas legislações pertinentes e sua aplicabilidade para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade, verifica-

se que há necessidade de exaurimento de todas as vias administrativas possíveis perante ato administrativo que exceda seus limites e que não garanta a observação da autoridade do Tribunal.

Desta forma, conclui-se que os meios administrativos são importantes para acelerar a sentença da lide não congestionar ainda mais o Supremo Tribunal Federal com esta ação que decorre do direito de petição dos poderes públicos em defesa de direitos, ilegalidades ou abusos de poder, respeitando o ajuizamento dentro dos prazos legais para a melhor efetividade e validade.

## Referências

BRASIL. LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006. **Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11417.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11417.htm)>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 set. 2019

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** BRASÍLIA, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

DIMOULIS, Dimitri / LUNARDI, Soraya. **Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais.** 4ª Edição. São Paulo: Atlas, 2016.

FRIEDE, Reis; **Das reformas constitucionais, Revista dos Tribunais,** ano 6, nº 25, páginas 74-75, outubro/dezembro de 1998.

## DIREITO A VIDA E A FERTILIZAÇÃO IN VITRO

Faria, Celino Aparecido<sup>56</sup>; Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicios <sup>57</sup>

**Palavras-chaves:** vida, direitos, dignidade humana, embriões, legislação.

### Introdução

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. ( CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Com essa nova faceta criada pela biotecnociência, que interfere na ordem natural das coisas para brincar de Deus, surgiu uma vigorosa reação da ética e do direito. (DINIZ, 2006, p. XXIV).

Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente. (Pacto de San José de Costa Rica, 1969).

O presente projeto analisa o direito a vida, garantia fundamental na constituição federal, com foco na polêmica, quanto ao início da vida humana, defendido em duas teorias principais, da concepção e a da nidação, travando-se um duelo quanto aos direitos do nascituro desde sua concepção, abrangendo-se assim os embriões originados da fertilização in vitro como vidas em potencial, resguardadas pela Carta Magna, carentes de uma legislação específica que os proteja de se tornarem simplesmente coisas.

### Metodologia

O presente projeto tem o seu desenvolvimento baseado na Constituição Federal, lei, que rege nossos direitos e deveres, adentrando aos direito e garantias fundamentais em seu artigo 5º, lastreando pelo código civil, no que tange o direito à personalidade jurídica. Aborda-se as correntes doutrinárias em conflito quanto a vida em seu encetamento, defendida em vários artigos, e doutrinas e o avanço da Biotecnociência, fazendo surgir a fertilização in vitro e como resultado embriões excedentes, tendo seus direitos em carência de regulação, sendo apenas a lei de Biossegurança sua frágil possibilidade de garantias.

---

<sup>56</sup> Graduando em Direito – Faculdade de São Lourenço – celino1977@yahoo.com.br

<sup>57</sup> Cláudio Henrique Urbanavicios Jodar



## Resultados

Ao final indaga-se o exato momento em que se inicia a vida humana, tendo uma questão não pacificada juridicamente, para que se possa fazer valer o que preconiza nossa legislação defendendo nosso bem maior que é a vida. Observa-se que com o avanço da ciência, adveio a manipulação de vidas através da fertilização in vitro e como consequência milhares de embriões sobranes que serão descartado. Se a lei põe a salvo os direito do nascituro desde a sua concepção, e os embriões é o resultado que se têm, pode estar-se manipulando e descartando vidas e a lei de Biossegurança traz regulamentos para tal manipulação. É clara a necessidade de uma lei especifica para a situação, como o caso da PL 478 que tramita no legislativo desde 2007, que é o estatuto do nascituro, mas esbarra novamente no dilema do inicio da vida.

## Considerações finais

O que se pacifica é o tema quanto ao inicio a vida ser polemico e algumas teorias se destacar. Segundo o STF a vida se inicia com a nidação, quando o embrião fixa no útero da mulher. Resultado disso é embrião sem direitos e garantias, inclusive á vida, ressaltando que o direito caminha a passos lentos em relação ao avanço da ciência. A necessidade de uma legislação especifica é necessário para a verdadeira dignidade da vida humana.

## Referências

- DINIZ, Maria Helena. O Estado Atual do Biodireito. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006;  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 29 set. 2019.
- <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm)> Acesso em: 29 set. 2019;
- <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d0678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm)> Acesso em: 29 set. 2019; LEI n. 11.105, de 24 de março de 2005. Vade Mecum. 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 2030-2.033.

## A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS DÉBITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO - MG

Souza, Cláudia Nogueira<sup>58</sup>, Vianna, Geraldo Luiz<sup>59</sup>

**Palavras-chaves:** dívida ativa, honorários advocatícios, inconstitucionalidade.

### Introdução

No Município de São Lourenço, os débitos inscritos em Dívida Ativa, além dos juros e correção monetária, são acrescidos também de honorários advocatícios, que estão previsto na Lei Complementar 001/2010 – Código Tributário Municipal e regulamentado no § 2º do art. 3º da Lei Municipal 3.181/2014.

O Município entende que essa cobrança, por ter previsão legal, é devida. Por outro lado, nos termos da legislação federal, para a exigência de honorários advocatícios não contratuais, há necessidade de existência de processo judicial, no qual será levado em consideração o grau de zelo e dedicação do profissional, conforme prevê o art. 85 do CPC /2015 e a Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

Verifica-se, portanto, que a Lei Municipal 3.181/2014 está fazendo previsão de pagamento de honorários advocatícios administrativos, não contratuais e sem processo judicial precedente, de forma incompatível com a legislação federal que rege o assunto. A questão que se coloca, no entanto, é saber se tal previsão da Lei Municipal, em aparente conflito com a legislação federal, é válida, sendo necessária uma análise à luz do texto constitucional.

### Metodologia

O presente artigo tem o seu desenvolvimento baseado em pesquisa bibliográfica, bem como em consulta na Constituição Federal, Códigos, Doutrinas, Leis Municipais, jurisprudências e artigos científicos.

---

<sup>58</sup>Graduando em Direito Faculdade de São Lourenço - [klaudianoqueira@hotmail.com](mailto:klaudianoqueira@hotmail.com).

<sup>59</sup> Professor Orientador

## Discussão

O presente trabalho foi dividido em três partes. Na primeira foi feita uma análise do que é a dívida ativa, seus conceitos nas diversas áreas do Direito, as diferenças entre Dívida Ativa Tributária e Não tributária e a Dívida Ativa no Município de São Lourenço - MG. No capítulo segundo, analisamos os Honorários Advocatícios, conceitos, tipos existentes e a classificação dos que são cobrados nos débitos inscritos em Dívida Ativa do Município de São Lourenço - MG. Ao final, fizemos uma análise da Lei Municipal 3.181/2014 face às previsões da legislação federal, à luz da Constituição Federal de 1988.

## Conclusão

Neste contexto, conclui-se que os honorários advocatícios não contratuais devem ser fixados somente mediante propositura de processo judicial, sendo considerados incompatíveis com a Constituição Federal os chamados honorários advocatícios administrativos, decorrentes de mera inscrição em dívida ativa, sendo este o entendimento dominante, especialmente do Supremo Tribunal Federal já há pelo menos 40 anos, inexistindo alteração desde então.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Brasília, DF;
- SÃO LOURENÇO. Lei Complementar nº 001, de 29 de setembro de 2010. São Lourenço, MG;
- \_\_\_\_\_. Lei nº 3.181, de 17 de dezembro de 2014. São Lourenço, MG;
- PIOVEZAN, Giovani Cassio. (Org.). **Estatuto da Advocacia e da OAB Comentado**. Paraná: OAB Paraná e Caixa OAB, 2015;
- MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 24. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

## **A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA NO TRT DA 3ª REGIÃO DE MINAS GERAIS**

Daniele de Carvalho

### **INTRODUÇÃO**

O trabalho é um direito fundamental que visa melhoria da condição social do ser humano, forma de obter sustento e arcar com as necessidades básicas. A inclusão da PCD no mercado de trabalho apesar de ter o seu direito previsto em legislação específica no Brasil traz desafios ao deficiente. De acordo com o Estatuto Da pessoa com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade. O Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 estabelece cinco tipos de deficiência que são: deficiência física; deficiência auditiva; deficiência visual; deficiência mental e deficiência múltipla. A Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência corrobora com o texto do Estatuto da Pessoa com Deficiência e também a identifica pela sigla PCD. A convenção celebra que a limitação da pessoa com deficiência não está em sua limitação em si e sim relacionado ao meio em que convive impedindo sua plena participação social.

### **METODOLOGIA**

A metodologia que será aplicada no presente projeto será feita através de pesquisas bibliográficas, tais quais, doutrinas, jurisprudência, artigos e publicações no âmbito virtual. Podendo desta forma analisar o tema e produzir novas ideias.

### **DISCUSSÃO**

O assunto é polêmico e deve ser discutido. A inclusão da pessoa com deficiência vai muito além de uma vaga na empresa. Existe toda uma infraestrutura necessária pra isso, capacitação, reabilitação, acessibilidade e políticas voltadas a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho são essenciais para o fluxo da demanda social. O importante não é só garantir o direito a acessibilidade e sim promover de forma sustentável a inclusão bem como a educação dos demais trabalhadores e empreendedores. É fundamental que o meio em que vivemos se adapte aos deficientes físicos assim como os deficientes físicos se capacitam para melhor produzirem. Assim todos sairemos ganhando, sociedade, empreendedores e governo. O Ministério Público tem em todas suas comarcas departamentos voltados a proteção dos Direitos

Humanos, fiscaliza e orienta o cumprimento da lei. Não obstante as fiscalizações do MP outros órgãos estão atentos a Lei de Cotas ainda que não seja tão simples para empresas e pessoas com deficiência essa adequação a norma. Um exemplo é uma análise de jurisprudência noticiada no site do TRT da 3ª Região de Minas Gerais em que pese a aplicação em primeira Instância da Lei de Cotas ficou pacificado uma decisão divergente pela turma de Instância superior. Em resumo, a primeira instância viu irregularidade e descumprimento da norma pela empresa mantendo as multas a ela aplicada pela União. Já a turma decidiu por maioria votar de acordo com a relatora em favor da empresa entendendo que está fez o que podia para se adequar a legislação.

## CONCLUSÃO

A lei de inclusão de deficientes no mercado de trabalho, conhecida como de Lei de Cotas, que impõem as empresas a contratarem um número mínimo de pessoas com deficiência já tem alguns anos e até hoje não foi efetivamente traduzida numa realidade. Do lado do poder público falta fiscalização e promoção, das empresas precisa-se ter boa vontade e adequação para o acolhimento da PCD, das pessoas com deficiência faltam qualificação, logística e estrutura de transporte acessíveis. Em meio a essa batalha está a justiça tentando determinar de quem é a razão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal/Centro Gráfico, 2012.

BRASIL, **Decreto 5.296, de 02 de dezembro de 2004** . Planalto.gov.br acessado em 14 de outubro de 2019 às 01:30hs

BRASIL. **Decreto n. 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2001.

## **ESTUPRADORA QUE ENGRAVIDA COM O ATO CRIMINOSO: AS CONSEQUÊNCIAS DA APLICAÇÃO DO ARTIGO 213 DO CÓDIGO PENAL, TENDO A MULHER COMO SUJEITO ATIVO DO CRIME DE ESTUPRO.**

De Paula, David Almeida<sup>1</sup>; Jordan, Claudio Henrique Urbanaviciós<sup>1</sup>

### **Introdução**

Onde a igualdade, há justiça. Foi pensando nisso que se elaborou a Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2009 para dar uma roupagem nova aos crimes sexuais, alterando alguns artigos da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Diante desse contexto, a ideia central deste trabalho é analisar as consequências da aplicação do artigo 213 do código penal (crime de estupro) quando a autora for mulher e a vítima for homem, e desse crime gerar uma gravidez.

### **Materiais e métodos**

O método utilizado é o dedutivo, em que se parte de uma análise geral para a particular, até chegar uma conclusão lógica. O material obtido por meios de pesquisa em livros, artigos, relatórios, legislação nacional, visita a bibliotecas de instituições de ensino.

### **Discussão**

Neste trabalho pretende abordar as consequências da aplicação do artigo 213 do código penal com ênfase na gravidez da mulher, resultante da conduta criminosa de estupro por ela mesma praticada contra um homem que nesse contexto será vítima, ressaltando os direitos, deveres de ambos sujeitos.

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Nota-se que, o homem também é sujeito passivo do delito de estupro, sendo que antes figurava apenas no pólo ativo, dessa forma, existia nesse crime apenas réus masculinos e vítimas femininas,

já agora, com a figura do “alguém”, tanto homens quanto mulheres podem estar em ambos os pólos.

A ação é de constranger, ou seja, obrigar alguém, no caso da conjunção carnal, um homem, independente de suas características, mediante violência (coação física) ou grave ameaça (violência moral), à conjunção carnal com um mulher– introdução completa ou incompleta do pênis na vagina. (Para Cezar Roberto Bittencourt).

Para estudar o tema proposto foi necessária a divisão dos assuntos que são de suma importância para a contextualização do trabalho.

#### 1-A ESTUPRADORA QUE ENGRAVIDA COM O ATO CRIMINOSO E A CAUSA DE AUMENTO DE PENA DA GRAVIDEZ

Não há dúvida quanto à aplicação do aumento de pena quando a grávida é a vítima do crime, pois que esta arca com ainda mais um ônus resultante da prática criminosa de terceiro, inclusive o dilema de escolher entre levar adiante a gravidez ou realizar um aborto legal. Porém, dúvida pode surgir nos casos em que a autora do crime de estupro é mulher e esta vem a engravidar como resultado do coito obtido mediante violência ou grave ameaça. Nessas circunstâncias seria também aplicável a causa de aumento de pena da gravidez. Afinal, agora a grávida é a própria autora do ilícito.

Conduta ilícita da mulher também virá a atingir os interesses da futura criança, a qual certamente sofrerá danos psicológicos e afetivos pelo fato de saber-se originada de um ato criminoso e não de um relacionamento normal. Todos esses fatores não podem deixar de ser contabilizados no incremento do “desvalor do resultado” a indicar a justiça de uma exasperação punitiva dirigida à mulher infratora.

Assim sendo, conclui-se que a causa de aumento de pena da gravidez pode e deve ser aplicada também nos casos em que a grávida não é vítima do crime de estupro, mas sua autora. O “desvalor do resultado” segue intensificado, ainda que por razões diversas, desta feita enfocando os interesses e sentimentos da vítima masculina da infração e da própria futura criança.

#### 2-A MULHER COMO SUJEITO ATIVO DO ESTUPRO, SUA GRAVIDEZ E O ABORTO SENTIMENTAL

Considerada por especialistas como a mais grave violência depois do assassinato. O aborto é permitido no em tres situaçoes no Brail, entre elas o esturpo, conforme expõe o artigo 128 inciso II do código Penal Brasileiro " Não se pune o aborto praticado por médico: II-se a

gravidez resulta de estupro [...]".

Seguindo essa linha de raciocínio " E se a mulher for a autora do estupro, esse homem pode exigir que essa mulher realize o aborto? ", uma vez que essa criança que vai nascer é fruto de um crime.

### **Conclusão / Considerações finais**

Resta claro, portanto, que a doutrina ainda está bastante dividida acerca do tema, de outra banda, é cristalino que a lei não regula somente a liberdade sexual da mulher, como também a do homem, permitindo assim, que ambos escolham livremente seus parceiros sexuais e portanto assim, devemos aguardar um posicionamento que será considerado o correto, e que acabará surgindo frente aos inúmeros julgamentos que estão por vir.

### **Referências**

- BITENCOURT, Cezar Roberto. Reforma Penal Material de 2009: Crimes sexuais, Sequestro relâmpago, Celulares nas prisões. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.
- CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Especial. 7. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.



## TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA: POSSÍVEIS EXCEÇÕES

Deborah Gonçalves Davi Bandeira de Mello <sup>60</sup>, Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>61</sup>

**Palavras-chave:** Provas ilícitas. Processo Penal. Inadmissibilidade. Exceções. Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada,

### Introdução

Como todo ramo do direito, o processo penal precisa ser alimentado com provas cuja finalidade é elucidar os fatos, trazer a verdade à tona e principalmente demonstrar ao juiz, sujeito imparcial e que não presenciou os fatos, como ocorreu e se ocorreu determinado delito. Sendo assim, vários são os meios legais que devem ser observados para que as provas da ocorrência de determinado delito sejam validadas e inseridas legalmente no processo.

Os meios de prova podem ser lícitos ou ilícitos e o ordenamento pátrio inadmite as provas consideradas ilícitas. Adotando a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada, o artigo 5º, LVI, da Constituição, assim como no artigo 157 do Código de Processo Penal, impedem o magistrado de se valer de provas ilícitas, ou seja, daquelas obtidas com violação a normas constitucionais ou legais, determinando inclusive que estas sejam desentranhadas do processo (BRASIL, 1988; 1941).

No entanto, embora a inadmissibilidade da prova ilícita esteja expressamente prevista no texto legal, em casos excepcionais o Supremo Tribunal Federal tem aplicado a teoria da proporcionalidade, admitindo a utilização de provas viciadas em benefício do réu.

O objetivo do presente estudo é refletir quanto à teoria dos frutos da árvore envenenada, visando a enriquecer os estudos sobre as questões relacionadas à admissibilidade de provas ilícitas, sobretudo as derivadas. Especificamente, busca articular uma visão historiográfica da teoria, bem como seus principais postulados da teoria. Em seguida, busca apontar as hipóteses em que, tendo em vista o bem jurídico em jogo, podem ser admitidas exceções à teoria dos frutos da árvore envenenada.

---

<sup>60</sup> Graduanda em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: decaban45@gmail.com

<sup>61</sup> Professor orientador – Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

## Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a Teoria dos Frutos da Árvore Proibida e, mais especificamente, sobre as possíveis exceções à sua aplicação.

## Resultados/Discussão

O presente trabalho foi dividido em três partes. Inicialmente buscou-se conceituar a teoria do a Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada.

Em seguida foram articuladas as principais características das provas adquiridas por derivação, bem como o tratamento legal a elas destinado.

Por fim, foram abordadas hipóteses em que duas provas poderiam ser admitidas no processo penal brasileiro.

## Considerações finais

Denomina-se teoria dos frutos da árvore envenenada a construção jurisprudencial americana que determina a inadmissibilidade da prova ilícita por derivação. Atualmente, o regime processual vigente expressamente dispõe que como consequência da declaração da ilicitude de uma prova, forçosamente as provas dela derivadas deverão ser excluídas do processo. O presente trabalho concluiu que doutrina dos frutos da árvore envenenada comporta quatro cláusulas principais de exclusão: a teoria da fonte independente, a teoria da descoberta inevitável a teoria da atenuação do nexo causal e a teoria da boa fé. Tais teorias configuram hipóteses em que mesmo a despeito de ter sido reconhecida a ilicitude da prova antecedente, não que se excluam as provas dela decorrentes.

## Referências

BRASIL. **Código de Processo Penal**. Decreto lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 14 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 out 2019.

## DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELO DELEGADO DE POLÍCIA

Souza, Delma Valéria <sup>62</sup>, Resende, Professor: Rony Mateus Amaral

Palavras-Chaves: Princípio da insignificância. Investigação Policial. Delegado de Polícia.

### Introdução

O presente trabalho tem a finalidade de analisar o poder/dever de aplicação do princípio da insignificância pelo Delegado de Polícia. Para tanto, parte-se do pressuposto de que, sendo constatada a insignificância antes de iniciada a persecução criminal, evitar-se-ia uma condenação errônea por uma conduta meramente formal tipificada, bem como a movimentação da máquina estatal por uma conduta de insignificante poder ofensivo contra um bem jurídico penalmente tutelado.

### Materiais e métodos

A presente pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, envolvendo a análise de doutrinadores acerca do princípio da insignificância aplicado no Direito Penal, tais como Barroso e Mello, além de artigos científicos publicados sobre o tema, jurisprudências firmadas no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), Códigos como o Penal e Processo Penal, bem como pesquisa de campo, envolvendo uma entrevista realizada com o Delegado de Polícia e Promotor de Justiça responsáveis pela comarca de Cruzília/MG.

### Resultados e discussão

Para realização da investigação, foi apresentado, inicialmente, do princípio da insignificância, a origem que baseou na máxima do Direito de que o Direito Penal de não se ocupar de coisas pequenas (*mínima non curat pretor*). Tratou, ainda, das vantagens de ser analisado antes mesmo de lavrar auto de prisão em flagrante, ou mesmo e de não instaurar Inquérito Policial. Analisou, também, as atribuições dos Delegados de Polícia. Por fim, tratou das jurisprudências firmadas pelo STF e pelo STJ acerca do tema.

### Conclusão / Considerações finais

---

<sup>62</sup> Aluna da Faculdade São Lourenço – UNISEPE – E-mail: delma\_resende20@yahoo.com.br.

O Delegado de Polícia não só pode como deve aplicar o Princípio da Insignificância claro que respeitando os limites impostos pelo STF, como garantidor da ordem e economia do Estado, não sendo assim necessário a movimentação da máquina estatal e agentes civis para a apuração de uma conduta relativamente não perigosa a sociedade. Conforme apurado, as condições impostas pelo STF são: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; d) inexpressividade da lesão jurídica provocada.

### Referências

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e Aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Código de Processo Penal Brasileiro** (1941). Disponível em:  
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Código Pena Brasileiro** (1941). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 23 set. 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

## **A (IN)EXIGIBILIDADE DE SERVIDÃO DE ÁGUA NASCENTE POR TERCEIROS.**

Denize de Souza Laura

### **INTRODUÇÃO**

Água é um dos bens mais valiosos do planeta, sem água não existiria vida, ter acesso a água é condição de sobrevivência do homem, e as mudanças que estão ocorrendo no planeta, se tornou necessário estabelecer regras para ordenar a utilização desse recurso. A Lei nº 9.433/97 estabelece que a água é um recurso natural limitado e dotado de valor econômico, cobrar pelo uso da água se faz necessário pois assim existe um controle de gastos deste recurso, assegurando assim o desenvolvimento e bem estar da sociedade. O “Código de Águas” instituído pelo Decreto 24.643/1934, resolve regularizar o uso as águas através do poder público, para controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas, para que o uso dessas sejam de acordo com a necessidade e interesse da coletividade nacional. Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a possibilidade ou não de servidão de água nascente por terceiros.

### **DISCUSSÃO**

A pesquisa foi dividida em três partes. A primeira tratou da água, seu conceito e classificação. A segunda parte versou sobre o direito de propriedade dos particulares sobre as águas. Por fim, a última parte tratou sobre a servidão das águas.

### **CONCLUSÃO**

Diante da análise realizada conclui que é possível a servidão de água por terceiro, o aproveitamento das águas deve ser franqueado aos proprietários de imóveis abastecidos ou não por esse recurso. O dono do prédio onde houver nascente, não pode impedir que vizinhos a usem para as primeiras necessidades da vida.

### **REFERENCIAS**

ANTUNES, Paulo de Bessa – DIREITO AMBIENTAL – EDIÇÃO 20ª - EDITORA ATLAS LTDA – SÃO PAULO - 2019

SOUZA, Márcia Maria dos Santos, A DOMINIALIDADE DAS ÁGUAS E A QUESTÃO DAS FONTES SITUADAS EM PROPRIEDADE PRIVADA, REVISTA AMBITO JURIDICO, VOLUME 63, 01/04/2009;

STJ. RECURSO ESPECIAL: REsp1.616.038/RS 2015/0230806-0, RELATORA: Ministra Nancy Andrighi, DJ: 27/09/2016, Direito Agrário.com,2016. <https://direitoagrario.com> > julgados.

## **POINT BREAK: A FIGURA DO AGENTE INFILTRADO NO CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.**

Diego Nogueira dos Santos<sup>63</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini <sup>64</sup>

**Palavras-chave:** Investigação criminal. Técnicas especiais. Infiltração de Agente.

Técnicas especiais de investigação são instrumentos distintos dos meios tradicionais, tais como a prova documental ou oral, consistentes em estratégias que visam melhor apurar crimes de maior gravidade, com otimização dos resultados. Utilizando-se de criatividade para a obtenção de provas, as técnicas especiais de investigação caracterizam-se por dois elementos: o sigilo e a dissimulação.

O filme estadunidense *Point Break*, de 1991, lançado no Brasil sob o título de *Caçadores de Emoção*, é um thriller de ação que criou um estilo de filmes com ritmo dinâmico e que seria reproduzido por uma série de películas nas décadas seguintes. Dentre estas, destaca-se o *remake* de 2015, distribuído no Brasil como *Caçadores de Emoção: além do limite*.

*Caçadores de Emoção* conta a história de Johnny Utah, interpretado por Keanu Reeves, antigo atleta universitário agente novato do FBI, encarregado de investigar uma gangue de assaltantes de bancos que se disfarçam de ex-presidentes dos EUA e que atuam na região de Los Angeles. Praticando roubos há mais de 3 anos sem fazerem vítimas nem dispararem um único tiro, os criminosos nunca foram apanhados. À partir da convicção de que os ladrões são surfistas, Johnny se infiltra na comunidade do *surf* do sul da Califórnia, a fim de chegar até a organização criminosa.

Tomando como base a experiência de infiltração de um agente policial em uma organização criminosa, retratada no filme *Point Break*, o presente trabalho visa, analisar a técnica de infiltração policial sob a ótica da legislação penal e processual penal brasileira. Especificamente, se busca identificar a base normativa para o emprego do agente infiltrado, investigar as experiências internacionais relativas à infiltração e, por fim, avaliar, ainda que brevemente, as propostas de alterações legislativas pertinentes ao tema.

Tendo em vista que a pesquisa encontra-se ainda em sua fase inicial, os resultados

<sup>63</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: Dii\_nogueira@live.com

<sup>64</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: rphi@uol.com.br

preliminares, indicam que a legislação penal e processual penal permitem a utilização do agente infiltrado na investigação criminal. Não obstante, há a necessidade de um maior arcabouço jurídico que sobretudo proteja o agente durante e após a infiltração. Os resultados finais obtidos serão apresentados na forma de artigo.

As primeiras conclusões obtidas dão conta de que a infiltração de agentes é definida na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida como Convenção de Palermo, como uma técnica especial de investigação criminal, que tem por objetivo a obtenção da prova necessária para o combate à criminalidade organizada (BRASIL, 2004). No âmbito da legislação pátria, a infiltração policial encontra embasamento no artigo 53, inciso I, da Lei nº11.343/2006, Lei de Drogas, e nos artigos 10 a 14 da Lei n.º12.850/2013, a chamada Lei de Combate ao Crime Organizado (BRASIL, 2006; 2013).

No entanto, percebe-se, nesta fase inicial de estudos, que apesar da infiltração se constituir em uma ferramenta valiosa na investigação criminal, sobretudo em crimes na qual os meios tradicionais são ineficazes, sua aplicação ainda é rara e encontra uma série de obstáculos legislativos e operacionais.

Os passos seguintes da pesquisa consistiram em, primeiramente, realizar um estudo de direito comparado com países como os Estados Unidos e países da União Europeia que se utilizam da figura do agente infiltrado e, num segundo momento, analisar as propostas de inovação legal relativa ao tema que atualmente encontram-se em trâmite no Congresso Nacional, sobretudo o que consta no Projeto de Lei Anticrime (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2019)

## Referências

BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm)>. Acesso em: 07 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Lei de Drogas**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm)>. Acesso em: 3 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Lei do Crime Organizado**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12850-2-agosto-2013-776714-norma-pl.html>>. Acesso em: 3 out. 2019.

SOUSA, Marllon. **Crime organizado e infiltração policial**. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Pacote anticrime**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/elaboracao-legislativa/projetos/anticrime-1>>. Acesso em: 3 out. 2019.

POINT break. Direção de Kathryn Bigelow. Los Angeles: Twentieth Century Fox, 1991. (122 min.), color



## NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL: OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A CLÁUSULA GERAL DE NEGOCIAÇÃO PROCESSUAL PREVISTA NO ARTIGO 190 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

Coelho, Diego Palma<sup>1</sup>, Teixeira, Marcos Antônio Pinto<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Dignidade de pessoa humana, autonomia, negócio jurídico processual.

### Introdução

Neste trabalho, almeja-se definir, o conceito e as hipóteses de ocorrência e os limites da negociação processual. De fato, vive-se hoje na época do reconhecimento do valor intrínseco do ser humano, particularmente na vertente de sua autonomia e do reconhecimento da primazia de sua vontade, resguardo, evidentemente, as justas limitações imposta pela Constituição e pelo ordenamento jurídico. É claro que isso irradia efeitos também na seara processual. Assim, neste trabalho, busca-se pesquisar a o tema da possibilidade de negociação processual como forma de reconhecimento da autonomia e dignidade do ser humano, nos moldes presentes no artigo 190 do CPC.

Nas palavras de Pedro Henrique Pedrosa Nogueira, pode-se definir o negócio jurídico processual como:

O fato jurídico voluntário em cujo suporte fático, descrito em norma processual, esteja conferido ao respectivo sujeito o poder de escolher a categoria jurídica ou estabelecer, dentre dos limites fixados no próprio ordenamento jurídico, certas situações jurídicas processuais. Ou, em outras palavras, como fato jurídico voluntário em que o sujeito tem o poder de escolher ou estabelecer certas situações jurídicas processuais, sempre dentro dos limites permitidos no próprio ordenamento jurídico.

Portanto, se é verdade que o processo não é um mero adendo do direito da vida “real”, tendo existência autônoma em relação a qualquer direito substantivo, não pode olvidar, entretanto, que o processo não deixa de ser um meio a fim de se atinja uma finalidade político-social maior, a saber, a aplicação correta da lei, a pacificação social, a justiça e a promoção da dignidade humana.

## **Materiais e métodos**

O presente trabalho tem como texto base a cláusula geral de negociação processual prevista no artigo 190 do novo Código de Processo Civil.

Para aprofundar no assunto buscou-se subsídio teórico em autores cuja fecundidade nesta área está além de todo questionamento. Além disso, sites diversos também foram consultados. Buscou-se, ainda, subsídios em artigos científicos, em publicações especializadas e na jurisprudência nacional, mormente as de tribunais superiores.

## **Resultados e discussão**

O sistema do novo Código é, pois, estruturado no sentido de estimular a composição, a solução consensual, razão pela qual o texto sobre o regramento consensual fica entre as normas fundamentais do processo civil, sendo tarefa do Estado promover, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos (art. 3º, §2º, do novo CPC).

Nos termos do artigo 190 do novo Código de Processo Civil, a negociação jurídica no processo só terá espaço quando se tratar de direitos que permitem a autocomposição. A autocomposição é um método solução de conflitos entre pessoas e consiste em que um dos indivíduos, ou ambos, abrem mão do seu interesse por inteiro ou de parte dele, com objetivo de chegar a um acordo entre as partes.

O referido artigo traz alguns limites a respeito da negociação, em que o juiz deverá recusar aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade (art. 190, parágrafo único, do novo CPC).

Excluindo as determinações de ofício descritas na legislação, não se há espaço mais para um processo presidencialista, centrado na pessoa do juiz. No desenvolvimento da ciência processualista, tem-se como dogma a doutrina que preleciona que cabe ao processo produzir a paz social mediante a resolução de conflitos, o que só pode ser alcançando com uma sistemática de respeito aos participantes do processo.

## Conclusão / Considerações finais

Nada mais correto que, para além de suas regras meramente científicas, e até as relativizando, o processo civil moderno concretize também regras éticas e morais próprias, com o escopo de criar um ambiente adequando para se concretizar as finalidades político-sociais que admite.

Tal fenômeno é denominado de constitucionalização do processo civil, onde o processo recebe princípios e valores éticos advindos da própria Constituição, bem como submete os seus institutos a uma interpretação baseada nos postulados axiológicos da Lei Magna.

Concluindo, negócios jurídicos processuais são avenças que os sujeitos processuais celebram a fim de ajustarem as marchas processual às especificidades da causa, com mudanças e ajustes nos ônus, nas posições, nos direitos e nos deveres das partes e de todos aqueles que possam intervir no processo. Tais negócios processuais não são apenas possíveis na nova sistemática processual adotada pelo NCPC, mas são, na verdade, até privilegiados e incentivados, como forma de elaborar um processo mais satisfatório, rápido e eficaz.

## Referências

NOGUEIRA, Pedro Henrique Pedrosa. **Negócios Jurídicos Processuais: Análise dos provimentos judiciais como atos negociais**. Salvador: Tese de Doutorado da UFBA, 2011.

BRASIL. **Lei N.º 13.105**, de 1º de março de 2015. Código de Processo Civil.

## INÉPCIA JURÍDICA E BIOLÓGICA DO ATIVISMO JUDICIAL PRÓ-ABORTO (COM DESTAQUE PARA O *HABEAS CORPUS* 124.406 DO STF)

Vale, Eduardo Fernandes (doc.eduardo.vale@hotmail.com); Teixeira, Marcos Antônio

Faculdade São Lourenço – UNISEPE 2019

### Introdução

Consagrado inaugurador de um novo ciclo de controvérsias jurídicas acerca da legalização do aborto no Brasil, o *habeas corpus* 124.306 (1), julgado no dia 29 de novembro de 2016 pela primeira turma do STF, impõe-se como questionável e temerário precedente jurisprudencial, uma vez fundado em métodos de aplicabilidade imprópria ao caso, como a ponderação alexyana e o direito comparado, mas sobretudo por desconsiderar totalmente o principal parâmetro disciplinar do tema: a biologia embrionária humana. O presente trabalho questiona a fundamentação do *habeas corpus* 124.306, com ênfase na carência do critério científico biológico, essencial e necessário ao estudo jurídico do tipo criminal “aborto”.

Contraopondo-se ao positivismo jurídico, que propiciou a ascensão de regimes totalitários em meados do século XX, o neoconstitucionalismo desponta como novo instrumento político-jurídico, caracterizado pela exasperação da defesa dos direitos fundamentais, e propõe a releitura, “conforme a Constituição”, de todo o ordenamento. Normas, códigos e até princípios submetem-se à nova ordem jurídica, e a partir de suas fundações, submete-se o edifício do Direito às reformas empreendidas sobretudo pelas cortes supremas, em todo o mundo.

No Brasil, como decorrência natural do sistema globalizado, ocorre uma concentração, sem precedentes, do poder decisório nas mãos do órgão incumbido, pelo constituinte originário, da “guarda da Constituição” (2). Mas a sanha legiferante do STF é desproporcionalmente alimentada pela fragilidade política do poder legislativo, cuja legitimidade majoritária fora corroída, sobretudo ao longo dos últimos trinta anos (era da “Constituição Cidadã”), pelo desvio de função no contexto da corrupção institucionalizada. Nas palavras do Min. Luís Roberto Barroso:

“A vida na democracia é feita pelo processo político majoritário, que se desenrola no Congresso, e pela proteção dos direitos fundamentais via Constituição e Supremo Tribunal Federal. Quando o processo majoritário está azeitado, fluindo bem, com grande legitimidade, a jurisdição constitucional recua. E quando o processo político majoritário emperra ou enfrenta dificuldades para votar determinadas matérias, o STF tem seu papel ampliado.” (3)

Entre as matérias de repercussão geral, com relevante carga moral e de fundamental importância para a sociedade, situa-se a descriminalização do aborto embrionário, implementado recentemente na jurisprudência do ordenamento pátrio pelo STF por meio do *habeas corpus* 124.403. O presente trabalho propõe minuciosa análise da fundamentação jurídica e biológica da emblemática decisão, irradiando para todo o ativismo jurídico pró-aborto os esclarecimentos necessários e essenciais sobre conceitos até o momento negligenciados.

### **Materiais e Métodos**

Ao estudo do *habeas corpus* 124.306, com enfoque para o voto-vista do Exmo. Min. Luís Roberto Barroso, desenvolve-se discussão a partir da fundamentação utilizada pelo STF, analisando-se outros documentos de jurisprudência relativos a matérias pertinentes, fontes doutrinárias consagradas pelo ordenamento jurídico brasileiro, teses acadêmicas e artigos científicos que tratam de temas afins, bem como bibliografia médica de referência nas especialidades embriologia humana e neurologia.

Com tal supedâneo, a presente tese expõe as bases jurídicas e biológicas cujo conhecimento integrado permitirá a depuração de conceitos elementares, como vida, humanidade e personalidade. Procede-se então ao estudo das técnicas utilizadas na referida construção jurisprudencial, quanto à sua legitimidade, adequação, necessidade, utilidade e proporcionalidade, como espécime exemplar do ativismo jurídico em favor da legalização do aborto. Por fim, submete-se o conteúdo acadêmico do *habeas corpus* ao crivo científico, por meio da avaliação dos parâmetros conceituais e cronológicos adotados pela Suprema Corte, à luz da embriologia médica. Dessa forma, busca-se determinar o exato local onde deve se situar o referido acórdão, tanto no contexto do ordenamento jurídico brasileiro quanto no universo da ciência médica moderna.

Para não extrapolar os campos do Direito e da Biologia, bem como para não incorrer em vias comuns que tendem à banalização da matéria de vital importância, foram evitadas abordagens de cunho sociológico e religioso.

## Resultados e Discussão

Primeiramente deve ser questionada a legitimidade da decisão que modifica a norma penal, sob a escusa de “interpretação conforme a Constituição”. A separação dos poderes é estabelecida em cláusula pétrea (CF 88, art. 60). Somente ao Congresso Nacional cabe a função precípua de legislar (2), sob os auspícios da vontade majoritária. O STF extrapola suas prerrogativas e mesmo exorbita a esfera do Poder Judiciário, usurpando a competência legislativa do Congresso Nacional, quando decide, incidentalmente num processo criminal, definir o momento do início da vida. Principalmente quando tal decisão contraria a vontade do legislador, estampada em todo o ordenamento, no que tange à proteção à vida.

Na interpretação conforme a Constituição, o intérprete não pode atuar como legislador positivo (4). O ordenamento jurídico brasileiro protege, desde a concepção, os direitos do nascituro (5). Proíbe, por exemplo, o descarte imediato de embriões excedentes viáveis gerados por métodos de reprodução assistida (legislação mitigada nos últimos anos, por resoluções da ANVISA). Garante ainda os direitos sucessórios de descendentes que ainda sequer foram concebidos (art. 1.952 do Código Civil) (6). Eis apenas alguns exemplos da vontade legislativa consagrada sobre a tutela da vida humana, em sua fase inicial.

É também questionável a invocação sistemática pelo STF do método da ponderação, originalmente concebido para sopesar princípios colidentes, agora utilizados com a finalidade de excluir a incidência de normas-regras consolidadas no ordenamento. Tal artifício amplia perigosamente a discricionariedade judicial, como exemplificado no lamentável episódio do caso Ellwanger (7), em que a ponderação manejada por dois ministros resultou decisões opostas.

O *habeas corpus* 124.306 aplica a ponderação alexyana para sopesar os direitos sexuais da mulher em oposição ao direito à vida do nascituro. Contudo, trata-se do julgamento de ação constitucional impetrada com o objetivo de reverter a prisão de acusados dos crimes tipificados nos artigos 124 e 126 do Código Penal. Dessas normas-regras, submetidas pelos juízos *a quo* ao preconizado método de subsunção, resultara a prisão dos acusados. Em seguida, no julgamento do HC pelo STF, das mesmas normas-regras, submetidas à abstração de princípios a serem utilizados discricionariamente na ponderação, resultou decisão oposta (8). Para Streck, “(...) nossa Suprema Corte, nas quase duzentas vezes que lançou mão da ponderação nos últimos dez anos, em nenhum dos casos o fez nos moldes propostos por seu criador alemão.”

O direito comparado tampouco se mostra adequado para a interpretação do direito pátrio. São evidentes as disparidades socioeconômicas e culturais entre os países enumerados pelo HC, refletidos por exemplo nas diferenças de IDH. (tabela) O ordenamento pátrio não autoriza o magistrado a fundamentar suas decisões no direito alienígena. Tampouco as convenções internacionais de direitos humanos estabelecem mitigações ou relativizações do direito à vida.

### Ranking do Desenvolvimento Humano (IDH)

Entre 177 países, o Brasil ocupa a 70ª posição de acordo com o ranking de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelas Nações Unidas. O IDH é a síntese de quatro indicadores: PIB per capita, expectativa de vida, taxa de alfabetização e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino.

|    |   |           |     |   |               |      |   |            |
|----|---|-----------|-----|---|---------------|------|---|------------|
| 1º |    | Islândia  | 9º  |    | Holanda       | 74º  |    | Venezuela  |
| 2º |  | Noruega   | 10º |  | França        | 75º  |  | Colômbia   |
| 3º |  | Austrália | 11º |  | Finlândia     | 87º  |  | Peru       |
| 4º |  | Canada    | 12º |  | EUA           | 95º  |  | Paraguai   |
| 5º |  | Irlanda   | 38º |  | Argentina     | 117º |  | Bolívia    |
| 6º |  | Suécia    | 40º |  | Chile         | 128º |  | Índia      |
| 7º |  | Suíça     | 46º |  | Uruguai       | 146º |  | Haiti      |
| 8º |  | Japão     | 70º |  | <b>Brasil</b> | 177º |  | Serra Leoa |

A Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, em seu Capítulo II (Direitos Cíveis e Políticos), no Artigo 4º (Direito à Vida), corrobora com o conceito de vida a partir da concepção, ao asseverar:

“Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, **desde o momento da concepção**. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.” (grifo nosso)

Por fim, muito é discutido acerca dos momentos do início da vida e da consciência. Mas a tão alardeada controvérsia em torno das várias teorias do início da personalidade jurídica (concepção, nidação, formação do sistema nervoso, natalista e condicional) não reflete o “estado da arte” no campo da embriologia humana. Com efeito, já é firmado o conhecimento de que o ser humano, geneticamente original e fisicamente independente, inicia-se na concepção, pela constituição do novo genoma. Também é certeza que a inteligência neural é um contínuo evolutivo deflagrado a partir da diferenciação das células da placa neural, estruturalmente evidenciada em torno do 18º dia de gestação. Isto posto, questiona-se a legitimidade jurídica na descriminalização do aborto, uma vez tendo sido negligenciada fundamentação científica, conceitual e temporal, pertinente e necessária ao tema.

### ***Afinal, por que a vida se inicia aos três meses de gestação?***

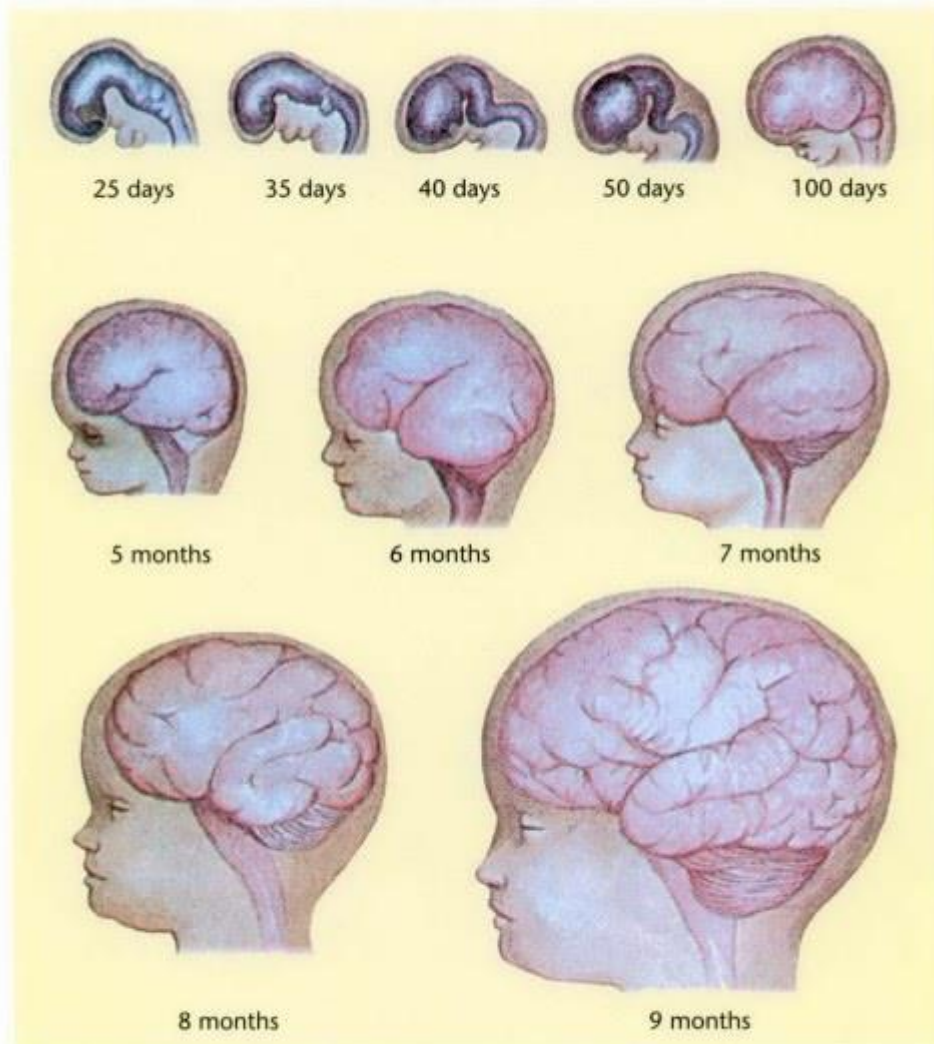
Após a penetração do espermatozoide no óvulo, o zigoto (primeiro estágio do ser humano - pessoa individual, ainda que unicelular) adquire sua plena carga genética e inicia as transformações que originarão o embrião e depois o indivíduo adulto. (9) Segue-se uma corrente contínua e ininterrupta de desenvolvimento e crescimento, com proliferação, diferenciação, migração e até descarte seletivo de grupos celulares transitórios. O zigoto se torna mórula, e depois blástula, gástrula e nêurula. O ectoderma se diferencia em neuroectoderma, placa neural (ainda no 18º dia de gestação), sulco neural, tubo neural, que desenvolve vesículas encefálicas primitivas num de seus pólos, que por sua vez originarão os segmentos do sistema nervoso central: prosencéfalo, mesencéfalo e rombencéfalo, os quais transformar-se-ão gradativamente em cérebro, cerebelo, ponte, bulbo e medula espinhal. Paralelamente o sistema nervoso periférico se desenvolve a partir das cristas neurais originadas do fechamento do tubo neural. O sistema nervoso continua seu desenvolvimento e mielinização até a fase adulta do indivíduo, restando áreas periventriculares ainda não mielinizadas (portanto, imaturas) até na senilidade. Com efeito, do zigoto ao idoso, a ontologia humana não se interrompe, entre os dois únicos eventos de descontinuidade: a fecundação e a morte.(10)



Percebe-se, sob a ótica biológica, flagrante arbitrariedade na fixação do surgimento da personalidade aos três meses de gestação, como pretende a abordada jurisprudência. Esta talvez abstraia, de um convencionalismo meramente didático (embrião x feto), uma suposta metamorfose, reforçada pelo senso comum, mas que não encontra qualquer correspondência fática no contínuo do desenvolvimento humano.

### Fetal Brain Development

Source: Restak, 1984



Copyright © 1995 McGraw-Hill, Inc.

## Conclusão / Considerações Finais

O *habeas corpus* 124.306 é jurídica e biologicamente inepto, por carecer de legitimidade (não obedecer ao devido processo legislativo) e de adequada fundamentação, tanto no âmbito jurídico (por contrariar a vontade legislativa expressa no ordenamento) quanto no biológico (por negligenciar conhecimento científico firmado).

A suposta e alegada controvérsia em torno do tema “aborto” (como sobre qual o momento do início da vida humana ou sobre quando se adquire a personalidade jurídica) é artificial, por basear-se em confusões conceituais e terminológicas criadas por agentes políticos sem conhecimento jurídico ou biológico necessários para o trato da matéria.

Os momentos do início da vida e da personalidade estão bem firmados na ciência médica e na doutrina jurídica, que se coadunam, não restando espaço para relativizações ou mitigações discricionárias.

A Prof.<sup>a</sup> Maria Luísa Di Pietro ensina que “O embrião, embora encontrando-se em uma fase específica da sua existência na qual a forma humana, tal como habitualmente a concebemos, ainda não está expressa, não é mera potencialidade, mas substância viva e identificada. Desde o momento da fecundação, ele está em condições de levar à maturação uma corporeidade que serve para manifestar, como numa epifania histórica e terrena, as grandezas incomensuráveis do espírito humano” (11)

O Pacto de São José da Costa Rica (art. 4º), a Constituição Federal de 1988 (art. 227), a Convenção dos Direitos da Criança (art. 6º), o Código Civil (), o Código Penal, o ECA (art. 3º e 8º) e a doutrina jurídica corroboram a tutela da vida humana e da personalidade jurídica, com “maior interesse” ou prioridade da criança, a partir do momento da concepção, como se depreende da integração do ordenamento.

Segundo Lênio Streck, “(...) o estabelecimento de crimes, penas e descriminalizações não pode ser um ato absolutamente discricionário, voluntarista ou produto de cabalas.” É academicamente ilegítima a fixação de três meses para a descriminalização do aborto.

A presunção do “sujeito do suposto saber” e da “superioridade do colonizador” permeiam as decisões baseadas no direito comparado, mas não encontram respaldo no Direito Internacional.

Decisões paradigmáticas, sobretudo sobre matérias científicas, deveriam ser precedidas de estudos técnicos que envolvessem especialistas e toda a sociedade. O instituto do *amicus curiae* deveria ser invocado nesses casos.

## Referências

- (8) ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p.116.
- (3) BARROSO, Luís Roberto. Entrevista concedida ao Jornal O Estado de São Paulo. 08/04/2012. P. A4.
- (6) BRASIL. *Código Civil*, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- (2) BRASIL. *Constituição da República Federativa, 1988*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF.
- (7) BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* n. 82.424/RS. Brasília, 17/09/2003.
- (1) BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus* n. 124.306/RJ. Brasília, 29/11/2016.
- (5) DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*. 34. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- (11) DI PIETRO, Maria Luisa apud CIACCIA, Castrese et al. *O milagre da vida: reflexões de bioética e sobre os direitos do nascituro*. São Paulo: Cidade Nova/Cenplan, 1994.
- (4) LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 177.
- (9) LENT, Roberto. *Cem Bilhões de Neurônios: conceitos fundamentais de neurociência*. São Paulo: Atheneu, 2001.
- (10) SADLER, Thomas; W. Langman. *Embriologia Médica*. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

## ANÁLISE DA RESOLUÇÃO Nº 432 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO SOB A ÒTICA DO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS RELATIVOS AO TRÂNSITO

Hipólito, Emanuelberg Policarpo, Philippini<sup>65</sup>, Renato Augusto Alcântara<sup>66</sup>

**Palavras-chaves:** Crime e infração de trânsito. Fiscalização. Procedimentos. Etilômetro.

### Introdução

O uso de álcool ou de outras substâncias psicoativas que causem dependência é um dos fatores de maior risco à segurança viária. Os meios para a constatação da embriaguez encontram-se previstos no art. 277 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e na resolução nº 432 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). A resolução nº 432 do CONTRAN entrou em vigor em 23 de janeiro de 2013, com a missão de padronizar os meios e procedimentos para a constatação de tais alterações dos condutores que dirigem sob a influência de álcool ou qualquer outra substância que cause dependência. Entre estes, encontra-se a previsão do laudo emitido pelo etilômetro como meio de prova da infração administrativa prevista no artigo 165 e do crime de embriaguez na direção de veículo automotor.

No entanto, um grande desafio do legislador brasileiro é desenvolver um corpo normativo eficaz que, ao mesmo tempo seja capaz de fornecer meios de prova válidos para que Estado e, por outro lado, garanta os direitos do cidadão prescritos na norma constitucional e legislação infraconstitucional, tais como a garantida do contraditório, o direito ao silêncio o princípio da não autoincriminação.

Objetivo do presente trabalho foi expor os meios de provas da embriaguez permitidos na legislação de trânsito vigente e analisá-los sob a ótica dos princípios constitucionais. Especificamente, buscou analisar, à luz dos princípios penais e processuais penais, a resolução nº 432 do CONTRAN, sobretudo no que tange à previsão do uso do etilômetro.

---

<sup>65</sup> Aluno graduando em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: emanoelberg@yahoo.com.br

<sup>66</sup> Professor orientador – Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

## Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre os meios para a constatação da embriaguez no âmbito do Código de Trânsito Brasileiro e sua relação com os princípios constitucionais. Foi utilizada, como metodologia, a pesquisa documental, tomando como base a doutrina jurídica acerca do tema, artigos técnicos, jurisprudência e legislação.

## Resultado e discussão

A pesquisa foi dividida em três partes: primeiro foi feito um levantamento do histórico da legislação de trânsito no que diz respeito às formas de constatação da sobre embriaguez e do uso de substâncias psicoativas que causam dependência. Em seguida, foi examinada a resolução 432 do CONTRAN. Por fim, foi debatida a dificuldade da produção de provas no âmbito do CTB sem que se deixe de observar os princípios processuais penais e constitucionais.

## Conclusão

As principais conclusões obtidas dão conta de que a legislação de trânsito brasileira vem se modernizando nas últimas décadas; no entanto, especificamente, no que tange ao uso do etilômetro, o legislador ainda precisa encontrar o ponto de equilíbrio entre a garantia entre os direitos individuais e os sociais, de forma a ajustar o poder de polícia para a realização dos testes de dosagem de alcoolemia aos direitos e garantias constitucionais.

## Referência

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm)>. Acesso em: 25 agosto 2019.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Código de Trânsito Brasileiro**. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 25 agosto 2019.

CONTRAN. **Resolução Nº 432 DE 23/01/2013**. Disponível em:  
<<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=250598>>. Acesso em: 27 agosto 2019.

## OS MEIOS ATÍPICOS PARA GARANTIR A EXECUÇÃO, COM FINCAS NO ARTIGO 139, INCISO IV, DO CPC/2015.

FERNANDES, Fernanda Paiva<sup>67</sup>, GASPAR, Silvana Santos<sup>68</sup>.

### Introdução

O presente trabalho científico visa analisar um tema muito corriqueiro na vida de quem pretende acionar a tutela jurisdicional para a garantia de uma prestação, mais precipuamente a de pagar quantia certa.

Para que essa obrigação seja intentada, é necessário acionar o judiciário pela ação de execução, seja de título judicial ou extrajudicial. O título deve ser certo, líquido e exigível.

Sobretudo, a maior dificuldade é a efetivação dessa execução, pois, na maioria dos casos o devedor, polo passivo da demanda, não detém meios para pagar a dívida. Lado outro, o judiciário detém de artifícios para garantir a efetivação da execução, senão pelos meios típicos, então que seja aplicado os meios atípicos, utilizando sempre a boa-fé e os princípios norteadores da execução.

O estudo base terá como foco principal o artigo 139, inciso IV do Código de Processo Civil de 2015, bem como decisões de juízes de primeiro grau, deferindo pedidos de retenção de CNH e passaportes de devedores, justificando que a decisão é necessária, baseando-se em processos que contam com mais de 10 anos de trâmite, o que diverge com recentes julgados do STJ, decidindo que tal medida é ilegal e arbitrária.

### Materiais e métodos

A pesquisa realizada foi bibliográfica, com ênfase doutrinas, legislações e jurisprudências.

Autores como Luiz Guilherme Marioni e Fredie Didier Júnior foram usados como foco principal para o deslinde do projeto. Como também julgados dos tribunais dos Estados e dos ministros do Superior Tribunal de Justiça.

---

<sup>67</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – e-mail: fer-lee@hotmail.com.

<sup>68</sup> Orientadora Professora Mestre.

## Discussão

Com o advento do CPC/15, o artigo 139, IV do dispositivo deu azo a muitas formas de requerer o cumprimento de prestações pecuniárias. O artigo citado prevê que o magistrado poderá agir com inovação para que a tutela jurisdicional tenha eficácia, *in verbis*:

Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

(...)

IV- determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;

Ocorre que, muitas vezes o juiz não pode simplesmente inovar na ordem jurídica, é o que ocorreu com a magistrada da Comarca de João Pessoa, que deferiu o pedido de retenção da CNH e do passaporte do devedor, como meio coercitivo para que o mesmo pagasse uma dívida na qual o processo tramitava há mais de 16 anos.

Esta decisão abriu as portas para que outros juízes concordassem com tal procedimento e também deferissem esses tipos de pedidos.

Sobretudo, no ordenamento jurídico, quando se está diante de uma situação que ganha repercussão, muita vezes alguma parte não irá concordar com o ocorrido. Então entra aí, o papel das instâncias superiores que, devem dar uma resposta às partes se esse tipo de coerção é mesmo legal.

O STF entendeu, num caso específico que a retenção do passaporte do executado é meio ilegal e arbitrário, justificou que as medidas previstas no CPC não podem se distanciar dos ditames constitucionais, devendo ser aplicado de forma razoável. Essa medida fere a liberdade de locomoção, primeiro de todos os direitos fundamentais de ir e vir.

Ainda explica que o meio coercitivo atípico pode ser eventualmente aplicado, desde que observado o contraditório e em decisão fundamentada e adequada, verificando também a proporcionalidade da providência.

## Conclusão

O objetivo desta pesquisa foi examinar e discutir o artigo 139, IV do Código de Processo Civil de 2015 e abordar como juízes e partes devem agir para garantir o efetivo cumprimento da prestação jurisdicional.

O que se espera é a satisfação do direito do credor pelo meio menos oneroso e da melhor maneira possível ao devedor, seja pelo meio típico ou atípico. No caso, não sendo exitoso pelo meio comum, ou pelo voluntário, mister se faz a aplicação dos meios atípicos, observando sempre o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Planalto: seção 1, Brasília, Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 06/06/2019.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso em Habeas Corpus nº 2018/0104023-6**. Diário Oficial. Brasília, 05/06/2018. Disponível em:

<<http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?livre=%28%28RHC+97876%29+E+%28%22LUI+S+FELIPE+SALOM%C3O%22%29.MIN.%29+E+%28%22QUARTA+TURMA%22%29.ORG.&b=ACOR&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 26/03/2019.

\_\_\_\_\_. Consultor Jurídico. **Incertezas Sobre a Retenção da CNH e do Passaporte de Devedores**. 09/06/2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jun-09/carla-kalonki-retencao-cnh-passaporte-devedores>>. Acesso em: 28/03/2019.



THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Processo de Execução e Cumprimento da Sentença, Processo Cautelar e Tutela de Urgência. 47ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. **O controle do poder executivo do juiz** - formato PDF.

Revista Páginas de Direito, Porto Alegre, ano 6, nº 451, 12 de julho de 2006.

Disponível em: <http://www.tex.pro.br/artigos/87-artigos-jul-2006/4629-o-controle-dopoder-executivo-do-juiz-formato-pdf>.

MARIONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

## TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS A DE ESCRAVO E A NOVA REFORMA TRABALHISTA

SILVA, Gabriel Pereira<sup>69</sup>; GASPAR, Silvana Santos<sup>70</sup>

**Palavras-chaves:** trabalho escravo, reforma trabalhista, erradicação do trabalho escravo.

### Introdução

Para que o princípio da dignidade humana seja garantido é necessário que os indivíduos estejam assistidos legalmente e seguros de proteção e liberdade. Destarte, na temática que envolve o trabalhador é necessário que esse esteja garantido de seus direitos para que não seja vítima do trabalho análogo ao de escravo.

O trabalho escravo no Brasil, historicamente, apresenta altos índices de casos considerados como trabalho forçado. Este artigo tem como objetivo abordar o conceito de trabalho em condições análogas a de escravo, e a partir da explanação da função de um auditor fiscal e de órgãos responsáveis pela fiscalização problematizar as possíveis causas que dificultam a erradicação do trabalho escravo, incluindo a nova Reforma Trabalhista que contribui com o aumento de casos.

A partir de uma pesquisa bibliográfica, com base, principalmente, nos documentos governamentais nos quais constam as leis nacionais, este artigo poderá contribuir com as discussões sobre o trabalho análogo ao de escravo, pretendendo indicar formas de erradicar esse crime.

### Metodologia

O projeto tem o seu desenvolvimento a partir da análise do Manual do Trabalho Escravo e da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), materiais que prezam pela proteção, direitos e deveres do cidadão. Aborda ainda entrevista feita com um auditor fiscal do trabalho, que detalha a sua rotina no combate ao trabalho escravo. Conta com pesquisas em doutrinas referentes a relação da nova reforma trabalhista e o trabalho análogo ao de escravo.

---

<sup>69</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – psgabriel2@gmail.com

<sup>70</sup> Professor Orientador

## Resultados

Os estudos, levantamentos e entrevista feitos ao longo da pesquisa demonstram que o país pode sofrer graves consequências com a mudança nas leis trabalhistas. Constatou-se que os trabalhadores acabaram por ficar submetidos a acordos simples com os empregadores e consequentemente ficam sem benefícios e seguros que são de direito dos contratados.

Emerge ainda da pesquisa que os estados não promovem iniciativas que assegurem de fato os direitos trabalhistas conquistados, e que a reforma trabalhista dificultou o combate ao trabalho escravo ante a ausência de estratégias neste sentido.

Percebe-se que as leis e as medidas tomadas durante todo esse processo de reconhecimento do problema do trabalho escravo não são suficientes diante de leis que prejudicam a processo de erradicação desse crime. As mudanças feitas por meio da reforma trabalhista indicam de fato, que não há preocupação com os trabalhadores e suas condições de trabalho, e ainda, que esta situação e sua relevância continuam nas mãos dos que concentram o poder.

## Considerações finais

O objetivo deste artigo era mostrar os pontos controversos da reforma trabalhista em detrimento das medidas de apoio aos trabalhadores e principalmente aqueles que se submetem às condições ilegais. Assim sendo, conclui-se que há a necessidade de revisão das medidas tomadas pelo governo para que haja contribuição efetiva com a erradicação de problemas como o trabalho escravo, pois as dificuldades encontradas no combate ao trabalho escravo ficaram piores com a reforma trabalhista, fazendo com que os órgãos responsáveis pela intervenção dessas ações tenham sua atuação prejudicada.

## Referências

BRASIL. **Manual de Combate ao Trabalho em Condições análogas às de escravo.** 96 p. Brasília: MTE, 2011.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília: CLT, 2017.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de. Trabalho Escravo: caracterização jurídica dos modos típicos de execução. **Revista Hendu**. Pará: UFPA, v.4, n.1, 2014. p.41-56. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18542/hendu.v4i1.1714>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ONG REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar! Uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade**. Programa Escravo nem pensar. ed.2. São Paulo: Repórter Brasil, 2012.

TEIXEIRA, Márcia Cunha. **O combate ao trabalho análogo ao de escravo e a reforma trabalhista**. São Paulo, SP: Empório do Direito, 2017. Disponível em: <<https://emporiiodireito.com.br/artigos>>. Acesso em: jul/2019.

## PAIS ÓRFÃOS DE FILHOS VIVOS: A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO ABANDONO AFETIVO DOS PAIS IDOSOS.

Romualdo, Gabriela Carneiro<sup>71</sup>, Teixeira, Marcos Antônio Pinto<sup>2</sup>.

### Introdução

A afetividade é o princípio que fundamenta o Direito de Família na estabilidade das relações socioafetivas e na comunhão de vida, com primazia em face de considerações de caráter patrimonial ou biológico. O termo *affectio societatis*, muito utilizado no Direito Empresarial, também pode ser utilizado no Direito das Famílias, como forma de expor a ideia da afeição entre duas pessoas para formar uma nova sociedade, a família. O afeto não é somente um laço que envolve os integrantes de uma família.

Assim sendo, os objetivos principais foram identificar os direitos dos idosos de serem amparados pelos filhos, além de demonstrar os problemas causados pelo abandono afetivo e esclarecer o motivo pelo qual deve haver a responsabilização civil pelo abandono.

### Metodologia

O projeto tem o seu desenvolvimento na Constituição Federal de 1988, norma que rege nossos direitos e deveres, adentrando na proteção no âmbito familiar, e especificamente na Política Nacional do Idoso, Lei nº8. 842, de 4 de janeiro de 1994, e o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.

### Resultados e Discussão

Apesar dos esforços legislativos, a realidade mostra que, não raro, muitos pais idosos são abandonados pelos filhos maiores, que lhes negam prestar assistência, e assegurar sua

---

<sup>71</sup> [gabi.c.romualdo@gmail.com](mailto:gabi.c.romualdo@gmail.com). Faculdade de São Lourenço.

participação na sociedade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Deste modo, o abandono afetivo é responsável por gerar uma violência sentimental e moral muito grande, ferindo as garantias do idoso, gerando, nos mesmos, um sentimento de tristeza e solidão, podendo acarretar inclusive na falta de vontade pela vida, constatando-se, a cada dia, um sério problema a ser enfrentado. Ademais, a convivência familiar é de total importância, e isso é facilmente notado quando o idoso se vê abandonado pela própria família. O que ele pode esperar do seu futuro? Quando se diz futuro, certamente, haverá aqueles que indagarão, que futuro? É agora, a obrigação de cuidado não pode ser postergada, pode não haver tempo para esse descuido.

Portanto, o abandono afetivo dos pais idosos, representa fenômeno jurídico e social de relevância que merece ser discutido.

## Conclusão

Conclui-se então, que os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, enfermidade ou carência, tendo o compromisso e a responsabilidade de assistir os pais na miséria ou doença, favorecendo um convívio familiar fundado no amor e agradecimento ao princípio da solidariedade. Na falta destes atos, é perfeitamente cabível a responsabilização civil do filho pelo abandono afetivo de seu genitor, advindo de uma conduta omissiva ilícita por parte do filho que negligencia o cuidado com seus pais o transferindo a um asilo ou a uma casa de repouso, privando-o do convívio familiar.

## Referências

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

KAROW, Aline Biasuz Suarez. Abandono Afetivo: valorização jurídica do afeto nas relações paterno-filiais. Curitiba: Juruá, 2012. p. 45.

BRASIL. LEI, Nº 10.741 de 1 de outubro de 2003. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm)>. Acesso em: 03 set. 2015.

## OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SEUS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Geralda Cristina Silva Reis

### INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa abrange questões jurídicas sobre a Improbidade Administrativa. Desenvolve-se com os estudos dispensados à Lei 8.429 de 2 de junho de 1992 - normatização básica de combate aos delitos contra a Administração Pública.

Nos dias de hoje, o controle da Improbidade Administrativa vem exigindo que toda a sociedade se instrumentalize para que possa contribuir para a fiscalização de atos lesivos à Administração Pública. Para os estudiosos, operadores da lei, a dialética das ideias se constitui em um meio salutar para a compreensão das verdades jurídicas. Assim, nada é mais oportuno do que confrontar opiniões e oferecê-las a estudo, para que muitos possam compreender as várias peculiaridades que revestem as questões sobre a Improbidade Administrativa, unanimemente reconhecida como um dos maiores entraves para a evolução do país.

### OBJETIVOS

Promover um debate teórico acerca do tema Improbidade Administrativa. Busca ainda analisar as vias de interpretação da Lei nº 8.429/92, nos limites estatuídos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

### METODOLOGIA

O trabalho é o resultado de pesquisas realizadas junto à literatura especializada disponível em livros, revistas e no meio digital, sendo portanto, sua natureza, uma revisão bibliográfica.

### DISCUSSÃO

Nos atos de Improbidade Administrativa, o sujeito ativo é o agente público e/ou o particular que concorra com o agente público, seja induzindo para prática de um ato de improbidade, praticando o ato em conjunto com o agente público ou ainda, dele recebendo benefícios. Fora dessas hipóteses o particular não poderá ser sujeito ativo.

A sociedade como um todo, a própria Administração Pública e também as empresas que detenham patrimônio público ou que por meio de investimentos deste setor tenham sido criadas, são as principais vítimas dos atos de improbidade administrativa.

Embora o legislador não tenha conceituado essa prática ilícita contra a Administração Pública, a lei separou seus atos em três grandes grupos, quais sejam: enriquecimento ilícito, lesão ao erário e atos que atentem contra os princípios da Administração Pública. Posteriormente, a Lei

Complementar nº 157, de 2016 incluiu aos atos de improbidade administrativa, aqueles decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário.

As sanções mínimas para os atos de Improbidade Administrativa encontram-se previstas no artigo 37, § 4º da Constituição Federal. A Lei 8.429/92 prevê outras sanções para os atos de improbidade administrativa. Estas, poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente e sua extensão depende da gravidade do dano, assim como do proveito patrimonial obtido pelo agente público ou particular que com este tenha concorrido.

## CONCLUSÃO

Ao infringir preceitos administrativos, políticos, penais, cíveis e mesmo morais, o agente público comete delitos que caracterizam, conforme a sua potencialidade lesiva, atos de Improbidade Administrativa. Por meio da Lei nº 8.429/92, quis o legislador aplicar normatização repressiva contra tais atos, que parecem se tornar prática constante na condução da máquina pública, especialmente evidentes na tramitação do processo licitatório e no descumprimento da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## REFERÊNCIAS

- COSTA, José Armando. **Contorno jurídico da improbidade administrativa**. 3. Ed., 2005. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/79059944.pdf> >. Acesso em: 9 out. 2019.
- GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- NERY JUNIOR, Nelson. Tipicidade do ato e dano ao erário. **Soluções Práticas de Direito**, v.. 2, p. 377 – 387, set., 2014.
- RABELO, Manoel Alves; FACHETTI, Gilberto. A inexistência de fungibilidade entre a ação civil de improbidade administrativa (Lei 8.429/1992) e a ação civil pública (Lei 7.347/1985). *Revista de Processo*, v. 153, p. 47 – 64, nov., 2007.
- SILVA, Bruno Freire. Algumas peculiaridades e polêmicas dos elementos da ação civil por improbidade administrativa. *Revista de Processo*, v. 228, p. 261 – 281, fev., 2014.
- SOARES, Marcos José Porto; PEREIRA, Alexandre Araújo. Distinção entre corrupção, improbidade administrativa e a má gestão da coisa pública. **Revista dos Tribunais**, v. 959, p. 55 – 69, set., 2015.



## POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR: INQUÉRITO POLICIAL MILITAR

Santos, Gislaine Teodoro<sup>72</sup>, Philippini, Ana Cláudia Moreira Miguel

### Introdução

A Polícia Judiciária Militar foi instituída em 1895, por regulamento do Supremo Tribunal Militar, com o nome de Conselho de Investigação e, passados mais de cento e vinte anos, inexistente, no âmbito das Forças Armadas, um órgão destinado a profissionalizar militares para conduzir Inquéritos Policiais Militares (IPM), bem como as demais demandas inerentes à investigação criminal. Os crimes militares ao serem identificados, devem ser apurados pelas autoridades de Polícia Judiciária Militar mediante o IPM, ressaltando as particularidades apresentadas na Constituição Federal, bem como na legislação infraconstitucional.

Assim sendo, o objetivo da investigação é analisar as peculiaridades da Polícia Judiciária Militar, em especial, os trâmites do IPM para a propositura da ação penal militar perante a autoridade competente.

### Materiais e métodos

Para a metodologia empregada adotou-se a pesquisa bibliográfica, exploratória e qualitativa no seu conjunto, com sistemática leitura de livros, artigos, leis, com destaque para o Código Penal Militar, Código de Processo Penal Militar e Constituição Federal de 1988.

### Resultados e discussão

A pesquisa tem como enfoque um assunto que não é abordado nas grades curriculares do curso de direito. Seu ponto de partida é a definição de crimes militares e suas particularidades. Posteriormente, o estudo foca a Polícia Judiciária Militar, no que tange à competência para se elaborar o IPM, suas peculiaridades e prazos. Por fim, analisa-se os aspectos necessários à propositura da ação penal militar decorrente da investigação.

---

<sup>72</sup> Graduanda em Direito – giiro14@hotmail.com - Faculdade São Lourenço - UNISEPE.

## Conclusão / Considerações finais

Em âmbito geral, a pesquisa introduziu uma Justiça pouco tratada na literatura acadêmica: a Justiça Militar. Com esta análise, verificou-se que nem todo crime cometido por militar o conduz à Justiça Militar, uma vez que é essencial que a conduta delituosa encontre um correspondente no artigo 9º do Código Penal Militar. Explicando melhor: é a própria lei penal militar que estabelece quais são os crimes tidos como militares e é a doutrina que os subdivide em crimes militares próprios e impróprios. Assim sendo, os militares podem cometer crimes militares e crimes comuns, assim como, os civis também podem cometer as duas modalidades de crimes. Para tanto, é necessário realizar o enquadramento legal no que dispõe o artigo 9º do Código Penal Militar para saber a natureza do crime.

O meio de investigação cabível ao crime militar é o Inquérito Policial Militar, com características especiais dada pela Polícia Judiciária Militar.

## Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAMPOS JUNIOR, José Luiz Dias. **Direito Penal e Justiça Militares**: Inabaláveis Princípios e Fins. Curitiba: Juruá, 2001.

CARNEIRO, Douglas Mattoso. **Especialidades do Inquérito Policial Militar**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/49542/especificidades-do-inquerito-policial-militar>>. Acesso em: 08 out. 2019.

GIULLIANI, Ricardo Henrique Alves. **Direito Processual Penal Militar**. Porto Alegre: Atlas, 2007.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Penal Militar**. São Paulo: Atlas, 1992.

## DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELO DANO AMBIENTAL.

Santos, Glauber Renan Ribeiro dos <sup>73</sup>, Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius <sup>74</sup>.

**Palavras-chaves;** Responsabilidade civil, direito ao meio ambiente equilibrado.

### Introdução:

O presente trabalho tem como finalidade trazer uma conscientização quanto ao crescente número de casos de danos ao meio ambiente de uma forma em geral., e assim por meio do mundo jurídico trazer ao conhecimento do leitor, os meios que temos para prevenir tais danos assim como reprimir a prática de tais atos.

A responsabilidade civil frente aos danos ambientais é a melhor forma de combater tais atos, ou seja, a responsabilização junto com a punição traz ao agente causador do ato um esclarecimento de que o uso, bem como a transformação do meio ambiente por meio de uma intervenção do homem tem seus limites.

### Materiais e métodos:

A produção do referido trabalho se deu por meio de uma análise ao ordenamento jurídico, mas precisamente da constituição federal de 1988, no seu art. 225, bem como um apoio doutrinário na área do direito civil, da autora Maria Helena Diniz, assim como uma análise no campo prático, ou seja, as informações prestadas por meio de notícias atuais bem como processos judiciais que abragem tal área do direito ambiental.

### Resultados e discussão

A responsabilidade civil frente ao dano ambiental e melhor forma de combater o dano ambiental, pois além de reprimir a prática de tais atos, a responsabilização civil trás um reflexo indireto a prevenção de futuros danos que poderiam vir a ser causados.

Para analisarmos tal conteúdo é preciso conhecemos o conceito de responsabilidade civil, que nada mais é que impor ao infrator a obrigação de reparar o dano e ou ressarcir o prejuízo por ele causado.

---

<sup>73</sup> Graduando em direito-Faculdade São Lourenço-glaubersantos07@yahoo.com.

<sup>74</sup>Cláudio Henrique Urbanavicius jodar

O dano ambiental pode ser dividido em vários, mas os principais são os danos ao ar atmosférico os danos aos recursos hídricos e os danos ao solo, sabendo que todos esses recursos são essenciais para nossa subsistência devemos preservá-los, e no mundo jurídico a normas que limitam o uso da propriedade, e são essas normas que trazem a responsabilização do agente causador do dano pela sua reparação. Essas normas têm a finalidade de reprimir direta e indiretamente, diretamente quando o dano já foi praticado e busca-se a sua reparação, indiretamente quando o dano ainda não foi praticado porem os reflexos da sanção á aquele que já praticou o ato traz temor àqueles que pretendem praticar tais atos.

### **Conclusão / Considerações finais**

Por meio deste trabalho concluímos que a responsabilização do agente causador do dano ambiental e a melhor forma de combater a pratica do dano ambiental, pois e certo que o meio ambiente onde vivemos e a nossa casa, sendo assim devemos cuidar dessa casa para as geração futura, pois o dano ambiental trás reflexos a longo prazo reflexos esses que podem ser de difícil reparação.

### **Referências**

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito civil Brasileiro : Responsabilidade Civil. Vol.7. 17ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

## **INTERVENÇÃO FEDERAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: aspectos constitucionais**

Silva, Gleidson Nogueira; Philippini Ana Claudia Moreira Miguel

### **Introdução**

Desde a Constituição Federal de 1891, o Brasil adota como forma de Estado a federação. Como consequência, há uma divisão espacial do poder entre os entes da federação, gozando estes de autonomia, possibilidade de auto-organização, autoadministração, autogoverno e autolegislação. Com o advento da Constituição Federal de 1988, os entes da federação, que eram dois, foram aumentados para quatro: União Federal, Estados-membros, Municípios e Distrito Federal. A própria Constituição Federal regula a possibilidade excepcional de afastamento temporário desta autonomia com a finalidade de preservação da existência e unidade da federação. A essa supressão temporária de autonomia dá-se o nome de intervenção.

Assim sendo, a presente pesquisa tem como tema a possibilidade constitucional de a União Federal intervir nos Estados-membros e nos Distrito Federal, tendo como enfoque a intervenção federal realizada no Rio de Janeiro, no ano de 2018.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada na pesquisa é exploratória, descritiva e documental, fazendo o uso da legislação vigente, de doutrinadores publicados e de obras bibliográficas, além de leituras de sites da internet.

### **Resultado e discussão**

Este estudo foi dividido em três partes. A primeira tratou de estabelecer os conceito e espécies de intervenção, trazendo, inclusive, o conceito de autonomia dos entes federativos.

Já a segunda parte da investigação incidiu sobre a intervenção federal ocorrida no Rio de Janeiro, no ano decorrer do ano de 2018, tratando da motivação para sua decretação, algumas críticas internas e externas sobre a medida tomada pelo Governo Federal.

Por fim, analisou-se tal intervenção federal sob uma ótica constitucional, fazendo a verificação do cumprimento dos requisitos para a intervenção no referido Estado-membro.

## Conclusão

Conclui-se, portanto, que a intervenção federal, instituto que afasta temporariamente a autonomia de um Estado Federado, no caso das hipóteses taxativas do art. 34 da Constituição Federal. No caso objeto de estudo, houve, em tese, motivação para a intervenção, no entanto há críticas acerca da medida tomada, uma vez que o problema da violência no Rio de Janeiro sempre existiu e ainda há a especulação que possivelmente a intervenção foi decretada para postergar a votação e aprovação do Projeto de Emenda à Constituição sobre a reforma da previdência social.

## Referências

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil** nº -, de 05 de outubro de 1988. Brasília , DF, Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 17 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília , DF, 16 fev. 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)>. Acesso em: 08 set. 2019.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- TORQUES, Ricardo. **Intervenção Federal: entenda os aspectos jurídicos da decretação da medida no Rio de Janeiro**. 2018. Disponível em:  
<<https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/intervencao-federal/>>. Acesso em: 05 set. 2019.

## VINTE ANOS DO DOCUMENTÁRIO NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DAS CIÊNCIAS CRIMINAIS.

Alina Sydney Berquó Guimarães<sup>75</sup>; Bianca Stefany Andrade e Silva<sup>76</sup>; Guilherme Fernandes de Silva<sup>77</sup>; Mariana Aparecida da Silva Netto<sup>78</sup>; Rafael Cosenza Pereira da Silva<sup>79</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>80</sup>

**Palavras-chave:** Tráfico de drogas. Violência urbana. Ciências criminais.

Nas últimas décadas, o tema da violência urbana ganhou predominância na agenda do Estado brasileiro e a repercussão da insegurança pública vivenciada no Brasil ultrapassou as fronteiras nacionais. Conforme aponta Misse (2008, p. 374), “[...] no Brasil, o Estado nunca conseguiu ter completamente o monopólio do uso legítimo da violência, nem foi capaz de oferecer igualmente a todos os cidadãos acesso judicial à resolução de conflitos”.

Atento a essa problemática, o documentário Notícias de uma guerra particular (1999), produzido entre os anos de 1997 e 1998, buscou apresentar a questão do tráfico de drogas e da violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, sob a ótica de três personagens: o policial, o traficante e o morador da cidade.

Passados 20 anos de sua produção, a presente pesquisa, ainda em fase inicial, visa analisar, sob a ótica das ciências criminais, o atual panorama acerca da questão da violência urbana no Brasil, sobretudo no que diz respeito à sua ligação com o tráfico de drogas, tendo em vista fatores como o advento da Lei de Drogas (2006), as atuais políticas de prevenção e combate ao tráfico, bem como o surgimento de novos atores, como as milícias.

O objetivo deste estudo é investigar o panorama da violência urbana no Brasil nas duas últimas décadas, sob a ótica do direito penal, da criminologia e das políticas criminais. Especificamente, busca analisar os motivos pelos quais a violência ligada ao tráfico de drogas aumentou no país, bem como discutir os impactos da ação ou da inércia do Estado frente a tal problemática.

<sup>75</sup> Graduanda em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: AlinaSydney@hotmail.com

<sup>76</sup> Graduanda em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: biandrade223@gmail.com

<sup>77</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: guilherme972016@gmail.com

<sup>78</sup> Graduanda em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: marianaasnetto@gmail.com

<sup>79</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: rafaelcosenza007@hotmail.com

<sup>80</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: rphi@uol.com.br

Até o presente estágio, foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa documental (legislativa). A pesquisa fará uso, ainda, em seu desenvolvimento, dos métodos de abordagem dialético, comparativo e histórico. Serão utilizados, outrossim, métodos qualitativos e quantitativos.

As primeiras conclusões obtidas dão conta de que contexto histórico e cultural do Rio de Janeiro permitiu o fortalecimento tráfico de drogas e o surgimento das organizações criminosas. Nos últimos vinte anos, na esfera do direito penal, é possível observar que o advento da Lei de Drogas (2006) impulsionou o encarceramento no Brasil; por sua vez, no âmbito da criminologia, observa-se o Estado brasileiro concentra suas ações na prevenção secundária, em detrimento das demais formas; por fim, no que tange às políticas públicas, tanto os planos estaduais quanto o federal carecem de avaliações de impacto que mostrem se alcançaram os resultados propostos. As conclusões finais serão apresentadas na forma de artigo.

## Referências

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Brasília, DF.

MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, Porto Alegre, p.371-385, dez. 2008. Trimestral.

NOTÍCIAS de uma guerra particular. Direção de João Moreira Salles. Produção de Katia Lund. Rio de Janeiro: Videofilmes, 1999. (57 min.), color.



## TUTELA DE URGÊNCIA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E SUA APLICABILIDADE NO JUIZADO ESPECIAL CIVIL ESTADUAL.

Hiram Hilário Rezende Gonçalves<sup>81</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>82</sup>

**Palavras-chave:** Tutela de urgência. Juizado especial cível. Aplicabilidade.

### Introdução

O presente trabalho buscou analisar a Tutela Provisória de Urgência prevista no Código de Processo Civil de 2015 - Lei 13.105/15 e a sua aplicabilidade no Juizado Especial Civil Estadual - Lei 9099/95 com a finalidade de resguardar o direito e evitar danos irreparáveis a uma das partes.

Neste sentido, será apresentado de forma sumária, um breve histórico acerca do surgimento do Juizado Especial – Lei 9099/95, e apresentação de seus fundamentos principiológicos, por meio da revisão da doutrina pertinente ao tema, bem como análise dos enunciados do FONAJE e jurisprudência relacionada.

Em seguida, abordaremos as tutelas provisórias, pormenorizadamente no que impactam às tutelas provisórias de urgência para, ao final, concluirmos se são aplicáveis ou não ao microsistema dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

### Objetivos

A presente pesquisa buscou, pois, analisar o instituto da tutela provisória de urgência prevista no Código de Processo Civil de 2015 e a sua aplicabilidade no Juizado Especial Civil Estadual previsto na Lei 9099/95. Especificamente, primeiramente, visou descrever, sucintamente, apresentar um breve histórico acerca do surgimento do Juizado Especial e seus fundamentos principiológicos e, em seguida, abordar a tutela provisória de urgência prevista no CPC/2015 para, ao final, concluir se são ou não aplicável ao microsistema do dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

---

<sup>81</sup> Graduando em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: hhrgoncalves@gmail.com

<sup>82</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: rphi@uol.com.br

## Metodologia

Foi realizada, por meio da revisão da doutrina pertinente ao tema, bem como análise dos enunciados do FONAJE e jurisprudência relacionada. Na sequência, após a análise dos aspectos técnico-procedimentais das tutelas provisórias, em todas as suas modalidades, e analisadas as controvérsias de ordem prática, chegou-se à conclusão.

## Discussão

Como é sabido, no procedimento do JESP Civil tem como atributos principais a concentração dos atos processuais e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias. Desta forma não há espaço para a adoção das técnicas que caracterizam a concessão das tutelas de urgência de forma antecedente, tal como o aditamento à petição inicial, com a complementação de argumentos e juntada de novos documentos.

Nesse sentido indaga-se: seria possível utilizar o Instituto da Tutela de Urgência de maneira incidental no procedimento do juizado especial civil.

## Conclusão

O sistema jurídico brasileiro busca, obstinadamente o desenvolvimento legislativo para uma imediata e concreta entrega da prestação jurisdicional. Para o alcance desses objetivos foram criados diferentes institutos e instrumentos a fim de compensar de forma rápida e eficiente as demandas judiciais, solucionando, assim, os conflitos existentes, como por exemplo a Tutela Provisória de Urgência e os Juizados Especiais Cíveis Estaduais, ambos como solução para uma justiça mais célere e efetiva.

De todo o apresentado, verifica-se uma omissão legislativa no texto da Lei nº 9.099/95, mas que não constitui impedimento à concessão de tutelas provisórias de urgência no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais.

Assim, ao analisar as Tutelas Provisórias de Urgência previstas no CPC de 2015 e sua aplicabilidade no microsistema dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, verifica-se que não há dúvidas acerca do seu cabimento no procedimento sumaríssimo. Desta forma, conclui-se que a Tutela Provisória de Urgência requerida em caráter Antecedente é incompatível com procedimento adotado pelos Juizados Especiais Cíveis Estaduais, em contrapartida, é admissível quando requerida em caráter incidental no processo já em curso.

## Referências

ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei Agostinho. **Juizados especiais cíveis e criminais: comentários à Lei 9.099/95.** Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

BAHENA, Marcos; BENETI, Sidnei Agostinho. **Juizados especiais cíveis e criminal: doutrina, legislação, jurisprudência, prática, súmulas.** São Paulo: Imperium, 2006. 474 p.

BRASIL. Constituição (2015). Lei nº 13105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** BRASÍLIA, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

CUNHA. Maurício Ferreira. **Juizados Especiais Cíveis e Criminais.** 8 ed. Salvador: Juspodvim, 2016.

## DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL

Silva, Izadora de Oliveira<sup>83</sup>; Serva, Felipe

### Introdução

A sociedade, com a evolução de sua legislação, vem se preocupando com a questão da erradicação do trabalho infantil. Seu ponto de origem foi a partir de um planejamento internacional de proteção ao trabalho da criança e do adolescente, trazida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Sua convenção n. 182 foi ratificada e promulgada pelo Decreto n. 3.597, em 12 de setembro de 2000 (BRASIL, 2000), proibindo as piores formas de trabalho infantil e estabelecendo ações para sua extinção.

Além disso, em uma órbita interna, tanto a Constituição Federal (CF) de 1988, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) trazem diplomas legais sobre o assunto.

A proibição do trabalho infantil – salvo na condição de aprendiz, considerada a idade de 14 anos – é expressa pelos artigos 7º e 227º (BRASIL, 1988). Já o capítulo V do ECA versa sobre o direito à profissionalização, desde que se obediente a certos princípios, e que não realizado com periculosidade, insalubridade e penosidade (que não atrapalhe o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social) e, principalmente, que não atrapalhe a frequência escolar (BRASIL, 2010).

A CLT tutela o menor aprendiz em relação à sua idade de trabalho (entre 14 e 24 anos), quando este encontra-se devidamente matriculado em cursos profissionalizantes, onde a atividade laboral trata-se de uma extensão de seu curso (BRASIL, 2013). Recentemente, encontrou respaldo na Lei 10.097/00 (Lei do Aprendiz), com acréscimos legais acerca do percentual do depósito do FGTS relativo ao trabalhador aprendiz reduzindo de 8% para 2% da remuneração paga ou devida (BRASIL, 2000).

Entretanto, sabe-se que mesmo cientes de que uma legislação a favor da proteção integral do menor, a erradicação do trabalho infantil ainda é algo utópico e esperado para um futuro bem distante, sendo esta situação caracterizada como problema deste artigo.

Sendo assim, o objetivo geral de pesquisa se resumiu em analisar a legislação pátria vigente sobre a proteção do menor, na busca de identificar os mecanismos de permissividade (diplomas legais) do trabalho infantil, bem como os dispositivos criados para tanto. Os objetivos específicos foram: identificar a Constituição Federal (CF) e o Estatuto da Criança e do

---

<sup>83</sup> E-mail: [izaa\\_oliveiraa@hotmail.com](mailto:izaa_oliveiraa@hotmail.com); Faculdade de São Lourenço – UNISEPE

Adolescente (ECA) como diplomas de proteção legal para crianças e adolescentes; conhecer o que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) versa sobre o trabalho infantil e a empregabilidade dos menores no país; apontar a Lei 10.097/00 (Lei do Aprendiz) como um dispositivo criado para defender, promover e proteger a empregabilidade de menores, segundo também a visão jurisprudencial.

## Material e Métodos

Adotou-se a pesquisa bibliográfica (GIL, 2008), no qual recorreu-se às doutrinas, legislações, códigos e estatutos. Além disso, considerando a contemporaneidade do tema, utilizou-se de uma revisão literária, fundamentando-se nas publicações literárias eletrônicas recentes (artigos científicos), bem como em pareceres jurisprudenciais.

## Resultados e Discussão

O menor aprendiz (não empregado), conforme o art. 431 da CLT, é considerado como aquela pessoa onde a aprendizagem passa a ser contratada e prestada a uma determinada entidade sem fins lucrativos, conforme o art. 430, III, da CLT, objetivando a assistência ao menor e à educação profissional (FERREIRA, 2001). Caracteriza-se como uma relação de aprendizagem em condição especial, por não se caracterizar como relação de emprego, pois a entidade configura-se como instituição que ministra a (extensão da) aprendizagem (MENDES, 2018).

O ECA garante ao adolescente uma condição de menor aprendiz, desde que este venha a obedecer alguns princípios relacionados, tais como: “garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular; atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente; horário especial para o exercício das atividades” (ARAÚJO, 2014, p.1). Assim, pode-se afirmar lealdade ECA me relação à proteção integral, ao assegurar sob tais princípios direitos inerentes à pessoa humana à criança e ao adolescente, prezando pelo seu direito à educação e pelo seu direito à profissionalização, vindo regular instrumentos de proteção para tais fins, como é o caso da aprendizagem (MENDES, 2018).

Já o menor empregado, de acordo com a legislação trabalhista, é aquela pessoa cuja idade é menor de 18 anos (CLT, at.402), prestando serviços subordinados, de forma continua (relação de emprego conforme prevê os artigos 2º e 3º da CLT), e sob remuneração do empregador, tendo desta forma, todos os seus direitos trabalhistas garantidos de acordo com a previsão da CLT (FERREIRA, 2001). Registra-se que, conforme a CF (art. 7º, XX- XIII), fica

vedado o trabalho do menor de 16 anos na condição de empregado, sendo que enquanto aprendiz, o trabalho é permitido a partir dos 14 anos de idade, previsto constitucionalmente e conforme a legislação trabalhista (art.7º, XXXIII e CLT, art. 403) (MENDES, 2018).

A lei n. 10.097 de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000) veio tratar do novo contrato de aprendizagem, alterando diversos artigos concerne à aprendizagem até então, conforme CF e ECA. Veio, especialmente, adaptar a CF corroborada pelo ECA, trazendo alterações bem significativas – acrescentando o art. 15 da Lei 8.036/90 (Lei do FGTS) o parágrafo 7º, no que se refere ao percentual do depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) relativo ao trabalhador aprendiz reduzindo de 8% para 2% da remuneração paga ou devida (MADUREIRA, 2013).

A validade dos contratos de aprendizagem, a partir do § 1º do artigo 428 da CLT, condicionam-se à anotação da Carteira de trabalho e Previdência Social do adolescente, às matrículas e à contagem de frequência do aprendiz à escola (em casos onde não esteja concluído o ensino fundamental) e inscrição em programas de aprendizagens (cursos) desenvolvidos sob a orientação de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica (MADUREIRA, 2013).

A duração máxima dos cursos de aprendizagem é de 2 anos, e a jornada de trabalho é de 6 horas para os adolescentes que ainda não completaram o ensino fundamental, sendo prorrogada para 8 horas para aqueles que já concluíram esta etapa da educação, na condição de que se computem horas destinadas à aprendizagem teórica (MADUREIRA, 2013).

## **Conclusão**

Embora as tentativas da CLT em relação à proteção do trabalho não tenham sido de extrema eficiência, a doutrina da proteção integral da CF bem como o ECA foram cruciais para o processo da defesa dos direitos da criança e do adolescente em relação ao trabalho infantil, sendo tais direitos aprimorados e garantidos com a aprovação da Lei 10.097/00 (Lei do Aprendiz), assegurados pelo contrato de aprendizagem que veio proporcionar licitude na profissionalização e inserção no mercado de trabalho (mesmo que antecipada) do adolescente. A jurisprudência contemporânea vem se utilizando de tais dispositivos legislativos para se fazer valer a proteção integral da criança e do adolescente no âmbito do laboral.

## Referências

ARAÚJO, Laryce Mayra de. **Construção do direito à profissionalização de adolescentes no ordenamento jurídico brasileiro**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/54090/construcao-do-direito-a-profissionalizacao-de-adolescentes-no-ordenamento-juridico-brasileiro>>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto n. 3.597**, de 12 de setembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3597.htm)>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm)>. Acesso em: 18 set. 2019.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. 7. ed. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARRION, Valentin; CARRIÓN, Eduardo. **Comentários a consolidação das leis do trabalho: legislação complementar jurisprudência**. 39. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

FERREIRA, Elcanor Stange. **Trabalho Infantil**. São Paulo: Ultra, 2001.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Curso de direito do trabalho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MADUREIRA, Maria Cicleide Rosa. **O risco da flexibilização da CLT foco: contrato de aprendizagem. Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 20 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.43080&seo=1>>. Acesso em: 18 set. 2019.

MENDES, Francisco Erivaldo Bertoldo. **Trabalho infantil: menor aprendiz. Revista Jus.Com**, mar. 2018. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/64730/trabalho-infantil-menor-aprendiz>>. Acesso em: 18 set. 2019.

## MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO NO DIREITO DE FAMÍLIA

SANTOS, Janaína Aparecida de Melo <sup>84</sup>, SILVA, Diogo Bacha e

### Introdução

As Constantes evoluções das famílias na sociedade geram grandes conflitos que demandam a intervenção do Direito para soluções, que está abarrotado de processos, dificultando a efetividade e celeridade. Para melhor atender a sociedade, houve a necessidade de inovações e novas propostas jurídicas e inovadoras pelo Novo Código de Processo Civil de 2015. Os métodos de resolução consensuais (autocomposição), trazidas no código, dão atenção especial para efetividade do direito em âmbito familiar.

### Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica objetivou identificar os institutos da mediação e da conciliação como formas de resolução de conflitos no Direito de Família. No qual foram incluídos dados do CNJ acerca do tema e artigos técnicos. Foi consultado o guia de mediação e conciliação Judicial e a resolução 125 do CNJ, bem como sítio eletrônico, com grande enfoque no Justiça em números.

### Resultados e discussão

No Direito de Família, a solução de conflitos demanda à justiça análises e grande atenção, para que se consiga, de fato e de direito, a proposta para resolução e considerando os sentimentos e valores abarcados pelas relações desgastadas familiares que só vem prejudicar as partes interessadas e, conseqüentemente, a sociedade.

---

<sup>84</sup> janaina.amelosantos@gmail.com – Faculdade de São Lourenço.



Desta forma, a autocomposição dos conflitos familiares, por meio da mediação, vem-se mostrando como instrumento eficiente a ser aplicado no Direito de Família, pois vai além de resolver problemas, dito que se interessa pela promoção da satisfação e do bem-estar dos envolvidos, bem como de filhos, enteados e demais familiares que tenham relação com o conflito.

### **Conclusão / Considerações finais**

Os institutos, mediação e conciliação, vêm demonstrar grande colaboração para o judiciário, não somente por dar celeridade aos processos, mas, e principalmente, por dar soluções consensuais, eficientes e adequadas e pacíficas a estes conflitos familiares.

### **Referências**

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 125**, de 29/11/2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm)>. Acesso em: 02 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Guia de Conciliação e Mediação Judicial**: orientação para instalação de CEJUSC. Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/1818cc2847ca50273fd110eafdb8ed05.pdf>>.

\_\_\_\_\_. **Justiça em números 2019**: ano-base 2018. Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça, 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/11/100d387b0339d6d8544a29e30a3b2150.pdf>>

## O RECONHECIMENTO DA DUPLA PATERNIDADE NO REGISTRO CIVIL BRASILEIRO

Silva, Jéssica de Souza<sup>85</sup>; Silva, Diogo Bacha

### Introdução

O Código de Processo Civil (CPC), Lei nº 5.869, foi sancionado em 1973. Na ocasião, o país enfrentava uma ditadura militar, que suprimia diversos direitos e garantias fundamentais (BRASIL, 1973). Como todo processo de evolução, assim procedeu ao Direito com a revogação do Código Civil (CC), em 2002, garantindo amparo às mudanças da sociedade. Este veio servir de instrumento dos doutrinadores e dos legisladores, amparando-os na nova e ampla visão de mundo, e fundamentando a inserção do Direito à realidade da sociedade atual. Após muito anos de discussão parlamentar, o Novo Código Processual Civil (NCPC), Lei nº 13.105/2015 (BRASIL, 2015), foi aprovado, entrando em março de 2016.

Entretanto, sabe-se que, a Constituição Federal (CF) de 1988 é um marco político que vem constituir a República Federativa do Brasil em Estado Democrático de Direito. Contudo, em razão de a Carta Magna ter sido promulgada após a vigência do CPC, muitos institutos processuais civis precisaram se adequar à nova realidade vigente (BRASIL, 1988), principalmente à realidade social enfrentada nos dias de hoje, como é o caso do Direito de Família, considerando a evolução. O conceito de família sofreu inúmeras mudanças com o passar do tempo, especialmente a partir da vigência da Constituição Federal de 1988, reflexo das transformações ocorridas na sociedade. A existência da paternidade socioafetiva passou a ser comum ao mesmo passo que a existência da paternidade biológica, sendo o afeto norteador desta coexistência de constituições familiares.

O fato é que o Direito de Família deu um grande passo com as novidades trazidas pelo CPC/15. Acredita-se que a reedição do referido código tenha vindo a contento, mediante as transições da sociedade e a demanda pela busca de soluções de conflitos de interesses de sujeitos que nela convivem. Com a evolução pela qual a família e as relações familiares vêm passando, na atualidade, o judiciário não teve escapatória, a senão a busca de novos meios e métodos para sanar os conflitos de seus jurisdicionados – como é o caso da demanda pelo direito da dupla paternidade no registro civil, que veio tramitando pelo judiciário nos últimos anos.

---

<sup>85</sup> E-mail: jessica.ssilva1793@gmail.com; Faculdade de São Lourenço – UNISEPE

Não se pode negar que as relações sociais e afetivas, estando as relações familiares incluídas nestas relações, são complexas e adversas nos dias de hoje. Várias situações ainda não previstas por lei surgem em demasia, como é o caso do direito de dupla paternidade no registro civil.

Desta forma, o objetivo geral do presente artigo foi versar sobre a atualidade do reconhecimento da dupla paternidade no registro civil brasileiro; já o específico foi discorrer sobre as possibilidades de coexistência da paternidade biológica e socioafetiva para a manutenção da dignidade da pessoa humana e; trazer pareceres jurisprudenciais atualizados que vem tratando e conduzindo os julgados sobre o assunto no direito brasileiro.

### **Material e Métodos**

Por se tratar de um tema atual, para o cumprimento de seus objetivos, optou-se por pesquisa bibliográfica, no qual foram consultadas algumas obras, artigos, revistas, publicações do segmento jurídico e, principalmente documentos eletrônicos disponíveis.

### **Resultados e Discussão**

Até recentemente, o reconhecimento tanto por parte da doutrina, quanto por parte do judiciário acerca da possibilidade de coexistência entre vínculos parentais biológicos e socioafetivos, isentos dos efeitos do registro civil, sustentaram uma lacuna legislativa em relação à necessidade da dignidade da pessoa humana de reconhecimento registral dessa dupla paternidade (GARCIA; BORGES, 2017).

Assim, a paternidade socioafetiva e, conseqüentemente, a dupla paternidade, mesmo que sem previsão legislativa, vem tendo o reconhecimento doutrinário e jurisprudencial, baseando-se em laços afetivos e sociais que interligam pais e filhos. O que se vem percebendo é o reconhecimento judiciário e jurisprudencial da paternidade socioafetiva, bem como de sua coexistência com a paternidade biológica (GARCIA; BORGES, 2017).

Especificamente, em relação aos julgados, percebe-se a existência de decisões favoráveis em relação ao direito do registro civil da dupla paternidade, onde o argumento principal utilizado pelos magistrados é que qualquer indivíduo tenha o direito constitucional em relação às suas origens, bem como às suas relações de vínculos, baseando-se sempre no princípio da dignidade da pessoa humana, reconhecendo não só a importância da paternidade biológica, como também a importância da afetividade que deve ser inerente em qualquer relação entre pais e filhos (GARCIA; BORGES, 2017).

Sob alegação da busca pela felicidade, no mês de setembro de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) veio dar decisão sobre possibilidade da coexistência da dupla paternidade e sobre os efeitos para o filho, no caso (RANGEL, 2016).

Percebe-se que, a princípio, a Suprema Corte em sua função de interpretação do texto constitucional, partiu do primado da dignidade da pessoa humana, em larga interpretação, assegurando a promoção e a realização do usufruto de ambos os vínculos. Além disso, veio reconhecer que o Direito e as suas leis produzidas devam estar em consonância com a contemporaneidade e compatível com as necessidades oriundas da sociedade. Para o Ministro Relator, o reconhecimento da dupla paternidade representa o alcance de um ideário da família atual e da sociedade (RANGEL, 2016).

## Conclusão

A dupla paternidade vem sendo considerada um caminho comum trilhado no percurso das transformações sociais e jurídicas, como ocorrido em decisão recente do Supremo Tribunal Federal, com repercussão nacional. O princípio da dignidade da pessoa humana vem sendo preceito fundamental para o reconhecimento da coexistência da paternidade biológica e da paternidade socioafetiva, não permitindo distinção ou hierarquia entre as mesmas, sendo um direito garantido pela constituição, para que todos os envolvidos possam ter direitos e deveres a uma vida digna e da forma mais justa possível. Concluiu-se que os tribunais vêm julgando favoravelmente em prol deste direito à dupla paternidade, entendendo recentemente que possa ser garantido mediante autorização para sua existência no registro civil.

## Referências

BRASIL. Casa Civil. **Lei n. 5.869**, de 11 de janeiro de 1973. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5869.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.105**, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 10 set. 2019.

GARCIA, Angélica Azeredo; BORGES, Fabiana. **A multiparentalidade no registro civil. XII Seminário Nacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade**

Contemporânea. 2017. Disponível em:  
<<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/16933>>. Acesso em: 10 set. 2019.

RANGEL, Tauã Lima Verdán. O reconhecimento da dupla paternidade e o princípio constitucional da busca pela felicidade: primeiras considerações ao Recurso Extraordinário nº 898.069. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 153, out. 2016. Disponível em: <  
[http://ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=18048&revista\\_caderno=14](http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18048&revista_caderno=14)>. Acesso em: 10 set. 2019.

## A INADIMPLECIA DO ESTADO FRENTE AOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DOS ADVOGADOS DATIVOS E AS CONSEQUENCIAS NA CORMARCA DE CRUZILIA

Silva, Johnny Willian Arantes<sup>86</sup>; Gastar, Silvana Santos<sup>87</sup>

**Palavras-chaves:** Advogados Dativos, Negligência do estado de Minas Gerais, Consequência na Comarca de Cruzília/MG.

### Introdução

Toda pessoa que deseja mover uma ação judicial, em regra deve primeiramente recolher as custas que são exigidas no início da ação pretendida. Mas regra tem sua exceção, neste caso o instituto da assistência judicial integral e gratuito aos que comprovarem insuficiência de recurso conforme dispõe a Constituição Federal no seu artigo 5º, inciso LXXIV “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

Esse direito e garantia fundamental é prestado pela Defensoria Pública, instituição permanente essencial a função do estado. No estado de Minas Gerais a um grande volume de processo que deveria ser a parte assistida pela Defensoria Pública, mas por conta de não haver defensores em toda comarca do estado faz necessário que entrem em cena a figura do advogado dativo. Profissional que presta assistência fazendo a função de defensores. Esses advogados são profissionais inscritos na subcessão da OAB da comarca são remunerados pelo estado através de convênio firmado com a OAB.

Ocorre que nos últimos anos esses profissionais não vêm recebendo pelos serviços prestados fazendo com que na maioria das vezes eles acabam não aceitando a nomeação. Com isso dificulta o acesso à justiça das pessoas mesmo favorecidas nos lugares onde não há defensoria e necessita do advogado dativo, como é o caso de Cruzília/MG.

### Metodologia

O projeto tem o seu desenvolvimento na Vara Única da Comarca de Cruzília/MG.

O trabalho ora pesquisado pretende demonstrar que o acesso à justiça, direito constitucional, que vem sendo prejudicado em relação às pessoas carentes. Tal pesquisa chama atenção ao presenciar casos na comarca de Cruzília. Situação poderá ficar ainda mais complicada com o novo sistema eletrônico, uma vez que as partes não estão tendo de certa forma acesso aos autos e contato com os advogados, porque tal sistema permite que o profissional peticione do próprio escritório, não mais sendo necessário ir até fórum para protocolar os pedidos.

<sup>86</sup> Graduando em Direito – Faculdade de São Lourenço-Unisepe – johnny-willian@hotmail.com

<sup>87</sup> Professor Orientador – Silvana Santos Gaspar

Pretende-se, em entrevista com os Advogados que atuam na Comarca, de certa forma incentiva-los e tornar ou fazer que os assuntos tenha um alcance maior, a fim de que resolva a questão no Estado, bem como na comarca.

## Resultados

Portanto, a fim de que não acabe a comarca ficando sem defensores dativos, busca-se em melhorias na comarca, ficando os profissionais acomodados para a prestação do “múnus”.

## Considerações finais

Em ambiente sem muitas dificuldades para os exercícios da profissão e incentivos em promover à busca e acesso a justiça, contribui para uma melhor análise e divulgação para que o Estado tome conhecimento e resolva a questão dos honorários advocatício dos dativos.

## Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>.

BRASIL. **Lei n. 1.060 de 05 de fevereiro de 1950**. Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L1060.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1060.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2011;

## A REGULAMENTAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO E SEUS ASPECTOS CONTROVERSOS.

Rocha, José Lucas<sup>88</sup>; Jodar, Cláudio Henrique Urbanavícios <sup>89</sup>

**Palavras-chaves:** Gratuita, Sucumbência, Acesso à Justiça, Reforma Trabalhista.

### Introdução

Aqui talvez se esteja diante de uma das mais nefastas previsões da Lei nº 13.467/17, pois a sucumbência recíproca é a antítese da razão de existência mesma de um processo do trabalho, ao menos nos moldes propostos. (MAIOR; SEVERO, 2017, p. (319).

Em vez de inibir demanda infundada, a cobrança de custas e despesas processuais ao beneficiário de justiça gratuita enseja intimidação econômica ao demandante pobre, por temor de bloqueio de créditos alimentares essenciais à subsistência, auferidos no processo, para pagar honorários periciais e advocatícios de sucumbência. (2017, p. 62).

Objetiva-se com esse projeto analisar as mudanças incorporadas em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 13.467/2017, no que tange a regência normativa da justiça gratuita, bem como examinar as alterações realizadas pelo artigo 791 – A, da Consolidação das Leis do Trabalho, o que permitiu a concessão de honorários advocatícios de sucumbência, e se tais alterações são compatíveis com os princípios e com o texto Constitucional, que assegura como direito fundamental a assistência jurídica integral e gratuita e o acesso à justiça (art. 5º, LXXIV, XXXV).

### Metodologia

Realizou-se pesquisa bibliográfica com embasamento teórico em artigos científicos, jurisprudências e livros, sendo utilizada entre outros, em seu desenvolvimento, os métodos de abordagem serão o comparativo e histórico, além de métodos qualitativos. Com relação aos objetivos será explicativa em que os honorários sucumbenciais serão fatores determinantes à mitigação ao acesso à justiça.

---

<sup>88</sup> Graduando em Direito – Faculdade de São Lourenço – joselucas.rocha@gmail.com

<sup>89</sup> Cláudio Henrique Urbanavícios Jodar



## Resultados

Após a análise, constata-se que os honorários advocatícios sucumbenciais passaram por alteração significativa no Direito do Trabalho, passando a ser devidos quando da mera sucumbência, mesmo sendo beneficiário da gratuidade da justiça, podendo ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais se seus pedidos forem julgados improcedente totalmente ou em parte.

Denota-se a inconstitucionalidade do art. 791-A da Consolidação das Leis do Trabalho, pois impõe restrições às garantias fundamentais de assistência jurídica integral e gratuita (art. 5º, LXXIV) e do acesso à Justiça (art. 5º, XXXV), afronta também os princípios constitucionais, como os elencados no artigo 1º, III, IV, artigo 3º, I, III e artigo 5º, *caput*. O trabalhador com medo e receio de acionar a justiça, mesmo com demandas lastreadas em direitos legítimos, não terá acesso à Justiça.

## Considerações finais

A matéria em tela, vem recebendo diferentes interpretações nos órgãos jurisdicionais da Justiça do trabalho, portanto, não se trata de matéria pacificada nos tribunais, conseqüentemente gerando intensos debates tanto técnicos como políticos. A ADI 5766 que certamente pacificara o tema aguarda julgamento no STF, até o momento dois ministros proferiram seus votos, o Relator Ministro Luís Roberto Barroso julgando parcialmente procedente a ADI e o Ministro Luiz Edson Fachin pela procedência da ADI.

## Referências

S.T.F. **Ação direto de inconstitucionalidade nº 5766/DF**. Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=5250582>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; SEVERO, Valdete Souto. **O acesso à justiça sob a mira da reforma trabalhista: ou como garantir o acesso à justiça diante da reforma trabalhista**. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região. Belo Horizonte, edição especial, p. 289-332, nov. 2017.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 14 out. 2019.

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> Acesso em: 14 out. 2019.

## TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL.

Larissa Fátima de Souza<sup>90</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>91</sup>

**Palavras-chave:** Tráfico internacional de pessoas. Exploração sexual. Crime.

### Introdução

O tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual é uma das mais graves violações aos direitos humanos e caracteriza-se, entre outros fatores pela alta complexidade e por atingir, em sua maioria, mulheres e crianças.

A prática tem crescido nos últimos anos devido à sua alta lucratividade e por fatores como conflitos armados, que intensificam o fluxo de refugiados, e problemas ligados a imigração causada pela escassez econômica.

### Objetivos

A presente pesquisa buscou, pois, analisar a problemática do tráfico internacional de pessoas sob a ótica do direito penal. Especificamente, visou descrever, de forma sucinta um panorama acerca do fenômeno do tráfico internacional de pessoas e, em seguida, identificar a legislação pertinente ao tema, em âmbito internacional e nacional.

### Metodologia

Foi realizada revisão bibliográfica e pesquisa documental (legislativa). A pesquisa fez uso, ainda, em seu desenvolvimento, dos métodos de abordagem dialético, comparativo e histórico. Utilizou, outrossim, o método qualitativo.

### Discussão

O tráfico de pessoas é uma forma de violência que afeta milhões de pessoas de grupos vulneráveis no mundo inteiro. Em consonância com o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborado pela Secretaria Nacional de Justiça:

---

<sup>90</sup> Graduanda em Direito - Faculdade de São Lourenço – email: larissa\_souza1803@hotmail.com

<sup>91</sup> Professor Orientador - Faculdade de São Lourenço – email: rphi@uol.com.br

Traficar pessoas é uma das maiores violações de direitos humanos que a humanidade vivenciou e ainda vivencia. Tomar o ser humano como mercadoria, fazê-lo objeto de exploração, é crime que assola o mundo inteiro e que deve ser combatido com ações de repressão e prevenção, além de se garantir atendimento digno e eficaz às vítimas (BRASIL, 2013).

Compreendendo, na prática todas as ações criminais motivadas pelo lucro e empreendidas por grupos organizados, envolvendo mais de um país, podem ser mencionadas como formas de crimes transnacionais o tráfico ilícito de drogas, o contrabando de migrantes, o tráfico de pessoas, a lavagem de dinheiro, o tráfico ilícito de armas de fogo, de vida selvagem e de bens culturais.

### Conclusão

A principal conclusão obtida foi que no Brasil a Lei correspondente ao tráfico de pessoas é relativamente nova (de 2016) ela já se faz “obsoleta” no quesito repressão já que em sua maioria não introduz nenhum mecanismo legal penalizando diretamente os criminosos, a mesma apenas cita mecanismos ao qual direcionam as vítimas a órgãos, ONGs e afins com intuito de tentar dar uma vida social descente nestes estão situados, tratamentos médicos, psicológicos, sociais como a aquisição de novos documentos e se necessário dando o básico do básico para a formação de uma nova vida.

### Referências

BRASIL. Decreto nº 5.015, de 12 de março de 2004. Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm)>. Acesso em: 07 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Lei do Crime Organizado**. Brasília, DF, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12850-2-agosto-2013-776714-norma-pl.html>>. Acesso em: 3 out. 2019.

PLANALTO, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113344.htm)

## (IN) EXISTÊNCIA DO ESTUPRO MARITAL E COMO O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS TRATA O ASSUNTO.

Galvão, Larissa Junqueira <sup>92</sup>, Jodar, Claudio Henrique Urbanavicius

### Introdução

O presente trabalho trata de uma realidade que algumas mulheres não conhecem ou então não dão a importância necessária para o caso por acreditar que a situação pode melhorar ou então que seu marido está certo pois é seu dever durante o casamento cumprir as vontades sexuais do marido.

Ocorre que estupro independe da proximidade do sujeito ativo e passivo, que mesmo durante um matrimônio o crime pode ocorrer, pois ninguém pode ser obrigado a fazer algo que não queira, e o presente crime viola a dignidade da pessoa humana e a dignidade sexual da pessoa, dois dos princípios mais importantes no ordenamento jurídico do Brasil.

O crime de estupro ocorre quando uma pessoa usa de violência ou grave ameaça para se satisfazer sexualmente com a vítima, mesmo que essa não consiga fazer nada para impedir o ato, não significa que ela queria passar por isso, já que na maioria das vezes a vítima passa por uma situação de pânico com a violência ou a ameaça praticada durante o ato.

Quando o crime de estupro é praticado por algum ente familiar, pode ocorrer aumento de pena do sujeito ativo do crime, e não existe nenhuma excludente do crime de estupro quando este for praticado durante o matrimônio, sendo o cônjuge totalmente responsável pelo crime praticado e respondendo por este.

Além da previsão no Código Penal o crime de estupro praticado no âmbito familiar tem respaldo na Lei Maria da Penha, onde há previsão expressa em que nos mostra que qualquer ato sexual praticado sem o consentimento da mulher é caracterizado como crime.

Muitas mulheres tem medo de não conseguir provar que estava sofrendo violência sexual, pois normalmente o ato acontece no silêncio do lar e ninguém além deles sabe o que está acontecendo, inexistindo testemunhas ou outra prova, sendo necessário nesses casos avaliação psicológica e exame de corpo de delito, o que faz com que as vítimas já traumatizadas sexualmente não queiram realizar a denúncia, além de que a maioria das mulheres que deixa de

---

<sup>92</sup> [Larissajunqueira96@outlook.com](mailto:Larissajunqueira96@outlook.com), Faculdade São Lourenço

denunciar sofre algum tipo de ameaça por parte de seu marido, seja envolvendo sua vida ou então terceiros.

Atualmente ainda existe dificuldade na esfera de denúncias envolvendo o estupro marital, mas as que são feitas são julgadas conforme a doutrina contemporânea admitindo a possibilidade de ocorrer o estupro durante o matrimônio, e com isso a jurisprudência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, vem decidindo que há possibilidade de ocorrer estupro durante o casamento e que tal crime não deve ter qualquer tipo de excludente de ilicitude, pois não está previsto tal possibilidade no nosso ordenamento jurídico.

### **Materiais e métodos**

Durante a pesquisa para a presente monografia, foram utilizadas diversas doutrinas, que abrangem tanto a possibilidade de ocorrer o estupro marital quanto as doutrinas mais antigas em que consideravam a relação sexual sem consentimento da esposa uma simples maneira de fazê-la cumprir sua obrigação como mulher.

Foram utilizadas as Leis que dizem respeito ao tema, sendo eles a Lei Maria da Penha, a Lei dos Crimes Hediondos e o Código Penal que tem previsto em um capítulo específico os crimes contra a dignidade sexual.

O site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, onde foi feita a pesquisa de casos que ocorreram o estupro durante o matrimônio e as decisões dadas a eles.

### **Resultados e discussão**

Muitas pessoas ainda vão de acordo com algo antiquado enraizado de que a relação sexual faz parte do casamento por obrigação, o que não é verdade, cabe a pessoa independente do matrimônio, decidir se quer ou não manter relação sexual com o outro, e quando um dos cônjuges se sentir incomodado com a situação de o outro não querer manter relação sexual este pode pedir divórcio, mas nada o dá direito de obrigar a outra pessoa a ter relação sexual para se satisfazer.

Existe divergência doutrinária acerca do tema onde autores mais antigos desconsideram o estupro quando o marido quer suprir suas vontades sexuais com sua esposa, já que ela está em um débito conjugal, dando a ele o direito de fazer o que quiser sem o consentimento da mesma, nesse contexto NÉLSON HUNGRIA afirmava a respeito:

Questiona-se sobre se o marido pode ser, ou não, considerado réu de estupro, quando, mediante violência, constrange a esposa à prestação sexual. A solução justa é no sentido negativo. O estupro pressupõe cópula ilícita (fora do casamento). A cópula *intra matrimonium* é recíproco dever dos cônjuges. (...) O marido, violentador, salvo excesso inescusável, ficará isento até mesmo da pena correspondente à violência física em si mesma (excluído o crime de exercícios arbitrário das próprias razões, porque a prestação corpórea não é exigível judicialmente), pois é lícita a violência necessária para o exercício regular de um direito. (HUNGRIA, 1983, p.114).

Porém a corrente doutrinária contemporânea admite o estupro durante o casamento, pois no ordenamento jurídico não há nenhuma exclusão do crime quando os agentes tiverem relação conjugal, muito pelo contrário, sendo inclusive a relação motivo para majorar a pena do crime. O doutrinador Fernando Capez segue essa linha de entendimento, ressaltando que independente da posição ocupada pelo sujeito ativo, este quando violar a dignidade e a liberdade sexual já estará cometendo um crime:

Qualquer interpretação contrária constitui grave violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Importa mencionar que, se a esposa se recusa continuamente a realizar congresso carnal, o esposo poderá lançar de instituto previsto na lei civil, qual seja a separação judicial, em virtude de grave violação dos deveres do casamento que torne insuportável a vida em comum; jamais poderá obrigá-la violentamente à prática do ato sexual. Ressalva-se que, tendo sido praticado ou tentado o estupro, poderá a mulher pedir a separação judicial (Código Civil, art. 1573) diante da impossibilidade da comunhão de vida. (CAPEZ, 2012, p. 51)

Mas mesmo com a evolução legislativa, muitas mulheres desconhecem ou temem denunciar seus cônjuges, pois sofrem ameaças de morte, ameaças envolvendo seus filhos ou terceiros próximos a ela, além de muitas vezes a mulher depender financeiramente ou emocionalmente do marido, fazendo com que ele se sinta em uma posição de mais poder que ela e fazendo com que ela acredite nisso tanto quanto ele.

Mesmo ocorrendo tanta dificuldade nos meios probatórios desse crime, a palavra da mulher tem muita força, sendo ela amparada por medidas que as protegem previstas na Lei Maria da Penha, que visa amparar toda e qualquer violência no âmbito familiar. A respeito desse tema NUCCI alerta:

Não se desconhece, por certo, a dificuldade probatória que advém sobre um estupro cometido no recanto doméstico, inexistindo muitas vezes, testemunhas da violência ou grave ameaça, mas também porque singela alegação do cônjuge por ter sido vítima de estupro pode dar margem a uma vindita de ordem pessoal, originária de conflitos familiares. (NUCCI, 2010, p. 907).

No Tribunal de Justiça de Minas Gerais o posicionamento quanto ao crime de estupro marital é unânime quanto a sua possibilidade de ocorrer, não havendo nenhuma excludente do crime, fazendo com que o sujeito ativo do crime cumpra suas sanções independentemente de ser casado com a vítima.

### **Conclusão / Considerações finais**

Mesmo com os avanços da Legislação que protege a mulher da violência doméstica, muitas ainda desconhecem seus direitos, ou então não conhece as medidas que podem ajudá-las a se proteger de qualquer violência ou ameaça.

A satisfação sexual durante o casamento para muitas pessoas é uma das obrigações do casamento, fazendo com que o crime de estupro marital seja desconhecido já que a desculpa para cometer o crime é que a mulher tem a obrigação de cumprir a vontade de seu marido, pois se casou com ele.

O tema merece uma visibilidade maior, estando sempre em discussão para o maior conhecimento das mulheres quanto aos seus direitos, para que todas saibam que seja qualquer tipo de ameaça e qualquer tipo de dependência do marido pode ser mudada, fazendo com que ela tenha uma vida normal e sem passar por qualquer violência em seu dia a dia.

Muitos homens fazem ameaças as suas esposas para conseguir praticar atos sexuais com elas sem consentimento, sendo ameaças diretas ou indiretas, além de que muitos usam de força física para obrigar sua esposa a ter relação sexual com ele, além de que muitos iludem a mulher com uma futura mudança, o que ocorre na minoria das vezes e enquanto aguarda por isso a mulher se submete a essa situação.

Muitas mulheres se sentem desmotivadas devido a falta de provas do crime, e com isso tem medo do que a sociedade vai pensar caso ela faça uma denúncia mas não consiga que seu

marido seja responsabilizado pelos seus atos criminosos, fazendo com que isso a desencoraja de procurar a Justiça.

Felizmente, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais tem a visão da doutrina que considera como estupro a prática de ato sexual sem o consentimento da mulher, pois tal ato fere a dignidade da mulher como pessoa e a dignidade sexual da pessoa, pois ninguém é obrigado a fazer nada que não queira independente de quem seja o sujeito ativo do crime.

O crime de estupro marital deve ser tratado como qualquer outro crime de estupro, as mulheres devem ser conscientizadas sobre a possibilidade de esse crime ocorrer com ela, e saber todas as medidas que pode tomar para que esse crime seja conhecido pela Justiça e julgado da maneira correta e justa.

## Referências

BRASIL. CÓDIGO PENAL. . **Artigo 213**. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)>. Acesso em: 07 dez. 1940.

BRASIL. Presidente da República. **LEI 8.072 de 1990**. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8072.htm)>. Acesso em: 25 jul. 1990.

BRASIL. PRESIDENTE DA REPUBLICA. . **Lei 12.015/09**. 2009. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818585/lei-12015-09>>. Acesso em: 07 ago. 2009.

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal, volume 3, parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública (213 a 359 H). 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GAMA, Paulo Calmon Nogueira da. **Jurisprudência**. 2018. Disponível em: <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=2&totalLinhas=4&paginaNumero=2&linhasPorPagina=1&palavras=APELA%C7%C3O%20CRIMINAL%20-%20ESTUPRO%20MAJORADO&pesquisarPor=ementa&orderByData=2&listaRelator=0-86298&listaClasse=9&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadastradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&>>. Acesso em: 19 out. 2018.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a dignidade sexual aos crimes contra a administração: 16 ed. São Paulo – (coleção sinopses jurídicas; V. 10) Saraiva 2012.

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial, volume III. 14. ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2011.



HUNGRIA, Nélon. LACERDA, Romão de Côrtes de. Comentários ao Código Penal. v. VIII. Rio de Janeiro: Forense, 1954. p. 114.

Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

MINAS GERAIS. ANTONIO CARLOS CRUVINEL. .Jurisprudência.2010. Disponível em: <<https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?&numeroRegistro=1&totalLinhas=26&paginaNumero=1&linhasPorPagina=1&palavras=estupro%20extin%E7%E3o%20punibilidade%20casamento&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&pesquisaPalavras=Pesquisar&>>. Acesso em: 24 fev. 2010.

NUCCI, Guilherme. Crimes Contra a Dignidade Sexual: comentários à Lei nº 12.015 de 07 de agosto de 2010. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

## A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Laura de Lima Pinto

### Introdução

O presente estudo visa analisar questões sobre violência obstétrica, uma violência pouco conhecida, porém uma prática antiga tratada pela maioria das pessoas com naturalidade, tornando assim sua difícil caracterização, por isso se faz necessário e indispensável a criação de leis que possa garantir a proteção da mulher na gestação, no parto e puerpério. A pesquisa do presente estudo é de caráter bibliográfico de doutrina e artigos científicos publicados.

### Relatos de Violência Obstétrica

“Quando o médico chegou, pedi para deixar o meu marido entrar. Ele não quis deixar, mas meu marido estava com o papel da Lei que permite acompanhante no parto e ele mostrou para o médico. O médico se virou para o meu marido e disse: ‘Então eu vou embora e você faz o parto’.” Fabiana, Barbacena (MG) (CARTILHA VIOLENCIA OBSTETRICA É VIOLENCIA CONTRA A MULHER)

“Eu digo pras grávidas: ‘se não ficar quieta, eu vou te furar todinha’. Eu agüento esse monte de mulher fresca?” T., técnica de enfermagem relatando o procedimento de colocar o soro durante o trabalho de parto, Itaguaí-RJ (PARTO DO PRINCÍPIO, 2012 PAG 134)

Destaca-se a violência obstétrica como um tipo específico de violência contra a mulher, e estar livre de violência baseada em gênero deve incluir a violência obstétrica pois ela está muito presente na vida da mulher e muitas das vezes não é identificada.

Desde os primórdios da humanidade, a mulher vem sendo penalizada pelo ato de dar à luz. Na bíblia em Gêneses 3, Versículo 16; relata que devido ao pecado de Eva e Adão a mulher teria o parto ou daria luz a criança sentindo muita dor, sendo multiplicada suas dores. A Bíblia relata que: “*E a mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e a tua concepção: com dor terás filhos e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará*” (Gn, 3:16).

Durante o pré-natal, parto e mesmo pouco tempo depois de dar à luz, mulheres são vítimas de agressões sutis, disfarçadas de protocolos médicos e, muitas vezes, carregadas de discriminações.

Dentre as formas de violência obstétrica pode-se destacar algumas entre as principais: abusos físicos; imposição de intervenções não consentidas; cuidado não confidencial ou privativo; discriminação baseada em certos atributos; abandono, negligência ou recusa de assistência.

O fato é que está havendo uma cópia do pensamento antigo e cultural de que a sociedade imatura e de profissionais da saúde levam a mulher a violência obstétrica e de gênero, sendo que a dor é inerente à experiência de dar à luz mesmo antes do parto. A violência contra a mulher está presente em todo o mundo e de várias formas

O Brasil tem uma das mais altas proporções de cesarianas do mundo: 55% dos nascimentos são por via cirúrgica. Na rede particular, esse número salta para 83%. As cesárias são necessárias quando o trabalho de parto não evolui e pode colocar em risco a mãe ou o bebê.

O que é a Violência Obstétrica? Entende-se por violência obstétrica como “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado.” (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, 1994).

## **Conclusão**

As mulheres ignoram que suas experiências são de violência obstétrica, pois naturalizam suas vivências de sofrimento como um destino do corpo que se reproduz, os profissionais rejeitam o conceito tomando-o como uma ofensa. Diante da dificuldade de se comprovar a violência obstétrica, seja por xingamentos e palavras e ou de procedimentos desnecessários até mesmo na sala de parto, deve o Estado investir em políticas que visam conscientizar a população e os profissionais de saúde sobre os direitos das gestantes e os impactos que esse tipo de violência pode trazer tanto para mãe como para o bebê buscando sempre humanizar o parto, não basta apenas dar o nome ou caracteriza-la, mas combate-la, e identifica-la dentro do projeto de humanização a mulher, que está merecendo. A violência contra a mulher não deve ser tolerada, e o mesmo vale para a violência obstétrica Mesmo apesar de não existir uma lei específica para esse tipo de violência, é importante que a sociedade e o Estado abordem este tema e com ações informativas para conscientizar as mulheres e os profissionais de saúde sobre essas condutas consideradas desnecessárias e abusivas, a fim de garantir a excelência na prestação dos serviços e valorização da dignidade humana.

## Bibliografia

BÍBLIA. Português. Bíblia sagrada. Revisão de Almeida Revista e Corrigida e com a permissão SBB. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2013. 1ª Edição.

<https://www.partodoprincipio.com.br/cartilhas> acesso em 14/09/2019 às 17:23

[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0036\\_03\\_06\\_2008\\_rep.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2008/res0036_03_06_2008_rep.html)

<https://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2018/12/12/violencia-obstetrica-e-realidade-em-muitas-maternidades-brasileiras.ghtml> PEREIRA *apud* Oliveira SMJV, Miquilini EC. Frequência e critérios para indicar a episiotomia. Rev Esc Enferm USP. 2005; 39:288-95. Borges BB, Serrano F, Pereira F – Episiotomia: uso generalizado versus selectivo. Acta Médica Portuguesa. Lisboa. ISSN 0870-399X. 2003; 16(6):447-54.

## A IGUALDADE DE GÊNERO NOS CONTOS DE FADAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO FILME VALENTE

Castilho, Lectícia Péttine; Philippini, Ana Claudia Moreira Miguel

### Introdução

A presente investigação tem por escopo analisar sob a ótica do filme “Valente” dos Estúdios Disney, como é retratada a imagem feminina e a igualdade dos sexos perante a sociedade mais antiga até o presente momento e assim averiguar como as relações de gênero são enfrentadas. Foi escolhido o filme acima citado para que seja melhor desenvolvida a análise do olhar das relações de gênero na sociedade, já que em 1937 quando “Branca de Neve e os Sete Anões” foi produzida, a época retratava mulheres como seres que constituíam o lar, cuidavam do marido e se preocupavam exclusivamente com a casa e a beleza. Branca de Neve então nasceu como a primeira princesa da Disney, fugindo da Bruxa Má, limpando a casa de sete homens e sendo colocada na vitrine de um caixão de vidro para que um belo dia, um homem passasse por ali e a salvasse. Décadas mais tarde, em 2012, foi produzido o filme Valente, que traz a princesa de uma forma completamente diferente. Merida é vista como uma princesa rebelde, quebrando os paradigmas da Branca de Neve, cavalgando pela noite, cabelos rebeldes, grande habilidade em arco e flecha e nenhuma vontade de casar. Em “Valente”, a princesa se salva do casamento arranjado e mostra aos seus telespectadores que para ser uma princesa, é necessário apenas ser quem se é, deixando claro que como já dito por Beauvoir em seu livro “O segundo sexo” - 1949: *“ninguém nasce mulher, torna-se mulher”*, tudo por conta da construção social imposta pela sociedade. Em que pese os avanços jurídicos, existem ainda muitos paradigmas entre homens e mulheres, restringindo o ser humano como um todo. Tanto mulheres quanto homens, são limitados a certas ações desnecessárias, causando um grande atraso evolutivo além de trazer inúmeros problemas para ambos os sexos.

### Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a igualdade de gênero nos contos de fadas, na ótica do filme Valente, na qual foram incluídos doutrina jurídica sob o tema e artigos técnicos. Foi utilizada ainda, como metodologia a pesquisa documental, sítio eletrônico e vídeos. Em especial o filme “Valente” dos Estúdios Disney.

## Resultado e discussão

A investigação foi dividida em três partes. A primeira elucida o papel da mulher na sociedade de antigamente até os dias atuais, abordando como era a relação entre marido e mulher, como as viúvas lidam com o corpo social e por fim como é a relação da mulher com a sua própria família quando jovem e solteira. Além disso, também explana sobre o compromisso do país e a legislação nacional. Em sequência, o trabalho vem nos mostrar como o filme *Valente* lida com as representações de gênero. Por conseguinte, deslinda sobre o casamento infantil em contraponto com contos de fadas.

## Conclusão

Dada à importância do presente tema, consegue-se perceber que há ainda muito a ser analisado, percebido e desconstruído nas relações de gênero. Com o filme *Valente* consegue-se observar a evolução na diminuição das desigualdades entre homens e mulheres.

O estudo trouxe a possibilidade de verificar a realidade no passado e nos dias atuais e, juridicamente, a lei se mostrou bastante abrangente com relação ao tema. No entanto, as normas não são amplamente praticadas pela sociedade no geral.

Foi possível constatar a partir dos artigos, notícias e doutrinas mencionadas no artigo que ainda há muita divergência cultural entre homens e mulheres e que tais divergências só serão sanadas a partir do diálogo e estudo entre as pessoas para que cheguem a um ponto em comum e assim possam atingir a igualdade política, econômica e social entre os sexos.

## Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- SAAD, Martha Solange Scherer. **Mulher, sociedade e direitos humanos: homenagem à professora doutora Esther de Figueiredo Ferraz**. São Paulo: Rideel, 2010.
- BRAVE. S.i: Pixar Animation Studios, 2012. Color.
- Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- Assembleia Geral da ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948.

## A (DES) HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO: RELEITURA DA CONJUNTURA E DE SUAS IMPLICAÇÕES JURÍDICO-SOCIAIS

Ferreira, Leonardo da Silva <sup>93</sup>, Mateus, Rony Amaral <sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Sistema prisional. APAC. Humanização. Ressocialização.

### Introdução

O descaso como o sistema prisional pátrio é assunto de extrema relevância social, o sistema apresenta-se com muitas falhas e equívocos em seus propósitos, e o que deveria ser um instrumento de ressocialização, muitas vezes funciona como escola do crime, devido à forma como é tratado pelo estado e pela sociedade (GUIMARÃES, 2016).

“Analisando o sistema prisional tradicional através dos altos índices de violência e reincidência, pode-se inferir que tal sistema é falho e não cumpre com os objetivos traçados de repressão, punição e ressocialização do condenado” (ABREU; ALVES; VELOSO, 2016, p.1).

A metodologia APAC embasa-se no estabelecimento de uma disciplina rígida, qualificada por respeito, ordem, educação, trabalho e envolvimento da família do sentenciado (OTTOBONI, 2006).

A conjuntura é marcada por um sistema prisional polêmico e conturbado. Assim, a humanização e ressocialização se fizeram tema do presente artigo, motivado por algumas questões investigativas: quais os principais problemas enfrentados pelo modelo carcerário adotado atualmente no Brasil? É possível uma mudança de tal realidade desumanizada de dentro dos presídios superlotados? O método APAC pode ser considerado uma possível solução e proposta humanizada para o sistema carcerário nacional?

Pode-se compreender que o método apaqueano se difere do método de execução penal tradicional pela imprescindibilidade da relação que se fundamenta a proposta desta uma metodologia – uma proposta de humanização da pena privativa de liberdade e a ressocialização do indivíduo que passa pela sanção punitiva. A APAC, junto aos seus doze elementos, busca uma

---

<sup>93</sup> Graduando em Direito- Faculdade São Lourenço – [leoferreira456@hotmail.com](mailto:leoferreira456@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Orientador – [ronyamaryl@yahoo.com.br](mailto:ronyamaryl@yahoo.com.br)

recuperação gradual aos presos (apenados), a proteção da sociedade, o socorro às vítimas e, principalmente, a promoção da justiça.

## Metodologia

Em busca de respostas, mediante uma revisão de literatura, objetivou-se, por meio de pesquisa bibliográfica (revisão literária) explicar sobre a realidade desumana do sistema carcerário no Brasil. Para tanto, o presente projeto baseou-se na lei de execução penal (LEP) para descrever o modelo ideal de tratamento aos reclusos, bem como buscou entender e analisar a metodologia de execução da pena aos condenados das APAC's. Além disso, percorreu jurisprudências e súmulas do poder judiciário a fim de demonstrar conflitos de entendimentos e a gravidade das condições de progressão de regime, respectivamente.

## Discussão

Diante da tenebrosa situação constatada no sistema prisional tradicional, a franca discussão acerca da sua eficácia, conveniência e custo-benefício entram em jogo quando a “disputa” é realizada com a metodologia APAC.



Figura 1 – Custo de manutenção mensal de um preso nos sistemas prisionais  
Fonte: Brasil, CNJ (2017).

A avaliação do custo (e do benefício) dos sistemas prisionais, não deve somente ser realizada a um cunho monetário, não podendo deixar de se considerar os prejuízos pessoais, morais e humanos (ABREU; ALVES; VELOSO, 2016).



Entretanto, considerando que em todas as situações, sempre existem mais de um parecer e argumentações distintas, como é o caso de Falcão e Cruz (2015), que criticam o método APAC ao ponderarem que ele não é apropriado a qualquer preso, não atendendo às necessidades da população prisional como um todo.

### Conclusão / Considerações finais

Concluiu-se que o método apaqueano pode ser capaz de ofertar condições humanizadas para o cumprimento da pena, garantindo a ressocialização dos recuperandos e suas reintegrações à sociedade por meio da educação e do trabalho e, desta forma, contribuindo efetivamente e eficazmente para a sua verdadeira recuperação. Concluiu-se que incida aí, uma tentativa de solucionar e propor soluções para, senão resolver, amenizar a problemática da execução penal, como alternativa viável à garantia da efetividade do caráter ressocializador da pena e a consecução dos princípios e garantias dos direitos humanos.

### Referências

ABREU, Beatriz Reis Abreu; ALVES, Maria Clara Silveira Alves; VELOSO, CynaraSilde Mesquita Veloso. O método APAC como forma de garantir a efetivação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da individualização da pena. **Juris Way**, 17 mai. 2016. Disponível em: <[https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=17142](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=17142)>. Acesso em: 1 out. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios. **Notícias do CNJ**, 7 abr. 2017. Disponível em; <[http:// https://www.cnj.jus.br/apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-que-nos-presidios/](http://https://www.cnj.jus.br/apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-que-nos-presidios/)>. Acesso em: 9 out. 2019.

FALCÃO, Ana Luísa Silva; CRUZ, Marcus Vinícius Gonçalves da. O Método APAC – Associação De Proteção e Assistência aos Condenados: Análise Sob a Perspectiva de Alternativa Penal. **VIII Congresso CONSAD de Gestão Pública**, Brasília, p.1-26, maio 2015. Disponível em: <[http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1294/1/o método apac – associação de proteção.pdf](http://banco.consad.org.br/bitstream/123456789/1294/1/o_método_apac_-_associação_de_proteção.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2019.

GUIMARÃES, Alanna Cristine Batista. Humanização do sistema prisional no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n. 146, mar 2016. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=16909&revista\\_cademo=22](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=16909&revista_cademo=22)>. Acesso em: 1 out. 2019.

OTTOBONI, Mario. **Vamos matar o criminoso?**Método APAC. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

## **AS CONSEQUENCIAS DO PROCESSO PENAL E DA PRISÃO PREVENTIVA EM FACE DOS PRINCÍPIOS DA DURAÇÃO RAZOAVEL DO PROCESSO E DA PRESUNÇÃO DE INOCENCIA PARA O RÉU.**

Baldi, Lucas Henrique; Amaral, Rony

### **Introdução**

A questão do processo penal e suas garantias para o Réu, é hoje, um desafio a todas as pessoas da sociedade, é inquestionável a necessidade de que o Processo Penal se revista com ideais democráticos que estão na nossa Constituição Federal. Toda via, mesmo diante de toda evolução no decorrer da história da humanidade, ainda vemos o Estado cometer retrocessos sob as garantias fundamentais do Réu.

Faz se necessário que o Estado, que é a instituição por excelência que organiza e governa um povo, soberanamente, cumpra-se aquilo que ele mesmo propõe e adere, que são suas leis e seus tratados internacionais.

A ideia é entender o porquê das violações dos princípios da duração razoável do processo e da presunção de inocência, bem como suas consequências.

### **Metodologia**

Trata-se de uma análise prática sobre a transgressão dos princípios da duração razoável do processo e da presunção de inocência. Tendo sido utilizado a pesquisa documental como meio de pesquisa, com a utilização de doutrinas e artigos científicos. Buscou-se complementar a pesquisa com metodologia documental e utilizando-se de sitio eletrônico.

### **Resultados e discussão**

A primeira parte do trabalho busca mostrar em nossa história como era o processo penal da década de 40, inspirado no código de processo penal italiano de Mussolini, onde a regra era culpabilidade, bastando um mero inquérito policial para que recebesse a pecha de culpado. Assim com a evolução das constituições, considerando a de 1946, e efetivamente a de 1988, a regra passou a ser o princípio da inocência, salvo sentença penal condenatório transitada em julgado.

A Segunda parte busca trazer o conceito do princípio da duração razoável do processo no âmbito penal, as transgressões do estado e as consequências para o acusado que sofre esta irregularidade por parte do Estado.

A terceira parte busca trazer o conceito do princípio da presunção de inocência, a lacuna legislativa em face da prisão preventiva, devido a falta da fixação de prazo na lei, e as consequências pela falha cometida pelo Legislador e o Estado.

Por último, a quarta parte, resulta demonstrar se realmente o Estado falhou em cumprir sua Constituição Federal, suas leis e seus tratados. No mundo atual, é concludente que o Estado não pode cometer retrocessos sob as garantias fundamentais do acusado como no passado.

### **Conclusão**

Conclui-se que o Estado, instituição por excelência que organiza e governa um povo, fere diariamente sua Constituição Federal e seus tratados em específico a Declaração Universal dos Direitos Humanos no processo penal, sem acarretar nenhuma consequência para o Estado ou seus funcionários que o representam, em contrapartida, o Imputado, figura mais fraca do processo penal, suporta diversos males durante o processo penal.

### **Referências**

- Lopes JR, Aury; BADARÓ, Gustavo Henrique. **Direito ao Processo penal no prazo razoável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumus Juris, 2019.
- TÁVORA, Nestor; RODRIGUES, Rosmar. **Curso de Direito Processual Penal**. 12. ed. São Paulo: Editora JusPodvm, 2017.



## **ESTADO E SUA ORIGEM: DESÍGNIOS QUE LEVARAM SUA FORMAÇÃO E SEU PAPEL NA SOCIEDADE MODERNA**

Oliveira, Lucas Henrique Menezes; Philippini, Ana Claudia Moreira Miguel

### **Introdução**

Desde os primórdios o homem vê a necessidade de ser liderado, de ter um líder capaz de lhe estabelecer regras de convivência em sociedade e de lhe conceder direitos e obrigações. Assim, a presente pesquisa tem por escopo analisar a formação do Estado desde seus primórdios até os dias atuais, seus desdobramentos, sua evolução, os caminhos que levaram a formação do Estado atual e se o objetivo real de sua formação foi alcançado ou existem objetivos a serem alcançados.

A ideia é buscar o porquê de se submeter a formação de um agrupamento humano em determinado território geográfico frente a outros. Busca-se verificar o motivo de os homens abrirem mão de sua liberdade em detrimento de uma coletividade.

### **Metodologia**

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a formação do Estado e seus desdobramentos. Tendo sido utilizado a pesquisa documental como meio de pesquisa, com a utilização de doutrinas e artigos científicos. Buscou-se complementar a pesquisa com metodologia documental e utilizando-se de site eletrônico.

### **Resultado e discussão**

A primeira parte do trabalho busca os primeiros convívios humanos em sociedade, as primeiras interações sociais que deram origem as primeiras tribos e clãs. O estágio embrionário da formação e desenvolvimento do Estado. A segunda parte busca trazer a tona a história de sua formação pelas mais diferentes sociedades pelo mundo. O desenvolvimento Estatal em sociedades antigas como Egito e Grécia e suas contribuições para a formação da sociedade moderna. E por fim, a terceira parte resulta demonstrar se realmente a ideia da formação do Estado foi alcançado. No mundo atual onde a globalização tem feito mudanças consideráveis no cenário político mundial, a ideia de um Estado isolado e independente dos demais não existe mais.

Hoje os Estados estão mais conectados e dependentes um dos outros como uma verdadeira “aldeia global”.

## Conclusão

Conclui-se que a ideia da formação do Estado, vai muito além de seu estágio embrionário onde as constantes guerras pelas melhores terras e água levaram as pequenas tribos a se constituírem em lugares fortificados se submetendo a uma servidão. A ideia Estatal alcança concepções filosóficas, políticas e jurídicas que tentam justificar a criação de uma mega estrutura organizacional a fim de gerir o grupo.

## Referencias

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva: 1998;

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Teoria do Estado e Ciência Política**. São Paulo: Saraiva. 1995.

ALVES, Francisco de Assis. **Constituições do Brasil**. Brasília: Instituto dos Advogados de São Paulo, 1988.

BOBBIO, Norberto, Mateucci, Nicola e Pasquino, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1986.

NOGUEIRA, José Carlos de Ataliba. **Noções de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1969.

## ARBITRARIEDADES DO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE SOBRE OS MÉTODOS DA OPERAÇÃO LAVA-JATO

VIANA, Luis Fernando Machado Mônico<sup>94</sup>, JODAR, Cláudio Henrique Urbanavicius  
(Orientador)<sup>95</sup>

### Introdução

Há alguns anos o Brasil enfrenta uma grave crise política. Desde a revelação do escândalo de corrupção conhecido como “Mensalão”, há um recorrente bombardeio midiático sobre o tema da corrupção. Com isso, um sentimento de rejeição à política e a percepção de uma existência generalizada de corrupção em seu seio tomou conta do imaginário da população, e a noção de impunidade enfraqueceu seu apreço pelos valores constitucionais garantidores, provocando uma necessidade de que os responsáveis por estes problemas sejam punidos a qualquer custo.

A partir desta noção de que a corrupção seria o principal problema do país e o fator gerador destas mazelas, as pessoas começaram a acompanhar mais de perto as operações de combate à corrupção, e neste contexto uma força-tarefa em especial ganhou relevância no cenário midiático e político: a Operação Lava-Jato, em especial pela atuação de sua força-tarefa no estado do Paraná.

A operação iniciada em 2014 – e que até o início deste ano já havia realizado mais de 2.400 procedimentos, resultando em mais de 240 condenações judiciais – tinha como objetivo investigar um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo postos de combustíveis e lava-jatos, mas acabou escancarando um imenso esquema de corrupção envolvendo diversas figuras políticas importantes no país. Mas desde o início, os métodos da força-tarefa vêm sendo contestados por diversos especialistas que apontam abusos, excessos e violações de direitos cometidas. A influência da atuação da força-tarefa nas eleições de 2018 e a nomeação do juiz Sérgio Moro – responsável pelas condenações nas ações da Lava-Jato – para o cargo de Ministro pelo candidato beneficiado pelas investigações iniciaram uma nova crise política, que veio a se agravar com a divulgação pela página de notícias The Intercept Brasil de conversas secretas entre os membros

<sup>94</sup> [luismmviana@hotmail.com](mailto:luismmviana@hotmail.com), Faculdade de São Lourenço.

<sup>95</sup> [adv.urbanavicius@uol.com.br](mailto:adv.urbanavicius@uol.com.br), Faculdade de São Lourenço

da força-tarefa e o juiz responsável pelos julgamentos da operação, colocando em cheque a sua imparcialidade.

Assim, esta pesquisa busca analisar o conteúdo destas conversas, paralelamente às críticas apontadas em relação ao *modus operandi* da força-tarefa, utilizando para isso uma coletânea de artigos especializados.

## Metodologia

Será adotada uma metodologia de análise comparativa entre quatro artigos especializados publicados sobre os “métodos” da força-tarefa da Operação Lava-Jato no ano de 2016 e o conteúdo publicado neste ano pelo portal The Intercept Brasil, em série intitulada “As mensagens secretas da Lava-Jato”. Desta forma, por meio de levantamento de dados secundários e análise qualitativa, buscamos verificar as hipóteses levantadas pelos autores, para ao final, demonstrar a adequação ou não das críticas anteriormente formuladas.

Os artigos selecionados abordam temas como violações no uso de prisões preventivas, limites para interceptações telefônicas, colaborações premiadas, e a imparcialidade dos órgãos de acusação e julgamento, e retratam uma visão técnica sobre a atuação da força-tarefa antes da publicação das matérias que colocam em cheque a imparcialidade da operação.

## Revisão bibliográfica e dados levantados

Mirza (2016) afirma que a prisão preventiva é medida excepcional, só podendo ser aplicada caso não haja medida alternativa, e deve revestir-se, haja vista sua natureza, das seguintes características: i) provisoriedade, já que sua manutenção depende da persistência dos motivos que evidenciaram a urgência da medida necessária à tutela do processo; ii) preventividade, pois visa prevenir dano irreparável ao processo principal; iii) instrumentalidade hipotética, visto que a tutela cautelar pode incidir sem que seu beneficiário tenha, ao fim do processo, reconhecido seu direito; iv) acessoriedade, pois segue a sorte do processo principal. Por fim, exige-se como pressupostos para sua decretação, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Ainda segundo o autor, a atuação dos órgãos da persecução penal nos casos da operação, porém, tem adotado um novo paradigma na aplicação do instituto, reinterpretando de maneira



inadequada o seu sentido. Com a finalidade de “adequar-se” à repercussão dos casos de corrupção da Lava-Jato e às suas proporções “extremas”, o texto legal tem sido ignorado por acusação e julgadores, levando ao afastamento de garantias legais e distorção dos seus próprios fundamentos.

Marques (2016) por sua vez, ressalta o obscurantismo de outra ferramenta amplamente utilizada pela força-tarefa da Lava-Jato: as interceptações telefônicas. Em breve síntese de suas críticas, temos que: i) o órgão investigativo promove as interceptações sob método oculto e apresenta diálogos recortados descontextualizados em seu relatório; ii) a acusação, confiando cegamente na informação que o dado pretende fornecer, reproduz automaticamente o que foi apresentado e divulga no processo como significativo probatório de forma a corroborar com sua hipótese; iii) as partes são impossibilitadas de uma participação construtiva na interpretação do material; iv) por fim o juiz, legitimado por suas percepções, materializa de forma individualizada o padrão de processualidade em meio a esta colcha de retalhos. Esse processo é revestido por um pesado obscurantismo inquisitorial, e com isso a busca pela processualidade democrática emanada da Constituição torna-se tarefa impraticável.

É algo que também aponta Prado (2016), ao afirmar que:

“Assim como todo método oculto, as interceptações telefônicas podem interferir de forma determinante no julgamento. As informações obtidas sempre causam impacto, porque geram uma forte impressão de que contêm toda a realidade, como se os fatos juridicamente relevantes pudessem ser reduzidos a uma unidade.”

Bottino (2016), por sua vez, aponta violações ainda mais graves cometidas pela força-tarefa. De acordo com o autor, os acordos de colaboração premiada firmados com alguns dos acusados na Lava-Jato foram realizados sem que os benefícios ali concedidos tivessem base na lei e os agentes públicos responsáveis pelos acordos agiram com excessiva discricionariedade, extrapolando os limites da previsão legal – que possui rol taxativo – ao concederem benefícios exorbitantes, tudo isso com anuência do Poder Judiciário. Para ele, além de possuírem conteúdo ilegal, os acordos firmados entre os acusados e o MPF causaram um desequilíbrio no custo-

benefício do instituto, ampliando significativamente os riscos de que tais colaborações não sejam verdadeiras nem úteis.

Conforme apontado nas reportagens do site The Intercept Brasil (2019), mensagens trocadas entre os procuradores da força-tarefa demonstram que alguns dos institutos apontados foram utilizados para coagir investigados a se entregarem, bem como a utilização recorrente de vazamentos para a imprensa com o intuito de intimidar suspeitos, coagindo-os a firmar acordos de delação e colaboração premiada.

### **Considerações finais**

O desenvolvimento da presente pesquisa possibilitou um estudo técnico e direcionado sobre a forma de atuação da força-tarefa da operação Lava-Jato. Apesar de suas limitações metodológicas, esta pesquisa permitiu que fossem colocados em debate diversos pontos controversos relativos à legalidade das ações realizadas pela força-tarefa.

Analisando conjuntamente o material especializado sobre o tema e as diversas matérias publicadas pelo site The Intercept Brasil, verificou-se que os métodos de persecução penal utilizados pela Lava-Jato ultrapassaram os limites constitucionais e adotaram um caráter inquisitorial, relativizando princípios e garantias emanadas pela Constituição numa busca desmesurada pela efetividade punitiva.

Dada a importância do tema, faz-se necessária uma reflexão sobre os métodos utilizados pela Operação e alguns personagens que dela participaram, visto que houve fissuras constitucionais irreparáveis, não toleradas em um Estado Democrático de Direito.

Neste sentido, porém, é possível afirmar que, diante das recentes informações divulgadas pelo The Intercept Brasil, a Operação Lava-Jato possuía ainda uma agenda política obscura, com a finalidade de controlar o cenário político do país e atender os interesses de alguns de seus agentes, causando um descrédito nas instituições e deixando um legado fúnebre para aqueles que, ingenuamente, acreditaram no seu íntegro combate à corrupção.

## Referências

BOTTINO, Thiago. Colaboração premiada e incentivos à cooperação no processo penal: Uma análise crítica dos acordos firmados na “Operação Lava-Jato”. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 122, pp. 359-390, ago. 2016.

MARQUES, Leonardo Augusto Marinho. Interceptação telefônica e obscurantismo inquisitório: O que aprender com a Lava-Jato?. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 122, pp. 205-227, ago. 2016.

MIRZA, Flávio. Novos paradigmas da prisão preventiva: Um claro retrocesso. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 122, pp. 115-134, ago. 2016.

PRADO, Geraldo. Entre a imparcialidade e os poderes de instrução no caso da Lava-Jato: Para além da iniciativa probatória do juiz. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, vol. 122, pp. 135-169, ago. 2016.

THE INTERCEPT BRASIL. **As Mensagens Secretas da Lava-Jato**. Disponível em: <<https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>>. Acesso em 18 set. 2019.

## ANÁLISE, SOB A ÓTICA DA CRIMINOLOGIA, DOS DADOS RELATIVOS À VIOLÊNCIA CONTRA NEGROS RETRATADA NO ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019

Marcelo Olinto<sup>96</sup>; Renato Augusto de Alcântara Philippini<sup>97</sup>

**Palavras-chave:** Atlas da violência. Homicídios. Negros. Criminologia.

### Introdução

O Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, analisa as mortes violentas ocorridas no Brasil entre 2007 e 2017, tendo como fontes principais os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. O Atlas, que compila e comenta grande volume de informação estatística, revela que homens, jovens, negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no País. A população negra corresponde à maioria dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios. Segundo a pesquisa, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras e os negros possuem, ainda, chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças, já descontado o efeito da idade, escolaridade, do sexo, estado civil e bairro de residência.

O objetivo do presente trabalho é trazer alguns dados importantes para informar a discussão do crescimento dos homicídios de negros e, sob o enfoque da criminologia, analisar os dados referentes à violência letal contra negros no Brasil, no período compreendido entre 2007 e 2017.

### Metodologia

Para a presente pesquisa, optou-se, sintetizar os dados relativos à violência letal produzida tendo como vítimas negras tabulados no Atlas (2019) para, em seguida, relaciona-los aos os conceitos basilares da criminologia.

---

<sup>96</sup> Graduando em Direito – Faculdade de São Lourenço – e-mail: marcelinhor226@gmail.com

<sup>97</sup> Professor orientador - Faculdade de São Lourenço – e-mail: rphi@uol.com.br

O termo negro foi utilizado para designar pessoas pretas e pardas. A análise conjunta de pretos e pardos é utilizada por Silva (1980), Henriques (2004) e Jacooud e Beghin (2002), entre outros autores, tendo em vista que o padrão de renda média por escolaridade, experiência e outras variáveis socioeconômicas é enormemente semelhante entre pretos e pardos, e substancialmente diferente entre estes e as demais categorias de raça/cor.

## Discussão

A desigualdade, no Brasil, é nítida, no sentido de que a população negra tem menor escolaridade, apresenta taxas de analfabetismo duas vezes superior ao registrado entre o restante dos habitantes, tem os menores salários, é a mais afetada pelo desemprego, tem menor acesso ao sistema de saúde e é a que morre mais cedo. Apesar de serem mais da metade da população brasileira (53,6%), negros e negras são 76% dos 10% mais pobres.

A pobreza e a falta de oportunidades está diretamente relacionada com a violência.

## Conclusão

A principal conclusão obtida é que a sobre-representação de negros entre as vítimas não está relacionada à variável raça, mas sim a outras variáveis analisadas neste estudo. A sobre-representação dos negros entre as vítimas de homicídio decorre de sua sobre-representação tanto entre pessoas de baixa escolaridade (e renda) como entre jovens e pessoas do sexo masculino.

## Referências

ATLAS da Violência 2019. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em 14 out 2019.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

JACCOUD, L; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. 2002. Disponível em < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5442](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5442)>. Acesso em 14 out 2019.

SILVA, N. V. **O preço da cor : diferenciais raciais na distribuição da renda no Brasil**. 1980. Disponível em < <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7038>>. Acesso em 14 out 2019.

## **ASSÉDIO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO.**

Póvoa, Mariella Nogueira Barros Filha; Serva, Felipe José Pereira.

### **Introdução**

O presente estudo foi desenvolvido a partir da preocupação crescente com a duração razoável dos processos judiciais. Essa problemática da demora do processo configura-se como um dos mais graves embaraço à realização da Justiça. Quando uma ação processual tramita com lentidão pode ter efeitos desastrosos e prejudiciais para as partes, pois além de aumentar os custos pressiona o litigante economicamente fraco a abandonar a causa ou a aceitar acordos com valores muito inferiores ao pleiteado.

Essa preocupação com a razoável duração do processo, quando adentramos na esfera trabalhista se torna ainda mais relevante, pois o objeto litigioso, em geral, são verbas de natureza alimentar, que possuem caráter existencial e, referente as quais, o legislador entendeu ser o mínimo de que a pessoa do trabalhador precisa para viver com dignidade.

Assim, o presente trabalho objetivou abordar o novo instituto jurídico no âmbito trabalhista, a partir do princípio da razoável duração do processo (artigo 5º, LXXVIII, CF), conceituando-o e revelando-o como instrumento eficaz ao combate da morosidade, com a intenção de reprimir a pratica do assédio e, assim, contribuir para o alcance da prestação jurisdicional justa, célere e adequada.

### **Metodologia**

Trata-se de uma análise do assédio processual na Justiça do Trabalho e como é difícil a sua identificação e reconhecimento no caso concreto. Instituto jurídico que vem ganhando espaço paulatinamente na jurisprudência e doutrina trabalhista. Tendo sido utilizado a pesquisa documental como meio de pesquisa, com a utilização de Doutrinas, e Jurisprudências. Buscou-se complementar a pesquisa com metodologia documental e utilizando-se de sitio eletrônico.

### **Resultados e discussão**

O presente trabalho busca mostrar a existência do assédio processual no ordenamento jurídico.

O assédio processual pode ser conceituado como atuação desproporcional da parte que por meio do abuso do direito de defesa, da prática de atos atentatórios à dignidade da justiça, da inobservância dos deveres das partes, especialmente no que se refere à lealdade e boa-fé, proporciona excessiva demora na prestação jurisdicional com o objetivo de desestimular a contraparte a prosseguir com o feito. Desrespeitando assim, os princípios processuais previstos na Constituição Federal da República de 1988 aplicáveis a todos os ramos da esfera processual que tem por objetivo resguardar a efetividade e a dignidade do processo como um instrumento de acesso efetivo, ético e moral do cidadão à Justiça.

Embora muitos se esqueçam, a morosidade da justiça foi uma conquista da democracia, tendo em vista que um processo extremamente rápido certamente estará violando a ampla defesa e o contraditório. Mas o tramite excessivamente esticado, também é capaz de violar garantias e direitos, impedindo muitas vezes o acesso ao bem da vida sob litígio.

Nesse contexto, vale ressaltar que a prática de faculdades processuais pelos sujeitos do processo com interesse no retardamento do trâmite da lide, identificado acima como causa da morosidade ativa, tem sido conceituada pela jurisprudência e doutrina moderna como assédio processual.

## **Conclusão**

Acredita-se que no presente trabalho foram analisadas as principais reflexões sobre a prática do assédio processo que é um instituto novo no ordenamento jurídico, que avança no campo do Direito necessitando do respaldo das jurisprudências e doutrinas.

As práticas de atos processuais com intuito protelatório, para humilhar, desestimular a parte adversária de alcançar o seu direito, fere diretamente os princípios constitucionais da razoável duração do processo, contraditório e ampla defesa, bem como o princípio do acesso à justiça, e só agora passou a ser notado como um enorme problema no tramite da ação processual e com consequências negativas na vida do trabalhador que na maioria das vezes é quem sofre o assédio processual.

Assim vimos que o assédio processual, apesar de não estar regulamentado em norma específica, sendo difícil sua constatação bem como defini-lo, é inegável a sua existência no ordenamento jurídico atual, sendo de suma importância que seja verificado quando cometido, para que se possa alcançar uma efetividade jurisdicional mais célere e justa.

## Referências

BEZERRA LEITE, Carlos. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. – 16ª. Ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado; 1988.

SCHIAVI, Mauro. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. – 13ª edição. – São Paulo: Editora Ltda, 2018.



## ANÁLISE DOS LIMITES LEGAIS DO CADASTRO GENÉTICO COMO MEDIDA DE APRIMORAMENTO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

Gomes, Marisol Faria do Nascimento<sup>98</sup>; Philippini, Renato Augusto de Alcântara<sup>99</sup>

**Palavras-chave:** Cadastro genético. Investigação criminal. Legalidade. Direitos fundamentais.

As mortes violentas configuram um dos mais graves problemas para a segurança pública nacional. No entanto, tomado por base dados colhidos em 2016, nota-se que a taxa de solução de homicídios no país é baixíssima e que, entre as razões para tal fenômeno, encontram-se diversas falhas na investigação criminal (CASTILHOS, 2018).

É dentro de tal panorama que se apresenta o Pacote Anticrimes, proposto pelo Ministério da Justiça no ano de 2019, e que se transformou no Projeto de Lei nº 1864, atualmente em trâmite no Senado Federal, que propõe uma série de alterações na legislação penal brasileira com o objetivo geral de se amenizar a violência no Brasil.

Entre as modificações propostas, chamam a atenção as alterações do Código de Processo Penal e na Lei n.º 12.037/2009 (Banco Nacional de Perfil Genético), notadamente quanto aos sujeitos que se submeterão à identificação do perfil genético, bem como a forma e o tempo de guarda dessas informações.

Assim, o objetivo do presente trabalho foi investigar se as alterações propostas no Projeto Anticrime observam os princípios penais e processuais constitucionais, a fim de verificar eventuais colisões.

A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica e descritiva. A legislação brasileira em vigor, a doutrina e a jurisprudência que tratam do assunto aqui abordado serão as principais ferramentas de consulta para a efetivação do trabalho.

O texto de lei proposto foi:

[...] Medidas para aprimorar a investigação de crimes:

**Mudança na Lei de Execução Penal (Banco Nacional de Perfil Genético):**

“Art. 9º-A. Os condenados por crimes **dolosos, mesmo sem trânsito em julgado**, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA -ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor, quando do ingresso no estabelecimento prisional.

<sup>98</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – marisol.faria21@gmail.com

<sup>99</sup> Professor Orientador – Faculdade de São Lourenço – rphi@uol.com.br

.....  
§ 3º Os condenados por crimes dolosos que não tiverem sido submetidos à identificação do perfil genético, quando do ingresso no estabelecimento prisional, poderão ser submetidos ao procedimento durante o cumprimento da pena.

§ 4º Constitui falta grave a recusa do condenado em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.” (NR)

(...)

**Mudança na Lei n.º 12.037/2009 (Banco Nacional de Perfil Genético):**

“Art. 7º-A. A exclusão dos perfis genéticos dos bancos de dados ocorrerá no caso de **absolvição do acusado** ou, mediante **requerimento**, decorridos **vinte anos após o cumprimento da pena no caso do condenado.**” (NR) (grifo do autor) (BRASIL, 2019).

Nesse, observou-se que a submissão à identificação obrigatória do perfil genético se dará quando do ingresso no estabelecimento prisional para os condenados por crime doloso, mesmo sem trânsito em julgado, sendo que anteriormente a obrigatoriedade era somente aqueles condenados definitivamente por crimes violentos de natureza grave contra pessoa e crimes hediondos.

Outro aspecto que também mereceu destaque é que a exclusão que corresponde ao tempo de prescrição do delito poderá ser alterada para quando da absolvição do acusado - já que foram incluídos os condenados sem trânsito em julgado, bem como através de requerimento após vinte anos de cumprimento da pena.

Concluiu-se, pois, ser temerária a inclusão de quase a totalidade do Código Penal, bem como as condenações sem trânsito em julgado, mostrando-se mais adequada ao contexto de um Banco Genético ainda em formação a previsão da legislação anterior. Já o prazo para exclusão, supriu a omissão da norma anterior. Contudo, ressalta-se que:

Adotadas as devidas cautelas no gerenciamento do Banco Nacional de Perfis Genéticos (...), assim como tomados os devidos cuidados técnicos na coleta, preservação e cadeia de custódia das amostras, serão minimizados os riscos de mau uso e erro, ganhando os órgãos de persecução criminal um instrumento poderoso para elucidação dos fatos submetidos à investigação criminal, não somente para se obterem condenações, mas também para se evitarem condenações injustas. (SUXBERGER, FURTADO, 2018, p. 811).

## Referências

BRASIL. Decreto-lei nº 3689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. Brasília, DF, Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 22 maio 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Governo Federal. **Projeto de Lei Anticrime. 2019.** Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1549284631.06/projeto-de-lei-anticrime.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CASTILHOS, Rosa Maria. **ATLAS DA VIOLÊNCIA NO BRASIL (2018): o que você já leu sobre?** 2018. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/epsuas-rs/2018/06/11/atlas-da-violencia-no-brasil-2018-o-que-voce-ja-leu-sobre/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

SUXBERGER, A. H. G.; FURTADO, V. T. M. M. Investigação criminal genética – banco de perfis genéticos, fornecimento compulsório de amostra biológica e prazo de armazenamento de dados. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p.809-842, maio 2018. Quadrimestral.

## ONU: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES SOB O PRISMA DE KANT

Vieira, Mateus Henrique Abreu Lemos<sup>100</sup>; Prof. Me. Philippini, Ana Cláudia Moreira Miguel

**Palavras-chaves:** ONU. Filosofia. Princípios. Kant. Carta das Nações Unidas.

### Introdução

A Organização das Nações Unidas tem como objetivo principal a manutenção da paz e da segurança internacional. Para tanto, os Estados-membros delegaram à Organização o poder de atuar como terceiro entre as partes para solução de conflitos.

Assim sendo, a presente investigação tem como escopo explorar os impactos e as soluções principiológicas propostas pelo filósofo do direito Kant, produzindo uma análise quanto a real contribuição dogmática a respeito da confecção da Carta das Nações Unidas.

### Metodologia

Trata-se de uma revisão bibliográfica tendo como base os escritos de Kant, bem como de autores como Antiseri, Reale, Hobbes, Bobbio, Rousseau, Terra, Morrison, entre outros, de modo a reunir de maneira concisa e coerente interpretações sobre a obra de Kant.

### Discussão

Para consecução da pesquisa, houve a necessidade de dividi-la em três partes. Coube à primeira traçar as diretrizes da Organização das Nações Unidas, com sua estrutura, Estados signatários, princípios basilares e norma estruturante, ou seja, a Carta das Nações Unidas. Na segunda parte da investigação foram analisadas as premissas de Kant e, de forma perfunctória, os apontamentos de alguns doutrinadores importantes ao tema. Por fim, foi realizada uma junção dos ensinamentos de Kant e dos princípios trazidos na Carta das Nações Unidas.

### Conclusão

Os resultados obtidos através da análise é a confirmação da influência kantiana nos princípios constituidores da ONU. Essa influência se caracteriza principalmente pela introdução da premissa ética dentro da atuação política estabelecida por Kant, de modo que o agir político deve se encontrar e estar em concordância com o imperativo categórico kantiano.

---

<sup>100</sup> Graduando em Direito pela Faculdade de São Lourenço – email: mateushenlemons27@gmail.com

A ONU materializa isso através de seus diversos tratados que versam sobre direitos humanos e com seus mecanismos intrínsecos que coíbem qualquer tipo de violação a temática desses tratados.

## Referências

KANT, Immanuel. **A paz perpétua**. Porto Alegre: L&pm Pocket Plus, 2017.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia**. São Paulo: Editora Paulus, 1990.

## A NOVEL LEGISLAÇÃO PARA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER COM ÊNFASE EM MEDIDAS PROTETIVAS

Aguiar, Mônica Alves<sup>101</sup>, Mateus, Rony Amaral<sup>102</sup>

### Introdução

A violência doméstica constitui-se um problema de ordem social, mas que vem sendo combatida por inúmeros movimentos internacionais que deram origem à Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), passando a vigorar em caráteres repressivo, preventivo e essencial. Dentre os artigos da referida lei, vem merecendo destaque aqueles que impõe as medidas protetivas que se destinam à proteção das mulheres vítimas, compreendida como uma medida acautelatória.

Entretanto, vem sendo cumulativo o número de descumprimento de tais medidas por parte dos agressores. Face à grandes discussões, uma novel legislação veio inovar o ordenamento jurídico, passando a criminalizar as condutas de descumprimento de decisão judicial de medidas protetivas.

O objetivo geral é abordar sobre a violência doméstica contra mulheres com ênfase nas medidas protetivas. Para o seu cumprimento, alguns objetivos específicos puderam ser elencados: identificar os tipos de violência doméstica; descrever como acontece a assistência à mulher em situação de violência doméstica; identificar e dissertar sobre as medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor; identificar e dissertar sobre as medidas protetivas de urgência à ofendida e; versar sobre a novel legislação – Lei 13.641/2018 que trata da tipificação do crime para o descumprimento (a desobediência) das medidas protetivas e, complementarmente, a recente Lei 13.827/2019 que concede a aplicação de tais medidas protetivas de urgência pelas autoridades policiais.

### Materiais e métodos

Em relação à metodologia de pesquisa, quanto à abordagem, o método adotado é o dedutivo (método geralmente utilizado em pesquisas jurídicas); quanto à tipologia, é bibliográfica (doutrinas e revisão literária em artigos eletrônicos atuais) e documental (legislação específica, portais do governo e pareceres jurisprudenciais) (GIL, 2008).

### Resultados e discussão

---

<sup>101</sup> [monica\\_mgaa@hotmail.com](mailto:monica_mgaa@hotmail.com), Faculdade São Lourenço.

<sup>102</sup> Rony Amaral Mateus

A violência doméstica, como sinônimo da violência contra a mulher, constitui-se um problema de ordem social que percorre os contextos históricos, e que sustenta a ideia da inferioridade da mulher em relação ao homem. É grande o número de homens, que ainda hoje, enxergam as mulheres como objetos (inclusive, objeto sexual) e que banalizam as relações de respeito no seio familiar. Dentre as formas de violência doméstica constatadas, a violência física é a que mais acontece e, em muitos casos, com consequências letais.

A discussão acerca do descumprimento das medidas protetivas não é tema recente nos tribunais do país, vindo datadas já desde a vigoração da Lei Maria da Penha. Assim, a caracterização de crime (ou não) acerca do descumprimento das medidas protetivas de urgência, embora tenha ganhado legislação recentemente e pacificada pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ), é pauta de discussões antigas. O tema é fruto de uma grande divergência entre o STJ e diversos outros tribunais do país.

Registros estatísticos em relação à violência doméstica são vergonhosos e retratam uma sociedade arcaica mental e socialmente. Assim, é assertiva a afirmativa de que a violência doméstica cresce, independentemente da modernidade e da existência constitucional de igualdade de direitos e manutenção da dignidade da pessoa humana.

### **Considerações finais**

Concluiu-se que a Lei Maria da Penha é, até os dias de hoje, o melhor instrumento legislativo para implementar a dignidade às mulheres vítimas de violência doméstica e por meio de seus dispositivos encontram-se medidas protetivas de seus direitos humanos. Sua nova redação (Lei 13.641/2018) tipificando este tipo de crime, veio obrigar tanto os agressores, quanto o Estado, a se fazerem cumprir sob condições penais, tais direitos redigidos, bem como (Lei 13.827/2019) conceder a aplicação de tais medidas protetivas de urgência pelas autoridades policiais.

### **Referências**

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acessado em: 12 mar. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.641**, de 3 de abril de 2018. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13641.htm)>. Acessado em: 22 abr.  
2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.827**, de 13 de maio de 2019. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13827.htm)>. Acesso em: 19 ago.  
2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.



## A FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA E A EXTRAJUDICIALIZAÇÃO

Dutra, Nathalia Fiore Silva <sup>103</sup>, Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius

### Introdução

A família constitui o alicerce mais sólido em que se assenta toda a organização social, sendo que para chegar no conceito que se tem hoje, o instituto passou por diversas transformações. As relações familiares eram diretamente influenciadas pelo Direito Canônico e mulher e filhos eram totalmente subordinados à figura do *pater familias*, ou seja, o pai tinha autoridade sobre os direitos de vida e morte de ambos, porém, com o passar do tempo, mãe e filhos conquistaram maior autonomia. Diante da evolução da instituição, o Direito de Família, que regula não somente as relações entre pai, mãe e filhos, como também abrange todas as pessoas ligadas por sangue, em linha reta ou colateral e ainda, as unidas por afinidade ou por adoção, passou a adotar um significado muito mais amplo no vocábulo “parentesco”.

O art. 1523 do Código Civil, preceitua ser o parentesco natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou **outra origem**. Que anteriormente, em sentido estrito, abrangia tão somente a relação de pessoas que descendem do mesmo tronco. Isso é resultado da harmonização entre os diplomas legais e a constante transformação social, acolhendo os mais diversos tipos de entidades familiares e a afetividade tornou-se elemento constituinte desses novos modelos, o que traz à tona o tema do presente trabalho: a filiação socioafetiva.

### Materiais e métodos

O método de pesquisa utilizado para o desenvolvimento do trabalho será o dedutivo, o qual se dará por meio de procedimentos técnicos de pesquisa da doutrina, legislação, jurisprudência e enunciados, procurando descrever noções sobre direitos de família, explicando seu conceito e previsão legal, delineando aspectos da filiação até chegar ao exame da multiparentalidade.

### Resultados e discussão

O parentesco da filiação socioafetiva é embasado pela denominada “outra origem”, tendo como base o afeto existente entre as partes, deixando de lado o tradicional vínculo consanguíneo,

---

<sup>103</sup> [nathfioredutra@bol.com.br](mailto:nathfioredutra@bol.com.br) – Estudante de Direito - Faculdade de São Lourenço

o que ocorre comumente nas famílias recompostas, em que, na maioria das vezes, uma das partes já possui filhos de um relacionamento prévio. Com isso, surgem as figuras de madrasta e padrasto, pessoas que acabam muitas vezes ocupando e exercendo o papel de pai e mãe, não excluindo, necessariamente, os pais biológicos, o que trouxe a necessidade da multiparentalidade. O cuidado e o desvelo dedicados aos filhos é o que demonstra o real cumprimento das funções parentais, não apenas a similaridade genética, o que torna essencial a legitimação dos filhos de criação, vez que, a afetividade nas relações provém de diversos estudos, segundo Farias e Rosenvald (2008, p. 515), “oriundos de outros ramos do conhecimento, em especial da Psicanálise, que convergem no sentido de reconhecer que a figura do pai é funcionalizada, decorrendo de um papel construído cotidianamente”.

Para que a parentalidade socioafetiva emane efeitos jurídicos, faz-se necessário seu reconhecimento, que, diante da evolução do campo doutrinário e jurisprudencial, pode ser feito em alguns Estados por procedimento extrajudicial nas Serventias de Registro Civil, de forma voluntária. Diante dessa evolução, para melhor estruturar as certidões de nascimento, o CNJ editou provimentos alterando o registro público para se constar ‘filiação’ e não mais ‘pai e mãe’, o que mostra os primeiros passos para que esse instituto ganhe legitimidade em todo o país. Assim, subsiste a possibilidade de se ter duas mães, dois pais, três mães, duas mães e um pai ou dois pais e uma mãe. Começou em 2012 com uma decisão de Ariquemes/Rondônia e hoje se faz presente em vários Estados do Brasil, permitindo com que o exercício da multiparentalidade possa ser feito de forma concomitante entre dois pais ou mães, de forma que todos os pais assumam os encargos decorrentes do poder familiar, bem como o filho desfrute de direitos com relação a todos.

### **Conclusão / Considerações finais**

Famílias multiparentais sempre existiram e continuarão a existir, porém, até recentemente, eram condenadas à invisibilidade eram condenadas à invisibilidade, resultando, querendo ou não, na exclusão de direitos dos filhos. A falta de reconhecimento da filiação acarreta na não imposição e falta de cobrança do cumprimento das obrigações a quem exerce a função parental, abdicando assim, o filho, de uma série de direitos decorrentes da relação de filiação, mesmo que involuntariamente. Felizmente, a justiça começa a enxergar esta realidade, abrindo caminho para que os novos e modernos arranjos familiares sejam legitimados no ordenamento jurídico, fazendo da atual sociedade um lugar mais plural e igualitário.

## Referências

\_\_\_ . Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6015compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015compilada.htm)>. Acesso em: ago. 2019.

\_\_\_ . Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Código Civil de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406compilada.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. 5. Direito de Família. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das Famílias. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil – Responsabilidade Civil – Direito de Família – Direito das Sucessões: Esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2014a. v. 3.

PAIANO, Daniela Braga. A Família Atual e as Espécies de Filiação – Da Possibilidade Jurídica da Multiparentalidade. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

## A (IN) APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA COCUPABILIDADE NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Cerqueira, Otavio Ferreira, Philippini, Ana Claudia Moreira

### Introdução

O Brasil é um país em que sua população carece por políticas que visam equilibrar as desigualdades sociais existentes. Há uma concentração de renda nas mãos de poucos e assim como o governo, ignoram os problemas enfrentados no país. Os cidadãos enfrentam dificuldades na busca pelo emprego, para viverem uma vida digna e o governo, embora busque por meio de suas políticas sociais, afirmativas, criminaisequilibrar a balança, falha em proporcionar o mínimo existencial conforme preconiza a Constituição.

Observa-se uma seletividade penal voltada para aquelas pessoas que são mais fragilizadas, vulneráveis, e são vítimas desse sistema que tem como idealizadores as classes mais privilegiadas e que de certa forma traçam o perfil do criminoso. Em um país como o Brasil, onde as desigualdades sociais são acentuadas e estas sofrem influência no comportamento, decisão, autodeterminação do indivíduo, o estudo e a aplicação de mecanismos como a coculpabilidade, visam buscar a tão sonhada igualdade material.

Nesse cenário é que se busca o estudo da coculpabilidade, do qual se trata de um princípio constitucional implícito, que visa uma menor reprovação penal para aquelas pessoas que não obtiveram do Estado à satisfação de suas obrigações constitucionais, em especial àquelas relativas aos aspectos econômico-social, possuindo com isso menor âmbito de autodeterminação.

### Materiais e métodos

A metodologia adotada é exploratória, descritiva, utilizando-se da pesquisa bibliográfica perfazendo a leitura de livros e artigos científicos. Isto possibilitou o conhecimento mais aprofundado do assunto, uma vez que este não é discutido de forma exacerbada sendo pouco conhecido.

### Resultados e discussão

A pesquisa foi dividida em quatro fases. Em um primeiro momento buscou-se explorar os aspectos históricos, a origem da coculpabilidade, seu conceito e o entendimento da coculpabilidade às avessas. Nessa primeira fase ficou demonstrado que o surgimento da

coculpabilidade é de difícil delimitação, demonstrou-se o conceito de coculpabilidade e que ela visa equilibrar as condições do cidadão, cuja condição socioeconômica é precária e de certa forma influencia em suas decisões. Na segunda fase, estudou-se o princípio em relação a Constituição da República de 1988. Demonstrou-se que em alguns dos princípios da Constituição, há elementos que corroboram de forma ímpar para a fundamentação e amparo da coculpabilidade. Na terceira fase explorou-se o tema frente a legislação brasileira penal, processual penal, processual constitucional e lei de drogas, destacando o código penal em relação ao artigo 66, atenuante inominada e a primeira fase do interrogatório no processo penal, artigo 187, § 1º, onde são analisadas as condições gerais do cidadão. Por fim, na quarta fase buscou-se demonstrar os aspectos críticos do princípio e as dificuldades e motivos utilizados pelos aplicadores do direito quanto a sua não aplicação.

## Conclusão

Conclui-se que a coculpabilidade é um princípio constitucional implícito e sua aplicação leva em consideração os seguintes aspectos: negligência do governo quanto ao seu dever constitucional de suprir os direitos fundamentais da população, ou seja, o que a doutrina chama de mínimo existencial; dificuldade de autodeterminação do indivíduo relacionada a vulnerabilidade socioeconômica; relação do crime cometido com estes aspectos. Suas bases se encontram solidificadas no princípio da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da individualização da pena. Embora não positivado, encontram-se na legislação pátria, fragmentos do que seria a interpretação da coculpabilidade, como se vê na atenuante inominada do artigo 66 do CP, no Código de Processo Penal na primeira fase do interrogatório e na lei de drogas. É possível a sua aplicação conforme se encontra o ordenamento jurídico pátrio, porém sua positivação é necessária para trazer segurança jurídica na sua utilização.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988: **VadeMecum**. 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. 2432 p.

GUILHERME, Lázaro Samuel Gonçalves. **Coculpabilidade penal**: uma questão social. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

MOURA, Grégore Moreira de. **Do princípio da Co-culpabilidade no Direito Penal**. 2reimp. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

## O JULGAMENTO DE JOÃO GRILO DE “O AUTO DA COMPADECIDA” NA ÓTICA DO DIREITO

FLORI, Priscilla Matias<sup>104</sup>, CHAVES, Raphael Eloy, LIMA, Fabrício Paulo de, SOARES, Juliana, SOUSA, Marcelo Henrique de, VITORINO, Mikaelly, NOGUEIRA, Amanda Aparecida Pereira, PHILIPPINI, Ana Cláudia Moreira

### Introdução

“Foi gente que eu nunca suportei: promotor, sacristão, cachorro e soldado de polícia. Esse aí é uma mistura de tudo isso”, disse João Grilo referindo-se ao demônio, que o acusava em seu julgamento após a morte.

Neste trecho de “O Auto da Compadecida”, Ariano Suassuna se refere à ideia popular sobre aquele que possui a responsabilidade de formular uma acusação a alguém, embora essa imagem transmita o que muitas vezes se vê como estratégia no processo penal brasileiro.

Tal julgamento diz respeito ao momento em que alguns personagens são mortos quando um bando de cangaceiros invade o vilarejo onde se passa a obra, vitimando, inclusive, o próprio chefe do bando. Nesta cena, todos são julgados de acordo com suas atitudes: além de João Grilo, o demônio acusa o padeiro, sua adúltera mulher, o clérigo ganancioso, ou seja, vários tipos de pessoas de comportamento moral questionável. No caso do cangaceiro, o fato de que a vida de violência foi a única que lhe foi apresentada o torna vítima do contexto social, mais uma “vítima da sociedade” (tão em voga atualmente na questão dos Direitos Humanos), não se podendo exigir dele uma conduta diferente. Quanto ao protagonista, o demônio já se adianta e exclama: “Este eu levo!”. Como absolver João Grilo, se não há como justificar seus atos (estelionatos muito bem planejados), dado que ele sabia e até gostava do que fazia?

Desse modo, o objetivo dessa presente pesquisa é mostrar o paralelo que existe entre o julgamento dos personagens de Suassuna e a realidade do processo penal brasileiro.

### Materiais e métodos

O método utilizado para chegar ao propósito exposto acima foi a análise do trecho da obra literária “O Auto da Compadecida” que trata do julgamento de alguns personagens, especialmente

---

<sup>104</sup> E-mail: [primflori@hotmail.com](mailto:primflori@hotmail.com), Faculdade de São Lourenço.

de João Grilo, procurando mostrar a sociedade, rituais, as leis e o Direito, refletindo sobre como a prática jurídica acontece.

### **Resultados e discussão**

A obra, ao contrário do que estabelece o Código de Processo Penal, não dispõe o julgamento por intermédio de um júri popular; a decisão é monocrática, a personagem Manuel (Jesus) incorpora o juiz. A Compadecida, ao ser chamada pelos réus a intervir no trâmite do julgamento, promovendo as suas defesas perante o juízo, em detrimento da acusação, assume o encargo de advogada de defesa; o acusador, análogo ao promotor, é representado pelo demônio.

As argumentações rumam na formação do convencimento do julgador. As hipóteses de decisão consistem, basicamente, na absolvição e na condenação dos réus. No caso de O Auto da Compadecida, é proposto pelo acusador, o demônio, que a pena dada aos réus, diante da condenação, seja o Inferno. Como pena, entende-se o método punitivo de caráter “público, imediato, necessário, menor possível para o caso, proporcional ao crime e determinado pelas leis” (Beccaria). Assim, a execução da pena seria a ida para o Inferno; a absolvição, para o Céu. Mas João Grilo sugere uma pena alternativa a seus companheiros - o Purgatório, dado que tiveram motivos que justificariam seus atos. No entanto, a ele mesmo não são impostas a pena privativa de liberdade (Inferno) ou a pena alternativa (Purgatório). Nem mesmo a absolvição (Céu). João Grilo retorna a Terra, ou seja, a culpabilidade é esquecida. Como consta no Código Penal Brasileiro: “Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: IX - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei.” (Brasil, 1940).

Quanto à vítima (a real, não a da sociedade), não raramente, é deixada a segundo plano, esquecida. No julgamento de João Grilo, não parece haver nenhuma importância sobre ela. Em alguns casos de nosso processo penal, a verdadeira vítima também é deixada de lado.

### **Conclusão / Considerações finais**

A literatura permite um olhar crítico aos acontecimentos do cotidiano. A partir desta pesquisa, apresentam-se questões sensíveis ao Direito, mais propriamente ao processo penal. A literatura possibilitou uma análise jurídica ao rito do tribunal do júri como ele existe hoje. Suassuna, por meio do humor e da tragédia, com riqueza de detalhes, traz diálogos e

personagens que permitem o estudo dos elementos de um tribunal, com réus, acusação, defesa e julgamento.

Conclui-se, portanto, que o autor procurou, por meio de uma obra popular, ser crítico ao revelar algumas estratégias e realidades do processo penal brasileiro. Nesse contexto, acentua-se a ironia com a vitimização do réu, a santificação da defesa e a satanização do promotor de Justiça, buscando-se a simpatia e o convencimento de órgãos julgadores, especialmente quando se tem o voto de leigos, caso dos Tribunais do Júri.

### Referências

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. 3ª ed. São Paulo: Edijur, 2012.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm)>. Acesso em: 10/10/2019.

BRASIL. Código de Processo Penal. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 out. 1941. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm)>. Acesso em: 10/10/2019.

LOPES JR., Aury. **Fundamentos do Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2016. 288p.

SUASSUNA, Ariano. **O Auto da Compadecida**. Rio de Janeiro: Agir, 1999.



## **NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR DEVIDO AO CERCEAMENTO DE DEFESA**

Da Silva, Rafael Gonçalves <sup>105</sup>, Philippini, Ana Cláudia Moreira Miguel

**Palavras-chaves:** Processo Administrativo Disciplinar. Nulidade. Cerceamento de defesa.

### **Introdução**

O Processo Administrativo Disciplinar é meio pelo qual a Administração Pública apura as irregularidades cometidas por seus servidores, e caso necessário é aplicado penalidades adequadas. Como a apuração de irregularidade disciplinar é imprescindível para a legalidade da punição, constitui objetivo da presente investigação demonstrar a necessidade de seguir o trâmite do processo de forma correta, observando-se e respeitando a lei e princípios norteadores que dão ao acusado o direito de defesa, buscando evitar a nulidade do processo.

### **Materiais e métodos**

O projeto tem seu desenvolvimento com base em bibliografias que versam sobre o processo administrativo disciplinar, sendo usado: doutrinas jurídicas acerca do tema, artigos técnicos e científicos. Ademais, foi utilizada como metodologia a pesquisa documental, especialmente a Lei nº 8.112/90.

### **Resultados e discussão**

No Processo Administrativo Disciplinar é aplicável os princípios constitucionais regentes da Administração Pública, assim como aqueles previstos no art. 37, caput da CF, sendo estes a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Além destes princípios, para o presente trabalho, destacam-se os princípios previstos pela doutrina, bem como: o da legalidade objetiva, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, do informalismo moderado e da verdade real. Para que o Processo Administrativo Disciplinar seja finalizado de maneira válida, é fundamental que seja observada a forma processual, sendo respeitadas as normas, os princípios propícios e a composição de cada ato no procedimento, visando buscar a verdade dos fatos, caso contrário, haverá nulidade do processo.

---

<sup>105</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – [Rafael.qs1@hotmail.com](mailto:Rafael.qs1@hotmail.com).

## Conclusão / Considerações finais

O contraditório e ampla defesa no referido processo é um dispositivo de equilíbrio entre o administrador e o acusado, e quando violado, causa o desequilíbrio entre as partes. Dessa forma, para que o processo administrativo disciplinar tenha efetividade e fique livre de algum vício de nulidade, deve ser assegurado ao acusado o direito de defesa, sendo respeitado o contraditório e ampla defesa durante todo o procedimento.

## Referências

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 22ª ed. rev. ampl. atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 31. ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

## LIMITES DA TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA

Santos, Renata Nepomuceno <sup>106</sup>, Jodar, Cláudio Henrique Urbanavicius

### Introdução

A terceirização é o fenômeno pelo qual uma empresa tomadora de serviços celebra um contrato com outra pessoa jurídica ou física, onde esta se encarrega da produção de um determinado serviço, que a própria tomadora deveria executar. Em suma, o intuito da terceirização é aumentar o foco na atividade empresarial aperfeiçoando seus resultados, para tanto, flexibiliza seus recursos, delegando atividades a empresas que às realizarão com maior agilidade e menor custo. Com o advento das Leis nº 13.429/2017 e nº 13.647/2017, os meios de comunicação divulgaram inúmeras matérias sobre a terceirização, o que resultou na curiosidade das pessoas a respeito do assunto. Estas por sua vez, entenderam que a partir da nova lei os patrões poderiam ter passe livre para “contratar trabalhadores terceirizados”. Assim sendo, a presente pesquisa tem por objetivo sanar dúvidas quanto ao alcance e os limites da terceirização.

### Materiais e métodos

A metodologia utilizada na pesquisa é exploratória, descritiva e documental, fazendo o uso da legislação vigente, de doutrinadores publicados e de obras bibliográficas, além de leituras de sites da internet.

### Resultados e discussão

A própria expressão terceirização induz à existência de um terceiro elemento na relação. Portanto, a terceirização é uma relação triangular formada entre o tomador de serviços, o intermediador de mão de obra e o trabalhador. Entre a empresa prestadora e a tomadora de serviços celebra-se um contrato regulado pelo Direito Civil, sendo o vínculo empregatício firmado entre a empresa prestadora de serviços e o trabalhador, havendo neste caso, personalidade e subordinação. Deste modo, torna-se vedada a subordinação direta entre o tomador de serviços e o trabalhador. Inicialmente, a Súmula 331 do TST consagrou os parâmetros de licitude da terceirização, permitindo a subcontratação de trabalhadores para exercerem atividade inicial e atividade-meio, na sequência, foram aprovadas as Leis nº 13.429 e nº 13.647, a primeira alterou de modo os

---

<sup>106</sup> E-mail: Renata\_nepomuceno@yahoo.com.br

parâmetros de legalidade da terceirização ao inserir normas sobre a matéria no bojo da Lei 6.019/74, a segunda ficou conhecida como “reforma trabalhista” que modificou as ainda novas regras aplicáveis aos contratos e prestação de serviços, permitindo a terceirização também na atividade fim. Sendo assim a partir da reforma trabalhista a terceirização passou a ser lícita em qualquer modalidade, sendo ela atividade meio ou fim. Outro ponto analisado na investigação foram os limites traçados para a terceirização. Foi observado que, embora o ordenamento jurídico tenha regulado a terceirização em qualquer atividade, as leis fixaram critérios para a validade do contrato de prestação de serviços. Atribuiu à prestadora de serviços além da contratação, a remuneração e a direção dos trabalhadores. Além disso, é proibida a contratação de empresas prestadoras de serviços cujos titulares ou sócios tenham, nos últimos dezoito meses, prestado serviços à contratante na qualidade de empregado ou trabalhador sem vínculo empregatício, exceto se os referidos titulares ou sócios forem aposentados. Veda ainda que o empregado que foi demitido preste serviços para a mesma empresa na qualidade de empregado terceirizado antes do decurso de prazo de dezoito meses, contados a partir da demissão do empregado.

## Conclusão

Conclui-se que a terceirização é um fenômeno adotado para aumentar a produtividade e os lucros das empresas, com menor custo, que a partir da Reforma Trabalhista passou a ser aceita em qualquer modalidade, seja ela atividade meio ou atividade fim. A lei apesar de permitir a terceirização da atividade fim fixou limites para que a mesma seja lícita, sendo eles: Vedação de subordinação direta; efetiva transferência das atividades da prestadora de serviços, a qual deve ter condições de realizar com autonomia os serviços contratados; capacidade econômica da prestadora, compatível com a execução dos serviços, tanto no momento da contratação, quanto ao longo de toda a relação contratual entre as empresas, o que impõe à tomadora de serviços a obrigação de fiscalização quanto ao cumprimento das obrigações sociais por parte da contratada; e observância das cláusulas estabelecidas nos artigos 5º-C e 5º-D, da Lei 6.019/74.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 13.467**, de 13 de julho de 2017. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 09/10/2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis Trabalhistas.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em:  
09/10/2019

CASSAR, Volia Bonfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista Lei  
13.467/2017. 15.ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

## REGULAMENTAÇÃO DA GUARDA E VISITAÇÃO DE ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Renato Fernandes da Silva - Orientador: Prof. Renato Augusto de Alcântara Philippini

**Palavra Chave:** Estimação, Inexistência e Regulamentação

### Introdução

O fim de um relacionamento é um momento bem delicado na vida dos envolvidos, é uma série de decisões que deve ser tomadas, que envolvem muitas coisas relacionado ao rumo da vida do ex- casal. No meio de tanta turbulência, os tutores dos animais de estimação precisam tomar decisões sensatas em relação a guarda dos seus animais de estimação.

No Brasil, os animais de estimação são definidos como semoventes, ou seja, classifica-se como condições de coisas, existe a definição no artigo 82 do Código Civil Brasileiro.

Existem certos ordenamentos jurídicos que promoveram a reclassificação dos animais de categoria dos bens para uma nova categoria, classificada como híbrida entre pessoas e bens móveis.

### Objetivos

A presente pesquisa buscou o objetivo de analisar a problemática da posição dos animais de estimação dentro do espaço jurídico da legislação brasileira, correspondendo a anseios mais ecológicos, que durante um tempo, vem se mostrando cada vez mais frequente na realidade social.

### Metodologia

Para a elaboração deste trabalho foram realizadas pesquisas bibliográficas com livros pertinentes ao objeto de pesquisa. Foi realizada a leitura, o fichamento e a paráfrase das obras consultadas, foram consultados documentos disponíveis *online*, devidamente referenciados na bibliografia.

## Discussão

Gonçalves (2012, p. 292), destaca que como não existe nada regulamentado sobre o assunto, é a preservação dos interesses dos animais de estimação. De acordo com o Código Civil Brasileiro, destacam que a guarda dos filhos são referentes ao direito natural dos seus próprios genitores, no caso específico dos animais de estimação, a tutela é decidida em uma das partes, não levando em conta o título de propriedade. Caso durante o processo de instrução processual ficar claro e definida tal incoerência, o poder de guarda por ser conferido a um indivíduo idôneo da família de um do casal, conforme descrito no artigo 1.583,

§ 5º, do Código Civil.

## CONCLUSÃO

A jurisprudência em relação ao tema da guarda de animais ainda é muito imparcial e sem estrutura, os direitos dos animais tem sofrido muitos debates no meio jurídico e científico. Conforme comentado no conteúdo desse trabalho, é defendido o reconhecimento de que os animais possuem direitos jurídicos, e devido a isso, são sujeitos de direitos. Concluindo, o animal que está em disputa pelas partes não pode em nenhum momento ser considerado como um objeto de partilha, a ser considerado por uma decisão que divide entre as partes do divórcio.

## REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

## A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NAS AÇÕES DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

Gomes, Ricardo da Silva, Gaspar, Silvana Santos

### Introdução

O presente estudo tem por escopo analisar a relativização do instituto da coisa julgada nas ações que versem sobre filiação, sem que fosse utilizado o Exame de DNA, além disso busca a compreensão do instituto da coisa julgada, sua ligação com o princípio da segurança jurídica analisando seus limites e efeitos nas vidas dos envolvidos e no ordenamento jurídico brasileiro.

O objetivo maior é entender as consequências jurídicas da revisão da ação de investigação e reconhecimento de paternidade que foi concluída sem análise de DNA, mesmo nos casos em que já foi reconhecida a coisa julgada, podendo gerar novos conflitos familiares, trazendo consequências negativas para a criança, que achava que o fulano de tal era o seu pai, porém ao realizar o exame de DNA verifica a não existência desse vínculo genético, levando o suposto pai a ingressar com Ação Negatória de Paternidade.

### Metodologia

A metodologia adotada foi a pesquisa teórico-dogmática, sendo estudos de doutrinadores, jurisprudência, e matéria Constitucional.

Tem caráter transdisciplinar, com incidência de investigação contidas entre as searas distintas do Direito Civil, Direito Processual Civil e do Direito Constitucional. No Direito Civil o estudo será sobre o direito de família.

Além disso a presente pesquisa tem como base de pesquisas inúmeros doutrinadores como Pablo Gagliano, Humberto Theodoro Junior, Venosa, entre outros. Em segundo plano, será realizado estudos em revista eletrônicas do meio jurídico e artigos científicos.

### Resultado e discussão

Na primeira parte trata-se das discussões doutrinaria existentes sobre a denominada coisa julgada inconstitucional, bem como sobre sentença intoleravelmente injustas e a possibilidade ou não se aplicar o instituto da coisa julgada nesses casos específicos. Também foi observado questões da eficácia da declaração de inconstitucionalidade de lei pelo Supremo Tribunal Federal nos casos de a sentença que nela a lei se fundou já estar coberta pela coisa julgada material.



Analisou-se ainda a doutrina com posicionamento favorável à tese da “relativização” da coisa julgada, nos casos em que a sentença ofende algum princípio com valor superlativo a segurança jurídica ou norma constitucional.

Analisou também posicionamento contrário à relativização, considerando que a coisa julgada é um valor absoluto. Por fim, considerou se o entendimento de que a possibilidade de “relativização” vai contra um dos objetivos do ordenamento jurídico, que é a redução quantidade de processos que tramitam atualmente.

### **Conclusão**

Por ser consideravelmente novo na doutrina e na jurisprudência, o tema da relativização da coisa julgada ainda levanta controvérsias acerca da viabilidade de sua aplicação sem ferir por completo o instituto da coisa julgada. Contudo, na esteira da doutrina favorável ao tema, observou-se aqui que a quebra da coisa julgada é excepcional e restrita ao enquadramento do caso concreto nos critérios apresentados

Pode perceber que de um lado o princípio da segurança jurídica se confronta com o da dignidade da pessoa humana, bem como o direito de personalidade. Analisando as doutrinas, verifica-se que a relativização seguiu um caminho para o maior alcance da justiça, onde os Tribunais Superiores vêm decidindo, caso a caso, pelo melhor entendimento de que o direito de personalidade não pode ser deixado de lado. Conclui-se que não é uma quebra de confiança nas decisões judiciais, mas sim uma segurança maior de, encontrar respaldo e certeza de que os reais interesses sejam preservados.

### **Referencias**

- THEODORO Jr., Humberto. Curso de direito processual civil, vol. I., Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- GAGLIANO, Pablo Stolze e FILHO, Rodolfo Pamplona. Direito de Família, vol. VI., São Paulo: Saraiva, 2013.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Publicada no Diário Oficial da União em 05 de outubro de 1988.
- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil. Publicado no Diário Oficial da União em 17 de março de 2015.
- NADER, Paulo. Curso de Direito Civil. Direito de Família, v. 5, 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008

## INSTITUTO DA MEDIAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Mendes, Robson Moreira, Gaspar, Silvana

### Introdução

Com o advento da Constituição de 1988 o direito de família passou por diversas transformações, ou seja, modificou - se a ideia de que a família era apenas formada pelo matrimônio e passou a definir a família como toda relação de afeto entre pessoas ou entre um determinado grupo de pessoas.

Da mesma forma que expandiu o conceito de família gradualmente se teve um enorme crescimento no número de conflitos existentes entre os membros dessas famílias. Com isso, foi necessário o Estado intervir e criar mecanismos para auxiliar na resolução desses impasses.

Assim sendo, o legislador através da Lei nº 13.140/2015 que dispõe sobre a Mediação e por meio da Lei nº 13.105/2015 – Novo Código de Processo Civil - deu uma forte ênfase aos métodos de soluções consensuais de conflitos, mais precisamente arbitragem, conciliação e a mediação.

Por isso, o presente trabalho busca fazer uma análise a respeito da eficiência da mediação para solução de conflitos familiares, seus resultados positivos e negativos examinando-se as vantagens do processo de mediação nos casos de família.

### Materiais e métodos

A metodologia adotada é a pesquisa academia bibliográfica utilizando-se de estudos em livros, sites e artigos científicos. Foi acessado vários artigos relacionados ao tema no site do IBDFAM (INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMILIA).

### Resultados e discussão

A pesquisa foi dividida em três fases. Na primeira fase, ou seja, primeiro capítulo explorou-se os conceitos de família dando ênfase na evolução histórica buscando ressaltar as mudanças observadas até a atualidade. Ainda dentro dessa primeira fase descreveu-se os princípios que norteiam o direito de família, principalmente aqueles que tem como base a Constituição Federal de

1988. No segundo capítulo estudou-se os tipos de métodos consensuais para resolução de conflito. Foi trazido um breve conceito de arbitragem e conciliação e um aprofundado conceito de mediação, inclusive ressaltando a diferença de mediação judicial da mediação extrajudicial. Na terceira fase estudou-se a mediação como método de solução de conflitos familiares. Deu –se uma atenção maior na mediação para resolução do conflito do rompimento do vínculo jurídico(divórcio), no conflito envolvendo guarda compartilhada e no conflito que envolve partilha de bens.

### Conclusão

Concluiu-se que com o passar das décadas os números de conflitos existentes entre as pessoas de um mesmo grupo familiar cresceram acentuadamente. Diante disso, foi necessário o Estado com o intuito de desafogar o judiciário criar outros meios para resolver os conflitos. Então, o legislador reforçou a ideia dos métodos de solução consensual de conflitos buscando demonstrar que os impasses familiares não precisam ser totalmente resolvidos pelo juiz. Dessa forma, pode-se dizer que há uma grande viabilidade do método de mediação no tocante a aplicação aos conflitos familiares, pois nota-se um resultado satisfatório no que diz respeito às partes envolvidas que resolvem a lide através deste método.

### Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988: **Vade Mecum**. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2018. 2381 p

A mediação como método de tratamento adequado ao processo de inventário e partilha. 14 de agosto de 2019. **IBDFAM**. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/artigos/1351/A+media%C3%A7%C3%A3o+como+m%C3%A9todo+de+tratamento+adequado+ao+processo+de+invent%C3%A1rio+e+partilha>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

BACELLAR, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2012

## **ANÁLISE DO PROJETO DE LEI DE Nº 352/017 (LEI DO ABATE), QUE VISA ALTERAR O ARTIGO 25 DO DECRETO-LEI Nº 2.848 – CÓDIGO PENAL**

Santos, Rodrigo Martins dos, Philippini, Renato Augusto de Alcântara

### **Introdução**

O Projeto de Lei nº 352/2017, de autoria do Senador José Medeiros, visa basicamente, alterar o artigo 25 do Decreto-Lei nº 2.848/ 1940 – Código Penal, que trata da legítima defesa. A alteração visa presumir legítima defesa, quando o agente de segurança pública, matar ou lesionar quem portar ilegal e ostensivamente arma de fogo de uso restrito, representando perigo direto e iminente à integridade física das pessoas próximas. A pretensão do PL nº 352/2017, por assim dizer, tem como objetivo, criar um novo tipo de excludente de ilicitude, além das que estão previstas no artigo 23 do CP, para quando os agentes das Forças de Segurança Pública, ao atirarem em um infrator que estiver portando arma de fogo de uso restrito, ainda que a ação ocorra sem confrontos, sejam amparados por legítima defesa de terceiros, ou legítima defesa da sociedade. Vamos assim verificar, se existe necessidade e legalidade na alteração pretendida, no artigo 25 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 – Código Penal, que versa sobre a Legítima Defesa. Examinar a proposta, tendo como base a adoção de um mecanismo do Direito Penal do Inimigo, na legislação penal brasileira.

### **Materiais e métodos**

A metodologia adotada é exploratória, descritiva, utilizando-se da pesquisa bibliográfica perfazendo a leitura de livros, artigos científicos e sites. Isto possibilitou um conhecimento mais amplo do assunto, uma vez que, a legalidade das ações das Forças de Segurança Pública, no tocante ao abate de infratores, acaba sendo questionada pela população, pela imprensa de forma geral e pelas autoridades em diversos níveis e seguimentos.

### **Resultados e discussão**

A pesquisa foi dividida por etapas, que foram necessárias para entendermos os pontos principais da proposta do PL 352/17. Na primeira etapa, estudou-se o conceito de armas de fogo de calibre restrito. Foi verificado que para definir adequadamente a legislação e tendo mais eficiência, sobre as questões do porte e da posse de armas de fogo de forma geral. Foi elaborado o Decreto nº 9.847/19, que revogou seus antecessores, para que o Estatuto do Desarmamento –

Lei 10.826/03 fosse regulamentada adequadamente às necessidades reais. Destaca-se que o Comando do Exército possui a função de estabelecer as denominações nos limites legais sobre tal assunto. Na segunda **etapa**, buscamos a origem da Legítima Defesa, e entender seu conceito. Observamos que historicamente, sempre existiu a necessidade do ser humano se defender das ações lesivas de terceiros. Outro fator que torna a legítima defesa necessária, é que o Estado não se faz presente em todos os lugares a todo momento, para resolução dos conflitos sociais. Permitindo assim, o direito de defesa ao cidadão, analisando a natureza e a legalidade dos fatos. Na terceira etapa, vimos o conceito de Legítima Defesa, que esta no artigo 25 do Código Penal, o qual possui elementos específicos, que são levados em consideração para que o cidadão utilize esta excludente de ilicitude. Os elementos em questão são: Agressão injusta; atual ou iminente; meios necessários; moderação; direito próprio ou de terceiro. Mesmo que se utilize a legítima defesa, o cidadão poderá passar por um processo criminal. Mas o artigo 386-VI do Código de Processo Penal, fala que deve ser absolvido, desde que reconheça existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena. Na quarta etapa, o estudo foi direcionado ao Direito Penal do Inimigo. Pois a premissa do PL 352/17, vem de encontro com esta filosofia penal. Este conceito foi criado em 1985, por Günther Jakobs, professor alemão de Direito Penal, baseado em políticas de combate à criminalidade. Neste modelo, as normas jurídico-penais não vigoram princípios de direitos e garantias, elementos irrenunciáveis em um Estado Democrático de Direito como o nosso. Jakobs diz que a supressão das garantias fundamentais, da antecipação da punição do inimigo frente ao perigo que ele representa e não em virtude da sua culpabilidade, é que seria possível eliminá-lo da sociedade. O indivíduo se torna inimigo do Estado, com base nas seguintes situações: Reincidência, Habitualidade, Delinquência Profissional e Integração em Organização Criminosa Estruturada. E por fim na quinta etapa, foi feita uma análise do PL 352/17, no tocante a sua conveniência, necessidade e constitucionalidade.

## Conclusão

Conclui-se que a pretensão de alteração dos artigo do artigo 25 que versa sobre legítima defesa, não é viável, pois só traria mais prolixidade para a Lei Penal, uma vez que o conceito da respectiva excludente de ilicitude, já satisfaz as pretensões de quem vale desta, para sua defesa. Constitucionalmente analisando o PL 352/2017, entende-se que este seja inconstitucional, com base no artigo 5º, inciso 47 da CF/1988, que é a gênese do princípio da humanidade. Sendo

assim, é desnecessária a criação de mais uma excludente de ilicitude, ampliando a descrição da Legítima Defesa, que está conceituada e definida no Código Penal vigente, de forma que seus aspectos englobam a idéia proposta pelo parlamentar, antes citado, em seu PL de nº 352/17.

## Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988: **Vade Mecum**. 24ª. ed. Saraiva, 2017. p. 8 .

PENAL. Código, de 07 de dezembro de 1940: **Vade Mecum**. 24ª. ed. Saraiva, 2017. 533 p.

GRECO FILHO, V. **Algumas observações sobre o Direito Penal**. 2000, p.60.

GRECCO, Rogério, **Atividade Policial: Aspectos penais, processuais penais, administrativos e constitucionais**, 2009, p. 109 e 114.

## **A DESPROTEÇÃO DO EMPREGADO NO “LIMBO JURÍDICO” FRENTE A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA**

REOLON, Sarah Maria Laurentino <sup>1</sup>, SALVADOR, Sérgio Henrique <sup>2</sup>

### **Introdução**

O presente trabalho se refere a ocorrência do conhecido “Limbo Jurídico” e suas consequências, tendo em vista que produz efeitos diversos extremamente danosos ao empregado celetista que também é segurado obrigatório do INSS.

Em suma, ocorre quando o empregado tem o benefício previdenciário por incapacidade temporária (auxílio-doença) cessado pela autarquia, pois considerado apto ao trabalho, contudo ao comunicar o empregador quanto ao retorno as atividades laborais de seu anterior posto de trabalho tem seu retorno denegado pelo médico do empregador, discordante da aptidão apontada pelo INSS.

Nessa situação, se vê em explícita lacuna jurídica, desprotegido, sem a tutela previdenciária e sem o efetivo acompanhamento patronal que prefere fechar as portas, deixando-o a sua própria sorte e sem qualquer remuneração, ainda que o contrato de trabalho se encontre em plena eficácia ante a alta previdenciária.

### **Materiais e métodos**

Para o desenvolvimento do presente trabalho os métodos de pesquisa foram: estudo de caso, avaliando empresas e pessoas que passaram ou estão passando por esta situação; levantamento bibliográfico e análise jurisprudencial.

### **Discussão**

O perito previdenciário que observará a situação do segurado deve realizar um laudo consistente e fundamentado para concessão ou indeferimento da continuidade do benefício, utilizando técnicas periciais para buscar a verdade do fato e produzir sua peça a serviço da administração, o que geralmente não acontece.

O médico do trabalho, por sua vez, deve saber reconhecer a capacidade laborativa,

ainda que reduzida, mas apto a retornar ao trabalho e principalmente seguindo normas de adaptação do posto laboral, bem como, de adequação gradual da produção a ser atingida no retorno ao trabalho. Quando o médico do trabalho abre espaço para que a recuperação parcial da capacidade laborativa seja empecilho para retornar ao trabalho, começam a prosperar outros aspectos na relação previdência-trabalhador-empresa, que nem sempre terá resultado satisfatório a todos os envolvidos. Quase sempre resultará em litígio a ser deslindado pelo Judiciário e aí estará o trabalhador no chamado “limbo”.

### **Conclusão / Considerações finais**

Resta demonstrado que tal instabilidade jurídica onde o trabalhador que é parte hipossuficiente na situação apresentada se encontra não só desamparado, mas também em uma situação de completo abandono, sem trabalho, sem benefício e sem remuneração.

Tal omissão legal está se perpetuando no ordenamento jurídico. Assim cabe aos aplicadores do Direito em especial aos Advogados, a busca pela aplicação da norma constitucional e infraconstitucional. Entretanto, espera-se que a Jurisprudência venha pacificar o tema resolvendo definitivamente a questão do limbo previdenciário, tendo em vista que tal situação fere notadamente o fundante princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, dentre outros.

### **Referências**

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988;

IBRAHIM, Fábio Zambitte. *Curso de Direito Previdenciário*. 15 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.



## O CONCEITO CONSTITUCIONAL DA FAMÍLIA: O TERMO ULTRAPASSADO

Aparecida da Silva Rocha, Stephanie<sup>107</sup>, Teixeira, Marcos<sup>2</sup>

### Introdução

A Constituição Federal de 1988 alterou o seu entendimento anterior, mudando a visão de que o único vínculo familiar era aquela instituída mediante o matrimônio. Prescreve o art. 226, §3º da Constituição Federal de 1988 a reiteração do reconhecimento da união estável como instituto familiar.

O presente artigo refere-se sobre as mudanças constitucionais no conceito de família, bem como este conceito está em pleno desenvolvimento social e jurídico, ampliando os tipos de entidades familiares, tendo como exemplo pluralismo e união estável homoafetiva, mudando a concepção que temos de família tradicional.

### Materiais e métodos

Mediante pesquisas podemos notar as alterações sofridas ao longo dos anos, o que certamente se deve pela constante evolução social, fez-se necessário alterar o basilar conceito de família que existia há tempos.

No âmbito Internacional, a Organização das Nações Unidas, por meio de Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, proclamou documento, nomeado Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em seu artigo 16, §§ 1º e 3º, também assegura direitos e apresenta seu conceito de família, observa-se:

1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.

(...)

3. A família é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

---

<sup>107</sup> Acadêmica do curso de graduação em Direito pela Faculdade de São Lourenço.

<sup>2</sup> Professor da Faculdade de São Lourenço e orientador do artigo científico.

## Resultados e discussão

Nesse diapasão, com a expressa garantia de direitos por nossa Carta Magna, o Código Civil de 2002, adotou a terminologia “poder familiar”, tendo em vista a igualdade entre homens e mulheres. Quanto ao poder familiar, expõe que:

**Art. 1.631.** Durante o casamento e a união estável, compete o poder familiar aos pais; na falta ou impedimento de um deles, o outro o exercerá com exclusividade.

**Art. 1.634.** Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos.

Quanto ao conceito de família, Maria Helena Diniz entende que é o *“fruto do casamento, união estável, parentesco, tutela e curatela, não tendo relação com questões econômicas. Dentre essas opções, o casamento permanece como a origem tradicional desse direito”*

## Conclusão / Considerações finais

Por sua vez, nosso ordenamento jurídico, diante dessas alterações, ampliou consideravelmente o conceito de família, tendo como objetivo proteger todos os modelos de família existentes, ainda que sem proibir qualquer outra modalidade não prevista em lei, e ainda, garantir igualdade entre todos eles.

## Referências

A Declaração Universal dos Direitos Humanos. ONU - Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>> . Acesso em: 15 de set de 2019

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 10 de dezembro de 1948. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 15 de set de 2019.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito de Família. São Paulo: Saraiva, Ed. 25ª, 2010.

## A AUTOCOMPOSIÇÃO COMO MEIO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS: A CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

Pereira, Stephanie<sup>108</sup>, Esperidião, Ana Cláudia Moreira Philippini

Palavras-Chaves: Autocomposição. Mecanismos alternativos de solução de conflitos.

Mediação. Conciliação.

### Introdução

O presente trabalho tem por escopo analisar a autocomposição como método efetivo de resolução de conflitos, com foco nos mecanismos da conciliação e da mediação, recebedoras de destaque no Novo Código de Processo Civil. Será analisada a evolução desses institutos na história do processo civil, bem como pontuará os meios existentes de solução de controvérsias no atual ordenamento jurídico brasileiro. Abordará o conteúdo da qualificação do acesso à Justiça, com a apresentação de três formas autocompositivas – mediação, conciliação e negociação - conceituando e diferenciando cada uma delas, com enfoque e detalhamento nos procedimentos da conciliação e mediação. Através da pesquisa empírica, comprovar-se-á a importância da utilização de meios extrínsecos ao processo convencional e a sua efetividade na obtenção de justiça para ambas as partes e não apenas para uma. Por fim, buscará evidenciar a eficácia da aplicação dos institutos na prática forense.

### Materiais e métodos

A presente pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, envolvendo a análise de doutrinadores acerca da autocomposição nos termos do Código de Processo Civil brasileiro, além de artigos científicos publicados sobre o tema.

### Resultados e discussão

Para realização da investigação o trabalho foi dividido em quatro partes. A primeira tratou da evolução histórica da autocomposição de conflitos e da jurisdição. A segunda cuidou da conceituação do conflito em si, bem como os meios de solução de controvérsia existentes atualmente no ordenamento jurídico. Na terceira parte, analisou-se os institutos da conciliação, da mediação, com breve análise sobre a negociação, como mecanismos para obtenção da

---

<sup>108</sup> Aluna da Faculdade São Lourenço – UNISEPE – E-mail: stephanie\_pereira@live.com

autocomposição. Por fim, buscou-se solidificar a efetividade da solução negociada de conflitos e seus resultados, mediante pesquisa empírica.

### **Conclusão / Considerações finais**

Com base no apurado, conclui-se que, em síntese, ainda há muitos entraves a serem superados no que tange às vias conciliativas. Contudo, apesar disso, o preconceito que outrora existia em torno delas vem sendo sanado, posto que são as inúmeras as inovações na esfera legislativa e também no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, visando a implantar a utilização de meios autocompositivos no cotidiano forense. Todavia, faz-se necessário investir mais na formação de conciliadores e mediadores, bem como na capacitação dos operadores do direito, para que eles saibam e dominem as técnicas de maneira adequada. Não há dúvidas quanto às inúmeras vantagens em utilizar os meios autocompositivos para solucionar controvérsias, o que, desse modo, eles tendem e devem ser empregados com maior frequência. Só assim poderá ser dado o adequado tratamento a cada tipo de conflito, resolvendo-o de maneira pertinente às partes, para que gere satisfação às mesmas e para que não resulte em futuros litígios.

### **Referências**

AZEVEDO, André Gomma de; BACELLAR, Roberto Portugal. **Manual de autocomposição judicial**, 2009.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.

MEDINA, Eduardo Borges de Matos. **Meios Alternativos de Solução de Conflitos: o cidadão na administração da justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2004.

## MAUS TRATOS AOS ANIMAIS DOMÉSTICOS NA CIDADE DE CARVALHOS-MG

Nascimento, Theylor; sobrenome Claudio

### Introdução

O presente trabalho visa demonstrar a falta de fiscalização do poder público local com os animais de rua e também a falta de punição aos infratores que cometeram crimes contra os animais sejam domésticos ou os que estão na rua e mostrar como é importante a punibilidade destes infratores para se cumprir a legislação tipificada no ordenamento jurídico nacional, vem ainda expor o total descaso das autoridades locais tanto quando ao cumprimento de lei orgânica, como a falta de fiscalização dos animais nas vias públicas.

A denúncia de Maus tratos aos animais e é legitimada pela Lei Federal nº 9.605 de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), a qual prevê uma pena de detenção de três a um ano e multa, além de ser uma conduta vedada pela Constituição de 1988, em seu artigo 225.

Por esta razão e com base na legislação, o presente artigo irá abordar um caso acontecido na Cidade de Carvalhos- MG, em que diversos cães foram envenenados, e em diversas oportunidades foram denunciados por meio de Boletim de ocorrência na Polícia Militar de Minas Gérias, mais nenhuma medida fora adotada e muito menos algum infrator punido.

### Materiais e métodos

O projeto, tem o seu desenvolvimento no Município de Carvalhos, estado de Minas Gérias com população estimada pelo IBGE em aproximadamente 4.500 habitantes.

Segundo dados recolhidos junto a AMPA (Associação Mineira de Proteção aos Animais) desde de outubro de 2018 dia 02 de Abril de 2019 já haviam sido registrados:

- 32 - Casos de envenenamento com animais socorridos com óbito
- 02 – Casos de envenenamento com animais socorridos sem óbito

Além de existirem dezenas de cães que são abandonados pelos seus antigos donos na maioria das vezes depois de terem já sofrido maus-tratos enquanto estavam sob a posse dessas pessoas.

A Prefeitura Municipal não deu nenhum tipo de parecer sobre os casos até o momento, mesmo contando com uma lei orgânica de N°45 de 2007, referente aos animais em âmbito urbano. Cabendo a mesma o controle desses animais no perímetro urbano.

Seguem os casos sendo investigados pelas autoridades competentes, pois por diversas vezes os mesmo foram apresentados na forma de Termos Circunstanciados frente ao 3GP/4 PEL/277 PM/57 BPM/17 RPM da Polícia Militar de Minas Gérias, que encaminhou a autoridade policial competente na 28° Delegacia de Polícia Civil/Aiuruoca.

## Resultados

Até o presente momento, ainda não tivemos nenhum tipo de solução por parte das autoridades competentes. Casos em que foram denunciados diversas vezes na Policia Militar da Cidade, cabendo então a ONG cuidar desses animais abandonados nas vias públicas, com projetos sem cunho financeiro e sem nenhum apoio do Poder Público Municipal, e ainda representar pessoas que tiveram seus animais domésticos mortos.

## Considerações Finais

O Processo para a melhora desta situação está na conscientização tanto do Poder Público Municipal, que o abandono destes animais nas vias públicas é problema dele, pois conta com lei orgânica regulando a competência para os casos de abandono.

Mas também passa muito pela população pois são estas pessoas que cometem o crime de abandono e maus tratos muitas das vezes sem a devida informação de que isto é crime tipificado no ordenamento jurídico Brasileiro.

## Referências

AMPA (Associação Mineira de Proteção aos Animais)

HELENA, Elga de Paula Almeida, ***Maus tratos contra animais***. 2011. 64f. *Trabalho de Conclusão de Curso* – Universidade Presidente Antonio Carlos – Unipac, Barbacena, 2011

SARAIVA. **Vade Mecum Saraiva** , 15° Ed. São Paulo, 2013

## O IMPOSTO DE RENDA À LUZ DO PRINCÍPIO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

SANTOS, WELLINGTON ANDRÉ

### INTRODUÇÃO

Este artigo se propõe a discutir concepções teóricas que tratam do Imposto de Renda à luz do Princípio Tributário da Capacidade Contributiva. Parte da constatação que a atividade tributante da realidade brasileira é ineficiente para proporcionar justiça social e falha por proporcionar políticas públicas capazes de garantir e concretizar os direitos fundamentais dos cidadãos. Objetiva-se investigar sob que parâmetros a legislação do Imposto de Renda encontra-se alinhada com o Princípio da Capacidade Contributiva. Visa ainda analisar aspectos pelos quais o Sistema Tributário Brasileiro pode reduzir a diferença entre as classes de renda, para que realmente se torne instrumento de efetivação da justiça social e fiscal.

### METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo qualitativa e a metodologia proposta segue os parâmetros da revisão bibliográfica. Autores como Cavallini (2019); Heidemann (2012); Moura (2018); Paulsen (2017); Sabbag (2009), dentre outros, pela propriedade com que tratam o tema, constituíram o referencial bibliográfico necessário para a compreensão da situação em estudo.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

A atividade tributante da realidade brasileira é ineficiente para proporcionar justiça social e falha por proporcionar políticas públicas capazes de garantir e concretizar os direitos fundamentais dos cidadãos. A partir desta constatação, buscou-se discorrer, sucintamente alguns aspectos sobre a tributação e a renda no Estado brasileiro. Em seguida julgou-se oportuno traçar um panorama sobre a tributação no Brasil com vistas a identificar a maneira como está distribuída a carga tributária nos diferentes estratos sociais. Finalmente, ao Princípio Constitucional da Capacidade Contributiva tratou-se de contextualizar os elementos constituintes do Imposto de Renda considerando a maneira como está disciplinado no ordenamento jurídico pátrio.

### CONCLUSÃO

Há no Brasil, uma confusão de tributos imersa em uma complexa legislação que afeta sobremaneira a capacidade contributiva do cidadão. Propor legalmente a isonomia de tratamento entre as fontes de renda do trabalho e do capital; elevar a quantidade de faixas de renda;

aumentar a alíquota máxima e estender a base de arrecadação eliminando certas deduções e/ou isenções são algumas das ações que se fazem urgentes para tornar a arrecadação do Imposto de Renda mais justa e equilibrada.

## REFERÊNCIAS

- CAVALLINI, Marta. **Imposto de renda 2019**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/2019/noticia/2019/04/28/veja-como-e-o-imposto-de-renda-no-brasil-e-em-outros-paises.ghtml>>. Acesso em: 30 ago. 2019.
- HEIDEMANN, Maristela Gheller. **Direito tributário**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- MOURA, Lenice Silveira Moreira de. Tributação, cidadania e justiça social no Brasil. **Revista UNI-RN**, v.16, n. 2, p. 181-235, 2018.
- PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário**. 8. ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.
- PAOLIELLO, Patrícia Brandão. O princípio da capacidade contributiva. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 8, n. 66, jun. 2003. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/4138>>. Acesso em: 17 ago. 2019.



## DO INCIDENTE DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO PROCESSO DO TRABALHO

Castro, Willian dos Santos <sup>109</sup>, Jorda Cláudio Henrique Urbanavicius,

### Introdução

A desconsideração da personalidade jurídica é um tema sempre atual e bem instigante, portanto e o mecanismo jurídico utilizado para atingir a autonomia patrimonial dos bens dos sócios ou dos administradores de empresas diga ser uma medida extrema e cirúrgica que visa coibir a fraude ou abuso de direito, de uma forma mais simples e objetiva, permitindo que no caso em concreto, respeitando o devido processo legal que o credor alcance os bens particulares dos administradores e dos sócios.

### Objetivos

Os objetivos a serem alcançados é trazer breves comentários de um instituto tão importante para o ordenamento jurídico, com ênfase na área do processo do trabalho

### Metodologia

A metodologia a ser aplicada é a realização de busca em sites e vários artigos de conteúdo acadêmico.

### Discussão

Inicialmente, vale a pena lembrar que o patrimônio das pessoas físicas não se confunde com o patrimônio das pessoas jurídicas, nas quais integram seus quadros societários, justamente

---

<sup>109</sup> Graduando em Direito – Faculdade São Lourenço – e-mail: [williancastrobae@hotmail.com](mailto:williancastrobae@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor Orientador – faculdade São Lourenço – e-mail: [adv.urbanavicius@uol.com.br](mailto:adv.urbanavicius@uol.com.br)

pelo fato do princípio da autonomia patrimonial, ou seja, esse “afastamento” patrimonial decorrente de sua própria personalidade jurídica.

Antes da criação da reforma trabalhista, a responsabilidade dos sócios no processo do trabalho, por dívidas trabalhistas estava fundamentada na denominada “Teoria Menor”, que usava analogicamente o disposto no dispositivo artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), em que a mera insuficiência financeira da empresa implicaria na execução dos sócios.

Com a chegada da reforma trabalhista instaurou-se o artigo 855–A, cujo qual se aplica expressamente ao processo do trabalho o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, surgiu com introdução do tema no nosso ordenamento jurídico pela lei 13.105/15, também conhecida como Novo Código de Processo Civil.

A inclusão deste instituto tem como objetivo salvaguardar o princípio do contraditório e dar mais segurança aos empresários em relação à desconsideração da personalidade jurídica.

Não se pode esquecer que logo após a criação do novo Código de Processo Civil, o TST publicou a instrução normativa nº 39, que estendia a aplicação do incidente ao Processo do Trabalho, contudo essa aplicação não foi tão bem aceita na prática pelos Magistrados.

Mas com o advento da lei 13.467/17 (reforma trabalhista) solidificou-se a obrigatoriedade da instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, o que apaziguou a divergência e alavancou o tema ao *status* de previsão específica em lei trabalhista.

## Conclusão

Conclui-se, que o Incidente de Desconsideração da Personalidade jurídica é uma medida excepcional, cabível após frustradas as medidas executórias contra os devedores expressos no título executivo.

Mas com a chegada da nova lei 13.467 (reforma trabalhista) tornou-se sólido o entendimento da obrigatoriedade da instauração do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, no processo do trabalho com o intuito de resguardar o princípio do contraditório e dar mais segurança aos empresários em relação à desconsideração da personalidade jurídica.

Tema a qual se pacificou em relação a sua aplicação no processo do trabalho agora com previsão expressa

## Referências

BUSHATSKY, Daniel Bushatsky. Desconsideração da personalidade jurídica. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Comercial. Fábio Ulhoa Coelho, Marcus Elidius Michelli de Almeida (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/229/edicao-1/desconsideracao-da-personalidade-juridica>. Acesso em 10 out.2019

STOLZE, Pablo. A Medida Provisória da Liberdade Econômica e a desconsideração da personalidade jurídica (art. 50, CC). Primeiras impressões. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 24, n. 5782, 1 maio 2019. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/73648>. Acesso em: 10 out. 2019.

# EDUCAÇÃO FÍSICA

## COMPARAÇÃO DA QUALIDADE DO PÉ E TORNOZELO E SEU DESEMPENHO FUNCIONAL EM INDIVÍDUOS COM E SEM ENTORSE DE TORNOZELO

Ádila Maria Fernandes<sup>1\*</sup>, Eduarda Suellen Figueiredo Silva do Nascimento<sup>1\*</sup> Ricardo da Silva Alves<sup>2</sup>

1. Acadêmicas do curso de Fisioterapia, Universidade do Vale do Sapucaí.

2. Docente do curso de Fisioterapia, Universidade do Vale do Sapucaí.

**Introdução:** A instabilidade funcional do tornozelo acarreta em lesões que comprometem o desempenho motor e estabilidade postural, atividades de vida diária e recreacional, além de gerar dor<sup>1</sup>. Cerca de 30% das pessoas que sofreram entorses estão sujeitas a recidivas, as quais se associam a comprometimentos proprioceptivos e inatividade física<sup>2</sup>. Nesse sentido, os testes funcionais possuem uma excelente confiabilidade para identificar possíveis lesões<sup>1</sup>. **Objetivo:** comparar o comprometimento da instabilidade funcional do tornozelo por meio do questionário FAOS (*Foot and Ankle Outcome Score*) com o desempenho nos testes funcionais, em indivíduos com e sem instabilidade funcional de tornozelo. **Metodologia:** Trata-se de um desenho estudo comparativo e transversal, aprovado pelo CEP Univás (nº: 3.076.531). A amostra foi composta de indivíduos de ambos os sexos, residentes em Pouso Alegre- MG. Os grupos foram divididos em: Sem Entorse (n= 28 voluntários; idade= 24,96± 5,90 anos; IMC= 24,26±4,68 kg/m<sup>2</sup>) e grupo Entorse (n= 28 voluntários; idade= 25,61± 5,48; IMC= 24,83±3,67 kg/m<sup>2</sup>; tempo de lesão: 3,89± 4,98 meses). Todos os indivíduos foram avaliados por meio do questionário FAOS, o qual aborda cinco domínios: dor, outros sintomas, esportes, AVD e qualidade do tornozelo e pé. O escore do FAOS varia entre 0 a 100, sendo que quanto maior a pontuação, melhor é a função da articulação<sup>3</sup>. Após, foi realizado o *Side Hop Test* para avaliar déficits funcionais de tornozelo, o qual consiste em realizar 10 saltos laterais em apoio unipodal a uma distância de 30cm entre o ponto inicial e ponto final. Em seguida realizou-se o *Star Excursion Balance Test* (SEBT), originalmente constituído de 8 direções: anterior, antero-medial, antero-lateral, medial, lateral, posterior, póstero-medial e póstero-lateral. Os participantes eram instruídos a manter-se em apoio unipodal no membro teste, e com membro não teste eram instruídos a bater levemente em uma linha métrica e retornar à posição inicial<sup>1</sup>. **Resultados:** Foi observada diferença significativa dos escores obtidos no questionário FAOS (Grupo entorse 89,57±7,18; Grupo Sem Entorse: 89,74±16,39; valor de p= 0,012), enquanto que para o Side Hop Test não foi encontrada diferença significativa para os lados direito (Grupo Entorse: 8,85±5,031; Grupo Sem Entorse: 9,8315±7,09; valor de p= 0,794) e esquerdo (Grupo Entorse: 8,858±5,56; Grupo Sem Entorse: 9,895±6,28; valor de p= 0,692). No SEBT, somente houveram diferenças significativas nas direções

posteromedial lado direito (Grupo Entorse:  $62,46 \pm 17,22$  cm; Grupo Sem Entorse:  $76,51 \pm 24,37$  cm; valor de  $p = 0,018$ ) e direção posterolateral esquerdo (Grupo Entorse:  $65,07 \pm 20,55$ ; Sem Entorse:  $75,88 \pm 20,25$ ; valor de  $p = 0,032$ ). **Conclusão:** Pelo questionário FAOS e SEBT, o grupo sem entorse apresentou melhores condições do tornozelo comparado ao grupo entorse, porém no Side Hope Test foram encontrados desempenhos similares em ambos os grupos.

**Palavras chave:** Entorse de tornozelo, Instabilidade de Tornozelo, Equilíbrio, Propriocepção

### Referências:

- 1 Ko J, Rosen AB, Brown CN. Functional performance tests identify lateral ankle sprain risk: A prospective pilot study in adolescent soccer players. *Scandinavian Journal of Medicine and Science in Sports*, 2018; 28(12): 2611-2616.
- 2 Lopes B. A importância do treino proprioceptivo na prevenção da entorse do tornozelo em Futebolistas. *Revista Psicologia em Estudo*, 2008; 13: 54.
- 3 Mizusaki IA, et al. Tradução e validação do questionário faos-foot and ankle outcome score para língua portuguesa. *Acta Ortopédica Brasileira*, 2009; 17(4): 232–237.

## CONHECIMENTO DE ALUNOS E PROFESSOR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SERRANOS-MG

Felix, Lucas Veloso; Casas, Alisson Frausino; Castro Lopes, Paulo Henrique<sup>110</sup>; Costa Ribeiro  
Silva, Patrick<sup>111</sup>

### Introdução

O professor de Educação Física possui uma responsabilidade muito grande quanto às ações que deve desenvolver na escola. Estas ações é que propiciarão aos alunos ter construído conhecimentos efetivos, em relação à cultura corporal de movimento, que lhes possibilite pensar, agir e atuar de maneira significativa no âmbito social em que estão inseridos. Com objetivo de melhor compreender as ações desempenhadas pelo profissional de Educação Física atuante no município de Serranos, Minas Gerais, foram entrevistados professor e alunos com o intuito de identificar a condição do ensino escolar.

### Materiais e métodos

Utilizamos de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, pela qual foi escolhida uma escola do município citado, instituição que conta com aulas práticas da disciplina na quadra da escola e de vez em quando aulas teóricas em sala de aula. Foi definido o sétimo ano do ensino fundamental como o público alvo da pesquisa. Foi elaborado e distribuído questionários com cinco perguntas cada aos entrevistados, contemplando 22 (vinte e dois) alunos de ambos os sexos e com idades variando de doze a treze anos, além do professor da disciplina nessas turmas.

### Resultados e discussão

A respeito do que significa a Educação Física para os alunos, 55% responderam que é sinônimo de esporte; 14% manifestações da cultura corporal; 27% jogos e brincadeiras e 5% lazer. 100% dos entrevistados acreditam na importância da Educação Física para eles no futuro. Quando a pergunta foi qual a atividade que mais gostam de praticar nas aulas, os esportes predominam com 82%, destacando-se o futsal e o vôlei; 18% dos alunos preferem jogos e brincadeiras como a popular queimada e o ping pong. No que se refere a sugestões para melhorar as aulas, foram citados entre outros: realizar campeonatos internos, ter aulas de defesa pessoal

---

<sup>110</sup> Graduandos em Educação Física, Faculdade de São Lourenço- [alissonfcasas@outlook.com](mailto:alissonfcasas@outlook.com)

<sup>111</sup> Professor orientador

básica, times para competir entre escolas, levar os alunos no campo municipal, ter vôlei e futsal de areia e realizar excursões. Já na entrevista com o professor, quando perguntado o que mais ensina em suas aulas, relatou que trabalha mais os esportes coletivos, dando prioridade também aos jogos populares. Quanto à motivação de seus alunos ele considera que seus alunos são bastante motivados para as aulas. Já no que se refere às tecnologias presentes, o professor afirma que atrapalha um pouco o andamento das aulas. O professor não tem nenhuma sugestão para melhoria das aulas, visto que conta com bom espaço, material e envolvimento dos alunos. Quanto a conteúdos que ele tem mais dificuldade de ensinar, a dança ainda é um desafio para ele. Observa-se que o esporte é o que mais representa a Educação Física para os alunos, fato esse que se apresenta na pesquisa de BETTI e LIZ (2003), onde quando se entrevistou alunas do ensino fundamental, o “aprender esportes”, foi citado como o principal objetivo das aulas na Educação Física escolar.

### **Conclusão/Considerações finais.**

Conclui-se após essa análise que ao menos na cidade pesquisada, os esportes ainda são o principal eixo temático praticado nas aulas de Educação Física escolar. Diferente do que se encontra na maioria das escolas de nosso país, essa instituição possui boa estrutura, além de bom interesse dos alunos em participar das aulas, podendo ser utilizada como um modelo no futuro para melhorar não só da Educação Física, mas também da educação como um todo de nosso Brasil.

### **Referências Bibliográficas:**

BETTI, Mauro; LIZ, Marlene Terezinha Facco. Educação física escolar: a perspectiva de alunas do ensino fundamental. **Motriz. Jornal da Educação Física. UNESP**, p. 135-142, 2003.



## O USO DA REALIDADE VIRTUAL ASSOCIADO AO TREINAMENTO DE MARCHA EM SUPORTE DE PESO CORPORAL PARA PESSOAS COM LESÃO MEDULAR – UM RELATO DE CASO

\*Amanda de Oliveira Duarte<sup>1</sup>, \*Ariely Chaienny Moreira<sup>1</sup>, Bruna Leonel Carlos<sup>2</sup>, Claudia Cristina Garcez<sup>3</sup>

1. Acadêmicas do curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre - MG, Brasil.
2. Fisioterapeuta, Mestre em Ciências da Saúde Aplicadas ao Aparelho Locomotor. Professora do curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre - MG, Brasil.
3. Fisioterapeuta, Pós-graduada em Hidroterapia, Mestre em Saúde Coletiva, Santa Rita do Sapucaí – MG, Brasil.

**INTRODUÇÃO:** O trauma raquimedular (TRM) é uma lesão que pode ser de origem traumática ou patológica <sup>(1)</sup>. O acometimento danifica as estruturas do canal medular e gera perdas motoras, sensitivas e psicológicas, temporárias ou permanentes. Apresenta níveis preocupantes de incidência, sendo as causas traumáticas mais prevalentes, bem como no sexo masculino <sup>(2)</sup>. A realidade virtual (RV) e o treino locomotor com suporte de peso corporal são técnicas modernas e alternativas para reabilitação, podendo proporcionar maior motivação para que o paciente realize, com sucesso, a terapia. O objetivo da pesquisa foi analisar a influência da reabilitação com o uso de RV e treino locomotor com suporte de peso corporal na funcionalidade, qualidade de vida, desempenho em atividades de vida diária e motivação quanto a terapia pelos pacientes com TRM.

**MATERIAIS E MÉTODOS:** O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Univás sob registro 08771219.0.0000.5102. Trata-se de relato de casos, de caráter longitudinal e abordagem quantitativa e de intervenção. Foram utilizadas para avaliação as escalas *American Spinal Injury Association - ASIA* <sup>(3,4)</sup> e Medida de Independência Funcional – MIF <sup>(5)</sup>, o questionário *The Medical Outcomes Study 36-item Short-Form Health Survey - SF-36* <sup>(6)</sup>, e a termografia infravermelha <sup>(7)</sup>. Foram recrutados 2 pacientes, sendo que o paciente 1 participou de 3 sessões com duração de 30 minutos (totalizando 1h30 de intervenção), 1 vez por semana e o paciente 2 participou de 2 sessões, sendo uma com duração de 20 minutos e a segunda com duração de 30 minutos (totalizando 50 minutos de intervenção), 1 vez por semana. O total de horas de intervenção, somando-se os dois pacientes, foi de

2h20minutos. **RESULTADOS PARCIAIS:** Os pacientes apresentaram diferença em relação à avaliação da Escala ASIA, sendo que o paciente 1 apresentou: -Extensão da Lesão: Incompleta, - Classificação ASIA: D, -Nível neurológico: de C5 para L2, - Nível motor: de C5 para L2, -Nível sensitivo: de T9 para L3; e o paciente 2 apresentou: -Extensão da Lesão: Incompleta, - Classificação ASIA: B, -Nível neurológico: permaneceu C4, - Nível motor: de C5 para C7, - Nível sensitivo: permaneceu em C4. Também houve alteração nas zonas de preservação sensitiva e motora. Com relação à escala MIF os resultados iniciais foram: - Paciente 1 – 53 pontos, - Paciente 2: 57 pontos; e os resultados finais foram: Paciente 1: 55 pontos, - Paciente 2 – 52 pontos. No questionário SF-36 foram apresentados os seguintes resultados: Inicial do paciente 1- Capacidade funcional: 0, Limitação por aspectos físicos: 0, Dor: 72, Estado Geral de Saúde: 57, Vitalidade: 75, Aspectos Sociais: 100, Aspectos Emocionais: 100, e Saúde Mental: 84; Inicial do paciente 2- Capacidade Funcional: 0, Limitação por aspectos físicos: 25, Dor: 100, Estado Geral de Saúde: 67, Vitalidade: 60, Aspectos Sociais: 87,5, Aspectos Emocionais: 100, Saúde Mental: 76; Final do paciente 1- Capacidade Funcional: 5, Limitação por Aspectos Físicos: 100, Dor: 61, Estado Geral de Saúde: 67, Vitalidade: 65, Aspectos Sociais: 100, Aspectos Emocionais: 100, e Saúde Mental: 80; Final do paciente 2- Capacidade Funcional: 5, Limitação por aspectos físicos: 50, Dor: 62, Estado Geral de Saúde: 67, Vitalidade: 65, Aspectos Sociais: 62,5, Aspectos Emocionais: 100, e Saúde Mental: 68. Não foram observadas alterações significativas nas imagens por termografia infravermelha. Ao serem questionados sobre a motivação em relação ao tratamento, ambos relataram que a conduta foi mais interessante, porém, há maior necessidade de adequação do aplicativo. **CONCLUSÃO:** A presente pesquisa concluiu que o uso da RV associado ao treino de marcha em suporte de peso corporal gerou alteração positiva em relação à funcionalidade pela escala ASIA e em relação à motivação para realização do tratamento, porém, são necessárias mais pesquisas com um maior número de amostra e maior número de sessões para ratificação da conclusão apresentada.

**Palavras-chave:** Traumatismos da medula espinhal; Fisioterapia; Locomoção; Realidade virtual.

## REFERÊNCIAS:

1. Ministério da Saúde (BR). Diretrizes de atenção à pessoa com lesão medular. Brasília: Ministério da Saúde; 2013.
  2. Leão et. al. Impacto da realidade virtual no equilíbrio e na qualidade de vida em indivíduos com lesão medular. Rev. bras ciên mov 2017; 25(1): 69-78.
  3. Frankel HL et. al. The value of postural reduction in the initial management of closed injuries of the spine with paraplegia and tetraplegia. Parap 1961; 7: 179-192.
  4. Sartori J et. al. Reabilitação física na lesão traumática da medula espinhal: relato de caso. Revista neurociências 2009; 14(4): 364-370.
  5. Riberto M et. al. Reprodutibilidade da versão brasileira da medida de independência funcional. Rev acta fisiát 2001; 8(1): 45-52.
  6. Ciconelli RM. Tradução para o português e validação do questionário genérico de avaliação de qualidade de vida “medical outcomes study 36-item short-form health survey (SF-36)” [Tese]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo – EPM; 1997.
- Cuevas IF et. al. Classification of factors influencing the use of infrared thermography in humans: A review. Inf physics & techn 2015; 71(1): 28–55.

## BENEFÍCIOS DA UTILIZAÇÃO DO TEACRINE COMO RECURSO ERGOGÊNICO NO CICLISMO: UM ESTUDO CLÍNICO RANDOMIZADO

Ribeiro, Andreli Angelina da Costa<sup>1</sup>, Barbosa, Sergio<sup>2</sup>, Mansur, Henrique Novaes<sup>3</sup>

**Palavras-chaves:** Ciclismo; Teacrine; Performance

### Introdução

O ciclismo é uma das modalidades mais praticadas em todo mundo. Se popularizou de fato no Brasil a partir de importantes conquistas no exterior por atletas brasileiros, fazendo com que se torna-se uma das modalidades mais praticadas por crianças e jovens (RUFFO, 2004; MADEIRO, 2010).

Profissionalmente, destaca-se que os atletas estão sempre buscando melhor desempenho na modalidade, desejando através de diversos meios ganhos de força, aumento de massa muscular, redução do percentual de gordura e aumento da capacidade aeróbica (ALTMARI., 2010). Inclusive, para atingir todos os objetivos fatores importantemente considerados são a dieta e os recursos ergogênicos (WILLIAMS, 2002).

Os recursos ergogênicos possuem um potencial importante para o aumento da mobilização de substratos para os músculos ativos durante o exercício físico, diminuição da percepção subjetiva de esforço e reposição hidroeletrólítica adequada (WILLIANES, 1996).

Nesse contexto o Teacrine vem ganhando espaço devido suas inúmeras qualidades. Este é encontrado na fruta exóticas como o cupuaçu e principalmente na planta *Camellia Assamica* var. *Kucha*, proveniente da China. O Teacrine age em mecanismos neurais (dopaminogenico e adenosinergico) estimulando as principais vias e modulando neurotransmissores, permitindo que atletas e indivíduos ativos melhorem o desempenho físico e mental (ZIEGENFUSSET, al., 2016).

---

<sup>1</sup>[andrelinutri@gmail.com](mailto:andrelinutri@gmail.com) – Pós Graduação em Treinamento Físico: Performance, Rendimento e Saúde da Faculdade de São Lourenço.

As ações positivas esperadas são a melhora da performance física e mental, o aumento da concentração e da disposição, uma elevação dos níveis de energia sem causar irritabilidade e redução do estresse. Todavia, ainda não há evidências científicas do uso do Teacrine no ciclismo, assumindo-se como tal o objetivo deste estudo.

## **Materiais e Métodos**

O presente estudo desenha-se conforme um Estudo Clínico Randomizado, seguindo recomendações do Consolidated Standards of Reporting Trials (CONSORT, 2010). Indivíduos praticantes de ciclismo de *endurance* a pelo menos 12 meses serão convidados a participarem voluntariamente do estudo.

Os praticantes serão submetidos a testes de desempenho e *performance* física associados ao ciclismo, tais como avaliações de resistência, força explosiva, capacidade aeróbica máxima, nível de fadiga e percepção subjetiva de esforço. Posteriormente serão alocados aleatoriamente em grupo experimental ou controle. O grupo experimental receberá 100 mg de Teacrine diariamente durante 30 dias. O grupo controle receberá pílulas de placebo por período igual. Ambos os grupos serão recomendados a ingerir a substância rotineiramente 30 minutos antes do treino.

Os testes iniciais serão reaplicados em três momentos diferentes, verificando os efeitos em curto (ingestão de uma única dose do produto), médio (ingestão durante uma semana do produto) e a longo prazo (ingestão durante um mês do produto) da Teacrine. O estudo seguirá protocolo duplo-cego. A comparação dos resultados será intraindividual.

Serão excluídos do estudo indivíduos que façam uso de outras substâncias estimulantes (como cafeína ou termogênicos), que apresentem frequência de treinamento inferior a três vezes por semana ou que não façam a utilização adequada da substância durante o período de acompanhamento.

## **Resultados Esperados**

Os resultados esperados apontam para a comprovação da efetividade da suplementação com o Teacrine no nível de desempenho e *performance* física de ciclistas. Acredita-se que o grupo experimental encontrará melhorias na resistência, na força explosiva e na capacidade aeróbica

máxima, além da redução do nível de fadiga e da percepção subjetiva durante o esforço em comparação ao grupo controle.

### **Conclusão / Considerações finais**

O ciclismo vem ganhando cada vez mais espaço. Pensando no bem-estar de todos os praticantes faz-se necessário falar dos inúmeros pontos positivos que esta atividade física trás, como melhorias na saúde, no humor e na qualidade de vida. Mais para melhorar ainda mais a performance do praticante faz-se necessário uma alimentação adequada e o uso de recursos ergogênicos.

### **Referências**

SCHULZ, K. F.; ALTMAN, D. G.; MOHER, D. CONSORT 2010 statement: updated guidelines for reporting parallel group randomised trials. BMC medicine, v. 8, n. 1, p. 18, 2010.

## INFLUÊNCIA DA INSTABILIDADE POSTURAL E DO MEDO DE SOFRER QUEDAS NA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM DOENÇA DE PARKINSON

Santos, Andreza Alves Nogueira<sup>113</sup>; Alves, Ricardo da Silva<sup>2</sup>; Andrade, Flávia Priscila Paiva  
Vianna de <sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** Doença de Parkinson, manifestações clínicas, quedas, qualidade de vida.

### Introdução

A doença de Parkinson é uma doença crônica, de progressão lenta, associada a degeneração dos neurônios produtores de dopamina, que são encontrados na substância negra compacta do sistema nervoso (O'SULLIVAN; SCHMITZ; 2010). Os sinais clínicos característicos da doença são: rigidez, bradicinesia, tremor e instabilidade postural (O'SULLIVAN; SCHMITZ; 2010).

Com a evolução da doença, o paciente adota uma postura flexora, com diminuição da base de apoio, resultando em uma mudança significativa do centro de gravidade (O'SULLIVAN; SCHMITZ; 2010). As alterações posturais contribuem com o surgimento de outras disfunções, como: a diminuição do equilíbrio e da mobilidade funcional, alterações de marcha e o aumento do risco de quedas (O'SULLIVAN; SCHMITZ; 2010). A instabilidade postural é um dos sinais mais incapacitantes da doença, aumenta o risco de quedas, e gera um ciclo de perdas funcionais, com prejuízo na saúde física e qualidade de vida (YITAYEH; TESHOME, 2016).

O aumento do número de quedas é uma das consequências mais graves da instabilidade postural (YITAYEH; TESHOME, 2016). Consequentemente, os pacientes desenvolvem facilmente o medo de cair, o que compromete tanto a saúde física, quanto a qualidade de vida das pessoas com doença de Parkinson (LANDERS; et al., 2017).

O objetivo do presente trabalho foi avaliar a relação entre a instabilidade postural, o medo de sofrer quedas e a qualidade de vida de pacientes com doença de Parkinson.

---

<sup>113</sup> Graduanda em Fisioterapia – UNIVÁS– [andreza\\_alves15@hotmail.com](mailto:andreza_alves15@hotmail.com)

## Metodologia

Este estudo é um estudo observacional, transversal, realizado na Universidade do Vale do Sapucaí, na cidade de Pouso Alegre-MG. O estudo foi previamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Sapucaí sob número de protocolo (nº 3.193.916). Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente a sua participação no estudo.

Foram incluídos pacientes com diagnóstico de doença de Parkinson, entre os estágios 1 e 4 da escala de Hoehn e Yahr, de ambos os sexos e com idade igual ou superior a 50 anos. Os critérios de exclusão foram: pacientes diagnosticados com Parkinsonismo secundário outras doenças neurológicas, ou instabilidade clínica.

Os instrumentos de avaliação utilizados foram a escala de Hoehn e Yahr e a escala Unificada de Avaliação da Doença de Parkinson para avaliar o estadiamento da doença e déficit motor; o teste de Avaliação Cognitiva de Montreal para avaliação cognitiva; o Software de avaliação postural (SAPO) associado à fotogrametria e o Mini-best Test para avaliação da instabilidade postural; a escala Internacional de Eficácia de Quedas avaliou o medo de cair e o Parkinson Disease Questionnaire – 39 para avaliação da qualidade de vida. Análises descritiva e de correlação de Pearson foram utilizadas para análise dos dados.

## Resultados

Foram avaliados 9 pacientes com 64,67 (desvio padrão) anos de idade, sendo 55% mulheres, e com 5,67 (desvio padrão) anos de início da doença. Seis (67%) dos pacientes estavam no estágio inicial da doença - Hoehn e Yahr 1 e 2, e 3 (33%) no estágio moderado - Hoehn e Yahr 3 e 4. Houve correlação positiva entre o medo de cair e o déficit motor na UPDRS ( $r=0,996$ ;  $p<0,0001$ ) e negativa entre o medo de cair e a instabilidade postural ( $r=-0,812$ ;  $p<0,001$ ). Não houve correlação entre o medo de cair ou a instabilidade postural e a qualidade de vida.

## Considerações finais

É possível observar comprometimento da função motora, estabilidade postural e qualidade de vida dos indivíduos avaliados. Quanto maior o déficit motor e a instabilidade postural, maior foi o medo de cair nos pacientes avaliados.



## Referências

LANDERS, M. R., et al. A cross-sectional analysis of the characteristics of individuals with Parkinson disease who avoid activities and participation due to fear of falling. **Journal of Neurologic Physical Therapy**. v. 41, p. 31-42. 2017.

O'SULLIVAN, S. B., SCHMITZ, T. J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 5. ed. Barueri: Manole, 2010.

YITAYEH, A., TESHOME, A. The effectiveness of physiotherapy treatment on balance dysfunction and postural instability in persons with Parkinson's disease: a systematic review and meta-analysis. **BMC Sports Sci Med Rehabil**. v. 8, p. 17. 2016

## IMPACTO FUNCIONAL GERADO EM PACIENTE PORTADOR DE AME ASSOCIADO AO TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO E MEDICAMENTOSO: RELATO DE CASO

Almeida, Bianca Cristine <sup>114</sup>, Rosa, Gislaine Cristina Martins; Andrade, Flávia Priscila Paiva Vianna de.

**Palavras chave:** atrofia muscular espinhal; síndrome de Werdning- Hoffman; fisioterapia

### Introdução

A atrofia muscular espinhal (AME) foi descrita pela primeira vez no final de 1800 por Guido Werdning e Johann Hoffman, a qual se caracteriza por ser uma doença genética (autossômica recessiva) que provoca mutações no gene Survival Motor Neuron 1 (SMN1), levando a morte celular dos neurônios motores localizados no corno anterior da medula e dos núcleos motores (IASCONE; HENDERSON; LEE, 2015).

A AME está classificada em quatro tipos, sendo ela feita pela idade de início da doença e a função máxima motora presente no paciente. A atrofia muscular tipo 1 é a forma aguda, conhecida como Síndrome de Werdning Hoffmann. A tipo 2 é a doença de forma crônica. A AME tipo 3 é a forma mais branda, conhecida como AME juvenil ou doença de Kugelberg- Welander e por fim, a AME tipo 4 que se apresenta na idade adulta (RUSSMAN, 2007).

A forma mais grave é, sem dúvidas, a tipo 1, na qual os pacientes podem apresentar uma grave hipotonia nos membros, fraqueza muscular difusa, arreflexia, incapacidade de sentar sem apoio, choro fraco, tosse ineficaz, respiração paradoxal e tórax em sino (GREGORETTI et al., 2013)

Com base nisso, a presente pesquisa tem como objetivo avaliar o ganho funcional e melhora da qualidade de vida de uma paciente em tratamento medicamentoso e fisioterapêutico.

---

<sup>114</sup> [bianca.grd@hotmail.com](mailto:bianca.grd@hotmail.com); Universidade do Vale do Sapucaí- UNIVÁS

## Materiais e métodos

Foi realizada uma análise documental de fichas, prontuários e informações da paciente desde o seu nascimento e posteriormente, ocorreu uma conversa com os responsáveis a fim de conseguir maiores informações sobre a paciente.

Posteriormente foi aplicada a escala de Medida da Função Motora (MFM-20) para uma melhor avaliação da função motora da paciente. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE: 03803218.2.0000.5102).

## Resultados e discussão

Os resultados encontram-se em análise.

## Conclusão / Considerações parciais

Este estudo é de grande relevância academia, pois ainda não há muitas pesquisas na área, e futuramente poderá ajudar outros pacientes com atrofia muscular espinhal.

## Referências

GREGORETTI, C. et al. Survival of patients with spinal muscular atrophy type 1. **Pediatrics**. 2013.

IASCONE, D M.; HENDERSON C. E.; LEE, J. C. **Atrofia Muscular espinhal**: da especificidade dos tecidos às estratégias terapêuticas. 2015.

RUSSMAN, B. S. Spinal muscular atrophy: clinical classifications and disease heterogeneity. **J Child neurol**. 2007.

## ANÁLISE TERMOGRÁFICA E ALGÔMETRICA DAS MÃOS DE ESTUDANTES QUE UTILIZAM TELEFONE MÓVEL

Faria, Camila Gonçalves, Faria, Rafaella Wood<sup>115</sup>, Junior, Marcelo Renato Massahud<sup>2</sup>,  
Alves, Ricardo da Silva<sup>2</sup>

### Introdução

A mão possui grande variedade de movimentos, como tarefas e habilidades do dia a dia, dentre elas o uso de telefones móveis (CANILLAS, COLINO e MENÉNDEZ, 2014). Atualmente esse dispositivo tem sido utilizado, com maior prevalência entre jovens de 18 a 34 anos, porém o uso excessivo pode acarretar em alterações biomecânicas da mão gerando lesões, como algias, osteoartrite, síndromes compressivas, entre outras (OLIVEIRA, 2016; EAPEN, KUMAR, BHAT, et al 2014).

Devido à grande movimentação da mão na utilização de telefones móveis, a termografia e o algômetro são instrumentos capazes de avaliar alterações térmicas e dolorosas que podem comprometer as funções das articulações da mão, devido ao uso excessivo do aparelho.

O objetivo deste estudo foi comparar e correlacionar a temperatura superficial e dor de ambas as mãos em estudantes que utilizam telefone móvel.

### Materiais e métodos

Foram avaliados 66 estudantes (idade:  $23,01 \pm 5,02$  anos; IMC=  $23,81 \pm 3,72$  kg/m<sup>2</sup>; mão dominante: direita= 92,06%; esquerda= 7,93%), no Lab. Motricidade Humana, Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre. Trata-se de um estudo longitudinal, controlado, comparativo e correlacional, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVÁS (nº: 3.074.452).

Para a avaliação termográfica seguiu-se as normas da Associação Europeia de Termologia, em ambiente com temperatura controlada a 23°C. Com as mãos expostas, os estudantes foram posicionados em sedestação, com flexão de cotovelo a 90°, com a mão dentro da caixa de isolante térmico. A captura das imagens foi realizada nas regiões de interesse: superfície dorsal e palmar de cada mão. Os dados termográficos foram expressos em °Celsius.

---

<sup>115</sup> [camilafariafpa@outlook.com](mailto:camilafariafpa@outlook.com) Universidade do Vale do Sapucaí-UNIVÁS

Para avaliação do limiar de dor foi utilizado o algômetro, instrumento capaz de quantificar em quilogramas-força (kgf) a pressão exercida sobre as regiões palmar e dorsal das mãos, com o estudante em posição sentada e com as mãos apoiadas sobre uma superfície rígida, foi aplicada uma pressão sobre a área.

Para análise estatística foi utilizado o software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS, IBM Corp., Chicago, IL, USA), v. 20.0. Todos os dados foram inicialmente avaliados quanto à sua normalidade por meio do teste de Shapiro-Wilk. Em seguida procedeu com o teste de Wilcoxon para comparação, e teste d Rho Spearman para correlação das variáveis. Para todas as variáveis foram adotadas um nível de significância de  $p < 0,05$ .

### Resultados e discussão

Houve uma assimetria térmica não significativa nas regiões dorsal e palmar de ambas as mãos, mas com diferença significativa de temperatura entre as regiões dorsal e palmar de ambas as mãos. Para o algômetro, foi encontrada diferença significativa do limiar de pressão para a região palmar na comparação entre mão direita e esquerda. Para as demais comparações não foram evidenciadas diferenças significativas. Vide tabela 1.

Tabela 2: Análise comparativa das variáveis algometria e termografia superficial das regiões dorsal e palmar de ambas as mãos.

| Variáveis        | Direita    | Esquerda   | Valor de p  |         |          |
|------------------|------------|------------|-------------|---------|----------|
|                  |            |            | Dir vs. Esq | Direita | Esquerda |
| Temperatura (°C) |            |            |             |         |          |
| Dorsal           | 33,39±1,64 | 33,16±1,98 | 0,110       | 0,002   | 0,013    |
| Palmar           | 33,68±2,28 | 33,62±1,97 | 0,070       |         |          |
| Algômetro (kgf)  |            |            |             |         |          |
| Dorsal           | 4.42±3,01  | 3,79±2,48  | 0,136       | 0,211   | 0,635    |
| Palmar           | 4,58±2,80  | 3,59±2,70  | 0,001       |         |          |

Na análise de correlação, somente a temperatura palmar direita e algometria apresentou baixa correlação negativa significativa, para as demais variáveis não foram encontradas correlações. Vide tabela 2.

Tabela 2: Análise correlacional entre a algometria com as variáveis termográficas e pontuações e do nível de dor por meio do questionário DASH.

| Termografia |          |   | Algômetro | Pontuação | Dor    |
|-------------|----------|---|-----------|-----------|--------|
| Dorsal      | Direita  | r | -0,038    | -0,238    | 0,002  |
|             |          | p | 0,769     | 0,063     | 0,991  |
|             | Esquerda | r | -0,057    | -0,165    | -0,001 |
|             |          | p | 0,665     | 0,200     | 0,996  |
| Palmar      | Direita  | r | -0,255    | -0,227    | -0,019 |
|             |          | p | 0,047     | 0,076     | 0,882  |
|             | Esquerda | r | -0,044    | -0,233    | -0,004 |
|             |          | p | 0,736     | 0,071     | 0,977  |

### Conclusão / Considerações finais

Ambas regiões da mão direita e esquerda apresentaram temperaturas similares, mas houve diferença significativa entre a região palmar e dorsal de ambas as mãos, sendo que a temperatura palmar direita apresentou correlação negativa com a algometria.

### Referências

CANILLAS, F.; COLINO, A.; MENÉNDEZ, P. **Cellular phone overuse as a cause for Trapeziometacarpal Osteoarthritis: A Two Case Report.** Journal of orthopaedic case reports, v. 4, n. 4, p. 6–8, 2014.

OLIVEIRA, A. J. DA S. DE. **Associação entre o uso excessivo de smartphones e as lesões de punho e dedos em estudantes de Ensino Superior da área de saúde.** Revista Inspirar n. 81, p. 16, 2016.

EAPEN C., KUMAR B; BHAT AK et al. **Extensor pollicis longus injury in addition to De Quervain's with text messaging on mobile phones.** Journal of Clinical and Diagnostic Research, 2014;8(11): LC01–LC04.

## RELAÇÃO ENTRE DOR OU DESFONFORTO DE CERVICAL E ALTERAÇÕES POSTURAS EM ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL USUÁRIOS DE DISPOSITIVOS PORTÁTEIS MÓVEIS.

Camila Soares Oliveira

**INTRODUÇÃO:** Telefonia mundial móvel cresce a cada ano, ultrapassando a marca de 5 bilhões de assinantes em 2018 e tornando as linhas telefônicas móveis maior que o próprio número da população brasileira (IBGE). O fácil acesso à internet, a jogos e a aplicativos diversos incentivam os usuários, especialmente o público jovem, a consumir grande porção de tempo em seus dispositivos móveis. Segundo Berolo et al.(2011), esse uso intensivo foi associado a sintomas não-específicos e a queixas musculoesqueléticas .

**OBJETIVOS:** é analisar a possível relação da dor ou desconforto a nível cervical com a postura antálgica em adolescente do ensino fundamental usuários de smartphones

**METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo com abordagem quantitativa por analisar a frequência e a intensidade que os alunos no ensino fundamental utilizam os celulares inteligentes. De natureza básica, por gerar novas informações úteis para futuras intervenções sem aplicação prática. Objetivo transversal, devido ao levantamento epidemiológico, incidência e prevalência. Procedimento de pesquisa em campo, sendo o estudo caracterizado pela investigação, pesquisas bibliográficas e coleta de dados. O método utilizado será realizado um questionário elaborado pela própria pesquisadora, para que as respostas possam responder as perguntas do presente estudo. Também será realizado o teste físico através da medida da distância parede-occipital que avalia o grau de cifose torácica e incapacidade de extensão cervical, decorrente da retificação da lordose cervical e/ou da inversão da lordose cervical (Shinjo et al., 2006). Participaram 90 alunos da 5º à 9º série do ensino fundamental da escola Profissional Delfim Moreira, de 10 à 15 anos, de ambos os sexos, que estejam de acordo com os critérios estabelecidos.

**RESULTADOS/ DESENVOLVIMENTO:** Condições como repetição excessiva, alta demanda física, psicológica e posturas sustentadas foram identificadas como fatores associados a queixas musculoesqueléticas(XIE; SZETO,DAÍ,2017). Alguns pesquisadores sugeriram que o uso de smartphones leva a cervical para uma postura não neutra ou ao desenvolvimento distúrbio musculoesquelética . Young et al. (2012) prescreveu que a duração e a frequência do uso de dispositivos portáteis móveis estava relacionado à prevalência de dor em região cervical .

**CONSIDERAÇÕES PARCIAIS:** Sabe-se que as presentes pesquisas apontam que a postura não neutra durante a visualização do smartphone em adultos causam alterações musculoesquelética

na região cervical, devido ao uso excessivo levando á uma adaptação corpórea que pode trazer incômodos na região de cervical.

**REFERÊNCIAS** BALZINI, Lara et al. Clinical characteristics of flexed posture in elderly women. **Journal of the American Geriatrics Society**. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20833387>> Acesso em 27 de novembro de 2018

BEROLO, Sophia; WELLS, Richard P.; AMICK III, Benjamin C. Musculoskeletal symptoms among mobile hand-held device users and their relationship to device use: a preliminary study in a Canadian university population. **Applied Ergonomics**,. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20833387>> Acesso em 27 de novembro de 2018

GSMA. **Number of mobile subscribers worldwide hits 5 billion**, Disponível em: <<https://www.gsma.com/newsroom/press-release/number-mobile-subscribers-worldwide-hits-5-billion/>> Acesso em 27 de novembro de 2018.



## **IDOSOS QUE PRATICAM CAMINHADA APRESENTAM MELHORES INDICADORES DE SAÚDE QUE IDOSOS SEDENTÁRIOS**

Maciel, Carlos Eduardo Oliveira; Tomaz, João Cristian Daniel Pinto; Pereira, Hildebrando; Domingos, Luan; Chacon, Lucas; Materra Silva, Rhuan; Barbosa, Ribeiro Sergio<sup>2</sup>

### **Introdução**

A prática de exercício físico por idosos traz melhorias significativas na qualidade de vida. Nota-se que o exercício físico regular pode ser ainda relevante para evitar, minimizar, e/ou reverter muitos dos declínios físicos, psicológicos e sociais que frequentemente acompanham a idade avançada. O exercício físico tem se tornado uma estratégia simples, barata e eficaz tanto para diminuir os custos relacionados a saúde quanto para manter os níveis de componentes da aptidão funcional na terceira idade (GOBBI, 1997; MACIEL, 2010).

A caminhada é um exercício físico que pode ser feita sem custos e que pode ser praticada em qualquer lugar, como ruas, nos parques, na praia, no campo ou na área interna de condomínios. O nosso objetivo com este trabalho é apontar a caminhada como uma forma de melhorar a saúde e qualidade de vida de idosos.

### **Materiais e métodos**

O presente estudo estrutura-se conforme trabalhos transversais observacionais. Foi realizado em cidades no Sul de Minas Gerais e contou com a participação voluntária de 60 idosos (média de 68 anos; 58% do sexo feminino). O anonimato dos entrevistados e demais questões éticas foram respeitadas.

Consonante com os objetivos do estudo foi empregado um questionário estruturado contendo perguntas sobre a prática de caminhada, duração, tempo e frequência do exercício, suplementado de questões sobre variáveis em saúde: presença de doenças crônicas, saúde auto percebida e número de medicamentos utilizados. Para os fisicamente inativos, o questionário também verificou motivos para a não adesão ao exercício. Os dados foram coletados por avaliadores previamente treinados e armazenados no software Excel (versão 2016). Utilizou-se o software estatístico SPSS (versão 25.0) para análises comparativas entre indivíduos fisicamente ativos e sedentários. Teste de qui-quadrado e t de student foram utilizados conforme especificidades, considerando valores de significância para  $p < 0,05$ .

## Resultados e discussão

A análise descritiva nos revela que 50% dos avaliados eram fisicamente ativos.

A maioria dos indivíduos ativos referem frequência semanal que varia de 4 a 7 vezes por semana (73,3%) e duração média de 1 a 2 horas por sessão (66,7%). Já os indivíduos fisicamente inativos justificam tal comportamento pela falta de incentivo de amigos e familiares (56,7%) ou por problemas físicos (33,3%).

Os testes de diferenciação entre os fisicamente ativos e inativos nos apontam as principais diferenças na saúde auto percebida. Os idosos que praticam caminhada foram mais comuns em relatar sua saúde como excelente ou muito boa em comparação aos demais ( $p = 0,05$ ). Também foram mais frequentes em dizer que percebem sua saúde comparativamente melhor aos de outras pessoas de mesma idade ( $p = 0,01$ ).

## Conclusão / Considerações finais

O presente estudo abre espaço para diversas reflexões. A saúde auto percebida é destacada como uma ferramenta simples e cientificamente associada como preditora de desfechos negativos entre idosos. Estudos sugerem que idosos que contam uma saúde melhor estão menos sujeitos a complicações em saúde que os que a percebem de maneira pior. Logo, nosso trabalho corrobora com as demais publicações que incentivam a prática de caminhada pela população idosa.

Para além, estratégias para melhorar a adesão e reduzir as prevalências de sedentarismo entre idosos devem ser constantemente pensadas e ajustadas para a realidade de cada região. Se os idosos percebem a falta de incentivo como barreira para a prática de exercícios físico, autoridades e profissionais em saúde podem atuar orientando familiares e amigos em como auxiliar na modificação desse estilo de vida. Se a queixa principal se refere aos problemas físicos, ações de conscientização feitas com esclarecimentos do exercício físico como possibilitador de melhorias físicas e funcionais.

## Referências

GOBBI, S. Atividade física para pessoas idosas e recomendações da organização mundial de saúde de 1996. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 2, n. 2, 1997.

MACIEL, M. Atividade Física e Funcionalidade do Idoso. Motriz, v. 16, n. 4, 2010.

## OS BENEFÍCIOS DA DANÇA PARA PESSOAS COM HIPERTENSÃO ARTERIAL

Cruz, Bruno<sup>2</sup>; Junqueira, Henrique<sup>2</sup>; Rezende, Iris<sup>2</sup>; Souza, Namara<sup>2</sup>; Fernandes, Renan<sup>2</sup>; Prado, Vinicius<sup>2</sup>  
Barbosa, Sérgio Ribeiro<sup>2</sup>; Touguinha, Henrique Menezes<sup>2</sup>; Zanini, Pedro Paulo<sup>2</sup>; Barbosa, Carolina Gabriela Reis<sup>2</sup>;  
Oliveira, José Jonas<sup>2</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>; Lima, Denise Maria Reis Fonseca<sup>2</sup>

### Introdução

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) ou pressão alta é uma doença crônica caracterizada pelos níveis elevados da pressão sanguínea nas artérias. Ele acontece quando os valores das pressões máxima e mínima são iguais ou ultrapassam os 140/90 mmHg. Fisiologicamente o coração tenha que exercer um esforço maior que o normal para fazer com que o sangue seja distribuído corretamente no corpo. A HAS é um dos principais fatores de risco para morbidade e mortalidade cardiovascular, além de estar associada à ocorrência de acidente vascular cerebral, infarto agudo do miocárdio, aneurisma arterial e insuficiência renal e cardíaca (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2016). Assim, tanto a HAS como as complicações que provoca, representam elevados custos médicos e socioeconômicos. Mundialmente estima-se que a população hipertensa seja de um bilhão de indivíduos e que, aproximadamente 7,1 milhões de morte sejam atribuídas à HAS. No Brasil, essa doença represente um dos maiores problemas de saúde pública, a qual acomete cerca de 20% dos adultos brasileiros (Schenkel et al., 2011). Entende-se por atividade física qualquer movimento corporal que eleve o gasto calórico acima do basal. Exercícios físicos são atividades físicas estruturadas com objetivo específico de melhorar a saúde e aptidão física (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2016). De acordo com a Diretriz de Reabilitação Cardiopulmonar e Metabólica, a reabilitação de pacientes com doenças cardiovasculares como a HAS vai além das ações farmacológicas. Estudos têm comprovado a importância de medidas auxiliares terapêuticas medicamentosas no tratamento da HAS (Schenkel et al., 2011). Uma das medidas com nível um de evidencia é a prática de exercícios aeróbicos, tendo destaque a prática de caminhada e a dança de salão por promover vários movimentos funcionais, fazendo menção a movimentos realizados para executar atividades de vida diária (Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2016). Com relação aos vários benefícios que a dança de salão pode proporcionar observa-se melhora em aspectos sociais, psíquicos e comportamentais, além de redução de níveis de pressão arterial e da frequência cardíaca de repouso (Schenkel et al., 2011). Partindo dessas observações prévias fica claro que a dança assim como a atividade física traz benefícios fisiológicos essenciais para o tratamento de indivíduos hipertensos. Dessa

maneira, a finalidade do presente estudo é avaliar o número de pessoas hipertensas que praticam alguma atividade física, especificamente a caminhada, a dança ou alguma outra atividade aeróbia.

## **Materiais e métodos**

Foi realizado um estudo experimental constituído por dados primários obtidos na população do bairro Vila Magalhães da cidade de Cruzília-MG. A população é composta por 471 pessoas sendo desse total 84 com diagnóstico médico de hipertensos. Sendo a amostra composta por todos os indivíduos portadores da doença. Foi estabelecido um nível de confiança de 100% do diagnóstico médico de hipertensos. Foram avaliadas com as seguintes perguntas: Qual sexo, idade, se o indivíduo pratica atividade física, controle da hipertensão, a prática da dança.

Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 no PSF da cidade de Cruzília-MG.

Após a coleta os dados foram tabulados no software Excel e análise foi realizada em porcentagem ou estão expressas como média da amostra avaliada.

## **Resultados**

A análise dos dados obtidos na pesquisa mostrou para o questionamento “benefícios da dança para hipertensos” os seguintes resultados:

A análise das respostas mostrou que 55% da amostra de 84 indivíduos são mulheres e 45% homens. A maioria dos participantes, 86%, possui 46 anos ou mais, enquanto 14% possuem de 25 a 45 anos.

A maioria dos participantes, 71%, afirma que realizam o controle da hipertensão.

A média dos indivíduos praticantes de atividades físicas é de 37%.

De todos os indivíduos entrevistados, 66% alegam que já praticaram ou ainda praticam a dança, enquanto 34% admitem nunca ter praticado.

Através dos resultados obtidos foi possível observar que a maioria das pessoas ainda não sabe como os exercícios físicos trazem benefícios para a saúde, principalmente em indivíduos hipertensos, pois ela ajuda a regular o sistema nervoso simpático e a pressão arterial.

## Considerações Finais

Com a análise dos dados obtidos na pesquisa concluímos que menos da metade dos hipertensos, 37%, praticam atividades físicas. Estudos prévios mostraram a atividade física propicia benefícios aos hipertensos, tais como redução do percentual de gordura, manutenção ou mudanças positivas nas doses de remédios, construindo uma vida mais saudável e com diminuição de sintomas de hipertensão, além de melhora em quadros de depressão e ansiedade.

Tendo em vista todos os aspectos observados, o exercício físico, sendo um programa bem orientado e planejado é muito importante no tratamento de hipertensão, sendo possível observar a melhora do condicionamento físico e a redução de frequência cardíaca de repouso. Dessa maneira medidas que visem a conscientização e adesão dos portadores de hipertensão a programas de exercícios físicos são de extrema importância.

## Referências

- 1- Isabel de Castro Schenkel, Daiana Cristine Bündchen, Mirele Porto Quites, Rafaella Zulianello dos Santos, Márcio Borgonovo dos Santos, Tales de Carvalho. Comportamento da Pressão Arterial em Hipertensos após Única Sessão de Caminhada e de Dança de Salão: estudo preliminar. Rev Bras Cardiol. 2011;24(1):26-32
- 2- Sociedade Brasileira de Cardiologia, 7 DIRETRIZ BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL, Arquivos Brasileiros de Cardiologia. ISSN-0066-782, Volume 107 N° 3, Supl. 3, Setembro 2016.

## PREVALÊNCIA DE LESÃO DOS ATLETAS DO CROSSFIT BASEADO NO FMS

Pereira, Cynthia<sup>1</sup> ; Mendes, Bruno<sup>2</sup>

Palavras-chaves: Crossfit. Lesões. Padrões de movimentos.

### Introdução

O Crossfit pode ser definido como uma atividade física que inclui movimentos funcionais, de alta intensidade e de variações constantes (FIRPE, 2015).

As sessões de treino são, geralmente, aplicadas em grupo e divididas basicamente em três momentos: o aquecimento, realizado em intensidade e níveis de complexidade menores, objetivando a preparação do corpo para as atividades que virão na subsequência; Em um segundo momento é realizado o "skill", sendo esse um momento para trabalhar a habilidade, podendo ser variado, com o aprendizado de um novo movimento ou composto por séries de exercício de força; A terceira parte da sessão, é o WOD (sigla em inglês para "workout of the day" que significa "treinamento do dia"), caracterizada por combinações de diferentes tipos de esforços com distintas durações, tais como movimentos da ginástica, LPO (levantamento de peso olímpico), corrida e outros, sempre priorizando a execução em alta intensidade (TEIXEIRA, 2016).

Aqueles que treinam crossfit arduamente e com frequência no limite do corpo, principalmente os que o realizam sem uma preparação correta e específica, fatalmente terão lesões consequentes, acompanhadas de dor, desconforto e até mesmo a incapacidade de continuar treinando (ALMEIDA, MARTINS, 2017).

Com base no exposto, a presente pesquisa teve como objetivo identificar a prevalência de lesão dos praticantes de crossfit com embasamento no FMS.

### Metodologia

Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, aplicada, transversal e exploratória; realizada na academia de Crossfit 035 na cidade de Pouso Alegre – MG. Participaram do estudo 34 indivíduos com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, que praticavam Crossfit no estúdio referido, com os quais foram realizados os sete testes previstos no FMS e aos quais foi aplicado o questionário específico de lesão.

<sup>1</sup> Graduando em Fisioterapia – Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS) – cynthia.campos@outlook.com <sup>2</sup> Professor orientador, Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde do Curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVAS), Pouso Alegre-MG, Brasil.

## Resultados

Tivemos 12 integrantes do sexo feminino e 22 integrantes do sexo masculino, onde 20 integrantes realizavam a modalidade a mais de 9 meses. 11 indivíduos sofreram lesões após terem iniciado a prática de Crossfit. Em relação a quantidade de lesões apenas um praticante teve mais de 5 lesões e 15 indivíduos apresentando apenas 1 lesão. Segundo a opinião dos praticantes, o exercício com maior risco de se lesionar é o Smatch, com 14 respostas. Por fim, a procura de um profissional fisioterapeuta pelo praticante para algum atendimento pós-lesão se deu em 18 praticantes.

## Considerações finais

Concluimos que na prática do Crossfit quanto maior o tempo maior a probabilidade e o número de lesões nos praticantes.

## Referências

ALMEIDA, Alan Xavier; MARTINS, Airton Costa Lopes. Lesões musculoesqueléticas em praticantes de crossfit. Minas Gerais. 2017. Disponível em Acessado em 28/08/2018.

FIRPE, Rafael Araújo. Lesões no crossfit: uma revisão narrativa. 2015. 14f. Trabalho de conclusão de curso em pós-graduação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em Acessado em 25/08/2018.

TEIXEIRA, Tainara Gava. Crossfit: uma análise critica. 2016. 37f. Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2016. Disponível em Acessado em 15/10/2018.

## DIFERENÇAS NA APTIDÃO FÍSICA ENTRE IDOSOS PRATICANTES DE DANÇA E TREINAMENTO MULTICOMPONENTE.

Oliveira, Douglas Lourenço de<sup>1</sup>; Silva, José Lucas de Souza<sup>2</sup>; Barbosa, Sergio<sup>3</sup>; Touguinha, Henrique<sup>4</sup>.

**Palavras-chaves:** Sarcopenia, Idoso, Exercício Físico, Aptidão Física.

### Introdução

No processo de envelhecimento, toda fisiologia do idoso sofre alterações, gerando comprometimentos em diversos sistemas. A sarcopenia - perda de massa muscular esquelética - é comum nos idosos, podendo se agravar com o sedentarismo, obesidade, e consequentemente gerar um declínio no desempenho motor (PÍCOLI et al., 2017), logo, afetando a realização das atividades da vida diária (PELEGRINE *et al.*, 2018).

A cada dia aumenta o número de idosos praticando atividades físicas. Na maioria das vezes, iniciam a prática, buscando - dentre inúmeros objetivos - mais qualidade de vida como também uma maior independência na realização das atividades da vida diária. A dança e o treinamento funcional (ou multicomponente) tem se mostrado boas opções, podendo se referir essa procura, ao dinamismo de movimento que essas atividades promovem, e que, resulta na melhora da aptidão física e em outros inúmeros benefícios em saúde dos idosos (CHODZKO-ZAJKO, 2009).

Desta forma, o objetivo deste estudo é comparar o nível de aptidão física de idosos praticantes de atividade de dança com idosos praticantes de treinamento funcional a fim de se verificar qual tipo de atividade promove um melhor resultado nos níveis de aptidão física de idosos bem como na qualidade de vida e realização das atividades diárias.

### Metodologia

A metodologia apresenta de acordo com estudos transversais, sem a realização de uma intervenção. A amostra será constituída por idosos com idade superior a 60 anos, de ambos os sexos, divididos em dois grupos. Um grupo formado por praticantes de treinamento funcional, e outro, praticantes de dança, que, utilizam pelo menos 100 minutos semanais e, por no mínimo, seis meses de prática de exercício físico.



Os idosos serão informados do procedimentos do estudo por meio de um termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelo próprio individuo, ao aceitar participar do estudo. Será realizada uma anamnese seguida do calculo de índice de massa corporal, a aptidão física será avaliada utilizando quatro testes: capacidade aeróbica a partir do teste de caminhada de 4,57 m, a flexibilidade por meio do banco de wells, sentar e levantar da cadeira a fim de avaliar potencia de membros inferiores e, a força de preensão, utilizando um dinamômetro manual. Será analisada também a redução do numero de quedas, hospitalizações e morbidades.

### **Resultados Esperados**

Este trabalho tem o objetivo de verificar por meio de testes funcionais, os melhores resultados em relação ao nível de aptidão física de idosos que praticam o treinamento funcional e a dança regularmente, apontando uma melhor estratégia para a melhora da qualidade de vida e da realização das atividades da vida diária. Bem como a diminuição da incidência de quedas, hospitalização e morbidades.

### **Considerações Finais**

Tendo em vista que a população idosa atingirá números alarmantes nos próximos anos, é muito importante direcionar estudos que abordem a pratica de atividade física regular com essa parcela da sociedade a fim de se esclarecer os melhores tipos de atividades que promovam uma maior qualidade de vida, independência e acima de tudo um envelhecimento saudável.

### **Referências**

CHODZKO-ZAJKO, Wojtek J. et al. Exercise and physical activity for older adults. *Medicine & science in sports & exercise*, v. 41, n. 7, p. 1510-1530, 2009.

PELEGRINI, Andreia et al. Sarcopenia: prevalence and associated factors among elderly from a Brazilian capital. *Fisioterapia em Movimento*, v. 31, 2018.

PÍCOLI, Tatiane da silva; DE FIGUEIREDO, Larissa Lomeu; PATRIZZI, Lislei Jorge. Sarcopenia e envelhecimento. *Fisioterapia em Movimento*, v. 24, n. 3, 2017.

## **PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM UNIVERSITÁRIOS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Bernardes, Fabrício Maciel<sup>1</sup>; Jardim, Alex Correa; Ribeiro, Lucas de Souza Novais; Mancilha Viela; Gabriel Bassane; Barbosa, Sérgio Ribeiro; Lima, Denise Maria Reis Fonseca; Touguinha, Henrique Menezes; Zanini, Pedro Paulo; Oliveira, José Jonas; Marins, Fernanda Ribeiro; Barbosa, Carolina Gabriela Reis<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** exercício físico, universitários, educação física.

### **Introdução**

A literatura sugere que a prática de exercícios físicos pode ser um fator protetor para uma série de doenças crônicas (ex. doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer, hipertensão arterial, obesidade, depressão e osteoporose) e morte prematura (WARBURTON; NICOL; BREDIN, 2006). Além disso, estudos apontam importantes benefícios psicológicos e fisiológicos, como a minimização de estresse, controle de peso corporal, aprimoramento das capacidades cardiorrespiratórias e musculoesqueléticas (THOMPSON, 2009; TEIXEIRA, 2009).

Segundo Legnani 2009, os principais fatores motivacionais à prática do exercício físico em universitários são a prevenção de doenças, o controle de peso corporal e a preocupação com a aparência física.

Nesta perspectiva, o presente estudo teve como objetivo verificar se os estudantes universitários do curso de Educação Física da Faculdade de São Lourenço praticam exercício físico com regularidade.

### **Materiais e métodos:**

Foi realizado um estudo de investigativo avaliando constituído por dados primários obtidos na população da Faculdade São Lourenço através de uma amostra de 57 participantes do curso de Educação Física. A amostra foi obtida de maneira selecionada a partir dos seguintes critérios: Avaliativo, no qual selecionamos questionários para os alunos do 2º, 4º e 6º período do curso de Educação física.

O nível de confiança da pesquisa foi fixado 95% e a margem de erro é de 9%. Foram avaliadas as variáveis quantitativas nos quais responderam quantas vezes na semana praticam

exercício físico e variáveis binárias com respostas de sim ou não quanto prática de exercícios e a percepção de diferença após o exercício físico.

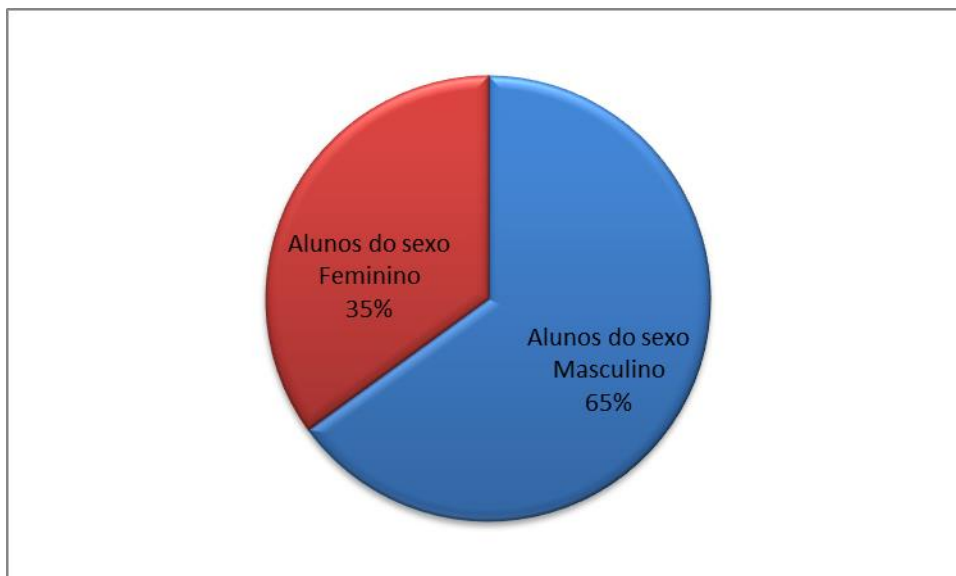
As perguntas presentes no questionário assim como as possibilidades de resposta estão expressas abaixo:

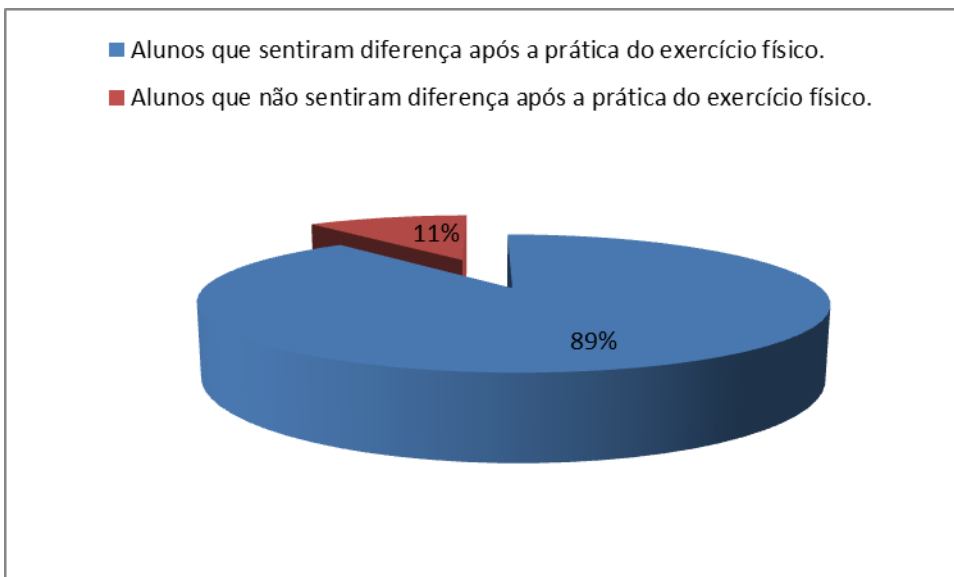
- Curso e Período;
- Qual o seu gênero: Masculino ou Feminino.
- Qual a sua faixa etária de idade: 18 a 25 anos, 25 a 30 anos, 35 a 40 anos ou 45 a 50 anos;
- Prática exercícios físicos: Sim ou Não, se sim quais? Quantas vezes na semana?
- Sentiu diferença após o exercício: Sim ou Não

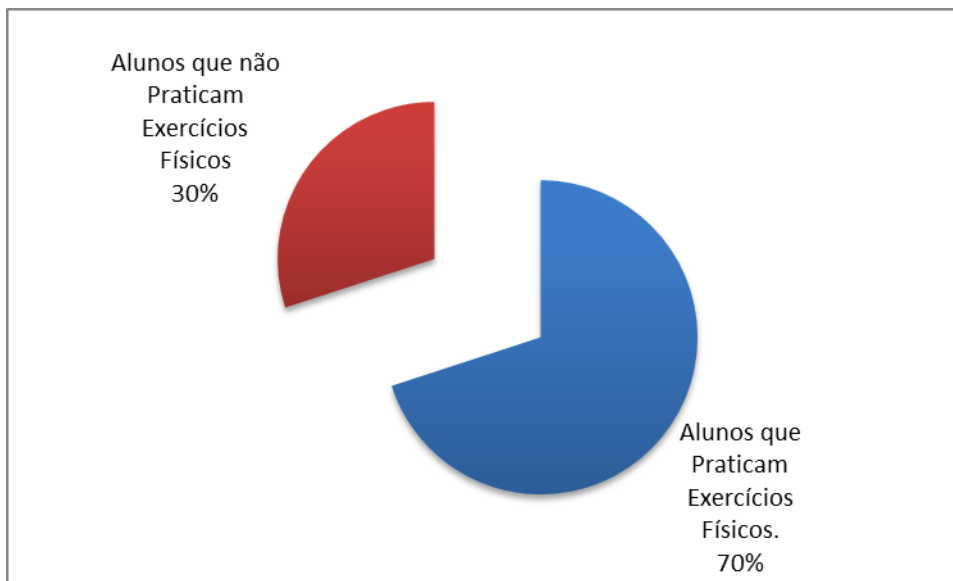
Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 na Faculdade de São Lourenço.

Após coleta os dados foram tabulados no software Excel e a análise foi realizada em porcentagem da amostra avaliada.

### Resultados e discussão:







O Trabalho apresentado foi um levantamento com o objetivo de mostrar quantas pessoas do curso de Educação Física praticam ou não praticam exercícios físicos regularmente. Para tanto, buscou-se entrevistar o maior número de estudantes universitários. O levantamento mostrou que 70% dos alunos praticam exercícios físicos e 30% não praticam exercícios físicos, o resultado obtido apresenta que a porcentagem de alunos que temos na Faculdade de São Lourenço no curso de Educação Física é alta em relação ao sexo Masculino correspondendo a 65% dos alunos são Homens e 35% são Mulheres, de acordo com os questionários aplicados 85% dos alunos sentiram a diferença em sua performance física após terem feito o exercício físico, comprovando assim que o exercício físico é fundamental para o bem estar físico e mental.

Esses resultados nos mostram que embora o exercício físico esteja presente na vida dos estudantes universitários da área da Educação Física, percebemos que atualmente 30% destes não realizam exercícios físico sendo assim um dado expressivo, pois sendo um curso da área da saúde, esperava-se um número maior de praticantes de exercícios físicos. Logo, a criação de locais públicos destinados ao exercício físico pode ser uma ferramenta efetiva no combate ao sedentarismo de jovens e adultos.

### **Conclusão / Considerações finais**

Concluímos que grande parte dos estudantes universitários do curso de Educação Física fazem e vivenciam o exercício físico, dado de suma importância para o profissional de Educação

Física. Dessa forma a porcentagem de estudantes universitários que praticam exercício físico é superior aos estudantes que não realizam.

### Referência:

DOMINGUES, M. R., ARAÚJO, C. L. P. Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 2004, 20: 204-215.

LEGNANI, R. F. S. Fatores motivacionais associados à prática de exercícios físicos em universitários. 139 f. **Dissertação (Mestrado em Educação Física)**, Departamento de Educação Física, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

TEIXEIRA, Paula Costa, et al. A prática de exercícios físicos em pacientes com transtornos alimentares. **Archives of Clinical Psychiatry**, 2009, 36.4: 145-152.

THOMPSON, J. L. Exercise in improving health v. performance: Conference on 'Multidisciplinary approaches to nutritional problems' Symposium on 'Performance, exercise and health'. **Proceedings of the Nutrition Society**, 2009, 68.1: 29-33.

WARBURTON, D. E. R., NICOL, C. W., BREDIN, S. S. D. Health benefits of physical activity: the evidence. **Canadian medical association journal**, v. 174, n. 6, p. 801-809, 2006.

## RELAÇÃO ENTRE OS PADRÕES DE MOVIMENTOS DOS PRATICANTES DE CROSSFIT PELO FMS E A INCIDÊNCIA DE DOR

Felipe Arcanjo Amorim de Oliveira \*, Rafaela de Souza Bernardes \*, Bruno Mendes,  
¹Acadêmicos do Curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS),  
Pouso Alegre-MG, Brasil.

² Professor orientador, Mestre em Ciências Aplicadas à Saúde do Curso de Fisioterapia da  
Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre-MG, Brasil.

**Introdução:** O programa *Crossfit* desenvolve uma aptidão ampla, geral e inclusiva. Esse é um esporte de aptidão com participantes de ambos os sexos e diferentes faixas etárias. O programa é único em seu foco de maximizar a aptidão física, através de 10 habilidades físicas gerais que incluem: resistência cardiorrespiratória, resistência, força, flexibilidade, potência, velocidade, coordenação, agilidade, equilíbrio e precisão. Para alcançar o objetivo do programa faz-se necessário que os atletas realizem movimentos funcionais constantemente variados e de alta intensidade. No treino de *Crossfit*, os indivíduos realizam movimentos repetitivos, agachamentos e posturas diversificadas, sendo um fator extremamente importante avaliar se estes exercícios não estão sendo realizados de maneira inadequada nos treinos, sejam por descuidos ou desorientação. **Objetivo:** Verificar a relação entre os padrões de movimentos dos praticantes de *Crossfit* e a incidência de dor. **Materiais e Métodos:** Esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa quantitativa, aplicada, transversal e exploratória; realizada na academia de *Crossfit* 035 na cidade de Pouso Alegre – MG. Participaram do estudo 34 indivíduos com idade superior a 18 anos, de ambos os sexos, que praticavam *Crossfit* no estúdio referido, no qual foi realizado o questionário previsto no NMQ para verificar o índice de dor nos atletas de *Crossfit* com padrões anormais de movimento, cujos serão analisados pelo FMS. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel 2016 e submetidos à análise estatística, foram utilizadas medidas de tendência central para variáveis quantitativas e frequência absoluta e relativa para variáveis categóricas. O nível de significância utilizado como critério de aceitação ou rejeição nos testes estatísticos foi de 5% ( $p < 0,05$ ). **Resultados:** Pela análise de correlação do estudo foi detectado: Quanto maior o número de horas trabalhadas maior será a probabilidade de problemas no pescoço ( $p=0,043$ ). Existindo uma tendência maior no número de horas trabalhadas em relação as dores nos ombros ( $p=0,094$ ) e cotovelos ( $p=0,076$ ). A dor

quando relacionada a atividade física o número de participantes que marcaram 1, foram 5, valor muito baixo para avaliar significância ou não para dores e problemas. Para prática de atividade física regular todos os participantes responderam que sim, não existindo correlação entre as dores e problemas. **Conclusão:** Concluímos que na prática do *Crossfit* quanto maior o tempo de horas trabalhadas, maior a probabilidade do número de lesões nos praticantes. Além do mais, as regiões de ombros, lombar e quadril foram as que mais apresentaram sintomas de dor nos praticantes, por serem regiões de maior exigência para a execução dos movimentos.

**Palavras-chave:** Dor, Lesão, Treinamento Intervalado de Alta Intensidade, Exercício.

#### Referências:

1. Hak PT, Hodzovic E, Hickey B. The nature and prevalence of injury during CrossFit training. *J Strength Cond Res* 2013.
2. Domininko, F. et al. Perfil de lesões em praticantes de crossfit: revisão sistemática. *Fisioterapia e Pesquisa*, 2018.
3. Kuorinka, Ilkka et al. Standardised nordic questionnaires for the analysis of musculoskeletal symptoms. *Applied ergonomics*, 1987.



## FATORES QUE INFLUENCIAM NA ESCOLHA OU NA TROCA DO TIME DE FUTEBOL

Carvalho, Julio Cesar; Torres, Giovanna Dantas; Villela, Filipe Carvalho; Vieira, Paola Candida; Lima, Denise Maria Reis Fonseca<sup>2</sup>; Touguinha, Henrique Menezes<sup>2</sup>; Zanini, Pedro Paulo<sup>2</sup>; Barbosa, Carolina Gabriela Reis<sup>2</sup>; Oliveira, José Jonas <sup>2</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro; Barbosa, Sergio Ribeiro<sup>2</sup>

### Introdução

O discurso evolutivo do futebol brasileiro segue conforme tendências mundiais, inserindo o esporte no mundo dos negócios mediante uma administração empresarial. Modificações ocorridas desde 1980 em âmbitos políticos, futebolísticos e de marketing resultaram em modernizações que transformaram a forma de assistir, vestir e torcer pelo esporte. Hoje, o futebol é um bom negócio (BELMAR, 2016). Exemplifica-se da seguinte forma: os principais clubes do futebol brasileiro alcançaram no ano de 2018 um faturamento de R\$5.281 bilhões, com superávits que ultrapassaram os R\$200 milhões (BARBOSA, 2019).

Parte das principais fontes de renda de clubes de Futebol profissional são associadas de forma direta ou indireta aos seus torcedores. Palmeiras, Flamengo e Internacional, por exemplo, faturaram juntos, com bilheteria e programa sócio-torcedor, mais de R\$ 250 milhões em 2018. Clubes como Náutico, Joinville e Santa Cruz alcançaram em média 30% de sua renda nos últimos cinco anos com seus torcedores (FERREIRA, 2018).

Então, compreender os fatores que determinam a escolha de um time por um indivíduo e a manutenção da escolha durante os anos pode ser considerada como uma estratégia financeira importante a longo prazo para os clubes de Futebol, assumindo-se como tal o objetivo do presente estudo.

### Metodologia

Foi realizado um estudo observacional constituído por dados primários obtidos com a população da Faculdade de São Lourenço, através de uma amostra de 44 participantes voluntários do curso de Educação Física. A amostra foi obtida por conveniência, de maneira aleatória. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 95% e a margem de erro é de 5%.

As variáveis de interesse foram coletadas com a utilização de um questionário semiestruturado. No questionário havia perguntas referentes ao time que torce, qual foi a influência para a tal escolha, e se já pensou em mudar de time, seguido do motivo.

Os dados foram coletados no dia 2 de outubro de 2019 na Faculdade de São Lourenço. Após coleta, foram tabulados no software Excel e a análise, então, expressa como média da amostra avaliada.

## Resultados

Os resultados encontrados na pesquisa apontam que 31% dos entrevistados são torcedores do Clube de Regatas Flamengo, seguidos de 16% de torcedores do São Paulo Futebol Clube. O principal fator que justifica a escolha do time de futebol encontrado em nossa pesquisa foi a influência familiar (57%), e apenas 10,5% dos avaliados não referiram nenhuma influência na escolha ou não sabiam responder. Amigos e mídia foram responsáveis por 5,3% cada.

Entre os entrevistados, 10% relataram já ter pensado em mudar de time. A justificativa para tal pensamento recaiu sobretudo no desempenho da equipe, considerado como insuficiente pelo torcedor (50%). Outros 33,3% responderam ao questionário referindo influência de amigos ou familiares ao considerarem possíveis mudanças de time.

## Conclusão

Com a pesquisa realizada, podemos concluir que na escolha do time “do peito”, a família é a que mais influencia. Clubes de futebol, visando aumento e/ou manutenção nos lucros, devem considerar pesquisas afins para a criação de propostas que alcancem novos torcedores. Sugestivamente, planos sócio-torcedor para parentes ou ingressos mais baratos para grupos familiares parecem ser uma estratégia usual e pertinente. Já no possível desejo de troca de time, o principal fator é o próprio time. Considera-se, por tal, que a falta de investimento, má gestão, resultados inesperados e insatisfação por parte do torcedor possam gerar um prejuízo ainda maior que o já estimado.

## Referências

BARBOSA, V. ***Os times de futebol que mais faturaram em 2018; Palmeiras lidera.*** [online] EXAME, 2019. Disponível: <https://exame.abril.com.br/marketing/os-times-de-futebol-que-mais-faturaram-em-2018-palmeiras-lidera/>.

BELMAR, T. ***Grupos de interesse e o processo de modernização do futebol brasileiro: da redemocratização ao Bom Senso Futebol Clube.*** Mestrado. Universidade de São Paulo, 2016

FERREIRA, R. **Palmeiras lidera receitas com bilheteria e sócio-torcedor nos últimos 10 anos.** Torcedores.com, 2018. Disponível em:  
<https://www.torcedores.com/noticias/2018/08/palmeiras-lidera-receitas-bilheteria-socio-10-anos>.

## CONHECIMENTO DE ALUNOS E PROFESSOR A RESPEITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR EM UMA ESCOLA DE SÃO LOURENÇO-MG

Nicola Silva, Gustavo; Santos Silva, Leonardo<sup>116</sup>; Costa Ribeiro Silva, Patrick<sup>117</sup>

### Introdução

A Educação Física nas escolas brasileiras, conteúdo obrigatório desde a Lei nº 9.394/96(MEC), atualmente, vem ganhando mais e mais importância, devido ao aumento dos índices de sedentarismo e do desinteresse de alunos pelas atividades, que são muito importantes para o desenvolvimento de um cidadão competente, ativo e acima de tudo, saudável. O objetivo dessa pesquisa é o de informar a situação real das aulas de Educação Física em uma escola de São Lourenço-MG, e buscar respostas para poder melhorá-las.

### Materiais e Métodos

É uma pesquisa quantitativa e qualitativa que foi realizada em uma escola da cidade acima citada, com uma classe do 7º Ano envolvendo 40 alunos que têm duas aulas de 50 minutos por semana. As aulas são realizadas na quadra da escola. Aos alunos, de ambos os sexos e idade entre 11 e 13 anos, foi entregue um questionário com cinco perguntas.

### Resultados e Discussão

A respeito do que a Ed. Física representa para eles pessoalmente, os resultados indicaram que 20% responderam Lazer, 60% responderam Esportes, 7,5% responderam Jogos e Brincadeiras, 7,5% responderam Cultura Corporal de Movimento e 5% responderam Saúde. Já quando a pergunta foi qual atividade eles mais gostam nas aulas, 80% responderam esportes e 20% jogos e brincadeiras. Quando a pergunta foi sobre a importância dessas aulas, 77,5% responderam que sim, são importantes e 22,5% responderam que não sabem ao certo. As sugestões para melhoria das aulas feitas pelos alunos foram variadas, indo desde somente futebol nas aulas, mais alongamentos, conteúdos diferentes até a maior participação dos alunos nas

---

<sup>116</sup> Graduandos em Educação Física – Faculdade de São Lourenço – gustavonicolasilva@gmail.com

<sup>117</sup> Professor Orientador

aulas. Também foi perguntado ao professor desses alunos o que ele mais trabalha em suas aulas, e a resposta foi esportes. Além disso, o professor respondeu que considera a motivação de seus alunos baixa, e que acredita que tecnologias modernas não chegam a atrapalhar muito suas aulas, mas sugeriu reforma da quadra e aumento de materiais básicos, admitindo ter dificuldades com aulas de lutas e ginásticas.

### **Conclusão / Considerações Finais**

Como dito antes, a questão da saúde, altamente importante para o futuro das crianças, ainda não é tão compreendida pelos alunos, além de que, as crianças têm uma visão restrita da Educação Física atual, o que as leva a pensar que tudo não passa de esportes e brincadeiras, quando na verdade, elas estão moldando seu próprio futuro, e necessitam de apoio dos pais e professores para que se tornem cidadãos saudáveis e conscientes de seus direitos e deveres. Enfim, pode-se dizer que ainda há muito trabalho a fazer até o dia em que a Educação Física seja totalmente entendida e receba a devida atenção, tanto pelos alunos, quanto pelos professores. No entanto, esse não é um esforço somente dos profissionais da escola, mas do país como um todo, afinal, o futuro do Brasil está dentro das nossas escolas.

### **Referências**

BRASIL, L. D. B. Lei 9394/96–Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Disponível** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em, v. 30, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física, 3o e 4o ciclos, v.7, Brasília: MEC, 1998.

DARIDO, Suraya Cristina et al. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz. Journal of Physical Education. UNESP**, p. 138-145, 1999.

MARZINEK, Adriano; NETO, A. A motivação de adolescentes nas aulas de Educação Física. **Educación Física y Deortes**, 2007.

## REVISÃO SISTEMÁTICA DOS EFEITOS DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO NA REVERSÃO DA FRAGILIDADE EM IDOSOS.

Silva, José Lucas de Souza<sup>1</sup>; Mansur, Henrique Novais<sup>2</sup>; Barbosa, Sergio<sup>3</sup>

**Palavras-chaves:** Exercício Físico, Idoso, Fragilidade, Reabilitação.

### Introdução

O processo de envelhecimento humano é multifacetado e se difere de indivíduo pra indivíduo, estando associado a uma série contínua e inevitável de modificações estruturais, funcionais e fisiológicas. Contudo, para algumas pessoas essas modificações são mais acentuadas, ampliando sua vulnerabilidade e incidência de quadros nocivos de saúde e morte. Por tal, com objetivo de entender estes contrastes, pesquisadores propuseram o conceito de fragilidade (ZASLAVSKY et al., 2013).

Definida como uma síndrome médica, constituída de múltiplas causas e contribuintes, é caracterizada pelo declínio da força, resistência e função fisiológica, tornando o indivíduo mais vulnerável a estressores. Sendo associada, conseqüentemente, a um significativo risco de eventos negativos em saúde, como perda da independência, hospitalizações e óbito. Porém tais declínios, não necessariamente definem o fim da vida, visto que o aprofundamento científico nos oferece suporte e evidencia a prática do exercício físico como possível tratamento e fator protetor desta síndrome (MORLEY et al., 2013).

A literatura atual ainda não define com clareza variáveis importantes associados ao exercício físico, como tipo, duração e intensidade, que possa culminar na reversão do quadro de fragilidade, bem como, na melhoria da qualidade de vida e potencialidades em indivíduos diagnosticados como frágeis, assumindo-se como tal o objetivo deste estudo.

### Metodologia

A metodologia deste projeto apresenta-se de acordo com trabalhos de revisão sistemática de literatura especializada, sendo utilizadas as recomendações PRISMA-P (MOHER et al., 2015).

Serão considerados trabalhos com delineamento de Estudos Clínicos Randomizados, que envolveram indivíduos idosos frágeis de ambos os sexos,<sup>118</sup>e que aplicaram programas de exercícios regulares especificando o tipo, a intensidade, a duração e frequência. Bem como trabalhos que apresentaram um grupo controle e que avaliaram a fragilidade conforme proposto por Fried et al. (2001), identificado pela perda de peso não intencional, fraqueza, relato de exaustão, lentidão e baixo nível de atividade física. Serão considerados desfechos secundários como hospitalização, quedas, mortalidade, qualidade de vida e melhorias na capacidade física e cognitiva.

As buscas de trabalhos (português/inglês) serão feitas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Pubmed, Scielo e Scopus. Serão utilizados os termos Frail Elderly, Exercise, No exercise, Rehabilitation. Apenas estudos que apresentarem baixo risco de viés, analisados a partir da ferramenta Cochrane serão incluídos (HIGGINGS et al., 2011).

## Resultados Esperados

Este estudo tem por finalidade evidenciar a reversão do quadro de fragilidade em idosos frágeis, a partir da prática de exercício físico. Compreendendo quais os tipos de exercício, a frequência, duração e intensidade que se associam aos melhores resultados. Em conjunto, demonstrar que a prática promove uma diminuição do risco de hospitalização, quedas e mortalidade, e melhorias na qualidade de vida, física e cognitiva nesse público.

## Considerações finais

A fragilidade é caracterizada pelo declínio de múltiplos sistemas, que amplia significativamente a vulnerabilidade do indivíduo a quadros nocivos de saúde e óbito, e em contrapartida, a literatura nos sugere o exercício físico como possível tratamento, tal como fator protetor desta síndrome. Desta forma é de suma importância elucidar intervenções de exercícios com o objetivo de promover um envelhecimento saudável por meio da prática regular de exercício físico.

---

<sup>118</sup> Profissional de Educação Física – Faculdade São Lourenço – [joselucasedf@gmail.com](mailto:joselucasedf@gmail.com)

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Educação Física do IFSudeste – Rio Pomba.

<sup>3</sup> Coordenador do Curso de Educação Física e Pedagogia da Faculdade de São Lourenço

## Referências

FRIED, L. P. et al. Frailty in older adults: evidence for a phenotype. J Gerontol A Biol Sci Med Sci, v. 56, n. 3, p. M146-M157, 2001.

HIGGINS, J. PT et al. The Cochrane Collaboration's tool for assessing risk of bias in randomised trials. BMJ, v. 343, p. d5928, 2011.

MOHER, D. et al. Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. Systematic reviews, v. 4, n. 1, p. 1, 2015.

MORLEY, J. E. et al. Frailty consensus: a call to action. AMDA, v.14, n.6, p.392-397, 2013.

ZASLAVSKY, O. et al. Frailty: a review of the first decade of research. Biological research for nursing, v. 15, n. 4, p. 422-432, 2013.



## EFEITO AGUDO DO ALONGAMENTO ESTÁTICO NA POTÊNCIA E VELOCIDADE EM PRATICANTES DE TAEKWONDO

De Lucas, Karina<sup>1</sup>; Touguinha, Henrique<sup>2</sup>; Barbosa, Sérgio<sup>3</sup>

**Palavras chave:** Taekwondo; alongamento; velocidade; força

### Introdução

O Taekwondo (TKD), arte marcial sul coreana desenvolvida como uma versão de combate corpo a corpo com objetivo de autodefesa, fez sua estreia como esporte olímpico nas Olimpíadas de Sydney, Austrália, em 2000. Com influência do fenômeno esportivo, o TKD vem tornando-se cada vez mais popular e atualmente é praticado em mais de 180 países, de acordo com a WTF (World Taekwondo Federation), que regulamenta as regras de combate.

Segundo Valente (2013), o TKD é composto por movimentos rápidos de ataque e defesa, giros e mudanças rápidas de direção, exigindo de seus praticantes o aperfeiçoamento de suas capacidades físicas, tais como potência, velocidade e flexibilidade, com objetivo de adquirir melhor performance no momento do combate.

A manutenção da flexibilidade, definida por Dantas (2003) como a capacidade de executar uma amplitude angular máxima, dentro dos limites morfológicos, por uma ou mais articulações sem que aconteçam lesões, é trabalhada através de alongamentos, na maioria das vezes realizados previamente ao treino de outras capacidades físicas. Contudo, os estudos sobre a prática de alongamentos estáticos antes de determinadas atividades ou esportes são controversos a respeito de seus benefícios.

No estudo de Bley (2012), não houve influência significativa na produção de força máxima isométrica dos isquiotibiais após sessão de alongamento estático; já Fowles (2000), La Torre (2010) e Kokkonen (2013), observaram redução significativa de força dos membros inferiores após o alongamento. Gonçalves (2012), concluiu que alongamentos estáticos contribuíram para melhora do impulso no salto horizontal de forma aguda e crônica, porém diminuição da velocidade no teste da corrida de 50m.

---

<sup>1</sup>Licenciatura em Educação Física – Faculdade de São Lourenço [karinabl@live.com](mailto:karinabl@live.com)

<sup>2</sup> Professor do curso de Educação Física da Faculdade de São Lourenço

<sup>3</sup> Coordenador dos cursos de Educação Física e Pedagogia da Faculdade de São Lourenço

A proposta do treinamento desportivo é proporcionar ao atleta a melhor forma física possível, estimulando e melhorando as capacidades que serão importantes nas competições. A possibilidade de que uma prática comum possa favorecer ou prejudicar a sua performance deve ser estudada a fim de proporcionar-lhe as melhores condições para o máximo aproveitamento em cada especialidade.

## **Objetivo**

Verificar se há diminuição de potência e velocidade dos membros inferiores após sessão de alongamento estático realizados por praticantes de Taekwondo.

## **Metodologia**

Serão recrutados atletas de Taekwondo de ambos os sexos, que pratiquem a modalidade há, pelo menos, 3 anos, sejam graduados faixa azul ou superior e estejam frequentes nos treinos num período mínimo de 12 meses ininterruptos, ao menos 3 vezes na semana.

Tendo definido os participantes, estes farão a realização de testes: a) Salto horizontal e b) Salto vertical para avaliação de potência, e c) Sprint 20m, para velocidade. Os testes serão realizados em dois dias diferentes; um dia após breve aquecimento e de sessão de alongamento estático para adutores do quadril e isquiotibiais, outro dia apenas após breve aquecimento.

Os resultados serão comparados a fim de verificar se houve redução de potência e velocidade nos testes, com ou sem a prática do alongamento.

## **Resultados Esperados**

Baseando-se em grande parte dos estudos atuais Ramos (2007), espera-se que ocorra significativa redução da capacidade de gerar potência dos membros inferiores após uma sessão de alongamento. O mesmo se aplica à velocidade.

## **Considerações Finais**

A proposta é contribuir com informações que visam melhorar o desempenho dos atletas durante os treinos e na ocasião da luta, com intuito de definir se há, de fato, perda momentânea de rendimento, identificando a melhor opção para o treinamento da modalidade.

## Referências

VALENTE, Antonio Marcio; DE OLIVEIRA, Liliam Fernandes; BATISTA, Marco Túlio. Correlação entre potência de membros inferiores, índice de fadiga e índice elástico em testes de saltos verticais em lutadores militares de Taekwondo. **RBPFEEX-Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, v. 7, n. 37, 2013.

BLEY, A. S.; NARDI, P. S.; MARCHETTI, P. H. Alongamento passivo agudo não afeta a atividade muscular máxima dos ísquiotibiais. **Motricidade**, v. 8, n. 4, p. 80-86, 2012.

RAMOS, Gracielle Vieira; SANTOS, Rafael Rezende dos; GONÇALVES, Alexandre. Influência do alongamento sobre a força muscular: uma breve revisão sobre as possíveis causas. **Rev Bras Cineantropom Desempenho Hum**, v. 9, n. 2, p. 203-6, 2007.

## INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA DURANTE A VIDA ADULTA

Silva, Lawreenn; Abrão, Mariana; Fonseca, Clarissa; Martins, Vitória; Musso, Filipe; Pereira, Monique; Touguinha, Henrique; Fonseca, Denise; Barbosa, Carolina; Marins, Fernanda; Barbosa, Ribeiro Sergio.

**Palavras-chaves:** educação física escolar, prática de exercícios físicos, atuação do educador físico no âmbito escolar.

### INTRODUÇÃO

Há consenso de que a prática de atividades físicas entre escolares é benéfica para a saúde e para diferentes aspectos do desenvolvimento infantil. Estudos têm mostrado as vantagens na redução da adiposidade, na melhoria de habilidades motoras fundamentais, no desempenho cognitivo, no desenvolvimento psicossocial e no processo de engajamento em programas esportivos que as desviam dos riscos contra a saúde e o desenvolvimento (COELHO et al. 2018).

Os professores com um nível de auto eficácia geral superior revelam um conhecimento mais reflexivo, flexível, rico e coerente, relacionado com as indicações da eficácia no ensino; e uma qualidade de ensino superior na gestão da aula, com maior efeito sobre as oportunidades de aprendizagem e percepções dos alunos acerca do ensino (ONOFRE, 2000). Portanto, a função real do professor é exercer o papel de mediador, que também está relacionado diretamente à ideia da construção do conhecimento, tanto como orientador do planejamento pedagógico, quanto da seleção e tratamento dos conteúdos curriculares.

Mediante tais reflexões e assumindo que o conteúdo trabalhado e ensinado em sala de aula pode nortear ações e decisões durante os anos seguintes de vida, foi construído o presente estudo. Objetiva-se aqui compreender a influência da Educação Física escolar na prática habitual de atividade física durante a vida adulta.

### MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo observacional investigativo, constituído por dados primários obtidos com a população da Faculdade de São Lourenço, através de uma amostra aleatória de

conveniência de 62 participantes voluntários dos cursos de Educação Física e Nutrição. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 95% e a margem de erro é de 5%.

A investigação principal foi realizada através de um questionário estruturado de múltipla-escolha, contendo perguntas retrospectivas sobre a Educação Física vivenciada na escola e a atuação do professor de Educação Física. Sumariamente, questionou-se sobre a obrigatoriedade da disciplina, satisfação com o trabalho do professor, variedade de métodos aplicados, gosto pela disciplina e a contribuição da Educação Física escolar para compreender o exercício físico como importante para o ser humano. O questionário foi suplementado com questões de caracterização amostral e da instituição de ensino regular, e sobre o nível de exercício físico atual.

Após coleta, os dados foram armazenados no software Excel (2016) e analisados no programa estatístico SPSS (versão 25.0). Teste de Qui-Quadrado e T de *Student* foram empregados, considerando valores de significância para  $p < 0,05$ .

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A avaliação de caracterização amostral aponta que a maioria eram estudantes do curso de nutrição (59,7%), com faixa etária entre 21 e 25 anos (41,9%) e que fizeram o ensino regular em escolas públicas (74,2%). Em 21% das respostas constatou-se que as escolas regulares de formação não dispunham de quadra poliesportiva e em 46,8% dos casos as aulas de Educação Física não assumiam caráter obrigatório/reprobatório. Os resultados também apontam que 62,9% dos respondentes consideravam as variações metodológicas implementadas pelos professores de Educação Física como insuficientes e uma alta taxa de insatisfação com a atuação do profissional (41,9%). Por fim, em 30,9% das respostas constatou-se que as aulas não contribuíram para que o aluno percebesse o exercício físico como algo importante para o ser humano. O nível de atividade física habitual verificado sugere que 22,6% dos respondentes não praticam nenhum tipo de exercício físico regular. Para os ativos, a prática comumente é baseada em exercícios de 4 a 6 dias por semana (29%) e com duração de 30 a 60 minutos (41,9%) por sessão.

Os testes estatísticos de associação entre Educação Física escolar e prática de exercício físico habitual entre estudantes universitários falharam em sua maioria em apontar resultados significativos. Contudo, cabe destacar que os alunos que consideravam a atuação do professor de Educação Física como adequada também relataram perceber melhor a importância do exercício

físico para o ser humano ( $p = 0,01$ ) e que, professores que adotavam maior variabilidade de métodos agradavam mais alunos ( $p = 0,01$ ). A atuação dos profissionais de Educação Física de escolas particulares foi considerada melhor ( $p = 0,02$ ).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao verificar os resultados dos participantes, percebe-se que a prática do exercício físico na vida adulta não necessariamente está ligada a experiências prévias na infância na escola, devendo então serem buscados outros possíveis fatores causais e casuais. Contudo, um desenvolvimento correto da Educação Física escolar resulta em adultos que compreendem melhor a importância da prática de exercícios físicos para o ser humano, o que pode inferir em maior nível de atividade física e adesão entre adultos. Professores de Educação Física devem compreender que a elaboração de aulas com maior variabilidade de métodos pode melhorar o envolvimento de alunos com a disciplina e, por consequência, valorizar essa ciência em meio escolar.

## Referências

COELHO, VA; et al.(Des) **Valorização da atividade física na pré-escola por professores.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 40, n. (4), p. 381-87, 2018.

Onofre, M. **Conhecimento prático, auto-eficácia e qualidade de ensino: um estudo multicaso em professores de educação física.** 2000.

## ESPECIFICIDADE E SENSIBILIDADE DO TESTE DE CAMINHADA DE DOIS MINUTOS EM IDOSOS

\*Eloá de Cássia de Moraes<sup>1</sup>; \*Luana Couto Carvalho da Fonseca Machado<sup>1</sup>; Marcelo Zager<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Acadêmica do 10º período de Fisioterapia na Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS

<sup>2</sup> Professor/orientador na Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS

**Introdução:** O uso de testes é conveniente na avaliação das funções físicas, cardiorrespiratórias, musculoesqueléticas e neuromotoras, a fim de diagnosticar as capacidades funcionais do paciente. O ato de andar é uma das principais atividades da vida diária, sendo os testes de caminhada propostos para medir o estado ou a capacidade funcional do paciente. O teste de caminhada de dois minutos tem como principal objetivo a determinação da tolerância ao exercício em pacientes de todas faixas etárias, no presente estudo foi realizado com idosos. Foram testadas as propriedades psicométricas do teste de caminhada de dois minutos. Este teste é uma adaptação do teste de Cooper (teste de corrida de 12 minutos) que consiste em fazer o paciente correr o mais longe possível durante 12 minutos. Na década de 70, o teste sofreu a adaptação para 6 minutos tendo como objetivo avaliar a condição física do paciente e posteriormente encurtado para o tempo de dois minutos<sup>2</sup>. Atualmente este teste é muito empregado, pois visa avaliar o condicionamento físico do paciente<sup>1</sup>. O objetivo do estudo é analisar a sensibilidade e especificidade do teste de caminhada de 2 minutos (TC2) em diagnosticar a capacidade cardiorrespiratória, força muscular e equilíbrio dinâmico em indivíduos idosos maiores de 60 anos.

**Materiais e Métodos:** Estudo quantitativo, qualitativo, descritivo, exploratório, explicativo, de campo e transversal. Foi realizado no posto de saúde do bairro São João no município de Pouso Alegre, MG, nos grupos de apoio e prevenção. Foram incluídos 29 idosos de ambos os sexos, entre as idades de 60 à 80 anos, que concordaram em participar através da assinatura do TCLE, em condições físicas para a realização dos testes, incluindo condições hemodinâmicas, ortopédicas e neurológicas. A força muscular foi avaliada por um instrumento denominado dinamômetro de preensão palmar, no qual o avaliado ficou em sedestação em uma cadeira, sem apoio para membros superiores, ombro em posição neutra e cotovelo a 90 graus de flexão. No comando do terapeuta, o avaliado realizou a preensão manual com o membro dominante, usando maior força possível. O equilíbrio dinâmico foi avaliado pelo teste de apoio unipodal, no qual o avaliado ficou em posição ortostática sobre um membro inferior, durante o maior tempo que conseguisse. A capacidade cardiorrespiratória foi avaliada pelos seguintes testes, de caminhada

de 2 e 6 minutos, que consistiu em o avaliado percorrer sobre superfície plana na velocidade máxima sem correr, um trajeto de 30 metros previamente demarcado, durante 2 minutos e 6 minutos respectivamente. **Resultados:** O estudo mostrou que existe 0,8 de relação do teste de 6 minutos com 2 minutos, o equilíbrio tem 0,6 de relação com teste de 2 minutos e 6 minutos e a dinamometria não apresentou relação entre os testes de caminhadas. **Conclusões:** O estudo apresentou que existe correlação significativa entre os testes de caminhadas de 6 minutos e 2 minutos, correlação moderada para equilíbrio dinâmico.

**Palavras chaves:** TC6, TC2, capacidade cardiorrespiratória.

#### **Referências:**

1. DOURADO, VZ.. **Equações de referência para o teste de caminhada de seis minutos em indivíduos saudáveis**, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2011000600022](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2011000600022)> Acesso em: 14/08/2018
2. RUBIM, VSM. et al. **Valor prognóstico do teste de caminhada de seis minutos na insuficiência cardíaca**, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0066-782X2006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2006000200007)> Acesso em: 16/10/2018
3. SILVA, LF. **A importância do exercício físico na vida dos idosos**, 2012. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2656/1/monografia-%20Luciano%20da%20Silva.pdf> em: Acesso em: 02/05/2019.



## FAMILIARIDADE COM O ATLETISMO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REGIÃO DE SÃO LOURENÇO

Pedro Henrique Pereira Amadeu; Rodrigo Lobo de Carvalho; Marcus Vinicius da Silva Santana; Marcus Vinicius Albino; Igor de Oliveira D'Angelo; Pedro Paulo Zanini; Sergio Ribeiro Barbosa

### Introdução

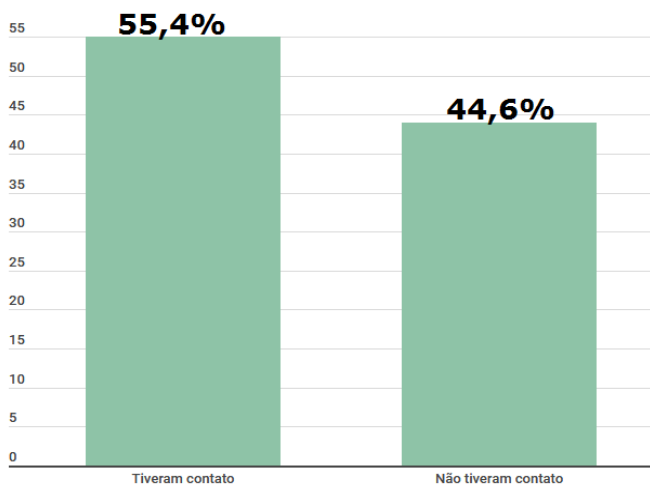
O atletismo é considerado esporte-base (SILVA E DARIDO, 2011) pois sua prática corresponde a habilidades motoras básicas como correr, saltar e lançar (SEDORKO E DISTEFANO, 2012). Sua abrangência é ampla e sua importância no ensino de outras modalidades esportivas é grande (AGÁPITO, 2015). Apesar disso, o atletismo é pouco trabalhado e difundido em âmbito escolar na região (OLIVEIRA E ARAÚJO, 2011). O presente estudo tem como objetivo avaliar o nível de contato das pessoas com o atletismo durante as aulas de educação física escolar e assim procurar respostas a respeito de como o atletismo vem sendo trabalhado nas escolas da região de São Lourenço.

### Materiais e métodos

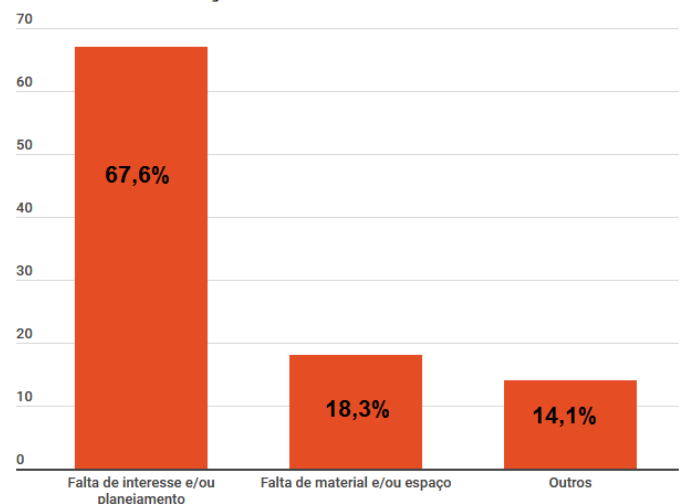
Fez-se a aplicação de um questionário para os participantes da pesquisa (n = 128) responderem de forma manual. Os participantes são estudantes dos cursos de graduação da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE e concordaram em participar da pesquisa. Os questionários foram recolhidos e os dados foram analisados no programa *Microsoft Excel*.

**Resultados e discussão** Os resultados indicam que 55% dos participantes não tiveram contato com o atletismo durante as aulas de educação física enquanto os demais 45% tiveram contato com o esporte durante o período escolar. Entre os que não praticaram o esporte na escola, 67% julgaram que a principal razão por não terem contato com o atletismo na escola foi devido a falta de interesse e/ou planejamento do professor de educação física, enquanto outros 18% julgaram que o

**Contato com o atletismo nas aulas de educação física escolar**



**Razões para não possuírem contato com o atletismo nas aulas de educação física escolar**



principal motivo para não terem praticado o esporte na escola é devido à falta de material e/ou espaço adequado para a prática no colégio. Os outros 5% sugeriram outras respostas, como falta de tempo.

As Tabelas e/ou Figuras (fotografias, gráficos, desenhos) devem ser elaboradas de forma a apresentar qualidade necessária à boa reprodução. Devem ser gravadas no programa Word para possibilitar possíveis correções. Devem ser inseridas no texto e numeradas com algarismos arábicos. Nas Tabelas (sem negrito), o título deve ficar acima e nas Figuras (sem negrito), o título deve ficar abaixo. É recomendável evitar a apresentação dos mesmos dados na forma de Figuras e Tabelas.

### Conclusão / Considerações finais

Os dados obtidos nesta pesquisa indicam que a maioria dos participantes não tiveram contato com o atletismo nas aulas de educação física escolar, o que gera um alerta para os profissionais da área para a necessidade de incluir o atletismo de forma mais eficaz e abrangente no

planejamento, uma vez que este é um esporte que trabalha habilidades motoras básicas e que pode servir como base para as demais modalidades esportivas.

## Referências

- Agápito, CM. O atletismo como alternativa metodológica nas aulas de educação física, 2015. Disponível em <http://repositorio.faema.edu.br:8000/handle/123456789/458>. Acesso em 12 set. 2019
- Oliveira, JV; Araújo, HFL. A prática do atletismo na escola: Uma análise e levantamento nas escolas estaduais e municipais da zona urbana de Nepomucano. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v1 n.2, 2011
- Sedorko, CM; Distefano, F. O atletismo no contexto escolar: possibilidades didáticas no 2º ciclo do ensino fundamental. EFDportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 16, Nº 165, Fevereiro de 2012
- Silva, EVM; Darido, SC. O atletismo nos cursos de graduação em educação física. Motriz, Rio Claro, v.17 n.3, p.525-532, jul./set. 2011

## PLIOMETRIA APLICADA AO GANHO DE FORÇA EXPLOSIVA DE MEMBROS INFERIORES EM ATLETAS DE BASQUETE

NORONHA, Rafael <sup>119</sup>, BARBOSA, Sergio Ribeiro<sup>2</sup>.

### Introdução

O termo pliometria vem do grego plethyeien, que significa obtenção de maiores amplitudes no salto. Durante a década de 60, o primeiro a falar sobre a importância do denominado Ciclo de Alongamento e Encurtamento (CAE) foi o professor e médico Rodolfo Margaria, que demonstrou que uma contração muscular concêntrica precedida de uma excêntrica era capaz de gerar maiores níveis de força que uma contração concêntrica isolada (Faccioni, 2001). Os trabalhos do professor Margaria foram, inclusive, utilizados pela NASA, com o objetivo de aperfeiçoar e encontrar a maneira mais eficaz de caminhar em solo lunar (Zanon, 2003).

A Pliometria tem como protocolo de treinos os saltos diversos. Esse tipo de treinamento, de acordo com pesquisas científicas, apresenta resultados potenciais para ganhos de velocidade, força e potência de saltos em atletas, por exemplo. Hoje em dia esse método é muito utilizado em várias modalidades, como futsal, atletismo e voleibol.

A citar, Gimenes et al. (2014) aplicaram um protocolo de treinamento pliométrico em jovens basquetebolistas durante oito semanas. Os resultados apontaram ganhos significativos mediados pela adaptação neuromuscular em parâmetros de velocidade de deslocamento e na altura alcançada no salto vertical, além da redução do índice de fadiga. Os autores ainda destacaram a facilidade de aplicabilidade do método, a eficiência e a redução de riscos de lesões gerais quando adequadamente aplicado.

Mediante o exposto, o objetivo do presente trabalho é ratificar os benefícios do treinamento pliométrico, testando sua aplicabilidade e capacidade de ganhos de desempenho em atletas adultas, praticantes amadoras do basquetebol.

### Materiais e métodos

O presente estudo desenha-se conforme estudos experimentais de caráter longitudinal. A amostra será composta por 12 atletas voluntárias, de nível amador, de um time adulto de basquetebol de uma cidade do Sul de Minas Gerais, com idade entre 18 e 23 anos. A pesquisa, didaticamente, será dividida em três momentos.

---

<sup>1</sup> r.rafael.s.noronha@hotmail.com. Faculdade de São Lourenço.

<sup>2</sup> Coordenador do Curso de Educação Física e Pedagogia da Faculdade de São Lourenço.

O primeiro momento antecede o início das intervenções e será utilizado para as coletas de dados de antropometria, teste de potência de salto vertical, teste de potência de salto horizontal e agilidade.

O segundo momento refere-se à aplicação do protocolo de treinamento pliométrico, tendo duração aproximada de 12 semanas. Esse momento é dividido em três ciclos de quatro semanas. O 1º Ciclo visa adaptar as atletas para os exercícios pliométricos, para que nas próximas fases possamos aumentar a intensidade. No 2º Ciclo são aproveitados alguns exercícios propostos na fase inicial, mas com uma exigência maior de suas musculaturas e aprimorando suas técnicas de saltos. E no 3º Ciclo, com os exercícios motoramente já estabelecidos, exigimos uma grande intensidade nos exercícios propostos, assim tentando gerar aumento na performance das atletas.

No terceiro momento será repetido o protocolo de avaliações iniciais, verificando a obtenção de resultados significativos para as atletas. Destaca-se que todo o protocolo de avaliações e intervenção será realizado por um profissional previamente treinado. Atletas que não apresentarem frequência mínima de 75% nos treinamentos serão desconsideradas do presente trabalho.

## **Resultados e discussão**

A potência de membros inferiores é de suma importância para o basquete. Mediante treinamento pliométrico específico acredita-se em um aumento significativo de desempenho dos membros inferiores, comprovado pelas evoluções nos testes de potência de salto vertical, teste de potência de salto horizontal e agilidade.

## **Conclusão / Considerações finais**

É notável a importância de treinamento específico para os esportes. Com o aumento de estudos sobre a Pliometria, queremos mostrar que essa também pode ser uma estratégia eficiente e de fácil aplicabilidade nos treinos de basquetebol, sejam eles de equipes profissionais ou amadoras.

## Referências

GIMENES, H., et al. Aplicação de um treinamento pliométrico para melhoria do salto vertical em jogadoras de basquetebol de 13 e 14 anos. RBPFEEX, v.8, n.48, p.599-608, 2014.

FACCIONI (2001)

ZANON, S. (1989). Plyometrics: past and present. New Studies In Athletics, 4: 7-17.

## INCIDÊNCIA E REAL INTENÇÃO DO INÍCIO OU CONTINUAÇÃO DA PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO EM UMA DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE CRUZÍLIA-MG

Mauro Maciel, Renato; Lucas Oliveira, Mateus; Henrique Barros Rocha, Pedro; Lucinda de Souza, Jeferson; Maciel Ribeiro de Jesus, Lucas<sup>120</sup>; Sérgio Ribeiro Barbosa<sup>2</sup>

### Introdução

McDowell, McKenna e Naylor (1997) dizem que a prática regular de atividade física ajuda a prevenir e reduzir o risco associado de certas doenças, além de produzir um efeito benéfico em outros tipos de doenças como osteoporose, diabetes, hipertensão e depressão. Segundo, também, a sociedade brasileira de medicina do esporte, um maior nível de atividade física contribui para melhorar o perfil lipídico e metabólico, e reduzir a prevalência de obesidade. Ainda, é mais provável que uma criança, um adolescente ou um jovem fisicamente ativo se torne um adulto também ativo. Em consequência, do ponto de vista de saúde pública e medicina preventiva, promover a atividade física na infância, na adolescência e juventude significa estabelecer uma base sólida para a redução da prevalência do sedentarismo na idade adulta, contribuindo desta forma para uma melhor qualidade de vida. Outros benefícios muito importantes são: a redução da ansiedade e estresse, aumento de auto estima e controle de colesterol.

Tendo como base a importância e relevância social, psíquica e fisiológica da atividade física, o presente estudo objetivou descrever a realidade escolar no que se refere a incidência da prática do exercício físico pelos alunos de ensino médio, tão quanto a real intenção da continuação da prática ou início da prática do exercício físico após o término do ensino regular.

### Metodologia

A pesquisa foi realizada em uma escola estadual do município de Cruzília. Este estudo é de caráter descritivo que tem por objetivo conhecer e interpretar a realidade. Foram definidos como alvo de pesquisa os alunos dos terceiros anos dessa escola, selecionados de forma aleatória por conveniência, de ambos os sexos e que aceitassem participar voluntariamente do estudo.

---

<sup>120</sup> Graduandos em Educação Física - Faculdade São Lourenço – renato.cruzilia02@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor orientador

Foram recolhidos os dados através de um questionário semiestruturado de auto-preenchimento contendo perguntas sobre o nível de exercício físico atual, o tipo de exercício praticado, o local da realização da prática, o envolvimento com práticas de atletismo e a intensão de continuar/começar com o exercício físico após a conclusão do ensino médio.

A pesquisa respeitou todos os princípios éticos e o anonimato dos participantes foi preservado. Os dados foram armazenados e tratados no Excel (2016) para obtenção informações descritivas.

### **Resultados e discussão**

Contemplou-se 36 alunos de ambos os sexos e com idades variando de dezessete a vinte anos. Dos participantes da entrevista, 14 eram do sexo masculino e 22 do sexo feminino. 92% dos homens e 45% das mulheres relataram ser fisicamente ativos. O futebol foi o exercício mais praticado pelo sexo masculino e no sexo feminino a musculação. Os homens relataram a prática dos exercícios na escola (8%), fora da escola (46%) e em ambos os locais (46%). Já nas mulheres encontramos os seguintes resultados: 50% escola, 50% fora da escola. Na pergunta sobre o atletismo, 50% dos indivíduos do sexo masculino e 36% do feminino relataram já terem realizado práticas relacionadas ao atletismo. Na pretensão de começar ou continuar com os exercícios físicos após o término do ensino médio 71% dos indivíduos do sexo masculino e 68% do feminino sinalizaram positivamente.

### **Conclusão e considerações finais**

Em relação a prática de exercício físico no ensino médio verificamos que 63% afirmam ser fisicamente ativos. Tal número é digno de melhorias e estratégias como modificações da abordagem e motivação dos professores podem ser pensadas. Para além, as abordagens pedagógicas que a educação física possui atualmente oferecem possibilidade de soluções diversificadas e deveriam ser melhor consideradas, assim como a prática do atletismo, algo que pode ser conciliado nas atividades da escola e fora dela. Na divisão por sexo, conclui-se que os homens se sobressaem as mulheres em relação a prática de exercício física. Então, a tentativa de melhorar o envolvimento das mulheres com o exercício físico também deve ser interpretada como meta a partir deste e de outros estudos científicos.

Uma parcela significativa de jovens refere ter a escola como espaço para o exercício físico. Então, sugere-se que planos sejam traçados objetivando a prática continuada de exercício



físico após o ensino médio. A oferta de espaços apropriados e públicos para além dos muros escolares mostra-se mais uma vez necessária.

### **Referências bibliográficas:**

PICCOLI, João Carlos Jaccottet. Normalização para trabalhos de conclusão em educação física. 2. ed. Canoas: Ulbra, 2006.

McDowell, N., McKenna, J., & Naylor, P. (1997). Factors that influence practice nurses to promote physical activity. *British Journal of Sports Medicine*, 31, 308-313.

Sociedade Brasileira de Medicina do Esporte. Posicionamento oficial. Atividade física e saúde na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* – Vol. 4. N° 4 - Jul/Ago. 1998.

## BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO EM DOR EM PACIENTES IDOSOS COM DOR CRÔNICA MUSCULOESQUELÉTICA

Martins, Cíntia Pereira <sup>\*1</sup>, Souza, Rodrigo Santos de <sup>\*1</sup>, Júnior, Marcelo Renato Massahud <sup>2</sup>, Alves, Ricardo da Silva <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Acadêmicos do curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre - MG, Brasil.

<sup>2</sup> Fisioterapeuta, professor do curso de Fisioterapia da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pouso Alegre - MG, Brasil.

**Palavras – chave:** Dor crônica, dor musculoesquelética, neurociência.

### Introdução

A dor crônica é definida como a dor que dura mais que o tempo habitual de cura do tecido, geralmente considerada como sendo de 12 semanas, aumentando os riscos para a incapacidade, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, redução da qualidade de vida e custos para a saúde pública. As intervenções que incentivam e capacitam os pacientes a se autogerenciar são recomendadas para indivíduos com dor crônica musculoesquelética e, sendo essa patologia de natureza biopsicossocial, uma abordagem educacional fundamentada nesse modelo é uma forma apropriada de tratamento adjuvante. A educação em neurociência da dor é uma intervenção educativa para pacientes que possuem dor crônica, e é baseada no comportamento cognitivo na medida em que visa diminuir crenças inadequadas e comportamentos adaptativos, a fim de reduzir a dor e a incapacidade. O objetivo da educação em dor é auxiliar os pacientes a reconceitualizar sua dor do modelo biomédico para um entendimento biopsicossocial, esclarecendo a biologia da dor.

O objetivo do estudo foi descobrir se a educação em dor agrega uma melhora adicional no tratamento fisioterapêutico de idosos com dor crônica musculoesquelética.

### Metodologia

Trata-se de um estudo intervencional longitudinal com abordagem qualitativa. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Sapucaí sob o parecer nº 04755318.2.0000.5102. Foi constituído por idosos de ambos os sexos, e que estão sob tratamento fisioterapêutico do estágio de Fisioterapia Gerontológica e Reumatológica da UNIVÁS e estágio de Saúde Coletiva da unidade básica de saúde do São João. Os idosos foram divididos em dois grupos, grupo intervenção (GI) e grupo controle (GC), que possuíam dor crônica

musculoesquelética, O grupo intervenção participou de uma palestra sobre Educação em Dor e após um mês foram avaliados novamente, assim como o grupo controle. Para todos, foram aplicados questionário de Pensamentos Catastróficos para a dor, Escala de Tampa para Cinesiofobia e à Escala Visual Analógica da dor.

## Resultados

Após a intervenção dos valores de P sobre as variáveis observou-se os seguintes resultados: Escala de Tampa para cinesiofobia (GI P= 0,058 e GC P=0,225), Escala de Pensamento Catastrófico sobre a dor (GI P=0,294 e GC P= 0,791), e Escala Analógica Visual da Dor (VAS) (GI P= 0,072 e GC P= 0,691). Foi observado uma tendência de melhores resultados das variáveis no grupo intervenção comparado ao grupo controle.

## Considerações finais

O grupo Intervenção não apresentou resultado estatisticamente significativo quando comparado ao grupo controle, em relação à Escala de Tampa para cinesiofobia, Escala de Pensamento Catastrófico sobre a dor e Escala Analógica Visual da Dor (VAS).

## Referências:

Malfliet, A.; Ickmans, k.; Huysmans, E.; Coppieters, I.; Willaert, W.; Bogaert, W.V.; et al. Best Evidence Rehabilitation for Chronic Pain Part 3: Low Back Pain. *Clinic Med*; 2019; v. 8, n.7, p.1066.

Treede, R.; Riefb, W.; Barkeb, A.; Azizc, Q.; I. Bennettd, M.; Benoliele, R. et al. Chronic pain as a symptom or a disease: the IASP Classification of Chronic Pain for the: International Classification of Diseases:(: ICD-11:). *Pain*, 2019, v. 160, n. 1, p. 19-27.

Watson, J.A.; Ryan, C.G; Cooper, L.; Ellington, D.; Whittle, R.; Lavender, M.; et al. Pain neuroscience education for adults with chronic musculoskeletal pain: a mixed-methods systematic review and meta-analysis. *The Journal of Pain*, 2019.

## ALGORITMO PARA TRIAGEM DE ATRASO NO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR

Érica Fátima De Souza Dos Santos\*, Suelen Mayara Da Silva\*, Gislaine Cristina Martins Rosa, Flávia Priscila Paiva  
Vianna De Andrade

Universidade do Vale do Sapucaí

**INTRODUÇÃO:** Crianças com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM) podem apresentar limitações físicas, funcionais e/ou cognitivas, que podem perdurar ao longo da vida adulta, tornando-as dependentes em níveis variáveis para atividades do cotidiano. Uma avaliação sistematizada possibilita a detecção e diagnóstico do atraso no DNPM, permitindo o início precoce de medidas de intervenção que contribuirão para o desenvolvimento do indivíduo. **OBJETIVO:** construir um algoritmo para triagem de atraso no DNPM, a fim de realizar orientações aos pais quanto a estimulação, ou encaminhamentos específicos de acordo com a ausência do comportamento esperado. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória. Inicialmente, foi realizada revisão da literatura junto às bases de dados Biblioteca Cochrane, LILACS e MEDLINE via PubMed. As buscas nas bases eletrônicas não foram restritas por idioma ou data de publicação. Foram utilizados descritores referentes a “desvios do desenvolvimento infantil” e “avaliação/ rastreamento”. Com o resultado da seleção dos artigos na íntegra será construído o algoritmo para triagem de atraso no DNPM. **RESULTADOS PARCIAIS:** As buscas nas bases de dados resultaram em 1035 títulos. Foram selecionados pelo título 162 artigos. Finalmente, foram selecionados a partir do resumo 47 artigos, sendo estes utilizados como referência para o próximo passo do presente estudo. **CONCLUSÃO:** O estudo se encontra em andamento. Espera-se estabelecer um algoritmo que permita aos profissionais de saúde identificarem de forma precoce atraso no DNPM e direcioná-los quanto a tomada de decisão clínica para adequada orientação aos pais/cuidadores e encaminhamento terapêutico.

## REFERÊNCIAS

Dornelas LF, Duarte NMC, Magalhães LC. Atraso do desenvolvimento neuropsicomotor: mapa conceitual, definições, usos e limitações do termo. Revista Paulista de Pediatria. São Paulo, v.33, p.88-103, março, 2015.

Ministério da Saúde. Diretrizes de estimulação precoce crianças de zero a 3 anos com atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, 2016.

Figueiras AC, et al. Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI, 2005.

**PALAVRAS-CHAVES:** Triagem, desenvolvimento infantil, estimulação precoce.

## LESÕES NA PRÁTICA DAS ARTES MARCIAIS

Pinto, Victor Luiz Dias; Henrique, Eduardo Nogueira; José, Halker da Silva; Luiz, Wellington Braga; Oliveira, João Paulo; Devair, Edmilson Pereira; Barbosa, Sérgio Ribeiro; Lima, Denise Maria Reis Fonseca; Barbosa, Carolina Gabriela Reis; Oliveira, José Jonas; Marins, Fernanda Ribeiro; Touguinha, Henrique Menezes

**Palavras-chave: Artes Marciais, lesões.**

### Introdução

As Artes marciais que surgiram há milhares de anos atrás, geralmente são remetidas como sinônimo de lutas. A arte marcial (AM) que significa a arte da guerra, surgiu com a necessidade de um povo defender seu território de invasões inimigas e ameaças externas.

Com isso os guerreiros responsáveis por defender a população, entenderam que havia a necessidade de treinar o corpo, um homem melhor treinado, melhor preparado para as guerras e lutas poderia haver melhores resultados em combate. E geralmente eram treinados em tempos de paz e a preparação dos guerreiros eram de maneira rigorosa, com o objetivo de deixar o homem cada vez mais forte e preparado para os conflitos (HIRATA; DEL VECCHIO, 2006).

Com a primazia de sempre estar em forma e/ou melhorar, o indivíduo praticante de AM, está em treino constante, o que ocasiona lesões frequentes. Lesões musculares, articulares, em ligamentos e algumas nos ossos (BAFFA, 2019).

Usualmente são utilizados fármacos para tratamentos convencionais, esses medicamentos que atuam diretamente nos receptores-alvo específicos no exterior da célula, juntamente com exercícios específicos para cada paciente auxiliando na reabilitação do praticante e na volta ao esporte (HILLMAN, 2002).

O objetivo do presente trabalho, foi analisar em um grupo de praticantes de AM e mostrar quais são as lesões mais ocorridas, o tempo de recuperação e a gravidade do dano causado na prática das AM.

## **Materiais e métodos**

Neste trabalho, foi-se elaborado um questionário e em seguida uma pesquisa com praticantes de AM (Jiu-Jitsu, Muay Thai, Judô e Karatê), para identificar quais as principais lesões causadas pela prática do esporte. Para isso realizou-se um estudo experimental, constituído por dados primários obtidos em algumas das academias de lutas, localizadas na cidade de Baependi-MG, São Lourenço-MG e Maria da Fé-MG, com a amostra de 36 atletas. A amostra foi obtida de maneira selecionada a partir dos seguintes critérios: Ter mais de seis meses de treino; possuir acima de dezoito anos de idade e treinar pelo menos duas vezes na semana. Foram avaliadas as variáveis quantitativas - O tempo de recuperação da lesão. E qualitativas - Qual modalidade de luta o participante pratica, se já se lesionou na modalidade escolhida, qual parte do corpo ocorreu a lesão e qual foi a gravidade da lesão. O nível de confiança da pesquisa foi fixado em 90% e a margem de erro é de 10%. Com os dados já coletados e tabulados em planilha do Software Excel, a análise foi realizada em porcentagem da amostra avaliada.

## **Resultados e discussão**

Após o tratamento dos dados verificamos que 5% da amostra fez o Judô sua escolha, 15% no Karatê, 18% Muay Thai e 63% escolheu o Jiu-Jitsu como sua. Outro dado importante coletado é se os participantes já se lesionaram, apresentando um valor de 75%.

No Brasil as artes marciais tem grande aceitação, e dentre elas, temos o Jiu-Jitsu, Muay Thai, Karatê e Judô, com crescente número de praticantes. Logo temos grandes números de atletas lesionados. Observamos após a realização do trabalho que as articulações obtiveram um índice maior de lesões. O alto nível de entorses (73% da amostra) pode ser devido a características dos esportes, que utiliza técnicas de luxação para finalizar o adversário. Outras lesões encontradas foram do tipo musculares, ósseas ou ligamentares representando 27 % do total.

Diante os dados apresentados, notamos que 75% dos atletas que tiveram algum tipo de lesão que demandou tempo de recuperação perderam treinos, o que dentro da prática esportiva pode ser um fator limitante no processo de evolução do treinamento.

## Conclusão / Considerações finais

Após análise nos resultados apresentados, pelo estudo, vemos que é alta a taxa de lesões no decorrer dos treinamentos de AM. Assim tornando-as comuns e frequentes aos seus praticantes. Mas notamos que a maior taxa de incidência de lesões é causada nas articulações por realizarem a maior parte dos movimentos marciais.

Os praticantes de AM devem durante os seus treinos se precaverem ao máximo para evitar lesões, usando do conhecimento adquirido e de orientações do profissional de Educação Física. Este profissional podendo orientar posições anatômicas e movimentos corretos na execução, mostrando ao executor as amplitudes máximas, por exemplo, evitando-as a fim de não gerar uma nova lesão.

## Referências Bibliográficas

CAETANO, João CARPEGIANI – Lesões no Jiu-Jitsu estudo em 78 atletas, 2004

DO PRADO BAFFA, Augusto. As principais lesões no jiu-jitsu. **Fisioterapia Brasil**, v. 3, n. 6, p. 377-381, 2019.

HILLMAN, Susan Kay. **Avaliação, prevenção e tratamento imediato das lesões esportivas**. Editora Manole Ltda, 2002.

HIRATA, D. S; DEL VECCHIO, F. B. Preparação física para lutadores de Sanshou: Proposta baseada no sistema de periodização de Tudo O. Bompá. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo de Pinhal, v. 6, n. 8, 2006.

# ENFERMAGEM



## CUIDADO DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO HUMANIZADO

Alex Mendonça Siqueira <sup>121</sup>, Ivy Maria Vicente Giovanini, Jade Rohsner Carvalho Passos e Dra. Andreza Figueirola Martins Dionello

### Introdução

Esta pesquisa se justifica pelo fato de ainda se está longe do ideal que se pretende quando se fala em humanização do serviço de enfermagem. Muito já se caminhou nessa direção, mas ainda falta muito, principalmente a adesão de todos, em todos os segmentos, principalmente nos meios públicos.

É de extrema importância que o profissional de enfermagem saiba lidar com as considerações éticas a assistência e a necessidade de humanizar o cuidado frente aos avanços tecnológicos. Sabe-se que humanizar a assistência de enfermagem é um desafio, entretanto possível e essencial na prática da enfermagem.

Isto posto, e na tentativa de dar conta da problemática levantada, questiona-se: O que é uma assistência humanizada? Quais os desafios para a humanização da assistência de enfermagem?

Deste modo, este trabalho tem por objetivo refletir sobre a humanização da assistência de enfermagem, buscando identificar seus desafios e seus benefícios.

### Metodologia

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se da pesquisa bibliográfica que busca abordar o tema a partir de publicações de outras pesquisas, através da consulta em legislações pertinentes ao tema, buscando artigos acadêmicos através da internet utilizando-se das palavras-chave 'humanização', 'enfermagem' e 'atendimento humanizado' nos principais sites de busca como o Scielo e o Google Acadêmico.

Os artigos encontrados foram selecionados levando em consideração o ano de publicação, ou seja, publicações recentes dos últimos 10 anos.

O material foi lido, discutido, fichado para fazer parte deste relatório.

---

<sup>121</sup> mendonca.alex@hotmail.com Faculdade de São Lourenço.

## Referencial Teórico

A questão da humanização ainda consiste num desafio para a profissão, pois por muito tempo teve um atendimento fragmentado, impessoal e uma prática mecanizada geram a possibilidade de frustração do pessoal e a má qualidade da assistência, com forte tendência à desumanização.

Para Moreira et al (2015, p. 3232):

A humanização pode ser compreendida como um vínculo entre profissionais e usuários, alicerçado em ações guiadas pela compreensão e pela valorização dos sujeitos, reflexo de uma atitude ética e humana. Em outro sentido, a humanização é associada à qualidade do cuidado, que incluiria a valorização dos trabalhadores e o reconhecimento dos direitos dos usuários.

Hoje em dia, nas palavras de Calegari, Massarollo e Santos (2015, p. 46):

Os profissionais percebem que respeitar a individualidade e a cultura do paciente, adaptar as atividades hospitalares às necessidades do paciente, investir na qualidade do relacionamento interpessoal entre paciente e profissional de saúde e não se limitar às necessidades físicas possibilitam a humanização da assistência.

As demandas tecnológicas, econômicas e sociais que o mundo vive atualmente não deixam de refletir no trabalho e na atuação dos enfermeiros, entretanto questões relacionadas à ética, ao respeito e ao reconhecimento da individualidade dos outros, são princípios que devem prevalecer na vida das pessoas e na profissão.

De acordo com Moreira et al (2015), o tema da humanização surgiu pela descrença no Sistema Único de Saúde (SUS) por parte da população, através de um programa do Ministério da Saúde, voltado para a atenção hospitalar, em 2001, com o escopo de elevar o atendimento ao usuário e ao trabalhador de Saúde, agregada aos diversos problemas que envolviam a execução e a implantação das políticas de saúde.

Assim, o Ministério da Saúde, lança em 2003, a Política Nacional de Humanização (PNH) que busca colocar em prática os princípios do SUS no cotidiano dos serviços de saúde, produzindo mudanças e aposta na humanização das práticas de gestão e de atenção (nos modos de gerir e nos modos de cuidar).

A PNH propõe a mudança dos modelos de atenção e gestão fundados na racionalidade biomédica (fragmentados, hierarquizados, centrados na doença e no atendimento hospitalar) para se trabalhar embasados em princípios, tais como:

inseparabilidade entre clínica e política, o que implica a inseparabilidade entre atenção e gestão dos processos de produção de saúde; e a transversalidade, entendida como aumento do grau de abertura comunicacional nos grupos e entre os grupos, isto é, a ampliação das formas de conexão intra e intergrupos, promovendo mudanças nas práticas de saúde (PASSOS, 2006 *apud* NAVARRO & PENA, 2013, p. 65).

Segundo Conceição (2009, p. 196),

o objetivo principal do programa era aprimorar as relações entre profissional de saúde e usuário, dos profissionais entre si, e do hospital com a comunidade. Devia-se, segundo o documento ministerial, acompanhar o movimento da sociedade à procura de um atendimento que levasse em conta as suas necessidades básicas, que assegurasse os direitos já conquistados em 1988 e que melhorasse o acolhimento ao usuário. Entretanto, estas “mudanças”, como já foram pontuadas, dependiam do nível de comprometimento dos trabalhadores da saúde.

Esta pesquisa não tem como foco aprofundar o conhecimento sobre o HumanizaSUS, apenas fez-se necessário falar da sua existência para relacionar o trabalho do enfermeiro à este processo de humanização, pois, em geral, o enfermeiro, é o primeiro profissional de saúde com que os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) têm contato quando procuram uma unidade de atendimento e está sob a responsabilidade desses profissionais todo o processo de cuidado na

saúde, desde a promoção à proteção e assistência, por este motivo, é fundamental a humanização deste profissional, principalmente na assistência pública.

### Considerações finais

A Enfermagem tem sua história a característica de cuidar do bem-estar do outro, cuidar da enfermidade de alguém, cuidar para que a prevenção aconteça, atuação na promoção da saúde. Porém, com o passar dos anos, o enfermeiro passou a assumir muitas tarefas burocráticas, alguns encargos administrativos, afastando-se pouco a pouco deste cuidado ao paciente, surgindo com isso a necessidade de resgatar os valores humanísticos da assistência de enfermagem.

O significado do termo humanização para os profissionais da saúde, mais precisamente ao enfermeiro, que foi o foco desta pesquisa, está relacionado ao respeito, ao acolhimento e à empatia.

Precisa-se, urgentemente, resgatar valores éticos e morais da profissão, e usar além da técnica, usar da humanidade, tratando bem o outro, independente de classe social, orientação religiosa, gêneros, raça, cor, situação econômica. Todos merecem ser tratados com dignidade. Embora o atendimento do SUS ainda seja precário, muitos reclamam, já existe a Política Nacional de Humanização da Gestão e da Atenção, HumanizaSUS, restando agora somente colocar em prática.

### Referências

BEDIN, Eliana; RIBEIRO, Luciana Barcelos Miranda; BARRETO, Regiane Ap. Santos Soares. Humanização da assistência de enfermagem em centro cirúrgico. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Vol. 06, Num. 03, 2004. Disponível em Disponível em [www.fen.ufg.br](http://www.fen.ufg.br). Acesso em 01 set 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política de Humanização. **HumanizaSUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS**. 4. ed. Brasília, 2008.

CALEGARI, Rita de Cássia; MASSAROLLO, Maria Cristina Komatsu Braga; SANTOS, Marcelo José dos. Humanização da assistência à saúde na percepção de enfermeiros e médicos de um

hospital privado. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, 2015. 42-47. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49nspe2/1980-220X-reeusp-49-spe2-0042.pdf>. Acesso em 10 set 2019.

CONCEIÇÃO, Tainá Souza. A Política Nacional de Humanização e suas implicações para a mudança do modelo de atenção e gestão na saúde: notas preliminares. **SER Social**, Brasília, v. 11, n. 25, p. 194-220, jul./dez. 2009. Disponível em: <[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/373/226](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/373/226)>. Acesso em: 24 set. 2019.

MATSUDA, Laura Misue; SILVA, Neuza da; TISOLIN, Ana Maria. Humanização da assistência de enfermagem: estudo com clientes no período pós-internação de uma UTI-adulto. **Acta Scientiarum. Health Sciences**. Maringá, v. 25, no. 2, p. 163-170, 2003. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/view/2227>. Aceso em 01 set 2019.

MOREIRA, Márcia Adriana Dias Meirelles et al. Políticas públicas de humanização: revisão integrativa da literatura. **Ciência e saúde coletiva** [online]. 2015, vol.20, n.10, pp.3231-3242. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015001003231&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015001003231&script=sci_abstract&tlng=pt). Aceso em 21 set 2019.

NAVARRO, Luisa Milano; PENA, Ricardo Sparapan. A Política Nacional de Humanização como estratégia de produção coletiva das práticas em saúde. **Revista de Psicologia da UNESP**. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v12n1/a07.pdf>. Acesso em 10 set 2019.

PINHEIRO, Mirian Caliope Dantas; LOPES, Gertrudes Teixeira. A influência do brinquedo na humanização da assistência de enfermagem à criança hospitalizada. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v. 46, n. 2, 117-131, abr./jun. 1993. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71671993000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671993000200005). Acesso em 01 set 2019.

## **A REEMERGÊNCIA DO SARAMPO: ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO IMPACTO DA QUEDA NA IMUNIZAÇÃO**

Alvarenga, Joice. Teófilo, Ana Carla <sup>122</sup>. Dra Dionello, Andreza. Giovanini, Ivy M. Rohsner, Jade.

### **Introdução**

O sarampo é uma doença viral, aguda, grave, transmissível e de alta contagiosidade; tem distribuição universal, com variação sazonal, e seu comportamento depende da relação entre a imunidade e a susceptibilidade da população, assim como da circulação do vírus. Embora exista uma vacina segura e de baixo custo, o sarampo é uma das principais causas de morbimortalidade entre crianças menores de 5 anos de idade, sobretudo aquelas desnutridas e que vivem em países de baixa renda. A incidência, a evolução clínica e a letalidade do sarampo são influenciadas pelas condições socioeconômicas, estado nutricional e imunitário do doente, situações agravadas pela aglomeração em lugares públicos e em pequenas residências.

**(MOURA, 2018**

Este trabalho tem por objetivo ressaltar a importância da vacina, sua eficácia, minimizando o risco da reintrodução das doenças imunopreveníveis.

### **Metodologia**

Esse estudo consiste de uma revisão integrativa de literaturas, artigos científicos onde foi observado o padrão do agravo, traços epidemiológicos, cobertura vacinal, e a utilização da SAE na prática profissional, descritos de acordo com a Taxonomia da NANDA (North American Nursing Diagnosis Association).

### **Aspectos clínicos e patológicos do sarampo**

O sarampo manifesta-se por febre alta, exantema maculopapular generalizado, tosse, coriza e conjuntivite, e manchas de Koplik (pequenos pontos brancos na mucosa bucal). O período de infecção caracteriza-se pela febre, tosse produtiva, coriza e conjuntivite do 2º ao 4º dia o

---

<sup>122</sup> anacarlalabregoteofilo@gmail.com

paciente apresenta exantema, quando se acentua os sintomas iniciais (lesões características do sarampo. No estágio toxêmico a superinfecção viral ou bacteriana é favorecida devido à força do hospedeiro, podendo haver complicações. Na fase de remissão ocorre a diminuição dos sintomas, devido ao declínio da febre, o exantema fica escurecido podendo haver descamação. (**Brasil, 2017**)

De importância epidemiológica por sua gravidade clínica e potencial de disseminação. A vacina é a principal ferramenta de prevenção e controle da doença.

### **Vacinação: A principal forma de prevenção**

A imunização do Sarampo atualmente é conseguida através da vacina tríplice viral (Sarampo, Caxumba, Rubéola), refere-se a uma vacina atenuada, compondo-se de vírus vivos, incluindo indícios da proteína do ovo de galinha empregado na produção da vacina. (SBIN, 2019)

Indicados para crianças, adolescentes e adultos, com calendário determinado pelo Ministério da Saúde. No PNI a rotina para vacinação infantil, estabelece 2 doses, onde a primeira dose desta vacina deve ser administrada aos 12 meses, e a segunda aos 15 meses, associada a vacina varicela (Tetraviral: SCR-V), podendo ser aplicada separadamente. No adolescente e adulto baseia-se em doses anteriores; 10-19 anos\_2 doses dependendo da situação vacinal; 20-29 anos\_2 doses se nunca vacinado; 30-49 anos\_ 1 dose. Gestantes e pessoas imunodeprimidas (com comprometimento da imunidade por doença ou medicação) estão contraindicados à imunização, por tratar-se de vacina atenuada. Profissionais de saúde independentemente da idade deve ter 2 doses válidas e documentadas (SBIN,2019)

### **A queda da imunização no Brasil**

O Programa Nacional de Imunização (PNI) é uma referência mundial, o Brasil foi o precursor na integração de inúmeras vacinas no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS) sendo um dos poucos países no mundo a ofertar de maneira global um índice vasto e amplo de imunobiológicos. No entanto a alta taxa de cobertura, que a todo o momento foi sua relevante particularidade, vem despencando nos últimos anos. (**CRUZ, 2017**)

Segundo a coordenadora do PNI, do Ministério da Saúde, Carla Domingues, ressalta uma provável divisão: o êxito do programa pode ser um possível descrédito da cobertura. Isso porque o

Programa imunizou adequadamente na infância a população que nos dias de hoje se encontram com 30, 40, 50 anos de idade, no qual doenças como o Sarampo ou a Poliomielite eram perceptíveis e a atenção em vacinar as crianças eram maiores.

### Situação Epidemiológica

Diante uma enfermidade de posição global, com transmutação sazonal, constata-se uma elevação da ocorrência em períodos de temperaturas temperadas, na temporada entre fim do inverno e início da primavera. Nos climas tropicais, a transmissão tende expandir após a estação chuvosa. O comportamento endêmico-epidêmico da enfermidade diferencia de um território para o outro e necessita, sobretudo, da associação entre o nível de imunidade, vulnerabilidade da população, e a disseminação do vírus no território. (Brasil, 2019)

### Conclusão / Considerações finais

Face ao exposto, são de fundamental importância a vigilância e o monitoramento constante para que as ações de prevenção, detecção e tratamento obtenham êxito.

Também é preciso que a rede de serviços de saúde se mantenha organizada para garantir acesso de qualidade em todos os níveis de atenção, de maneira a atender a comunidade.

Todos os profissionais de saúde devem estar aptos a reconhecer as manifestações clínicas do sarampo. É preciso que o aumento no número dos casos de sarampo seja controlado e que haja empenho para a prevenção, detecção precoce, tratamento correto das pessoas infectadas, acompanhamento e seguimento para encerramento dos casos. Também que se façam palestras educativas com a população, conscientizando sobre a situação epidemiológica atual, uso do preservativo e procura dos serviços para realização de exames.

### Referências

BELO HORIZONTE. Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. **Boletim Epidemiológico - Registro de casos de sarampo reforça a importância da vacinação para o controle da doença. BH. 2019.** Disponível em <http://saude.mg.gov.br/cidadao/banco-de-noticias/story/11372->



registro-de-casos-de-sarampo-reforca-a-importancia-da-vacinacao-para-o-controle-da-doenca  
acesso em 14 ago. 2019, 16:16.

BELO HORIZONTE. Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais. **Informe Epidemiológico – Sarampo**. BH. Semana 18 de 2019. 2019. Disponível em [WWW.saude.mg.gov.br/images/documentos/informe%20SE%2018-2019%20SARAMPO.pdf](http://WWW.saude.mg.gov.br/images/documentos/informe%20SE%2018-2019%20SARAMPO.pdf)  
acesso em 14 ago. 2019, as 15:30.

Moura, A. A.D., et al. **Estratégias e resultados da vacinação no enfrentamento da epidemia de sarampo no estado do Ceará, em 2013-2015**. Brasília, 27(1):e201624210, 2018 (Epidemiol. Serv. Saúde).

Moura, A. A.D., et al. **Monitoramento Rápido de Vacinação na prevenção do sarampo no estado do Ceará, em 2015**. Brasília, 27(2):e2016380, 2018 (Epidemiol. Serv. Saude).

Sociedade Brasileira de Infectologia. São Paulo, 2016. Disponível em <https://www.infectologia.org.br/pg/830/> Acesso em 07.ago.2019, 10:50.

## PSICOFARMACOTERAPIA DE ANTIDEPRESSIVOS ISRS E SEU USO IRRACIONAL NOS DIAS ATUAIS.

Ana Clara Vercesi, Kelly Cristine Siqueira, Rafaela França Faculdade São Lourenço

### INTRODUÇÃO

Os antidepressivos inibidores seletivos da recaptção de serotonina (ISRS) são uma classe de medicamentos antidepressivos presentes no mercado desde o final da década de 1980. Os principais fármacos que fazem parte desta classe são Fluoxetina (Prozac®, Daforin®, Prozen®, Psipax®). Sertralina (Zoloft®, Assert®, Serpax®). Paroxetina (Seroxat®, Dropax®, Paxil®, Benepax®, Pondera®, Parox®). Citalopram (Celexa®, Cipramil®, Cipram® Città®, Procimax®). Escitalopram (Cipralex®, Lexapro®). Os ISRS são a classe de antidepressivos mais prescrita no mundo. São drogas relativamente novas, seguras mesmo em doses elevadas, bem toleradas e com perfil de efeitos colaterais leves. Dados da Organização Mundial da Saúde mostram que a depressão afeta 4,4% da população mundial – no Brasil, atinge 5,8% dos brasileiros (maior prevalência da América Latina). E, em consequência desse número expressivo, a demanda dos psicofármacos vem aumentando. Só no Brasil, no primeiro semestre de 2011, foram comercializados 34,6 milhões desses remédios, um aumento de quase 50% em 4 anos, segundo a consultoria IMS Health. No entanto, será que os usuários são bem orientados e fazem uso correto de tais medicamentos?

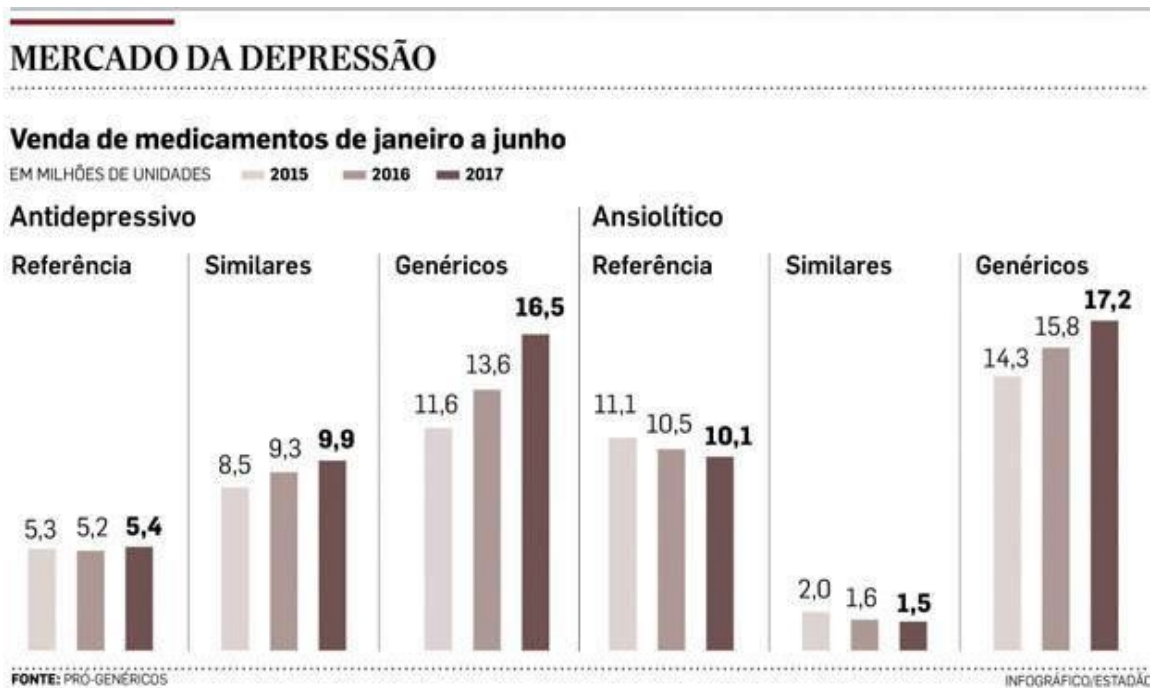
### FARMACODINÂMICA

Os ISRS inibem de modo potente e seletivo a recaptção de serotonina (5-HT) no terminal neuronal pré-sináptico, ou seja, agem impedindo a retirada da serotonina da fenda sináptica, local onde esse neurotransmissor exerce suas ações. Deste modo, a serotonina permanece disponível por mais tempo, causando melhora no humor dos pacientes. Como qualquer droga antidepressiva, os inibidores seletivos da recaptção de serotonina demoram pelo menos 2 semanas para começar a fazer efeito e até 8 semanas para atingir seu potencial máximo. O ISRS deve ser iniciado em doses baixas (ex. 5 mg a 10 mg de fluoxetina), com aumento lento e progressivo. Após alcançar a dose adequada, deve-se aguardar de quatro a seis semanas para avaliar a resposta terapêutica. A retirada deve ser gradual, a cada cinco/sete dias, principalmente com ISRS de meia-vida curta (paroxetina, sertralina e fluvoxamina), para evitar "síndrome de retirada abrupta" (cefaléia, tontura, náusea, vômito, mialgia, calafrios, parestesias, irritabilidade, ansiedade

intensa e problemas de sono). Ultimamente, os ISRS vem substituindo outros tipos de psicofármacos por não oferecerem risco de cardiotoxicidade e de letalidade por superdosagem.

## DADOS

O gráfico de colunas aponta a progressão da venda de antidepressivos, entre 2015 e 2017, diante da crise econômica enfrentada pelo Brasil. Situação a qual afeta diretamente o processo de saúde e doença de um indivíduo.



Fonte: CRISE DO PAÍS AUMENTA VENDA DE ANTIDEPRESSIVOS GENÉRICOS EM 21%

(disponível em <https://revistapegn.globo.com/Negocios/noticia/2017/09/venda-de-antidepressivos-genericos-cresce-ante-42-dos-de-marca.html>)

## PESQUISA



FONTE: Automedicação (disponível em: <https://ufsj.edu.br/lafarc/automedicacao.php>)

Um dado importante que mostra na prática a automedicação foi publicado no artigo da Revista da Associação Médica Brasileira, apontando que 5,6 pessoas por farmácia e por semana fazem uso indevido de algum tipo de medicamento. Já em uma outra pesquisa, cientistas americanos descobriram que o mau uso de antidepressivos pode ser prejudicial à saúde e, portanto, este tipo de tratamento deve ser realizado com bastante cuidado e atenção. Foi constatado que os efeitos dos antidepressivos são mais maléficos do que benéficos quando utilizados inadequadamente podendo comprometer a saúde de modo geral. A ingestão de antidepressivos por um período prolongado de tempo, por exemplo, podem gerar problemas de ordem orgânica como : disfunções sexuais masculinas, sangramentos aleatórios, constipação e até mesmo riscos de AVC em pessoas idosas. Em alguns casos, os antidepressivos podem até auxiliar o paciente desde que ele esteja realizando um tratamento psicológico simultaneamente , porém, os remédios não podem ser considerados como uma solução do problema emocional e sim um coadjuvante do processo psicológico.

## CONCLUSÃO

Desta forma, a indicação do tratamento farmacológico deve ser realizado através de prescrição médica por meio da avaliação de um psiquiatra, já que o uso de antidepressivos não são recomendados para todos os casos. Este acompanhamento psiquiátrico deve ser realizado para avaliar a necessidade ou não da manutenção dos remédios ao longo do tratamento, já que o ideal é que após a reorganização emocional que a psicoterapia possibilita, o paciente possa “andar sozinho” sem nenhum tipo de dependência química . Desta forma, evitamos a dependência

do remédio, além de prevenir possíveis problemas futuros para nosso organismo. Os antidepressivos devem limitar-se aquelas situações em que haja alterações importantes do humor ou sentimentos vitais (apatia, desânimo, desinteresse, tristeza vital), não passíveis de abordagem por outros métodos (psicoterapias, grupos de orientação e de debate, atividades culturais, etc.) acarretando no momento prejuízos significativos para a vida do paciente. Os antidepressivos não substituem o atendimento e a escuta do paciente, seu uso só tem sentido quando ajuda a viabilizar o atendimento e essa escuta.

## REFERÊNCIAS

- [revistagalileu.globo.com](http://revistagalileu.globo.com)
- [www.psicologaregina.com.br/os-riscos-do-mau-uso-dos-antidepressivos/](http://www.psicologaregina.com.br/os-riscos-do-mau-uso-dos-antidepressivos/)
- [www.scielo.br](http://www.scielo.br)
- [revistapegn.globo.com](http://revistapegn.globo.com)
- [ufsj.edu.br/lafarc/automedicacao.php](http://ufsj.edu.br/lafarc/automedicacao.php)

## HORMONIOTERAPIA NO CÂNCER DE MAMA

Autores: Noronha, Ana Flávia; Lopes Nogueira, Suelen Orientadora: Professora Dr Rafaela Ferreira Franca

### Introdução

Dentre os mais conhecidos tratamentos contra o câncer, estão a quimioterapia e a radioterapia. Eles são bastante utilizados em vários tipos de câncer e, apesar dos efeitos colaterais, ainda são dois dos mais eficazes tratamentos. Porém, existem outros tipos de tratamento que também podem ajudar e, em casos especiais, serem indicados de forma complementar à cirurgia, à quimioterapia ou à radioterapia. Um desses tratamentos é a hormonioterapia. Baseado na administração ou no controle de produção hormonal, a hormonioterapia consegue inibir o crescimento de um tumor específico e a morte das células cancerosas. Diversos tipos de câncer dependem dos hormônios para crescer e se disseminar. Essas células cancerosas possuem receptores de hormônios, que são as grandes responsáveis por atrair os hormônios que circulam pelo sangue e os aproveitar para induzir o crescimento celular. O tratamento é feito de forma a interferir na produção de hormônios e impedir que estes alimentem as células cancerosas. Esta forma de tratamento começou a ser utilizada primeiramente para combater o câncer de mama, mas sua eficácia o levou a ser utilizado também em outros tipos de câncer, como o de próstata, ovário, tireoide, endométrio, entre outros. O objetivo geral desse trabalho é levantar conhecimento sobre a hormonioterapia e seus benefícios em pacientes com câncer de mama. (2003 - 2019 Instituto Oncoguia)

### Tipos de Hormonioterapia

Existem diversos tipos de hormonioterapia, que usam maneiras diferentes de evitar que o estrogênio ajude o câncer a crescer. A maioria dos tipos de terapia hormonal para câncer de mama diminuem os níveis de estrogênio ou impedem o estrogênio de atuar sobre as células cancerígenas da mama. As principais estratégias para interferir no crescimento tumoral através de manipulações hormonais são:

**Retirada cirúrgica de glândulas endócrinas:** A retirada dos ovários priva o organismo feminino da ação dos hormônios sexuais (estrógeno e progesterona). Essa cirurgia, quando indicada para mulheres na pré-menopausa portadoras de câncer de mama disseminado, induz remissão em 30% a 40% dos casos.

**Doses supra-fisiológicas de hormônios:** Enquanto pequenas doses de hormônio podem estimular o crescimento de determinados tumores, doses muito elevadas (supra-fisiológicas) podem exercer o efeito oposto. É o caso do câncer de mama, doença que pode ser agravada pela administração de doses baixas de estrógenos ou progesterona, mas que pode entrar em remissão quando tratada com doses altas dos mesmos hormônios.

**Inibidores de enzimas necessários para a produção de hormônio:** Através da inibição de algumas enzimas, é possível privar a síntese de hormônios e assim bloquear as células malignas

desses fatores de crescimento. Como exemplo, podemos citar os inibidores da aromatase, drogas empregadas no tratamento do câncer de mama que inativam a aromatase, enzima fundamental para a formação de estrógenos na menopausa.

**Antagonistas dos hormônios (anti-hormônios):** Geralmente, são drogas que se ligam aos receptores existentes nas células malignas, impedindo que o hormônio se aproxime deles. O exemplo clássico é o tamoxifeno, droga que bloqueia os receptores de estrógeno existentes nas células do câncer de mama. (Rocha, Neide; Instituto vencer o câncer, 2018).

## Conclusão

Conclui-se que em muitos protocolos de tratamento, a hormonioterapia completa o benefício proveniente da cirurgia e/ou radioterapia, alcançando melhores resultados para o paciente. Ela pode ser usada em um protocolo de tratamento com intenção de curar ou até mesmo para evitar o avanço da doença, quando a cura não é mais possível. Durante o período do tratamento da doença, são necessárias constantes adaptações devido às perdas e aos sintomas vivenciados pela paciente. Um atendimento humanizado é essencial para este momento, além de todo suporte e orientação da equipe de enfermagem para a diminuição da dor e ansiedade do paciente e sua família.

## Referências

- 1- Cavalcante Sirlei A. M; Silva Fabiana B; Marques Carla A V; Figueiredo elisabeth N; Gutiérrez elisabeth N; AÇÕES DO ENFERMEIRO NO RASTREAMENTO E DIAGNÓSTICO DO CÂNCER DE MAMA NO BRASIL, 19/3/13.
- 2- Leite C. M. F.; Bubach S.; Amorim M. H. C.; Castro D. S.; Primo C. C. (2010) Mulheres com Diagnóstico de Câncer de Mama em Tratamento com Tamoxifeno: Perfil Sociodemográfico e Clínico; Revista Brasileira de Cancerologia.
- 3- Regis, M. de F. S., & Simões, S. M. F. (2006). DIAGNÓSTICO DE CÂNCER DE MAMA: SENTIMENTOS, COMPORTAMENTOS E EXPECTATIVAS DE MULHERES. Revista Eletrônica De Enfermagem, 7(1).
- 4- Scowitz M. F.; Menezes A. M. B.; Gigante D. P.; Tessaro S. (2004) CONDUZAS NA PREVENÇÃO SECUNDÁRIA DO CÂNCER DE MAMA E FATORES ASSOCIADOS. Revista de saúde pública.

## INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM NOS ASPECTOS PREVENTIVOS E ASSINTENCIAIS AO TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO DA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA NO ADULTO

CARVALHO, Angélica Silva<sup>1</sup>; GIOVANNI, Ivy Maria Vicente<sup>1</sup>; DIONELLO, Andreza Figueirola Martins<sup>2</sup>.

### Introdução

A insuficiência cardíaca (IC) pode ser definida como uma síndrome clínica complexa, sendo que o coração é incapacitado de bombear sangue de forma a responder às necessidades do corpo. Como resultado, o fluido pode se acumular nas pernas, pulmões e em outros tecidos (ROHDE et.al.,2018).

A insuficiência cardíaca pode ser classificada quanto á intensidade em crônica ou aguda. Segundo Rohde (2018) foi descrito o termo “insuficiência cardíaca crônica”, reflete a natureza progressiva e persistente da doença, enquanto o termo “insuficiência cardíaca aguda” ou descompensada fica reservado para alterações rápidas ou graduais de sinais e sintomas resultando em necessidade de terapia urgente. E também pode ser classificada de acordo com a gravidade da disfunção do coração em dois tipos: **Insuficiência cardíaca fração de ejeção reduzida (sistólica)**: neste caso, o coração não consegue bombear ou ejetar o sangue para fora das cavidades corretamente, ou seja, tem-se o que se denomina fração de ejeção reduzida. Neste caso, o coração contrai menos ou de forma mais fraca, o que causa acúmulo de sangue. Na **Insuficiência cardíaca fração de ejeção preservada (diastólica)**: ocorre quando o coração não se enche de sangue com facilidade, porque seus músculos estão mais rígidos. Aqui, ao contrário do que ocorre na insuficiência cardíaca sistólica, o coração não relaxa para se encher de sangue adequadamente (MOSTERD et.al.,2007).

Considerada como um problema de saúde pública no mundo inteiro a IC vem aumentando sua incidência e prevalência se tornando uma das principais causas de morbimortalidade no Brasil, conforme aumenta a expectativa de vida. Existem fatores de risco cardiovascular que aumentam a ocorrência da doença, entre os mais relevantes entram a hipertensão arterial, dislipidemia (colesterol alto), tabagismo, diabetes mellitus, sedentarismo, obesidade, hereditariedade e estresse. A soma desses fatores junto a queda de hábitos alimentares saudáveis, aumento do estilo de vida sedentário, estresse e tabagismo, são causas potenciais do mal funcionamento do coração (ARAUJO et.al.,2013).



Por intermédio a tais informações se vê a necessidade do conhecimento e uma melhor compreensão da insuficiência cardíaca dos profissionais de saúde, em relevância a equipe de enfermagem, com o objetivo de trabalhar com a prevenção da patologia e de prestar uma assistência mais efetiva e sistematizada, para que o risco e danos da doença sejam minimizados.

### **Materiais e Métodos**

No presente estudo foi realizado levantamento de dados bibliográficos em materiais publicados na internet, onde efetivou-se pesquisa em bancos de dados no Google Acadêmico, com o intuito de explorar o seguinte tema, utilizou-se como palavras chaves, classificação da insuficiência cardíaca, implementação da Sistematização da Assistência e Enfermagem(SAE), intervenções preventivas de enfermagem, intervenções assistenciais de enfermagem. Os métodos de estudos escolhidos foram artigos publicados entre 2007 e 2018, escritos e publicados em português e inglês.

### **Referencial Teórico**

Para se detectar o problema de enfermagem é necessário buscar os principais sinais e sintomas da IC, entretanto, deve se analisar a história clínica do paciente e realizar um exame físico detalhado, colocando em prática a Sistematização da Assistência e Enfermagem(SAE).

Principais sinais e sintomas da IC: Falta de ar, dispneia paroxística noturna(dificuldade na respiração após deitar-se para dormir, ortopneia (dificuldade respiratória quando a pessoa está deitada), fadiga, cansaço, intolerância ao exercício e edema.

### **Intervenções preventivas de enfermagem**

Programas multidisciplinares de cuidados: pacientes com IC se beneficiam da orientação multiprofissional, composta por uma equipe de enfermeiros, médicos, nutricionista, fisioterapeuta, farmacêutico, educador físico, psicólogo e assistente social, principalmente quando infiltrados em programas de cuidados da doença.

Uso de bebidas alcoólicas e o tabagismo: pacientes com doenças crônicas devem ser aconselhados a se absterem do uso de bebidas alcoólicas, e serem encorajados a parar de fumar, naqueles que não conseguem abstinência completa, a redução na ingesta pode trazer benefícios parciais.

Atividade laborativa: conforme Rohde (2018) o retorno ao trabalho é importante, tanto financeiramente, quanto para o estado emocional e a autoestima, em pacientes com doenças crônicas.

Planejamento familiar: as recomendações de contracepção na IC devem considerar os riscos de gravidez, bem como os riscos relativos à eficácia dos métodos anticoncepcionais disponíveis. O planejamento familiar é um direito e deve ser respeitada a vontade do indivíduo.

### **Intervenções assistenciais de enfermagem ao paciente hospitalizado**

Quando aplicadas as intervenções de enfermagem na parte assistencial é possível melhorar os sinais e sintomas, tendo como objetivo uma melhor recuperação do paciente. O cuidado de enfermagem e a SAE, com o paciente portador de IC, pode se dividir em duas partes. A primeira será idêntica para todos pacientes como a investigação da história clínica, histórico familiar, sinais e sintomas e exame físico detalhado. A outra parte será individual para cada diferente tipo de paciente como o diagnóstico de enfermagem, a intervenção assistencial, a prescrição de cuidados e a evolução de enfermagem.

A dispneia e o edema relacionados a pacientes descompensados com IC evidenciam o diagnóstico de enfermagem débito cardíaco diminuído, que é definido pela NANDA-I como a “quantidade insuficiente de sangue bombeado pelo coração para atender às demandas metabólicas corporais”(PEREIRA,2016,p.930).

Um estudo brasileiro que identificou os diagnósticos de enfermagem prioritários em 303 pacientes com IC descompensada verificou frequência de 100% para débito cardíaco diminuído (PEREIRA,2016,p.930).

Mediante a essa situação como demonstra a figura 1 é necessário se realizar alguns cuidados específicos com esses pacientes que apresentam o diagnóstico de débito cardíaco diminuído visando sempre na recuperação do paciente e alívio dos sinais e sintomas.

**Figura 1. Diagnóstico de enfermagem e Prescrição de cuidados ao Débito cardíaco diminuído**

| Diagnóstico de enfermagem  | Prescrição de Cuidados  |
|--|---|
| Débito cardíaco diminuído relacionado à IC evidenciado por dispneia e edema. | <p>Verificar SSVV de 4 em 4 horas</p> <p>Elevação da cabeceira 45°</p> <p>Avaliar nível de edema e alteração da pele de 6 em 6 horas</p> <p>Observar sinais de dispneia e dificuldades respiratórias</p> <p>Realizar controle hídrico</p> <p>Anotar características da diurese e comunicar alterações</p> <p>Manter extremidades aquecidas</p> <p>Ofertar oxigênio se saturação &lt;94% e comunicar ao médico</p> |

### Considerações Finais

Tendo em vista as complicações que a doença crônica como a insuficiência cardíaca pode trazer ao ser humano se vê a importância do enfermeiro como instrumento que pode viabilizar a promoção, a organização e a qualidade do cuidado, pois é atuando nas intervenções preventivas e assistências que se pode melhorar, significativamente, a qualidade de vida do paciente, diminuindo os riscos de internações, ao final, esses resultados positivos também contribuí para a autonomia e autoconfiança profissional, além de proporcionar uma visibilidade das práticas de enfermagem e valorização da profissão.

E-mail: gegebae@hotmail.com, Faculdade de São Lourenço

### Referências

ARAÚJO, A. A; NÓBREGA, M.M.L; GARCIA, T.R; Diagnósticos e intervenções de enfermagem para pacientes portadores de insuficiência cardíaca congestiva utilizando a CIPE. **Revista Escola de Enfermagem USP** 2013; 47(2):385-92.

LUIZ E. ROHDE et.al. **Diretriz Brasileira de Insuficiência Cardíaca Crônica e Aguda**.p.446.Arq.Bras.Card,2018.

MOSTERD A, HOES AW. **Tipos de Insuficiência Cardíaca 2007** . Disponível em: <https://saude.novartis.com.br/insuficiencia-cardiaca/quais-os-tipos-de-insuficiencia-cardiaca/>  
Acesso em: 15/08/2019

PEREIRA, P.S; FAGGIONATO, M.; LOPES, F.; Estudo de caso: Sistematização da Assistência de Enfermagem. **Revista Saúde em Foco** – Edição nº 9 – Ano: 2017 p.587-593.

PEREIRA,J.M.V et.al. Diagnósticos de enfermagem em pacientes com insuficiência cardíaca hospitalizados: estudo longitudinal. **Revista Escola de Enfermagem da USP** 2016;50(6):929-936.

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PRÉ-NATAL ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO

Martins, Ariele Campos<sup>123</sup>, Santos, Thainá Paola Carvalho <sup>2</sup>, Teles, Therezia Raffoul  
Domingos<sup>3</sup>, Dionelo, Andreza Figueirola Martins<sup>4</sup>

### Introdução

A atenção integral a saúde da mulher, conta com a participação efetiva dos profissionais da equipe de enfermagem para o seu desenvolvimento, especialmente na fase gravídica e puerperal. O enfermeiro desempenha suas atividades utilizando uma visão holística de saúde, proporcionando qualidade no atendimento e segurança para as usuárias.

O estudo descreve um breve histórico sobre a evolução da atenção à saúde da mulher, o pré-natal e a assistência de enfermagem, os modelos de educação em saúde, papel do enfermeiro como educador e ações educativas a serem realizadas no pré-natal.

O objetivo é mostrar a importância das ações educativas realizadas pelos profissionais de enfermagem, a importância da qualificação, para ter fundamento e coerência em suas ações. Conseguindo qualificar a gestante, conquistando o empoderamento feminino e preparando-a para vivenciar esse período, pois “a mulher bem orientada torna-se multiplicador de saúde” (SILVA et al., 2014)

### Materiais e métodos

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde pesquisa teve como cenário, artigos científicos encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), livros e manuais do Ministério da Saúde, onde buscou-se identificar na literatura científica a atuação do enfermeiro na importância da educação em saúde no pré-natal. Para seleção das obras, foram utilizados os descritores: cuidados de enfermagem, educação em Saúde, cuidados no pré-natal. Selecionamos os que mais correspondem a nossa temática de pesquisa.

---

<sup>123</sup> ariele.campos@yahoo.com.br Faculdade de São Lourenço

## Referencial teórico

As atividades desenvolvidas pelos enfermeiros são norteadas por programas implantados pelo Ministério da Saúde, como o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher (PAISM), criado em 1984. Segundo Silva e colaboradores (2016) o programa considera todo o ciclo de vida da mulher, incluindo princípios como: ações educativas, preventivas, diagnóstico, tratamento, recuperação e reabilitação do processo de saúde e doença da mulher. Destacando-se, assim, dos demais programas e servindo como norteador para os programas e políticas que vieram a seguir.

O cuidado de enfermagem e a educação em saúde se inicia no primeiro contato com a gestante, tendo como ponto de partida conhecer a realidade da gestante, para que as trocas sejam efetivas. Segundo COFEN (2009), a consulta de enfermagem no pré-natal deve ser onde se coleta informações, amplas e sistematizadas, gerando grande quantidade de dados que serão fundamentais para o desempenho da assistência.

O enfermeiro utiliza em seu atendimento da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), segundo COFEN (2009), primeiro faz-se a anamnese que é a coleta de informações, amplas e sistematizadas, gerando grande quantidade de dados. Após a anamnese, deverá ser realizado o exame físico específico para a gestante, no qual o profissional deve explicar o procedimento e sua importância. Na sequência elabora-se o diagnóstico. Segundo NANDA (2018-2020) durante a elaboração do diagnóstico o enfermeiro usa a visão e julgamento clínico para decidir e tomar a decisão sobre o que precisa ser feito. Somando todas as informações, o enfermeiro elabora um plano assistencial de acordo com as necessidades e características de cada paciente. É nesse momento que o profissional desenvolve a educação em saúde, essencial nesse contexto.

Segundo Almeida; Moutinho; Leite (2016), há dois modelos de práticas pedagógicas da educação em saúde, cujos métodos e objetivos são contraditórios. O primeiro é denominado modelo de educação em saúde hegemônico, e o segundo, dialógico. O enfermeiro assumindo o seu papel de educador deve escolher o melhor modelo a se trabalhar, levando em consideração o público que irá atender, o material disponível para desenvolver a atividade educativa e o principal, analisar se o seu objetivo será atingido. O modelo hegemônico nos traz a ideia de imposição do saber, onde o educador fala e o educando escuta. Já o modelo dialógico traz a ideia oposta, segundo o dicionário, dialógico significa "...descrito ou escrito seguindo a forma de um diálogo, de uma conversa interativa que possui início e fim...". (DIALÓGICO, 2019).

“A criação de espaços de educação em saúde sobre o pré-natal é de suma importância; afinal, nestes espaços, as gestantes podem ouvir e falar sobre suas vivências e consolidar informações importantes sobre a gestação.” (BRASIL, 2013). É nesse momento em que o enfermeiro se destaca, pois ele é o profissional mais preparado para atender essa demanda.

O enfermeiro irá programar as suas ações educativas, partindo da soma de todos os seus conhecimentos sobre a gestação e pré-natal, guiando-se pelos programas e políticas oferecidos pelo Ministério da Saúde, analisando o seu público alvo e assim, irá escolher o melhor modelo de educação em saúde para trabalhar.

### **Considerações finais**

As ações educativas representam estratégias fundamentais para promover saúde especialmente no pré-natal, onde novas vidas são geradas. O enfermeiro tem conhecimento, preparo e humanização para se relacionar com a família, criando um vínculo que facilita o processo educativo.

Uma das principais ferramentas da enfermagem é a prática da educação, existem modelos para que possa direcionar o seu trabalho, o enfermeiro utiliza o que melhor se enquadra de acordo com a demanda, característica das usuárias e materiais disponíveis para utilização, como suporte para melhor desenvolver a atividade e assim atingir seu objetivo. O Ministério da Saúde sugere que se trabalhe através de grupos, pois permite a troca de informação, possuindo uma dinâmica mais efetiva.

A criação de espaços para a educação em saúde, é de suma importância pois neles a gestante pode compartilhar experiências, sanar suas dúvidas e firmar o seu conhecimento. “... é essencial a realização de práticas educativas grupais durante o acompanhamento da gestação, pois o mesmo permite a troca de saberes entre profissional e gestante de forma horizontal e humanizada...” (SOUZA et al.,2018). Deste modo, o enfermeiro se torna o facilitador desse processo, pois não se prende a protocolos, tem no dialogo a peça-chave para o exercício de cuidar.

## Referências

ALMEIDA, E. R. MOUTINHO, C. B. LEITE, M. T. de S. Prática pedagógica de enfermeiros de Saúde da Família no desenvolvimento da Educação em Saúde. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 57, p. 389-401, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/icse/2016.v20n57/389-402>>. Acesso em: 30 mai. 2019. As 19hs.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco**. Caderno da atenção Básica, n. 32. Brasília, DF, 2013. Disponível em: [http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno\\_32.pdf](http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_32.pdf). Acesso em: 03 jun. 2019. As 18 hs.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM- COFEN. **Resolução COFEN-358/2009**. Brasília-DF, 15 out. 2009. Disponível em: <[http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009\\_4384.html](http://www.cofen.gov.br/resoluo-cofen-3582009_4384.html)>. Acesso em: 14 jun. 2019. As 20 hs.

**Diagnósticos de enfermagem da NANDA-1: definições e classificação 2018-2020/ NANDA Internacional**; tradução: Regina Machado Garcez. 11. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

DIALÓGICO. **Dicionário online Dicio**. 13 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/dialogico/>>. Acesso em: 13 jun. 2019. As 20 hs.

SILVA, A. L. S. et al. Atividades educativas no pré-natal sob o olhar das mulheres grávidas. **Revista Cubana de Enfermería**. Havana-Cuba, V. 30, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://revenfermeria.sld.cu/index.php/enf/article/view/487/82>>. Acesso em: 31 mar. 2019. As 21 hs.

SILVA, C.de S. et al. Atuação do enfermeiro na consulta pré-natal: limites e potencialidades. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, abril/junho, 2016. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=505754104031>>. Acesso em: 03 jun. 2019. As 20 hs.

SOUZA, L. de S. et al. Ações de Enfermagem na Educação em Saúde do Pré-natal: Relato de experiências. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**. Icó-CE, v. 1, n.3, p.348-361, set/dez. 2018. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/4d74/30452b151dd5ec5b24a78b85ae2ba4ad679b.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2019 as 20 hs.

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO E PROMOÇÃO A SAÚDE DO HOMEM

Pereira, Bruna Silva <sup>124</sup>, Pinto, Cristiany Reis

**Palavras-chaves:** Saúde do homem, prevenção, promoção, Enfermagem.

### Resumo

Desde os primórdios da colonização, o estigma sociocultural brasileiro impõe ao homem a necessidade de ser forte, invencível e o líder da casa. Além disso, pode-se observar que a saúde do homem no Brasil é de certa forma negligenciada, tanto pelos profissionais de saúde quanto pelos próprios homens, devido à superficialidade de conhecimentos, ao foco único ser a prevenção ao câncer de próstata e por conta da reduzida procura dos serviços de saúde pelos homens na fase de prevenção.

Por isso, a orientação dos indivíduos sobre a Política Nacional de Assistência Integral a Saúde do Homem é necessária, com o intuito de prevenir, promover, dar assistência e detectar as causas de morbimortalidade masculina para que se possa investir em ações de prevenção e promoção de saúde (MINISTERIO DA SAÚDE, 2008). Além da demonstração do papel da Enfermagem na aplicação dessas políticas com maior especificidade e em união com as redes de atenção a saúde, a fim de ampliar os recursos para a mobilização do público masculino.

---

<sup>124</sup> [brunasilvapereira08@outlook.com.br](mailto:brunasilvapereira08@outlook.com.br), Faculdade de São Lourenço.



## QUANDO VOCÊ É QUEM CUIDA, QUEM CUIDA DE VOCÊ?

Nogueira, Ana Paula 9736; Torres, Fernanda 9630; Siqueira, Kelly 10007; Bin, Lucimeire 9705; Nunes, Maria 8752; Souza, Rogeria 9665 e Soares, Thaíssa 10495 – Graduandas do 4º período de Enfermagem. Orientador: Coelho, Fernando.

**Palavras-chaves:** saúde mental do enfermeiro, cuidados, profissionais

### Introdução

A Saúde Mental tem vindo a ocupar, gradativamente, o seu devido lugar no campo da saúde em geral. Deste modo, começa-se a pôr de parte o conceito de doença e patologia mental, em virtude da promoção da Saúde Mental, também a nível da prestação de cuidados esta evolução se tem verificado que enfermeiros precisam de cuidados.

Contudo, antes de cuidar da Saúde Mental de outra pessoa, é preciso dinamizar a própria Saúde Mental, cuidando-se para poder cuidar, na medida em que os profissionais de enfermagem devem acionar mecanismos intrínsecos, de forma a poder prestar, ao mesmo tempo, cuidados de saúde adequados nesta área. É imprescindível que os profissionais de saúde mantenham uma Saúde Mental própria e capaz, que lhes proporcione todas as condições para prestar esses cuidados de excelência. Por outro lado, o enfermeiro assume-se como um dos principais intervenientes no processo terapêutico dos indivíduos, das famílias e da comunidade, pelo que a sua Saúde Mental deve funcionar como instrumento de trabalho eficaz na sua atividade profissional.

Ao analisar os fatores que influenciam a Saúde Mental dos enfermeiros nos cuidados de Saúde e perceber em que medida determinados fatores de ordem pessoal, sociodemográfica e profissional interferem na Saúde Mental dos enfermeiros.

### Metodologia

O desempenho do enfermeiro especialista e Saúde Mental e Psiquiatria assume um papel fundamental, pois, através dos seus conhecimentos científicos e técnicos, deve adotar todas as medidas que visem a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde aos doentes e suas famílias. A sua performance baseia-se na transposição de um saber científico para a prática clínica,

mediante dois fatores distintos que caracterizam o cuidar da enfermagem: o cuidado técnico e humano.

Pode-se considerar o enfermeiro como um técnico completo que alia todos os seus conhecimentos teóricos à prática, lidando com o doente numa perspectiva holística, ou seja, numa abordagem bio-psico-social.

O enfermeiro contempla todas essas dimensões, podendo utilizar a sua própria pessoa como instrumento terapêutico e agindo de forma empática perante cada doente, numa perspectiva individualizada e humanizada. No entanto, o processo terapêutico não acontece isoladamente, nem no doente, nem no enfermeiro, mas sim entre os dois, através da comunicação interpessoal e mediante determinados procedimentos empáticos, como o toque e a escuta terapêutica.

Assim, no pleno direito das suas funções, o Enfermeiro Especialista em Saúde Mental, deve assumir responsabilidades para com os cidadãos ao nível de todo este processo, onde a perspectiva comunitária deve estar sempre presente na suas funções, no sentido de estimular serviços de Saúde Mental mais eficazes e humanizados.

Antes de cuidar do outro, o enfermeiro (independentemente da sua categoria ou área de prestação de cuidados) deve saber cuidar de si próprio, nomeadamente da sua Saúde Mental. “Mente sã em corpo sã” é o slogan que o enfermeiro deve ter no seu quotidiano para poder prestar, da melhor forma possível, cuidados de excelência ao doente e sua família, inseridos num contexto comunitário.

Contudo, o *stress* ocupacional dos profissionais de enfermagem pode ser um fator determinante nesta área de atuação, uma vez que a sua prestação de cuidados é considerada como estressante, em função da intensa carga emocional que decorre da relação enfermeiro x doente, aliada as frequentes responsabilidades atribuídas a estes profissionais. Assim, a atividade de enfermagem envolve estímulos físicos e mentais suscetíveis de desenvolver sentimento de impotência profissional, ansiedade e angústia, que podem comprometer a qualidade da assistência prestada e interferir diretamente na sua Saúde Mental.

Simultaneamente, o comportamento disfuncional e a eventual perda de controle emocional provenientes desse *stress*, ansiedade ou depressão, podem afetar gravemente a saúde psicofisiológica dos doentes que estão sob sua tutela, pois à medida que estes comportamentos destrutivos são repetidos, evidencia-se um ciclo vicioso: raciocínio prejudicado, sentimentos

negativos e mais ações disfuncionais que impedem o enfermeiro de desempenhar normalmente a suas funções. Nesse contexto, pode ainda surgir a Síndrome de *Burnout* que se caracteriza por uma reação à tensão emocional proveniente do *stress* profissional e que, cada vez mais, atinge esta nobre profissão.

Além dessas características, o suicídio vem fazendo vítimas da área da enfermagem (possíveis de serem verificados em relatos e noticiários acompanhados por todo o Brasil).

As perspectivas mais positivas e abrangentes traduzem o bem-estar psicológico como dimensão fundamental na promoção da Saúde Mental dos enfermeiros. Assim, esse bem-estar tem como dimensões subjacentes: a felicidade. Nesse sentido, o equilíbrio é a palavra-chave que envolve essa temática.

Estes diferentes componentes do bem-estar tem sido alvo de múltiplos estudos, nomeadamente na área da Saúde Mental e nas Ciências Sociais e Humanas, onde se enquadra, evidentemente, a enfermagem. Porém, mais uma vez se preconiza que para cuidar é preciso cuidar-se, vencendo os obstáculos e as adversidades da vida. O otimismo, a perseverança e as emoções positivas acerca de si próprio, dos outros e do mundo, devem constituir-se, permanentemente, como aspectos autocríticos na promoção da saúde e que devem estar sempre presentes na prestação dos cuidados de enfermagem.

## Resultados

Através do trabalho deste grupo profissional, procurar-se-á compreender até que ponto essas variáveis tem repercussões na sua Saúde Mental. Deste modo, as questões de investigação são as seguintes:

Questão 1 – Que fatores influenciam a Saúde Mental dos enfermeiros?

Questão 2 – Em que medida os fatores de ordem pessoal e sociodemográfica (sexo, idade, estado civil e habilitações literárias) interferem na Saúde Mental dos enfermeiros?

Questão 3 – Que fatores de ordem profissional (local de trabalho, categoria profissional e tempo de serviço) interferem na Saúde Mental dos enfermeiros?

Para dar resposta a todas essas questões de investigação foram traçados os seguintes objetivos:

Avaliar a Saúde Mental dos enfermeiros;

Analisar a relação entre os fatores sociodemográficos e a Saúde Mental dos enfermeiros;

Determinar se os fatores profissionais influenciam na Saúde Mental dos enfermeiros.

- Relação entre a categoria profissional dos enfermeiros e a Saúde Mental

Foram ouvidos alguns profissionais entre enfermeiros, técnicos de enfermagem e auxiliares que sofreram problemas durante o trabalho ou que deixaram o trabalho devido a alguma doença que adquiriu neste ambiente, durante jornada de trabalho.

Verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas que permitam afirmar que a Saúde Mental dos enfermeiros varia em função da “categoria profissional”. Apesar disso, tal como acontecia a nível acadêmico, também a nível profissional se verificaram melhores resultados nos enfermeiros com menor “categoria profissional”.

Deste modo, no estudo da variável “categoria profissional”, verificaram resultados mais favoráveis na categoria “enfermeiro”. Sendo assim, pode-se afirmar que, quanto maior é a categoria profissional, menor é seu resultado global de Saúde Mental, já que o aumento da responsabilidade acrescido da aquisição de competências pelo “enfermeiro especialista” encontra-se relacionado com um suposto aumento do *stress* profissional.

- Relação entre o tempo de serviço como enfermeiro e a saúde mental

Mais uma vez não se verificaram diferenças estatisticamente significativas que permitam afirmar que a Saúde Mental dos enfermeiros esteja relacionada com o seu tempo de serviço. Contudo, no que diz respeito ao “tempo total de serviço” dos enfermeiros, verificaram-se melhores resultados nos enfermeiros com menos de uma década de serviço, sendo estas indicadoras de uma Saúde Mental mais favorável. Por outro lado, na dimensão “bem-estar psicológico”, foram os enfermeiros com mais de 20 anos de serviço que apresentaram médias superiores, relativamente os outros grupos profissionais.

Com um menor desgaste profissional potenciado por razões de ordem física e psicológica (jovialidade, melhor forma física, maior vigor, eventual ausência de patologias crônicas, motivação acrescida pelo início da profissão e ausência de compromissos sérios nos primeiros anos como profissional).

## Considerações finais

A Saúde Mental surge como uma das componentes fundamentais da Saúde, na qual o enfermeiro é considerado um profissional de referência dos indivíduos, das famílias e da comunidade. Mas, para cuidar, é preciso cuidar-se, por isso, antes de cuidar de outra pessoa, o enfermeiro deve garantir a sua própria Saúde Mental.

Neste sentido, surgiu esta investigação quantitativa, numa base descritiva e correlacional com o objetivo de avaliar a Saúde Mental dos enfermeiros nos cuidados de saúde primários e analisar a relação entre a Saúde Mental e determinados fatores sociodemográficos e profissionais dos enfermeiros.

Assim, verificou-se que a maioria dos enfermeiros inquiridos é do sexo feminino, com idade superior a 40 anos, casados, licenciados e com a categoria profissional de Enfermeiro.

Contudo, os profissionais do sexo feminino e dos meios mais pequenos tem melhores níveis de Saúde Mental. Simultaneamente, quanto menor for a categoria profissional, as habilitações literária, a idade do enfermeiro e maior for o tempo de serviço nos cuidados de saúde, melhor é a sua Saúde Mental.

## Referências

- Brunner, L. S. & Suddarth, D. S. (2006). Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgico. (10ª Edição). Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, Volume 1.
- Guimarães, L. A. & Grubits, S. (2007). Saúde Mental e Trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mundt, S. E. & Klafke, T. E. (2008). Processo Saúde-Doença no Contexto de Trabalho em Saúde: Percepções dos Técnicos de Enfermagem de um Ambulatório Hospitalar. Barbarói: n.º 29, Ano 2008/2.
- Ricoy, J. B. & Chacón, O. L. (1998). Salud Mental y su Relación con el Estrés en las Enfermeras de un Hospital Psiquiátrico. Revistas Médicas Cubanas. Medisan, 2(2), 6-11.
- Sacadura-Leite, E. & Uva, A.S. (2007). Stress relacionado com o Trabalho. Saúde & Trabalho, n.º 6, 25-42. Lisboa

## **ANÁLISE DA COBERTURA VACINAL DA VACINA TRÍPLICE VIRAL NO MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS ENTRE OS ANOS DE 2010 A 2019.**

Adriana Coelho Pinto, Alexandra Miranda Teodoro, Gabryela de Lima Melo Moreira, Giovanna Vincent da Cruz Abreu, Marieta Ysabela de Alcantara, Midiã Halley Oscar de Souza, Cristiany Reis Costa Ferreira Pinto.

### **INTRODUÇÃO**

O sarampo é uma doença infecciosa aguda, de natureza viral, grave, transmissível e extremamente contagiosa, muito comum na infância. A viremia, causada pela infecção, provoca uma vasculite generalizada, responsável pelo aparecimento de diversas manifestações clínicas, inclusive pelas perdas consideráveis de eletrólitos e proteínas, gerando um quadro de espoliante característico da infecção. Além disso, as complicações contribuem para a gravidade do sarampo, particularmente em crianças desnutridas e menores de um ano de idade.

A imunização é um processo fundamental para a prevenção de várias doenças transmissíveis em crianças, principalmente no primeiro ano de vida, e constitui importante fator associado a redução de mortalidade infantil.

O sarampo passou a ser doença de notificação compulsória nacional em 1968. Durante muitos anos, foi uma das principais causas de morbidade e mortalidade na infância, principalmente nos menores de um ano de idade. A doença comportava-se de forma endêmica no país, ocorrendo epidemias a cada 2 ou 3 anos. A vacina contra o sarampo foi introduzida no Brasil na década de 60, e sua utilização na saúde pública foi resultante de iniciativas de alguns governos estaduais que, de acordo com suas possibilidades, importavam o imunobiológico no mercado internacional, embora de forma descontínua (Brasil, 2019).

Este trabalho tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância da vacinação como forma de prevenção ao sarampo.

### **DESENVOLVIMENTO**

De modo geral, todas as pessoas são suscetíveis ao vírus sarampo. Lactantes, cujas mães já tiveram sarampo ou foram vacinadas, podem ter imunidade passiva conferida por anticorpos transmitidos pela via transplacentária. Essa imunidade é transitória e pode perdurar até o final de 1 ano de vida, razão pela qual pode haver interferências na resposta à vacinação em

menores de 12 meses de vida. No Brasil, cerca de 85% das crianças perdem esses anticorpos materno por volta dos 9 meses de idade. (BRASIL, 2019).

As principais formas de transmissão são através de secreções, tosse, espirros, falar, respiração, dispersões de aerossóis com partículas virais no ar (ambientes fechados). A transmissão inicia-se 6 dias antes do exantema e dura até 4 dias após seu aparecimento. O Vírus não é transmissível. O pico de transmissão é maior nos dois dias que antecedem e dois dias posteriores ao surgimento do exantema.

Dentre as principais manifestações clínicas encontramos: exantemas máculo-papular, febre alta maior que 38,5°C, tosse, coriza, conjuntivite, fotofobia, manchas de Koplik.

O método laboratorial mais comum para confirmar o sarampo é a detecção de anticorpos IgM específicos para o vírus do sarampo em uma amostra de sangue. Não há medicação antiviral específica disponível para o sarampo. O tratamento consiste em terapia de suporte para prevenir a desidratação e, em alguns casos, para tratar deficiências nutricionais, bem como detecção precoce e tratamento de infecções bacterianas secundárias, como otite e pneumonia (Brasil, 2019)

### **Situação Epidemiológica do Sarampo**

Surtos de sarampo continuam a se espalhar rapidamente pelo mundo, de acordo com os últimos relatórios preliminares fornecidos à Organização Mundial da Saúde (OMS), com milhões de pessoas globalmente em risco de contrair a doença (Brasil,2019).

Desde o início de 2019 até a semana epidemiológica 31, foram notificados 190 casos suspeitos provenientes de 73 municípios no estado de MG. Desses, 71,1%(135/190) foram descartados; 26,8(51/190) estão sob investigação e 2,1(4/190) casos foram confirmados, sendo um importado (Brasil.2019).

O aumento de sarampo do mundo não pode ser associado só a uma causa, estando a sua propagação vinculada a muitas razões. A baixa mundial na cobertura de vacinação, a disseminação de mentiras sobre a vacina na Europa e EUA e o colapso do setor de saúde na Venezuela são peças que se combinaram para o ressurgimento da doença. (Brasil.2019).

O Brasil é reconhecido internacionalmente por seu amplo programa de imunização, que disponibiliza vacinas gratuitamente à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Criado em 1973, o Programa Nacional de Imunização (PNI) teve início com quatro tipos de vacina e hoje oferece 27 à população, sem qualquer custo.

No entanto, a cobertura vacinal no país está em queda. Números do PNI analisados pela mostram que o governo tem tido cada vez mais dificuldade em bater a meta de vacinar a maior parte da população (CONASS, 2019).

Em 2016, no entanto, o país registrou a pior taxa de imunização dos últimos doze anos: 84% no total, contra meta de 95%, recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). No município de Soledade de Minas, a situação vacinal não é diferente, avaliando os dados obtidos a partir dos dados do Programa Nacional de Imunizações, o declínio na taxa de vacinação é evidente.

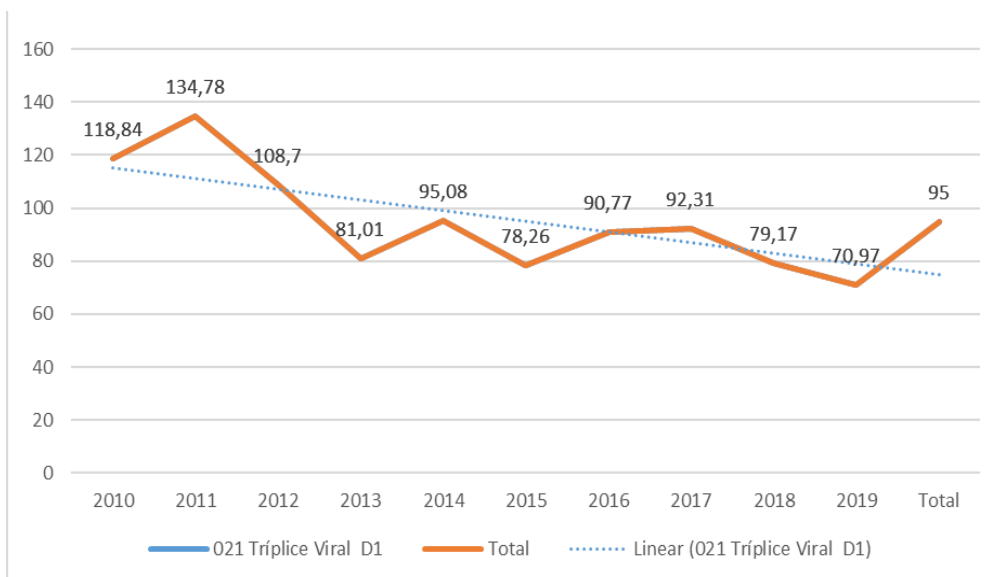
O Ministério da Saúde orienta que a população deve ter no mínimo duas doses da vacina tríplice (sarampo, rubéola e caxumba), administrada 0,5 ml por via subcutânea, seguindo o seguinte esquema:

- **Dose zero:** com o aumento do número de casos de sarampo, deve ser realizada uma dose extra em crianças de 6 a 11 meses de idade.
- **Crianças de 12 meses a menores de 5 anos:** Uma dose aos 12 meses (tríplice viral) e a outra aos 15 meses de idade (tetra viral).
- **Crianças de 5 a 9 anos de idade** que perderam a oportunidade de serem vacinadas anteriormente: duas doses da vacina tríplice.
- **Adolescentes e adultos de até 49 anos:**
  - Pessoas de 10 a 29 anos- duas dose da vacina tríplice viral.
  - Pessoas de 30 a 49 anos- Uma dose da tríplice viral.

## RESULTADOS:

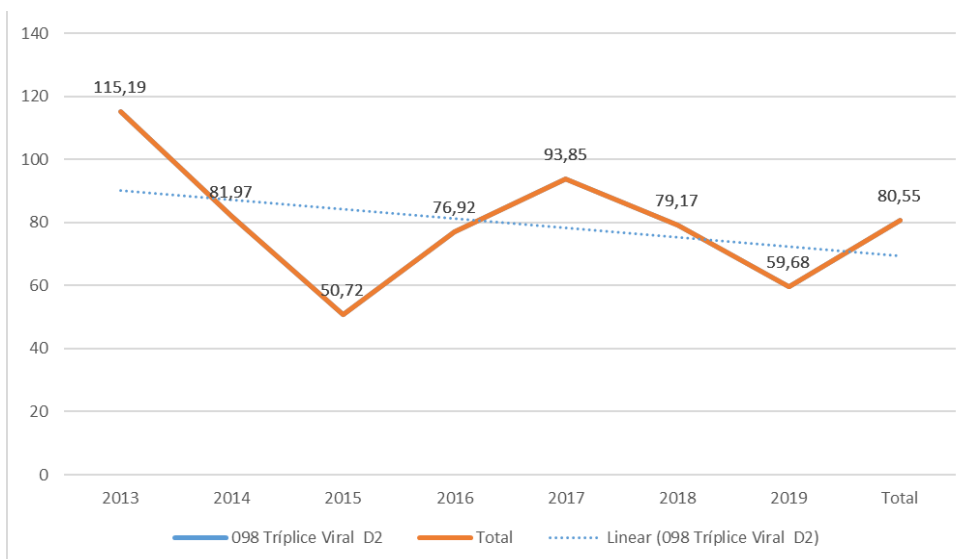
COBERTURA VACINAL: DOSE 1 DA TRÍPLICE VIRAL EM SOLEDADE DE MINAS-MG, ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2019.





Fonte: Programa Nacional De Imunização

COBERTURA VACINAL: DOSE 2 DA TRÍPLICE VIRAL EM SOLEDADE DE MINAS-MG, ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2019.



Fonte: Programa Nacional De Imunização

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas pessoas e até mesmo profissionais de saúde nos dias de hoje desconhecem diversas doenças, extintas graças ao advento das vacinas no Brasil e no mundo. A compreensão da importância da vacinação felizmente prevalece e, aliada ao desenvolvimento científico e tecnológico, ao trabalho realizado pelos gestores e ao senso de responsabilidade dos

cidadãos, reforça a consciência de que vacinar uma pessoa significa não apenas protegê-la, mas sustentar uma condição de saúde coletiva alcançada com muito trabalho e esforço.

Quem não se vacina não coloca apenas a própria saúde em risco, mas também a de seus familiares e de outras pessoas com quem tem contato, além de contribuir para aumentar a circulação de doenças. Tomar vacinas é a melhor maneira de se proteger.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde : volume único [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. – 3ª. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2019.

<https://www.conass.org.br/consensus/queda-da-imunizacao-brasil/>, acesso em 14/10/2019.

<https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/25/BE-sarampo-27-25set19.pdf>

World Health Organization. Immunization, Vaccines and Biologicals. Acesso em: 11/09/2019. Disponível em: [https://www.who.int/immunization/monitoring\\_surveillance/burden/vpd/surveillance\\_type/active/measles\\_monthlydata/en/](https://www.who.int/immunization/monitoring_surveillance/burden/vpd/surveillance_type/active/measles_monthlydata/en/).

## EXTRATO DE PSIDIUM GUAJAVA E DE EUGENIA UNIFLORA NA CICATRIZAÇÃO DE LESÕES DO PÉ DIABÉTICO.

Carraro, Gustavo dos santos<sup>125</sup>; França, Rafaela Ferreira; Pinto, Cristiany Reis Costa  
Ferreira; Teles, Therezia Raffoul Domingos.

### Introdução

O diabetes mellitus (DM) vem se tornando um dos mais importantes problemas de saúde pública do mundo, responsável por aproximadamente 25 mil óbitos anuais, importante causador de morbidade e mortalidade. Segundo a federação internacional de diabetes e o instituto Oswaldo Cruz, o Brasil passou a ocupar o 4º lugar no ranking dos países com o maior número de casos de DM, perdendo apenas para China, Índia e Estados Unidos. (Federação internacional de diabetes, 2015).

A hiperglicemia permanente, resultante de um controle inadequado, aumenta o risco de desenvolver complicações, principalmente o Pé Diabético. De acordo com a pesquisadora Hermelinda Cordeiro Pedrosa, o pé diabético é uma das complicações crônicas que provoca grande impacto nos custos e na qualidade de vida dos pacientes. (PEDROSA, 2018).

A deterioração dos nervos e vasos sanguíneos periféricos causadas pela doença dificultam a mobilidade e as atividades de vida diária de pessoas com DM. Sabendo que a reparação tecidual é um processo sistêmico, o uso de terapia tópica auxilia o processo fisiológico, garantindo assim um meio propício à cicatrização. Tendo em vista o uso tópico de uma nova terapêutica, que dispensa a alta tecnologia, destaca-se o extrato de *Psidium guajava* e da *Eugenia uniflora* que se apresentam de forma promissora no desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos. Evidências científicas sobre o uso de folhas de goiabeira em conjunto com folhas de pitangueira em feridas de pessoas com diagnóstico de DM apresentaram-se escassas. Estudos ainda encontra-se em andamento como podemos observar.

---

<sup>125</sup> [enfermeiro.gustavocarraro@gmail.com](mailto:enfermeiro.gustavocarraro@gmail.com) Faculdade de São Lourenço- MG- Unisepe

“Segundo a farmacêutica Nilsa Sumie Yamashita Wadt, o uso das folhas tem acelerado em 40% a cicatrização de feridas nos pacientes atendidos. As folhagens de goiaba são misturadas as de pitanga no preparo de um chá que tem ação antimicrobiana e cicatrizante.” (WADT,2017).

O desígnio principal deste estudo consiste em avaliar o efeito do extrato vegetal extraído das folhas e brotos das plantas *Psidium guajava* e *Eugenia uniflora* na cicatrização de feridas do Pé Diabético.

Utilizando um instrumento de caracterização sociodemográfica e clínica, avaliação e descrição das feridas e ainda o acompanhamento da evolução das feridas, a cada 15 dias, por meio de fotografia digital. Os curativos serão realizados no domicílio dos participantes, uma vez ao dia, com a cobertura processada com extrato de *Psidium guajava* e *Eugenia uniflora*. Após a limpeza adequada da ferida com SF 0,9%, será depositada uma quantidade de cobertura processada com extrato de *Psidium guajava* e *Eugenia uniflora* no dorso da luva, suficiente para cobrir toda a área da ferida, e então aplicada com o auxílio de espátulas descartáveis diretamente na ferida, tomando-se o cuidado em não aplicar na pele íntegra, e após ocluída com gaze estéril e fixada com atadura de crepe. A comprovação da efetividade da pomada será demonstrada pela melhora clínica observada nas fotografias e na avaliação dos dados clínicos da ferida.

### **Objetivos:**

Dentre as terapias tópicas que dispensam alta tecnologia avançada, o uso de *Psidium guajava* (goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (pitangueira), destaca-se pelo seu baixo custo e por ser um produto acessível em todos os níveis de assistência, além de auxiliar no processo de cicatrização, ajuda no resgate da autonomia e da qualidade de vida dessas pessoas. O estudo fotoquímico das folhas de *Psidium guajava* apresenta grande potencial oxidante também rica em flavonoide, taninos e saponinas. Em estudos com *Eugenia uniflora* pode ser observado alcaloides, cumarinas, antraquinona, esteroides, triterpenos heterosídios, saponinas e também reações positivas para mucilagens. Literaturas evidenciam inibição bacteriana satisfatória para: *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Enterobacter aerogenes*, *Enterobacter cloaceae*.

Um fator de grande importância é o número crescente de bactérias multirresistentes aos tratamentos convencionais, diante disso ensaios microbiológicos realizados com extrato obtido a partir de *Eugenia uniflora* evidenciaram efeito sinérgico do extrato juntamente com antibióticos, reduzindo a resistência bacteriana a *Staphylococcus aureus*.

Portanto, este estudo se justifica, pela disponibilidade das folhas de goiabeira e de pitangueira na região em estudo; por ser um produto de baixo custo podendo ser utilizado em todos os níveis de assistência no tratamento de pessoas com DM, acometidas por feridas decorrentes do Pé Diabético; pela sua efetividade no processo cicatricial em úlcera já demonstrada em estudos “*In vivo*” e “*in vitro*”; pela escassez de estudos em lesões de pessoas com Pé Diabético, sendo que este estudo avalia um extrato que já é recomendado para o tratamento de feridas não-diabéticas.

### **Metodologia:**

A população deste estudo será constituída a partir de um levantamento realizado nas unidades de Estratégias de Saúde da Família<sup>(ESF)</sup> instaladas nos Municípios aderidos que disponibilizará o cadastro das pessoas com DM. Com o cadastro em mãos, será realizado o contato com os respectivos titulares por meio de contato telefônico e por visita domiciliária, com o objetivo de confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em membros inferiores (MMII).

Trata-se de uma pesquisa de campo, com abordagem descritiva, quantitativa e com estudo individual de cada caso. A pesquisa se desenvolverá em três fases: primária, secundária, terciária; ao fim de 4 meses, retornaremos à fase primária, correspondendo à uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento. No total, cada participante será acompanhado por um período mínimo de seis meses.

O estudo será desenvolvido nos municípios de São Lourenço e Soledade de Minas. Com base em um levantamento realizado nas unidades de ESF instaladas nos Municípios aderidos, que disponibilizará o cadastro das pessoas com DM. Com o cadastro em mãos, será realizado o contato com os respectivos titulares por meio de ligação telefônica e por visita domiciliária, com o objetivo de confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em MMII. Para este estudo se faz necessário aprovação do comitê de ética e autorização do gestor de saúde local.

Em atendimento ao delineamento do estudo, a pesquisa se desenvolverá em três fases.

A fase **Primária** corresponde ao levantamento de dados, acompanhamento e à avaliação das feridas decorrentes do Pé Diabético, observando o tratamento e os cuidados que os participantes do estudo realizavam cotidianamente na ferida, juntamente às avaliações das feridas realizadas pelo pesquisador, com os instrumentos, a cada 15 dias, por um período de dois meses.

A fase **Secundária**, refere-se ao tratamento com a realização de curativos diários com cobertura processada com extrato vegetal de *Psidium guajava* (goiabeira) e da *Eugenia uniflora* (pitangueira) e às avaliações das feridas realizadas pelo pesquisador com os instrumentos, a cada 15 dias, por um período de dois meses.

A fase **terciária**, retorna à fase primária, correspondendo à uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento. No total, cada participante será acompanhado por um período de seis meses.

Em todas as fases, será realizado os seguintes procedimentos:

**Fase primária:** Avaliação e descrição das feridas, de acordo com critérios estabelecidos a partir do Protocolo de Prevenção e Tratamento de Úlceras Crônicas e do Pé Diabético (Prevenção e Tratamento de Úlceras Crônicas e do Pé Diabético SP, 2010);

**Fase secundária:** Acompanhamento da evolução das feridas por meio do instrumento da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SP, 2010) e por fotografia digital. Quinzenalmente será realizada a mensuração da ferida ao medi-la em seu maior comprimento e largura, com o auxílio de uma régua em polietileno 30 cm, cor cristal, com escala de precisão e registro no impresso de acompanhamento da evolução das lesões. Com o consentimento dos participantes a imagem da ferida será fotografada por câmera digital.

**Fase terciária:** Após dois meses retornaremos a fase **primária**.

Cronograma:

Tabela I

| Atividades  | 1º mês | 2º mês | 3º mês | 4º mês | 5º mês | 6º mês |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Levantamento de dados e Cadastramento das pessoas com DM  | X      | X      |        |        |        |        |
| Visita domiciliar para confirmar o diagnóstico de DM e investigar a presença de feridas em MMII   | X      | X      |        |        |        |        |
| Fase <b>Primária</b> acompanhamento e à avaliação das Feridas observando o tratamento e os cuidados que os participantes do estudo realizavam cotidianamente na ferida                  |        | X      | X      |        |        |        |
| Fase <b>Secundária</b> , tratamento com a realização de curativos diários com extrato vegetal e avaliações das feridas realizadas pelo pesquisador com os instrumentos, a cada 15 dias. |        |        |        | X      | X      |        |
| Fase <b>Terciária</b> uma nova avaliação do processo cicatricial dois meses após o início do tratamento com extrato glicólico.  |        |        |        |        | X      | X      |
| Disseminação dos Resultados   |        |        |        |        |        | X      |

Cada participante será acompanhado por um período mínimo de 6 meses.

### **Disseminação dos Resultados:**

Inicialmente são exibidos os resultados da análise da caracterização sócio demográfica e condições clínicas da pessoa com DM e ferida. Em sequência, a análise das características das feridas pré e pós-intervenção.

### **Referências**

BARROS, N. F. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS: uma ação de inclusão. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro. v.11, n.3, p. 850, mai. 2019.

**Fundação Oswaldo Cruz.** Taxa de incidência de diabetes. 2018

Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/taxa-de-incidencia-de-diabetes-cresceu-618-nos-ultimos-10-anos> Acesso em mar. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.813, 22 de junho de 2006.** Aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e dá outras providências. Brasília, 2006a.

**Portaria nº 971, 03 de maio de 2006.** Aprova a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2006b.  
Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos.

**Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos**, Brasília, 2009. 136 p.

Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica:** Diabetes *Mellitus*. Ministério da Saúde, 2013. 160 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

Ministério da Saúde. **Manual do Pé Diabético:** estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Brasília, 2016. 62p.

**Saúde usa folhas de goiaba e pitanga para tratar feridas.** Prefeitura de Valinhos 2017.

Disponível em <http://www.valinhos.sp.gov.br/noticias/saude-usa-folhas-de-goiaba-e-pitanga-para-tratar-feridas>. Acesso em jan. 2019

**Prevenção e Tratamento de Úlceras Crônicas e do Pé Diabético - Proibido Feridas.**

Secretaria Estadual de Saúde Estado de São Paulo 2012. Disponível em



[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/nupes/Programa\\_Prevencao\\_e\\_Tratamento\\_de\\_Ulcera\\_Cronicas\\_e\\_do\\_Pe\\_Diabetico.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/nupes/Programa_Prevencao_e_Tratamento_de_Ulcera_Cronicas_e_do_Pe_Diabetico.pdf). Acesso em: abr. 2019

BRUNNER; SUDDARTH. Manual de enfermagem médico-cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

RIBEIRO; Carla Rodrigues Gama. **Efeito do *stryphnodendron adstringens* na cicatrização de feridas complexas de pessoas com pé diabético.**2018. Disponível em: <https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1339>. Acesso em fev. 2019

### **Guia de Orientações para a Atuação da Equipe de Enfermagem na Atenção**

**Primária à Saúde.** Coren MG Belo Horizonte, 2017. 220p. Disponível em: <https://www.corenmg.gov.br/documents/20143/0/Guia+da+Equipe+de+Enfermagem+na+Atencao+Primaria+a+Saude.pdf/d7785bec-ad76-e815-dbc5-bae06abed895?version=1.0&t=1513184036887>

### **GRUPO DE TRABALHO INTERNACIONAL SOBRE PÉ DIABÉTICO. Consenso**

**Internacional sobre Pé Diabético.** Tradução de Ana Claudia de Andrade; Hermelinda Cordeiro Pedrosa. Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Brasília, 2001.

SILVA, I.C.A et al. **Análise fitoquímica e atividade antioxidante do extrato hidroetanólico das folhas de *Psidium guajava* L. (Goiabeira)** 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/bbr/article/view/15479/12846>. Acesso em mar. 2019

## AUMENTO DOS METODOS CONTRACEPTIVOS EM CONSEQUENCIA O AUMENTO DAS ISTS

José L. Santos<sup>126</sup>, Rafaela F. França<sup>2</sup>, Therezia R. Domingos<sup>3</sup>

### Introdução

A amplificação do acesso de mulheres e homens à informação e aos métodos contraceptivos é uma das ações fundamentais e indispensáveis para que possamos garantir o exercício dos direitos reprodutivos no país.

Para que isto se efetive, é preciso manter a oferta de métodos anticoncepcionais na rede pública de saúde e contar com profissionais capacitados para auxiliar a mulher a fazer sua opção contraceptiva em cada momento da vida.

### Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa aplicada, tendo em vista que seus resultados podem ser utilizados em diferentes contextos, exploratório-descritiva de acordo com os objetivos.

Em relação aos procedimentos técnicos trata-se de uma pesquisa bibliográfica, pois ela está sendo elaborada a parti de material já publicado, constituída de artigos de periódicos disponibilizados na internet.

### Resultados e discussão

É notório o aumento do número de pessoas com IST's no Brasil, em destaque a Sífilis, que em ambos os sexos, tornam o organismo mais vulnerável a outras doenças, inclusive a aids, além de terem relação com a mortalidade materna e infantil.

Se uma portadora da doença estiver gestante e não se tratar, uma das consequências é o aborto espontâneo ou um nascimento prematuro e morte do recém-nascido, além de diversos problemas visuais, mental e surdez.

---

[Luz\\_JLS@outlook.com](mailto:Luz_JLS@outlook.com) Faculdade São Lourenço - UNISPE

Seis em cada dez jovens entre 15 e 24 anos fez sexo sem preservativo nos últimos anos e 74,8% dos jovens nunca fizeram o teste de HIV na vida. Isso mostra a intolerância dos jovens em relação a sua própria saúde, uma vez que acham que isso nunca aconteceria com eles.

Com isso, para que ocorra uma diminuição do número de pessoas com IST's é necessário que a mídia imponha mais propagandas de camisinhas durante todo o ano, não só no período do carnaval, através da televisão, revistas e jornais. Fixando a importância do preservativo durante a relação sexual. Ademais, façam campanhas com imagens dos primeiros sinais da doença, alertando assim os jovens e adultos, que muitas vezes não sabem que aquele primeiro sintoma se trata de uma infecção sexualmente transmissível. Deste modo, conscientizados do problema, procuraram então um médico especialista para saber a melhor forma de se tratar.

As infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) aumenta a cada ano no Brasil. Mesmo este assunto sendo veiculado constantemente em vários meios de comunicação. Este triste cenário pode ser ratificado a partir da negligência de indivíduos que muitas vezes deixam de se prevenir, ou uso incorreto dos métodos contraceptivos, a falta de informação ou por acharem que essas patologias possuem cura.

Um das DSTs mais graves do mundo é o HIV, que um vírus gerador da imunodeficiência humana, deixando assim o organismo mais vulnerável a qualquer tipo de doença, e não possui cura. Dentre esta existem outras moléstias como a Sífilis, que através de seu diagnóstico exórdio o indivíduo pode realizar o tratamento com baixo custo e alcançar a cura.

A maioria dos infectados pela AIDS no Brasil são jovens, que através da procura do prazer buscam relações sexuais sem nenhum tipo de prevenção ou preservativo. Outro contratempo, é a gravidez não planejada, que segundo pesquisas da ENSP, mais de cinquenta por cento das mulheres não planejaram a gravidez. Essa realidade causa além de insegurança para as gestantes, gera a hipótese do aborto, o qual muitas chegam a óbito por tentarem tal métodos. E em muitos casos os fetos nascem com DSTs, devido a infecção ocorrer através do sangue e leite materno. E muitas vezes são criadas por avós ou parentes, devido a família não possuir condições financeiras ou psicológicas para resguardar esta criança.

Considerando que o partido principal de infecções de doenças sexualmente transmitidas no país, são realizadas através de imprudência no ato sexual e falta de informação, pode-se através do Ministério da Saúde efetivar mais campanhas de educação sobre a sexualidade em escolas e

instituições públicas e privadas. E os governos municipais realizarem parcerias com Ong's para realizem atividades com grupos para mães adolescentes e a oferta de métodos contraceptivos. Possibilitando assim, amenizar o número de infectados e aumentar o planejamento familiar no Brasil.

### **Conclusão / Considerações finais**

Ainda não obtive dados que confirme a hipótese de Therezia R. Domingos sobre esse aumento das ISTs, mas posso dizer que os dados obtidos nessa pesquisa são alarmantes um exemplo bem claro disso é a explosão de sífilis no Brasil inteiro, os jovens de hoje não estão preocupados com as infecções eles estão mais preocupados em não ter filhos devido a pouca informação e a falta de campanhas demagógicas sobre o tema.

### **Referências**

<https://www.febrasgo.org.br/pt/noticias/item/565-numero-de-infecoes-sexualmente-transmissiveis-ist-aumenta>

<http://www.saude.mg.gov.br/cidadao/campanhas>

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9263.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9263.htm)

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=1585CB40CB70F16A655332E4B7D84995.proposicoesWeb1?codteor=490199&filename=LegislacaoCitada+-PL+1686/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=1585CB40CB70F16A655332E4B7D84995.proposicoesWeb1?codteor=490199&filename=LegislacaoCitada+-PL+1686/2007)

<http://datasus.saude.gov.br/>

<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-sao-ist>

## O PAPEL DO ENFERMEIRO NO CUIDADO PALIATIVO: HUMANIZAÇÃO NA MORTE

Siqueira, Joyce Alexandra Afunuto<sup>127</sup>

### Introdução

A motivação para abordar este tema surgiu por considerar que a enfermagem tem papel extremamente importante em cuidados paliativos sobretudo por permanecer todo o tempo junto do paciente e realizar a interface com os familiares, com a equipe e com os demais profissionais da saúde. Além disso, a discussão sobre o assunto se torna relevante, pois o cuidado é a essência da enfermagem e, enquanto existe vida há o que ser feito para a pessoa transpor os últimos momentos de sua existência com o máximo de qualidade de vida possível.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo investigar a importância do trabalho de enfermagem nos cuidados paliativos. Com intuito de atender o objetivo principal tem-se os seguintes objetivos específicos: discutir sobre a origem dos cuidados paliativos; verificar o papel do cuidado paliativo durante a doença e; compreender os benefícios que a enfermagem pode proporcionar com cuidados paliativos ao paciente no fim da vida.

### Materiais e métodos

Este trabalho de pesquisa procedeu-se com base em uma revisão bibliográfica, procurando conhecer e analisar algumas contribuições de autores que já abordaram o assunto considerado. Foi realizado uma busca na base de dados Scielo (*Scientific Electronic Library Online*), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) e LILACS (Literatura Latino Americana em Ciências da Saúde), MEDLINE (*Medical Literature Analysis and Retrieval System Online*) e, artigos e livros publicados no idioma português, usando as seguintes palavras chaves: Cuidados Paliativos. Doenças terminais. Morte. Paliativo. Atenção Primária a Saúde. Enfermagem. Foram utilizadas publicações no idioma português dos últimos 20 anos. Foram utilizadas publicações no idioma português dos últimos 20 anos.

---

<sup>127</sup>joyceafunuto@gmail.com – Faculdade de São Lourenço

## Resultados

Na busca inicial, foi encontrado 327 publicações, sobre o assunto, onde foram excluídos 158 por não contemplarem os critérios de adesão. Pela leitura dos títulos, resumos e data de publicação, foi possível excluir os artigos com duplicidade nas bases de dados pesquisadas, além de estudos que não contemplaram os objetivos e critérios de inclusão. Somente 42 estavam disponíveis por completo. Dentre estes artigos foram identificados 16 estudos que responderam as expectativas da pesquisadora e, assim, construindo a amostragem desta revisão.

Para beneficiar a validação dos artigos selecionados para análise minuciosa na quarta etapa da pesquisa, os estudos foram selecionados mediante a escolha independente tendo em vista as normas para inclusão e exclusão e balizados pela questão norteadora. Neste contexto, o processo de validação da amostragem permitiu incluir pesquisas que apresentassem consistência, assim contribuindo para alcançar o objetivo proposto.

Os artigos foram analisados e interpretados de modo organizado e sintetizado através da construção de um quadro contendo os seguintes dados: autor, ano, título, revista, resumo e endereço eletrônico. A revisão é composta por 15 artigos publicados entre os anos de 2012 a 2019, cuja análise das pesquisas apresentadas, possibilitaram o advento de três tópicos.

## Discussão

De acordo com Carvalho e Parsons (2012) cuidados paliativos, é conjunto de práticas de assistência ao paciente na finitude da vida, ou seja, ao paciente incurável com intuito de oferecer dignidade e minimização de sofrimento em pacientes terminais ou em estágio avançado de determinada doença. O termo paliativo deriva do latim *pallium*, que quer dizer disfarçar, tapar ou encobrir, e também quer dizer abrigar, amparar ou cobrir. Segundo Hermes e Lamarca (2013, p. 2578) cuidados paliativos quer dizer “proteger aqueles em que a medicina curativa já não mais acolhe”.

No Brasil, a história dos cuidados paliativos teve início quando a Dra. Mirian Marteleto, no Departamento de Anestesiologia do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul quando, criou um Serviço de Cuidados Paliativos na década de 1980, segundo Hermes e Lamarca (2013), momento em que o país vivia o final da ditadura militar, em que o sistema de saúde dava prioridade para a medicina hospitalocêntrica, que era voltado principalmente para a cura de doenças.

No APS, segundo Brasil (2013) ao conhecer o paciente e suas condições, é que o profissional de enfermagem poderá gerenciar o cuidado a ser prestado para a reabilitação, acompanhamento da enfermidade, finitude da vida e, em alguns casos, o óbito. O cuidado prestado pelo profissional de enfermagem busca auxiliar o usuário a ter autonomia para tomar suas próprias decisões, o que contribui para melhora na qualidade de vida.

Para o profissional de enfermagem este trabalho é de fundamental importância, pois, segundo Andrade, Costa e Lopes (2013) tem por objetivo ajudar as pessoas que estão sob cuidados paliativos e seus respectivos familiares a viverem o mais ativamente possível a finitude da vida. Portanto, estes profissionais tem um importante papel em cuidados paliativos, tendo em vista sua posição privilegiada de permanecer a maior parte do tempo junto ao paciente e poder prestar a maior parcela de cuidados, além de poder se posicionar como intermediador entre paciente, família e os demais membros da equipe multidisciplinar.

Entretanto, de acordo com Sousa e Alves (2015) não se pode negar que cuidar dos que estão no fim de suas vidas tem sido um grande desafio para os profissionais de enfermagem que precisam focar na qualidade de vida, e não no tempo vivido, e considerar o morrer como um processo natural do percurso da vida.

## **Considerações finais**

O cuidado paliativo tem crescido significativamente nos últimos anos e atendido milhares de pessoas, e neste contexto, o profissional de enfermagem está na linha de frente para prover conforto e cuidados. E, deve sempre ter como principais objetivos o bem-estar, a dignidade e minimização da dor.

A enfermagem, tem um importante papel nos cuidados paliativos, e por isso, deve ter uma assistência pautada no modelo firmado na bioética dos cuidados paliativos, portanto, se torna

necessário estabelecer cada vez mais o papel do profissional de enfermagem diante deste tipo de assistência, e mais ainda no que se refere ao processo de morrer e morte, em que o paciente se depara com o fim da vida.

Os profissionais de enfermagem realizam a interface entre familiares e a equipe de saúde proporcionando ao paciente a qualidade de vida e o respeito à condição humana, além do controle dos sintomas e da dor, mantendo a preocupação com o apoio, conforto, humanização, comunicação e cuidado. A equipe de enfermagem é fundamental no cuidado paliativo, embora nem sempre é possível sua efetivação devido à falta de políticas públicas para essa população e as dificuldades dos serviços de saúde em considerar os aspectos e peculiaridades desse grupo em sua organização e seu planejamento.

## Referências

ANDRADE, Cristiane G.; COSTA, Solange F G.; LOPES, Maria E L. **Cuidados paliativos: a comunicação como estratégia de cuidado para o paciente em fase terminal.** v. 18, n. 9, 2013, p. 2523-2530.

ATTY, Adriana T M.; TOMAZELLI, Jeane G. Cuidados paliativos na atenção domiciliar para pacientes oncológicos no Brasil. **In. Revista Saúde e Debate.** v. 42, n. 116, 2018, p. 225-236.

BRASIL. **Melhor em casa: A segurança do hospital no conforto do seu lar.** 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CALDAS, Gustavo H O.; MOREIRA, Simone N T.; VILAR, Maria J. Cuidados paliativos: uma proposta para o ensino da graduação em medicina. **In. Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia.** v. 21, n. 3, 2018, p. 269-280.



CARVALHO, Ricardo T.; PARSONS, Henrique A (Org.). **Manual de Cuidados Paliativos ANCP**. 2. ed. São Paulo: ANCP, 2012.

COMBINATO, Denise S.; MARTINS, Sueli T F. (Em defesa dos) Cuidados paliativos na Atenção Primária a Saúde. **In. Revista o Mundo da Saúde**. v. 36, n. 3, 2012, p. 433-441.

FREITAS; Noéle O.; PEREIRA, Mirana V G. Percepção dos enfermeiros sobre cuidados paliativos e o manejo da dor na UTI. **In. O mundo da Saúde**. v. 37, n. 4, 2013, p. 450-457.

HERMES, Héliida R.; LAMARCA, Isabel C A. Cuidados paliativos: uma abordagem a partir das categorias profissionais de saúde. **In. Revista Ciência e Saúde Coletiva**. v. 18, n. 9, 2013, p. 2577-2588

MARKUS, Lucimara A et al. A atuação do enfermeiro na Assistência ao paciente em cuidados paliativos. **In. Revista Gestão e Saúde**. v. 17, n. 1, 2017, p. 71-81.

PINOTTI, Elaine C.; GAZZOLA, Antônio M R. Cuidados Paliativos: Histórico. **In. Revista de Psicologia FAEF**. 2014. Disponível em: [http://faef.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/Y8JUSySKMC7b2t6\\_2014-4-16-0-39-47.pdf](http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/Y8JUSySKMC7b2t6_2014-4-16-0-39-47.pdf). Acesso em: 02 mai. 2019.

SANTOS JUNIOR, Aires G.; SANTOS, Fernando R.; PESSALACIA, Juliana D R. desafios para os cuidados paliativos na atenção primária à saúde: revisão integrativa de literatura. **In. Revista de Enfermagem UFPE**. v. 10, n. 7, 2016, p. 2708-2719.

SOUSA, Janaina M.; ALVES, Elioenai D. Competências do Enfermeiro para o cuidado paliativo na atenção domiciliar. **In. Revista Acta. Paul. Enferm**. v. 28, n. 3, 2015, p. 264-269.

SOUZA, Hieda L et al. Cuidados paliativos na atenção primária à saúde: Considerações éticas. **In. Revista Biomédica.** v. 23, n. 2, 2015, 349-359.

VASCONCELOS, Esleane V.; SANTANA, Mary E.; SILVA, Sílvio E D. **Desafios da enfermagem nos cuidados paliativos:** revisão integrativa. v. 3, n. 3, 2012, p. 127-130.

VICENSI, Maria C et al (Orgs.). **Enfermagem em cuidados paliativos.** 1. ed. v. 4. Florianópolis, SC: Letra Editorial, 2016.

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NO ATENDIMENTO DOMICILIAR AO IDOSO

Almeida, Karisa Cristina de Oliveira <sup>128</sup>, Coelho, Fernando, Dra. Dionello, Andreza Figueirola  
Martins

### Introdução

A enfermagem possui um importante papel no desafio do atendimento ao idoso como uma ação vivida individualmente e contextualizada no mundo da vida social, sendo significado a partir do tipo de relação estabelecida com o outro.

O estudo se justifica por ter relevância acadêmica por discutir uma temática atual, que envolve a população idosa, que vem crescendo no Brasil, e por buscar apresentar as formas de atuação do profissional de Enfermagem.

Este estudo objetiva analisar a assistência de Enfermagem no atendimento domiciliar ao idoso.

### Materiais e métodos

O estudo é de cunho qualitativo se caracteriza de forma inicial pela coleta de referenciais teóricos, para construção da literatura de base, com a discussão das ideias acerca da temática e análise dos fatos na verificação dos conceitos teóricos, seguindo-se pela verificação e confrontação das respectivas definições. Realizou-se uma revisão bibliográfica no período de agosto a setembro de 2019, sendo consultadas as bases de dados (Bireme, Scielo, Lilacs) e fontes primárias, que abordam a temática pesquisada.

### Referencial Teórico

#### Envelhecimento da População

O envelhecimento populacional não é um fenômeno exclusivo das sociedades modernas. Considerada uma das realizações mais importantes da humanidade, torna-se um problema, se

---

<sup>128</sup> [karisa.coa@gmail.com](mailto:karisa.coa@gmail.com) Faculdade São Lourenço- UNISEPE

não for capaz de fornecer soluções adequadas para as consequências que dela resultam. (ANDRADE et al. 2017)

O avanço científico permitiu o aumento da expectativa de vida das pessoas, produzindo um aumento significativo no número de idosos no mundo, mantendo os cuidados adequados como um elo importante. (ANDRADE et al. 2017)

### **Assistência de Enfermagem**

A qualidade tem sido considerada como um elemento diferenciador no processo de atendimento das expectativas de clientes e usuários dos serviços de saúde. Toda instituição, dada a sua missão essencial em favor do ser humano, deve preocupar-se com a melhoria permanente da qualidade de sua gestão e assistência de tal forma que consiga uma integração harmônica em todas as áreas. Tudo isso deve ter como razão a adequada atenção ao paciente.

Tomar a saúde como valor de uso é ter por padrão o vínculo com os usuários, garantindo direitos a eles e aos seus familiares; é estimular que os usuários se coloquem como protagonistas do sistema de saúde; mas é também os profissionais terem melhores condições de realizar seu trabalho de modo digno e criador de novas ações, possibilitando-lhes participar juntos no processo de trabalho.

A equipe de enfermagem responsável pelo gerenciamento deve considerar os valores, atitudes e conhecimentos da disciplina que proporcionam uma visão diferente e específica do gerenciamento do cuidado. (ANDRADE et al. 2017)

A enfermagem geriátrica está preocupada com a avaliação, planejamento e implementação de cuidados de enfermagem para os idosos. Ou seja, trabalha para oferecer o melhor serviço com alta qualidade de serviço para esse setor da população e seu ambiente imediato, o que também pode acontecer no domicílio.

Muitas vezes, há situações em que o paciente deve seguir um tratamento prolongado por causa de sua doença, devido a esse fato muitas famílias e pacientes optam pelo tratamento em sua própria casa, evitando uma hospitalização desnecessária; evitando também ficar se expondo em alguns ambientes propícios a mais complicações, pois devido ao período que inclui o tratamento, uma longa estadia pode interferir diretamente no tratamento do paciente. (KLAKONSKI et al., 2015)

É por esse motivo que os leva a procurar ajuda no tratamento no local de residência, buscando sempre um serviço de qualidade e em casos como; seguir um tratamento de longo prazo é muito importante, pois a saúde é um jogo e não é algo que possa ser brincado. (FLORIANI, SCHRAMM, 2014)

O atendimento domiciliar é reservado para casos em que a pessoa tem problemas físicos para sair de casa. Por exemplo, no caso de uma doença temporária que os impeça de ir ao hospital. Este trabalho inclui cuidados de saúde, prevenção e promoção da saúde. (CATAFESTA, LACERDA, 2015)

A enfermagem geriátrica está presente em muitas áreas. Além do exposto, também nas equipes de avaliação e, em consultas externas, centros sociais de saúde, etc. Em resumo, enfermeiros ou geriatras trabalham em várias equipes, unidades ou centros, oferecendo o atendimento de qualidade focado no idoso e em seu ambiente domiciliar. (CATAFESTA, LACERDA, 2015)

### **Continuidade do Cuidado**

O cuidado ao idoso requer um olhar transdisciplinar e profissionais comprometidos com o cuidado e instruídos no trabalho em equipe. (ANDRADE et al. 2017)

Cuidar é servir, ajudar, ser responsável pelo que acontece com essa pessoa e é característico da natureza humana. A gestão do cuidado de enfermagem é definida como a aplicação de um julgamento profissional no planejamento, organização, motivação e controle da prestação de cuidados, oportuna, segura, abrangente, que assegura a continuidade do cuidado e se baseia em diretrizes estratégicas, para obter saúde como produto final. (ANDRADE et al. 2017)

### **Considerações finais**

A avaliação do paciente idoso, alguns com estado de saúde aparentemente debilitado e outros com algum tipo de doença é essencial para garantir que as ações e os cuidados que se realiza para esse grupo populacional sejam corretos e eficazes. O protocolo de atendimento a esses pacientes idoso em atendimento domiciliar contribui para elevar o modo de atuação da equipe de enfermagem, proporcionando uma atenção integral e personalizada com qualidade na prestação.

## Referências

ANDRADE, A. et al. Atuação do enfermeiro na atenção domiciliar: uma revisão integrativa da literatura. **Rev Bras Enferm.** 2017 jan-fev;70(1):210-9.

CATAFESTA F, LACERDA MR. Competências do enfermeiro necessárias para o desenvolvimento do cuidado domiciliar: reflexão. **Online Braz J Nurs.** 2015 Jun 10;7:1-10.

FLORIANI, Ciro Augusto; SCHRAMM, Fermin Roland. **Atendimento domiciliar ao idoso: problema ou solução?** Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

KLAKONSKI, Elizandra et al. Atuação o Enfermeiro no Atendimento Domiciliar ao Paciente Idoso: Revisão Integrativa da Literatura. **Saúde e Pesquisa**, v. 8, Edição Especial, p. 161-171, 2015.

## **ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM ASSOCIADA A QUALIDADE DE VIDA DOS PORTADORES DE DOENÇA RENAL CRÔNICA**

LOPES, Larissa Nunes Azevedo<sup>1</sup>; TELES, Esp. Therezia Raffoul Domingos;  
FRANÇA, Dra. Rafaela Ferreira; DIONELLO, Dra. Andreza Figueirola Martins.

### **Introdução**

A principal função dos rins é filtrar os resíduos ou toxinas que são liberados na urina. Eles ajudam na regulação da composição do sangue e mantêm o equilíbrio de eletrólitos e fluidos no corpo (NASCIMENTO; MARQUES, 2005).

A doença renal crônica (DRC) afeta tanto a estrutura, quanto a função renal podendo ter múltiplas causas e múltiplos fatores de prognóstico. Trata-se de uma doença de curso prolongado, insidioso e que, na maior parte do tempo de sua evolução, é assintomática. Refere-se à destruição progressiva gradual e irreversível de grande número de néfrons e conseqüentemente da função renal. (BRASIL, 2014).

A DRC acarreta mudanças no estilo de vida dos portadores e reflete significativamente na qualidade de vida. Nesse contexto, a importância dos cuidados de Enfermagem visa contribuir para uma melhor qualidade de vida nos portadores da doença, pois o Enfermeiro lida diretamente na prestação de assistência aos pacientes e tem papel de profissional educador, tornando-se por isso estratégia de grande relevância as orientações e cuidados por ele desempenhados.

Portanto, a necessidade da atuação da Enfermagem na orientação e promoção de cuidados com a saúde dessas pessoas torna-se necessária, para que tanto os portadores quanto os familiares, possam adquirir conhecimentos suficientes para o autocuidado e assim manter e até mesmo melhorar a qualidade de vida.

Diante do exposto, o objetivo geral do estudo é destacar a importância dos cuidados de enfermagem associados à qualidade de vida dos portadores de insuficiência renal crônica.

### **Metodologia**

Trata-se de um estudo de caso, descritivo e exploratório, de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo, realizado por meio de observação, entrevista, questionário e análise documental, afim de expor um caso clínico de DRC e aplicação de um plano de cuidados de Enfermagem.

## Relato de Caso

Foi realizada uma coleta de dados sobre o caso clínico no período de agosto de 2016 e complementada até março de 2019. Participou desse estudo, M. A. A. S. de 79 anos, diagnosticada com DRC com rim atrófico em tratamento. Os problemas apresentados no início do tratamento foram fraqueza, edemas nos pés e nas mãos, oscilações na pressão arterial, indisposição, mialgias, sono prejudicado, falta de apetite e oligúria, que poderiam estar associados ao uso de alguns medicamentos, fazendo gerar esses sintomas como possíveis eventos adversos. No decorrer do tratamento ainda apareceram outras complicações, como a xerostomia noturna, que também pode ter sido provocada por associação medicamentosa. Contudo, houve ajuste medicamentoso e foi realizada a substituição posteriormente desses medicamentos. Além disso, tanto a paciente quanto os familiares não estavam seguros diante do quadro patológico que a paciente vinha apresentando. A paciente foi orientada a respeito da patologia e o plano de enfermagem foi estabelecido.

Os diagnósticos de Enfermagem encontrados foram: estilo de vida sedentário; dor crônica; padrão de sono prejudicado; nutrição alterada, devida a inapetência e dieta restritiva; eliminação urinária prejudicada; risco para mobilidade física prejudicada.

As ações de enfermagem a serem estabelecidas dentro dos diagnósticos encontrados são: manter o estado nutricional adequado; manter a pele limpa e hidratada; estimular dieta rica em fibras lembrando-se do teor de potássio de algumas frutas e vegetais; estimular a atividade conforme a tolerância; proporcionar massagem se houver mialgia ou câimbras musculares intensas; administrar medicamentos conforme prescrito; aumentar a compreensão e a aceitação do esquema de tratamento; oferecer informações e esperança sobre o tratamento de acordo com a realidade; avaliar o conhecimento do paciente e familiares a respeito do esquema terapêutico, bem como as complicações e temores; explorar alternativas que possam reduzir ou eliminar os efeitos colaterais do tratamento; estimular o reforço para o sistema de apoio social e mecanismos de adaptação para diminuir o impacto do estresse da doença renal crônica; fornecer indicações de assistência social e apoio da psicologia; encorajar e possibilitar que a paciente tome certas decisões.



## Considerações Finais

A Doença Renal Crônica gera muitas complicações no decorrer de sua evolução e tem grande importância dentro da saúde pública brasileira. O profissional Enfermeiro tem grande destaque no auxílio ao enfrentamento e aceitação frente às complicações dessa patologia. Tem como fundamento à sua assistência a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem que é um instrumento científico que orienta sua prática, pois esta possibilita a identificação dos problemas, formulação dos diagnósticos de enfermagem e planejamento adequado das intervenções de enfermagem para promover uma recuperação e reabilitação adequada do paciente. Além disso, o Enfermeiro é um profissional educador que promove além de cuidados, orientações, a fim de que a pessoa e familiares que lidam com a patologia saibam aplicar as condutas corretas para oferecer uma melhor qualidade de vida aos portadores da doença.

## Referências Bibliográficas

BASTOS, M.; KIRSZTAJN, G. Doença renal crônica: importância do diagnóstico precoce, encaminhamento imediato e abordagem interdisciplinar estruturada para melhora do desfecho em pacientes ainda não submetidos à diálise. **J Bras Nefrol.** 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. **Diretrizes Clínicas para o Cuidado ao paciente com Doença Renal Crônica no Sistema Único de Saúde.** Brasília, 2014. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_clinicas\\_cuidado\\_paciente\\_renal.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_clinicas_cuidado_paciente_renal.pdf)>

Acesso em: 15 de fev. de 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Saúde Brasil 2018. Uma análise da situação de saúde e das doenças e agravos crônicos:** desafios e perspectivas. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_brasil\\_2018\\_analise\\_situacao\\_saude\\_doencas\\_agravos\\_cronicos\\_desafios\\_perspectivas.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2018_analise_situacao_saude_doencas_agravos_cronicos_desafios_perspectivas.pdf)> Acesso em: 03 de set. de 2019.

NASCIMENTO, C. D; MARQUES, I. R. Intervenções de enfermagem nas complicações mais frequentes durante a sessão de hemodiálise: revisão da literatura. **Rev. Bras. Enferm.** 58 (6): 719-22. 2005.

POLIT, D.F.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**. 3ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.

SBN. Sociedade Brasileira de Nefrologia. **Tratamento da Doença Renal Crônica**. 2014. Disponível em: <<http://www.sbn.org.br/>> Acesso em: 24 de dez. de 2018.

SILVA, J. M da; SILVEIRA, E. S. da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**. 4ª ed. Juiz de Fora: Templo, 2006, 195 p. il.

## O USO DO CANABIDIOL COMO TRATAMENTO PARA O ALZHEIMER!

Lucas Silva Mendes

### INTRODUÇÃO:

" Atualmente, às doenças do sistema nervoso são alvos de terapias complexas que envolvem medicações com vários efeitos adversos e, por isso, a indústria farmacêutica está sempre à procura de novas substância e medicamentos menos agressivos ao organismo do paciente. O canabidiol (CBD) age em diversos sistemas neuronais e também no sistema endocanabinóide, exercendo, assim, uma ampla variedade de ações farmacológicas".

(Acta Brasilienses 3 (1): 30- 34, 2019)

### OBJETIVO:

Expor as propriedades e funcionamentos do canabidiol no tratamento da Epilepsia.

Epilepsia e Canabidiol:

Epilepsia\_disfunção cerebral caracterizada pela ocorrência periódica e imprevisível de crises convulsiva que, por sua vez, constituem modificações temporárias do comportamento causadas pelo disparo desordenado, sincrônico e rítmico de vários neurônios. Tais modificações ocorrem devido a alterações encefálicas que geram hiperexcitabilidade e hipersincronismo da atividade neuronal, manifestando-se de diversas formas distintas, dependendo dos substratos neuronais envolvidos. Pacientes com epilepsia expressam condições neurobiológica, cognitiva e social alteradas, podendo sofrer estigmas, exclusão, restrição, superproteção e isolamento, além de consequências psicológicas para si mesmos e para a família. A constante ocorrência de crises epilépticas pode prejudicar gravemente a qualidade de vida do indivíduo causando danos cerebrais, especialmente no período de desenvolvimento. Portanto, o tratamento da epilepsia visando o controle das crises convulsivas é extremamente importante, pois, quando não tratada de maneira adequada, a repetição das crises poderá ocorrer em intervalos cada vez mais curtos.

Externamente, as convulsões propriamente ditas manifestam-se por seus efeitos motores, entre os quais estão incluídos: descontrole motor e espasmos musculares, autonômicos (salivação ,desordens sensoriais e de estado de consciência, como crises de ausência ou perda transitória da consciência), parestesias (sensação de formigamento, picada, queimadura ou choque elétrico),

alterações na percepção visual (geralmente, como flashes de luz), escurecimento da visão, bem como alucinações coloridas da visão, fantasmia (alucinações olfativas), alucinações gustativas, entre outras manifestações.

Geralmente, endocanabinoides são produzidos em resposta à atividade epileptiforme, com o intuito de ativar receptores CB1 de neurônios excitatórios, para conter o excesso de atividade neuronal. Os primeiros estudos acerca dos efeitos anticonvulsivantes provenientes do CBD foram realizados pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), na Escola Paulista de Medicina a partir de 1975, conduzidos pelo professor Elisaldo Carlini.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

O Sistema Endocanabinoide:

O mecanismo de ação dos canabinoides foi elucidado com a descoberta de dois receptores endocanabinoides denominados CB1 (receptor canabinoide tipo 1) e CB2 (receptor canabinoide tipo 2),<sup>66</sup> corroborada pelo isolamento dos dois ligantes endógenos 2-araquidonoilglicerol (2-AG) e Naraquidonoil-etanolamida (AEA ou anandamida). Os efeitos farmacológicos dos canabinoides são provenientes da interação dos mesmos com os receptores endocanabinoides. Os receptores CB1 são amplamente distribuídos no organismo e encontrados sobretudo pré-sinápticamente no sistema nervoso central<sup>67,68</sup> em áreas ligadas ao controle motor, aprendizagem, memória, cognição e emoção, além de serem responsáveis pela maioria dos efeitos psicotrópicos dos canabinoides. Os receptores CB2 localizam-se principalmente no sistema imunológico e em áreas específicas do sistema nervoso central, como a microglia e na região pós-sináptica. Podem estar associados à regulação da liberação de citocinas provenientes de células imunitárias e de migração das mesmas, atenuando a inflamação e alguns tipos de dor.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

Como o CBD atua:

O CBD apresenta baixa afinidade pelo CB1, atuando como agonista inverso no receptor CB2. Embora o mecanismo de ação do CBD não esteja completamente esclarecido, é provável que ele interaja com receptores específicos, tal como o  $\Delta^9$ -THC. O CBD possui a habilidade de facilitar a sinalização dos endocanabinoides por intermédio do bloqueio da recaptação ou hidrólise enzimática da anandamida. Todavia, apresenta baixa afinidade pelos receptores CB1 e CB2. O CBD é capaz de ativar os receptores vaniloides do tipo 1 (TRPV1), canais iônicos que integram

vários estímulos nociceptivos, incluindo a dor e reflexos protetores, o que representa implicações importantes na elucidação dos efeitos do CBD no alívio da dor e como anti-inflamatório.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

Como é encontrado:

O CBD é encontrado disponível para importação em tubos contendo a forma concentrada do óleo de cânhamo. Este deve ser administrado em combinação com as medicações utilizadas pelo paciente anteriormente. O tratamento pode iniciar com doses de 2,5 mg/kg/dia de CBD, por via oral, divididas em duas doses diárias. A dose pode aumentar em 5 mg/kg/dia a cada sete dias, até a dose máxima de 25 mg/kg/dia, em duas doses ao longo de, no mínimo, cinco semanas a partir do início do tratamento, a fim de estabelecer a dose ideal com garantia de segurança e tolerabilidade.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

Benefícios e malefícios:

Os efeitos benéficos do CBD contra convulsões foram observados primeiramente em ratos e, mais tarde, em pacientes. No estudo clínico principal, oito pacientes foram tratados com doses diárias de CBD (200 a 300 mg/dia por quatro meses), dos quais quatro indivíduos apresentaram-se livres de convulsões, três manifestaram uma melhora parcial e apenas um não apresentou resposta ao tratamento. Em contraste, somente um dos pacientes que recebeu placebo obteve melhora clínica. Além de um único efeito adverso ter sido relatado (sonolência) durante o tratamento com CBD, efeitos tóxicos significativos não foram observados. A ausência da toxicidade foi analisada através de exames de sangue, de urina, análise da atividade elétrica e cerebral (ECG e EEG), exames clínicos e neurológicos.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

"Uma pesquisa autorizada pelo FDA (Food and Drug Administration - Administração de Comidas e Remédios) que está em andamento mostrou em seus

resultados preliminares de 23 pacientes com média de idade de 10 anos, que 39% dos pacientes tiveram redução de 50% de suas crises. Apenas 3 dos 9 pacientes com síndrome de Dravet (um tipo de epilepsia muito grave da infância) obtiveram controle total das crises e 1 dos 14 pacientes com outras formas de epilepsia. Os efeitos colaterais mais comuns foram sonolência, fadiga,

perda ou ganho de peso, diarreia e aumento ou redução do apetite. Todos os pacientes recebiam mais de um fármaco antiepiléptico. Os resultados preliminares mostraram uma redução de 50% de crises em cerca de 40% dos pacientes. Tal resultado não difere dos resultados disponíveis na literatura dos mais de 20 fármacos antiepilépticos disponíveis no mercado".

(Comissão Permanente de Farmácia Terapêutica- SES - MT/ Cuiabá, 02 de dezembro de 2015)

Liberação:

A Resolução nº 2.113, de 30 de outubro de 2014, regulamenta o uso compassivo do CBD como terapêutica médica, restrita para o tratamento de epilepsias na infância e adolescência refratárias às terapias convencionais. Porém, a prescrição compassiva limita-se aos profissionais especializados em neurologia, neurocirurgia e psiquiatria devendo estes, ser previamente cadastrados no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Conselho Federal de Medicina (CFM). Para desfrutar do benefício, os pacientes submetidos ao tratamento deverão ser cadastrados no Sistema CRM/CFM para a realização do monitoramento da segurança e efeitos adversos. Além disso, a Resolução aponta a necessidade da continuidade de estudos bem conduzidos metodologicamente, pois, até o presente momento, a ação terapêutica do CBD em crianças e adolescentes com epilepsia refratária é evidenciada por um reduzido número de estudos, sem resultados conclusivos quanto à sua segurança e eficácia sustentada.

(Matos, R. L. A. et al 2017)

## **CONCLUSÃO:**

Consoante aos fatos apresentados conclui-se que o Canabidiol, extrato da planta Cannabis sativa, apresenta habilidades de facilitar a sinalização do endocanabinóide por intermédio do bloqueio da receptação ou hidrólise enzimática da anadamida, levantamento feito através de pesquisas efetuadas primeiramente em ratos e mais tarde em pacientes com epilepsia. Tal medicamento encontra-se disponível no mercado em tubos contendo a forma concentrada do óleo de cânhamo, porém seu uso está restrito - pela Resolução nº 2.113, de 30 de outubro de 2014- para o tratamento de Epilepsia na infância e adolescência refratária às terapias convencionais.

## ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR A VÍTIMAS COM COMPORTAMENTO SUICÍDA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

WILLIAM, M. da <sup>129</sup>; BACELAR, R.A.G.L. <sup>2</sup>

### Introdução

A morte é a única certeza que nós temos no que se refere a nossa existência e talvez por ocasionar sentimentos de dor e tristeza quando pensamos na mesma, a referida temática e seus respectivos aspectos sejam pouco abordados em nossa sociedade (LOPES, MILANI, 2016).

Veloso et al.; (2016) define em seu estudo a prática do suicídio como sendo o ato deliberado, consciente e intencional, por meio do qual o indivíduo provoca a própria morte. Trata-se de um fenômeno complexo e multifatorial que ao longo dos anos tem sido considerado um grande problema de saúde pública em todo mundo.

O suicídio é uma forma de morrer que desencadeia incompreensão entre as pessoas que permanecem vivas. Segundo Barbosa, Macedo, Silveira; (2011); o suicídio é um fenômeno existente, porém pouco explorado, uma vez que esta prática tem sido silenciado ao longo dos anos não só pela sociedade ao qual convivemos, mas também por autoridades, profissionais de saúde e familiares que já vivenciaram tal situação.

O objetivo do presente trabalho foi de efetuar uma breve síntese frente ao atendimento pré-hospitalar a vítimas com comportamento suicida, buscando conhecer o perfil destes indivíduos descritos nos estudos publicados no período de 2010 a 2017.

### Materiais e métodos

Estudo de caráter revisão de literatura científica, realizado por meio de pesquisas bibliográficas nos seguintes bancos de dados: na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), tendo como fonte os seguintes bancos de dados: LILACS (Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde), BDEF (Base de Dados Bibliográficos Especializada na Área de Enfermagem do Brasil), SciELO (Scientific Electronic Library On -line), BIREME (Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde) e MEDLINE (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online).

---

<sup>129</sup> [Marcoswilliam81@hotmail.com](mailto:Marcoswilliam81@hotmail.com) – Faculdade São Lourenço

## Resultados e discussão

A tabela abaixo ilustra os artigos encontrados, bem como, seus respectivos autores e ano de publicação.

**Tabela 1-Artigos publicados enfatizando o atendimento pré hospitalar a vítimas de tentativa de suicídio e suicídio entre os anos de 2011 a 2017.**

| <b>Autores</b>                 | <b>Título do Artigo</b>   | <b>Ano de publicação</b> |
|--------------------------------|---|--------------------------|
| Sá, N. N. B. de; et al.        | Atendimentos de emergência por tentativas de suicídio, Brasil, 2007   | 2010                     |
| Santana, J. C. B. et al.       | Caracterização das vítimas de tentativa de autoextermínio atendidas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no município de Sete Lagoas e região                     | 2011                     |
| Magalhães, A. P. N. de; et al. | Atendimento a tentativas de suicídio por serviço de atenção pré-hospitalar  | 2014                     |
| Rosa, N. M. da; et al.         | Tentativas de suicídio e suicídios na atenção pré-hospitalar  | 2016                     |
| Veloso, C.; et al.             | Tentativas de suicídio atendidas por um serviço de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência<br>Intentos de suicídio atendidos por um serviço móvel emergência pré-hospitalar. | 2016                     |
| Bahia, C. A. et al.            | Lesão autoprovocada em todos os ciclos da vida: perfil das vítimas em serviços de urgência e emergência de capitais do Brasil   | 2017                     |

**Fonte: Dos pesquisadores.**



Dentre os estudos evidenciados, observou-se que ambos descrevem o perfil das vítimas com comportamento suicida que receberam atendimento pré-hospitalar por meio das seguintes variáveis a serem discutidas: número de atendimentos, idade, gênero; método de auto extermínio utilizado, justificativa para o ato; estação do ano e dia da semana, tempo gasto e tipo de ambulância acionada para o eventual atendimento.

Magalhães et al., (2014) realizou um estudo com o objetivo de investigar as características das vítimas de tentativa de suicídio atendidas em serviço pré-hospitalar e os intervalos de tempo consumidos nessa fase de atendimento, no ano de 2011. O autores evidenciaram que no ano mencionado ocorrem 80 atendimentos realizados pelo serviço de atenção pré-hospitalar atuante no município de Arapiraca, onde o estudo foi realizado.

Para os autores, o atendimento com a implantação do APH, é crescente o número de vítimas em estado grave sendo levadas aos hospital com vida, logo, é evidente o maior potencial de recuperar a saúde dos mesmos, se considerarmos que se estes não tivessem sido rapidamente assistidas no local, estabilizadas e encaminhadas aos serviços de referência da rede de saúde, os mesmos apresentariam lesões graves, irreparáveis e até mesmo o óbito do paciente.

### **Conclusão / Considerações finais**

Por meio do presente estudo pode-se concluir o objetivo proposto, compreendendo aspectos muito peculiares que envolvem o atendimento a vítimas que apresentam comportamento suicida.

Logo, sugere-se que novos estudos sejam elaborados, visando capital a percepção dos indivíduos que apresentam comportamento suicida, no que se refere a intenção de captar o olhar dos mesmos frente a quais melhorias estes indivíduos sugerem para que a vontade de viver de forma plena e prospera supere o desejo de morte que muitos ocultam em sua alma.

## Referências

BARBOSA, F. O. de; MACEDO, P. C. M.; SILVEIRA, R. M. C. da. Depressão e o Suicídio. **Rev. Sociedade Brasileira de Psicologia Hospitalar**, v.14, n.1, p.233-243, jan./jun. 2011. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v14n1/v14n1a13.pdf> > Acesso em: 04 abr. 2019.

LOPES, F. F.; MILANI, R. G. **Suicídio: um desafio para o psicólogo clínico**. Disponível em: < <http://www.ppi.uem.br/eventos/artigos/32.pdf> > Acesso em: 04 abr. 2019.

MAGALHÃES, A. P. N. de; et al. Atendimento a tentativas de suicídio por serviço de atenção pré-hospitalar. **J Bras Psiquiatr.**; v. 63, n. 1, p.16-22, 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v63n1/047-2085-jbpsiq-63-1-0016.pdf> > Acesso em 10 de ago. 2019

VELOSO, C.; et al. Tentativas de suicídio atendidas por um serviço de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência Intentos de suicídio atendidos por um serviço móvel emergência pré-hospitalar. **Portuguese Rev Enferm UFPI.**, v. 5, n. 3, p. 48-53, jul./set., 2016. Disponível em: < <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=31843&indexSearch=ID> > Acesso em: 23 de set. de 2019.

## A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO ADULTA E PEDIÁTRICA

Maria Inez Russano Nicolau

### INTRODUÇÃO

É de suma importância para análise generalizada da saúde da sociedade contemporânea a correlação entre o princípio ativo das vacinas como preventiva e a onda conservadora que abrange a maior parte da população. Esse modo de pensamento somente corrobora a aversão do contingente humano nacional adulto acerca do método preventivo que mais se mostrou eficaz durante toda a história ancestral do planeta Terra: a vacina. Além da eficácia comprovada desse método, a prática acadêmica no âmbito de pesquisas reafirma que há segurança na vacina para prevenção de várias outras doenças que assolam o mundo atual, como por exemplo, o HIV. Aproximando-se aos subtemas pontuais de adesão às vacinas, há, além da onda de pensamento conservadora que reafirma o receio em relação aos donativos do Estado (resposta imunológica), a crença da população adulta de que ações preventivas somente devem ser adotadas e cumpridas pela população infantil e idosa. Para amenizar e reverter tal situação, o Governo Federal deve seguir o exemplo da nação berço da centralização e atuação estatal, a Itália. Tal país coibiu a presença de crianças não vacinadas em escolas. Outra ação que pode ratificar essa mudança é a criação e exibição, em horário nobre na televisão brasileira, resultados de pesquisas que comprovem a eficácia da ação preventiva das vacinas em território nacional, tomando como exemplo, hipoteticamente, a ação massiva contra a dengue e a malária. Por essas razões, abordaremos, neste trabalho, a importância da vacinação adulta e pediátrica em âmbito nacional.

### DESENVOLVIMENTO

As vacinas são produtos biológicos que protegem as pessoas de determinadas doenças. São constituídas por agentes patogênicos (vírus ou bactérias que causam doenças) previamente atenuados ou mortos ou por fragmentos desses agentes. Sua função é estimular uma resposta imunológica do organismo, que passa a produzir anticorpos sem ter contraído a doença. Possibilitam o desenvolvimento da chamada “memória imunológica”, que nada mais é do que a produção antecipada de anticorpos especializados que reconhecerão o invasor, caso a pessoa seja infectada novamente.

Segundo dados do Programa Nacional de Imunizações do Ministério da Saúde em 2018, 3 a cada 100 crianças podem morrer de sarampo, 2 de coqueluche e 1 de tétano caso não haja

imunização. A poliomelite (paralisia infantil) e a meningite também são problemas que podem afetar grande parte dos pequenos e causar danos irreversíveis à saúde das crianças. Sendo que a maioria das vacinas são disponibilizadas pelo SUS e devem ser requisitadas pela população.

Há diversas razões para explicar os baixos índices de imunizações de crianças no Brasil, de acordo com Renato Khouri, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunização em 2018, um dos motivos que explicam o menor índice de 16 anos de cobertura da vacinação em crianças menores de um ano é o fato de que as vacinas estão culturalmente vinculadas à percepção de risco da doença. Quando se trata de doenças erradicadas, a percepção enganosa dos pais de que não é preciso mais vacinar porque as doenças desaparecem.

Com mais vacinas disponíveis, algumas famílias optam por quais aplicar em seus filhos. Outras preferem evitar a vacinação das crianças, por julgá-las saudáveis. Há ainda os que preferem evitar que os filhos sejam vacinados por razões religiosas, ou os que temem reações adversas. No Brasil, especialistas acreditam que os grupos antivacina são menos expressivos que na Europa e no Estados Unidos, mais notam que há relatos cada vez mais frequentes de pais que optam por não vacinar seus filhos principalmente os mais ricos. Essa decisão explica porque esse grupo tem menores taxas de cobertura vacinal, juntamente com os mais pobres, mas por razões distintas.

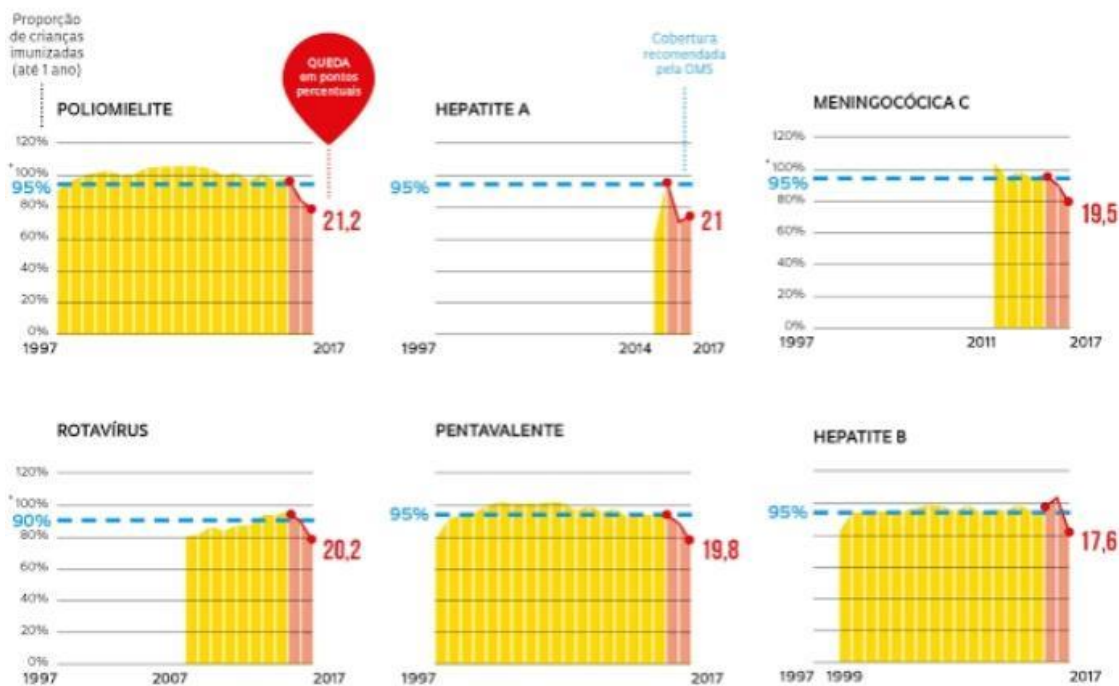
Outra percepção da não vacinação são os horários de funcionamento dos postos de saúde, que funcionam em horário comercial e nem sempre atendem as necessidades das famílias, cuja os pais trabalham fora.

Na Itália foi introduzida a lei Lorenzin, batizada em homenagem à ex-ministra da Saúde Beatrice Lorenzin, que ocupou o cargo entre 2013 e 2018 e propôs a lei que as crianças devem receber uma série de imunizações obrigatórias antes de frequentar a escola. Elas incluem vacinas contra catapora, poliomelite, sarampo, caxumba e rubéola. De acordo com as novas regras, crianças com idade até seis anos serão excluídas do berçário e Jardim de infância sem comprovação de vacinação. Já crianças e adolescentes que tem entre 6 e 16 anos não podem ser proibidos de frequentar a escola, mas seus pais terão que pagar multa de 500 euros se não tiverem tomado todas as vacinas obrigatórias.

Para impulsionar a imunização e atingir metas da Organização Mundial da Saúde, o Ministério da Saúde está divulgando maiores informações sobre vacinação em suas mídias. Além disso, o governo tem trabalhado nas escolas, em parceria com o Ministério da Saúde, afim de imunizar as

crianças sendo esses lugares mais fáceis de acessar aos pais, oferecendo-lhe informações corretas sobre a importância da vacina nas crianças é também nos adultos.

Quando mais cedo for iniciada a vacinação na infância, mais cedo as crianças ficarão protegidas. Os pequenos são os mais suscetíveis às doenças, uma vez que suas defesas imunológicas ainda não estão bem formadas.



As seis vacinas que em 2017 de acordo com o Ministério da Saúde , apresentaram maior redução de cobertura em comparação com 2015 .

De acordo com a SBIm “as vacinas são meios mais seguro e eficaz de nos protegermos contra certas doenças infecciosas”.

Segundo dados da cobertura vacinais no Brasil,apresentado pelo ministério da saúde em 2015,o governo disponibiliza várias vacinas gratuitas durante o ano,mas os índices de adultos que não estão se vacinando continuam baixo.

Segundo Eliane Matos dos Santos,médica da Acessória Clínica da Bio-Manguinhos,unidade produtora de imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz(Fiocruz),muitos adultos não se vacinam

por acharem que a imunização é somente para crianças, desconhecendo que existe um calendário específico para quem tem a partir dos 20 anos, ou por medo das reações das vacinas.

Já para Cunha, da SBlm Nacional o que faz com que os adultos não se vacinem é o “achismo”, as pessoas acham que as doenças já estão totalmente erradicadas e por isso não precisam da vacina. Também existem pessoas que acham que as vacinas trazem malefícios a população, não se vacinando e não deixando seus filhos serem imunizados.

Em pleno século XXI, ainda existem pessoas que não conhecem realmente o poder das vacinas, como agem e como tem grande importância na segurança de doenças que atormentam o mundo de hoje, como por exemplo o HIV, muitos ainda tem dúvidas sobre a segurança e a eficiência das vacinas para esse grupo.

De acordo com o ministério da saúde, é muito importante que os adultos mantenham suas vacinações em dia, pois promove a sua proteção evitando doenças, também evita a transmissão de doenças para outras pessoas, diminui o número de hospitalizações, ajuda na erradicação de doenças, reduz gastos com medicamentos, promove a qualidade de vida. Familiares imunizados promove a proteção indiretas a bebês que ainda não receberam algumas vacinas, além de outras pessoas que não estão imunizadas.

Calendário de vacinação-Adultos de 20 a 59 anos

Hepatite B:(previne a hepatite b)-3 doses de acordo com a situação vacinal

Febre Amarela:(previne a febre amarela)-dose única, verificar a situação vacinal

Tríplice Viral:(previne sarampo, caxumba e rubéola)-se nunca vacinado:2 doses(20 a 29 anos)e 1 dose (30 a 49 anos)

Pneumocócica 23 valente:(previne pneumonia, otite, meningite e outras doenças causadas pela pneumococo)-1 dose vai depender da situação vacinal

Dupla Adulto(DT):(previne a difteria e tétano)-reforço a cada 10 anos

Idosos 60 anos ou mais

Hepatite B:(previne a hepatite b)-3 doses, de acordo com a situação vacinal

Pneumocócica:(previne a pneumonia, otite, meningite e outras doenças causadas pelo pneumococo)-reforço vai depender da situação vacinal-A vacina está indicada para grupos-alvo

específicos como pessoas com 60 anos e mais não vacinados que vivem acamados e ou em instituições fechadas

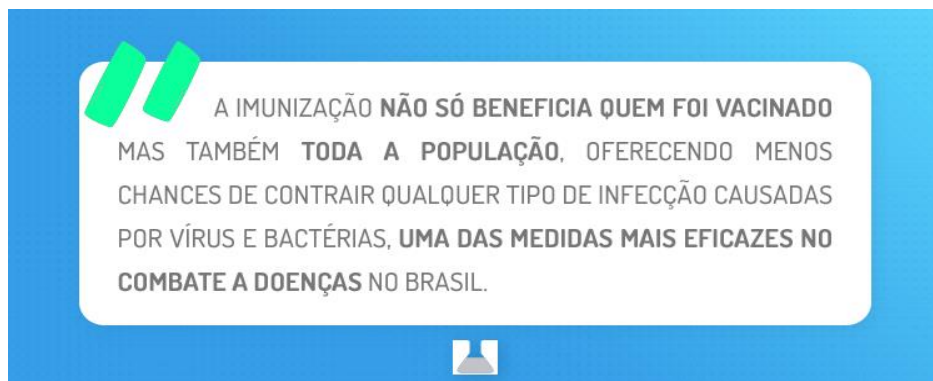
Dupla Adulto:(previne difteria e tétano)-reforço a cada 10 anos

Gestantes

Hepatite B:(previne a hepatite b)-3 doses de acordo com a situação vacinal

Dupla Adulto(DT):(previne difteria e tétano)-3 doses de acordo com a situação vacinal

dTpa:(previne difteria,tétano e coqueluche)-uma dose a cada gestação,a partir da 20ª semana



#### MECANISMOS DE AÇÃO DAS VACINAS

Como já foi mencionado as vacinas são os antígenos mortos ou inativados, que ao serem injetados no indivíduo desencadeiam a formação de anticorpos para esse antígeno, sem que a pessoa seja, efetivamente, infectada com a doença. Nosso organismo é capaz de produzir células de memória, ou seja, quando o antígeno entrar em contato com nosso corpo, já haverá os anticorpos específicos para não deixar que sejamos infectados. Atualmente existem vacinas tanto para doenças causadas por bactérias como a tuberculose e a cólera, quanto para doenças causadas por vírus, como exemplo a hepatite e gripe.

O mecanismo de ação da febre amarela, por exemplo, é oriunda inicialmente da infecção de células da derme ou outros tecidos subcutâneos próximos ao local da aplicação, com subsequente replicação do vírus e apresentação de antígenos virais ao sistema imune, tendo como consequência a produção de anticorpos, assim como ocorre em uma infecção causada pelo próprio vírus.

O mecanismo de ação da vacina BCG é a prevenção contra a tuberculose, uma doença infectocontagiosa causada pelo *Mycobacterium bovis* ou pelo Bacilo de Koch. A doença ataca os pulmões, mas pode também causar infecções nos ossos, rins e meninges. Com aplicação do antígeno atenuado vai estimular o organismo a criar imunoglobulinas específicas contra a doença.

Mecanismo de ação da vacina Poliomielite e a prevenção contra paralisia infantil, é uma doença contagiosa aguda causada pelo poliovírus, que pode infectar crianças e adultos. A vacina única forma de prevenção, onde todas as crianças menores de 1 ano deve ser vacinadas.

## CONCLUSÕES FINAIS

Pode-se inferir que o Ministério da Saúde promove uma saúde preventiva para a população, e não curativa. Dessa forma, a vacinação é de suma importância, tanto para crianças quanto para adultos. A melhor maneira encontrada de se imunizar contra doenças infecciosas é através da vacinação.

Porém, em pleno século XXI, os profissionais de saúde estão encontrando obstáculos em imunizar a população, principalmente adultos. Por existir um preconceito com a vacinação, muitas doenças antes erradicadas estão sendo evidenciadas novamente na população brasileira, como exemplo o sarampo.

A vacinação pediátrica também encontra alguns obstáculos para sua efetividade, já que muitas mães preferem não imunizar seus filhos, seja por achar que os efeitos adversos são piores ou, na grande maioria dos casos, achar que o filho(a) ficou doente por conta da vacina.

Dessa forma, incentivar à vacinação é indispensável para tentar mudar o atual quadro de saúde do Brasil. Unidades básicas de saúde aderem a campanhas de vacinação exatamente com o intuito de alcançar a população de forma positiva. Além disso, o Ministério da Saúde também



realiza propagandas para conscientizar a população de que a melhor forma de se proteger contra muitas doenças infecciosas é através do ato de se vacinar. Todas essas ações são realizadas frequentemente com o intuito de ajudar a população a ser mais saudável, e para que isso tenha a eficácia esperada, as pessoas precisam procurar se informar melhor através das unidades básicas de saúde, onde serão instruídas de quando devem ou não se vacinar e a importância desta para o equilíbrio de saúde doença em suas respectivas comunidades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<https://www.bbc.com/portuguese/Brasil>

<https://revistapesquisa.fapesp.br/2018>

Fonte das imagens: Ministério da Saúde

<https://www.dn.pt/mundo/interior/italia-criancas-so-vaio-poder-ir-a-escola-se-tiverem-as-vacinas-em-dia-10671409.html>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/biologia/vacinas-mecanismo-simples-e-eficaz-na-prevencao-de-doencas.htm>

## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE HIPERTENSO NA PREVENÇÃO DA DOENÇA RENAL CRÔNICA

Mariana Eduarda Francisco<sup>130</sup>, Isabela Carla Costa Belarmino, Fernando Coelho, Cristiany Reis  
Costa Ferreira Pinto, Dra. Andreza Figueirola Martins Dionello

### Introdução

Segundo a Sociedade Brasileira de Nefrologia (2019) no mundo há 850 milhões de pessoas com doença renal resultantes de múltiplas causas. É explícito o número crescente de doença renal crônica, causando cerca de 2,4 milhões de mortes por ano, com uma taxa crescente de mortalidade. Um dos principais fatores de risco para a patologia é a hipertensão que na maioria das vezes é uma doença assintomática, sendo necessárias medidas de prevenção para identificar e retardar a progressão de uma lesão (SANTOS et al., 2015).

Este artigo possui a finalidade de expor a importância da assistência de enfermagem ao paciente hipertenso como forma de prevenção a complicações na função renal. O hipertenso muitas vezes apresenta um déficit de informações sobre a patologia, sendo de suma importância à atuação do enfermeiro, pois ele consegue identificar os pacientes e os fatores de risco para possíveis alterações na função renal, desenvolvendo atividades de prevenção e promoção a saúde, além de estratégias que proporcionarão benefícios a qualidade de vida do paciente.

### Materiais e métodos

O presente artigo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com o objetivo de identificar artigos sobre Hipertensão Arterial Sistêmica e possíveis complicações associadas à Doença Renal Crônica, publicados em um período de 2013 a 2019. Foram utilizadas 15 artigos das bases de dados LILACs, SCIELO e Google Acadêmico, 4 Manuais do Ministério da Saúde, 1 livro e 11 sites.

### A atuação do enfermeiro no controle da hipertensão e prevenção da doença renal crônica

A 7ª Diretriz Brasileira de hipertensão arterial (2017) define hipertensão como o aumento da pressão arterial acima dos limites, com índices pressóricos maiores ou iguais a 140/90 mmHg. Esses valores acima do normal podem trazer graves complicações aos sistemas cardiovasculares

---

<sup>130</sup> [marianaeduarda-@hotmail.com](mailto:marianaeduarda-@hotmail.com), Faculdade São Lourenço - Unisepe

e renovasculares, além das disfunções estruturais dos órgãos-alvo, tornando-se agravante devido à presença de fatores de risco como a dislipidemia, obesidade e diabetes mellitus (DM).

A hipertensão arterial sistêmica quando não controlada indica maiores chances de evoluir para acometimento da função renal com progressão para insuficiência renal crônica. A cada ano há um aumento de 10% no número de pessoas com doença renal crônica, ocasionada por hipertensão. Esta é apontada como a principal causa de progressão e deterioração da função renal (GONÇALVES, 2016).

Na consulta de enfermagem ao hipertenso é realizado a anamnese, exame físico e solicitação de exames para a avaliação de uma possível alteração na função renal. O paciente precisa conhecer a patologia, a importância do tratamento medicamentoso e não medicamentoso para se sentir capaz de realizar seu autocuidado mediante a terapêutica proposta, assim diminuindo as chances de progressão para insuficiência renal.

Para o diagnóstico de lesão renal ou insuficiência renal alguns exames são necessários, sendo imprescindível a avaliação da taxa de filtração glomerular, o EAS (exame sumário de urina) e exames de imagem, verificando os rins e as vias urinárias. O melhor marcador para aferir a função renal é a taxa de filtração glomerular, sendo considerado portador de DRC qualquer pessoa que, independente da causa, evidencie por pelo menos três meses consecutivos uma TFG < 60 ml/min/1,73m<sup>2</sup> (BRASIL, 2014).

Quando os fatores de risco não são identificados adequadamente, problemas graves podem surgir, pois no primeiro momento o acometimento renal primário aumenta a pressão arterial e gradativamente traz sérios dados aos rins. Os prejuízos à função renal ocorrem de forma progressiva e irreversível, com o início silencioso, sendo que em sua fase mais avançada os rins não conseguem mais manter a homeostase do corpo (SANTOS et al, 2015).

Na atenção primária o enfermeiro consegue desenvolver estratégias para prevenção e promoção à saúde do hipertenso, pois o principal objetivo do tratamento da hipertensão é o controle da doença, participação do paciente e prevenção de agravos à saúde. Durante a educação em saúde desenvolvida pelo enfermeiro, deve-se orientar os pacientes sobre as alterações que podem ser realizadas para reduzir danos à saúde e prevenir o surgimento da doença renal, podemos mencionar como fatores de risco modificáveis a obesidade, estresse, sedentarismo, alcoolismo, tabagismo, alimentação com excesso de sódio e gorduras.

O paciente hipertenso quando adere a novos hábitos de vida ele consegue manter os níveis pressóricos controlados, conseqüentemente tendo menos chances de progressão e desenvolvimento da doença renal, visando que no Brasil a hipertensão é a principal causa de doença renal tratada por diálise (PINHO, OLIVEIRA e PIERIN, 2015).

### Considerações finais

Com este estudo foi possível identificar a relação da hipertensão com a doença renal crônica, diante disso a equipe multidisciplinar deve estar atenta para detectar pacientes que compõem o grupo de risco. A enfermagem é responsável em orientar o paciente para que ele consiga entender que a hipertensão é uma patologia séria que requer muitos cuidados e mudança no estilo de vida. A equipe deve estar preparada para acolher o paciente, orientá-lo quanto à terapêutica, aos exames que devem ser realizados, com o objetivo do não desenvolvimento desta patologia, reduzindo a progressão e diminuindo a mortalidade relacionada à doença renal crônica, uma doença irreversível que acarretará em mudanças no estilo de vida do paciente.

### Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Coordenação Geral de Média e Alta Complexidade. Diretrizes clínicas para o cuidado ao paciente com doença renal crônica-DRC no sistema único de saúde. **Ministério da Saúde**. Brasília, 2014.

MALACHIAS, M. V. B., et al. 7º diretriz brasileira de hipertensão arterial. **Revista Brasileira de Hipertensão**, v. 24, n.1, p. 1-91, 2017.

PINHO, N. A; OLIVEIRA, R. C. B; PIERIN, A. M. G. Hipertensos com e sem doença renal: uma avaliação de fatores de risco. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 49, p. 101-108, ago, 2015.

SANTOS, A, H, C., et al. Indicadores antropométricos e avaliação da pressão arterial da verificação de risco de doenças renais da população geral. **Revista Online de Extensão e Cultura**, v. 2, n. 3, p. 26-30, 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE NEFROLOGIA. **Saúde dos rins para todos**. 2019. Disponível em: <https://sbn.org.br/dia-mundial-do-rim/ano-2019/#fndtn-sobre>. Acesso em: 14/06/2019.

## BIOÉTICA E O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Monica Candida de Carvalho

A bioética é uma tomada de consciência frente às transformações históricas e sociais de nossa sociedade. As questões éticas têm despertado interesses de diversos sujeitos na sociedade, à medida que um maior número de idosos participa ativamente nos diferentes campos de prática profissional. Da qual emergem reflexões e discussões sobre a ética e a moral que cercam o idoso no seu viver em família e sociedade.

### **As questões éticas e morais são discutidas nas diversas esferas de atenção ao idoso que envolve:**

- A autonomia e a tomada de decisão;
  - A relação profissional - idoso;
  - As relações familiares;
  - O abuso e negligência de cuidados às pessoas idosas;
  - A alocação dos recursos de saúde versus a idade avançada;
  - O morrer com dignidade;
  - As pesquisas que envolvem seres humanos.
- Entende-se por autonomia a pessoa com plena consciência de seus atos, direitos e deveres, que seja capaz de tomar decisões em conformidade com seus objetivos, escolhas, opiniões, metas e desejos. Para tal, que seja capaz de agir para que a decisão se concretize.

No cotidiano e nas investigações, o idoso deverá ser tratado com dignidade, respeitada suas decisões, e defendidos em situações de vulnerabilidade e fragilidade. A incapacidade funcional, seja ela definitiva ou temporária, permite ao idoso.

- No que se refere à relação profissional - idoso baseia-se no respeito, honestidade, lealdade e compromisso com o idoso, mediante as informações que lhe são confiadas. A relação se efetiva à medida que o idoso sinta a confiança recíproca. É direito de todo paciente saber ou não saber sobre o seu processo saúde-doença. No entanto, surgem dilemas em que a família omite as informações da saúde ao idoso. Tal postura impede que o idoso possa tomar uma decisão mais acurada sobre o seu processo saúde-doença.

Portanto, a relação profissional-idoso deve ser transparente e clara de que a fidelidade está relacionada ao indivíduo. O ponto crucial aos profissionais é de preservar o vínculo e de reconhecer o indivíduo como uma pessoa com autonomia para a tomada de decisões sobre o seu processo saúde-doença.

- Atualmente, emerge um grande desafio à família, visto que, o aumento da expectativa de vida permite um maior vínculo do idoso com seus membros familiares. As relações familiares geram responsabilidades para o cuidado do membro fragilizado que necessita de atenção no domicílio. Entretanto, a institucionalização poderá ser frequente, à medida que o idoso apresente dependência para suas atividades do cotidiano.

O que garante a relação familiar num momento de dependência para atividades são o entendimento e a compreensão do processo dinâmico do envelhecimento que decorre da mudança dos papéis sociais da família. Salienta-se que a convivência de diversas gerações pode contribuir para o desentendimento, devido às percepções e às visões de mundo pela cultura e valores de cada época. No entanto, a inclusão social do idoso na família possibilita um reconhecimento das potencialidades e fragilidades, enquanto ser social e amado por seus membros familiares no convívio do domicílio.

- O abuso e maus tratos na velhice vêm sendo discutidos nos âmbitos sociais de cuidado. O abuso pode ser definido como dano físico (lesões, fraturas e queimaduras) intencional ou de omissão, às situações de negligência (não prover as necessidades vitais ou instrumentais), danos psicológicos (ofensas, insultos e humilhação), e socioeconômicos (espoliação e apropriação de bens).

Como alternativa na busca do bem-estar do idoso em seu contexto familiar, pode instituir-se nas instituições de saúde, os comitês de proteção ao idoso, para a notificação de

abuso diante de situações visíveis e identificadas no cotidiano dos serviços de saúde.

- Em relação à alocação de recursos públicos versus a idade avançada é presente nos mais diversificados espaços sociais e de saúde, a disputa pelo recurso considerado escasso no momento do atendimento do idoso nos serviços de saúde públicos. No campo da saúde, esses critérios dizem respeito aos atendimentos que podem determinar a vida e a morte das pessoas.

O desafio criado pelo sucesso das políticas de saúde expressa orçamentos insuficientes para atender a demanda crescente da população brasileira em processo de envelhecimento. Cabe salientar, que a decisão da utilização do recurso deve estar em conformidade com o merecimento, a necessidade e o prognóstico do processo saúde-doença. Portanto, o critério para estabelecer a utilização do recurso espera-se que seja mediado pelos três itens citados e não por favorecimentos e discriminações em relação à idade avançada.

- O morrer na idade avançada busca um momento de passagem com dignidade e respeito ao indivíduo que colaborou na construção da sociedade em que vivemos. A intervenção tecnológica que ocorre sobre o ciclo vital possibilitou o aumento da expectativa de vida da população. Por sua vez, as perdas de pessoas próximas reafirmam a noção de finitude do ser. Em situações de sofrimento, de incapacidades instaladas no organismo, o ato de morrer pode passar a ser concebido, por alguns, como uma alternativa de alívio para si e para a família.

Enfim, o envelhecimento é um tema que carece atenção dos profissionais e dos segmentos sociais, no sentido, de discutir, de refletir e de propor investigações que possam desvelar essa área da bioética e envelhecimento.

Entende-se que a partir de investigações nas áreas temáticas do envelhecimento e bioética será possível realizar comparações com outras nações em processo de envelhecimento para melhor planejamento de políticas e programas para a população idosa brasileira.

Podemos dizer que os princípios éticos surgem à medida que novas situações são colocadas diante da sociedade. Uma sociedade que não tem velhos, não se preocupa com eles! Mas à medida que essa sociedade envelhece, passa a perceber que uma conduta precisa ser estipulada... Os cidadãos envelheceram, mas continuam querendo exercer sua autonomia, no entanto, a sociedade (e a própria família), só enxerga o outro como velho e não a si própria.

Cabe ao Direito brasileiro reconhecer que o idoso não é um cidadão de segunda classe, mas uma pessoa mais bem dotada cronologicamente. A sociedade e a família, conseqüentemente, precisam entender o envelhecimento de seus integrantes como uma evolução e não como um peso! Quando reconhecermos o potencial de nossos membros idosos, passaremos a lutar para que o Direito os reconheça como cidadãos. E finalmente, uma vez que os idosos tenham sua cidadania reconhecida e garantida, será possível dividir entre a Família, o Estado e a Sociedade, a responsabilidade e o prazer de cuidar daqueles que estão envelhecendo.

Quando estivermos neste grau de evolução, estaremos conquistando o nosso próprio espaço no futuro e resguardando a nós mesmos um envelhecimento digno.

Neste momento, poderemos nos identificar como uma sociedade ética, que reconhece todos os ciclos da vida e os preserva sem distinção. A criança, o adolescente, o adulto e o idoso têm o mesmo espaço social e o mesmo direito ao respeito, respeito esse entendido na sua forma mais ampla.

FONTE: BIOÉTICA-GOLDIM [bioética.org.br](http://bioética.org.br)

José Roberto Goldim



## O PAPEL DO ENFERMEIRO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E NA PROMOÇÃO DO PARTO HUMANIZADO

Castro, Samantha Piazza<sup>1</sup>, Ramos, Alexandrina Almeida<sup>2</sup>, Teles, Therezia Raffoul Domingos<sup>1</sup>, Passos, Jade Rohsner Carvalho<sup>2</sup>, Dionello, Andreza Figueirola Martins<sup>3</sup>

### Introdução

O tema relativo à violência obstétrica insere-se na matéria referente à saúde da mulher, sendo quaisquer atos cometidos na mulher quando procuram atendimento a sua saúde sexual e reprodutiva, que podem ocorrer em qualquer uma das fases: pré-parto, parto e pós-parto. São caracterizadas por violência verbal, psicológica, física, sexual, intervenções e procedimentos desnecessários, e, por fim, a negligência, deixando impactos na mulher, desde cicatrizes a profundos traumas emocionais. A proposta em análise se reveste de grande relevância atual, pois o cenário obstétrico possui relação entre sujeito e objeto, em que a gestação e parto se tornam um processo medicalizado. Isto deve ser cessado, passando a existir o elo de humanização no qual a equipe assiste e auxilia a evolução do nascer de forma respeitosa, mais natural e fisiológica possível. (BARBOZAeMOTA,2016)

O tema proposto visa analisar de forma minuciosa a violência obstétrica, de forma a entendê-la e quais são os atos que irão caracterizá-la, a fim de que sejam evitados por todos os profissionais da saúde.

### Materiais e métodos

O presente estudo fora de pesquisa bibliográfica no qual constitui parte de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Foi realizado levantamento bibliográfico em materiais publicados na internet, em que se efetuou a busca em banco de dados como Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online- SciELO . A fim de explorar as principais temáticas, utilizou como palavra chave: “violência obstétrica”, “parto humanizado”, “direitos humanos, reprodutivos e sexuais”, “manobras agressivas”, “obstetrícia e ginecologia”. O critério de escolha foram artigos científicos entre os anos de 2013 a 2019 escritos e publicados em português, bem como cartilhas do Ministério da Saúde, Constituição Federal e Livros de Obstetrícia e Ginecologia. A pesquisa descritiva de abordagem qualitativa e quantitativa foi criada através de um formulário no Google Forms de caráter anônimo com perguntas voltadas para a temática, postada na rede

social Facebook, em um grupo de mulheres de todo o Brasil, no qual se obteve 190 respostas para coleta de dados da realidade que tratam à problemática.

## Resultados e discussão

No momento do pré-parto, parto e pós-parto continuam a existir hábitos hospitalares rígidos no qual não há respeito pela mulher que se encontra em um momento único e importante. A agressão sofrida por mulheres neste momento muitas vezes é naturalizada e as intervenções desnecessárias se tornam parte da rotina da instituição. (BARROS, 2009)

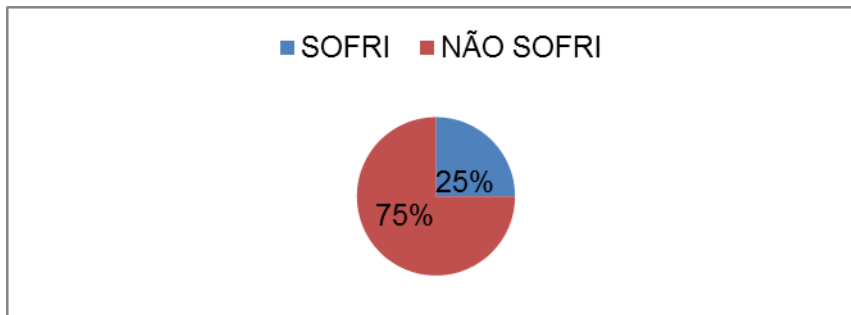
Os profissionais envolvidos na assistência a gestante não visam o conforto e bem estar da mulher, mas sim a forma que será melhor e mais rápida para os envolvidos. Com isso abrange-se a violência obstétrica que fere os direitos humanos nos quais estão contidos os direitos reprodutivos, sexuais e a saúde. Além de infringir os direitos, coloca em risco a plenitude física e mental.

De acordo com a pesquisa “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados”, divulgado em 2010, pela fundação Perseu Abramo, “sofrer algum tipo de violência obstétrica é realidade para uma em cada quatro mulheres no Brasil”. (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2013). (Figura 1)

Como a pesquisa acima realizada pela Fundação Perseu Abramo é antiga, as autoras deste artigo elaboraram um teste de violência obstétrica para atualizar e associar dados recentes da problemática. Este teste foi postado na rede social Facebook, em um grupo de mulheres de todas as regiões do Brasil, no qual obtiveram 191 respostas.

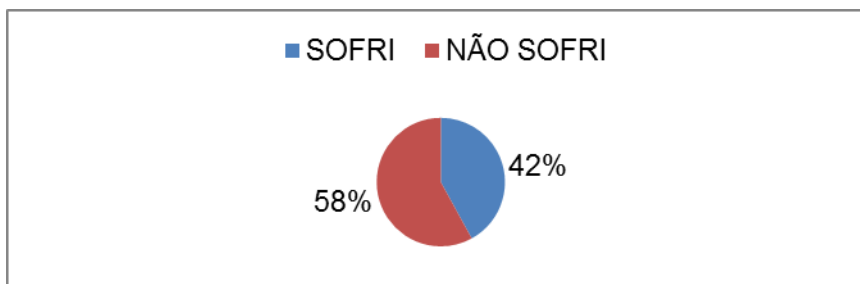
Das 191 respostas na referida pesquisa (Figura 2), 81 mulheres afirmaram ter sido vítimas da violência no atendimento ao parto e 110 disseram não ter sido. Diante de tais números, conclui-se que, 42% das mulheres da pesquisa sofreram violência, número considerado alto para realidade obstétrica. Das agressões sofridas, a violência emocional vem em primeiro lugar, em seguida, verbal, física, racista e, por fim, sexual. As regiões que ocorreram as tais foram: Sudeste 30%, Sul 4%, Centro- Oeste 5%, Nordeste e Norte 1%.

**Figura 1- Violência no Atendimento ao Parto**



**Referências Bibliográficas 1: Fundação Perseu Abramo**

**Figura 2-Violência no Atendimento ao Parto**



**Referências Bibliográficas 2: Teste de violência obstétrica elaborado no Google Forms**

Apesar do número de mulheres de uma pesquisa para outra apresentar diferenças na quantidade da amostra, considera-se a porcentagem. Analisando os dois resultados, observa-se desqualificação, imperícia e negligência no desempenho profissional. Comparando uma com a outra se percebe aumento na violência, mas a tendência daqui para frente é reduzir os índices, já que a atuação de enfermeiros obstetras vem aumentando e cuja base de formação visa à valorização do parto humanizado, olhar holístico e confiança na fisiologia do corpo. Além de grande massa de informação que vem aparecendo cada dia mais em relação à temática, com isso mulheres possui conhecimentos da situação, se tornando mais exigentes e não se calando diante de quaisquer atos de violência.

## Considerações finais

O presente trabalho buscou estudar sobre os atos causados nas mulheres na gestação e parto. O estudo diz respeito aos profissionais que prestam atendimento na vivência reprodutiva da mulher de forma desrespeitosa e desumana. Portanto é necessário que haja mudanças no modelo assistencial como postura e atitudes perante as assistidas. O cuidar deve ser de forma atenciosa, humanizada, com zelo, quem atende deve enxergar as dores e se colocar no lugar do outro e de alguma forma reduzir medos, ansiedades e contribuir para o bem estar da assistida.

## Referências

BARBOZA, L.P; MOTA, A. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: vivências de sofrimentos entre gestantes do Brasil. **Revista de psicologia, diversidade e saúde**, Salvador, v.5, n.1, p.119-129.

BARROS, Sônia. **Enfermagem Obstétrica e Ginecológica**. 2ed. São Paulo: ROCA, 2009.

VIOLÊNCIA NO PARTO: na hora de fazer não gritou. **Fundação Perseu Abramo**, 25 de março de 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2013/03/25/violencia-no-parto-na-hora-de-fazer-nao-gritou/> > Acesso em: 10 de março de 2019.

Teste de Violência Obstétrica [on-line] [citado em 26 de março de 2019]: Disponível: <https://docs.google.com/forms/d/1AXj3Ljd9-tV5RGzgGJxSpBLoatU0Pjgz0BVXY15Hs8Y/edit>. V

## **ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DOR TORÁCICA.**

Carvalho, Silas Bonsucesso Pereira<sup>1</sup>, Insá, Juliana Cristina<sup>2</sup>, Coelho, Fernando<sup>1</sup>, Dionello, Andrezza Figueirola Martins<sup>2</sup>

### **Introdução**

O enfermeiro capacitado com conhecimento teórico e prático pode ser o diferencial na assistência ao paciente com Síndrome Coronariana Aguda, com um olhar diferencial para interpretar os sinais e sintomas, antecipando e prevenindo as complicações, tem um papel fundamental permitindo um atendimento individualizado que atenda as necessidades humanas, e contribui para uma assistência resolutiva através da sistematização de enfermagem. Cerca de 5 a 15% dos pacientes que referem dor torácica são diagnosticados com Infarto Agudo do Miocárdio (IAM), ou seja, em dados relativos, 400 mil por ano, sendo uma das principais causas de mortalidade. (BASSAN R et. al., 2002)

O presente estudo tem como objetivo descrever as causas da dor torácica, classificando os tipos de dor e sinais e sintomas, priorizando a Síndrome Coronariana Aguda, destacando o papel do Enfermeiro no atendimento.

### **Materiais e Métodos**

O referido estudo foi realizado em levantamento bibliográfico em materiais publicados na internet, onde efetivou-se a pesquisa em bancos de dados como Google Acadêmico. Com intuito de explorar o seguinte tema, utilizou como palavra chave: “dor torácica”, “síndrome coronariana aguda (SCA)”, “infarto agudo do miocárdio”, “classificação de risco”, “assistência de enfermagem na dor torácica”. Os métodos de estudos escolhidos foram artigos publicados entre 2009 a 2014 escritos e publicados em português e inglês bem como cartilhas do Ministério da Saúde.

### **Resultados e discussão**

A classificação de risco é uma ferramenta empregada nos serviços de urgência e emergência para organização de fluxo de paciente, onde enfermeiro deve ter um conhecimento amplo da escala de classificação de risco e ser capaz de fazer uma rápida avaliação clínica. A dor

torácica e uma patologia comum nos serviços de urgência e emergência, podendo ter origens cardíaca e não cardíaca (Figura 1).

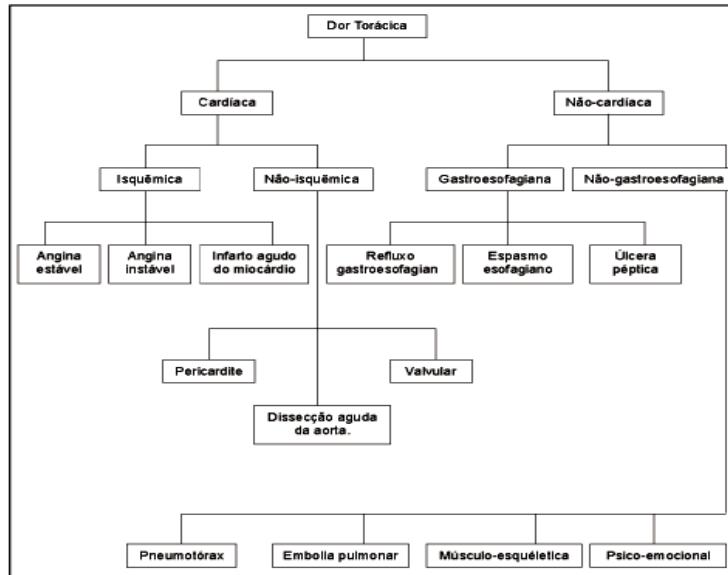


Figura 1 - Doenças cardíacas e não cardíacas que se manifestam com dor torácica (ref.30).

A descrição clássica da dor torácica na síndrome coronariana aguda é a de uma dor ou desconforto ou queimação ou sensação opressiva localizada na região precordial ou retroesternal, que pode ter irradiação para o ombro e/ou braço esquerdo, braço direito, pescoço ou mandíbula, acompanhada frequentemente de diaforese, náuseas, vômitos, ou dispneia. O enfermeiro na classificação de risco deve realizar o levantamento direcionado aos principais sinais e sintomas presentes e questionar quanto as principais características da dor precordial, avaliando a dor e aplicando-a juntamente com tratamento imediato, como segue abaixo (Tabela 1):

Tabela 1: Avaliação e tratamento inicial do paciente com dor torácica de origem isquêmica.

| Avaliação da dor na classificação de risco     | Avaliação geral imediata (em menos de dez minutos)           | Tratamento geral imediato (MONABCH) |
|--|--|-------------------------------------|
| P= o que provoca a dor?<br>Causas?             | Sinais vitais (SV) com pressão arterial (PA) não invasiva.   | Morfina<br>O2 a 4l/min.             |
| Q= o paciente deve qualificar a dor?           | SatO2  | Nitroglicerina sublingual           |
| R = irradiação: a dor irradia pra algum lugar? | Obtenção de acesso venoso periférico<br>ECG de 12 derivações | AAS<br>BB                           |

|  |  |                                    |
|--|--|------------------------------------|
| <p>S= severidade (intensidade) na escala de 0 a 10, qual e a severidade da dor?</p> <p>T = há quanto tempo a dor começou? Intermitente</p> | <p>História e exame físico direcionado</p> <p>Enzimas cardíacas</p> <p>Raio X de tórax no leito (em menos de 30 minutos)</p> | <p>Clopidogrel</p> <p>Heparina</p> |
|--|--|------------------------------------|

Considerando os sinais clínicos, a sintomatologia do paciente e os exames diagnósticos o enfermeiro poderá elaborar um plano de cuidado através do diagnóstico de enfermagem, para o paciente com dor torácica diagnosticado com SCA, podendo prescrever alguns cuidados como, por exemplo:

Para Diagnostico de Enfermagem (DE) perfusão tissular cardíaca prejudicada secundaria a DAC.

Avaliar a dor na triagem em busca de dor típica de processo isquêmico.

Para o DE Risco para debito cardíaco diminuído:

Observar o sensório, as extremidades frias e cianóticas, a hipotensão, a dispneia, as alterações de temperatura e taquicardia

Para o DE dor aguda relacionada a diminuição do fluxo sanguíneo do miocárdio.

Aplicar as medidas farmacológicas e não farmacológicas para medir a dor.

### Considerações finais

Com base nos estudos feitos vemos a importância do conhecimento do profissional de enfermagem para uma boa triagem em pacientes com queixa de dor torácica, o atendimento é realizado em menor tempo, tendo em vista mais segurança para o paciente e mais chances de ser efetivo. Concluímos que os profissionais devem enxergar a importância de tal conhecimento para que mais vidas sejam tratadas com uma assistência humanizada, zelosa e que se preocupa com a vida.

E-mail: [silascarvalho36@yahoo.com.br](mailto:silascarvalho36@yahoo.com.br) Faculdade São Lourenço

## Referências bibliográficas

- 1- GARCEZ, Regina Machado. **Diagnostico de enfermagem da NANDA: definições e classificação**. 2. ed. Porto Alegre. 2013
- 2- Ministérios da Saúde (BR). **Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência. Série B. Textos Básicos de Saúde**. Brasília (DF): MS; 2009.
- 3- SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA. **Dor torácica na sala de emergência: quem fica e quem pode ser liberado?** São Paulo, 2018.



## ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE PORTADOR DE DIABETES MELLITUS TIPO 1

Souza, Fernanda Ribeiro<sup>131</sup> Leão, Thaís campos<sup>2</sup> Coelho, Fernando, Dionello, Andreza  
Figueirola Martins.

### Introdução

O diabetes mellitus tipo 1 é uma patologia que se apresenta mais comumente na infância até a adolescência. É tratada por meio de insulina e controlada por meio de teste dos níveis glicêmicos.

O diabetes mellitus apresenta-se hoje como uma das maiores causas de morbimortalidade no Brasil. O seu diagnóstico muitas vezes, contribui para a desorganização familiar, cabendo aos profissionais da área da saúde fortalecer a autoestima das crianças, para que possam ingressar na fase adulta de forma saudável. (FIALHO; RBE, 2011).

A educação em saúde realizada pelos profissionais - em sua maior parte pela enfermagem - desencadeia grandes expectativas ao tratamento. Relacionado a isso, percebe-se uma melhor aceitação do portador da doença e sua família, promovendo o autocuidado e aumentando as chances de melhoria no tratamento.

A enfermagem é primordial no tratamento, pois, está diariamente ligada ao paciente e sua família, tanto no hospital, quanto no ambulatório (por meio de assistência de enfermagem). Assim, cria-se um vínculo, facilitando a comunicação entre paciente e seus familiares.

### Objetivo

O trabalho tem como objetivo mostrar como a enfermagem auxilia crianças, adolescentes e seus familiares a lidarem com a doença facilitando seu dia a dia obtendo maior conhecimento sobre o autocuidado e maior qualidade de vida.

### Metodologia

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica, onde a pesquisa teve como cenário, artigos científicos encontrados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library*

---

<sup>131</sup> [feersribeiro@yahoo.com](mailto:feersribeiro@yahoo.com) Faculdade São Lourenço

*Online (SciELO)*, Revista Baiana de Enfermagem (RBE) e livros, onde buscou-se identificar na literatura científica a atuação do enfermeiro na assistência à criança portadora de Diabete Mellitus Tipo 1. Para seleção das obras, foram utilizados os descritores: cuidados de enfermagem, criança e diabetes, fundamentos de enfermagem pediátrica. Selecionamos os que mais correspondem a nossa temática de pesquisa.

## Referencial teórico

Essa patologia mais comumente se desenvolve na infância, se manifesta na puberdade e vai progredindo com a idade. Segundo Prado.; Ramos.; e Valle. as crianças e adolescentes diabéticos devem estar adequadamente tratados com insulina e com dieta apropriada para promover o crescimento e o desenvolvimento normal. O exercício físico assim como a dieta é importantíssimo no controle glicêmico. Cabe à enfermagem auxiliar nessas mudanças, com práticas educativas, atendimento individual e familiar, promovendo assim ao máximo o autocuidado eficiente.

O diagnóstico da doença é realizado através de percepção dos sinais e sintomas e realização de exames laboratoriais, solicitados pelo médico endocrinologista. Após esse diagnóstico é reunido uma equipe multidisciplinar, contendo médico, enfermeiro, psicólogo, nutricionista, educador físico, entre outros; auxiliando na assistência ao paciente e seus familiares. A enfermagem tem a facilidade de prestar o cuidado ao paciente, e o fazer entender sobre a sua patologia e a importância do autocuidado.

O diagnóstico do diabetes tipo 1 causa muitos transtornos para a criança e lança os familiares numa situação desconhecida e desafiadora. Aos poucos, eles tomam conhecimento da doença e seu controle e, dependendo do apoio social e assistência recebida, podem levar uma vida mais equilibrada, garantindo o crescimento e o desenvolvimento desses seres adoecidos. (QUEIROZ; EEAN, 2016).

O enfermeiro deve estar preparado para realizar todo apoio à criança e/ou adolescente.

Conforme prescrição, o enfermeiro auxilia o paciente em como diluir, o quanto será a dose a ser feita (em unidades) os locais de aplicações.

Os pais juntamente com os pacientes, precisam de informações sobre a insulina, tais como, efeito, duração, ações, etc.

Os pais, tios e primos, devem ser orientados com o aparecimento de novos casos dentro da família, obtendo informação sobre os sinais e sintomas mais comuns: polidipsia (aumento de sede), polifagia (aumento de fome), perda de peso.

Os profissionais de saúde devem ser informados ao aparecimento de quaisquer destes sintomas, principalmente com algum membro familiar com a presença da doença.

### **Considerações finais**

A diabetes é uma patologia, que em algumas pessoas, ataca as células betas no sistema imunológico. Logo, pouca ou nenhuma insulina é liberada para o corpo. Como resultado, a glicose fica no sangue, em vez de ser usada como energia. Pode ser tratado com medicamentos, planejamento alimentar e atividades físicas, para ajudar a controlar o nível de glicose no sangue.

A enfermagem deve intervir selecionando métodos, vocabulário e conteúdo adequado ao nível do aprendiz. Fazer um plano terapêutico individualizado, levando em consideração a condição socioeconômica, faixa etária, sexo e raça.

Os profissionais devem incentivar o autocuidado, demonstrando a sua importância para o controle da doença e melhoria da qualidade de vida.

### **Referências**

ASTER, J.C. KUMAR, V. ABBAS, A.K. Patologia Básica. 9 ed. Aparecida. SP: Santuario. 2013

HOCKENBERRY, M.J. WILSON, D. Wong Fundamentos de enfermagem pediátrica. 9 ed. Rio de Janeiro. RJ: Elsevier editora LTDA. 2014

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DIABETES MELLITUS: CUIDADOS/IMPLICAÇÕES PARA A ENFERMAGEM. Disponível em:

<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/viewArticle/4820>. Acesso em: 03 out. 2019.

Sensibilizando a criança com diabetes para o cuidado de si: Contribuição à prática educativa.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/1414-8145-ean-20-02-0337.pdf>.

Acesso em: 03 out. 2019.

## A DEPRESSÃO: UM PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

Gomes, Vinicius Maciel<sup>132</sup>

O presente estudo propõe uma reflexão sobre a elevada incidência de depressão na população mundial. Com base em pesquisas bibliográficas, dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) mostram que o Brasil é o país com maior prevalência de depressão da América Latina. A depressão é um transtorno mental de elevada prevalência que pode afetar pessoas de qualquer idade, em qualquer etapa da vida. Todas as pessoas, ambos os sexos, qualquer faixa etária pode ser afetado, em algum momento, por problemas de saúde mental ou dependência química, de maior ou menor gravidade. A depressão é um transtorno associado ao suicídio, principalmente quando não tratado. A depressão causa um humor reprimido, perda de interesse e prazer

**Palavras-chaves:** depressão, transtorno mental, saúde.

### Introdução

A depressão é um transtorno que pode afetar pessoas de ambos os sexos, de qualquer idade, em qualquer etapa da vida, por problemas de saúde mental ou dependência química. O combate à depressão é um desafio que se coloca a todos, a busca de ações que buscam o fortalecimento, a inclusão e o exercício de direitos de cidadania de pacientes e familiares, mediante a criação e o desenvolvimento de iniciativas articuladas com os recursos do território nos campos do trabalho, habilitação, educação, cultura, segurança e direitos humanos.

Depressão é um transtorno mental. Causado por uma complexa interação entre fatores orgânicos, psicológicos, ambientais e espirituais caracterizado por angústia, rebaixamento do humor e perda de interesse, prazer e energia diante da vida. (TEODORO,2009).

Segundo os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo sofrem de depressão. O Brasil, segundo levantamento Nacional da Universidade Federal de São Paulo, um terço da população brasileira apresenta sintomas de depressão. Conforme estes dados o Brasil é o país com maior prevalência de depressão da

---

<sup>132</sup> Graduando em Enfermagem pela Faculdade São Lourenço – São Lourenço – MG – vini.maciel90@hotmail.com.

América Latina e o segundo com maior prevalência nas Américas. Ficando atrás somente dos Estados Unidos.

O diagnóstico do transtorno depressivo continua sendo um desafio não somente para os clínicos, mas também para os pesquisadores que buscam a forma mais adequada para sua classificação nosográfica. A prevalência da depressão maior é elevada, independentemente do tempo para o qual a condição se aplica (toda a vida, último ano, último mês), do tipo de instrumento diagnóstico utilizado e do local onde a pesquisa foi conduzida. Achados recentes proporcionaram um novo entendimento da evolução do transtorno depressivo, gerando conhecimentos acerca da frequência, dos fatores de risco, da incapacidade social e do uso de serviços de saúde. Dessa forma, os estudos epidemiológicos avaliam o prejuízo no funcionamento do indivíduo e estabelecem a base para as decisões políticas em saúde mental, avaliando o acesso ao atendimento médico e a frequência de utilização dos serviços de saúde. (LACERDA, Et Al. 2009)

Segundo Smeltzer e Bare (2005), os pacientes que forem diagnosticados depressão devem ser estimulados a perceber e diminuir a auto depressão, orientar quanto a pensamentos negativos que contribuem para evolução das doenças, os enfermeiros devem monitorar os pacientes para a descoberta de novos problemas, e os que passam por tratamentos farmacológico, se estão beneficiando-se com a terapia. Deve-se incentivar o paciente a participar de programas psicoeducacionais e em situações de crise, deve encaminhar o paciente a um psiquiatra, enfermeiro ou centro de crise.

A agenda 2030 em seu objetivo 3 busca assegurar uma vida saudável e bem estar para todas as pessoas, em qualquer idade.

O objetivo do presente trabalho realizar pesquisas que abordam a promoção de saúde e o bem estar como essenciais ao fomento das capacidades humanas.

## **Metodologia**

A metodologia deste trabalho consiste na revisão bibliográfica referente a depressão

A pesquisa apresentada tem o objetivo de apresentar, de forma geral, os objetivos e metas apresentados na agenda 2030 que propõe o alcance dos países ao desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos.

O desenvolvimento sustentável é aquele que consegue atender as necessidades da geração atual sem comprometer a existência das gerações futuras. Em setembro de 2015,

percebendo que os indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos eram pessimistas quanto ao futuro das próximas gerações, a organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros assinassem a agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODSs) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030.

Conforme OMS (Organização Mundial de Saúde), pelo menos 350 milhões de pessoas no mundo sofrem desse mal. No Brasil, de acordo com o levantamento nacional da Universidade Federal de São Paulo, um terço da população brasileira apresenta sintomas de depressão.

A depressão é considerada um transtorno mental comum e pode aparecer em três graus: leve, moderada ou grave. Os casos mais extremos levam o indivíduo a ficar incapacitado diante da vida até mesmo a desistir dela. Segundo OMS, 15% dos depressivos cometem suicídios.

Calcula-se que em 2017, houve ocorrência de cerca de 200 mil casos de suicídio em todo o mundo, e uma parte expressiva dos casos é de adolescentes e jovens que sofriam com transtornos decorrentes do ritmo da sociedade atualmente, como ansiedade, depressão, anorexia, bulimia, entre outros.

## Resultados

A agenda 2030, inclui como seu objetivo 3 “assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades.” Não se trata apenas da saúde física mas também a psicológica.

Entre as metas do Objetivo 3 da Agenda 2030, estão não apenas na redução da mortalidade neonatal, da obesidade e a erradicação de doenças como HIV, a tuberculose e a malária, mas também a conscientização quanto ao uso de álcool e drogas e o esclarecimento cada vez maior em torno da saúde mental e da importância do bem estar psicológico e físico. É cada vez mais frequente o uso de substâncias ilícitas por meninas e meninos. Bem como casos de bullying, depressão e ansiedade.

Uma das metas do Objetivo 3 da Agenda 2030 é a redução em um terço da mortalidade prematura por doenças não transmissíveis por meio de prevenção e tratamento, e promoção da saúde mental e o bem-estar; reorçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias

incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool; assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais; atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis a todos.

### Considerações finais

Através dos estudos realizados permitiu concluir que um dos mais sérios problemas que interpõe o transtorno depressivo é o suicídio. Grandes pesquisadores atentam pelo fato de que a depressão é uma doença mental associada ao suicídio, quando não tratada. A depressão constitui uma das principais causas de qualidade de vida em prejuízo no desenvolvimento cognitivo e físico, perda de renda e capacidade de produção, participação social em prejuízo, todo o seu “eu” em prejuízo. A depressão é uma doença mental muito associada ao suicídio, tende a ser crônica e recorrente, principalmente quando não é tratada. A Agenda 2030, em seu Objetivo 3, são apresentadas metas que abordam a promoção da saúde e bem estar como essenciais ao fomento das capacidades humanas.

### Referências:

[http://WWW.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/180801\\_ods\\_metas\\_nac\\_dos\\_obj\\_de\\_d\\_esenv\\_susten\\_propos\\_de\\_adequa.pdf](http://WWW.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_d_esenv_susten_propos_de_adequa.pdf)

LACERDA, Acioly Luiz de Tavares de; Et. al. **Depressão: do neurônio ao funcionamento social**. Porto Alegre: Artmed. 2009.

OMS. Organização Mundial de Saúde/ OPAS. Organização Panamericana de Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo 2001**. Saúde mental: nova concepção. Nova Esperança. Genebra: OMS/OPAS. 2001. 135 p.

SMELTZER, S.C.; BARE, B. G. BRUNNER & SUDDARTH. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **Depressão: corpo, mente e alma**. Uberlândia: MG. 2009.

# ESTÉTICA E COSMÉTICA



## AROMATERAPIA E OS BENEFÍCIOS DOS ÓLEOS ESSENCIAS DE MELALEUCA E ROSA MOSQUETA NA ESTÉTICA

Sales, Adriele<sup>1</sup>; Ferreira, Anelize<sup>1</sup>, Alkimim, Dalva<sup>1</sup>, Ribeiro, Karolayne<sup>1</sup>; Bacelar, Isabela<sup>2</sup>; Pereira, Liliane<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discentes em Estética e Cosmética da Faculdade de São Lourenço-UNISEPE.

<sup>2</sup>Mestre em Ciências da Saúde e Docente da Faculdade de São Lourenço-UNISEPE.

<sup>3</sup>Doutora e Mestre em Engenharia Biomédica e Docente da Faculdade de São Lourenço- UNISEPE.

**Palavras-chaves:** Fitoterapia, Melaleuca, Rosa Mosqueta, Terapias Alternativas.

René Maurice Gattefossé em 1928, desenvolveu a nova disciplina terapêutica que utiliza o tratamento por meio dos aromas específicos dos óleos essenciais. A Aromaterapia é um ramo da fitoterapia que estuda a aplicação dos óleos essenciais, para prevenção e tratamento de diversas afecções. O óleo de melaleuca na estética, pode ser utilizado para o tratamento de acne vulgar, dermatite seborreica, inflamação cutânea e excesso de secreção das glândulas sudoríparas. O óleo essencial de rosa mosqueta na estética, pode ser aplicado para o tratamento de estrias, tratamento de queimaduras e rejuvenescimento facial, pois apresenta um potente resultado emoliente e regenerativo, já que é abundante em ácidos graxos e também de vitamina A. A finalidade da presente pesquisa é aprofundar conhecimentos sobre óleos essenciais, pontuando estudos clínicos revelados mostrando a eficácia dos óleos de melaleuca e rosa mosqueta e suas propriedades naturais para o tratamento de doenças e terapias. A identificação de seus componentes são insumos de alta qualidade cuja extração preserva propriedades e grandes benefícios ao ser humano. O estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas com base nos dados eletrônicos do Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (SCIELO), servindo como base os materiais já elaborados em artigos publicados, visando um estudo de caráter qualitativo. Através da presente revisão pode ser constatado os benefícios do óleo de melaleuca na função bactericida, anti-inflamatório, cicatrizante, antisséptico e rosa mosqueta na função regenerador de tecidos, hidratação da pele e estímulo à produção de colágeno. Entretanto, ainda há necessidade de novas pesquisas de campo com o intuito de buscar maior entendimento sobre o uso e eficácia dos óleos essenciais nas diversas afecções cutâneas.

## COSMÉTICA NATURAL TERAPÊUTICA – ALOE VERA

Da Silva, Ana Paula<sup>1</sup>, Silva, Nicole Fátima<sup>1</sup>, Marinho Ottoni Costa, Liliane<sup>2</sup> Bacelar de Assis, Isabela<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Estética e Cosmética da Faculdade de São Lourenço – UNISEPE

<sup>2</sup> Docente da Faculdade de São Lourenço

UNISEPE: Rua Madame Schmidt, 90 - Federal, São Lourenço/ MG

### INTRODUÇÃO

Aloe vera é uma espécie de planta integrante da família de suculenta do gênero Aloe.

A planta que contém vitaminas, enzimas, aminoácidos, minerais, nutrientes e inúmeros princípios ativos, além de suas excelentes ações desintoxicante e antioxidante, capazes de combater os radicais livres que contribuem para o envelhecimento das células do nosso corpo.

As principais atividades biológicas atribuídas ao gel são: antimicrobiana, antioxidante, anti-inflamatória, imunomoduladora, cicatrizante, hidratante, dentre outras.

Nas suas folhas são extraída uma substância mucilaginosa composta principalmente por polissacarídeos, que é denominada gel de aloe vera, este pode ser utilizado em diversas formulações de cosméticos naturais.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica, baseada em pesquisa de artigos científicos e sites informativos na área, a partir do ano de 2013, visto que alguns deles não foram encontrados data. Para conduzir a pesquisa, foram utilizadas as bases de dados do site Google Acadêmico e Google. Apenas foram selecionados os artigos que apresentaram relação com o tema abordado.

### INDICAÇÕES

É utilizada em muitos produtos de consumo, incluindo bebidas, loções para a pele, cosméticos ou pomadas para pequenas queimaduras e queimaduras solares. Existem diversas evidências

científicas da eficácia ou segurança dos extratos de Aloe vera, quer para fins cosméticos ou medicinais.

Na estética é indicado utilizar para pele e cabelos.

- Para a pele: o interior da folha de aloe vera possui uma espécie de gel natural que é bastante benéfico para cuidar da pele. Quando o assunto é pele, esse gel atua, principalmente, como ingrediente calmante e cicatrizante. É também anti-inflamatória, regeneradora, hidratante e, de quebra, antimicrobiana, prevenindo e combatendo a proliferação de bactérias, vírus e fungos.
- Para os cabelos: O gel pode ser usado para compor produtos naturais de hidratação, uma vez que a planta promove um alto poder de condicionamento aos fios. Uma grande vantagem é que os aminoácidos da babosa são capazes de aumentar a nutrição do cabelo, desta forma, ajuda no crescimento saudável.

## CONTRAINDICAÇÕES

Não há contraindicações sobre o uso externo da babosa e qualquer pessoa pode utilizá-la, inclusive crianças, só há problemas em casos de alergia, o que também é muito raro.

Devido à presença de antraquinonas, não é recomendada para utilização oral para gestante, lactantes, pessoas que possuem cistos nos ovários, idosos e crianças devem ficar atentos quanto ao uso da babosa, que pode causar irritação e descamação na pele ou, muitas vezes, provocar alergias.

## PROTOCOLOS NA ESTÉTICA

Por via cutânea para rugas e marcas de expressão: Aplicar com os dedos, uma pequena porção de gel de babosa sobre os locais das rugas e marcas de expressão, como o canto dos olhos, ao redor dos lábios ou na testa. Fazer uma leve massagem sobre esses locais e deixar atuar por 5 a 10 minutos. Por fim, remover com água fria e um sabão neutro.

Nos cabelos para hidratação: Juntar 2 claras de ovo com 2 a 3 colheres de sopa do gel interior das folhas da babosa, misturar bem e aplicar sobre o cabelo, garantindo que as raízes ficam bem cobertas. Esperar 5 minutos e remover com água fria e shampoo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numerosas atividades biológicas foram atribuídas a Aloe vera ao longo dos anos, e isso provavelmente se deve a combinação dos diversos ativos existentes em sua composição tendo ações antimicrobiana, antioxidante, anti-inflamatória, imunomoduladora, cicatrizante, hidratante, dentre outras.

<sup>1</sup>aninha.silvaaps16@gmail.com – Faculdade de São Lourenço- UNISEP

## REFERÊNCIAS

Cosmetologia do bem – beleza e saúde em harmonia. Benefícios da Aloe Vera para o seu corpo. Disponível em: <https://cosmetologiadobem.com.br/beneficios-da-aloe-vera-para-o-seu-corpo/> - Acesso em: 04/10/2019

FREITAS, V.S. Propriedades farmacológicas da Aloe Vera. Revista brasileira de plantas medicinais, [s. l.], 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-05722014000200020&script=sci\\_arttext&lng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-05722014000200020&script=sci_arttext&lng=es)Acesso em:04/10/2019

## BENEFÍCIOS DA AURICULOTERAPIA NA ANSIEDADE

Goulart Arielly<sup>1</sup>, Santos Daniela<sup>1</sup>, Souza Paula<sup>1</sup>, Santos Valéria<sup>1</sup>; Pereira Liliane<sup>2</sup>, Bacelar Isabela<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente em Estética e Cosmetologia Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG

### Resumo

A Auriculoterapia é uma técnica que utiliza a estimulação de pontos na orelha para o tratamento de distúrbios físicos e mentais. O pavilhão auricular por meio de suas incontáveis terminações nervosas e vasos capilares, exerce reflexos, no Sistema Nervoso Central (SNC) e por meio deste, sobre o organismo. É indicada para tratar distúrbios, patologias físicas e emocionais. Nos últimos anos as disfunções da ansiedade têm sido mais frequentes na vida dos indivíduos. As terapias farmacológicas, principalmente com fármacos psicotrópicos da categoria dos ansiolíticos, consistem na terapia mais usual e solicitada. No entanto, o uso prolongado desses medicamentos pode causar várias alterações, tais como: tontura, cefaléia, diarreia, além de gerar dependência química. A ansiedade pertence ao sistema de defesa do humano e em quase todos os animais, é um modo emocional ao medo, direcionado ao futuro, que causa no homem uma inquietação, uma angustia subjetiva. Sendo assim, o presente artigo teve como objetivo a realização de uma revisão de literatura sobre Auriculoterapia e sua atuação na ansiedade, apurando seu protocolo de tratamento. Ressalta-se que a pesquisa surgiu pelo aumento de ansiedade nos últimos anos e a eficácia do tratamento com a Medicina Tradicional Chinesa (MTC). A pesquisa bibliográfica nas bases de dados eletrônicos do Google Acadêmico e ScientificElectronic Library Online (SCIELO). Utilizou-se nas buscas os seguintes descritores: “Estresse”; “Medicina Tradicional Chinesa”; “terapia auricular”; “ansiedade”. Posteriormente foram selecionados artigos publicados entre 2010 a 2019, em português e inglês e em seguida, as informações obtidas foram agrupadas, organizadas e discutidas. O presente trabalho apresentou como finalidade o estudo da eficácia da Auriculoterapia para o tratamento da ansiedade e assim contribuir através das terapias naturalistas para um tratamento eficaz e sem contraindicações. Conclui-se através da presente pesquisa que Auriculoterapia é efetiva na redução da ansiedade, estresse, insônia, entre outros sintomas como processos algícos musculares ocasionados por tensão.

**PALAVRAS-CHAVES:** Estresse; Medicina Tradicional Chinesa; ansiedade; terapia auricular.

## TERAPIAS ALTERNATIVAS PARA A SAÚDE E BEM ESTAR: REVISÃO DE LITERATURA

Martins, Déborah Silvério Mota<sup>133</sup>, Silva, Mirela Martins<sup>2</sup>, Garcia, Monique de Paula<sup>3</sup>, Moreira, Naiara Aparecida<sup>4</sup>, Assis, Isabela Bacelar<sup>5</sup>, Pinto, Liliane Pereira<sup>6</sup>

**Palavras-chaves:** bem-estar, saúde, terapias alternativas.

### Introdução

As terapias alternativas são as técnicas que tratam o paciente como um todo, visando o equilíbrio da mente, corpo e espírito, seja na prevenção ou tratamento. Segundo a concepção naturalista, a matéria é considerada uma manifestação de energia e, sendo assim, o ser humano, também matéria, é formado por sistemas energéticos que interagem, constituindo um todo que deve ser equilibrado e harmonizado, para que ocorra a saúde. Essas terapias utilizam um conjunto de práticas não alopáticas com atenção à saúde, através de métodos terapêuticos, tais como: acupuntura, reflexologia, reiki, meditação, shiatsu e ioga, com o enfoque no indivíduo de forma integral, através do equilíbrio entre sua mente, estado físico, estado emocional e espiritual. O presente trabalho trata-se de uma revisão de literatura acerca das principais terapias alternativas para promoção da saúde e bem-estar e assim proporcionar prevenção e tratamento através de recursos naturalistas eficazes e sem efeitos colaterais. <sup>1</sup>

### Metodologia

O estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas com base nos dados eletrônicos do *Google Acadêmico* e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), servindo como base os materiais já elaborados em artigos publicados, visando um estudo quantitativo. Estudos têm como principal intenção caracterizar informações dos dados das pesquisas na elaboração de conhecimentos apurados. Foram selecionados artigos publicados entre 2006 a 2019 em português, utilizando os seguintes descritores: “bem-estar”; “saúde”; “terapias alternativas”, e em seguida, as informações obtidas foram agrupadas, organizadas e discutidas.

<sup>133</sup> [deborah\\_smm22@hotmail.com](mailto:deborah_smm22@hotmail.com) - Unisepe

<sup>2</sup> [mirelamartins1402@outlook.com](mailto:mirelamartins1402@outlook.com) - Unisepe

<sup>3</sup> [mooniquegarcia@hotmail.com](mailto:mooniquegarcia@hotmail.com) - Unisepe

<sup>4</sup> [naiaramoreira1515@gmail.com](mailto:naiaramoreira1515@gmail.com) - Unisepe

<sup>5</sup> [estetica@faculdadesaolourenco.com.br](mailto:estetica@faculdadesaolourenco.com.br) - Unisepe

<sup>6</sup> [liliane.fisio@hotmail.com](mailto:liliane.fisio@hotmail.com) - Unisepe

## Discussão e Resultados

Atualmente, a diminuição da qualidade de vida da população está crítica e as terapias alternativas estão cada vez mais sendo procuradas pelas pessoas por causa da vida agitada, estresse e ansiedade que cada um vai acumulando no seu dia a dia e assim gerando um desconforto e a procura de uma melhoria. Essas terapias naturalistas visam o trabalho de equilibrar e harmonizar com um modo natural e suave, buscando sempre o bem-estar e qualidade de vida das pessoas. O objetivo dessas terapias são melhorar os desequilíbrios energéticos e ajudar no autoconhecimento, qualidade de vida e harmonia. Essas terapias associadas a tratamentos estéticos melhoram a aparência e colaboram no equilíbrio das emoções, beneficiando o fortalecimento do organismo e contribuindo para a diminuição do estresse. Existem vários tipos de terapias alternativas, mas cada terapia possui uma função, dependendo da necessidade de cada indivíduo.<sup>4</sup>

A acupuntura é uma prática chinesa que usa agulhas colocadas em pontos adequados para melhorar o funcionamento do organismo. Essa técnica consiste nos padrões de energia vital(Qi) que estão passando pelo nosso organismo. Caso ocorra em um determinado ponto do corpo acúmulo ou desvios dessa energia, a saúde do organismo fica prejudicada e aparece as doenças. Sendo assim, estimulando o local onde ocorre o acúmulo dessa energia, ajudando a equilibrar a energia vital, reestabelecendo o funcionamento dos órgãos. O método utilizado na acupuntura são agulhas descartáveis nos pontos específicos de acupuntura, liberando neurotransmissores através do Sistema Nervoso Central e o Periférico que melhora a manutenção e restauração da saúde. A auriculoterapia é uma das técnicas de acupuntura localizada na orelha para efetuar estímulos em determinados pontos que correspondem a funções do corpo e todo organismo. Ocorrendo essa estimulação nos pontos de energia o Sistema Nervoso Central recebe um impulso no ponto relacionado com determinada área do corpo melhorando assim o equilíbrio do organismo que desencadeia alguns efeitos: Relaxantes, musculares, analgésicos e anti-inflamatórios. No pavilhão auricular essa técnica consegue tratar mais de 200 tipos de distúrbios como ansiedade, estresse, TPM, insônia e etc. O tratamento é realizado com sementes de mostarda e cristais ou agulhas nos pontos específicos. A ventosa terapia é um tratamentos natural por meio de vácuo de sucção no tegumento usado no tratamento com ventosas, esse vácuo suga o musculo e a pele para dentro que causa a retenção no local que estimula a circulação sanguínea liberando as toxinas do sangue, com a circulação ativada pela ventosa o aumento de sangue promove a nutrição dos músculos, melhorando as dores articulares e musculares, além de aliviar

as tensões. Essa técnica é utilizada na estética com o objetivo de tratar estrias e celulites através da ventosaterapia.<sup>8</sup>

A reflexologia podal é feita por uma técnica de massagem, que utiliza a pressão em determinados pontos dos pés, aos quais condizem as regiões e órgãos, portanto massagear e aplicar uma pressão sobre esses pontos é como estimular diretamente cada órgão no qual aquele ponto se refere. Nos dias de hoje a reflexologia é utilizada como complemento para o tratamento de diversas doenças, como por exemplo o câncer e o estresse. Os pontos de dor máxima são os pontos no qual o indivíduo necessita mais dessa terapia. A pressão correta nesses pontos atingirá reflexamente os órgãos correspondentes, causando mudanças fisiológicas no corpo em busca da homeostase, ou seja, o equilíbrio do organismo e conseqüentemente a correção de distúrbios físicos e emocionais.<sup>6</sup>

O reiki é uma técnica japonesa usada para diminuir o estresse promovendo o relaxamento, bem-estar espiritual e emocional, além de tratar enfermidades agudas e crônicas, como por exemplo a rinite, sinusite, asma, insônia e depressão. Essa terapia é realizada por um profissional treinado, e é por meio da imposição das mãos sobre a pessoa que a energia irá fluir através do indivíduo estimulando o processo de cura.<sup>3</sup>

Shiatsu significa pressão com os dedos, sua principal característica é a utilização da pressão manual ou digita sobre os pontos específicos na musculatura e região articular com o intuito de prevenção ou recuperação natural do organismo. Os benefícios dessa terapia é o não uso de medicamentos ou algum dispositivo mecânico, não tendo efeitos colaterais tanto homem como mulher independente da idade podem receber essa massagem. Com isso seus efeitos fisiológicos são abrangentes, regulando a articulação sanguínea, sistema endócrino e líquidos corporais.<sup>5</sup>

A meditação é caracterizada no momento presente como o treino da consciência na atenção associada a uma melhora no estado mental, físico e emocional. O treinamento mental além de buscar educar a mente, ajuda a reduzir a ansiedade e o estresse. Essa prática meditativa é dividida em duas partes principais. A primeira sendo a concentrativa que acontece quando treina a atenção em um determinado foco como mantra, som, contagem, respiração ou a sincronização da respiração com a contagem. Já a segundo Mindfulness é a consciência da experiência no presente, como uma aceitação no qual não tem uma elaboração sendo utilizada, os estímulos atingem a consciência da pessoa que apenas o observa e eles vão sumindo sem utilizar reflexão ou ruminação. A concentrativa é como uma função de monitoramento e de orientação, já a mindfulness é considerado um estado de alerta. A meditação possui alguns efeitos benéficos a



saúde humana, reduzindo a dor, aliviando depressão, ansiedade, diminui o estresse e a frequência cardíaca, entre outros.<sup>7</sup>

A yoga ajuda no bem-estar como um todo através da prática regular de uma variedade de muitas técnicas diferentes, incluído posturas e movimentos. Yoga é o conceito de uma filosofia que trabalha o corpo e a mente, relacionada ao budismo e o hinduísmo. Existem muitos ramos na yoga como raja-yoga, jnana-yoga, bacti-yoga e hata-yoga, cada uma utiliza atividades e ações diferentes para trabalhar com cada pessoa. Sendo originada na Índia e considerada uma filosofia de vida, mas também um sistema holístico que trabalha os sentimentos, emoções, proporcionando as pessoas o autoconhecimento de seus pensamentos, relaxamento, flexibilidade, melhora a concentração, fortalecimento do corpo e contribui para um bom relaxamento físico e mental.<sup>9</sup>

### Considerações finais

A partir do levantamento bibliográfico observou-se que existe uma grande procura por tratamentos alternativos em busca de qualidade de vida, em função do estresse e da ansiedade que as pessoas acumulam no dia a dia. Além disso, as terapias alternativas relacionadas aos tratamentos estéticos, ajudam na aparência, no humor, no emocional e no espiritual do paciente, proporcionando o equilíbrio do indivíduo como um todo.

### Referências

<sup>1</sup> Cunha, J.; Bucker, J.; Machado, M.: Aromaterapia, cromoterapia e musicoterapia associados aos tratamentos estéticos, Santa Catarina: UNIVALI

<sup>2</sup> Eler, G. J.; Jaques, A. E.: O enfermeiro e as terapias complementares para o alívio da dor. Arq. Ciênc. Saúde Unipar, Umuarama, v. 10, n. 3, p. 185-190, set./dez. 2006.

<sup>3</sup> Freitag, V.L.; Gomes, A.M.: Reiki como forma terapêutica na atenção à saúde: uma revisão narrativa da literatura v. 14 | n. 2 | 2015.

<sup>4</sup> Galli, K.S.B.; Scaratti, M.; Diehl, D.A.; Lunkes, J.T.; Rojahn, D.; Schoeninger, D.: Saúde e equilíbrio através das terapias integrativas: Relato de experiência: Revista de Enfermagem | FW | v. 8 | n. 8 | p. 245-255 | 2012.

<sup>5</sup> Kretschner A.Z.; Cynthia, M.R.D.; Pires, L.: Resposta ao Shiatsu facial na preservação do envelhecimento-Revisão de Literatura: Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Estética e Imagem Pessoal da Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.

<sup>6</sup> Michael, L.: Reflexologia Podal no bem-estar corporal, Universidade regional do noroeste do

estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, 2018.

<sup>7</sup> Pereira, A.C.A.: A produção científica sobre meditação: Artigos de 2009 a 2018: Universidade Federal de Uberlândia – Faculdade de Educação Física, 2018.

<sup>8</sup> Trindade, H.: Acupuntura no Tratamento da Dor em Pediatria: Revisão da Literatura: Revista da sociedade Portuguesa de anesthesiologia v. 28 | n. 1 | 2019.

<sup>9</sup> Vorkapic, C.F.; Range, B.: Os benefícios do yoga nos transtornos de ansiedade: Revista Brasileira de terapias cognitivas v. 7 | n. 1 | 2011.

## RUGAS: INDICADORES DA AÇÃO DOS MÚSCULOS FACIAIS – REVISÃO DE LITERATURA

Eliane de Souza Nogueira<sup>1</sup>; Aliciara Carlos Flor Fernandes<sup>1</sup>; Ana Karoline David Alves<sup>1</sup>; Ana Paula da Silva<sup>1</sup>; Aryanne Freire Gomide Mendes<sup>1</sup>; Larissa Fernandes da Costa<sup>1</sup>; Mireile Aparecida Rangel de Oliveira<sup>1</sup>; Nathalia de Jesus Corrêa<sup>1</sup>; Nicole Fátima Silva<sup>1</sup>; Fernanda Ribeiro Marins<sup>2</sup>.

**Palavras-chaves:** envelhecimento, rugas, expressão facial, mímica facial.

### Introdução

A expectativa de vida tem se aumentado ao longo dos últimos anos, e com isso, a busca incessante por uma pele cada vez mais jovem tem se mostrado frequente. O conceito de beleza atual está correlacionado, para muitos, em retardar as marcas de envelhecimento, para não evidenciar a verdadeira idade (BORGES, 2016; GONÇALVES, 2016).

O envelhecimento é um processo fisiológico e natural, cujo as alterações estéticas e funcionais se dão em vários sistemas do organismo (MAIO, 2011).

Indivíduos que contraem repetidamente um grupo de músculos específicos da face podem sofrer com o envelhecimento precoce, pois o excesso de mímica desgasta as fibras colágenas e consequentemente enruga a pele, além disso movimentos repetitivos dos músculos causam alterações visíveis na forma da pele (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

O objetivo desse artigo é estudar sobre o impacto da musculatura facial no processo de envelhecimento e na formação de rugas.

### Materiais e métodos

Trata-se de uma pesquisa de revisão bibliográfica e exploratória, baseada em pesquisa de artigos científicos e livros entre os anos de 2004 a 2019 nos idiomas português e inglês. Para a condução da pesquisa, foram utilizadas as bases de dados do site Google Acadêmico e biblioteca da UNISEPE. Foram selecionados apenas os artigos que apresentaram relação com o tema abordado.

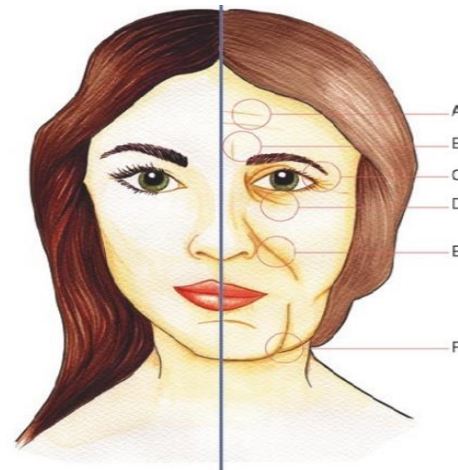
## Resultados e discussão

Segundo Guirro e Guirro (2004) e Maio (2011), os músculos da mímica facial são os responsáveis por exprimir as emoções dos seres humanos através da movimentação desses músculos gerando as expressões faciais, como por exemplo, o ato de sorrir.

Segundo Coimbra, Uribe e Oliveira (2014), na juventude os músculos envolvidos nas expressões faciais são bem definidos e com o processo de envelhecimento vão perdendo sua curvatura.

Segundo Guisantes (2019), a amplitude dos movimentos musculares faciais vai diminuindo devido à face se tornar cada vez mais rígida através dos anos. A contração dos músculos nas expressões faciais é a causa do surgimento das rugas dinâmicas, também chamadas de linhas de expressão, porém a permanência das contrações transforma as rugas dinâmicas em rugas estáticas.

Os Músculos de Expressão Facial movimentam a pele onde estão situados, formando linhas e rugas perpendiculares a direção das fibras musculares. Assim como pode ser observado na figura 1 existem 17 músculos na face responsáveis pelos movimentos e expressões faciais. Os músculos mais profundos aparecem no lado esquerdo da Face. São músculos faciais: (1) M. orbicular dos lábios; (2) M. levantador do lábio; (3) M. levantador do lábio superior e da asa do nariz; (4) M. zigomático menor; (5) M. levantador do ângulo da boca; (6) M. zigomático maior; (7) M. risório; (8) M. bucinador; (9) M. depressor do ângulo da boca; (10) M. depressor do lábio inferior; (11) M. mentoniano; (12) M. platisma; (13) M. orbicular do olho; (14) M. frontal; (15) M. prócero; (16) M. corrugador do supercílio; (17) M. nasal (RIZZOLO; MADEIRA, 2004). As principais rugas causadas pelo excesso de movimentos das expressões facial são mostradas a seguir na figura 2. (A) As rugas frontais surgem pela contração do músculo frontal. (B) As rugas da glabella se dão pela contração dos músculos prócero e corrugador do supercílios. (C) e (D) As rugas periorculares devido a contração do músculo orbicular dos olhos. (E) O sulco nasogeniano é causado pela contração de todos os músculos levantadores (levantador do lábio superior, levantador do ângulo da boca, zigomático e risório). (F) O sulco labiomentoniano surge pela contração dos músculos depressor do ângulo da boca, depressor do lábio inferior e mentoniano (COIMBRA, 2014; GONÇALVES, 2016; GUI SANTES, 2019).



**Figura 1:** Músculos da Expressão Facial. **Figura 2:** Jovem (à esquerda) e envelhecido (à direita).

Ver texto para descrição detalhada.

Ver texto para descrição detalhada.

Fonte: Rizzolo e Madeira, 2004, pág. 84.

Fonte: Guisantes, 2019, pág. 42.

### Conclusão / Considerações finais

Através desta revisão de literatura, foi possível observar que o envelhecimento por ser um processo fisiológico não pode ser evitado, porém existem métodos para retardá-lo. Procedimentos que promovem a circulação local, aumento do metabolismo, nutrição tecidual e do tônus muscular, como por exemplo, *laserterapia*, estimulação mioelétrica e eletrolifting são os mais indicados para postergar o envelhecimento da pele. A toxina botulínica é um procedimento de caráter preventivo, que atua na musculatura, diminuindo sua contração e conseqüentemente atenua as marcas de expressão prevenindo que se tornem rugas mais profundas (GUIRRO; GUIRRO, 2004; MAIO, 2011).

A pesquisa desenvolvida é de importância para os profissionais de estética, pois expõe um dos fatores responsáveis pelo envelhecimento, e para rejuvenescer uma face é preciso conhecer as alterações faciais que a musculatura da mímica pode causar.

## Referências

BORGES, F. DOS S. **Terapêutica em Estética: Conceitos e Técnicas**. 1ª ed. São Paulo: Phorte, 2016.

COIMBRA, D. D. N. C. U. B. S. DE O. “ **Quadralização facial** ” no processo do **envelhecimento**. *Surgical & Cosmetic Dermatology*, v. 6, n. 1, p. 65–71, 2014.

GONÇALVES, F. C. **RADIOFREQUÊNCIA NO TRATAMENTO DA FLACIDEZ FACIAL TISSULAR**. p. 13, 2016.

GUIRRO, E.; GUIRRO, R. **Fisioterapia Dermato-funcional: fundamentos, recursos e patologias**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.

GUISANTES, E. **Beauty and Aging**. Pinto H., Fontdevila J. (eds) *Regenerative Medicine Procedures for Aesthetic Physicians*, p. 33–43, 2019.

MAIO, M. DE. **TRATADO DE MEDICINA ESTÉTICA**. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2011.

RIZZOLO, R. J. C.; MADEIRA, M. C. **Anatomia facial com fundamentos de anatomia sistêmica geral**. 2. ed. [s.l.] Sarvier Editora de Livros Médicos, 2004.

PIRES, S. F. S. **Rugas: Os indicadores da ação facial**. Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal. Disponível em < <https://ibralc.com.br/rugas-os-indicadores-da-acao-facial/>>. Acesso em 9 Set 2019.

## **MASSAGEM RELAXANTE NA MELHORA DA SÍNDROME DE FIBROMIALGIA**

Gabriely Felix Poddis

### **RESUMO**

A Fibromialgia (FM) é uma patologia crônica, de difícil diagnóstico e de acordo com o Colégio Americano de Reumatologia, pode ser definida como uma síndrome que apresenta etiologia desconhecida, mais comum em mulheres, sendo descrita com sinais e sintomas, tais como: fadiga, processos algícos espontâneos, difusos e bilateral, que perduram por mais de três meses, sendo não inflamatórios e não autoimunes, presença associada de ansiedade, depressão, alteração da fase profunda do sono, alterações intestinais, sensação de edema, zumbidos, tonturas, alterações de humor, falta de memória, entre outros. Dentre as particularidades desta afecção, podemos citar a sensibilidade dolorosa em locais anatômicos preestabelecidos, sendo que a dor sentida pelo paciente é real e decorrente de alterações do funcionamento do cérebro para o processamento da dor, ou seja, não ocorre devido a um processo inflamatório, a doença ocorre devido a um desarranjo central na percepção da dor, as vias que controlam o processo algíco não estão funcionando de forma adequada, sendo que alterações emocionais podem piorar a dor. A massagem relaxante para os pacientes com a Fibromialgia é muito benéfica, pois reduz a tensão muscular, diminui o estresse e a angústia, estimula hormônios do bem-estar e aciona o sistema parassimpático do sistema nervoso autônomo responsável por deixar a pessoa calma. O presente trabalho apresentou como intuito, realizar uma revisão de literatura quantitativa, acerca dos efeitos da massoterapia para melhora dos sinais e sintomas da fibromialgia, através de pesquisas nas bases de dados Periódicos Capes, Google Acadêmico, Pubmed, Lilacs, PEDro e Scielo, selecionando ensaios clínicos, nos idiomas português, inglês e espanhol, que objetivassem avaliar os efeitos da massagem relaxante sobre a melhora do processo algíco em pacientes com FM, foram utilizados os descritores: "fibromialgia, dor, massagem relaxante, massoterapia", utilizando artigos e livros dos últimos dez anos. Todos os resultados verificaram melhora da dor através das técnicas de massagem relaxante, com efeitos positivos também sobre a diminuição da ansiedade, melhora da qualidade do sono, redução da fadiga e melhora na qualidade de vida e das atividades de vida diária. Entretanto, são necessários mais estudos práticos, para estabelecer um protocolo específico para o tratamento de fibromialgia através da massagem relaxante.

Palavras-chaves: fibromialgia; dor; massagem relaxante, massoterapia

## VENTOSATERAPIA E SEUS EFEITOS TERAPÊUTICOS NA ESTÉTICA

Joyce Caroline Ribeiro

### RESUMO:

A Ventosaterapia é uma técnica milenar da Medicina Tradicional Chinesa, que utiliza um vácuo que realiza pressão negativa na pele e assim apresenta propriedades terapêuticas. Possui diversos métodos de aplicação e pode ser combinada a muitas outras técnicas. Esse recurso terapêutico é indicado no tratamento de diversas doenças, atua em distúrbios reumatológicos, neurológicos, vasculares e dermatológicos, também em pós-operatórios diversos e tratamentos estéticos.

A aplicação das ventosas ajuda nos tratamentos da lipodistrofia, dessa forma incentiva o organismo a separar resíduos metabólicos e liberar toxinas residuais. No caso da fibro edema gelóide, é utilizado o método deslizante e de sucção média a leve, assim estimula o sangue e o metabolismo lipídico. Na face, age na prevenção e trata as rugas nessa região, incentiva o crescimento da produção de colágeno e elastina, drenagem linfática e contorno facial.

No tratamento de insônia, se busca o equilíbrio energético, pois essa patologia ocorre por aspectos emocionais. A aplicação das ventosas é feita nos pontos Shu dorsais, que representam os pontos de assentimento dos Zang-Fu. É realizada na pele, e tem a finalidade de alcançar o Sangue e o Qi de um determinado órgão por meio da manipulação da pele, desta forma proporciona a estabilidade dos Zang-Fu de maneira eficiente. A presente pesquisa apresenta como finalidade a realização de uma revisão de literatura de caráter quantitativa, com o intuito de demonstrar a eficácia da Ventosaterapia para o tratamento de diversas afecções e assim contribuir para a utilização de recursos naturalistas, que não possuem efeitos colaterais e tratam o paciente como um todo.

**PALAVRAS-CHAVE:** "Ventosaterapia", "Medicina Tradicional Chinesa", "Recurso Naturalista".



## A RELAÇÃO ENTRE A POSTURA E FIBRO EDEMA GELÓIDE

Emilly Caroline de Souza Alves<sup>134</sup>; Fabiana Luzia Souza Cruz<sup>2</sup>; Fabiola Vilela Morais<sup>3</sup>; Julyana Silva Pereira<sup>4</sup>; Luana da Silva Gomes<sup>5</sup>; Luana Ribeiro Pereira<sup>6</sup>; Nicole Ribeiro Domingos<sup>7</sup>; Raissa Mansur Maciel<sup>8</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>8</sup>

**Palavras-chaves:** Postura; celulite, estética, fibro edema gelóide.

### Introdução

O fibro edema gelóide (FEG) é popularmente conhecido como celulite, e atinge grande parte das mulheres em todo mundo. É uma afecção caracterizada por um edema não inflamatório do tecido conjuntivo subcutâneo e, manifesta-se com nódulos, deixando a pele com aparência desagradável esteticamente. Esta alteração atinge os membros inferiores, como, coxas, glúteos principalmente, e pode ocorrer também em membros superiores mais raramente, modificando o aspecto e a função normal da pele, além de determinar sérias alterações psicológicas e sociais (TOGNI, 2006).

Em geral, surge a partir da puberdade. Sua etiologia é multifatorial, pois existem vários fatores envolvidos. Dentre os fatores predisponentes ou agravantes do FEG podemos citar: gênero feminino, raça (mais comum na caucasiana), aumento do tecido adiposo, idade, predisposição genética e familiar, fatores psicossomáticos, gestação, disfunções intestinais, compressões externas, tabagismo, medicamentos, alterações posturais, entre outros (PIÉRARD et. al., 2000).

Ademais a FEG não deve ser considerada apenas um problema estético, uma vez que, dependendo de seu grau pode causar complicações e problemas biopsicossociais. A superfície da pele sofre alteração em sua superfície e de aspecto acolchoado, de acordo com Guirro e Guirro

---

<sup>134</sup> julyanasil24@gmail.com

<sup>8</sup>Mestre e Doutora em Fisiologia e Farmacologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Graduada em Fisioterapia pela PUC Minas Gerais, Professora da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE, Rua Madame Schimit, 90- Federal, São Lourenço/MG. marinsfr@gmail.com

(2002) pode acarretar em sérias complicações levando a problemas que interferem na aparência física e alteração da autoimagem; perturbações orgânicas, quadros algícos nas zonas acometidas, diminuição das atividades funcionais, e em casos mais graves pode levar até quase a imobilidade dos membros inferiores.

Diante das questões apresentadas, muitas mulheres se submetem a restrições alimentares, procuram tratamentos estéticos ou exercícios em excesso na tentativa de minimizar os efeitos do FEG, entretanto é muitas vezes esquecida que a má postura corporal pode ocasionar agravamento da aparência estética do FEG. O objetivo deste trabalho é identificar a relação entre a postura corporal inadequada e a FEG, buscando apresentar possíveis tratamentos que podem auxiliar na correção da postura e melhoria do aspecto do FEG.

### **Materiais e Métodos**

O presente artigo é uma revisão de literatura bibliográfica, partindo da consulta de artigos científicos indexados em bancos de dados, monografias e livros sobre o tema proposto. Para encontrar artigos on-line foram empregadas palavras como “postura”; “celulite”; “fibro edema gelóide”.

### **Resultados e discussão**

De acordo com Pires, Arrieiro e Xavier (2009) afirmam que por ser tratar de uma condição de origem multifatorial, o desenvolvimento de terapias efetivas depende de uma avaliação detalhada com o objetivo de detectar possíveis fatores que desencadeiam o processo. E desta forma, trabalhar os fatores detectados que muitas vezes será de forma multidisciplinar.

No artigo de Antônio Carlos (2014) este cita exemplos clássicos de como a má postura pode impactar nos distúrbios estéticos: Os desvios da coluna como a hiperlordose que projetam o abdômen para a frente favorecendo o acúmulo de gordura na área abdominal, ou os desvios lombares que alteram o espaço entre as vértebras diminuindo a circulação sanguínea e linfática promovendo retenção de líquidos agravando os quadros de FEG. No entanto, existem tratamentos para a postura corporal que podem auxiliar em sua correção, ajudando não só no combate da

celulite, mas agregando melhorias na saúde em geral. O autor, apresenta a técnica fisioterapêutica RPG (Reeducação Postural Global) e a técnica de Pilates.

## Conclusão

É importante que seja realizada uma avaliação rigorosa sobre os possíveis fatores que desencadeiam a FEG. Se o profissional de estética identificar que a postura incorreta seja um dos fatores, deve explicar a cliente e sugerir que um tratamento para postura seja realizado, para que o procedimento estético de FEG, possa ser bem sucedido.

## Referências

ANTONIO CARLOS. **Má postura também piora quadros de Gordura Localizada e Celulite.** Publicado em 17/06/2014, no Blog da Físio Fernandes. Disponível em: <<https://www.fernandesestetica.com.br/ma-postura-tambem-piora-quadros-de-gordura-localizada-e-celulite/>>. Acesso em: 15/09/2019.

GUIRRO, E; GUIRRO, R. **Fisioterapia Dermato Funcional.** 3.ed. São Paulo:Manole, 2002.

PIÉRARD, G.E., NIZET, J.L., PIÉRARD-FRANCHIMONT, C. Cellulite: fromstandingfatherniationtohypodermalstretchmarks. Am J Dermatopathol. 2000;22(1):34-7.

PIRES, V.A.; ARRIEIRO, A.N.; XAVIER, M. Fibro edema gelóide: etiopatogenia, avaliação e aspectos relevantes – uma revisão de literatura.**XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2009. Disponível em:** <[http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/RE\\_0950\\_1392\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0950_1392_01.pdf)>. Acesso em: 10/09/2019.

TOGNI, A. B. **Avaliação dos Efeitos do Ultra-Som Associado à Fonoforese e Endermologia no Tratamento do Fibro Edema Gelóide.** Curso de Fisioterapia Universidade do Sul de Santa Catarina.Tubarão,2006.

## O CRESCIMENTO DA VAIDADE MASCULINA E A PROCURA POR ARTIFÍCIOS EMBELEZADORES: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

TRIBST, Lilian Teodoro <sup>1</sup>, SOUZA, Maria Paula Pereira Ferreira

### Introdução

Durante muito tempo, a “masculinidade” foi entendida como um conceito fechado, absoluto. Tratava-se da “essência” do homem, o elemento que o discernia da mulher e justificava, sob uma visão patriarcal, sua superioridade em relação a elas. O principal cuidado com a beleza estava ligado a demonstração de poder, riqueza e bela forma física diante da sociedade. Desde a antiguidade os homens tinham como hábito o ato de cultuar o corpo, seja em rituais ou apenas para exibicionismo em determinadas práticas de luta (FERNANDEZ, 2016 e CANNECCHIA et. al., 2019).

O Despertar masculino para o universo da vaidade fez com que diversas características desses homens fossem transformadas. Surge então, um “novo homem” ou “homem moderno”, o metrossexual, que representa a nova masculinidade a qual acaba provocando quebras de conceitos pré-estabelecidos do que é ser homem (UTZIG, 2016).

A aparência Física é uma preocupação na atualidade, procurando sempre estar bem vestidos em busca do corpo notável, seja para chamar atenção, por status social ou mesmo para promoção do seu marketing pessoal. Todo esse cuidado demonstra que questões pertinentes à vaidade das pessoas estão atingindo um maior espaço, principalmente no sexo masculino, visto que algumas atitudes de cuidados com o corpo não eram identificadas, e hoje estão em pauta (MAZURKEWIEZ et. al. 2017).

Neste contexto, o objetivo desse estudo é de verificar o crescimento da vaidade masculina e a sua relação com a procura por artifícios embelezadores

---

<sup>1</sup> [liliantribst@yahoo.com.br](mailto:liliantribst@yahoo.com.br), Fepi- Centro Universitário de Itajubá.

## **Materiais e métodos**

A presente pesquisa apresenta uma revisão de literatura do tipo descritiva, documental. A busca foi realizada na base de dados: Bireme, Pubmed, Biblioteca Unesp, Scielo, Biblioteca USP e Google Acadêmico no período 2012 até 2019 usando os descritores: vaidade masculina, estética masculina, metrosssexualidade, cuidados masculinos, cosméticos masculinos, Homem e estética, público masculino na estética. Serão considerados os artigos apenas na língua portuguesa, pesquisados no período de agosto de 2019 a setembro de 2019. Os artigos que não apresentaram o tema proposto e não estavam em língua portuguesa, foram excluídos.

## **Resultados e discussão**

Foram encontrados 49 artigos nas bases de dados, porém somente 20 se encaixaram nos critérios de inclusão. Os autores afirmam que a mudança nos hábitos e o crescimento da estética masculina se dá devido as mudanças dos papéis do homem e da mulher na sociedade onde a procura de cuidados com a beleza, pelos homens, está associada ao cuidado com a saúde, melhora do auto estima e do bem-estar.

Nota-se claramente a ascensão imensa da vaidade nos homens (MARAGON; 2018).

As representações de masculinidade, em lugar de reproduzir padrões antes constituídos, o “novo homem” pode ser forte, racional, corajoso, mas, também chora, expressa emoções, é vaidoso, demonstra cuidado, brinca de boneca com suas filhas, participa ativamente na criação dos filhos, divide as tarefas domésticas e o orçamento.

Cozinha, deixa que a mulher se sobressaia em determinadas situações sem que lhe traga inseguranças, sem deixar de ser “homem” (RIBEIRO et. al., 2019)

O homem contemporâneo não tem receio quanto a sua vaidade e, a preocupação com a sua aparência física não é mais considerado como algo desnecessário ou que o coloque efeminado. A sociedade atual anseia por um homem seguro, capaz de adotar padrões de beleza que lhe forem atraentes e que permitam gerenciar sua imagem dentro de um contexto social. Assim o cuidado com a aparência é considerado como algo positivo, capaz de gerar benefícios sociais e profissionais (CORRAL; 2017).

## Considerações finais

Observou-se que conceito de vaidade masculina está em grande mudança, antes a vaidade masculina se baseava em ser o provedor da casa, ser forte e corajoso e qualquer demonstração de preocupação com a aparência era considerado características afeminadas e femininas. Nos dias atuais, os homens cuidam do corpo e do bem-estar, para a melhora da autoestima e busca do sucesso profissional e pessoal.

## Referências

-CANNECCHIA, Marcela Cleto; COELHO, Amanda; LOPES, Débora; DINAMARK, Karoline; TALHATI, Fernanda; Benefícios da Massagem Relaxante para o homem da Atualidade; Pesquisa e Ação; v.5; n.1; junho de 2019.

-CORRAL, Renata Carolina; Análise do comportamento de consumo da indústria de produtos cosméticos: um estudo sobre o público masculino; 2017; 37f; Trabalho de Conclusão de curso (Bacharel em Administração) - Centro Universitário de Formiga - Unifor; Formiga, Minas Gerais, 2017.

-FERNANDES, Ana Beatriz Rabelo Andrade; O Discurso e a Conservação do “homem 2.o”: um estudo sobre o papel na expansão do mercado maculino de beleza no Brasil a partir do caso Men’s Market; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; 2016.

-MARANGON, Thaís Cláudia; Linha Essentia de Cosméticos orgânicos masculinos: experimental!; 2018; 54 f; Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Comunicação Social) - Universidade Federal do Mato Grosso; Cuiabá, mato Grosso; 2018.

-MAZURKEWIZ, Bianca; FABRÍCIO, Adriane; DESSBESELL, Vanessa Hasper; BUSSLER, Nairana Radtke; ROTILI, Liane Beatriz; LOPES, Luis Felipe; A influência da vaidade no comportamento de compra do consumidor masculino das gerações X e Y; ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do EFRS; v.4; n.4; p.69-92; Jul/dez 2017.

-RIBEIRO, Bruno Cédar Peralta; SILVA, Gabriela Vieira da; SANTANA, Monalisa Santos; MOTA, Romilda Costa; Discutindo estereótipos de Gênero. Análise das Representações de novas Masculinidades em Campanhas Publicitárias; Caderno Profissional de Marketing - UNIMEP; v.7; n.1; janeiro-março de 2019.

-UTZIG, Martiele Maria; Estilo de vida do Consumidor Masculino: Um estudo no setor de higiene pessoal, Perfumaria e cosméticos; Universidade Federal da Fronteira do Sul; Cerro Largo; 2016.

## A ESTÉTICA ENVOLVIDA NO ENVELHECIMENTO CUTÂNEO PRECOCE E NA PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PELE

Guimarães,s.c.m.a<sup>1</sup>., guimarães,m.m.s<sup>1</sup>., garrido,j.g<sup>1</sup>., alkimim,d.m<sup>1</sup>., leite,a.f<sup>1</sup>., pereira,l.p<sup>2</sup>.,  
assis,i.b<sup>2</sup>., frança,r.f<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente em Estética e Cosmetologia Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG

<sup>2</sup>Docentes em Estética e Cosmetologia Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG.

### RESUMO

A incidência e a mortalidade por melanoma vêm aumentando em todo o mundo. O câncer de pele é o mais frequente no Brasil, correspondendo a cerca de 30% dos tumores malignos registrados, sendo que o melanoma representa 3% das neoplasias malignas do mesmo órgão, o tipo mais grave devido à alta possibilidade de metástase. A etiologia é decorrente de vários fatores, uma célula se replica de forma desordenada, descontrolada, originando a neoplasia, podendo aparecer em qualquer parte do corpo, pele ou mucosa, em forma de manchas, sinais ou pintas, sendo melanoma as que coçam, sangram, mudam de cor e de tamanho. Esse artigo foi realizado após uma revisão de literatura com caráter descritivo narrativo, através de pesquisa com base de dados como Google Acadêmico. Conclui-se a necessidade de cuidados eficazes nas práticas cutâneas, como o uso do protetor solar, primordial para evitar o envelhecimento precoce e prevenção do câncer de pele. Em caso de melanoma, o diagnóstico precoce pode salvar a vida do paciente sendo que a presença de metástase associa-se a mortalidade elevada; a detecção de lesões iniciais tem se mostrado como um dos poucos tratamentos efetivos disponíveis na atualidade, devido a introdução dos novos medicamentos imunoterápicos como pembrolizumab, nivolumab e ipilimumab, que aumentam a resposta do sistema imunológico do organismo contra as células de melanoma. O profissional esteta tem sido um grande aliado contra essa patologia, devido o contato frequente com o paciente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Dermatologia, Fotoproteção, Câncer de Pele, Melanoma, Imunoterápicos.



## FITOTERAPIA CHINESA PARA REDUÇÃO DE LIPODISTROFIA

Guimarães,s.c.m.a<sup>1</sup>., guimarães,m.m.s<sup>1</sup>., garrido,j.g<sup>1</sup>., souza,e.c.,<sup>1</sup> assis,i.b<sup>2</sup>., pereira,l.p<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Discentes em Estética e Cosmetologia Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG.

<sup>2</sup>Mestre em Ciências da Saúde e Docente em Estética e Cosmetologia da Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG.

<sup>3</sup>Doutora e Mestre em Engenharia Biomédica; Docente em Estética e Cosmetologia da Faculdade São Lourenço – UNISEPE – São Lourenço/MG.

### RESUMO

A Fitoterapia é a ciência que estuda as plantas medicinais, sendo uma das mais antigas práticas terapêuticas, que vem apresentando grandes efeitos tanto no tratamento como na prevenção de inúmeras doenças, inclusive na obesidade. A obesidade é definida como uma afecção crônica, caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal. O número de pessoas que apresentam essa doença tem aumentado atualmente, tornando essa situação um problema de saúde pública. A fitoterapia pode ser utilizada no tratamento da obesidade, levando em consideração que a mesma pode ser decorrente de diversos fatores como doenças cardiovasculares e distúrbios psicossociais, que elevam os custos nos sistemas nacionais de saúde, havendo um impacto na economia e estando relacionada com o aumento da taxa de morbidade e mortalidade. Sendo assim, pesquisas para redução da obesidade através da fitoterapia vem sendo desenvolvidas. Entre os principais fitoterápicos utilizados atualmente estão a *Camelia Sinensis* (Chá Verde), *Cynara Scolymus* (Alcachofra) e *Phaseolus Vulgaris* (Feijão Branco). Esse artigo trata-se de uma revisão de literatura de caráter quantitativo, publicado nos últimos 10 anos, desenvolvida por meio de artigos científicos que associam a fitoterapia no combate à obesidade. Através da presente pesquisa, foi possível apresentar os benefícios dos fitoterápicos no combate a por serem naturais, tratando o paciente como um todo, e possuírem poucas contra indicações. O combate à adiposidade compreende diversas alternativas terapêuticas, destacando a importância do uso de fitoterápicos que devem ser utilizados apenas com indicação de profissionais habilitados, por possuírem efeitos adversos, e tendo como finalidade alcançar resultados desejáveis.

**PALAVRAS CHAVES:** Fitoterapia, Obesidade, *Camelia Sinensis*, *Cynara Scolymus*, *Phaseolus Vulgaris*.

## SISTEMA LINFÁTICO EM MULHERES MASTECTOMIZADAS

Silva, Suimey Alexia<sup>1</sup>; Ferreira, Daiane da Silva<sup>1</sup>; Batista, Debora Souza Pinto<sup>1</sup>; Campos, Ingrid Helen de Alkimim<sup>1</sup>; Ribeiro, Karine de Carvalho<sup>1</sup>; Gouveia, Letícia Kelly Vieira<sup>1</sup>; Castro, Nicolý Pereira de<sup>1</sup>; Marins, Fernanda Ribeiro<sup>2</sup>

### Introdução

O câncer de mama apresenta grandes índices de mortalidade entre as mulheres, cerca de 15 a 20% dos pacientes sobreviventes ao câncer de mama sofrem com algum desconforto nos membros superiores. O sistema linfático é afetado na maioria das cirurgias de mastectomia. Essa alteração linfática pode estar associada à ausência de linfonodos, ou a presença apenas de linfonodos remanescentes que promovem uma redução da capacidade de transporte de linfa no braço e no tronco. O linfedema é a complicação pós-operatória mais comum, consiste em uma doença crônica e geralmente incurável, causando um aumento do diâmetro do membro, podendo modificar e até distorcer a imagem corporal do paciente, aumentar a morbidade física, além de promover um prejuízo na função. A boa cicatrização, a imobilização do ombro ipsilateral à cirurgia, a contração muscular e a drenagem linfática manual ajudam na restauração do fluxo linfático (REZENDE et al.,2008).

### Matérias e Métodos

O objetivo dessa revisão de literatura é pesquisar e confrontar resultados a respeito do sistema linfático em mulheres mastectomizadas. A proposta apresenta caráter narrativo e descritivo e foi realizada através da análise de livros didáticos e artigos na base de dados Periódicos Google Acadêmico e Scielo. Foram usados os seguintes descritores, para a triagem: “Sistema Linfático” e “Mastectomia”.

### Resultados e discussão

O carcinoma de mama é uma doença que pode evoluir lenta ou rapidamente, dependendo da multiplicação celular. Estas têm a capacidade de invadir tecidos não mamários e se disseminar para vários locais do corpo. Entre os fatores que podem ocasionar esta patologia, destaca-se a

menopausa tardia, parto tardio, menarca precoce, obesidade e hereditariedade (CAMARGO e MARX, 2000; FITZGIBBONS et al., 2000; ABREU e KOIFMAN, 2002; JAMAL et al., 2008).

A biópsia de linfonodo sentinela é realizada nos estágios iniciais de câncer de mama, pois ele é o primeiro a receber a drenagem linfática vinda do tumor na mama. A biópsia visa detectar o comprometimento metastático na axila para evitar o esvaziamento radical em paciente sem metástase (CARVALHO, 2012; MARQUES et al., 2015)

Após a cirurgia de mastectomia, o paciente pode desenvolver linfedema no membro, perder o movimento do ombro e ter o movimento do braço e mão limitados

(SCHWARTZ et al., 2000; EDGE et al., 2003; JAMAL et al., 2008; ALEGRANCE et al., 2010).

O linfedema é a complicação mais comum pós mastectomia, pois o líquido proteico é acumulado nos espaços do interstício, ocasionando redução no transporte da linfa, devido a modificações no sistema linfático ou consequente a alterações no meio extra linfático. Outros fatores podem desencadear o linfedema com a linfadenectomia axilar e a radioterapia (PASCOAL et al., 2010; MARQUES et al., 2015)

O sistema linfático se origina nos espaços teciduais do corpo e são formados de vasos, ductos linfáticos, capilares e linfonodos. Inclui-se nesse sistema o baço, as tonsilas e o timo como órgãos relacionados. A função do sistema linfático é conservar proteínas plasmáticas que extravasam dos capilares, dar proteção contra microrganismos patogênicos, absorver lipídio através dos linfáticos intestinais, controlar a homeostase macromolecular, controlar os fluidos teciduais e função imune, sendo este um sistema auxiliar ao sistema venoso (SQUARCINO, 2007).

Com o surgimento do linfedema, a circulação sanguínea e linfática fica prejudicada, pois estes sistemas não estão funcionando corretamente, fazendo com que o combate a infecções seja prejudicado, permitindo assim, que qualquer bactéria possa entrar por fissuras na pele e se desenvolver. (HOMEM, 2008).

Na estética, a técnica que visa melhorar a circulação sanguínea e linfática, eliminando os resíduos e diminuindo os edemas, principalmente em pacientes pós mastectomia é a drenagem linfática. A mesma poderá ser utilizada no primeiro dia de pós-operatório de cirurgia de câncer de mama de acordo com a indicação médica (MARQUES et al, 2015).

Um estudo mostrou que o edema foi reduzido de 0,5 e 3 cm durante sessões de drenagem linfática, e que quando as sessões de drenagem eram espaçadas o linfedema aumentava (CUNHA et al., 2012).

Após a dissecação axilar, o sistema linfático busca maneiras para compensar a perda desses linfonodos, tentando fazer com que a linfa seja transportada. Ele tenta compensar fazendo com que os vasos linfáticos que permaneceram realizem a função valvular. Anastomoses axilo-axilares e axilo-inguinais surgem realizando o fluxo linfático colateral, anastomoses linfo-linfáticas se desenvolvem no local onde foi feita a ressecção axilar e anastomoses linfo-venosas periféricas estabilizam a capacidade de transportar a linfa por meio de novas ligações entre veias e linfáticos e macrófagos vindos de capilares sanguíneos da região de estase linfática. Em conjunto, estas alterações morfofuncionais começam a desobstruir a estase linfática. (FOLDI, et al., 1989; REZENDE et al., 2008)

Um estudo com um cadáver feminino com 81 anos e histórico de mastectomia e dissecação axilar do lado direito, 11 anos antes do óbito, foi observado que no braço direito não houve caminhos linfáticos superficiais e nem próximo ao cotovelo e foi encontrado bloqueio dos canais da linfa e fibrose. Neste cadáver foram encontradas compensações linfáticas como, refluxo dérmico, anastomoses linfo-linfáticas superficiais e profundas; atrofia do vaso linfático significando bloqueio; e anastomoses linfo-venosas (SUAMI e TAYLOR, 2007; REZENDE et al., 2008).

### **Conclusão / Considerações finais.**

A partir dos dados, é possível concluir que as mulheres que passam pela cirurgia de mastectomia podem sofrer complicações. Uma delas é o linfedema, uma doença crônica, que pode evoluir lenta ou rapidamente. Geralmente é uma doença incurável. Na estética, a drenagem linfática é uma das técnicas que ajudam na restauração do fluxo linfático e pode ser, portanto, essencial para a melhora da qualidade de vida da paciente, bem como para a integridade fisiológica e funcional do membro afetado

## Referências

1. REZENDE, L.F.; PEDRAS, F.V.; RAMOS, C.D.; Gurgel, M.S.C.; Avaliação das compensações linfáticas no pós-operatório de câncer de mama com dissecação axilar através da linfocintilografia. **Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular**. Out, 2008.
2. CAMARGO MC, MARX AG. Reabilitação física no câncer de mama. São Paulo: **Editora Roca**; 2000.
3. FITZGIBBONS, P.L.; PAGE, D.L.; WEAVER, D.; THOR, A.D.; ALLRED, D.C.; CLARK, G.M.; RUBY, S.G.; O'MALLEY, F.; SIMPSON, J.F.; CONNOLLY, J.L.; HAYES, D.F.; EDGE, S.B.; LICHTER, A.; SCHNITT, S.J. Prognostic factors in breast cancer. **College of American Pathologists Consensus Statement** 1999. ArchPathol LabMed 2000;124:966-78.
4. ABREU E, KOIFMAN S. Fatores prognósticos no câncer da mama feminina. **Rev Bras Cancerol**;48(1):113-31, 2002.
5. JAMMAL, M.P.; MACHADO, A.R.M.; RODRIGUES, L.R.R.; Fisioterapia na reabilitação de mulheres operadas por câncer de mama. **O Mundo da Saúde**. São Paulo; 32(4):506-510, 2008.
6. CARVALHO, F. N. Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde em mulheres submetidas ao tratamento do câncer de mama. 137 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências na área de Saúde Pública e Meio Ambiente)-Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca de Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2012.
7. MARQUES, J.R.; MARTINS, P.C.M.L.; MACHADO, E.R., SOUZA, L.M.; RODRIGUES, J.H.A.; Análise dos Efeitos da Drenagem Linfática Manual no Tratamento do Linfedema Pós-Mastectomia. **Saúde & Ciência em Ação - Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**. v.1, n. 01:jul-dez.2015
8. SCHWARTZ, G.F.; SOLIN, L.J.; OLIVOTTO, I.A.; et al. The consensus conference on the treatment of in situ ductal carcinoma of the breast. **Breast J**;6:4-13, 2000.
9. EDGE, S.B.; NILAND, J.C.; BOOKMAN, M.A.; et al. Emergence of sentinel node biopsy in breast cancer as standard of care in academic comprehensive cancer centers. **J Natl Cancer Inst**;95:1514-21, 2003.

10. ALEGRANCE, F. C.; SOUZA, C. B. S.; MAZZEI, R. L. Qualidade de vida e estratégias de enfrentamento em mulheres com e sem linfedema pós-câncer de mama. **Revista Brasileira de Cancerologia**, São Paulo, v.56, n.3, p. 341-351, 2010.
11. PASCOAL, C. K. P.; BERGMANN, A.; RIBEIRO, M. J. P.; VIEIRA, R. J. S.; FONTOURA, H. A. Relatos de mulheres submetidas à biópsia do linfonodo sentinela quanto às orientações recebidas para prevenção de linfedema: um estudo qualitativo. **Revista Brasileira de Cancerologia**, Ipatinga- MG, v.56,n.2, p.219-226, 2010.
12. SQUARCINO, I. M.; BORRELLI, M.; SATO, M. A. Fisioterapia no linfedema secundário à mastectomia. **Revista Arquivos Médicos ABC**, SantoAndre-SP, v.32, p.64-67, 2007.
13. HOMEM, J.; PROVIN, M.E. **Intervenção fisioterapêutica no linfedemade face após o câncer de cabeça e pescoço**. Disponível em: < <https://docplayer.com.br/6410641-Juliana-homem-maria-emilia-provin-intervencao-fisioterapeutica-no-linfedema-de-face-apos-o-cancer-de-cabeca-e-pescoco.html> >. Acesso em: 21 set. 2019.
14. CUNHA, A.M.; SILVA, M. A. T.da.; SOUSA, R. S. Benefíciosda drenagem linfática manual no linfedema em mulheres submetidas a mastectomia radical. **Saúde & Ciência em Ação - Revista Acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde**. v.1, n. 01:jul-dez.2015
15. FOLDI, E.; FOLDI, M.; CLODIUS, L. The lymphedemachaos: a lancet. **Ann PlastSurg**. 22:505-15, 1989.
16. SUAMI, H.; PAN, W.R.; TAYLOR, G.I. Changes in the lymph structure of the upper limb after axillary dissection: radiographic and anatomical study in human cadaver. **PlastReconstrSurg**. 120:982-91, 2007.

# NUTRIÇÃO

## ALEITAMENTO PARA O PREMATURO

SILVA, I.M.C.<sup>135</sup>, VIEIRA, P.J.; DIONELLO, A.F.M.

### Introdução

Sabe-se da importância do aleitamento materno exclusivo em recém-nascidos (RN), além de ser a forma mais segura e natural de alimentação até os 6 meses de idade. São muitos os benefícios deste leite para o RN, pois possui uma mistura única de carboidratos, proteínas, lipídeos, vitaminas, minerais e enzimas, além do benefício nutricional, tem valor imunológico e fisiológico sem contar, econômico.

O recém-nascido pré-termo (RNPT) que nasce antes das 37 semanas, ainda não está totalmente desenvolvido, apresentando uma imaturidade fisiológica e neurológica, não possuindo capacidade suficiente para fazer a sucção/deglutição/respiração necessária para o aporte nutricional feito pelo aleitamento materno.

O leite humano produzido pelas mães de recém-nascido pré-termo se difere em sua composição comparado ao das mães de crianças a termo, com maior teor de proteínas com funções imunológicas, sais minerais, nitrogênio, vitaminas A, D e E, além de menor concentração de lactose, tornando-se um leite mais “completo”, como forma de compensar a prematuridade (PEREIRA *et al.*, 2017).

Este artigo tem como objetivo definir a importância do aleitamento para recém-nascidos pré-termo baseado em estudos de livros e artigos científicos publicados.

### Metodologia

A elaboração do trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico, *PubMed*, *SciELO* e livros.

Foram estabelecidos limites dos anos de publicação dos artigos buscados de, no máximo, 10 anos desde sua publicação, e teve-se como limite artigos em língua portuguesa.

---

<sup>135</sup> [isabellamaranha@hotmail.com](mailto:isabellamaranha@hotmail.com) Faculdade de São Lourenço.



## Referencial Teórico

Os recém-nascidos com idade gestacional menor que 37 semanas de gestação são considerados prematuros. A prematuridade traz consigo a imaturidade das funções fisiológicas e motoras, prejudicando o desenvolvimento e crescimento deste bebê (AULER e DELPHINO, 2008).

A idade gestacional (IG) tem relação com o peso ao nascer dos recém-nascidos e é importante ressaltar que isso pode influenciar no grau de maturidade morfofisiometabólica que interfere não só nas necessidades fisiológicas destes bebês, mas também nas nutricionais (ACCIOLY *et al.*, 2009).

Utilizam-se curvas de crescimento específicas para demonstrarem a adequação do peso e da idade ao nascer, podendo assim classificar o recém-nascido em adequado para a idade gestacional (AIG), pequeno para a idade gestacional (PIG) e grande para a idade gestacional (GIG).

Para o recém-nascido pré-termo o leite materno é o mais indicado, já que este leite que será produzido nas primeiras quatro semanas pós-parto contém maior concentração de nitrogênio, proteínas com função imunológica, lipídios totais, ácidos graxos de cadeia média, vitaminas A, D e E, cálcio, sódio e energia do que aquele da mãe do recém-nascido a termo (NASCIMENTO e ISSLER, 2004).

O leite humano tem uma composição única para atender as necessidades do bebê. É caracterizado por mais de 200 constituintes formando uma mistura complexa. Em sua composição possui proteínas, açúcar, minerais e vitaminas, com gordura em suspensão e somados a outros constituintes suprem as necessidades imunológicas e nutricionais do recém-nascido para um excelente crescimento e desenvolvimento (ACCIOLY *et al.*, 2009).

Quando existe a impossibilidade do aleitamento materno introduzem-se fórmulas infantis que podem ser administradas por sondas gástricas, dependendo da imaturidade fisiológica do recém-nascido ou por copinhos descartáveis, quando o mesmo consegue deglutir.

O profissional nutricionista tem como papel o aconselhamento nutricional, enfatizando a importância do aleitamento materno e os princípios básicos de uma alimentação complementar saudável (EUCLYDES, 2014).

## Considerações finais

Conclui-se o quão importante é o aleitamento materno exclusivo em recém-nascidos pré-termo, principalmente aqueles em prematuridade extrema e baixo peso ao nascer, pois o leite materno contém mais vitaminas e minerais que podem contribuir com a melhora e crescimento deste recém-nascido, no entanto, em alguns casos, existe a impossibilidade de se proporcionar este aleitamento materno, fazendo uso então de fórmulas infantis para suprir as necessidades energéticas do recém-nascido.

## Referências

- ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; DE AQUINO LACERDA, E.M. *Nutrição em Obstetrícia e Pediatria*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
- AULER, F.; DELPHINO, F.S., **Terapia Nutricional em Recém-Nascidos Prematuros**. *Revista Saúde e Pesquisa*. v.1, n.2, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/750/0> Acesso em: 28 abr. 2019, 10:32.
- DO NASCIMENTO, M.B.R.; ISSLER, H., **Aleitamento Materno em Prematuros: Manejo Clínico Hospitalar**. *Jornal de Pediatria*. Joinville, SC, 2004.
- EUCLYDES, M.P., **Nutrição do Lactente: Base Científica para uma Alimentação Saudável**. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2014.
- PEREIRA, C.B.; GARCIA, E.S.G.F.; GRADIM, C.V.C., **Aleitamento Materno em Prematuros em uma UTI Neonatal**. TCC (Graduação em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem, FEPESMIG, Silvanópolis, 2017.

## TERAPIA NUTRICIONAL NAS DOENÇAS INFLAMATORIAS INTESTINAIS

PEREIRA, Anderson Almeida <sup>136</sup>

PINTO, Larissa Perroni Bustamante e DIONELLO, Andreza Figueirola Martins

### Introdução

As doenças inflamatórias intestinais (DII) são caracterizadas como doença autoimune onde apresentam respostas imunológicas exageradas descrita como patologia sistêmicas inflamatórias crônicas tendo sua prevalência no trato gastrointestinal (FERRAZ, 2015). Dentre as doenças mais comuns encontra-se a doença de Crohn (DC) e a Retocolite ulcerativa inespecífica (RCUI). A DC pode chegar a atingir todo trato gastrointestinal, desde a boca ao reto, sendo que as regiões afetadas pela DC se revezam com as regiões saudáveis do intestino. Sua etiologia está associada a fatores imunológicos, genéticos e ambientais (DIESTEL *et al.*, 2012).

Dentre seus sintomas podem estar presentes a diarreia, dor abdominal e perda de peso, podendo acometer alguns sintomas sistêmicos como mal-estar, anorexia, emagrecimento e febre. A Retocolite ulcerativa inespecífica (RCUI), consiste na inflamação da mucosa do cólon e reto, sendo caracterizada por afetar de maneira contínua as áreas do intestino cólon e reto, causando lesões erosivas e sangramento intestinal. Alguns de seus sintomas são diarreia sanguinolenta, eliminação de muco, cólicas abdominais e urgência para evacuar (SANTOS, 2015).

A terapia nutricional é planejada de forma individual e depende do estado atual de cada paciente tendo como objetivo recuperar e/ou manter o estado nutricional, fornecer o aporte adequado de nutrientes, auxiliar na diminuição dos sintomas e reduzir complicações pós-operatórias ((JUNIOR, S.C.R; ERRANTE, P.R, 2016).

### Materiais e métodos

Estudo baseado em revisão bibliográfica, com busca nas bases de dados indexadas como *Pubmed*, Biblioteca Virtual em Saúde e *Google Scholar*, utilizando os seguintes descritores para a pesquisa: doença de Cronh, Retocolite ulcerativa, probióticos, prebióticos, tendo estabelecido como critérios de inclusão, artigos publicados entre 2006 e 2018 e em língua portuguesa.

---

<sup>136</sup> [Andersonalmeida44@gmail.com](mailto:Andersonalmeida44@gmail.com) – Faculdade de São Lourenço.

## Referencial teórico

A terapia nutricional nas doenças inflamatórias intestinais é utilizada com o objetivo de impedir ou corrigir o processo de desnutrição, repondo as deficiências de macro e micronutrientes, tendo como função reverter parte dos efeitos metabólicos patológico da doença (SANTOS, 2015).

A existência da desnutrição em pacientes com DII é um fator de risco muito grande tendo em vista sua alteração na microbiota intestinal, a recomendação de aporte calórico para esses pacientes é de 25 a 30 kcal e ingestão de 1,0 a 1,5 g de proteínas por kg de peso ideal/dia, com menos de 20% das calorias totais em lipídios (LIBÂNIO et al., 2017).

Uma dieta com resíduos mínimos pode minimizar o sintoma de diarreia, em paciente acometido com a retocolite ulcerativa, e limitar a ingestão de alimentos fibrosos podem diminuir os sintomas obstrutivos, o uso de refeições fracionadas e suplementos poli vitamínicos podem ser utilizados como um tratamento devido à má absorção. Deve-se evitar o consumo de alimentos que contenha lactose para limitar a formação de gases e diarreia e o uso de probióticos auxiliam no estabelecimento de bactérias benéficas ao intestino (JUNIOR e ERRANTE, 2016).

Os probióticos e prebióticos mostram um efeito benéfico nas inflamações intestinais devido sua inibição do crescimento de patógenos microbianos, elevado aumento das junções epiteliais e modificação da permeabilidade intestinal, modulação da resposta imune do epitélio intestinal e das células imunes da mucosa, secreção de produtos antimicrobianos e decomposição de antígenos luminiais patogênicos (FERREIRA *et al.*, 2010).

## Considerações finais

Com a exploração de vários estudos conclui-se que o uso de probióticos e prebióticos tem demonstrado ações benéficas ao portador da DII, pode-se observar também a grande importância da terapia nutricional para a remissão ou recuperação dos portadores de DII, de maneira geral observa-se que a ação da terapia nutricional associada ao tratamento clínico ou cirúrgico tem obtido melhor resposta na recuperação do paciente.

## Referências

DIESTEL, C.F; DOS SANTOS, M.C; ROMI, M.D. Tratamento Nutricional nas Doenças Inflamatórias Intestinais. **Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto, UERJ**, Rio de Janeiro, 11 out. 2012.

FERRAZ, F.B. Panorama Geral Sobre Doenças Inflamatórias Intestinais: Imunidade e Suscetibilidade da Doença de Crohn e Colite Ulcerativa. **J Health Sci**, Rio de Janeiro, 15 jan. 2015.

FERREIRA , A.A *et al.* Papel do Sistema Imune e Atuação dos Probióticos na Doença de Crohn. **Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, 10 dez. 2010.

JUNIOR, S.C.R; ERRANTE, P.R. Doença de Crohn, Diagnóstico e Tratamento. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, 4 dez. 2016.

LIBÂNIO, Jorgiana Libânio *et al.* Doença de Crohn e Probióticos: uma revisão. **Rasbran**, São Paulo, 31 out. 2017.

SANTOS, L.A.A *et al.* Terapia nutricional nas doenças inflamatórias. **Nutrire**, Botucatu, 30 jun. 2015.

## OBESIDADE INFANTIL: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Esteves, Anna Carolina Gergull<sup>137</sup>, e Briskiewicz, Bruna Lucas

### Introdução

A obesidade caracteriza-se por um acúmulo excessivo de gordura corporal, e pode estar associada a graves consequências no estado de saúde dos indivíduos (BOMFIM et al, 2016). A obesidade infantil é um dos agravos mais comuns da atualidade, de origem multifatorial, considerada um dos principais problemas de saúde pública mundialmente (BOMFIM et al, 2016). Observou-se um grande aumento na prevalência da obesidade infantil no Brasil, e um dos principais fatores que poderiam explicar esta transição estão relacionados às mudanças no estilo de vida e aos hábitos alimentares (HERNANDES e VALENTINE, 2010). Diante do exposto, o objetivo desse estudo foi realizar uma revisão bibliográfica a prevalência da obesidade infantil, e principais consequências.

### Materiais e métodos

Foi realizada uma revisão bibliográfica nas seguintes bases de dados: Sociedade Brasileira de Pediatria, SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde, *Science Direct*.

Os descritores utilizados para busca foram: Obesidade Infantil, Obesidade pediátrica, prevenção e controle, Causas, e Doenças Nutricionais e Metabólicas.

Foram incluídos artigos publicados em língua portuguesa, publicados entre o ano 2009 e 2019, referentes a faixa etária de 2 anos a 11 anos e 11 meses, foram excluídos trabalhos que não abordaram especificadamente o tema Obesidade Infantil; estudos referentes a adultos e adolescentes, e artigos anteriores ao ano de 2009.

### Resultados e discussão

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2006), atualmente, uma em cada dez crianças em todo o mundo apresenta diagnóstico nutricional de obesidade, representando cerca de cento e cinquenta e cinco milhões. Pesquisas realizadas em 2017 pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPA), observaram que as taxas de obesidade em crianças no mundo aumentaram de menos de 1% em 1975 para quase 6% em meninas e quase 8% em meninos em 2016.

---

<sup>137</sup> [annagergull@hotmail.com](mailto:annagergull@hotmail.com), Faculdade São Lourenço

No Brasil esse aumento também foi observado em diferentes estudos, a Pesquisa de Orçamentos Familiares demonstrou que, a prevalência de sobrepeso/obesidade saltou de 13,8% (meninos) e 10,4% (meninas) para 51,4% e 43,8%, respectivamente para as crianças com idades entre cinco e nove anos (ALMEIDA, 2018).

Dados da Associação Brasileira para Estudos de Obesidade (ABESO), indicam que a obesidade infantil triplicou nos últimos vinte anos, e quase 15% das crianças estão acima do peso e 5% são obesas (HERNANDES e VALENTINE, 2010).

De acordo com Monteiro e Vieira (2013) em determinados locais, os índices tornam-se preocupantes, a prevalência na Bahia foi de 9,3% de crianças com sobrepeso e 4,4% com obesidade, em São Paulo de 2,5% de obesidade em crianças menores de 10 anos entre as classes de baixa renda, e em 10,6% nas classes mais favorecidas. Na cidade de Recife o sobrepeso e a obesidade atingem cerca de 30% das crianças.

Segundo a ABESO (2009), caso nada seja feito, o número de crianças com sobrepeso e obesidade no mundo poderia chegar a 75 milhões. No Brasil, alguns levantamentos apontam que mais de 15% da população infantil está acima do peso.

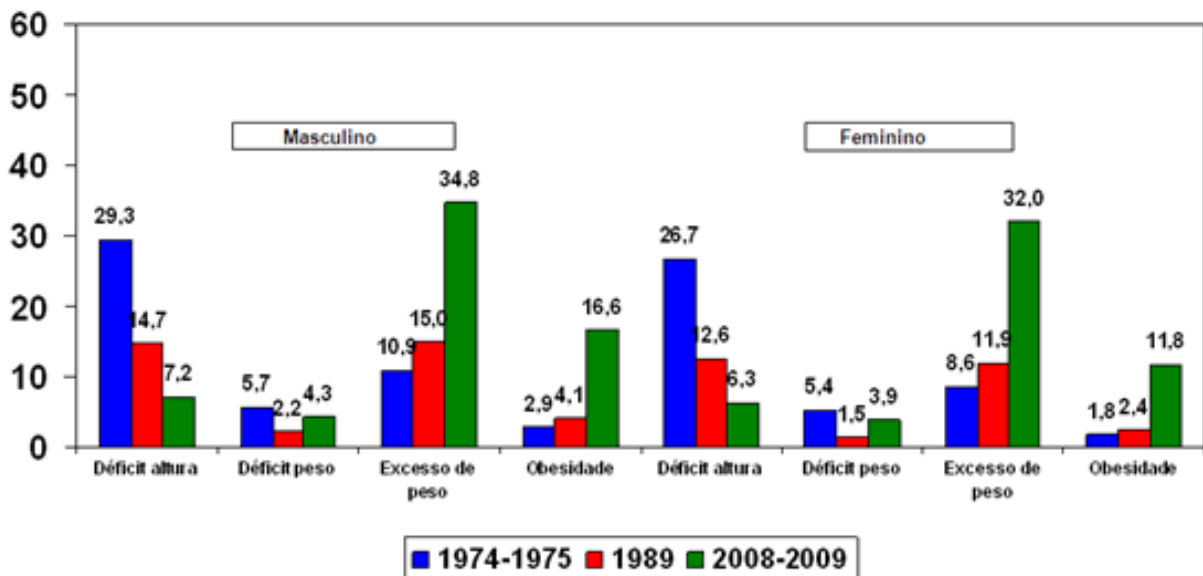
A OMS ressalta os níveis elevados de hipertensão arterial, hipercolesterolemia e diabetes tipo 2, enquanto a ABESO aponta outras doenças como insuficiência coronária, arteriosclerose, osteomusculares, respiratórias, dermatológicas, dislipidemia e endócrino-metabólica, hipercolesterolemia, a apneia do sono, os problemas psicossociais, as doenças ortopédicas além de diversos tipos de câncer associados às complicações relacionadas à obesidade infantil (SILVA, e BERNARDES; 2018). É mais difícil reverter e tratar as comorbidades da obesidade na idade adulta, tornando-se prioritário sua prevenção e tratamento na infância (OTT et al, 2014; BOMFIM et al, 2016).

De acordo com dados relacionados a obesidade infantil de o Progresso 2011; **30%** das crianças brasileiras estão acima do peso, sendo **15%** das que têm mais de 5 anos são obesas, e entre as principais causas estão **53%** das propagandas infantis; e **80%** do resultado da dieta está relacionado ao apoio da família.

A POF demonstrou um aumento no número de crianças de 5 a 9 anos com excesso de peso durante os anos de 2008/2009 à 1974/1975 (Gráfico 1) : em 2008-09, 34,8% dos meninos encontravam-se com o peso superior à faixa considerada saudável pela OMS, já 1989, este índice

era de 15%, contra 10,9% em 1974/1975, sendo similar nas meninas, que de 8,6% na década de 70 foram para 11,9% no final dos anos 80 e 32% em 2008/2009 (IBGE,2010).

**Gráfico 1** – Evolução de indicadores antropométricos na população de 5 a 9 anos de idade, por sexo – Brasil – períodos 1974-75, 1989 e 2008-2009.



Fontes: IBGE. Estudo Nacional da Despesa Familiar 1974-1975; Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição 1989; IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009

## Considerações finais

A obesidade infantil é uma doença crônica, de origem multifatorial. Atualmente pode-se observar um grande aumento em sua prevalência por todo o território nacional, sendo esse fenômeno denominado Transição Nutricional, ao qual faz com que ela se torne um grande problema da Saúde Pública.

As consequências da obesidade infantil estão diretamente relacionadas a qualidade de vida da criança, desencadeando diversas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) como diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial, problemas de colesterol e triglicérides, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social, podendo estender-se até a idade adulta.

Mudanças no estilo de vida e promoção da alimentação saudável, com adoção de um comportamento alimentar adequado, e prática de atividades físicas, não só pela criança e sim por toda a família, podem ajudar a prevenir a obesidade infantil. O principal objetivo é realizar a



promoção de um estilo de vida saudável, realizando a introdução alimentar da criança de forma adequada, incentivando o consumo de frutas, verduras e legumes, e evitando alimentos industrializados, sendo a Atenção Primária a mais adequada.

## Referências

ALMEIDA, C. A. N; **Classificação da obesidade infantil**. Ribeirão Preto, SP. 2018.

Associação brasileira para estudo da obesidade e síndrome metabólica. *Mapa da obesidade*, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade>

BOMFIM, N. S; GUILHERME, C. S; SAITO, J. A; MONTEZANI, E; **Obesidade Infantil: Principais causas e a importância da intervenção nutricional**. Catussaba: revista científica da escola da saúde, ano 5, n.1, p. 31-44, jan.2016.

DIRETRIZES BRASILEIRAS DE OBESIDADE, ABESO. Diagnóstico e tratamento da obesidade em criança e adolescentes. Ed. 4, p. 129-158, 2016

HERNANDES, F; VALENTINI, M. P. **Obesidade: causas e consequências em crianças e adolescentes**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas, v. 8, n. 3, p. 47-63, set./dez. 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **POF 2008-2009: desnutrição cai e peso das crianças brasileiras ultrapassa padrão internacional**. 27 de ago.2010.

MONTEIRO, U. G; VIEIRA, F. O; **Fatores desencadeadores de obesidade infantil**. Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, 2013.

MORAIS, D. C.; et al. **Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, p. 1475-1488, 2014.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Obesidade entre crianças e adolescentes aumentou dez vezes em quatro décadas, revela novo estudo do Imperial College London e da OMS**. Brasília, DF, Brasil, out. 2017.

OTT, A; GRASSEN, A. M; MORCELLI, C. M; POLITOWSKI, E. M; KROLIKOWSKI, D; **Alimentação Saudável na infância**, 2014.

**progresso:** Digital, Dourados-MS e região, 1 ago. 2010. Economia & Negócios, p. DHOTHNEWS.

SILVA, J. L.; BERNARDES, L. A; **Relação entre consumo e obesidade infantil sob a ótica da análise do comportamento: revisão narrativa.** Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018.

## INCIDÊNCIA DA CAQUEXIA E DESNUTRIÇÃO EM PACIENTES ONCOLÓGICOS E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO NUTRICIONAL

Silva, Camila de Oliveira<sup>1</sup>, Pinto, Larissa Perroni Bustamante Pinto<sup>2</sup>

### Introdução

O câncer é uma doença caracterizada pela proliferação descontrolada de células anormais, que tem como consequência a invasão de estruturas adjacentes e disseminação à distância, quando não controlado (TOSCANO et al., 2008). A perda de peso é frequente em pacientes oncológicos sendo que até 30% dos pacientes adultos apresentam perda superior a 10%. Dentre as consequências mais graves do câncer, destacam-se o estado de consumo progressiva, fraqueza generalizada, anemia e emagrecimento acentuado, que caracterizam o estado de caquexia cancerosa (KOWATA et al., 2009), sendo que a perda de peso reduz a resposta do paciente ao tratamento, aumentando a possibilidade de toxicidade e de desenvolvimento de infecção (WIE, 2010).

A caquexia cancerosa é multifatorial e caracterizada por um balanço negativo de proteína e energia causado pela redução na ingestão de alimentos e por desordens metabólicas. Com isso, os fatores que contribuem para o aparecimento da caquexia são aumento do estado inflamatório e da proteólise muscular, deficiência de carboidratos e alterações no metabolismo de lipídeos e proteínas. Dessa forma, a caquexia é clinicamente relevante uma vez que aumenta a morbidade e a mortalidade dos pacientes (RAVEL e PICHARD, 2010). O presente estudo tem como objetivo mostrar a incidência de caquexia e a relação do cuidado nutricional afim de obter a melhoria do estado clínico e nutricional de pacientes oncológicos.

### Metodologia

Estudo de revisão de literatura, feito através de pesquisas realizadas em bases de dados indexadas, como *Scielo*, *Google Scholar*, *Bireme*, , além de sites nacionais como o do Ministério da Saúde, utilizando-se os seguintes descritores: câncer, caquexia, terapia nutricional, desnutrição. Os critérios de inclusão para a pesquisa foram artigos publicados entre 2009 a 2019, em língua portuguesa e relacionados ao tema.

### Referencial teórico

A desnutrição pode ser definida como uma condição clínica proveniente de uma deficiência ou excesso, relativo ou absoluto, de um ou mais nutrientes essenciais. Podendo apresentar caráter primário ou secundário, de acordo com a causa. Casos em que o paciente tem uma alimentação quantitativa ou qualitativamente insuficiente em calorias e nutrientes são de caráter primário e os casos de caráter secundário são aqueles em que a ingestão de alimentos é insuficiente pois as necessidades energéticas aumentaram por fatores que não estejam relacionados diretamente com o alimento e sim à enfermidades como câncer, anorexia, verminoses entre outras.

A caquexia é uma síndrome de caráter multifatorial e sistêmico, sendo que uma de suas características marcantes é a perda progressiva de massa muscular com ou sem perda de tecido adiposo que não pode ser revertida totalmente com a terapia nutricional convencional, tendo como consequência o comprometimento funcional do organismo. As causas relacionadas desta síndrome são complexas e desencadeadas por processos tumorais e citocinas pró-inflamatórias (EVANS et al., 2008). Pacientes com neoplasias malignas apresentam marcadores inflamatórios altos e as substâncias produzidas pelo tumor liberam sinais catabólicos que estimulam ainda mais a liberação de citocinas pró-inflamatórias. Essa reação inflamatória sistêmica está relacionada à anorexia, desnutrição e caquexia, facilitando a progressão do tumor e consequentemente aumentando a morbimortalidade (ZHOU et al., 2010).

Uma avaliação bem detalhada, além de analisar a ingestão alimentar, composição corporal, capacidade funcional, analisa também dados bioquímicos. Por meio dos parâmetros laboratoriais é possível avaliar a condição de reserva das proteínas viscerais, somáticas e competência imunológica (GUPTA, 2010).

A nutrição possui este papel preventivo, pois busca assegurar as necessidades nutricionais na tentativa de preservar o peso, a composição corporal e retardar o desenvolvimento da caquexia. Auxilia, também, no controle de sintomas, na manutenção da hidratação satisfatória e atua resignificando o alimento, possibilitando assim, a redução da ansiedade e o aumento da autoestima e do prazer (ACREMAN, 2009; BENARROZ; FAILLACE; BARBOSA, 2009). O suporte nutricional como cuidado paliativo pode variar à medida que a doença evolui, devendo ser reavaliado constantemente (BOZZETTI, 2003, FUHRMAN; HERRMANN, 2006; VAN MECHELEN et al., 2013).

## Considerações finais

O nutricionista está diretamente ligado à melhora do paciente com aplicação das terapias nutricionais, avaliações clínica, nutricional e antropométrica e cálculos de dietas. Sendo assim, o estado nutricional pode ser monitorado para que haja uma resposta mais efetiva ao tratamento, bem como evitar o quadro de déficit nutricional. A sensibilidade e a criatividade deste profissional farão grande diferença durante o período de avaliação e aconselhamento nutricional. Os recursos terapêuticos para o controle de sintomas devem ser considerados de forma a respeitar o paciente, valorizando os alimentos preferenciais, adequação da dieta e o desejo por alimentos.

## Referências

- ACREMAN, S. **Nutrition in palliative care**. British Journal of Community Nursing, London, 2009.
- ANDRADE, R.S.; KALNICKI, S.; HERON, D.E. **Considerações nutricionais na radioterapia**. In: **Waitzberg DL. Dieta, nutrição e câncer**. São Paulo: Atheneu, 2004.
- EVANS, W.J.; MORLEY, J.E.; ARGILÉS, J et al. **Cachexia: A new definition**. Clin Nutr, 2008.
- GUPTA, D.; LIS, C.G. **Pretreatment serum albumin as a predictor of cancer survival: A systematic review of the epidemiological literature**. 2010.
- KOWATA, C.H.; BENEDETTI, G.V.; TRAVAGLIA, T.; ARAÚJO, E.J.A. **Fisiopatologia da Caquexia no Câncer: uma revisão**. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, 2009.
- RAVEL, N.J.; PICHARD, C. **Clinical nutrition, body composition and oncology: A critical literature review of the synergies**. Critical Reviews in Oncology/ Hematology, 2012.
- TOSCANO, B.A.F.; COELHO, M.S.; ABREU, H.B.; LOGRADO, M.H.G.; FORTES, R.C. **Câncer: implicações nutricionais**. Comunicação em Ciências da Saúde. v.19, 2008.
- WIE, G. A. et al. **Prevalence and risk factors of malnutrition among cancer patients according to tumor location and stage in the National Cancer Center in Korea**. Nutrition, v. 26, p. 263- 268, 2010.
- ZHOU X, WANG JL, LU J, SONG Y, KWAK KS, JIAO Q. **Reversal of Cancer Cachexia and Muscle Wasting by ActRIIB Antagonism Leads to Prolonged Survival**. Cell, 2010.

## ANÁLISE SENSORIAL DE SOBREMESA VEGANA PINKFRUIT

SILVA, Carolaine Santos<sup>1</sup>; OLIVEIRA, Jaquelyne Souza; SILVA, Jaqueline dos Santos Ribeiro; SANTOS, Liliane Daise Helena Carneiro; LIMBORÇO- FILHO, Marcelo, BRISKIEWICZ, Bruna Lucas<sup>2</sup>.

**Palavras-chaves:** Análise sensorial, inhame, morango, tecnologia de alimentos, vegano.

### Introdução

Cada vez mais anúncios e propagandas de *marketing* estão sendo direcionadas ao público vegano. Segundo a Sociedade Vegetariana Brasileira (2018), cerca de 14% dos brasileiros se autodenominam vegetarianos sendo que destes, 33% declaram-se veganos, o que contabiliza cerca de 7 milhões de brasileiros veganos. O veganismo é um modo de vida que se define pela exclusão do consumo de qualquer alimento/produto/vestuário que seja de origem animal ou que em sua obtenção usou de qualquer forma de exploração e crueldade com os animais (SCHINAIDER, 2018). Pesquisa realizada pelo IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) em 2018 mostrou que 55% dos indivíduos entrevistados consumiriam produtos veganos como opção aos produtos convencionais se a rotulagem trouxesse esta informação de forma mais clara e se os produtos estivessem na mesma faixa de preço (SVB, 2018).

Mostram que 76% do total de produtos lácteos produzidos são de iogurtes (DLUZNIEWSKI *et al.*, 2014). O iogurte tradicional possui uma textura característica de cremosidade e leveza. E o produto fonte do desenvolvimento deveria ter estas características. Estudos que utilizaram o inhame, produto de origem vegetal demonstram benefícios da mucilagem como estabilizante/espessante (MANZANO, 2007). Portanto, a formação de textura tipo de “iogurte” a este desenvolvimento objetivo deste trabalho foi desenvolver um produto que atendesse ao público vegano e que tivesse aspectos semelhantes ao do iogurte convencional, e possuísse a menor quantidade possível de ingredientes naturais, conforme recomendação do Guia Alimentar da população brasileira.

### Materiais e métodos

A formulação base do experimento utiliza apenas dois ingredientes: inhame e morango. Para a realização do teste de ordenação de preferência, aplicou-se a variação de formulação acrescentando: i) banana nanica, para trazer dulçor natural; e ii) açúcar cristal, que é o adoçante

mais consumido pela população.

Utilizou-se os utensílios apropriados e eletrodomésticos para manipulação dos alimentos e elaboração do produto conforme especificado abaixo:

### **Métodos:**

Após as três formulações prontas, foi realizada a aplicação do teste de análise sensorial no modelo de ordenação de preferência.

Este tipo de teste é caracterizado pela apresentação de várias amostras aos degustadores, onde os mesmos deverão organizá-las de acordo com sua preferência. Por ser de simples aplicação e interpretação é um teste amplamente utilizado (TEIXEIRA, 2009). Para a aplicação do teste, as amostras receberam o nome de: “formulação 1” (inhame/morango), “formulação 2” (inhame/morango/banana) e “formulação 3” inhame/morango/açúcar cristal). Cada formulação recebeu dois códigos: formulação 1 (428/679), formulação 2 (352/894), formulação 3 (230,783). Onde os códigos foram organizados em 18 possíveis combinações de ordem de apresentação, variando as posições das amostras.

Os degustadores foram alunos voluntários do 4º e 6º período de Bacharelado em Nutrição da Faculdade de São Lourenço, totalizando 15 pessoas. Após a realização do treinamento e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), os degustadores receberam três amostras codificadas, sendo cada amostra referindo-se a uma formulação.

### **Resultados e discussão**

Observou-se que 80% (n=12) dos degustadores avaliaram a formulação 3 que possui Inhame/Morango/Açúcar Cristal como a mais preferida. Do total de degustadores 47%(n=7) assinalaram como segunda opção a formulação só com inhame e morango (Amostra 1). E por fim 53% (n=8) dos degustadores avaliaram a amostra 2 (adoçado com banana) como a menos preferida.

Por meio dos resultados obtidos, observou-se que entre alunos do curso de nutrição, a preferência da maioria ainda é por sobremesas mais doces. Pode-se inferir que provalmente este produto seria bem aceito para o público-alvo, e para a população em geral, esta preparação deverá ser apresentada em sua versão mais doce. A escolha do sabor de morango foi acertiva uma vez que em estudos realizados na cidade de Belo Horizonte 58,1% dos entrevistados

indicaram o sabor morango como a primeira opção (RIBEIRO. *et al*, 2010). Optou-se então pelo uso do morango para melhorar a palatabilidade do produto.

Aquino *et al*. identificou resultado semelhante, quando avaliou a preferência de degustadores por um iogurte natural de maracujá adoçado com açúcar cristal e relação a mesma preparação adoçada com açúcar mascavo e com sucralose. A amostra mais bem aceita foi a amostra adoçada com açúcar cristal. Onde as justificativas apontadas para a menor aceitação da formulação do iogurte com açúcar mascavo e sucralose foram que houve a modificação do sabor do iogurte em relação a amostra com açúcar cristal (Aquino, *et al*, 2018). Pode-se portanto, realizar a substituição do açúcar cristal convencional por adoçantes naturais, desde que estes adoçantes tragam dulçor sem alterar o sabor da preparação.

Porém, vale ressaltar que hábitos de vida podem e precisam ser alterados sempre em busca de uma vida mais saudável. Portanto, é extremamente válido o maior incentivo do consumo desta preparação em sua “formulação 1” com apenas 2 ingredientes e sem adição de açúcares.

Pacientes que sofrem de intolerância a lactose ou alergia à proteína do leite indiretamente procuram por produtos veganos, por saberem que estes não terão em sua composição leite (SCHEIN, 2016). Portanto pode-se considerar que devido a sua formulação este desenvolvimento também está apto aos paciente com intolerância a lactose e doença celíaca, pois, não possui em sua composição leite ou fontes de glúten.

### **Considerações finais**

Observou-se por meio da análise sensorial aplicada utilizando o modelo de teste de ordenação de preferência que houve uma melhor aceitação dos provadores pela formulação com adição de sacarose. Vale ainda ressaltar que para um resultado de aceitabilidade mais expressante e coerente, esta análise sensorial deve ser realizada como público alvo deste estudo. Já que suas preferências alimentares podem não ser por produtos com a adição de açúcar, como a população em geral.

Assim como, a existência de possibilidade de transformar alimentos típicos de culinária em novos produtos que podem ser encontrados disponíveis no mercado garantindo sabor e aspecto característico do produto tradicional, porém com formulação diferenciada para que assim tenha o alcance de pessoas com dietas de ingestão específicas. E que considerando os hábitos



da população em geral que se refletiu no resultado da análise sensorial aplicada, a formulação do produto deverá ser apresentada com mais dulçor, que poderia ser atribuída ao uso de adoçantes naturais.

## Referências

AQUINO, A. C. S. *et al.* **Análise sensorial de iogurte natural de maracujá elaborado com diferentes tipos de edulcorantes.** Curso de Nutrição do Centro Universitário Várzea Grande (UNIVAG), 2018.

DLUZNIEWSKI, D. M. *et al.* **Análise do perfil de compra e consumo de iogurtes funcionais nas cidades de Matelândia e Medianeira através do grupo focal.** UTFPR – Medianeira, 2014.

MANZANO, G. P. P. **Aspectos sensoriais e físico-químicos de “iogurtes” de soja com espessantes/estabilizantes à base de fécula de inhame (*dioscorea alata*), amido modificado e gelatina.** Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Campus de Araraquara. Araraquara, 2007.

RIBEIRO, M. M. *et al.* **Estudo de mercado de iogurte da cidade de Belo Horizonte/MG.** Rev. Ceres, Viçosa, v. 57, n.2, p. 151-156, mar/abr, 2010.

SCHEIN, M. **Desenvolvimento de torta de sorvete vegana.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SCHINAIDER, A. D. **Consumidor Vegano: uma análise de variáveis que definem seu perfil e suas motivações.** Agronegócios/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2018.

SVB. **Mercado vegano: estimativa de porcentagem de vegetarianos e veganos no Brasil.** Disponível em: <https://www.svb.org.br/vegetarianismo1/mercado-vegetariano>.

TEIXEIRA, L. V. **Análise sensorial na indústria de alimentos.** Rev. Inst. Latic. “Candido Tostes”, Jan/fev, n° 366, 64: 12-21, 2009.

## ADEQUAÇÃO DE TEMPERATURA E GARANTIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR EM UNIDADE DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO DA CIDADE DE SÃO LOURENÇO – MG

COLI, Carolina Rocha Junqueira<sup>138</sup>

PINTO, Larissa Perroni Bustamante, DIONELLO, Andreza Figueirola Martins

### Introdução

As Unidades de Alimentação e Nutrição são estabelecimentos responsáveis pelo fornecimento de refeições balanceadas e adequadas para o tipo de cliente que o estabelecimento atende. Para essas unidades, várias normas são estabelecidas e portanto, devem ser cumpridas, conforme a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 216, de 15 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004). Dentre as normas vigentes, tem-se, por exemplo, o controle de temperatura, que relata que o tratamento térmico deve garantir que todas as partes do alimento atinjam a temperatura de, no mínimo, 70 °C (setenta graus Celsius). Temperaturas inferiores podem ser utilizadas no tratamento térmico desde que as combinações de tempo e temperatura sejam suficientes para assegurar à qualidade higiênico-sanitária dos alimentos.

Quando se trata de temperatura de alimentos, a questão se torna algo mais importante, pois o controle da temperatura visa indicar se o alimento oferece risco ou se o mesmo está propício a uma maior facilidade de proliferação de bactérias ou ainda se está inócuo ao consumo, por parte do cliente ou comensal, uma vez que todo alimento é susceptível à contaminação por micro – organismos ao longo da cadeia produtiva, desde a recepção da matéria-prima até o momento da distribuição final (ANVISA, 2016).

Cabe ao nutricionista responsável pela Unidade de alimentação e Nutrição realizar o monitoramento da refeição servida e, em vias de inadequação de temperatura propor alternativas para correção desse problema.

A presente pesquisa mostrará a importância do controle de temperatura diária e formas da adequação aos parâmetros recomendados na legislação, como forma de garantia de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) aos comensais das UAN`s (Unidades de Alimentação e Nutrição).

---

<sup>138</sup> [Carolina.junqueira2016@gmail.com](mailto:Carolina.junqueira2016@gmail.com) / Faculdade de São Lourenço - Unisepe

## Material e métodos

Este trabalho é uma pesquisa de caráter quantitativo e observacional. A pesquisa foi realizada em Unidade de Alimentação e Nutrição, localizada na cidade de São Lourenço – MG, pelo período de 3 meses (dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019), sendo que a coleta e divulgação dos dados foram autorizados pela empresa. Por se tratar de uma pesquisa acadêmica os dados coletados serão apresentados no formato de gráficos confeccionados em linhas e colunas constando as médias das temperaturas em duas classes: pratos quentes e pratos resfriados.

## Resultados e discussão

Percebeu-se que durante o período de coleta houve poucas alterações nos marcadores das temperaturas. Foram coletadas as temperaturas de cinco pratos quentes (arroz, feijão, principal, carne opção 1, carne opção 2 e guarnição), e cinco pratos resfriados (salada 1, salada 2, salada 3, suco e sobremesa) num total de 10 preparações. As temperaturas registradas ficaram em 72°C para os pratos quentes e 7,1°C nos pratos resfriados, no mês de dezembro/2018; em janeiro, os pratos quentes atingiram a temperatura de 72°C e os pratos resfriados a 7,2 °C; e, por fim, em fevereiro, os pratos quentes atingiram 73°C e os pratos resfriados 6,9°C. Em posse desses dados, obteve-se as médias das medições das temperaturas dos 3 meses, sendo que as temperaturas foram aferidas de segunda a sexta-feira.

Gráfico 1: Média das temperaturas dos pratos quentes servidos pelo período de 3 meses em Unidade de Alimentação e Nutrição da cidade de São Lourenço – MG, 2019.

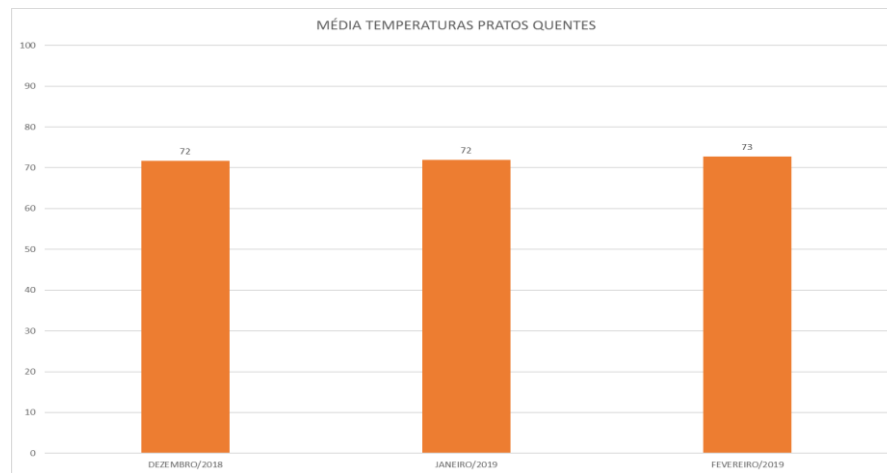
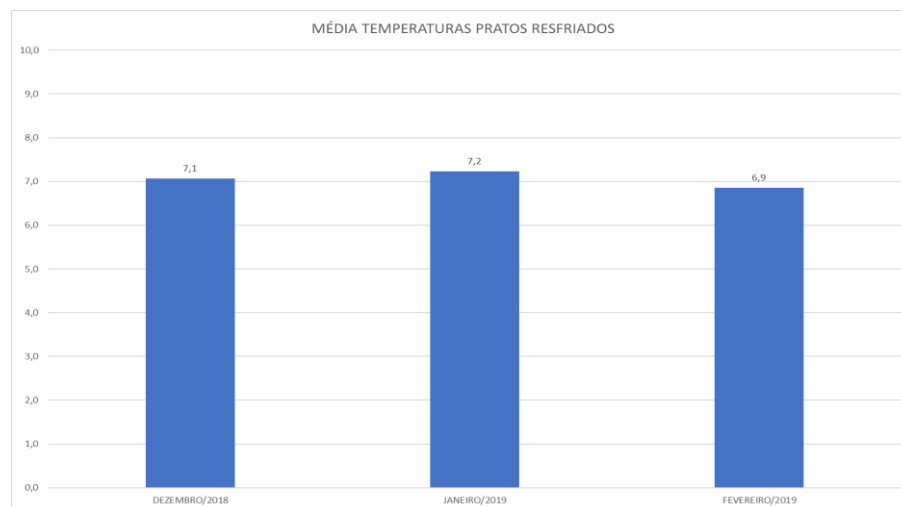


Gráfico 2: Média das temperaturas dos pratos resfriados pelo período de 3 meses em Unidade de Alimentação e Nutrição da cidade de São Lourenço – MG, 2019.



## Conclusão / Considerações finais

Diante dos resultados obtidos, pode-se concluir que as preparações servidas aos comensais na Unidade de Alimentação e Nutrição da cidade São Lourenço estavam nas temperaturas adequadas para o consumo, conforme a legislação exige e, garantindo, dessa forma, a segurança alimentar dos comensais.

## Referências

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 275 de 21 de outubro de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores /industrializadores de alimentos e a lista de verificação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br>. Acesso em: 05 junho 2019

BRASIL. ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada nº 216 Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, de 15 de setembro de 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde- SVS. Manual Integrado de Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas Por Alimentos. 2010. Disponível em: [http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual\\_dta.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/manual_dta.pdf)&gt; Acesso em: 05 junho 2019.

## INSATISFAÇÃO DA IMAGEM CORPORAL EM ESCOLARES DE 14 A 17 ANOS DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU - MG

ALVES, Caroline Corrêa<sup>1</sup>

BRISKIEWICZ, Bruna Lucas; DIONELLO, Andreza Figueirola Martins

### Introdução

O conceito de imagem corporal possui um caráter multidimensional, pois além da percepção da imagem, abrange também a maneira de pensar, sentir e agir no que diz respeito ao corpo (VOELKER et al., 2015).

A adolescência é considerada um período marcado pelo desenvolvimento da imagem corporal, seja ela considerada sadia ou prejudicial à saúde, como é o caso da insatisfação corporal em níveis elevados ou da distorção da imagem corporal. (VOELKER et al., 2015).

A insatisfação com a imagem corporal é apontada como um fator de risco para os transtornos alimentares, pois é uma forte preditora da adoção de práticas alimentares prejudiciais à saúde, como por exemplo a restrição alimentar, um outro fator importante para a manifestação de um transtorno alimentar (REIS et al., 2014).

Os Transtornos Alimentares, são considerados quadros psiquiátricos, nos quais os pacientes apresentam uma forma de comer e de lidar com os alimentos consideradas incomuns e prejudiciais a saúde (Cordás e Salzano, 2011). As complicações clínicas decorrentes dos transtornos alimentares estão relacionadas diretamente com o estado nutricional do paciente (Reiter e Graves, 2010). E, embora quando comparados com outros tipos de patologias, ainda sejam considerados raros, sua incidência vem aumentando com o decorrer dos anos, principalmente quando se trata de quadros parciais dos mesmos (ROSEN, 2010).

A partir do pressuposto de que a adolescência é uma fase considerada de maior vulnerabilidade e importante para a formação da imagem corporal e que uma imagem negativa pode levar a prática de hábitos alimentares restritivos e, os mesmos são considerados um dos fatores de risco norteadores dos transtornos alimentares, o objetivo do presente estudo é apresentar a prevalência dos diferentes graus de satisfação/insatisfação da imagem corporal dos

---

<sup>1</sup>caroline\_ca18@yahoo.com.br  
Faculdade de São Lourenço - UNISEPE

adolescentes de 14 a 17 anos do município de Itanhandu -MG associando ao seu estado nutricional.

## **Materiais e métodos**

O estudo é do tipo descritivo e transversal e, foi realizado na Escola Estadual Professor Souza Nilo, localizada no município de Itanhandu, no estado de Minas Gerais.

A amostra foi composta por 533 adolescentes de 14 à 17 anos, regularmente matriculados, sendo 281 do sexo feminino e 252 do sexo masculino.

A avaliação antropométrica foi realizada com o auxílio de uma balança digital Omron HBF-514 C e um estadiômetro portátil Macrosul. A análise dos dados antropométricos bem como a classificação do estado nutricional foi realizada no Anthro Plus.

Foram utilizados para a avaliação da imagem corporal o "Silhouette Matching Task" (SMT) e o "Body Shape Questionnaire" (BSQ).

O SMT foi elaborado em 1983 por Stunkard et al. e validado no Brasil por Laus et al. em 2013. É composto pelo desenho de 12 silhuetas em escala progressiva sendo dividido em silhuetas femininas e masculinas, enumeradas de 1 a 12.

De acordo com o sexo, o participante assinalou qual ele considerava ser a sua silhueta atual, a denominada silhueta real e, qual ele gostaria de ter. Quando a variação entre a silhueta real e a silhueta ideal foi igual a zero, os participantes foram classificados como satisfeitos com a imagem corporal. Quando houver uma variação entre a silhueta real da ideal, o resultado implica que existe uma insatisfação corporal. Quando essa diferença for positiva, significa que existe um desejo de aumentar a silhueta; e quando for negativa, significa que há um desejo de reduzi-la.

O BSQ, elaborado por Cooper et al. em 1987, foi traduzido para o português e validado no Brasil por Pietro et al. em 2001. Trata-se de um questionário no formato da escala Likert, composto por 34 questões. Referentes à imagem corporal e incômodo com o tecido adiposo, as questões possuem como resposta uma escala de 1 a 6, sendo 1: nunca, 2: raramente, 3: às vezes, 4: frequentemente, 5: muito frequentemente e 6: sempre. O resultado do nível de insatisfação com a imagem corporal é obtido através da soma dos valores assinalados em cada pergunta. Quando a somatória final é inferior a 80, considera-se que a pessoa não apresenta

insatisfação; entre 80 e 110, há uma leve insatisfação; entre 111 e 140 há uma moderada insatisfação; e, quando o resultado final for maior que 140 significa que há uma insatisfação grave. Os dados para associação da insatisfação corporal e do estado nutricional foram realizados no STATA 12.

## Resultados e discussão

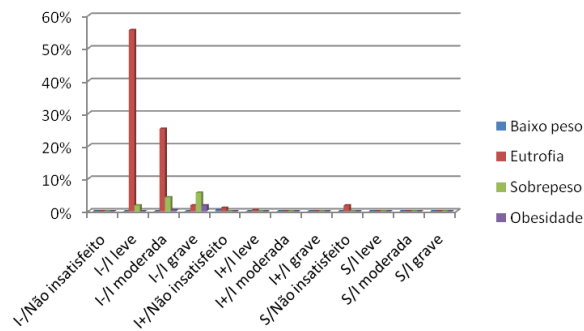
Os resultados do SMT mostraram que 98,28% das participantes do sexo feminino possuem insatisfação com seu próprio corpo, enquanto os do sexo masculino 95,23%. Sendo que do sexo feminino, 96,44% desejam reduzir sua silhueta, já do sexo masculino, 83,33% tem o desejo de aumentá-la. Corroborando com os resultados do estudo de Petroski et al., de 2010, realizado com 641 adolescentes com idade correspondente entre 10 a 17 anos, em que 65,7% das meninas e 54,5% dos meninos apresentaram insatisfação corporal. O desejo de aumentar ou reduzir a silhueta também é correspondido, sendo o sexo masculino com desejo de aumentá-la e o feminino de reduzi-la, representando respectivamente 52,4% e 26,4%.

Os resultados do BSQ mostraram que, apesar de estarem dentro do peso adequado, a maioria das participantes do sexo feminino, que apresentaram insatisfação leve e moderada, estão classificadas como eutróficas. Correspondendo respectivamente à 57,56% e 26,19%. Para a insatisfação grave porém, apresenta um percentual maior as participantes que contemplam sobrepeso (5,90%). Corroborando com o estudo de Miranda et al. (2017), realizado com 120 adolescentes do sexo feminino de 14 a 19 anos, em que os resultados também mostraram que a insatisfação grave é obtida por participantes possuem sobrepeso.

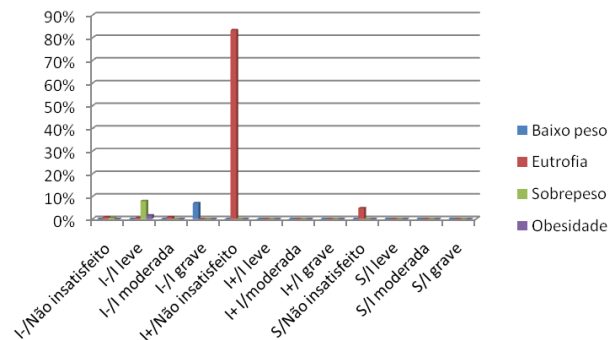
No sexo masculino, porém, apesar do resultado do SMT apresentar insatisfação com o desejo de aumento do tamanho da silhueta, de acordo com o BSQ, sua maioria foi classificada como não insatisfeita (83,33%). E, de acordo com o BSQ também, a maioria dos participantes do sexo masculino que apresentam insatisfação leve e moderada contemplam sobrepeso, sendo respectivamente 66,67% e 6,67%. Não foram encontrados estudos com aplicação do questionário BSQ para o sexo masculino.



**Gráfico 1: SMT e BSQ x estado nutricional - sexo feminino**



**Gráfico 2: SMT e BSQ x estado nutricional - sexo masculino**



S: Satisfeito; I-: Insatisfação com desejo de reduzir a silhueta; I+: Insatisfação com desejo de aumentar a silhueta; I leve: Insatisfação leve; I moderada: Insatisfação moderada; I grave: Insatisfação grave.

### Considerações finais

De acordo com os resultados do presente estudo, pode-se concluir que a prevalência de insatisfação corporal entre os escolares de 14 à 17 anos matriculados na Escola Estadual Professor Souza Nilo é alta, apenas uma minoria está satisfeita com seu próprio corpo.

Uma vez que a adolescência é marcada por mudanças biológicas, físicas, emocionais e cognitivas e, é considerado também um momento de criação de identidade, além de ser um período crítico para a formação da imagem corporal, infere-se que são necessárias intervenções

com profissionais da saúde e da educação nessa fase da vida, a fim de evitar futuras consequências, como os transtornos alimentares. Pois, a insatisfação com a imagem corporal é considerada um dos fatores determinantes para a adoção de hábitos alimentares incomuns, restritivos e prejudiciais à saúde e, por sua vez, esses hábitos prejudiciais, juntamente com a insatisfação da imagem corporal, são apontados como um dos principais fatores de risco para os transtornos alimentares.

## Referências

- MIRANDA, V. P. N.; MORAIS, N. S.; FARIA, E. R.; AMORIM, P. R. S.; MARINS, J. C. B.; FRANCESCHINI, S. C. C.; TEIXEIRA, P. C.; PRIORE, S. E. Insatisfação corporal, nível de atividade física e comportamento sedentário em adolescentes do sexo feminino. **Revista Paulista de Pediatria**. 2017
- PETROSKI, E. L.; PELEGRINI, A.; GLANER, M. F. Motivos e prevalência de insatisfação com a imagem corporal em adolescentes. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**. 2012.
- PHILLIP, S. T.; ALVARENGA, M. Transtornos alimentares: uma visão nutricional. capítulo3. **Os transtornos alimentares e a evolução no diagnóstico e no tratamento**. CORDÁS, T. A.; SALZANO, F. T.; RIOS, S. R. p.39-62. 2011.
- REIS, J. A.; JÚNIOR, C. R. R. S; PINHO, L. Fatores associados ao risco de transtornos alimentares entre acadêmicos da área da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. 2014.
- REITER, C. S.; GRAVES, L. Nutrition Therapy for Eating Disorders. **Nutrition in Clinical Practice**. vol.25, n.2. 2010.
- ROSEN, D. S. Identification and Management of Eating Disorders in Children and Adolescents. **American Academy of Pediatrics**. 2010.
- VOELKER, D. K.; REEL, J. J.; GREENLEAF, C. Weight status and body image perceptions in adolescents: current perspectives. **Adolescent Health, Medicine and Therapy**. 2015.

## TERAPIA NUTRICIONAL NA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CANCER DE MAMA

CARVALHO, Erlen Aparecida<sup>1</sup>; PINTO, Larissa Perroni Bustamante<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O câncer é considerado uma enfermidade multicausal crônica caracterizada pela multiplicação e crescimento desordenado com ação rápida e invasiva de células que invadem tecidos e órgãos. Essas alterações ocorrem no material genético, no DNA das células, onde este começa a receber informações erradas para suas atividades (NASCIMENTO *et al.*, 2015).

“O câncer de mama é o segundo mais frequente, sendo o tipo da doença mais comum entre as mulheres no Brasil e no mundo, aumentando a incidência ao longo do tempo” (RUBIN *et al.*, 2010), sendo que os principais sinais e sintomas de câncer de mama são nódulos na mama e/ou axila, dor mamária e alterações da pele que recobre a mama, como abaulamentos ou retrações com aspecto semelhante à casca de laranja.

A terapia nutricional é de suma importância na prevenção e controle do câncer de mama. Os tratamentos variam ao nível do tumor podendo ser através de “cirurgia, quimioterapia, radioterapia, podendo ser usados em conjuntos dependendo do nível tumoral de cada paciente” (CARDOSO, 2016).

Este projeto tem por objetivo abordar uma doença que vem aumentando principalmente em pessoas do sexo feminino, dando ênfase na importância da terapia nutricional, tratamento e as características principais do câncer de mama.<sup>139</sup>

### METODOLOGIA

Trata-se de um estudo baseado em revisão bibliográfica, sendo que para a coleta de dados, foram consultados artigos nas bases de dados indexadas, como LILACS, PUBMED, MEDLINE, SciELO e Google Scholar. Na estratégia de busca, os descritores utilizados foram câncer de mama, nutrição no câncer, terapia nutricional, tratamento e prevenção do câncer de mama, alimentação como prevenção e controle do câncer de mama, totalizando inicialmente quinze artigos, tendo estabelecido como critérios de inclusão, artigos de língua portuguesa,

---

<sup>139</sup> erlencarvalho@outlook.com Faculdade São Lourenço UNISEPE

publicados entre o período de 2004 a 2018, e que estavam relacionados ao tema, além de manuais, livros técnicos sobre o tema.

## REFERENCIAL TEÓRICO

“O câncer de mama é o segundo mais frequente, sendo o tipo da doença mais comum entre as mulheres no Brasil e no mundo, aumentando a incidência ao longo do tempo” (RUBIN *et al.*, 2010). Os meios mais eficazes para a detecção precoce de câncer de mama são o autoexame de mamas (AEM), o exame clínico de mamas (ECM) recomendado a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade e, a mamografia, indicada a mulheres com idade entre 50 e 69 anos. O exame clínico e mamografia anual a partir dos 35 anos de idade para mulheres pertencentes aos grupos de risco (BRASIL, 2004).

Há vários fatores de risco que podem influenciar no desenvolvimento do câncer de mama. Pode-se destacar fatores relacionados à vida reprodutiva da mulher, história familiar de câncer, consumo de álcool, tabagismo, excesso de peso, sedentarismo, maus hábitos alimentares e a idade que ainda é considerado o fator de risco mais importante.

Após o diagnóstico de câncer de mama, a alimentação requer uma série de cuidados, visto que pode facilitar o aparecimento de câncer, como também pode prevenir e cuidar. A mesma tem sido associada com o desenvolvimento de alguns tipos de câncer e outros, relacionados como alimentos que protegem e ajudam no restabelecimento do paciente. Através de uma boa avaliação nutricional torna-se possível tanto a prevenção quanto a eficácia do tratamento, pois se em bom estado nutricional, o paciente responderá melhor ao tratamento, conforme foi observado por Warren (1932) e citado por Oliveira (2007). De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (2004), é fundamental conhecer o perfil nutricional dos pacientes acometidos pelo câncer como meio de elaborar estratégias que viabilizem o bem-estar do paciente nas diferentes etapas do tratamento e nas fases da doença.

Elevadas doses de medicamentos quimioterápicos levam o paciente a anorexia, náuseas, vômitos, diarreia ou constipação, má absorção de nutrientes intestinais e mucosites, dores no local do tumor, o que irá interferir na alimentação do paciente (GARÓFOLO, 2012). Alguns alimentos agem de forma preventiva, atuando no bloqueio do câncer, tais como as fibras, vitaminas, minerais, fotoquímicos, ácidos graxos poli saturados, o ômega 3 e o ácido linoleico (PADILHA *et al.*, 2004).

Uma alimentação correta e o acompanhamento de um bom nutricionista pode contribuir para o bem-estar e fortalecimento do indivíduo, tanto como prevenção como coadjuvante do tratamento de câncer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É conhecido os altos índices de câncer de mama e a eficácia da nutrição na prevenção do câncer, sendo apontadas recomendações para prevenção e manutenção de uma alimentação saudável. A oferta de nutrientes de forma individualizada, com a finalidade de diminuir os efeitos colaterais causados pelos medicamentos e melhorar ou manter um estado nutricional adequado, é fundamental para a recuperação do paciente.

Portanto, a realização de programas educacionais e multidisciplinares com a atuação de nutricionistas entre outros profissionais da saúde, com intuito de orientar as pacientes a terem um hábito de vida saudável, a fim de prevenir e auxiliar no tratamento do câncer de mama torna-se uma medida imprescindível.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Normas e Recomendações do Ministério da Saúde. Controle do Câncer de Mama - Documento de Consenso. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 50, n. 2, p. 77-90, 2004.
- CARDOSO, L. A. **Câncer de mama: Etiopatogenia e tratamentos**. 2016. Disponível em: <http://repositorio.faema.edu.br:8000/handle/123456789/406>. Acesso em 08 out 2019.
- GARÓFOLO, A. (org). **Nutrição clínica, funcional e preventiva aplicada à oncologia-teoria e prática profissional**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2012.
- NASCIMENTO, Francielle S. M. do; GÓIS, Drielle N. dos S.; ALMEIDA, Danielle de S.; NASCIMENTO, Amanda L.; ALMEIDA, Thaislaine C.de; GUEDES, Vanessa R. A importância do acompanhamento nutricional no tratamento e na prevenção do câncer. **Rev. Ciências Biológicas e de Saúde Unit, Aracaju**, v. 2, n.3, p. 11-24, 2015.
- OLIVEIRA, Tatiana. A importância do acompanhamento nutricional para pacientes com câncer. **Prática Hospitalar**, São Paulo, Ano IX, n.51, maio – junho, 2007.

PADILHA, P.C.; PINHEIRO, R. L. **O Papel dos Alimentos Funcionais na Prevenção e Controle do Câncer de Mama.** 2004. 10 p. Trabalho de Conclusão do Curso de Nutrição Oncológica do Instituto Nacional de Câncer - Rio de Janeiro.

RUBIN, B. A. et al. Perfil Antropométrico e Conhecimento Nutricional de Mulheres Sobreviventes de Câncer de Mama do Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 56, n. 3, p. 303-309, fev. 2010.

## NUTRIART: O LÚDICO AUXILIANDO NO DESENVOLVIMENTO DE HÁBITOS ALIMENTARES SAUDÁVEIS

Gabriel, Fabiana Alves <sup>140</sup>, Pinto, Larissa Perroni Bustamante

### Introdução

A infância é uma fase onde o corpo passa por intensas modificações psicológicas e fisiológicas e onde são construídos e consolidados hábitos alimentares e estilo de vida (LANES *et al.*, 2012). Neste aspecto, a escola executa papel importante na vida da criança, estando para a criança como o trabalho está para o adulto, sendo ali realizada toda sua produção. O ambiente escolar proporciona o desenvolvimento de novos conhecimentos e habilidades tanto cognitivas quanto produtivas (PARRA e BONATO, 2014).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) não é um recurso encantado para levar o educando a “obedecer” uma dieta, ao invés disso ela deve ser esclarecedora e transformadora, e por isso, deve primar pela autonomia do educando (BOOG, 1997).

A EAN infantil é de suma importância e deve ser um processo ativo, lúdico e interativo, devendo sempre ser adequado ao nível de desenvolvimento da criança (LANES *et al.*, 2012).

Segundo o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, a EAN no âmbito da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional é uma área de percepção e de exercício constante e duradouro, interdisciplinar, multissetorial e multiprofissional, que objetiva estimular uma prática alimentar autossuficiente, espontânea e saudável. A EAN deve utilizar mecanismos educacionais questionadores e eficientes que incrementem o contato com indivíduos ou grupos populacionais, sempre levando em conta o período da vida em que se encontram todos os processos da alimentação, bem como as relações que integram os hábitos alimentares (BRASIL, 2012).

Esse estudo é de caráter transversal com intervenção educativa, que será realizado por um período de seis semanas entre outubro e novembro de 2019, em uma escola de educação infantil e ensino fundamental I do município de Lambari-MG. Serão utilizados Questionário de Frequência Alimentar, adaptado para crianças na faixa etária de 6 a 10 anos, jogos e atividades lúdicas, com uso de miniaturas dos alimentos confeccionados em feltro e biscuit e maquete da

---

<sup>140</sup> [fab.fag@hotmail.com](mailto:fab.fag@hotmail.com) Faculdade São Lourenço-UNISEPE

pirâmide alimentar confeccionada em **Medium Density Fiberboard** (MDF) para a aplicação das atividades de EAN, e tem como objetivo desenvolver e aplicar essas atividades no âmbito escolar, verificando a sua influência nos hábitos alimentares das crianças participantes do projeto.

Após constatar-se através de pesquisas, que os hábitos alimentares são um dos fatores determinantes para o crescimento das doenças crônicas a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) tornou-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento de uma população mais saudável (BRASIL, 2012). O uso de ferramentas lúdicas no auxílio da EAN infantil permite que a criança assimile o conhecimento de forma prazerosa, possibilitando a transformação dessa experiência em aprendizagem, promovendo modificações significativas nos hábitos alimentares e impactando positivamente na qualidade de vida e saúde ao longo dos anos.

### Referencial teórico

Hábitos alimentares são construídos na infância e adolescência podendo ser levado assim até a idade adulta (GOMES *et al.*, 2013)

Estudos apontam que EAN colabora para melhoria do entendimento sobre alimentação saudável, colaborando para mudanças no comportamento alimentar (ARAÚJO *et al.*, 2017)

A EAN é considerada uma estratégia de ação, na área de educação em saúde e deve ser adotada em saúde pública como forma de conter o avanço de doenças crônicas degenerativas, visto que a alimentação de baixa qualidade, constitui um fator de risco para o desenvolvimento de várias doenças (CAMOSSA *et al.*, 2005)

A EAN é um trabalho educativo que colabora para o tratamento e prevenção de inúmeras doenças (GOMES *et al.*, 2013)

Cabe a EAN estabelecer técnicas estruturadas para estimular a cultura e a valorização da alimentação, baseadas na constatação da necessidade de considerar, mas também remodelar crenças, valores, atitudes, representações, práticas e relações sociais que se instituem no contexto da alimentação (BOOG, 2004).

O Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, vem valorizar as ações de EAN como forma de contribuição de um Brasil mais saudável, entretanto ele não deve ser o ponto final, e sim o ponto de partida para construção de ações e reflexões sobre a EAN no Brasil (BRASIL, 2012).



## Considerações finais

Após percorrer longo caminho, alternado por flutuações, e após ter alcançado mudanças em seus conceitos e práticas a EAN atingiu um ponto importante no seu processo de construção, inserindo-se na esfera das políticas públicas no âmbito da promoção de saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Com a inserção do tema alimentação e nutrição nos currículos escolares, buscar novas ações estratégicas de EAN, que proporcionem um aprendizado prazeroso, será uma grande contribuição para formação e consolidação de hábitos alimentares saudáveis entre crianças e adolescentes em fase escolar.

## Referências

- ARAÚJO, A. L. *et al.* O impacto da Educação Alimentar e Nutricional na prevenção do excesso de peso em escolares: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, 94-105, 2017.
- BOOG, M. C. F. Educação Nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de nutrição PUCCAMP**, 5-19, 1997.
- BOOG, M. C. F. Educação Nutricional: por que e para quê? **Jornal da UNICAMP**, 2, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas**, 6-57, 2012.
- CAMOSSA, A. C. A. *et al.* Educação Nutricional: uma área em desenvolvimento. **Alimentação e Nutrição**, 349-354, 2005.
- GOMES, A. C. M. *et al.* Impacto de estratégias de Educação Nutricional sobre variáveis antropométricas e conhecimento alimentar. **Revista Brasileira de Promoc. Saúde**, 462-469, 2013.
- LANES, D. V. C. *et al.* Estratégias Lúdicas para a Construção de Hábitos Alimentares Saudáveis na Educação Infantil. **Revista Ciência & Ideias**, 2-12, 2012.

PARRA, J. A. Q. & BONATO J. A. S. Aconselhamento Alimentar para Crianças. In: GALISA, M. *et al.* **Educação Alimentar e Nutricional da Teoria a Prática** (pp. 65-84). Rio de Janeiro: Editora Roca LTDA, 2014.

## **CÚRCUMA (*Curcuma Longa L.*) NA POTENCIAL PREVENÇÃO E TRATAMENTO DO CÂNCER**

Diniz, Fabricia P.<sup>141</sup>, Paulino, Alice Helena S.e Dionello, Andreza F. M.

### **Introdução**

A cúrcuma (*Curcuma longa L.*), conhecida no mercado internacional como "turmeric", tem sua importância devido às peculiares características de seus rizomas. É uma planta silvestre da família do gengibre, nativa do sul da Ásia tropical. Seus rizomas secos são triturados e o pó obtido, de coloração laranja-amarelo é comumente utilizado como tempero, sendo um ingrediente chave para muitos pratos asiáticos (CECÍLIO FILHO, 2000).

A curcumina, substância ativa da cúrcuma, participa da modulação de diferentes fenômenos biológicos, como a interferência na ativação de células do sistema imunitário, inibição de sinalizadores moleculares da resposta inflamatória, atividade antiparasitária, e, o que vem sendo amplamente estudada, sua potencial ação antitumoral (GRASSO et al, 2017).

### **Materiais e métodos**

A coleta de material ocorreu por meio de buscadores como o Google Acadêmico, Scielo, além de banco de dados de revistas de nutrição e saúde, como também de sites de universidade e instituições de ensino. Além de contar ainda com matéria física, como livros e produções encontradas em bibliotecas. Descritores: cúrcuma, cúrcuma longa, açafrão, câncer, antiinflamatório, fitoterapia e prevenção.

### **Emprego da planta para fins terapêuticos**

O emprego da cúrcuma para fins terapêuticos vem de tempos remotos. Primeiramente seu uso incidia confinante a ritos e orações, sendo avaliado como o exclusivo elemento habitual de prevenção/ou terapêutica de enfermidades e danos que ocorriam dentro das comunidades tradicionais. Este conhecimento foi passado de geração em geração. Mediante a isso, através da

---

<sup>141</sup>[fabriadiniznutri@gmail.com](mailto:fabriadiniznutri@gmail.com) Faculdade de São Lourenço.

etnobotânica foram expostos alguns fitoterápicos e remédios fitoterápicos administrados na medicina. (CECILIO FILHO, et al, 2000).

A curcumina detém uma gama de resultados na precaução e na terapêutica de neoplasias. É um fitoquímico que coibi a maior soma de acessos de sinalização, transdução e transcrição que admitimos e por essa razão tem forte efeito no câncer como antiproliferativo, apoptótico, antiangiogênico e antimetastático (FONTES, et al, 2018).

A cúrcuma tem múltiplas atuações terapêuticas corroboradas em razão da presença dos curcuminoides, como a curcumina. Existe uma demanda expressiva de trabalhos científicos onde o principal propósito é conferir a efetividade terapêutica da curcumina para variadas abordagens farmacológicas. Pesquisas demonstram que nos últimos vinte anos mais de 7000 artigos têm levantado a questão do embasamento molecular da curcumina com propriedades antioxidante, anti-inflamatória, antibacteriano, antiapoptose anticancerígeno e atividades relacionadas (GRASSO, et al, 2017).

Várias pesquisas referem-se a curcumina como um valioso fator quimiopreventivo, atuando tanto na introdução, como na promoção de muitos padrões de tumores: mama, cavidade oral, estômago, esôfago, intestino, cólon, pulmão e fígado. Estudiosos em 2001, evidenciaram que o emprego de curcumina por seis dias seguidos em ratos portadores de caquexia em razão do hepatoma de Yoshida exibiram diminuição de 31% do volume do tumor hepático. Em outro estudo com modelo animal, na indução do câncer de próstata imune à hormonioterapia foi demonstrado que a curcumina diminuiu acentuadamente a propagação celular e cresceu consideravelmente a apoptose. Ao mesmo tempo fomentou expressiva redução da neoangiogênese (MARCHI, et al, 2016).

Estudos apontam que os efeitos preventivos do câncer da cúrcuma podem ser devidos a fortes propriedades antioxidantes e, conseqüentemente, a proteger as células de danos. Além disso, seu efeito inibitório sobre a proliferação celular e a angiogênese, juntamente com a indução do apoptose, podem ser benéficos para o tratamento de diferentes tipos de cânceres (DE FELIPPE JUNIOR, 2007).

O mecanismo da curcumina se dá pela participação da modulação de diferentes fenômenos biológicos, que vão da interferência na ativação de células do sistema imunitário, passando pela inibição de sinalizadores moleculares da resposta inflamatória, atividade

antiparasitária, além da sua reconhecida ação antitumoral (GRASSO et al, 2017).

### Considerações finais

Esse cenário a respeito da cúrcuma e seus efeitos é concretizado por meio de transformações em sua composição, de modo que sejam praticados avanços nas características farmacocinéticas, sem que sejam afetadas as qualidades farmacodinâmicas deste produto natural que é empregado desde de tempos antigos. A curcumina pode ligar muitos alvos moleculares e por isto tem a habilidade de tratamento para muitas enfermidades. Além de ser empregada como tempero, a cúrcuma também é aproveitada como um medicamento natural, barato, comprovadamente preventivo e terapêutico, com segurança toxicológica e sem consequências adversas em dosagens de eficácia farmacológica (FONSECA SANTOS, 2015).

É coerente assegurar que várias pesquisas têm sido efetuadas intentando encontrar combinados ativos com reduzidos efeitos colaterais e expressiva ação farmacológica. Compreendendo que as plantas têm alta demanda de químicos e que muitas ainda não foram exploradas, estudar produtos naturais podem vir a elucidar a potencial cura para muitas doenças.

Considerando os estudos realizados sobre o mecanismo de ação da planta no organismo, o presente trabalho tem o objetivo demonstrar os benefícios do uso da cúrcuma como possível coadjuvante na prevenção e tratamento de câncer, destacando a sua ação anti-inflamatória e antioxidante. Ainda, é importante salientar o papel do nutricionista também como prescritor de fitoterápicos, o qual poderá incluir a cúrcuma em suas prescrições, aliada à reeducação alimentar e um estilo de vida saudável, auxiliando na redução do risco de doenças como o câncer.

Enfim, acredita-se que tais decorrências colaborem com a direção de novos estudos acerca da espécie em questão, conduzindo pesquisas em outras áreas ainda não empreendidas e também com outros compostos retirados dessa planta próspera.

### Referências

CECILIO FILHO, Arthur Bernardes et al. **Cúrcuma**: planta medicinal, condimentar e de outros usos potenciais. *Ciência Rural*, p. 171-177, 2000.

DE FELIPPE JUNIOR, José. **Curcumina e Câncer: antiproliferativo, antiapoptótico, antiangiogênico e antimetastático.** 2007.

FONSECA-SANTOS, Bruno. **Sistemas precursores de cristais líquidos mucoadesivos para administração bucal de curcumina no tratamento do câncer bucal.** 2015.

FONTES, Suian Moreira Santos et al. **Cúrcuma longa L.: caracterização química e estudo da capacidade antioxidante.** 2018.

GRASSO, Eliane da Costa; AOYAMA, ELISA MITSUKO; FURLAN, MARCOS ROBERTO. **AÇÃO ANTIINFLAMATÓRIA DE Curcuma longa L. (ZINGIBERACEAE).** Ver EletrThesis, v. 28, p. 122-123, 2017.

MARCHI, Juliana Pelissari et al. **Curcuma longa L., o açafrão da terra, e seus benefícios medicinais.** Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, v. 20, n. 3, 2016.

## USO DE PROBIÓTICOS NA RECUPERAÇÃO DA MICROBIOTA INTESTINAL

Ribeiro Santos Maximiano, Gabriel ; Junqueira Vieira, Paula

### Introdução

Os probióticos são concentrados de microrganismos vivos que favorecem um ambiente microbiano saudável, reduzindo a proliferação de bactérias potencialmente nocivas. O conhecimento do seu papel na prevenção e no tratamento de vários tipos de distúrbios gastrointestinais e sistêmicos têm se expandido notavelmente (MAHAN; Escott-Stump, 2012).

De acordo com Almeida et al. (2009), entre os alimentos funcionais, os que mais se destacam são os probióticos, o uso desses alimentos visa a integridade intestinal e nesse sentido podem ser utilizados para o restabelecimento da microbiota intestinal.

A disbiose é uma desordem na microbiota intestinal, ocasionada por um desajuste da colonização bacteriana, onde bactérias nocivas estão em maior quantidade que as bactérias benéficas. A disbiose intestinal pode promover a multiplicação de bactérias patogênicas e toxinas metabólicas. É considerável que haja equilíbrio da microbiota, evitando assim que ocorra crescimento de bactérias, fungos e outros patógenos, que produzirão toxinas assim que absorvidas pela corrente sanguínea, causando processos inflamatórios. Entre os causadores da disbiose intestinal, destaca-se o uso irregular de fármacos, principalmente o uso de antibióticos, destruindo as bactérias benéficas e auxiliando o crescimento de fungos que causam irritação da mucosa intestinal. (FERREIRA, 2014)

O tratamento com alimentos funcionais são recomendados pois possuem funções nutritivas básicas com grande potencial de trazer benefícios à saúde e diminuição de riscos de doenças crônicas. Probióticos constantemente são utilizados e recomendados no tratamento dessas doenças por conterem nutrientes funcionais que favorecem no equilíbrio das funções da microbiota bacteriana do intestino, ocorrendo a diminuição dos riscos de doenças intestinais. (ALDA, 2007)

## Material e métodos

Revisão bibliográfica, a partir de buscas em base de dados, como Pubmed e, Google Scholar, pesquisando as seguintes palavras chaves: probióticos, microbiota intestinal, leite fermentado, saúde intestinal. Como critérios de inclusão foram considerados artigos científicos, originais e de revisão, abordando o tema entre os anos de 2006 e 2019.

## Referencial Teórico

O uso dos alimentos como veículo de promoção do bem-estar, saúde e ao mesmo tempo como redutor dos riscos de algumas doenças, tem entusiasmado as pesquisas de novos ingredientes naturais e o desenvolvimento de novos componentes, podendo assim inovar em produtos alimentícios e o desenvolvimento de novos nichos de mercado (THAMER e PENNA, 2006)

Para ser definido como probiótico, o microrganismo tem ainda de respeitar alguns parâmetros, que são eles: ter origem humana, não ser patogênico, ser resistente ao processamento, ser estável e permanecer viável após exposição aos sucos digestivos, aderir-se a célula epitelial, ser capaz de persistir no trato gastrointestinal, ser capaz de influenciar atividade metabólica local (NOGUEIRA; GONÇALVES, 2011)

O alimento funcional, além de suas funções nutricionais benéficas, energéticas e de substrato para a formação de células e tecidos, contém em sua composição substâncias que agem modulando e ativando o metabolismo, visando um aumento da efetividade do sistema imune, promovendo o bem-estar dos indivíduos e prevenindo o aparecimento de doenças degenerativas e crônicas, aumentando a longevidade (ALMEIDA, et al, 2009)

Segundo Antunes et al. (2007) a produção de ácidos graxos de cadeia curta, como produtos do metabolismo dos probióticos, são importantes fontes para o metabolismo normal dos colonócitos, logo, para o equilíbrio da mucosa intestinal.

Foi relatado ainda que o uso de probióticos em pacientes em nutrição enteral favorece o aumento da expressão de Ig-A, fortalecendo a junção entre as células epiteliais e o sistema imune local do intestino (FONSECA & COSTA, 2010, p.45)

As bactérias probióticas ocupam locais de aceitação na mucosa intestinal formando uma espécie de barreira física que impede a ligação das bactérias patogênicas. Sendo assim, estas bactérias não conseguem se ligar a estes receptores e logo após são exterminadas pela competição (VARAVALHO et al., 2008).

A falta de nutrientes disponíveis para as bactérias patogênicas é um fator limitante de colonização. No intestino, os microrganismos probióticos se alimentam de ingredientes que foram parcialmente degradados pelas enzimas digestivas ou que foram intencionalmente adicionados à dieta, tornando-os indisponíveis aos patógenos, e por consequência, impedindo a sua proliferação (THEOPHILO; GUIMARÃES, 2008).

A ação dos probióticos, tem por outro mecanismo a produção de ácidos orgânicos como o propiônico, o acético, o butírico e o láctico, além do peróxido de hidrogênio, que reduzem o pH intestinal, e atrasam o crescimento de bactérias patogênicas sensíveis a estes compostos (VARAVALHO et al., 2008; ALMEIDA et al., 2009).

Os probióticos também tem obtido papel na síntese de vitamina K, vitamina B1, B2, B6, ácido pantotênico e ácido nicotínico (SANTOS, 2010).

### **Considerações finais**

Podemos concluir que os probióticos são definidos como microrganismos vivos, que, quando ingeridos sob orientação de um nutricionista, e em quantidades adequadas promovem o bem estar trazendo benefícios à saúde do hospedeiro.

Vários fatores alteram a qualidade da vida moderna, a preocupação com a alimentação faz a sociedade conhecer cada vez mais a importância dos alimentos que auxiliam na promoção da saúde, com a adoção de bons hábitos alimentares podem-se minimizar diversas doenças.

A suplementação da dieta com probióticos pode assegurar o equilíbrio ao intestino humano, assim desempenhando um papel fundamental na nutrição. A suplementação diária é de grande importância para manter o equilíbrio do sistema imunológico.

Email: [Gabrielmaximianonutri@gmail.com.br](mailto:Gabrielmaximianonutri@gmail.com.br)



Faculdade de São Lourenço

## Referências

Mahan, L. K; Scott-Stump, J. L. R. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia [tradução Claudia Coana... et al.]. - Rio de Janeiro : Elsevier, 2012.

ALMEIDA, L. B; MARINHO, C. B.; SOUZA, C. A; CHEIB, V. B. P. Disbiose intestinal. **Revista Brasileira de Nutrição Clínica**. V, 24, n. 1, p. 58-65. 2009.

FERREIRA GS. **Disbiose intestinal: Aplicabilidade do probiótico e dos prebióticos na recuperação e manutenção da microbiota intestinal**. Palmas: Centro Universitário Luterano de Palmas; 2014. [Acesso em 2017 nov 30]. Disponível em: <https://ulbrato.br/bibliotecadigital/uploads/document55e9f4b59e0bd.pdf>

ALDA. L S. Lerayer. **Saúde intestinal- Probióticos**. 2007.

THAMER, K.G; PENNA, A.L.B **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, Campinas, 26(3): 589-595, jul.-set. 2006

NOGUEIRA, J. C.R; GONÇALVES, M.C.R. Probióticos-Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 15, n. 4, p. 487-492, 2011.

ANTUNES, A.E.C et al. Probióticos: agentes promotores de saúde. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= **J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 32, n. 3, p. 103-122, dez. 2007.

FONSECA, F.C.P; COSTA, C.L. **Influência da nutrição sobre o sistema imune intestinal**. CERES. p. 163-174, 2010.

## PREVALÊNCIA DOS COMPONENTES DA SÍNDROME METABÓLICA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE DE MINAS - MG

ALVES, Gabriela Cristina <sup>142</sup>,

BRISKIEWICZ, Bruna Lucas, DIONELLO, Andreza Figueirola Martins

### Introdução

A Síndrome Metabólica (SM) é caracterizada por alterações metabólicas no organismo, tendo como principais critérios a resistência à insulina, intolerância à glicose, hipertensão arterial, aumento dos triglicérides e diminuição do HDL (CAPANEMA et al., 2010). Atualmente, a SM é responsável por aproximadamente 7% de causas de óbito no mundo, devido ao aumento do risco de doenças cardiovasculares (DCV), dos fatores mais preocupantes relacionados a síndrome estão a pressão arterial elevada e o HDL baixo (SILVA et al., 2014).

O conhecimento sobre a prevalência da SM é de extrema importância para população, afim de auxiliar de forma correta o dimensionamento e direcionamento de ações de saúde, propondo medidas de promoção e prevenção, evitando assim os elevados índices de morbidade e mortalidade causado principalmente por doenças cardiovasculares que podem ser recorrentes a SM (CALVO, 2017). Diante do exposto o presente trabalho teve como objetivo relatar a prevalência dos componentes da SM em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Soledade de Minas – MG.

### Materiais e métodos

O presente trabalho refere se a um estudo de delineamento descritivo e transversal realizado com pacientes em acompanhamento nutricional na UBS do Município de Soledade de Minas - MG, com intuito de avaliar a prevalência dos componentes da SM em população > de 18 anos de ambos os sexos. A amostragem foi constituída por 60 pacientes. Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram pacientes que apresentavam alguns dos componentes imposto pelo NCEP/ATP III que considera presença de SM quando o indivíduo apresenta pelo menos três dos itens a seguir: pressão arterial (PA)  $\geq 130 \times 85$  mmHg, glicemia de jejum  $\geq 110$  mg/dL

---

<sup>142</sup> gabriellacris19@gmail.com – Faculdade de São Lourenço - MG

ou diabetes mellitus tipo 2 (DM2), triglicerídeos (TG)  $\geq 150$ mg/dL, HDL  $< 40$ mg/dL para homens e  $< 50$ mg/dL para mulheres e circunferência abdominal (CA)  $> 88$ cm para mulheres  $> 102$ cm para os homens, os critérios de exclusão foram pacientes que não apresentaram exames de sangue recentes, ausência dos sintomas citados ou se recusaram a participar da pesquisa.

## Resultados

A amostra inicialmente proposta foi de 60 pacientes, porém 20 foram excluídos por não apresentarem exames necessários para o diagnóstico da SM, dos 40 participantes analisados, 77,5% (n=31) eram do sexo feminino e 22,5% (n=9) do sexo masculino, a maior prevalência da amostra de pacientes do sexo feminino é justificado por corresponderem ao público mais frequente no comparecimento na atenção primária a saúde. A idade dos participantes variou entre 28 e 78 anos. As três alterações mais frequentes encontradas foram CA alterada (92,5%), TG  $< 150$ mg/dL (88%) e HAS (66%). A prevalência geral da SM de acordo com o critério do NCEP-ATP III foi 82,5% (83,8% nas mulheres e 77,7% nos homens), somente 17,5% dos indivíduos analisados não apresentavam diagnóstico da SM.

A média geral do IMC foi de  $31,30$ kg/m<sup>2</sup>(DP=4,72), sendo de  $30,5$ kg/m<sup>2</sup> (DP=4,9) em mulheres e  $32,83$ kg/m<sup>2</sup> (DP=3,46) em homens. A média geral da CA foi entre  $107,8$ cm (DP=13,08), sendo  $103,10$ cm (DP=10,97) em mulheres e  $121,17$ cm (DP=10,05) em homens. Da população analisada, 72,5% dos pacientes eram hipertensos, 30% dos pacientes eram diabéticos. A média geral da glicemia de jejum foi  $110$ mg/dL (DP=27,86). A média de triglicerídeos foi  $209$ mg/dL (DP=63,96), enquanto do HDL-c foi  $47$ mg/dL (DP=9,97) mulheres e  $53$ mg/dL (DP=11,47) nos homens.

## Discussão

Com base nos resultados obtidos, o presente estudo revelou elevadas prevalências de SM e de seus componentes através dos critérios de diagnósticos do NCEP/ATP III. Os componentes mais prevalentes entre as mulheres foram CA alterada, TG elevados e HDL-c baixo e nos homens foram valores elevados de TG, CA e PA elevada. Apenas 7,5% da amostra estavam com o peso considerado eutrófico, 37,5% sobrepesos e 55% obesos. Todos os pacientes obesos da amostra apresentaram no mínimo 3 componentes. De certa forma tem sido evidenciado que indivíduos

com peso acima do saudável estão mais expostos a fatores de risco cardiovasculares envolvidos na SM (BOPP e BARBIERO, 2009).

No estudo realizado por Bortoletto et al. (2016), foram encontrados como componentes mais prevalentes em homens, elevação da PA, TG elevados e glicemia de jejum alterada, enquanto nas mulheres se destacaram CA, PA e baixos níveis de HDL-c, nesse estudo a prevalência geral da SM foi de 53,7%. Em pesquisa de Vanhoni, Xavier e Piazza (2012), seguindo os critérios do NCEP/ATP III, o grupo de variáveis mais prevalentes no sexo masculino foi o TG, HDL-c, CA e PA, e no sexo feminino foi CA, TG e PA. Em outro estudo constatou-se que 80,56% apresentavam SM, sendo de 89,66% em mulheres e nos homens de 42,86%, dos componentes a CA, TG e a glicemia elevada foi mais frequente nas mulheres e nos homens, além PA elevada, destaca-se o baixo HDL-c (COSTA; VALLE, 2012). Em um artigo de revisão de estudos nacionais, prevalências de SM foram observadas em adultos em Bauru, SP (47,3%), no Distrito Federal a prevalência observada foi de 26,3%, já em idosos de Novo Hamburgo, (53,4%) (BORTOLETTO et al., 2014).

## Conclusão

Diante desse cenário, foi possível observar que a prevalência da SM foi consideravelmente alta em ambos os sexos, os principais componentes fisiopatológicos da SM encontrados foram CA elevada, TG alto e HAS. Observou também que todos os pacientes obesos estudados foram diagnosticados com SM.

Com base nesse e em outros estudos apresentados, é possível observar que os casos de SM estão aumentando em nosso país. Consequentemente fica claro, a importância de ações de intervenções, o principal objetivo é alcançar o estado de saúde por meio do equilíbrio metabólico que se refere alcançar níveis normais dos valores sanguíneos alterados, ajustar a PA e a perda de gordura corporal. Para isso, o nutricionista exerce um papel fundamental no tratamento, prevenção e na promoção de saúde, reduzindo e prevenindo sintomas e melhorando assim a condição de vida do paciente.

## Referências

BOPP, M; BARBIERO, S. Prevalência de síndrome metabólica em pacientes de um ambulatório do Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul (RS). **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 93, n. 5, p.473-477, 2009.

BORTOLETTO, M. S. S et al. Síndrome metabólica, componentes e fatores associados em adultos de 40 anos ou mais de um município da Região Sul do Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p.32-40, 2016

BORTOLETTO, M.S.S et al. Síndrome metabólica em estudos com adultos brasileiros: uma revisão sistemática. **Revista Espaço para A Saúde**, Londrina, v. 15, n. 4, p.86-98, 2014

CALVO, A.C. **Intervenção em pacientes com síndrome metabólica na unidade básica de saúde trapiche, no município de ouro branco, alagoas**. 2017. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Atenção Básica Saúde da Família, Universidade Federal de Alfenas, Maceió, 2017.

CAPANEMA, F.D et al. Critérios para definição diagnóstica da síndrome metabólica em crianças e adolescentes. **Revista Médica Minas Gerais**, Vespasiano, n. 20, p.335-340, 2010.

COSTA, M.F; VALLE, J.D. Síndrome metabólica: prevalência e associação com doenças cardiovasculares. **Demetra: Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p.119-132, 2012.

SILVA, A.R.V et al. Prevalence of metabolic components in university students. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, v. 22, n. 6, p.1041-1047, 2014.

VANHONI, L.R; XAVIER, A.J; PIAZZA, H.E. Avaliação dos critérios de síndrome metabólica nos pacientes atendidos em ambulatório de ensino médico em Santa Catarina. **Revista Brasil Clínica Med**, São Paulo, v. 2, n. 10, p.100-105, 2012.

## INTERFERÊNCIA DOS CONCEITOS DA GASTRONOMIA NA ACEITABILIDADE DAS DIETAS HOSPITALARES.

De Souza, Larissa Castro Monteiro<sup>143</sup>, Briskiewicz, Bruna Lucas, Dionello, Andreza Figueiredo Martins.

### Introdução

A gastronomia hospitalar é definida como a arte de conciliar a elaboração de refeições saudáveis e nutritivas, atrativas e saborosas aliada a prescrição dietética e as restrições alimentares dos pacientes, a fim de promover a associação de análise sensoriais, dietéticos e clínicos e promover a nutrição com prazer (SILVA, 2016). A necessidade da integração entre gastronomia e nutrição, especialmente no que se refere a técnica dietética, demonstram que os aspectos sensoriais são de fundamental importância na eficácia da aplicação da dietoterapia (BEZERRA, 2009).

A gastronomia além de abordar aspectos como a qualidade organoléptica dos alimentos, também fornece atenção higiênico sanitário dos alimentos, cuidando para que o paciente não piore o quadro de saúde (BEZERRA, 2009).

A gastronomia hospitalar cumpre a missão de impressionar o paciente, trazer a eles mistérios, prazeres e sensações de acordo as preferências, culturas, sentimentos, emoções do indivíduo, mostrando que a alimentação não é somente fonte de saúde, mas também de prazer, sabor, amor, lembranças fazendo com que se alimentem de forma saudável e tenha uma recuperação no estado geral (GONÇALVES et al., 2018).

Torna-se um desafio pois a proposta principal do profissional de nutrição de oferecer uma dieta equilibrada em nutrientes e calorias além do prazer e satisfação no ato de comer (DA SILVA e MAURICIO, 2013).

Diante do exposto, o objetivo desse estudo é realizar uma revisão bibliográfica sobre a interferência da aplicação das técnicas gastronômicas para a aceitação das refeições pelo paciente hospitalizado.

---

<sup>143</sup>larissacastro\_bae@hotmail.com / Faculdade São Lourenço-UNISEPE.

## Metodologia

Foi realizada uma revisão bibliográfica de artigos por meio de busca de bases de dados: *google acadêmico*, *scielo*, portal *capes*. Para a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: *gastronomia hospitalar*, *dieta hospitalar*, *desnutrição hospitalar*, *alimentação hospitalar*, *aceitabilidade da gastronomia*, *aceitabilidade de dieta hospitalar*.

Os critérios de inclusão foram artigos em língua portuguesa, publicado entre os anos 2009 a 2019.

O critério de exclusão foram os artigos publicados a mais de 10 anos.

## Desenvolvimento

A gastronomia hospitalar é uma necessidade para a obtenção de melhores resultados na qualidade dos serviços prestados por hospitais e na recuperação da saúde dos pacientes, uma alimentação saudável precisa estar aliada a aceitação dos pratos (TALDIVO e SANTOS, 2016). De acordo com Nascimento et al. (2017) um dos fatores que contribuem para a insatisfação alimentar ou a baixa aceitabilidade em uma hotelaria hospitalar é a mudança no hábito alimentar referente ao horário das refeições, o sabor, a textura, a cor da bandeja e a presença ou ausência de algum alimento específico.

Pesquisa realizada com 100 pacientes no hospital de Cascavel-PR que abordou três tipos de diferentes métodos de cocção, tais como forno combinado, forno convencional e cocção na panela. Utilizando quatro tipos de preparações dentre elas cenoura, arroz, sobrecoxa de frango e músculo, avaliou-se que a análise sensorial dos alimentos preparados na panela que é o modo mais utilizado no dia-a-dia ainda é o método preferido pelos avaliadores (BISINELA e MARTINS, 2019). Segundo Maciel (2019) observou-se que, após as intervenções gastronômicas de cocção, mudança no corte e textura foi possível promover um sabor mais agradável com outros tipos de tempero e uma melhor aparência dos alimentos; com isso, houve redução na quantidade de alimentos deixados na bandeja.

De acordo com Pugas (2017), a alimentação hospitalar é um fator determinante na melhora de saúde das crianças e a gastronomia hospitalar pode ser uma grande aliada na recuperação do estado nutricional de pacientes desnutridos assim havendo mudanças nas características sensoriais das preparações, a apresentação das dietas. O resultado supracitado corrobora com o

estudo de Guerra (2009), onde se avaliou a aceitação de dietas para as crianças em um hospital público onde substituição de utensílios e na modificação na forma de apresentação das preparações e decoração do prato; observou-se que o percentual de aceitação antes das alterações foi de 66,66% e após alterações foi de 73,33%; já a indiferença ficou com a mesma porcentagem antes e após de 26,66%; a rejeição antes das alterações feitas era de 6,66% e após as alterações foi de 0%, havendo assim uma maior aceitação com a aplicação de técnicas gastronômicas.

Um estudo referente ao Índice de Resto Ingesta antes e após a aplicação de práticas gastronômicas aponta que durante uma pesquisa de cinco dias teve-se uma variação no percentual, sendo que na pré-intervenção foi de 23,03% a 17,39%; e no pós-intervenção 23,50% a 13,64% (BASTOS et al., 2017). O controle do índice de resto ingesta de uma Unidade de Alimentação e Nutrição torna-se útil não só para controlar o desperdício e custos, mas também é um grande indicador da qualidade da refeição que foi servida, bem como a aceitação do cardápio oferecido (SILVA e SILVA e PESSINA, 2010).

### Considerações finais

A avaliação da aceitabilidade das refeições é importante e deve ser realizada de forma contínua a fim de auxiliar no estado nutricional para obter um resultado positivo na evolução do paciente por meio de uma ingestão alimentar adequada e satisfatória. É notório que com a aplicação da gastronomia o paciente tende-se a comer melhor. Visando a importância do nutricionista em um ambiente hospitalar, podendo interferir desde a escolha, a preparação, até ser servida aos pacientes de modo com que de maneira simples e visualmente atrativa colabore com uma educação nutricional objetivando-os a melhora da qualidade de vida.

### Referências

BASTOS, I.S. et al. Adoção de práticas em gastronomia hospitalar e sua interferência sobre o índice de resto. **Revista de Inovação, Tecnologia e Ciências**, v. 1, n. 1, p. 103-108, 2017.

BEZERRA, A.C. Gastronomia na prescrição de dietas hospitalares e as influências geradas pela indústria hoteleira. 2009.



BISINELA, B.L.M e MARTINS, A.H. Comparação de diferentes métodos de cocção, visando manter o alto teor de nutrientes nas refeições propostas a um hospital da cidade de Cascavel-PR. **FAG JOURNAL OF HEALTH (FJH)**, v. 1, n. 1, p. 125-139, 2019.

DA SILVA, S.M e MAURÍCIO, A.A. Gastronomia hospitalar: um novo recurso para melhorar a aceitação de dietas. **ConScientiae Saúde**, v. 12, n. 1, p. 17-27, 2013.

GONÇALVES, M.P.M. et al. A importância da gastronomia para a nutrição. **Revista Empreenda Uni Toledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia**, v. 2, n. 1, p. 251-263, 2018.

GUERRA, P.M.S. Avaliação da aceitação de dietas infantis modificadas em hospital público: estudo de caso. 2009.

MACIEL, I.J.L. et al. Intervenções gastronômicas e análise da aceitabilidade em um restaurante universitário na cidade de Belém-PA. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, v.14, p. 1-17, 2019.

NASCIMENTO, T. et al. Aceitabilidade das dietas orais de um hospital do sul de minas. **Revista da UIIPS**, v. 5, n. 5, p. 141-148, 2017.

PUGAS, S.M. Importância da Gastronomia Hospitalar na Ingestão Alimentar de Crianças Hospitalizadas. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). **Escola de Saúde e Medicina, Universidade Católica de Brasília**. 2017.

SILVA, A.M. da e SILVA, C.P. e PESSINA, E.L. Avaliação do índice de resto ingesta após campanha de conscientização dos clientes contra o desperdício de alimentos em um serviço de alimentação hospitalar. **Revista Simbio-Logias**, v. 3, n. 4, p. 43-56, 2010.

SILVA, I.M.L. Gastronomia Hospitalar: Aplicação de Técnicas Gastronômicas e Avaliação do Custo Direto das Preparações. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). **Curso de Tecnologia em Gastronomia, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí**. 2016.

TALDIVO, B.P e DOS SANTOS, M.C.T. Gastronomia Hospitalar. **Revista Conexão Eletrônica**, v. 13, n. 1, p. 8, 2016.

## CUIDADO HUMANIZADO: UMA ABORDAGEM AOS NUTRICIONISTAS ATUANTES NOS CUIDADOS PALIATIVOS ONCOLÓGICOS

Larissa dos Santos Selvati<sup>1</sup>, Larissa Perroni Bustamante Pinto<sup>2</sup>

### Introdução

Os cuidados paliativos visam melhorar a qualidade de vida de pacientes com doenças graves ou com risco de vida, como o câncer. É uma abordagem de cuidados que considera o paciente como um todo e não apenas a doença, seguindo o princípio da integralidade. O objetivo é prevenir ou tratar, o mais cedo possível, os sintomas e efeitos colaterais da doença, além de quaisquer problemas psicológicos, sociais e espirituais relacionados (PEREIRA e REIS, 2007).

Os cuidados paliativos consistem na assistência promovida por uma equipe multidisciplinar, que objetiva a melhoria da qualidade de vida do paciente e de seus familiares, diante de uma doença que ameace a vida, por meio da intervenção e alívio do sofrimento. Por isso é nesse momento que as pessoas precisam de amparo emocional, e <sup>144</sup>para que isso possa ser alcançado com sucesso é necessária uma participação de toda uma equipe que vai desde médicos, enfermeiros e psicólogos todos trabalhando juntos para proporcionar um ambiente mais agradável possível, e assim uma morte mais digna e um alívio da dor do paciente (SANTANA, 2008).

O objetivo deste trabalho foi avaliar a percepção do profissional nutricionista sobre a importância dos cuidados paliativos no tratamento oncológico.

### Material e métodos

A amostra foi composta por profissionais nutricionistas que atuam em hospitais que oferecem tratamento oncológico por meio do SUS (Sistema Único de Saúde) no sul de Minas Gerais. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem quali-quantitativa. Foi proposto aos profissionais nutricionistas um questionário encaminhado por e-mail contendo perguntas sobre atendimento humanizado, cuidados paliativos no tratamento oncológico. Ao final da coleta de dados, estes foram submetidos a análise e os resultados foram apresentados em gráficos.

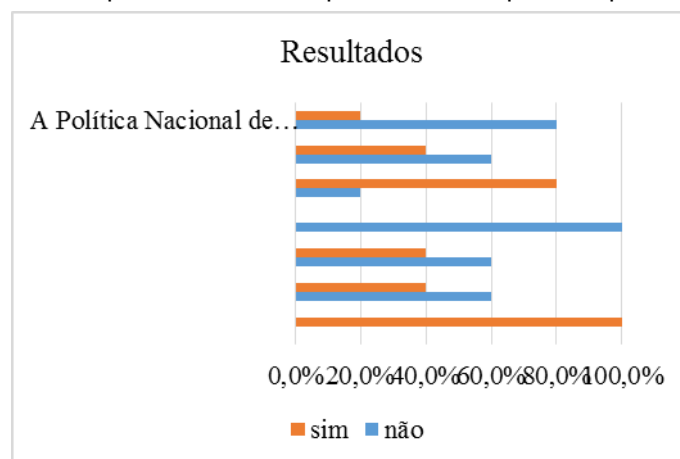
---

<sup>144</sup> [larissa.selvati@hotmail.com](mailto:larissa.selvati@hotmail.com) Faculdade São Lourenço - UNISEPE

## Resultados e discussão

Dos 6 hospitais que foram enviados os questionários, 5 responderam e atenderam o critério de inclusão. Referente ao questionário, a pergunta “Você sabe o que são cuidados paliativos?”, todos responderam que sim (100%). Na pergunta “Você sente necessidade de uma especialização para atuar com cuidados paliativos?” todos responderam que não (100%).

Gráfico 1 Percentual de respostas acerca do questionário respondido pelos hospitais, 2019.



Fonte: elaborado pela aluna.

Das 9 perguntas, 2 eram questões discursivas, sendo a primeira “Você sabe o que é humanização? Se sim, explique com poucas palavras”, as respostas foram: “É a forma de cuidar onde o paciente é cuidado em todos os aspectos e não apenas da doença.”; “Humanizar é colocar o ser humano em primeiro lugar”; “Assistência para a melhoria da qualidade de vida do paciente e seus familiares”; “É uma abordagem que melhora a vida do paciente e dos familiares, mesmo lidando com doenças que ameaçam a vida do paciente”; “Humanizar é uma prática que não visa só a doença do paciente mas ele como um todo (fatores psicológicos, espirituais)”.

A segunda pergunta discursiva foi “Quais são as dificuldades de implementação desses conceitos no SUS?”, as respostas foram: “Burocracia e falta de conscientização”; conhecimento e falta de ensinamento de como lidar com essa prática”; “A falta de uma equipe multidisciplinar que consiga atribuir todos os princípios”; “Conseguir ter uma equipe unida para que aja melhorias nos cuidados”.

Os conhecimentos que os profissionais nutricionistas necessitam para sua formação acadêmica estão descritos na Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição - CNE/CES Nº 5, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001. Nesta resolução

ênfatisa a revisão dos conteúdos curriculares mínimos e salienta as habilidades e competências que o profissional precisa ter, enaltecendo a integralidade do indivíduo e a compreensão ampla do processo saúde-doença (BRASIL, 2001).

No quesito de prática profissional, 60% dos entrevistados afirmam que os conceitos de cuidados paliativos não são aplicados no seu cotidiano. Segundo Oliveira (2010) a autonomia dos doentes em fase final de vida tem sustentabilidade e respaldo ético na filosofia dos cuidados paliativos, mas o Brasil ainda enfrenta a imaturidade dessa prática refletida na organização das políticas, serviços e equipes de saúde que recebem interferência ou sustentam resquícios do modelo curativo de assistência.

Diante do questionário exposto, 60% responderam que os cuidados paliativos são reconhecidos como elemento essencial dos cuidados à saúde. Silva (2006) justifica que o diálogo é essencial para se criar vínculos e principalmente para mostrar a grande importância dos cuidados paliativos. E nesse diálogo são estabelecidos modelos de atenção que respeitam as crenças e saberes daqueles indivíduos, e principalmente não permitem a exclusão ou a adoção de projetos (de cuidados) pré-estabelecidos.

Normalmente os cuidados paliativos são disponibilizados através de programas inseridos ou não em instituições hospitalares. Nos programas vinculados a instituições hospitalares, é perceptível o esforço individual de alguns profissionais, que faz a diferença no cuidado paliativo e tendo como resultado a melhora do paciente sendo então considerados inovadores por constatar que a necessidade de oferecer cuidados paliativos em suas unidades de saúde (ELSAYEM *et al.*, 2004).

### **Considerações finais**

Observa-se que há o reconhecimento dos profissionais nutricionistas quanto a importância dos cuidados paliativos na prática clínica, porém as políticas públicas propostas não são seguidas. Tais achados evidenciam a necessidade de implementação dessas políticas e a valorização do profissional nutricionista atuante nos cuidados paliativos oncológicos.

## Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 5/2001. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Diário Oficial da União. 7 nov 2001; Seção 1:39.

ELSAYEM, A. *et al.* Palliative care inpatient service in a comprehensive cancer center: clinical and financial outcomes. **Journal of Clinical Oncology**, v. 22, n. 10, p. 2008-2014, 2004.

PEREIRA, M. T.; REIS, T.C.S dos. A não-ressuscitação, do ponto de vista do médico, em uma unidade de cuidados paliativos oncológicos. **Revista brasileira de cancerologia**, v. 53, n. 2, p. 225-229, 2007.

SANTANA, J. C.B. Avanços tecnológicos e os limites dentro de uma unidade de terapia intensiva no processo ético do cuidar: significado para os acadêmicos de enfermagem. **Rev Bioethikos**, v. 2, n. 1, p. 73-80, 2008.

## ESTADO NUTRICIONAL DOS IDOSOS SEGUNDO AS PESQUISAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Freitas, Naiara Nogueira<sup>145</sup>, Briskiewicz, Bruna Lucas, Dionello, Andreza Figueirola Martins

### Introdução

Nas últimas décadas a população brasileira vem apresentando mudanças no perfil de saúde e nutrição (JAIME e SANTOS, 2014). A partir da segunda metade do século XX ocorreram mudanças demográficas importantes para o conhecimento do atual processo de saúde-doença dos idosos (JAIME e SANTOS, 2014). Estima-se um valor maior que o dobro dos indivíduos com 60 anos ou mais para o ano de 2040, representando 23,8% da população brasileira (MIRANDA, MENDES e SILVA, 2016). Essa nova realidade em relação a demografia exige dos sistemas de saúde capacidade para responder às demandas atuais e futuras da saúde (MIRANDA, MENDES e SILVA, 2016).

Concomitante ao processo de transição demográfica o processo de transição epidemiológica é marcado pela redução das doenças infecciosas e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT's). Assim como o processo de transição nutricional da população brasileira, definida pela redução da desnutrição e o aumento do excesso de peso e obesidade em todas as faixas etárias (JAIME e SANTOS, 2014). O estado nutricional do idoso tem bastante importância no processo de envelhecimento, devido principalmente as alterações fisiológicas que podem influenciar a alimentação e nutrição (BEZERRA, ALMEIDA e NÓBREGA-THERRIEN, 2012).

Diante do exposto o objetivo do presente estudo foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o estado nutricional da população idosa segundo os principais estudos realizados com a população brasileira.

### Materiais e métodos

Esta pesquisa foi realizada a partir de levantamentos bibliográficos com base em artigos científicos, disponíveis nas bases de dados Scielo, Lilacs, Google Acadêmico, utilizando-se dos

---

<sup>145</sup> [naai\\_nogueira@hotmail.com](mailto:naai_nogueira@hotmail.com) Faculdade de São Lourenço - Unisepe.

seguintes descritores: idosos, estado nutricional, envelhecimento populacional, transição nutricional, obesidade, desnutrição.

Fatores de inclusão e exclusão: artigos científicos publicados em língua portuguesa, entre os anos de 2009 a 2019. Estudos populacionais realizados no Brasil a partir de 1980 que foram citadas pelos artigos publicados a partir de 2009, com resultados relevantes considerando a transição nutricional. Foram excluídos monografias, dissertações e artigos originais voltado a população de outras faixas etárias.

### Resultados e discussões

Dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2002-2003, com 13.943 idosos, sendo 46,03% (n=6.418) do sexo masculino e 53,96% (n=7.525) do sexo feminino mostraram de acordo com o IMC, as seguintes classificações do estado nutricional: baixo peso 5,8% (n=815), peso adequado 49,0% (n=6.838), sobrepeso 32,7% (n=4.558) e obesidade 12,4% (n=1.732) (SILVA et al., 2011). Seguindo a transição nutricional dados da POF 2008/2009 com 20.114 idosos, obteram os seguintes dados do sexo masculino: baixo peso 19,9%, peso normal 48,5% e sobrepeso 31,6% e feminino: baixo peso 18,2%, peso normal 39,9% e sobrepeso 41,9% (PEREIRA, SPYRIDES e ANDRADE, 2016). Observando um aumento na prevalência do excesso de peso.

Resultados encontrados na Pesquisa sobre Padrões de Vida – (PPV 1996/1997), realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com 1.519 idosos residentes na região Nordeste e Sudeste do Brasil, já mostravam o início da transição nutricional em que o baixo peso 5,7% foi menos prevalente que sobrepeso 32,3% e obesidade 11,6%. Semelhante também o sobrepeso e obesidade entre homens e mulheres 31,9% e 5,6% vs. 32,7% e 16,3% respectivamente (NASCIMENTO et al., 2011).

O perfil nutricional atual dos idosos conforme encontrado nos estudos supracitados foi caracterizado com altas prevalências de sobrepeso e de obesidade e a diminuição do baixo peso entre idosos brasileiros. A prevalência de excesso de peso é um caso preocupante, pois está relacionada ao aumento das doenças crônicas não transmissíveis havendo um aumento nos gastos públicos de saúde, com elevação da morbidade e mortalidade (MENEGUCI, SANTOS e DAMIÃO, 2014).

Segundo Filha et al. (2015), dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) (2013) apresentam que entre a faixa etária de 60 anos ou mais a hipertensão apresenta maior relevância dentre as doenças crônicas não transmissíveis, com 50,6%, seguida por diabetes mellitus 18,1%, artrite 16,4%, doença cardiovascular 11,4%, câncer 5,6% e acidente vascular cerebral (AVC) 4,9%. Corroborando com resultados dos dados da linha de base do Estudo Longitudinal da Saúde dos Idosos Brasileiros (ELSI-Brasil) com 9.412 indivíduos entre 50 anos ou mais mostraram a alta prevalência de hipertensão arterial sendo 52,2%, diabetes 15,8%, artrite 21,0%, doenças cardiovasculares 11,7%, câncer 5,3% e AVC 5,3% (NUNES, et al. 2018). Sobre a quantidade de doenças que cada indivíduo de 60 anos ou mais apresentava, a de maior relevância foi a de uma doença 54,1%, duas doenças 47,1% e três ou mais doenças 33,2% (FILHA et al., 2015). Resultados do estudo de Nunes, et al. (2018) apresentavam para  $\geq 2$  a prevalência de 67,8% e 47,1% para  $\geq 3$ .

Neste sentido, a presença de mais de uma morbidade leva a uma piora da auto avaliação da saúde. Observou-se nos indivíduos portadores de diabetes e doença cardiovascular apresentam maior risco da incidência de câncer de pulmão, mama e colorretal (FILHA et al., 2015). A presença do câncer juntamente com essas doenças está associada com o estado de saúde negativo e menor longevidade (FILHA et al., 2015).

### **Considerações finais**

Diante dos resultados obtidos, verifica-se que são evidentes as alterações que vêm ocorrendo no estado nutricional dos idosos brasileiros. Pode-se observar na maioria dos estudos a diminuição do baixo peso e aumento de sobrepeso e obesidade, sendo este prevalente no sexo feminino. Dessa maneira, é necessário um planejamento de intervenções direcionadas às necessidades dessa população com uma necessidade de vigilância em saúde e nutrição na rotina dos serviços a fim de garantir uma melhora na qualidade de vida desses idosos.



## Referências

BEZERRA, F. C.; ALMEIDA, M. I.; NÓBREGA-THERRIEN, S. M. Estudos sobre Envelhecimento no Brasil: Revisão Bibliográfica. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 15 n. 1, p. 155-167, jan-mar. 2012.

FILHA, M. M. T., et al. Prevalência de doenças crônicas não transmissíveis e associação com autoavaliação de saúde: Pesquisa Nacional de Saúde, 2013. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v.18, n. 2, p. 83-96, dez. 2015.

JAIME, P. C.; SANTOS, L. M. P. Transição nutricional e a organização do cuidado em alimentação e nutrição na Atenção Básica em saúde. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**, n. 51, p. 72-85, out. 2014.

MENEGUCI, J.; SANTOS, A. S.; DAMIÃO, R. Avaliação Nutricional e fatores sociodemográficos, condições de saúde e hábitos associados em idosos. **O Mundo da Saúde**, v. 38, n. 3, p. 277-285, set, 2014.

MIRANDA, G. M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v.19, n. 3, p. 507-519, mai-jun. 2016.

NASCIMENTO, C. M. et al. Estado nutricional e condições de saúde da população idosa brasileira: revisão da literatura. **Revista Médica de Minas Gerais**, v. 21, n. 2, p. 174-180, abr-jun, 2011.

NUNES, B. P. et al. Multimorbidade em indivíduos com 50 anos ou mais de idade: ELSI-Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 52, p. 2-10, abr, 2018.

PEREIRA, I. F. S.; SPYRIDES, M. H. C.; ANDRADE, L. M. B. Estado nutricional de idosos no Brasil: uma abordagem multinível. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n.5, p. 1-12, mai. 2016.

SILVA, V. S. et. al. Prevalência e fatores associados ao excesso de peso em idosos brasileiros. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, v. 16, n. 4, p. 289-294, set. 2011.

## AUTO CUIDADO NO DIABETES

ALBIINO, N.J.O, FRANÇA, R; DIONELLO, A.F.M.

### Introdução

O Diabetes Mellitus configura-se hoje como uma epidemia mundial, traduzindo-se em grande desafio para o sistema de saúde de todo o mundo. O envelhecimento da população a urbanização crescente e a adoção de estilo de vida pouco saudáveis como sedentarismo, dieta inadequada e obesidade são grandes responsáveis pelo aumento de incidência e prevalência do diabetes em todo o mundo (Caderno de Atenção Básica\_nº16,Ministerio da Saúde).

O diabetes mellitus é uma doença crônica, caracterizada pela concentração do aumento da glicose no sangue, resultando defeitos na secreção de insulina podendo ser diabetes tipo 1 e tipo2 e diabetes gestacional (MARION, J. Franz, et al. **Terapia Nutricional Clínica para Diabetes Melito e Hipoglicemia de Origem não Diabética. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia.** MAHAN, L . K.; ESCOTT, S.S. Rio de Janeiro: Elsevier, ed 2012.13).

### DIABETES MELLITUS TIPO 1

O Diabetes Mellitus tipo 1 (DM1), é definido pela destruição da células  $\beta$ , frequentemente levando à deficiência absoluta de insulina. No diagnostico do diabetes mellitus<sup>1</sup>, geralmente os pacientes estão mais magros, apresentando uma perda de peso considerada, polidipsia (sede excessiva) podendo apresentar poliúria (micção excessiva). A falha na destruição das células  $\beta$ -pancreáticas leva ao déficit total da insulina e causando a hiperglicemia (MARION, J. Franz, et al. **Terapia Nutricional Clínica para Diabetes Melito e Hipoglicemia de Origem não Diabética. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia.** MAHAN, L . K.; ESCOTT, S.S. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.13 ed).

---

<sup>1</sup> [nayararicardo17@gmail.com](mailto:nayararicardo17@gmail.com) Faculdade de São Lourenço

## DIABETES MELLITUS TIPO 2

O Diabetes Mellito tipo 2 (DM2), é definido de um defeito secretor progressivo da insulina (deficiência de insulina) resistência à insulina. No DM2 (diabetes mellitus tipo 2) o diagnostico é caracterizado pela resistência à insulina e por falha na célula  $\beta$ . Os níveis endógenos da insulina apontam está normais, mais não estão apropriados para inibir a resistência a insulina, resultando em uma hiperglicemia.

## DIABETES GESTACIONAL

Gestação constitui-se em condições diabetogênica, uma vez que a placenta produz hormônios hiperglicemiantes e as enzimas placentárias que degradam a insulina, em modo constante ao aumento compensatório na produção de insulina e na resistência a insulina, podendo evoluir com disfunção das células  $\beta$ . Trata-se de uma intolerância ao carboidratos de gravidade variável, que se iniciou durante a gestação atual, sem ter preenchido os parâmetros para diagnósticos de DMG ( diabetes mellitus gestacional) (MARION, J. Franz, et al. **Terapia Nutricional Clínica para Diabetes Mellito e Hipoglicemia de Origem não Diabética. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia.** MAHAN, L . K.; ESCOTT, S.S. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.13 ed).

## Materiais e métodos

Foi feito um estudo com a população da cidade de Passa Quatro, Minas Gerais com os bairro do Pé do Morro e Tronqueiras, onde foi constatado pela a equipe da farmácia popular um alto consumo de insulina e antidiabéticos orais, com essa informação, resolveu se fazer uma pesquisa com os moradores do bairro com diabetes para se saber o porque desse alto consumo. Sendo feita através de questionário, onde foi aplicado aos pacientes pelas enfermeiras e ACS (agentes comunitário de saúde) durante a consulta medica ou em visitas domiciliar, com revisões de prontuários e consultas marcadas para pacientes de maior necessidade.

## Resultados e discussão

Foram acompanhados 122 pacientes, sendo que 80 pacientes do sexo feminino (65,57%) e 42 pacientes do sexo masculino (34,43%) a aplicação do questionário foi feito no período do mês de abril de 2019. Foi feita a coleta de dados dos pacientes, na qual já possibilitou a identificação da frequência de certos condicionantes relativos ao agravo, que trazem grande prejuízo à saúde dos pacientes, como por exemplo a baixa porcentagem de praticantes de atividades físicas, alimentação adequada para o tipo de patologia, o não conhecimento da doença e seus agravos. No aferimento a glicemia foi observado que poucos paciente faz esse aferimento diário, e o restante tem feito somente em dias de consultas.

O estudo revelou que a população precisa de mais assistência e principalmente de orientação de fácil explicação e com linguajar na qual eles consigam entender de fato que é sim um doença perigosa que pode levar a óbito se não for tratada com devida atenção.

O questionário aplicado aos pacientes em Passa Quatro foi com respostas de sim ou não e de fácil entendimento, já que o outra era pouco objetivo de difícil entendimento, grande e cansativo para responder, os resultados serão apresentados em forma de gráfico.

## Considerações finais

A pesquisa relatou que muitos dos pacientes ainda não sabe qual o tipo de patologia se tem, quais os agravos dessa doença, qual a melhor forma de cuidado principalmente na área nutricional.

Com isso se ver que o papel do nutricionista é muito importante, principalmente para orientação dos pacientes para melhor qualidade de vida, na qual o paciente sabe se ao certo qual o alimento deve consumir, quantidades e horários certos para que não haja picos de insulinas, seria bom ter reuniões com os diabéticos para que eles possam relatar o que acham sobre a doenças, quais as suas dificuldades, sendo sempre acompanhada de um profissional da nutrição onde possa estar ensinando como fazer o calculo de carboidratos, como ter uma melhor alimentação, saber como escolher os melhores produtos na prateleira do supermercado, para que o paciente tenha sempre uma boa qualidade de vida independente de sua patologia.

## Referências

SECRETARIA DE ATENÇÃO BÁSICA. Brasil, **Cadernos de Atenção Básica - n.º 16 Série A. Normas e Manuais Técnicos. DIABETES MELLITUS**. Brasília.2006. p.7.

(GOLBERT, A. et al. **Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes**. São Paulo, 2017-2018. Clannad 2017 ed).

(MARION, J. Franz, et al. **Terapia Nutricional Clínica para Diabetes Melito e Hipoglicemia de Origem não Diabética. Krause: alimentos, nutrição e dietoterapia**. MAHAN, L . K.; ESCOTT, S.S. Rio de Janeiro: Elsevier, ed 2012.13).

## **ALEITAMENTO MATERNO EM CRIANÇAS DE ZERO A SEIS MESES NO MUNICÍPIO DE DOM VIÇOSO-MG**

Santos, Pâmela Rodrigues dos<sup>146</sup>; Junqueira, Paula Vieira<sup>2</sup>; Briskiewicz, Bruna Lucas;<sup>3</sup>  
Dionello, Andreza Figueirola Martins

### **Introdução**

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS, amamentação ou aleitamento é o período de tempo que o recém-nascido se alimenta de leite materno (BRASIL, 2015). Recebe o nome de aleitamento materno exclusivo quando a criança recebe de sua mãe ou ordenhado sem nenhum outro alimento com exceção de remédios, o que é essencial até os seis meses de idade (BRASIL, 2015).

É muito importante que o profissional de saúde acolha a lactante considerando os aspectos biológicos, crenças, culturais e mitos relacionados, identificando as necessidades individuais, intervindo colaborando de maneira positiva para uma maior duração do período de amamentação (ALGARVES, JULIÃO e COSTA, 2015)

Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo apresentar a prevalência de aleitamento materno exclusivo de zero a seis meses na Unidade Básica de Saúde do município de Dom Viçoso-MG.

### **Materiais e métodos**

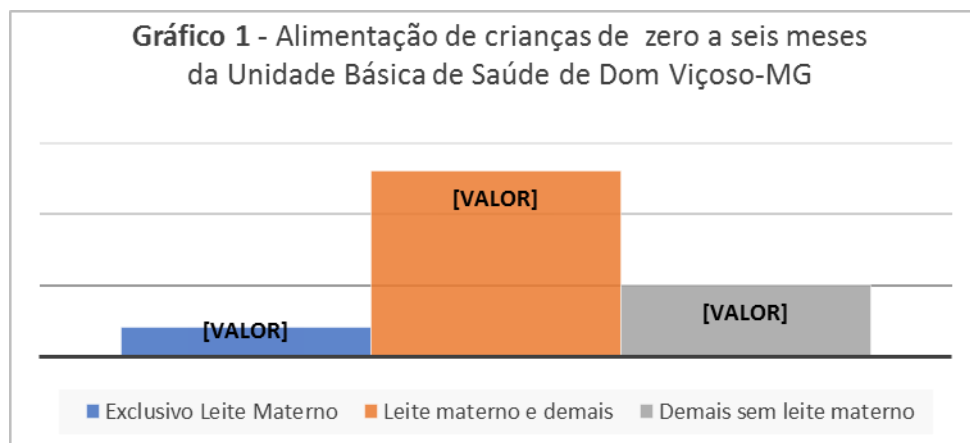
Foi realizada uma pesquisa de delineamento descritivo e transversal, na Unidade Básica de Saúde do município de Dom Viçoso-MG. Foi aplicado um questionário a 20 mães de crianças de zero a seis meses de idade e que frequentam esta unidade de saúde, nos meses de julho a agosto. Todas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O questionário utilizado foi o do SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, "Marcadores de consumo alimentar" somente a parte para crianças de zero a seis meses.

---

<sup>146</sup> pamela.nutricao92@gmail.com. Faculdade São Lourenço.

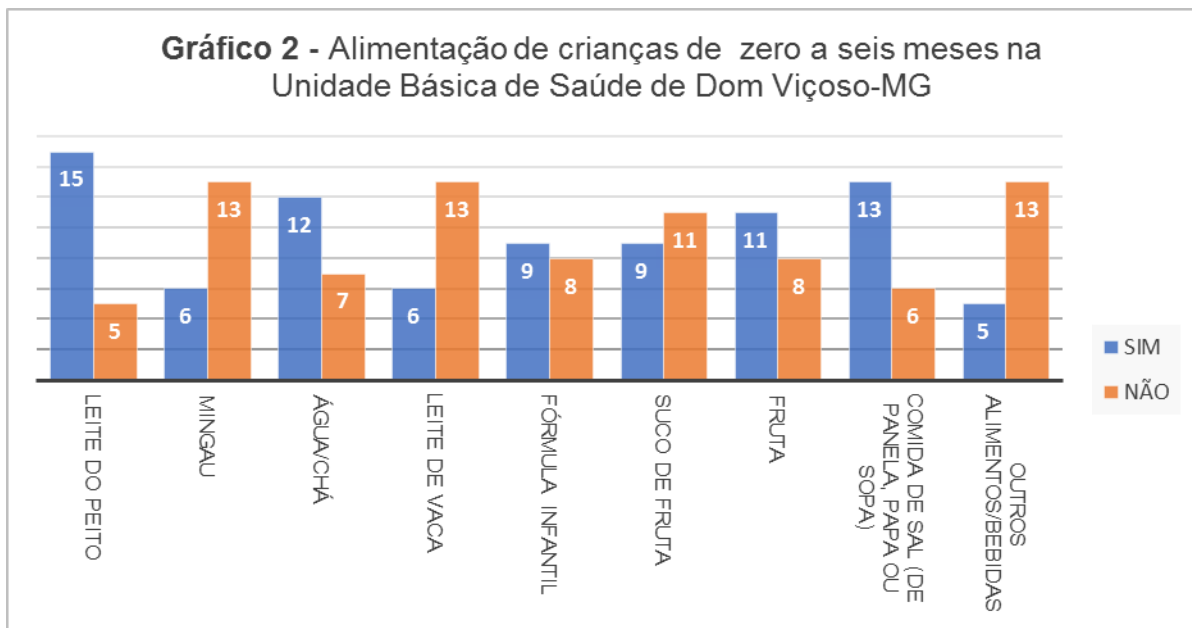
## Resultados e discussão

Conforme o gráfico 1, apenas 10% das mães, do total de 20 entrevistadas, no dia anterior à pesquisa, deram para seus filhos apenas leite materno, levando em consideração a faixa etária de zero a seis meses. Dessas, 65%, ou seja, a maioria, ofertam leite materno junto com outros alimentos, como fruta, sopas, minguas, etc. E 25% das mães não dão mais leite materno. Não se entrou no mérito dos motivos que as mães não mais amamentavam seus filhos, por não ser o foco desta pesquisa.



Fonte: Questionário SISVAN aplicado a 20 mães nos meses de julho a agosto.

O gráfico 2 demonstra a prevalência de mães que alimentam seus filhos com outros alimentos além do leite materno, prevalecendo a água e/ou chá como o alimento com maior número de mães que são adeptas.



Fonte: Questionário SISVAN aplicado a 20 mães nos meses de julho a agosto.

De acordo como o Manual de Orientações do Aleitamento Materno (BRASIL, 2009) a introdução precoce de água, alimentos ou chá pode aumentar enormemente o risco de doenças com impactos no crescimento de crianças e diminuir a amenorreia pós-parto. Margotti e Margotti (2017), afirmam que o “aleitamento Materno é altamente nutritivo, podendo suprir todas as necessidades alimentares do infante durante os quatro a seis primeiros meses de vida.

Corroborando com Algarves, Julião e Costa (2015) que afirmam que o desmame precoce e a alimentação artificial antes dos seis meses, apesar de toda a campanha contrária, tem se tornado hábitos comuns em período de lactação da criança, levando a taxas muitas vezes elevadas de morbimortalidade infantil nos primeiros anos de vida. Por isso, não é recomendado à introdução de outro tipo de alimentos, nem mesmo água, durante o período de aleitamento materno exclusivo.

Amaral et al (2015) realizaram uma pesquisa sobre os fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrizes e relataram que ao ter dúvidas sobre a quantidade de leite, algumas nutrizes tomam a iniciativa da introdução de outro alimento, sem procurar auxílio profissional para uma avaliação, fato esse que compromete o aleitamento materno exclusivo, porém, biologicamente, as mães produzem leite suficiente para atender à demanda de



seus filhos. Além de acreditarem na produção insuficiente de leite é fruto da insegurança materna quanto a sua capacidade de nutrir plenamente a criança.

### Considerações finais

A criança amamentada recebe um alimento rico e completo até o sexto mês de vida, porém, observou-se que muitas mães não acreditam nesse fato e começam a introduzir outros alimentos, alegando que o leite materno é fraco e não sustenta.

Porém, conclui-se que as necessidades nutricionais da criança são supridas somente com leite materno nos primeiros seis meses de vida sendo uma importante fonte de nutrientes.

Assim, a unidade de saúde tem uma importante função em oferecer suporte para colaborar na saúde no binômio mãe-filho e tornando o aleitamento materno uma prática universal.

### Referências

ALGARVES, T. R., JULIÃO, A. M. de S., & COSTA, H. M. 2015. **Aleitamento materno: influência de mitos e crenças no desmame precoce.** Revista Saúde em Foco. Disponível em: <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/912>. Acesso em 15 maio 2019.

AMARAL, Luna Jamile Xavier. Et al. **Fatores que influenciam na interrupção do aleitamento materno exclusivo em nutrízes.** Revista Gaúcha de Enfermagem. 2015; 127-34. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1983-14472015000500127&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472015000500127&lng=pt&tlng=pt) Acesso em: 28 maio 2019.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar.** 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 184 p. (Cadernos de Atenção Básica n. 23)

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

MARGOTTI, Edficher, MARGOTTI, Willian. **Fatores relacionados ao Aleitamento Materno Exclusivo em bebês nascidos em hospital amigo da criança em uma capital do Norte brasileiro.** Saúde Debate. Rio de Janeiro, V. 41, N. 114, P. 860-871, JUL-SET 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000300860&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042017000300860&script=sci_abstract&tlng=pt). Aceso em 28 maio de 2019.

## **HIPERTENSÃO ARTERIAL EM IDOSOS E A IMPORTÂNCIA DO CUIDADO NUTRICIONAL**

ALVES, Rosilene da Silva<sup>1</sup>, PINTO, Larissa Perroni Bustamante

### **INTRODUÇÃO**

A idade avançada provoca um processo dinâmico e progressivo que causa diversas alterações no organismo, sejam elas de ordem morfológica, psicológica, funcional ou biológica, levando à diminuição da capacidade funcional e ao desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), sendo que a hipertensão arterial (HA) é a mais prevalente (MENDES, 2014).

A diversificação das ações dos profissionais de saúde, em destaque os nutricionistas, a esta parcela populacional, que é o idoso, vem sendo foco de diversos estudos, na tentativa de viabilizar vida com qualidade para os mesmos, reduzindo os efeitos e consequências dos diversos distúrbios que acometem a velhice, especialmente as DCNT, através do cuidado nutricional a esses pacientes que sofrem de hipertensão arterial, a fim de apontar as medidas corretivas a serem adotadas que venham a reduzir a incidência dessa doença.

A presente pesquisa tem como objetivo averiguar, através dos estudos dos trabalhos, literaturas e estatísticas, as características das causas de ocorrência de HA em idosos e, ações a serem aplicadas para redução e controle desse mal com vista a uma vida saudável.

### **METODOLOGIA**

Para desenvolvimento deste estudo foi realizada pesquisa bibliográfica descritiva, de caráter inventariante, com o objetivo de conhecimento, entendimento, aprofundamento e identificação de obras e artigos científicos que abordam e dissecam o tema proposto. Desenvolveu-se buscas nas bases de dados indexadas, Google Acadêmico, Scielo, Lilacs, Biblioteca Virtual da Saúde, Redalyc, Revrene, Europa PMC, utilizando-se os seguintes descritores: envelhecimento, hipertensão arterial, nutrição do idoso, sendo indexadas em todas as combinações.

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

De acordo com o Estatuto do Idoso e a Política Nacional do Idoso, é considerado idoso um indivíduo com 60 anos ou mais (BRASIL, 2003), e no Brasil, o número de idosos com idade acima de 60 anos, passou de três milhões em 1960 para sete milhões em 1975, 14 milhões em

2002 e 20 milhões (20.590.599) em 2010 (IBGE, 2010), cerca de 10,6% da população total, sugerindo um aumento de 600% em cinquenta anos e estima-se que em 2020 tal número alcançará 32 milhões e, desse número de idosos, 60% dos idosos com mais de 65 anos são hipertensos ANDRADE (2014).

O envelhecimento da população brasileira se deve principalmente ao aumento da expectativa de vida e ao declínio nas taxas de fecundidade e natalidade segundo ESKINAZI (2011), também esclarecido por MINAYO (2012). As projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostram que a média de vida do brasileiro alcançará em 2050, 81,29 anos (IBGE, 2010).

De acordo com Eskinazi *et al* (2011), em 2008, para cada grupo de 100 crianças de 0 a 14 anos existiam 24,7 idosos de 65 anos ou mais. Em 2050, para cada 100 crianças de 0 a 14 anos existirão 172,7 idosos.

Esse fato traz preocupações, uma vez que, com o envelhecimento da população, é requerido mais atenção a senelidade, devido a estarem sujeitas ao desenvolvimento de patologias crônicas como, (HA), Diabetes Mellitus (DM) e outras comorbidades, sendo um dos grupos etários de maior suscetibilidade à desnutrição e as deficiências nutricionais (FISBERG, 2013; LIMA e DUARTE, 2013) prejudicando a qualidade de vida (QV) dos mesmos. Em idosos hipertensos, a qualidade de vida está diretamente ligada a fatores socioeconômicos, como idade, gênero, etnia, estado conjugal, nível educacional, renda, emprego, religião, obesidade, consumo excessivo de álcool e fumo, sedentarismo, dislipidemias, DM e hábitos dietéticos (GIROTTI, 2011; ANDRADE, 2014).

Devido à complexidade da patologia em questão, é de vital importância a abordagem multiprofissional nos cuidados com a saúde de idosos hipertensos. Portanto, a inserção do profissional de nutrição no processo de cuidado com idosos, faz-se necessário, uma vez que esse profissional completa a equipe multiprofissional, com o objetivo de orientar o paciente sensibilizando e promovendo mudanças dos hábitos alimentares, respeitando a individualidade do idoso portador de hipertensão arterial, visto que a alimentação constitui um fator de grande importância para a qualidade de vida das pessoas e a nutrição adequada é primordial na promoção e manutenção da saúde, independência e autonomia dos idosos. A condição de saúde de um indivíduo é influenciada pelo seu estado nutricional, através do consumo, utilização e necessidade de nutrientes (SANTOS, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que ter uma alimentação saudável é um dos segredos para manter a saúde em dia e ter uma vida mais longa. Na terceira idade, esses cuidados devem ser redobrados e, que o profissional nutricionista desempenha um papel importante, pois as orientações e cuidado nutricional individualizado no tratamento da população idosa, portadores de hipertensão arterial garantem uma vida mais saudável.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A.O de., et al. Prevalência da hipertensão arterial e fatores associados em idosos. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, 2014, 27 (Julho/Setembro).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. ESTATUTO DO IDOSO. Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003. 3ª ed. Brasília – DF 2013.
- ESKINAZI, F.M.V., *et al.* Envelhecimento e a Epidemia da Obesidade. **UNOPAR Científica Ciências Biológicas e da Saúde**, 13, 2011.
- FISBERG, R., *et al.* Ingestão inadequada de nutrientes entre idosos brasileiros: Pesquisa Nacional de Alimentação 2008-2009. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. supl. 1, p. 222-230. 2013.
- GIROTTO, E., et al. Adesão ao tratamento farmacológico e não farmacológico e fatores associados na atenção primária da hipertensão arterial. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2013. Acesso em 20 de maio de 2019.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Informação Demográfica e Socioeconômica. N.27, Rio de Janeiro, 2010.
- MENDES, G.S.; MORAES, C.F.; GOMES, L. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica em idosos no Brasil entre 2006 e 2010. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 9, n. 32, p. 273-278, mar. 2014. Acesso em 20 maio 2019.
- MINAYO, M.C de S. O envelhecimento da população brasileira e os desafios para o setor saúde. **Cad. Saúde Pública**, v. 28 (2), p. 208-209, Rio de Janeiro, fev, 2012.
- SANTOS, R.R dos, *et al.* Obesidade em idosos. **Rev Med Minas Gerais**, 23 (1), p. 64-73, 2013.

## BIOÉTICA E ALIMENTOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

Fernandes, Sabrina de Oliveira; Dionello, Andreza Figueirola Martins<sup>147</sup>, Pinto, Larissa Perroni Bustamante

### Introdução

Dentre a formação do profissional nutricionista, o mesmo imediatamente deve recorrer a assuntos relacionados à saúde, nos quais irá garantir uma boa nutrição humana. Com isso, o profissional deve ser assíduo a todas informações dentro da sua área e, nesse contexto entra todos os alimentos, desde os *in naturas* até os geneticamente modificados, trazendo toda informação possível, que irá assegurar o desenvolvimento saudável, sem risco e dentro dos princípios da bioética, ressaltando informações do Conselho de Informações sobre Biotecnologia, nos quais segundo eles 60,6% das plantas geneticamente modificadas estão liberadas para o consumo no Brasil desde 1998.

Sendo assim, alimentos geneticamente modificados, nada mais é, do que a engenharia genética com a função de transferir genes dentro de algum organismo, com o intuito de mudar a fita de DNA, ou seja, modificar o material genético para a criação de outro um organismo com complementariedade mesmo sendo com um ou mais genes alterados, com o intuito de atingir o objetivo de uma nova evolução genética.

No caso das plantas, é a forma de deixá-las mais resistentes a pragas agrícolas e anticorpos, melhorando a vida humana, o meio ambiente e levando ao resultado final um Organismo Geneticamente Modificado (OGM) ou também chamado de Organismo Transgênico, que são criados para resistir a pragas de plantações, doenças de tempo, sendo adaptado a qualquer meio ambiente, mesmo com a falta de água, sendo evoluída para melhores plantações convencionais.

O objetivo do presente estudo é fornecer um maior entendimento sobre o que são os alimentos geneticamente modificados, auxiliando aos estudantes dos cursos da área da saúde com materiais complementares sobre o assunto, com a finalidade de analisar as influências das pesquisas realizadas anteriormente.

---

Sabrina de Oliveira Fernandes – [binisof@hotmail.com](mailto:binisof@hotmail.com)

## Materiais e métodos

A pesquisa foi realizada em três etapas, sendo elas: elaboração da pesquisa, coleta de dados e análise dos resultados.

A elaboração da pesquisa foi feita através da aplicação de um questionário dicotômico, ou seja, quando há apenas dois tipos de respostas, sendo optadas as respostas de Sim ou Não. As perguntas foram adaptadas de Costa e Borém (2003), que retratam o tema de forma assídua e de fácil entendimento, totalizando assim 3 questões.

A etapa de coleta de dados foi realizada entre os dias 26 de setembro até 08 de outubro de 2019, nos quais foram investigadas 65 pessoas, sendo a população alvo, em sua maioria universitários da UNISEPE-Faculdade São Lourenço, e as demais pessoas da sociedade, com obrigatoriedade de possuírem idade igual ou superior a 18 anos. No mais, a população voluntária, teve a opção de esclarecer dúvidas relacionadas ao tema, para que pudessem responder todas as perguntas com seriedade.

E, por fim a análise dos resultados feita através da contagem das respostas, sendo tabuladas em uma planilha do Microsoft Excel e, após foram elaborados gráficos de setores.

## Resultados

A amostra foi composta por 65 pessoas, tendo obtido as seguintes respostas: Com relação à pergunta se o indivíduo iria optar para consumir apenas alimentos geneticamente modificados, 94% (n=61) das pessoas responderam que não consumiriam apenas esses alimentos.

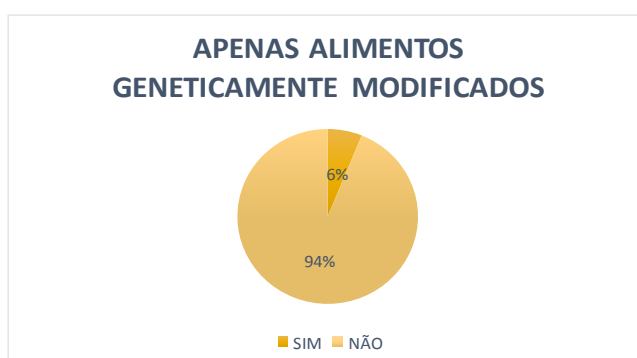


Gráfico 1 Porcentagem de consumo de apenas AGM, São Lourenço, 2019

Sobre a pergunta se os indivíduos concordam com o consentimento de terem o livre arbítrio de consumo dos AGMs 86% (n= 56) responderam que concordam com o consentimento.

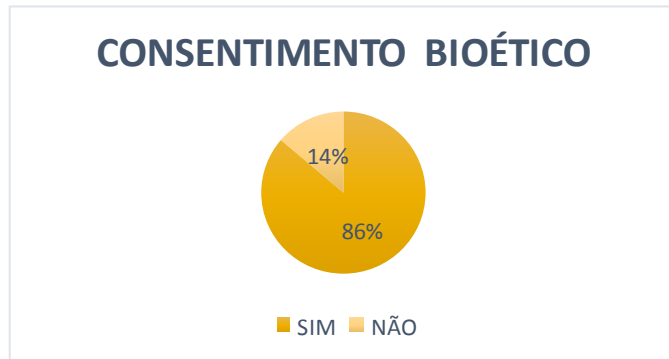


Gráfico 2 Porcentagem relacionado ao consentimento bioético sobre AGM, São Lourenço, 2019.

Sobre a questão que afirma segundo Costa e Borém (2003), no qual implica que os AGMs servem para suprir insuficiências 55% (n=36) relataram que concordam com a afirmação, pois os AGMs iriam substituir a falta de alimentos sem mudanças laboratoriais, no qual iriam suprir satisfatoriamente as insuficiências que ocorrem em outros países pela falta de alimentos.



Gráfico 3 Porcentagem de opiniões no qual implica que os AGM servem para suprir insuficiências, São Lourenço, 2019.

## Discussão

Segundo Ribeiro e Marin (2010), há duas classes de pessoas, as que defendem arduamente a criação de alimentos geneticamente modificados e uma classe que é contra sem mesmo ter efetivado todo o estudo. Entretanto, seguindo por essa linha de raciocínio é evidente que a população ainda pensa pela classe que é contra, pois 94% da população voluntária não consumiria apenas esse tipo de alimento, no que conseqüentemente já chega em uma definição final de que eles não concordam com a evolução constante desse alimento.

Assim segundo Arantes (2012), a bioética é o exercício de reflexão sobre os conflitos e avanços da saúde, demonstrando de forma viável que os avanços são direito do consumidor, onde faz que a pessoa possa discernir se consome ou não o produto final, no qual ressalta que a maioria dos voluntários da pesquisa, concordam que esse consentimento é viável, resultando que a base de evoluções é essencial, para que chega ao acordo final de consumo.

Já sobre a afirmação de Costa e Borém (2003) houve uma grande variedade de opiniões, sendo quase insignificante a diferença, pois uma parte concorda que esse alimento serve para suprir as insuficiências conforme a literatura no que mostra o grande papel da bioética. Já uma quantidade, significativa que ainda não é o máximo, não concorda com essa afirmação, no qual ainda concorda que os alimentos in natura são os melhores para quaisquer insuficiências, pois a evolução pode ser viável, mas não para todos que de forma significativa.

### **Considerações finais**

De forma satisfatória e concluinte é necessário que haja mais informações sobre o alimento, explicando ao consumidor de forma assídua que todo e quaisquer alimento pode trazer algum risco, pois as composições não são satisfatórias para todos os organismos, podendo dar alergias, mas esses em sua maioria são os ultraprocessados, mesmo que os alimentos geneticamente modificados não fiquem por fora. Entretanto é de grande valia, ressaltar que os alimentos geneticamente modificados são criados por questão de evolução e não para substituir alimentos in natura, e mesmo com todos os fatores é assegurado que esse alimento não irá trazer grandes riscos ao próximo.



## Referências

ARANTES, O. M. N. A bioética e a segurança alimentar: alimentos geneticamente modificados - **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**. Jacutinga- SP, 2012; 14(3) p14-20

COSTA, N. M.B.; BORÉM, A. **Biotecnologia e Nutrição saiba como o DNA pode enriquecer os alimentos**. 1.ed. São Paulo: Nobel, 2003. p.165

COSTA, T.E.M.M. *et al.* - Avaliação de risco dos organismos geneticamente modificados. **Ciência e Saúde coletiva**. 16(1) 327-336, 2011.

POSSAS, C. A. ; NEPOMUCENO, A. L. Bioética nas atividades com plantas geneticamente modificadas: contribuição ao código de ética das manipulações genéticas. *Parcerias estratégicas*, 16 163-181, 2002.

RIBEIRO, I.G.; MARIN, V. A. M. A falta de informação sobre os Organismos Geneticamente Modificados no Brasil. **Ciência e Saúde coletiva**. 17(2) 359-368,2012.

Conselho de Informações sobre Biotecnologia, 2019. Disponível em: <https://cib.org.br/wp-content/uploads/2019/10/2019-10-CTNBio-Aprovacoes-pt.pdf>

Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Posicionamento do CFN sobre alimentos transgênicos e produzidos com o uso de Agrotóxicos. Disponível em: <http://cfn.org.br/eficiente/repositorio/Noticias/411.pdf> Acesso em 08 out 2019.

## HÁBITOS ALIMENTARES ENTRE ESTUDANTES DA FACULDADE SÃO LOURENÇO

DA COSTA, Vitória Diniz <sup>1</sup>, FONTES, Cristiane BARBOSA RODRIGUES <sup>1</sup>; BRISKIEWICZ, Bruna LUCAS <sup>2</sup>

**Palavras-chaves:** consumo alimentar, estudantes universitários, alimentação.

### Introdução

Nas últimas décadas o Brasil tem passado por um período de transição nutricional, ou seja, modificações no perfil nutricional da população, caracterizada pela diminuição dos índices de desnutrição e aumento do sobrepeso e obesidade (FILHO & RISSIN, 2003). Essa situação reflete a influência da industrialização e do estilo de vida dos indivíduos hoje em dia, que estão cada vez mais aderindo aos *fast foods* e produtos industrializados (FRANÇA et al., 2012).

O Guia Alimentar para a População Brasileira classifica os alimentos em quatro categorias, *in natura* ou minimamente processados, processados, ultraprocessados e ingredientes culinários dando ênfase no consumo de alimentos *in natura* ou minimamente processados (SAÚDE, 2014).

Diante do exposto o objetivo desse trabalho é caracterizar o consumo alimentar dos ingressantes e os formandos dos cursos de graduação da faculdade São Lourenço, São Lourenço-MG.

### **Materiais e métodos** Delineamento do estudo

Foi realizado um estudo descritivo e transversal, constituído por estudantes universitários de uma faculdade do município de São Lourenço, Minas Gerais, Brasil, que voluntariamente participaram do projeto Hábitos Alimentares entre Estudantes da Faculdade São Lourenço.

### Aplicação do questionário

Foi aplicado um questionário de consumo alimentar validado e adaptado (ANEXO 1) baseado nas classificações dos alimentos pelo Guia Alimentar, onde cinco voluntários de cada curso responderam o questionário. Os dados foram coletados nos dias 07 e 08 de outubro de 2019.

### **CrITÉRIOS de inclusão**

Alunos ingressantes e formandos dos cursos de Nutrição, Educação Física, Enfermagem, Biomedicina, Psicologia, Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pedagogia.

### **Aspectos éticos**

Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (APENDICE 1).

### **Resultados e discussão**

O questionário foi preenchido por 85 alunos no total, sendo 45 alunos da área de saúde (nutrição, biomedicina, enfermagem, educação física e psicologia), 25 ingressantes e 20 formandos, porém essa amostra foi menor visto que os alunos de educação física não possuem turma no último semestre esse ano. Os outros 40 alunos são da área de exatas e humanas (direito, ciências contábeis, administração e pedagogia), também ingressantes e formandos.

Em relação ao consumo de frutas e hortaliças, viu-se que 31 alunos, ou seja, 41,17% sendo 58,06% da área de saúde, atingiram a necessidade diária recomendada. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a ingestão diária de pelo menos cinco porções, ou, aproximadamente, 400 gramas, de frutas e verduras.

Outro dado que se ressaltou foi o consumo de refrigerantes, 14 alunos da área de saúde e 7 alunos da área de exatas relataram nunca consumirem.

Quanto ao consumo de álcool não houve uma diferença significativa, os dados mostraram que 4 alunos na área de saúde e 5 alunos na área de humanas e exatas consomem mais de uma vez na semana. Sabe-se que o consumo excessivo de álcool contribui para o sobrepeso e obesidade, pois possuem alto valor energético.

Observou-se o consumo satisfatório de arroz e feijão, 72,94% dos alunos relataram comer ao menos uma vez ao dia essa combinação. Esses alimentos são considerados itens básicos na alimentação brasileira, visto que são considerados ótimas fontes proteicas quando combinados.

Comparando o consumo de bolachas e salgadinhos, houve um relato da área de saúde afirmando comer todos os dias e três na área de humanas e exatas. Sabe-se que esses produtos contêm alta densidade calórica, elevado teor de açúcar, gordura e aditivos, sendo prejudiciais

para a saúde.

Por fim, o consumo de alimentos congelados (lasanha, pizza e hambúrguer) observou-se que são consumidos mais de uma vez na semana por três alunos da área da saúde e por nove alunos da área de humanas e exatas. Porém, houve relatos de quatro alunos da saúde que consomem esses produtos todos os dias, e apenas um da área de humanas e exatas.

### Considerações finais

A partir deste estudo, notou-se no geral que os hábitos alimentares dos estudantes da Faculdade São Lourenço foram consideravelmente adequados, contendo práticas alimentares saudáveis. Porém, nenhum dado pode ser avaliado isoladamente, nesse estudo foi obtido alguns dados referentes a maior parte dos alunos.

Os resultados obtidos não mostraram diferença significativa entre as condutas avaliadas entre os ingressantes e formandos. Assim, observa-se que ambos consomem in natura e ultraprocessados no cotidiano, porém há uma maior prevalência entre os alimentos in natura e minimamente processados.

Conclui-se que mesmo com os resultados apresentados faz-se necessário aprofundar o debate sobre a importância de incorporar no dia-a-dia uma alimentação mais saudável por meio de orientações nutricionais através de folders educativos melhorando cada vez mais a qualidade de vida dos estudantes.

### Referências

- FILHO, M. B., & RISSIN, A. (2003). A Transição Nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cadernos de saúde pública*, 11.
- FRANÇA, F., MENDES, A., ANDRADE, I., RIBEIRO, G., & PINHEIRO, I. (2012). Mudanças nos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro. *Anais do I Seminário Alimentação e Cultura na Bahia*, 7.
- SAÚDE, M. D. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira*. Brasília: MS.

# PEDAGOGIA

## TRABALHANDO O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE NA ESCOLA

MARIANO, Aline da Silva<sup>148</sup>, FARIA, Sarah Souza<sup>149</sup>, MORAES, Cleuza Rosália Ferreira de<sup>150</sup>

### Introdução

O presente trabalho tem a intenção de mostrar como o conceito de sustentabilidade pode entrar no conceito escolar. Para muitos estudantes o futuro parece incerto, é preciso mudar o foco tradicional, escolhendo temas que ofereçam as ferramentas para construir um futuro sustentável.

A reorientação da educação envolve não somente aumentar o conhecimento do aluno, mas lhe permitir adquirir habilidades e valores, para este estilo de vida que vem sendo cada vez mais adotado.

Tem como objetivo mostrar técnicas que podem ser adotadas em sala de aula, como também no ambiente escolar.

### Materiais e métodos

Para a realização deste artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa que embasou em uma pesquisa bibliográfica, buscando referenciais em autores que discorrem sobre a temática.

### Resultados e discussão

Nos dias atuais, há várias ações para a preservação do meio ambiente, os projetos de Escola Sustentável são os mais interessantes. É preciso cativar cada vez mais, nos seres humanos, a conscientização sobre a importância da preservação dos recursos ambientais. Para isso há que se pensar em uma mudança postural que pode ser trabalhada desde a infância pois requer que se adote um estilo de vida saudável, deixando de lado os exageros do consumismo.

---

<sup>148</sup> [mariano.aline.12@gmail.com](mailto:mariano.aline.12@gmail.com) /Faculdade São Lourenço - Unisepe.

<sup>149</sup> [sarahfaria22@yahoo.com](mailto:sarahfaria22@yahoo.com) /Faculdade São Lourenço - Unisepe.

<sup>150</sup> Orientadora. Professora da Faculdade São Lourenço - Unisepe

Em um mundo em que os recursos naturais estão cada vez mais escassos é de extrema importância falar sobre sustentabilidade, e a escola é uma grande parceira nesta área. É preciso que os estudantes percebam que os recursos além de escassos são finitos e podemos perecer sem eles, caso uma nova atuação não seja adotada.

Há um trabalho de GARDNER sobre a inteligência naturalista que busca desenvolver nos alunos a compreensão de uma atuação mais assertiva no mundo de modo a preservar os recursos que são de uso comum. O trabalho com essa inteligência possibilita um entendimento indispensável sobre a interação do homem com a natureza.

Na escola é possível levar os alunos a compreender a importância de preservar e utilizar de maneira consciente os recursos disponíveis. Muitas ações podem ser realizadas, dentre elas podemos citar:

- Reutilização de matérias recicláveis para enfeites e brinquedos;
- Conscientização através de filmes e documentários,
- Ensinar aos alunos ações de como economizar água e energia;
- Mostrar aos alunos como fazer a separação do lixo, e o descarte adequado;
- Promover atividades ao ar livre.

O ambiente escolar poder ser adequado com:

- Plantio de árvores e plantas;
- Horta orgânica, mantida pelos alunos; Onde os vegetais colhidos podem ser utilizados na merenda.
- Sistema de reciclagem do lixo;
- Salas de aulas com iluminação natural através de telhas transparentes ou vidros;
- Painéis para captação de energia solar
- Sistemas para reutilização de água da chuva.

Este trabalho pode ser adotado em todos os anos e envolve toda a comunidade. Ser sustentável significa apostar num desenvolvimento que não desrespeite o planeta e satisfaça as necessidades humanas sem comprometer o futuro.

## Conclusão

É possível concluir que sustentabilidade na escola é importante, e faz total diferença, fazendo com que as crianças cresçam com um pensamento preservador, mudando maus hábitos dando assim uma chance a natureza.

É necessário que os professores compreendam a necessidade de se trabalhar no sentido de desenvolver essa inteligência naturalista que leve os estudantes a compreenderem que o mundo funciona em rede e que toda ação de um indivíduo reflete de forma geral na sociedade impactando-a positiva ou negativamente.

## Referências

**COMO FAZER UMA ESCOLA SUSTENTÁVEL.** Disponível em:  
<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/653/como-fazer-uma-escola-sustentavel>. Acesso em: 03 out.2019.

**ESCOLA SUSTENTÁVEL.** Disponível em:  
<https://meioambiente.culturamix.com/desenvolvimento-sustentavel/escola-sustentavel>. Acesso em:04 out.2019.

**ESTRUTURAS E AÇÕES PARA UMA ESCOLA SUSTENTÁVEL.** Disponível em:  
<https://novaescola.org.br/conteudo/1598/estruturas-e-acoes-para-uma-escola-sustentavel>. Acesso em :05 out.2019.

**O QUE É UMA ESCOLA SUSTENTÁVEL?** Disponível em:  
[http://www.recriarcomvoce.com.br/blog\\_recriar/uma-escola-sustentvel/](http://www.recriarcomvoce.com.br/blog_recriar/uma-escola-sustentvel/). Acesso em: 05 out.2019.

**SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS.** Disponível em:  
[https://www.suapesquisa.com/meio\\_ambiente/sustentabilidade\\_escolas.htm](https://www.suapesquisa.com/meio_ambiente/sustentabilidade_escolas.htm). Acesso em: 06 out.2019.



## A CONTRIBUIÇÃO DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

Teixeira, A.<sup>1</sup>, Diniz, K. F.R.<sup>2</sup>, F.R.<sup>2</sup>, Rocha, L. P.<sup>3</sup>, Ribeiro, L. R., Fernandes, L. R.  
Carvalho, A. C. M

**Palavras-chaves:** Brincar, desenvolvimento infantil, criança.

### Resumo

O artigo apresenta uma concepção histórica cultural do brincar, além de analisar sua importância no processo interação social da infância.

### Introdução

O presente artigo nos leva a refletir sobre a contribuição e a importância do brincar para o desenvolvimento infantil.

Brincar na infância é uma forma da criança comunicar e reproduzir seu cotidiano, expressar-se, aprender, interagir consigo mesmo e com o mundo a sua volta. O brincar facilita a autonomia, a criatividade e a imaginação. Desenvolve integralmente o ser humano nos aspectos físicos, sociais culturais, afetivos, emocionais e cognitivo.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, a brincadeira ajuda na autoestima das crianças, além da criatividade na hora da execução das atividades, com isso, o brincar contribui para a sua inserção no âmbito social e na formação do seu próprio eu (BRASIL, 2002)

Sendo assim, esta pesquisa pretende comprovar que a criança que brinca pode ser mais feliz, comunicativa e espontânea.

Oliveira (2000), defende que brincar não é apenas para se distrair ou ocupar tempo, pode se dizer que é a melhor forma da criança comunicar-se com ela e com todos a sua volta. São desenvolvidas capacidades relevantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação e favorece o desenvolvimento.

Segundo Piaget (2001) em cada período da vida o brincar acontece de um jeito e se adequa à faixa etária específica auxiliando no desenvolvimento necessário para aquela etapa.

Zanluchi (2005, p. 89) reafirma que “Quando brinca, a criança prepara-se a vida, pois é através de sua atividade lúdica que ela vai tendo contato com o mundo físico e social, bem como vai compreendendo como são e como funcionam as coisas.”

<sup>1</sup> *alineteixeira\_29@yahoo.com.br*

## **Materiais e métodos**

Para realizar este trabalho, utilizamos a pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lima (2004, p. 38), é “a atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita orientada pelo objetivo explícito de coletar materiais mais genéricos ou mais específicos a respeito de um tema”.

## **Resultados e discussão**

Para favorecer uma aprendizagem significativa às crianças na educação infantil, é necessário oferecê-las atividades que possibilitem construir seu próprio conhecimento, além disso, o educador deve utilizar-se de brincadeiras como recursos pedagógicos e adaptar-se a essa nova metodologia de ensino. As brincadeiras são fortes instrumentos como estratégia de aprendizagem. Sabemos que o brincar é uma atividade natural da criança, dessa maneira, o educador deve aliá-la ao brincar tornando o processo ensino aprendizagem significativo.

Nesse sentido, questionamos sobre quais as contribuições que as brincadeiras podem possibilitar os alunos na Educação Infantil. Concluímos que facilitam e possibilitam uma aprendizagem de qualidade.

Quando unirmos a brincadeira com os conteúdos didáticos o desenvolvimento integral da criança é alcançado. Contribuem de uma forma prazerosa, facilitando assim o processo de ensino aprendizagem. Nessa direção, questionamos qual era a relação das brincadeiras com os recursos didáticos, percebemos que há uma aproximação nas respostas em que debatemos quando ambas responderam afirmativamente que brincando a criança se apropria do conhecimento, demonstrando que essa prática deve ser prazerosa e significativa para o educando.

## Conclusão / Considerações finais

Nesta pesquisa, procuramos apresentar o quanto as brincadeiras são importantes para o desenvolvimento e crescimento das crianças.

Sendo assim, a possibilidade das crianças terem acesso a diversas brincadeiras oportuniza uma melhor qualidade no seu aprendizado, considerando que através da brincadeira a criança aprende a expressar suas emoções.

Através da pesquisa realizada, ficou claro que devemos considerar as contribuições oferecidas pelas brincadeiras no processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Os espaços de educação infantil precisam incentivar e valorizar as atividades lúdicas, proporcionando um brincar que contribua no processo de aprendizagem. Ressaltamos também que a realização desse estudo foi uma pesquisa bibliográfica, partindo das reflexões de alguns autores que abordam o tema em questão. Com isso, esperamos que este trabalho possa contribuir para a conscientização dos educadores, no que se refere a contribuição das brincadeiras no desenvolvimento infantil.

## Referências

LIMA, Manolita Correia. Monografia: **a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

OLIVEIRA, Vera Barros de (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

PIAGET, J. **A Formação do Símbolo na Criança: imitação, jogo e sonho, imagem e Representação**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e Educação**. Londrina: O autor, 2005.

## A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA: COMO O BRINCAR AUXILIA O APRENDIZADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

PINTO, Cintia da Silveira <sup>151</sup>; DIAS, Amanda<sup>152</sup> ; SILVA, Gabrieli de Jesus Pereira da<sup>153</sup>;  
GASPAR, Luiza de Marilac<sup>154</sup>; MORAES, Cleuza Rosália Ferreira<sup>155</sup>

### Introdução

O lúdico exerce papel relevante no processo de ensino e aprendizagem devido a possibilidade de se trabalhar de maneira mais motivadora com os alunos despertando o encantamento pelo conhecimento.

Destaca-se sua importância na Educação Infantil por meio das brincadeiras e dos jogos que trazem grandes benefícios ao desenvolvimento infantil. O lúdico possibilita o desenvolvimento da criatividade, autonomia e dos valores.

O caráter lúdico possibilita um aprendizado interativo e divertido, fazendo com que os alunos aprendam brincando.

### Materiais e métodos

A metodologia usada neste artigo científico foi de cunho qualitativo com base em uma pesquisa bibliográfica buscando referências em livros acadêmicos de autores que discorrem sobre a temática.

---

<sup>151</sup> [cintiasilveira2808@yahoo.com.br](mailto:cintiasilveira2808@yahoo.com.br) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>152</sup> [amandadiasteixeira@gmail.com](mailto:amandadiasteixeira@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>153</sup> [Gabi0430@gmail.com](mailto:Gabi0430@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>154</sup> [luizademarilacgaspar@outlook.com](mailto:luizademarilacgaspar@outlook.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>155</sup> Orientadora. Professora da Faculdade São Lourenço - UNISEPE

## Resultados e discussão

É essencial destacar que através do Lúdico e do brincar a criança aprende e se desenvolve, e que isto é imprescindível durante a Educação Infantil, pois esses procedimentos possuem várias teorias constatando sua validade como fonte direta no desenvolvimento cognitivo e de aprendizado da criança. O objetivo é apontar que o lúdico e a prática do brincar é de inegável importância na Educação, pois a criança é colocada em situações desafiadoras na qual proporcionam a ela o aprendizado e a habilidade de ser capaz de lidar com dificuldades psicológicas, auxilia no aspecto afetivo, socialização entre outros aspectos.

Portanto, brincando a criança coloca-se num papel de poder, construindo a autoconfiança, conhecimento de mundo, e desenvolvem habilidades inerentes a ela.



FOTO 1 – Fonte: [sp.depositphotos.com](http://sp.depositphotos.com)



Foto 2 Amarelinha/ Fonte: vamosbrincar.org.br

### **Conclusão / Considerações finais**

Conclui-se que o lúdico no brincar é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Pois, assim a criança aprende várias coisas, mesmo que não seja de forma intencional. O brincar proporciona isso, a criança tem a liberdade de ser o que quiser, viver no seu mundo de faz de conta. As crianças acabam vivenciando coisas novas a cada dia, e compreendendo o mundo a sua volta, mediante isso a criança desenvolve a lateralidade, coordenação motora fina e grossa, imaginação, criatividade e a conviver com os outros. Por isso o lúdico jamais pode se separar do brincar, pois a criança precisa se conhecer que é também o que o brincar lúdico desenvolve nelas.

### **Referências**

FRIDMANN, Adriana, O brincar na Educação Infantil p.45 ed. 2013

KISHIMOTO, Tizuko Morchida, Jogos Infantis: o jogo , a criança e a educação. ed 1998.

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO EMOCIONAL NO ÂMBITO ESOLAR

SIILVA, Amanda<sup>1</sup>; RIBEIRO, Elaine<sup>2</sup>; LANDIM, Larissa<sup>3</sup>; MOURA, Melissa<sup>4</sup>; Nogueira, Isabella<sup>5</sup>, PEREIRA, Maria Alice Fonseca<sup>6</sup>

Palavras-Chave: Exemplo : educação , emoções, competência pessoal

### Introdução

Pretende-se nesse trabalho abordar aspectos teóricos acerca da inteligência emocional na educação, enfatizando os benefícios de desenvolver essa habilidade na criança.

De modo geral percebemos. cada vez mais, crianças, com dificuldades em resolver conflitos, adotando atitudes de rebeldia, vitimização ou agressividade em seus relacionamentos. Em outros casos, crianças tornam-se alvos fáceis de bullying, em função da fragilidade com que reagem aos conflitos.

O ambiente escolar, precisa estar preparado para auxiliar o aluno a desenvolver capacidades próprias de lidar com suas emoções.

A educação emocional constitui-se num processo complexo de construção permanente, originado no seio da família, passando pela escola e continuando por toda vida. Isso não pode, de modo algum, significar, que a função acadêmica da escola deva ficar em segundo plano. Muito pelo contrário: a educação emocional deve ser vista como uma forma otimizadora do processo cognitivo.

### Materiais e métodos

Estudo bibliográfico feito com base em publicações de artigos e revistas eletrônicas.

### Resultados e discussão

Atualmente a metodologia educativa defende que a escola deva incluir em seu currículo, conteúdos relacionados ao emocional e as vivencias da criança e não se deter apenas a ensinar conteúdos cognitivos. Assim sendo, a educação emocional pode ser trabalhada desde os primeiros anos escolares, pois as emoções estão presentes na vida desde o nascimento.

---

1. Graduanda do 6º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail [amandamanujuju@gmail.com](mailto:amandamanujuju@gmail.com)

2. Graduanda do 6º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail [elaine.ribeiro.cax@hotmail.com](mailto:elaine.ribeiro.cax@hotmail.com)

3. Graduanda do 6º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail [landim.larissa@gmail.com](mailto:landim.larissa@gmail.com)

4. Graduanda do 6º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail [moura.melissa@gmail.com](mailto:moura.melissa@gmail.com)

5. Graduanda do 6º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail [nogueira.isabela@gmail.com](mailto:nogueira.isabela@gmail.com)

6. Professora) da Faculdade São Lourenço, graduada em Pedagogia e História. Pós-graduada em Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional. Pós-graduada em Didática do Ensino Superior e em Psicopedagogia institucional e clínica, Curso de Psicologia Positiva no IBC. E-mail: [mafonpe@hotmail.com](mailto:mafonpe@hotmail.com).

Hoje, notamos que as famílias brasileiras estão cada vez mais desestruturadas, e as causas são diversas: falta de comprometimento, falta de diálogo, falta de empatia, excesso de trabalho, entre outros. Gerando assim, crianças cada vez mais inseguras quanto ao seu comportamento e suas atitudes. Cabendo a escola se tornar um espaço onde as crianças terão a possibilidade de aprenderem a lidar com suas emoções. Claro, o acompanhamento e o apoio dos pais aos filhos nesta jornada são fundamentais e não podem ser substituídos por nada. Lembrar-se disso é essencial para que a responsabilidade pelos progressos dos mesmos não seja terceirizada.

A inteligência emocional, ferramenta que ajuda entender e lidar melhor com suas emoções, trata-se, na verdade de um exercício de compreensão dos sentimentos negativos e positivos e da formação de um repertório para lidar mais adequadamente possível com eles.

Os educadores podem auxiliar seus alunos para que tenham uma inteligência emocional bem desenvolvida. O professor é um motivador exponencial, pois representa uma forte referencia para seus alunos.

Como o desenvolvimento emocional é um processo de construção altamente influenciado pelo meio, as escolas precisam exercer um papel ativo na formação das crianças e dos jovens. Existem algumas estratégias para promover a inteligência emocional, dentre elas estão: brincar regularmente com a criança estimulando a interação e o respeito pelo outro; permitir e estimular que a criança expresse seus sentimentos e opiniões; ouvir e conversar com ela questionando-a acerca de suas atitudes; também faz parte dessas estratégias a imposição de limites, a criança precisa aprender a lidar com o “não” e saber que nem sempre irá conseguir realizar suas vontades. Outro ponto a ser considerado é que diante da desmotivação da criança o professor deve motivar, incentivar, enfatizando que os desafios surgem para serem superados.

Segundo Reis, o aprendizado eficaz no uso das emoções permite que a criança tenha mais controle sobre seus impulsos, auxiliando-a na sociabilidade. Ao comunicar-se adequadamente acerca de seu estado emocional ela desenvolve relações mais saudáveis ao longo da vida. Essas crianças emocionalmente inteligentes são mais seguras ao buscar soluções para seus problemas. Ao facilitar o desenvolvimento da inteligência emocional na criança professores e responsáveis estarão oportunizando o crescimento saudável e instigando-a criar mecanismos de defesa contra possíveis perturbações de cunho psicológico, como depressão e ansiedade, doenças essas que vem crescendo muito em nossas crianças, construindo assim uma personalidade sólida e significamente mais imune a criticidade.

Pesquisas na área afirmam que as emoções positivas geram motivação, interesse, colaboração, perseverança e criatividade, já as emoções negativas, além de atrapalharem a percepção, a atenção e a memória, são grandes responsáveis pela evasão escolar, conflitos interpessoais e insegurança (SILVA, 2018).

Assim sendo, cabe aos responsáveis e professores trabalharem esses aspectos com as crianças, para que no futuro tenhamos cidadãos adultos emocionalmente maduros.



## Conclusão / Considerações finais

O objetivo com isso é oferecer para nossas crianças, o suporte que precisam para entenderem melhor suas emoções, pensamentos e sentimentos, ou seja, como elas impactam em seu modo de agir e se expressar, na forma como se sentem, especialmente, no jeito que se relacionam consigo mesmas, com seus pais, irmãos, amigos, parentes, professores e colegas de escola.

No dia a dia, assim como nós adultos, nossas crianças e adolescentes também enfrentam inúmeros desafios dentro e fora da escola. Precisam tirar boas notas; aprender a lidar com seus sentimentos e medos; com as mudanças físicas; possuem a necessidade de serem aceitos pelos colegas e se relacionar de forma positiva com seus professores.

Portanto, quanto mais preparados para lidar com tudo isso e com as dificuldades, mudanças e cobranças internas e externas, mais chances nossas crianças e jovens têm de superar seus desafios, vencer seus medos e crescer em todos os sentidos com cada fase de sua vida escolar.

A educação emocional, cientificamente construída e operacionalizada com responsabilidade, certamente poderá contribuir em muito para com a pedagogia.

Finalmente, consideramos que este trabalho se configura apenas, como uma reflexão inicial sobre a temática, o qual servirá de base para pesquisas posteriores.

## Referências

SILVA, Adriana Maria Simão; SILVA, Marcio Moreira. **Inteligência emocional e sua aplicação no contexto educacional**. Luminar, Revista de Ciências e Humanidades.

BUENO, José Mauricio, **Inteligência Emocional: Um Estudo de Validade sobre a Capacidade de Perceber Emoções**.

## **A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DA DISFEMIA NA INFÂNCIA**

Alves, Ana Caroline, Figueiredo, Livya Gabriele, Santos, Ana Marciana, Ribeiro Barbosa, Sergio

### **Introdução**

A gagueira atinge cerca de 5 % das crianças e é motivo de preconceito e Bullying na escola. A intervenção fonoaudióloga precoce e o envolvimento da família e a escola são essenciais para a melhorar a fluência, assim como a integração social e escolar. Estimular a criança cada vez mais no desenvolvimento com a fala. A criança com disfemia tem que ser tratada com respeito. Em 22 de Outubro é o dia internacional de atenção à gagueira e essa data foi criado em 1998. A campanha visa combater o bullying. Gagueira não tem graça, tem tratamento.

O presente trabalho tem por finalidade refletir e desmistificar o tema Disfemia, popularmente conhecido como gagueira. A pesquisa foi motivada por ser um tema que merece atenção e conhecimento principalmente na educação infantil. Distinguir se é um período normal dentro de sua idade ou se faz necessário encaminhá-la ao fonoaudiólogo.

### **Materiais e métodos**

Para esse estudo optamos pela pesquisa bibliográfica que se constitui por buscas em livros, por ter variedades para selecionar e assim adquirir conhecimento necessário através de análises. Para responder os nossos questionamentos e auxiliar na conclusão dos verdadeiros fatos sobre a proposta dessa pesquisa, que é buscar conhecimento sobre a disfemia principalmente na infância para que se tenha a identificação precoce da gagueira e assim encaminhar para uma avaliação e tratamento, e ter discernimento se corresponde somente a uma gagueira temporária. Podemos constatar através da vertente linguística, com os autores a busca e abordar aspectos observados na fala de uma criança gaga que podem ser de grande auxílio na terapia da gagueira.

### **Resultados e discussão**

Os autores nos mostraram como podem ser amplo os recursos clínicos para o tratamento de crianças que gaguejam e respeitando suas singularidades. Andrade (2012) em seu livro,

“Gagueira infantil: risco, diagnóstico e programas terapêuticos” nos diz que a ideia de sua obra foi implantada em 1999 e tem como objetivo propiciar um recurso fácil e econômico de esclarecimentos aos pais, escolas, profissionais da saúde e educação, assim como a toda sociedade, sobre a gagueira infantil.

A disfemia na infância é normal porque a criança está no processo de grande desenvolvimento de fala, linguagem e raciocínio, sendo temporário. Caso persista após os três anos e meio, a estratégia adequada é encaminhá-la para uma avaliação fonoaudióloga. A importância de observação e conhecimento da disfemia na infância é que ela pode ser tratada com sucesso.

As pessoas ao redor devem ter sabedoria, não ridicularizar, rir ou perder a calma, porque essas atitudes trarão consequências emocionais. Se for a gagueira temporária que se manifesta quando a criança está na fase de desenvolvimento da linguagem, existem muitas ideias, pensamentos e fatos a serem narrados, associados ao domínio completo da língua, é considerado normal. O que deve ser feito é estimular essas crianças cada vez mais no seu desenvolvimento mantê-las em constante observação. Se essa fase se concluir e a criança continuar apresentando disfemia encaminhá-la para uma avaliação ao fonoaudiólogo.

O que é essencial diante da disfemia é a compreensão, respeito e auxílio para que a criança ultrapasse essa fase normal que é passageira ou se persistir após três anos e meio fazer um tratamento com o fonoaudiólogo.

### **Conclusão / Considerações finais**

O presente estudo nos mostrou a importância do conhecimento da disfemia na infância para o seu tratamento precoce. Convém salientar que ela está presente em algumas crianças e é essencial o respeito a sua singularidade e não deixar oportunizar preconceito e bullying.

### **Referências**

- Andrade, Cláudia. Gagueira infantil risco, diagnóstico e programas terapêuticos. 1ª edição, 2012.
- Jakubovicz, Regina. Tavares, Basbaum, Fernanda. Tratamento da gagueira na criança. 1ª edição, 2012,
- Regina Furquim de Andrade, Cláudia. Gagueira infantil. 1ª edição, 2013.
- Jakubovicz, Regina. Gagueira. 6ª edição. 2009.

## **A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Andressa de Oliveira Mendanha

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo a reflexão necessária sobre a presença da família na escola para a construção do conhecimento do aluno. O momento presente é que a escola e a família apresentam dificuldades em caminhar juntas e com isso são acarretados uma série de problemas na formação acadêmica do aluno

### **INTRODUÇÃO**

O propósito deste artigo é despertar a discussão sobre a importância da presença familiar para o desenvolvimento da criança que se encontra na educação infantil. É relevante que a família e a escola saibam aproveitar os benefícios dessa crescente relação, pois irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e da formação social da criança.

### **METODOLOGIA**

Por meio de artigos e diversas fontes.

### **DESENVOLVIMENTO**

Segundo Araújo (2010) “ a família precisa valorizar e estimular os filhos, pois os pais são os maiores responsáveis pelo desenvolvimento, aprendizagem e educação dos filhos em seu aspecto psicológico, físico, intelectual e social. A família precisa desempenhar este papel basilar, pois é importante o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos filhos. A escola sozinha não é capaz de obter sucesso, dependendo da presença dos pais na educação infantil.”

Verifica-se que, a necessidade de uma cooperação entre família escola, apesar de cada uma apresentar seus preceitos e intenções próprias no que se encontra á educação de uma criança, requer sim uma da outra e apesar de suas diferenças, a escola e nem a família precisam mudar a forma de se organizarem, só é preciso que estejam abertos para uma troca de experiências o que torna significativo para ambas.

O papel dos responsáveis, é dar continuidade ao trabalho da escola, criando oportunidades para que seus filhos tenham resultado na sala de aula, assim como fora da escola, com o benefício não só para as escolas de educação infantil mas também para os alunos de maneira

geral. O entrosamento dos pais com a escola deve favorecer a reflexão de diferentes aspectos pedagógicos.

A discordância familiar em relação a escola faz com que a criança perca uma parte de sua potencialidade para aprender, os pais acham que é obrigação da escola educar seus filhos ou possuem algum receio em participar de reuniões, ou até mesmo por falta tempo como o trabalho e isso acaba causando certa distancia do acompanhamento escolar.

De acordo com Fernandes (2001) "... a família também é responsável pela aprendizagem da criança, já que os pais são os primeiros ensinantes e as atitudes destes frente às emergências de autoria, se repetidas constantemente, irão determinar a modalidade de aprendizagem dos filhos." Portanto, é indispensável que a família esteja em harmonia com a instituição escolar, o que só pode enriquecer e facilitar o desempenho das crianças.

Contudo, a importância do bom relacionamento entre a escola e família, não somente para o a boa aprendizagem das crianças, mas também para que o professor execute o seu trabalho com eficiência e dedicação. Com isso os professores precisam conhecer os pais e os pais precisam conhecer os professores de suas crianças.

## **RESULTADO E DISCUSSÃO**

Comprova-se segundo a maioria dos autores pesquisados, as crianças que possuem pais presentes tende-se a ter um bom desempenho dentro da escola. A família se sentirá valorizada ao perceber que a escola quer ter uma relação afetiva, proporcionando que ela possa opinar, conhecer, conversar e ter mais espaço dentro da escola, e quanto mais isso fluir a família terá total confiança para que seu filho permaneça naquela instituição.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta apesar de ainda não ser uma realidade ideal seria o fator propulsor de uma primeira infância bem desenvolvida, pois a família e escola são peças fundamentais para o eficaz desenvolvimento da criança e assim sendo apoios indispensáveis para o desempenho escolar.

## **BIBLIOGRAFIA**

SOUZA, Maria Ester do Prado, pedagoga do Colégio Estadual Rio Branco.

SILVA, Catia Regina, acadêmica do Curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais.

KAULFUSS, Marco Aurélio, Docente da Faculdade de Ciências Sociais.

## A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS NA EDUCAÇÃO

Simão, Andressa Gomes<sup>156</sup> Maciel, Bianca Mângia<sup>157</sup> Rezende, Flavianne Rosa Lima<sup>158</sup> Maciel, Pâmela Lima<sup>159</sup> Diniz, Thais Aparecida<sup>160</sup> Moraes, Cleuza Rosália Ferreira de<sup>161</sup>

### Introdução

O presente artigo apresenta a importância dos jogos para um aprendizado mais interessante e prazeroso para as crianças, o “aprender brincando” de forma natural e lúdica. Considerando que o brincar é algo intrínseco a vida da criança, aprender brincando torna o aprendizado mais dinâmico e motivador.

### Materiais e Métodos

A pesquisa foi realizada de forma qualitativa com suporte nos teóricos que tratam sobre a temática dos jogos e brincadeiras no ambiente escolar.

### Resultados e discussão

Os jogos são importantes porque por meio deles é possível desenvolver na criança a noção de regras e de objetivos, aprender brincando sobre os seus direitos e obrigações. Durante o jogo ela entra no mundo lúdico, sabendo que ao chegar no final voltará para o mundo real.

Estimulam os múltiplos sentidos e garantem grandes experiências educativas, no entanto é necessário fazer articulações com o cotidiano das crianças. Também estimulam a cooperação por trabalhar em grupo, o desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, a interação fazendo com que a criança diminua sua timidez e trabalhar com foco em resolver desafios para ultrapassar suas limitações.

O jogo é um recurso muito importante para o professor conhecer seus alunos, observando como eles se interagem, percebendo suas qualidades e defeitos, suas habilidades e dificuldades.

---

<sup>156</sup> [andressagsimao@hotmail.com](mailto:andressagsimao@hotmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>157</sup> [biabaemaciel@gmail.com](mailto:biabaemaciel@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>158</sup> [flaviannerezende@gmail.com](mailto:flaviannerezende@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>159</sup> [plimaciel@gmail.com](mailto:plimaciel@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>160</sup> [thaisalagoa@gmail.com](mailto:thaisalagoa@gmail.com) - Faculdade São Lourenço – UNISEPE.

<sup>161</sup> Orientadora – Professora da Faculdade São Lourenço - UNISEPE

Atrelando-se a ideia primitiva de que jogar significa apenas divertir e que na escola não pode existir espaço para a salutar convivência entre a arte de jogar e a alegria de aprender. (DOHME,2003, P.8)

Desenvolvimento pessoal:

-Autodescoberta: a criança perceberá suas dificuldades e facilidades, e notará seu desempenho em diversas situações.

-Autonomia: os jogos possuem desafios, e ela terá que procurar formas para resolvê-los, analisando e fazendo escolhas, assim exercitará sua autonomia.

-Autoestima: com a resolução dos desafios propostos irá surgir uma sensação de confiança em si mesmo. É importante que o educador proponha diferentes desafios para o desenvolvimento de diversas habilidades.

Desenvolvimento cooperativo:

-Convívio: os jogos farão com que as crianças se conheçam, quebrando barreiras e ultrapassando a timidez. Promove a participação, mostrando que todos possuem direitos e deveres.

-Cooperação: no jogo é necessário a cooperação para vencer, a criança aprende a colaborar de maneira natural e profunda para alcançar o objetivo proposto.

O jogo constitui um valioso recurso pedagógico por proporcionar a criança o entendimento dos conceitos de maneira suave e prazerosa.

### **Conclusão / Considerações Finais**

Os jogos são muito importantes para os professores conhecerem seus alunos, como pessoas e como estudantes, ver todos os seus aspectos. É para os alunos perceberem que a parte mais interessante do jogo é aprender e brincar ao mesmo tempo, notarem que o importante do jogo é participar e aprender com ele, não vencer.

### **Referências**

DOHME, Vania. O valor educacional dos jogos. São Paulo: Informal, 2002.

## **ALUNOS SEM DIAGNÓSTICO: qual é o nosso posicionamento enquanto educadores?**

XAVIER, Alves Aryane<sup>1</sup> MACHADO, Ribeiro Maria Tereza<sup>2</sup> MACHADO, Guimarães Myrian<sup>3</sup>

RODRIGUES, de Matos Vera Lúcia<sup>4</sup>.

### **Introdução**

A falta de diagnóstico, ou diagnóstico não fechado, é uma tarefa desafiadora para os pais e para nós educadores. Muitas crianças apresentam sintomas que vão desde o atraso na fala, até dificuldades motoras, sensoriais e emocionais, cujos pais passam por uma verdadeira peregrinação atrás de médicos e especialistas, gastam o dinheiro que não tem e só ouvem: “Não tenho como fechar o diagnóstico”. Apesar de ser um grande desafio para nós educadores, o nosso posicionamento é sem dúvida o de incluir essa criança no meio social e ter o máximo respeito e acolhimento às famílias, já que estão passando por uma longa e difícil espera.

### **Materiais e métodos**

Pesquisa bibliográfica realizada em sites educativos, livros e vídeos feitos por profissionais da área de psicologia e educação.

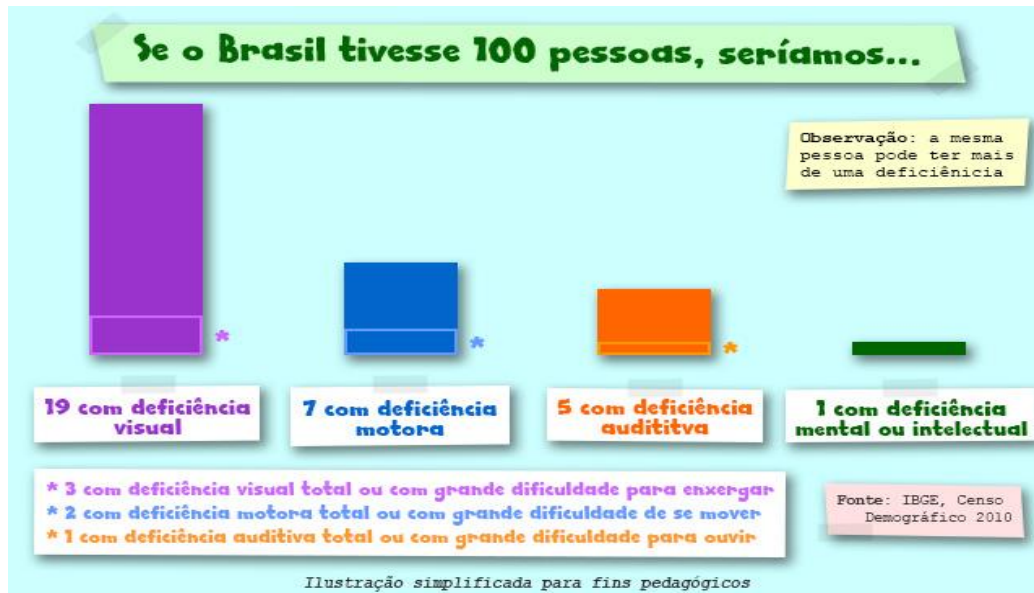
### **Resultados e discussão**

Os professores em geral podem se sentir fracassados ao lidar com alunos que apresentam alguma dificuldade e não obter resultados. Conhecer os nossos alunos, nos leva a compreender qual a melhor maneira de fazer com que participem ativamente das atividades da escola de forma plena, com os mesmos direitos de todos os outros, partindo sempre de suas potencialidades e interesses. O diagnóstico não vai ser a solução para nossos problemas, mas vai orientar a nossa prática enquanto educadores. Nossa atuação na escola, e mais específica em casos que os alunos apresentam dificuldades, pode ser medida pela maneira que a escola trata a diversidade. Independente da instituição escolar, a inclusão é um direito de TODA criança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, dispõe que as escolas devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.



O gráfico a seguir faz uma representação indireta de que todos em algum momento da vida convivem com uma pessoa com deficiência, seja ela qual for.



Todos, independentemente da classe social e do modo em que nos portamos na sociedade, convivemos com alguém que possui alguma deficiência. Nós enquanto educadores, devemos ser a ligação desses alunos com o meio em que estão inseridos, sendo mediadores e não meros detentores do saber, para que esses possam superar todas as dificuldades que os limitam, em conjunto com a família.

### Conclusão / Considerações finais

Concluimos que a inclusão é mais do que simplesmente aplicar a lei. As necessidades nem sempre são estritamente pedagógicas, é preciso interesse e desejo de promover mudanças reais. Ética e profissionalismo são essenciais para o laudo não ser interpretado como um atestado de incapacidade. A escola não pode deixar de apostar nas potencialidades do aluno e ele não pode representar uma barreira ao processo de inclusão educacional. O aluno é o protagonista, cabe a nós orientá-lo com sabedoria e determinação. “Nenhum obstáculo será grande, se a sua vontade de vencê-lo for maior.”

## Referências

PSICOPEDAGOGIA, UM PORTAL PARA A INSERÇÃO SOCIAL (Silvia Amaral, Coordenadora).

PENSANDO EM INSERÇÃO SOCIAL (Elena Etsuko Shirahige).

<https://cnae.ibge.gov.br/en/component/content/article/95-7a12/7a12-vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/16066-pessoas-com-deficiencia.html>

## GESTÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Batista, Bianca de Paula Carneiro<sup>162</sup>; Silva, Nei Domiciano da,<sup>163</sup>

A educação infantil esta se tornando cada vez mais sólida e de suma importância na vida das crianças acerca de discussões sobre as políticas públicas que acercam a educação brasileira. Sabemos também que crianças que iniciam sua vida em pré-escolas e creches terão uma vida profissional muito mais elaborada e criativa, visando que nos dias de hoje alguns pais mesmo sabendo disso acabam esperando muito mais tempo para inserir seus filhos na educação infantil.

Alguns documentos oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), o Referencial Curricular para Educação Infantil (BRASIL,1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL,1999), revisadas em 2010, têm como princípio a garantia de uma educação de qualidade, mas sabemos que na prática a qualificação destes espaços educativos “anda a passos lentos”.

É muito comum a professora, denominada como regente, ter a formação superior em Pedagogia, porém as suas auxiliares/assistentes terem apenas formação no Ensino Fundamental. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (BRASIL, 2010):

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 18)

O gestor escolar tem como desafio buscar formas que fazem com o aprendizado seja garantido e que as crianças aprendam de forma simples e clara a fim de aguçar ainda mais a curiosidade dos pequenos nessa importante fase da Educação Infantil.

Segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), artigo 211, parágrafo segundo, “os municípios atuarão prioritariamente no Ensino Fundamental e Educação Infantil”. Percebe-se que é de responsabilidade do município garantir a Educação Infantil que garanta amplo

<sup>162</sup> Graduando em Pedagogia – Faculdade São Lourenço- Unisepe – bianca-carneiro@hotmail.com

<sup>163</sup> Professor Orientador: Nei Domiciano da Silva

desenvolvimento da criança, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996):

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, Art.29)

Sendo assim, a criança que frequenta a escola de Educação Infantil deve ter a oportunidade de ampliar seu desenvolvimento, como previsto na Constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205).

Neste sentido, a Constituição Federal garante, ainda, no artigo 206, o princípio da “Gestão Democrática do Ensino” (inciso VI) e da “garantia do padrão de qualidade” (inciso VII), o que significa dizer que a Constituição Federal legitima a Gestão Democrática, com vistas à participação de todos os envolvidos no processo educativo. Logo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) indica como pode ser organizado este processo de participação nas instituições educacionais.

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996, artigo 14).

Assim podemos perceber que a escola, tem toda a autonomia para elaborar seu Projeto Político Pedagógico, de acordo com a realidade de seu espaço, a fim de buscar formas de ensino e aprendizagem onde todos os envolvidos irão desempenhar suas funções com eficácia e sem fazer disso uma complicação. Algumas instituições elaboram seus projetos e ao longo dos anos vão fazendo suas adaptações observando os resultados que não foram tão bem aceitos ou consolidados e assim vão se reorganizando e se estruturando de acordo com o perfil de seu estabelecimento de ensino e de seus alunos. Sabemos que os profissionais também precisam se adequar aos novos conceitos, a fim de estabelecer um melhor conhecimento de seus educandos.

Portanto este trabalho tem como princípio entender as formas com que o gestor irá programar melhorias na Educação Infantil. Alguns aspectos são relevantes nesta atuação como algumas perspectivas podem ser positivas ou negativas dentro desse processo. Esta pesquisa será realizada através de referências bibliográficas e também pelo estudo do Ministério da Educação.

## INCENTIVAR A LITERATURA INFANTIL NAS ESCOLAS PARA TER UM MAIOR NÚMERO DE PÚBLICO LEITOR NO FUTURO.

FLORENTINO, Carolina de Paula ; NOGUEIRA, Isabela Moraes ; CARVALHO, Larissa da Silva ; GONÇALVES, Maria Eduarda Corrêa; MACIEL, Pâmela Esperedião Orientadora: PIRES, Rejane da Silva Marques

**Palavras-chave:** Literatura infantil; Formação de leitores; Processo de construção do conhecimento.

### Introdução

O presente artigo enfatiza a importância de estimular a literatura infantil na formação do leitor, já que muitos hábitos são gerados na infância. A literatura leva a criança a desenvolver a imaginação e as emoções de maneira significativa, contribuindo para o processo de aprendizagem. Com isso, é necessário que o mediador oriente a criança na organização do pensamento, como base para toda e qualquer aprendizagem, pois a literatura é considerada uma grande aplicação no processo de construção do conhecimento, o que torna o professor um importante motivador para a formação de futuros leitores.

O estudo trata da importância da utilização da literatura infantil para formação de bons leitores. A utilização da literatura juntamente com as experiências pessoais são fontes inesgotáveis de conhecimento que auxiliam na construção do processo ensino-aprendizagem. A Literatura infantil e o processo de construção de conhecimento estão interligados, pois é um ponto de partida para a aquisição de conhecimentos, tais como: os meios de comunicação e a socialização.

Atualmente, as crianças são diretamente influenciadas pela tecnologia desfavorecendo o acesso aos livros. Dessa forma, a escola e o professor serão os grandes responsáveis em criar um ambiente propício e de interesse para que a criança desenvolva o querer em relação ao aprendizado. Pode-se, ainda, compartilhar histórias através de rodas de leitura.

Segundo Paiva (2010), “este é outro importante instrumento para a formação do leitor, pois com ele os alunos trocam experiências, compartilhando com colegas e professores as suas

percepções sobre a história”. Nesse sentido, a literatura tem um papel de extrema importância, pois a partir dela a criança amplia o senso crítico no momento da leitura aceitando ou não a opinião do autor.

## **Materiais e métodos**

O referente estudo foi baseado em referências bibliográficas de caráter qualitativo a fim de constatar a importância da literatura infantil na formação de leitores. Buscando concepções de diferentes autores, projetos e ideias que foram desenvolvidas e que puderam comprovar que a literatura infantil é um recurso que deve ser introduzido não só para formar leitores, mas desenvolver o pensamento crítico.

A literatura infantil amplia o repertório dos alunos, trazendo-lhes não só o aumento do conhecimento de mundo, como também a valorização do lúdico e do imaginário. Isso pode ser feito através de visitas à biblioteca, à brinquedoteca e de leituras na internet.

## **Resultados e discussão**

A partir da análise dos resultados obtidos, podemos evidenciar a grande importância da literatura e como podemos desenvolver esse recurso, utilizando-o para formação de leitores como também para o pensamento crítico.

As concepções expostas constatarem que a literatura infantil é utilizada e explorada de maneira correta sendo um instrumento significativo. E podemos ressaltar a desvalorização da leitura, promovendo uma maior reflexão de educadores e adultos que não incentivam o acesso a um recurso extremamente importante.

Dessa maneira, vale ressaltar também o que afirma Lisboa (1977, p.82) sobre a importância dos livros: “Quando se diz que o importante nos livros, está nas entrelinhas, ou atrás das palavras impressas, o que se quer dizer é que aquilo que os livros contêm não é diferente da vida. Escritos por homens, eles refletem o que é humano.”

## Conclusão

De acordo com as questões que foram apresentadas neste trabalho, conclui-se que são inúmeros os benefícios da literatura. É necessário que a criança seja estimulada para que o ato de ler aconteça de maneira natural e eficaz. Sendo assim, é preciso dar significado à leitura mostrando o quão importante ela é, propiciando vivências aos alunos sobre a literatura, pois é através dela que se formará futuros leitores. É importante enfatizar que a literatura é um dos meios mais eficazes de aprendizagem, principalmente na Educação Infantil que auxilia na construção do vocabulário, facilitando a leitura e a escrita num futuro próximo.

## Referências:

MAGNANI, M.R.M. **Leitura, literatura e escola**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

OSWALD, M.A; YUNES, E. **A experiência da leitura**. São Paulo, Editora Loyola, 2003.

PAIVA, A. **Literatura Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.



## COMO A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO PODE TORNAR O ALUNO MAIS CRÍTICO.

Bruna Matias<sup>1</sup>, Daniela Isidoro<sup>2</sup>, Patrícia Almeida<sup>3</sup>, Victória Silva<sup>4</sup>, Beatriz Rezende Rocha<sup>5</sup>

**Palavras-chave:** Sociologia, educação, formação, vida social, crítico.

### Introdução

Sociologia da Educação é a disciplina que dedica-se a estudar os processos sociais de ensino e a aprendizagem, abrangendo os aspectos organizacionais e institucionais que permeiam o desenvolvimento da educação como as relações sociais que compreendem os indivíduos inseridos neste meio e nestes processos. Como a sociologia é o estudo da sociedade ocidental moderna e contemporânea, o aluno pode refletir sobre a importância deste estudo para entender as grandes evoluções e conquistas. A educação é um elemento da vida social tanto de forma coletiva quanto de forma individual, tornando os indivíduos com um olhar crítico.

O objetivo principal da sociologia da educação é estudar a realidade socioeducacional, os ambientes onde há os processos educativos, e compreender os processos de socialização que desenvolvem nesse meio.

### Metodologia

Foi realizado um estudo através de pesquisa bibliográfica com sociólogos que abordam este tema.

### Resultados e Discussão

A Sociologia nos traz a reflexão do respeito a ética e a cidadania, a sobreviver em coletivo, a entender as famílias e entender a evolução, nos aproxima da sociedade, das realidades do dia a dia. Contribui para a formação pessoal e tem a função de formar o cidadão crítico diante

- 
- 1- Graduada do 4º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço; E-mail
  - 2- Graduada do 4º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço; E-mail
  - 3- Graduada do 4º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail
  - 4- Graduada do 4º período de Pedagogia da Faculdade de São Lourenço; E-mail
  - 5- Professor (a) da Faculdade São Lourenço

dos acontecimentos da sociedade e a sociologia da educação vai tratar da compreensão da educação como um fenômeno social, serão investigadas as relações e interações entre educação e sociedade, escola e comunidade entender os valores sociais que determinam os objetivos de ensino e seus métodos, os processos sociais de ensino – aprendizagem, abrangendo os aspectos organizacionais e institucionais que permitem o desenvolvimento da educação.

Para Émile Durkheim(1858-1917) sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês a sociologia da educação é extremamente importante para a formação do indivíduo. Segundo Durkheim (1895) a educação está ligada diretamente a toda vida social. Ele foi o primeiro sociólogo a afirmar que a escola é uma instituição fundamental para a formação do indivíduo, pois a escola e a sociedade interagem e se completam. Para Durkheim, a escola é uma instituição que atende as condições sociais e está sujeita a mudanças sempre que preciso, por isso é tida como um espaço de socialização.

Karl Marx (1818-1883) valorizava a gratuidade da educação e percebia na instrução das fábricas, criadas pelo capitalismo, qualidades que poderiam ser aproveitadas para um ensaio transformador. Segundo Karl Marx(1868) a educação deveria ser ao mesmo tempo intelectual, física e técnica, gestadas as visões de exploração, alienação e dominação.

Marx propõe uma escola que qualifique melhor os trabalhadores e lhes abra caminho para a emancipação como ser humano e ser crítico diante da realidade em que vive.

### **Considerações finais**

A Sociologia da educação contribui para que o aluno se conscientize e traz ideias para encontrarem o seu papel na sociedade. Faz com que ele tenha uma vida na sociedade mais tolerante, com transformações sociais e intelectuais que visam diminuir os males da sociedade, porque os mesmos já sabem o seu papel e o seu lugar no mundo. É o indivíduo e não a sociedade que prevalece de forma bem clara e objetiva sobre o crescente entendimento na busca do conhecimento nas áreas da Sociologia, a sociologia da educação é importante para o mundo atual, assim como as outras ciências porque ela volta especificamente para a compreensão dos problemas sociais, e assim adquire reflexões e debates sobre estes problemas com intuito de, além de gerar pensamentos também gerar soluções. A sociologia da educação é uma ciência

significativa para a conscientização social e a formação do espírito crítico, ela tornará o aluno mais crítico através dos fenômenos sociais que são ações, comportamentos, situações e fatos ocorridos na sociedade desde da Educação Básica até a Educação Superior.

O professor pode desde de cedo incentivar a criança na Educação Infantil a exercer o pensamento crítico como na Rodinha Infantil e em atividades lúdicas incentivando o aluno a indagar, perguntar, pensar, participar e refletir indo a diante até o ensino fundamental.

No ensino médio o professor pode exigir mais do aluno, com teorias e práticas para se tornarem sujeitos críticos, através de notícias, debates com assuntos atuais como violência, exploração, política e pobreza. Para compreender e formular explicações e expor opiniões. E no ensino superior é importante o aluno conhecer conceitos e teorias para se aproximar dos fenômenos sociais e construir fundamentos para a formação crítica.

Sociologia da Educação torna o aluno mais crítico pois ela abre portas de conhecimentos e respostas para acontecimentos que já ocorreram e que parte deles se repetem, mas também podemos transformar uma sociedade livre sem opressões de opiniões.

## Referências

KRUPPA, Sônia Maria Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez 1996

REVISTA Nova Escola. **Sociologia da Educação**. São Paulo/ Editora Abril/Fundação Victor Civita, 1986

BRASIL ESCOLA, Orson Camargo. **Pensadores Clássicos da Sociologia 2019**

## COMO AJUDAR AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO/HIPERATIVIDADE

MENDES, Daniela<sup>165</sup>, BONIFÁCIO, Isabela<sup>166</sup>, RIBEIRO, Raiane<sup>167</sup>, CARVALHO, Talita<sup>168</sup>  
PIRES, Rejane da Silva Marques<sup>169</sup>

### Introdução

O TDAH é um problema da saúde mental que tem como características a desatenção, a agitação e a impulsividade. Esse transtorno tem um impacto muito grande na vida da criança ou do adolescente e das pessoas com as quais convive. As intervenções precoces representam um grande passo para diminuir o impacto negativo que o TDAH traz a vida da criança. A criança e o adolescente quando não recebe a devida ajuda, e o tratamento adequado, enfrentará experiências negativas de ordem social, pessoal, familiar e escolar, permanecendo durante toda sua vida. O presente trabalho procura mostrar como ajudar as crianças e adolescentes com TDAH, visto que é uma síndrome psiquiátrica de alta prevalência no contexto atual.

### Desenvolvimento

As crianças com TDAH são facilmente reconhecidas em clínicas, em escolas e em casa. Elas precisam de atenção, de tratamento e de acolhimento, uma vez que podem se sentir rejeitados e ter sua autoestima abalada devido aos sintomas causados pelo transtorno.

O tratamento precoce do TDAH é fundamental para que a vida daqueles que têm o transtorno seja mais saudável, produtiva e com mais qualidade. Por isso, é indispensável que os sintomas sejam logo identificados e tratados corretamente.

De acordo com Rohde (2000), o tratamento do TDAH envolve uma abordagem múltipla, englobando intervenções psicossociais e psicofarmacológicas. É de extrema importância que fiquemos atentos aos sintomas para não confundir com distúrbios de aprendizagem. Os sintomas são fáceis de perceber para quem convive com a criança, porém só uma equipe médica pode dar o diagnóstico.

---

<sup>165</sup> Graduanda do 2º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: danilima.lulu@gmail.com

<sup>166</sup> Graduanda do 2º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: bebelandrade7799@gmail.com

<sup>167</sup> Graduanda do 2º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: raianelorenaribeiro2016@gmail.com

<sup>168</sup> Graduanda do 2º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: talitamarques732@gmail.com

<sup>169</sup> Mestra em Letras e professora orientadora da Faculdade São Lourenço. E-mail: rejane\_sm@yahoo.com.br

Alguns sintomas do TDAH são: desatenção frequente; dificuldade para seguir regras e finalizar tarefas; ter grande dificuldade em tarefas que exigem atenção; não prestar atenção no que se passa dentro do contexto em que está inserido; não conseguir ficar parado, ter necessidade de mexer mãos e pés; não ter paciência de esperar o próximo, querer entrar na frente.

De acordo com Rohde (1999), as crianças e adolescentes com TDAH necessitam, na maioria das vezes, de acompanhamento psicoterápico. O tipo de intervenção a ser utilizada deve sempre ser tomada pelo profissional da saúde mental que está cuidando do caso, a opção de tratamento pode ser diferente em cada pessoa.

De acordo com Rohde (2000), resultados recentes do MTA (ensaio clínico multicêntrico, elegantemente desenhado, que acompanhou 579 crianças com TDAH por 14 meses, divididas em quatro grupos: tratamento apenas medicamentoso, apenas psicoterápico comportamental com as crianças e orientação para os pais e professores, abordagem combinada e tratamento comunitário) demonstram claramente uma eficácia superior da medicação nos sintomas centrais do transtorno quando comparada à abordagem psicoterápica e ao tratamento comunitário. Entretanto, a abordagem combinada (medicação + abordagem psicoterápica comportamental com as crianças e orientação para os pais e professores) não resultou em eficácia maior nos sintomas centrais do transtorno quando comparada a abordagem apenas medicamentosa. A interpretação mais cautelosa dos dados sugere que o tratamento medicamentoso adequado é fundamental no manejo do transtorno.

De acordo com Rohde (1999), 70% das crianças e adolescentes com o TDAH melhoram significativamente os sintomas com uso de medicamentos, não tem como sabermos qual criança fará parte dos grupos que irá responder a medicação.

Nem toda criança e adolescente precisa de medicamentos, aquelas com sintomas mais leves e com boas capacidades cognitivas podem precisar apenas de psicoterapias e estratégias cognitiva-comportamental em casa e na escola.

Muitas vezes, é necessário um programa de treinamento para os pais, a fim de que aprendam a lidar com os sintomas dos filhos. É importante que eles conheçam as melhores estratégias para o auxílio de seus filhos na organização e no planejamento das atividades. Por exemplo, essas crianças precisam de um ambiente silencioso, consistente e sem maiores estímulos visuais para estudarem.

Entender os sintomas é um dos caminhos mais complexos no tratamento do TDAH, porém algumas medidas podem contribuir com a convivência tanto por parte da criança quanto das pessoas que convivem com elas. Algumas medidas são: seja paciente, demonstre amor, coloque disciplina em sua rotina, seja claro e objetivo. Evite usar palavras de difícil entendimento ao se comunicar com a criança, procure usar palavras mais fáceis e frases curtas, Não grite, use menos o “não” em detrimento de diálogos que o motivem a pensar e refletir.

Como ajuda, há grupos de apoio que servem não só para a pessoa com o TDAH, mas para os familiares também. Nas reuniões realizadas, algum profissional da saúde passa informações relacionadas aos sintomas e às maneiras que se têm para lidar com os desafios e outras etapas do tratamento.

É essencial que a criança/adolescente receba seu devido diagnóstico e que passe pelas avaliações necessárias para saber qual a melhor forma de tratar seu TDAH, é de suma importância que seja tudo precoce para que responda melhor a sua forma de tratamento adequada.

## Conclusão

Com diagnóstico e tratamento adequado, é possível que as pessoas que apresentem o TDAH tenham um rendimento adequado e uma boa qualidade de vida. É preciso entendermos que a TDAH é um transtorno do desenvolvimento associado a alterações no nosso cérebro e que precisa perder o estigma e ser tratado de modo apropriado.

## Referências

ROHDE, Luís Augusto P. **Transtorno de déficit de atenção hiperatividade, O que é? Como ajudar?** Porto Alegre: Artes Médicas; 1999.

ROHDE, Luís Augusto P. et al. **Transtorno de déficit de atenção/hiperatividade**. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-44462000000600003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600003). Acesso em: 20 de setembro de 2019.

## DISLEXIA E OS DESAFIOS NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Danielle Campos Framil

### INTRODUÇÃO:

Segundo a associação Brasileira de dislexia (ABD), a dislexia designa um transtorno específico de aprendizagem de origem neurobiológica, caracterizada por dificuldade no reconhecimento preciso e/ou fluente da palavra, na habilidade de decodificação e em soletração. Ainda que a dislexia seja um transtorno que não afete o intelectual do aluno, a ausência ou atraso do diagnóstico pode causar prejuízos incalculáveis. A frustração de não entender o porque de não conseguir alcançar as metas propostas pelas instituições de ensino pode resultar em evasão escolar e depressão.

O professor assume extrema importância para o diagnóstico da dislexia, visto que é na sala de aula que os sinais ficam mais evidentes. Diante disso, o professor deve estar sempre alerta. No momento em que o professor ignora ou não reconhece os sinais da dislexia um grande problema é criado. Sem a percepção do professor dificilmente a criança será encaminhada para um psicólogo ou neurologista, sendo rotulado como incapaz ou desinteressado (RODRIGUES; CIASCA, 2016).

Mediante a constatação científica sobre a importância do professor no processo de diagnóstico, de ensino e de aprendizagem do aluno com dislexia, construiu-se o presente estudo, objetivando verificar o nível de conhecimento de docentes do ensino fundamental sobre a síndrome.

### MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho caracteriza-se conforme um estudo transversal, observacional e analítico. Foi realizado entre os meses de setembro e outubro de 2019 em escolas municipais do Sul de Minas Gerais e contou com a participação voluntária de 32 docentes (44,8 anos, sendo 13,3 anos em média de formados).

Os participantes foram convidados a responderem um questionário múltipla-escolha referente a dislexia. Essa ferramenta foi elaborada baseando-se em questões de concursos públicos para profissionais da saúde e da área escolar. Sumariamente, questionava-se o docente sobre conhecimentos gerais quanto a dislexia, possíveis consequências no processo de ensino aprendizagem, sinais e diagnóstico. Adicionalmente, perguntas referentes ao tempo de obtenção

do título de nível superior, dos anos de serviço como professor, o trabalho concomitante em outras instituições, a realização de cursos sobre o assunto e pós-graduações.

O anonimato e sigilo das informações foram garantidos aos respondentes. Todos os dados foram digitalizados e armazenados no *software Excel* (2016). Análises descritivas e comparativas foram realizadas no *software* estatístico SPSS (versão 25.0). Teste de Qui-Quadrado e Teste T de *student* foram utilizados quando necessários, sendo considerado como significativos valores de  $p < 0,05$ .

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média geral de acertos no questionário foi de 51,8%. Apenas 6% dos professores soube responder corretamente todas as perguntas sobre a dislexia. O menor índice de acertos ocorreu ao serem questionados sobre as manifestações linguístico-cognitivas da dislexia (30,3%) e sobre os sinais mais importantes da dislexia (24,2%). O maior índice de acertos ocorreu quando os docentes foram questionados sobre os profissionais responsáveis por fechar o diagnóstico da dislexia (90,9%).

As análises estatísticas revelam que os docentes que cursaram disciplinas sobre a temática durante sua graduação (68%) e/ou realizaram cursos complementares que envolviam o assunto (71%) apresentavam maiores médias de acertos no questionário geral ( $p = 0.02$  e  $0.05$ , respectivamente).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos fatos mencionados o propósito desse trabalho é chamar a atenção de todos para dislexia e as problemáticas enfrentadas por alunos com a síndrome dentro de sala de aula. Acreditamos que todos merecemos o direito de uma educação inclusiva, que ajude o aluno a superar seus empecilhos. Dessa forma, para que seja avançada tal educação inclusiva faz se necessário algumas atitudes importantes. Levando se em conta a média de acertos no questionário apenas 24,2% dos professores soube reconhecer os sinais da dislexia, o que é exatamente preocupante. Em vista disso faz se necessário que não só a dilexia, mas também outros distúrbios sejam melhor trabalhados nas reuniões de professores e nas instituições de ensino superior. Deste modo, assim que o sinais da dilexia seja bem trabalhados, requer também uma postura do professor diante do aluno, para incluí-lo cada vez mais. Valorize cada acerto do aluno, ajude-o a se organizar, aprender de forma lúdica, descontraída utilizando jogos e



brincadeiras, Traga-o para perto da lousa e da mesa do professor, Trate o aluno disléxico com naturalidade, não exponha seu aluno. "Deve ser um estimulador do prazer de aprender, um alquimista em fazer o aluno enxergar o "contexto" e o "sentido" e, um especialista em despertar a autoestima". Frederic Litto, da Escola do Futuro da USP.

## O ESPECTRO DO AUTISMO

Silva, Diego Ribeiro da; Lemos, Luiza Ferreira de Castro; Oliveira, Thaiany Ribeiro; Ribeiro, Luana Helena; Pereira, Maria Alice Fonseca

**Palavras-chave:** Autismo, Características comuns, Visão científica, Prevalência

### Introdução:

O transtorno do Espectro do Autismo (TEA) é um transtorno no desenvolvimento neurológico definido pela falta ou dificuldade de comunicação e interação com o meio social, e pelo comportamento e/ou interesses repetitivos e restritos. Trata-se de um transtorno pervasivo e permanente, configurando o núcleo do transtorno onde a gravidade da apresentação é variável, É um transtorno no desenvolvimento persistente pra toda a vida. Não havendo cura, e nem causas consistentes esclarecidas, nos últimos estudos vem sendo pesquisado a participação genética na etiologia.

Em 1906 foi estruturado o manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM), onde descreve características comuns, ou seja, os sintomas de diversos transtornos sendo dividido de forma prática e simples. Sua prevalência está aumentando, ultrapassando 100% num período de 10 anos. Segundo a ONU, atualmente existem 70 milhões de autistas no mundo sendo mais comum em meninos do que em meninas, no Brasil estima-se que dois milhões de pessoas estejam no espectro do autismo.

Não há uma resposta definitiva, como cada criança autista é única as causas que levam a essa desordem neurológica também. Existem algumas teorias do porquê do autismo. Para Patrícia Beltrão Braga professora de embriologia e genética da universidade de São Paulo (USP) “temos fatores genéticos influenciando, então seria uma carga hereditária ou mutações novas. Outras teorias dizem que pode haver influência do ambiente, como uma infecção, algum remédio que a mãe tomou, ou até a poluição diz estudo.”

Este trabalho espera contribuir para análise e uma breve reflexão sobre esta síndrome relacionando o tema com a forma como é encarada, e como é vista perante a sociedade, e também buscando compreender de fato a ocorrência e o aumento da população mundial do autismo.

## **Metodologia:**

Esse estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica, onde tivemos a oportunidade de analisar artigos de pesquisadores sobre o transtorno do espectro do autismo. Foram considerados os artigos que apresentaram o tema autismo explícito no título ou no assunto do trabalho.

## **Resultado e Discussão**

O Autismo é um Transtorno Global do Desenvolvimento que vem sugerindo diferentes pesquisas nos últimos anos. Os comprometimentos na linguagem e na interação social constituem a chave para diferentes abordagens clínicas e educacionais que buscam incluir as pessoas com Transtorno do Espectro Autista na vida social.

Ainda que o transtorno do espectro autista (TEA) inclui vários níveis, ele tem como elemento comum algum distúrbio nas áreas do comportamento, da interação social e da comunicação. Tais características, quando em contexto educativo, podem gerar algum desconforto. Isso acontece, em geral, devido ao desconhecimento e pode, portanto, ser superado.

## **Considerações finais**

Concluimos com esta pesquisa que o autismo é uma condição caracterizada pelo desenvolvimento acentuadamente anormal e prejudicado nas interações sociais, nas modalidades de comunicação e no comportamento. O (TEA) não tem cura, as descobertas da ciência e terapias de intervenção no início do desenvolvimento psicomotor que é algo relevante pra toda a vida, e de extrema importância pro convívio social e familiar, auxiliam a criança a integrar informações sobre vários aspectos e formas e envolve também o preconceito, e as instruções aos pais e as mudanças necessárias pra encarar a realidade. Esta síndrome sendo tratada por especialistas, de início apresenta resultados significativos, principalmente no desenvolvimento psicomotor, e na

coordenação motora fina. De acordo com as pesquisas, inferimos que o diagnóstico do autismo é difícil e complexo, feito por meio de investigação e da observação clínica do comportamento. Lamentavelmente, nos últimos anos, as estimativas da prevalência do autismo têm aumentado dramaticamente.

Os estudos sobre a caracterização das manifestações comportamentais do autismo buscam definir seu perfil clínico e, assim, facilitar seu diagnóstico. Com este estudo, não tivemos, a pretensão de esgotar este tema tão amplo e relevante, mas sim propor uma breve reflexão sobre esta síndrome e o aparato sensorial nos anos iniciais da vida, e do comportamento social, de forma ampla e precisa.

### **Referências:**

Barbosa MRP, Fernandes FDM. Qualidade de vida dos cuidadores de crianças com transtorno do espectro autista. *Rev Soc Bras Fonoaudiol.* 2009;14(4):482-6.

Cardoso C, Fernandes FDM. Uso de funções comunicativas interpessoais em crianças do espectro autístico. *Pró-Fono.* 2003;15(3):279-86.

Lopes-Herrera SA, Almeida MA. O uso de habilidades comunicativas verbais para aumento da extensão de enunciados no autismo de alto funcionamento e na Síndrome de Asperger. *Pró-Fono.* 2008;20(1):37-42.

Organização Mundial da Saúde Classificação Internacional de Doenças CID-10. Revisão. 8ª ed. (Tradução do Centro Colaborador da OMS para Classificação de Doenças em Português). São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; 2000.

## CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E

### ADULTOS

SALES, Edgard de Carvalho Leite ; PÉREIRA, Maria Alice Fonseca ; PIRES, Rejane da Silva  
Marques

#### Introdução

Este artigo aborda um pouco da trajetória de vida e da contribuição de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos. Num contexto turbulento em que o Brasil se encontrava, Freire se aventura num desafio de oportunizar a uma massa da população, desnutrida de conhecimentos sociais e educacionais, a alfabetização, incumbida de inseri-los criticamente na sociedade em que os analfabetos, esquecidos pelo governo estão presentes.

Sua meta é de uma educação libertadora, ativa e politizada que busca muito mais do que alfabetizar simplesmente, mas acima de tudo, construir, nos discentes, um espírito encarnado e determinado por seus direitos e letrá-los com singular criticidade.

O objetivo deste artigo é ressaltar toda a vasta influência deste Brasileiro, incomodado por injustiças e desfavorecimento sociais, educacionais, voltada aos jovens e adultos, num espaço de tempo caracterizado por repressões político/militares ao povo, a seus direitos, a sua voz e a sua vez. Paulo Freire inspira a todos que intencionam em sua vida um ideal de igualdade, fraternidade e luta por seus direitos perante correntes opressoras que assolam e corrompem a sociedade

#### Materiais e métodos

O estudo foi feito através de uma pesquisa bibliográfica e qualitativa, tendo por base textos e trechos de Paulo Freire (1993) no livro: " Professora sim, Tia não : cartas a quem ousa ensinar ", como também informações obtidas em artigos e sites a respeito de Paulo Freire ligadas ao seu método de alfabetização.

## Resultados e discussão

Paulo Freire, apesar de ser formado em Direito, teve sua trajetória dedicada ao campo educacional. O estudo da linguagem do povo foi um dos pontos de partida de sua elaboração pedagógica. Através de sua percepção sobre um exacerbado número de analfabetos no país, Freire elaborou seu método de caráter experimental em Angicos, no Rio Grande do Norte em 1962, onde 30 trabalhadores foram alfabetizados em 45 dias. Seu método atraiu olhares do então presidente do Brasil, João Goulart, que viu, no método de Paulo Freire, algo importante e necessário à educação da nação. Contudo, teve de ser interrompido devido à intervenção militar de 1964, sendo Freire, censurado pelos interventores/militares.

O método Freiriano estimula a alfabetização dos jovens e dos adultos, através de palavras que o idealizador do método nomeou de palavras “geradoras”, mediante a discussão de suas experiências de vida. Seu trabalho se partia de cartilhas com palavras do cotidiano de seus alfabetizandos.



fonte: <http://www.plataformadoletramento.org.br/hotsite/infografico-letramento/>



Fonte: <http://www.acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/513>

Pautadamente em três etapas, seu método via o indivíduo, como um ser que já possui uma carga de conhecimentos e visões de mundo, portanto sua alfabetização deve ir ao encontro do universo vocabular e social, dentro das seguintes etapas a seguir: 1) investigação, buscar temas centrais do contexto do discente; 2) tematização, buscam o significado social na realidade do indivíduo; 3) problematização, buscam uma visão crítica do mundo, por uma transformação de sua realidade.

Dessarte, as contribuições de Paulo Freire para a educação de jovens e adultos foi fulcral, uma vez que, a partir do “Método Paulo Freire”, propiciou ao indivíduo uma criticidade que o nutria de condições necessárias a sua adequação às diferentes situações comunicativas do seu cotidiano.

## Conclusão

O presente trabalho espera contribuir para uma visão crítica a partir do método e ideias de Paulo Freire, este que foi declarado patrono da educação Brasileira. Sua teoria, firmada sobre as raízes sociais do povo, auxiliou no processo de alfabetização de jovens e adultos,

visto que valorizou a importância do diálogo entre discentes e mestres, e a conexão dos processos educativos com a realidade do dia a dia das pessoas.

No Guia do Professor: “Paulo Freire educar para transformar” (2001,p.3), O pensamento e a vida de Paulo Freire não se limitam a uma teoria do conhecimento em educação. Por sua complexidade, a proposta de Freire pressupõe a educação integral do ser humano em seu meio e com os outros. É, portanto, uma educação inteiramente preocupada com o mundo dos valores, com o mundo do trabalho e com o sistema-vida (planeta). Para Freire, o processo de humanização requer a construção de uma “ética universal do ser humano.”

## Referências

FREIRE, Paulo. *Professora sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 10. ed. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1993.

MOURA, Vera Lucia Pereira da Silva; SERRA, Maria Luiza A. A. *Educação de jovens e adultos: as contribuições de Paulo Freire*. Disponível em: [https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol\\_33\\_1426693042.pdf](https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_33_1426693042.pdf). Acesso em: 15 de setembro de 2019.

SILVA, Lucimar Antonia. *As contribuições de Paulo Freire para a educação*. Disponível em: <http://www2.seduc.mt.gov.br/-/contribuicoes-de-paulo-freire-para-a-educac-1>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.



## O DESAFIO DE RECEBER UM ALUNO SURDO NO ENSINO REGULAR

Silva, Erica Aparecida da<sup>1</sup>, Furtado, Gabriela da Silva<sup>2</sup>, Moraes, Cleuza Rosália Ferreira de<sup>3</sup>

### Introdução

Incluir alunos surdos no ensino regular é um tema bastante discutido por profissionais da educação. É uma questão polêmica diante de vários pontos de vista e não deixa de ser um desafio para a escola.

Tentamos mostrar no decorrer do artigo que existe a possibilidade de que alunos surdos sejam inseridos no ensino regular e que aprendam tão bem quanto os alunos auditivamente normais.

### Materiais e métodos

Esse estudo privilegia uma abordagem interpretativa com base em pesquisas bibliográficas.

### Resultados e discussão

A concepção de inclusão de alunos surdos no sistema educacional teve seu início na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que garantiu o direito de todos à educação.

Receber um aluno surdo no ensino regular é um desafio para a escola. Mas fica o questionamento do que fazer se não houver professores preparados para isso. O aluno surdo ao chegar à escola, sentirá a necessidade de se comunicar com professores e colegas. Evidentemente, sem essa, sua aprendizagem estará condenada ao fracasso.

O aluno surdo tem direito a um atendimento especializado a ser feito por um intérprete de LIBRAS que irá promover o seu entendimento sobre as explicações por meio da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Segundo STUMPF (2008, p.24) “O intérprete é condição de acessibilidade na falta do professor surdo ou do professor ouvinte que seja fluente em Libras. Mas, fazer de conta que um único professor pode falar duas línguas ao mesmo tempo é fingir que o ensino é inclusivo.”

O aluno surdo pode desenvolver suas competências assim como alunos ouvintes, desde que consiga se comunicar com seus colegas e professores em sala de aula.

Talvez haja na escola professores que tenham noções básicas de LIBRAS que foram aprendidas na faculdade, já que a disciplina é obrigatória em cursos de licenciatura.

Cabe ao docente sempre buscar conhecimento para manter sua competência. Ser professor é se deparar com muitos desafios, e é necessário estar capacitado para recebê-los.

É papel da escola ofertar ensino qualificado, com profissionais especializados para atender o aluno surdo, para que ele possa assim, exercer a cidadania. Tal disposição para receber o aluno surdo consiste em incluí-lo juntamente com sua forma de aprender.

Dar aula para alunos sem deficiência já se pede estudo e aperfeiçoamento. Quando o caso é uma criança especial, o roteiro se inverte e começa-se a pensar em inclusão e na melhor maneira de ensiná-lo. Por isso a importância da formação continuada do professor.

Para que o ensino do aluno surdo se consolide como eficiente é preciso que a aprendizagem lhe atribua significado. É ensiná-lo de uma forma que ele consiga aprender, com conteúdos do seu meio de vivência, podendo entender que cada coisa tem um nome, e assim construa sua linguagem.

### **Conclusão / Considerações finais**

A aprendizagem dos surdos será efetiva se houver um trabalho conjunto na escola para atendê-lo de forma adequada. O ponto mais importante dessa aprendizagem é a comunicação, que deve ser facilitada por meio do intérprete de LIBRAS. A escola deve assumir uma postura de valores e princípios que respeite o surdo enquanto pertencente de uma minoria em face da linguagem, onde ele possui traços culturais específicos, carecendo de um ensino especializado.

### **Referências**

EDLER CARVALHO, Rosita, (1998). **Temas em educação especial**. Rio de Janeiro: WVA Ed.

STUMPF, Mariane Rossi. **Mudanças estruturais para uma inclusão ética**. In:

QUADROS, Ronice **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

KARNOPP, Lodenir Becker. **A língua na educação do surdo**. Volume 2. Secretaria da Educação/ Divisão de Educação Especial. Porto Alegre, 2005.

## O IMPACTO DOS RECURSOS DIGITAIS NAS RELAÇÕES SOCIOEDUCACIONAIS

Garcia, F. Gabriel<sup>1</sup>, Carvalho, M. Luiza<sup>2</sup>

### Introdução

Visto a necessidade de autoconhecimento, o reconhecimento de suas emoções é o primeiro passo para uma mudança inovadora em nível coletivo. Faz necessário a compreensão de certos paradigmas construídos socialmente a base de conceitos pré-determinados. Permeado por crenças limitantes arraigados em nossa cultura, assegurou uma fragmentação da sociedade, propiciando uma evolução sem objetivos, carentes de empatia e autocentrados em seu íntimo egocêntrico. Os recursos digitais, indiferentes ao contato humano, transformou profundamente as relações sociais.

### Resquícios Pós Revolução Industrial

O século XVIII foi um período de grande desenvolvimento tecnológico, possibilitando o domínio das máquinas, não somente nas relações mercantis e individuais perante a sociedade, mas também toda uma cultura e, conseqüentemente, a educação.

Com o intuito de providenciar formação profissional, o ensino adquiriu um caráter extremamente tecnicista, visto que as transformações no mundo moderno exigiam mão-de-obra qualificada que atendesse, então, a indústria, resultando melhor produção nas fábricas que os empregariam.

Assertivamente, a educação passou a ser oferecida com maior abrangência, chegando até as camadas mais pobres da sociedade, mas de forma não-satisfatória se pensada numa ótica de acuidade coletiva. Quando ela é simplesmente transmitida como repetição, perde seu significado e inibe a criatividade e seu potencial humanizado como ação cultural, transformando-se em educação bancária. (FREIRE, 1994).

Desconsiderando os preceitos e finalidades da educação, o que se obteve foi tão somente a formação voltada à um ofício, ignorando as potencialidades, peculiaridades, limitações e aspirações pessoais, ou seja, o ensino era tratado como mera obrigação social, voltado única e exclusivamente ao princípio de subsistência.

## Educação Contemporânea

Para além de um tórrido maquinário de fins capitalistas, a sociedade contemporânea proporciona um apelo egocêntrico à coexistência de informações. Visto que as demandas se tornaram cada vez mais incessantes, o mergulho sem fim ao virtual se instala de forma peculiar. Antagônico a esse fato, a ausência de domínio dos meios digitais propiciou déficit quanto a absorção de entendimento. “A tecnologia envolve um conjunto organizado e sistematizado de diferentes conhecimentos, científicos, empíricos e até intuitivos voltados para um processo de aplicação na produção e na comercialização de bens e serviços”. (Grinspun, 1999)

A instantaneidade advinda de recursos tecnológicos impregnados nas relações humanas dirigem o pensamento a um estado comum, ainda distante da criticidade, permeado por distorções e ideias voltadas à homogeneidade das múltiplas facetas do Ser. Ocorre que tem havido

...excesso nas mídias, onde as performances tecnológicas e o consumo de informação submergem, “anestesia” a capacidade de análise dessa informação e de reflexão tanto individual quanto social. Saturação e superabundância ameaçam o navegador da Internet que, como certas pesquisas mostram, não tira partido das riquezas de informação pertinente, não estando formado para ir diretamente ao essencial. (Marchessou, 1995)

Como indivíduos pertencentes ao coletivo, os profissionais da área educacional refletem em sua prática as muitas arestas não lapidadas devido a múltiplas urgências externas. A maioria delas caracteriza-se pelo distanciamento de suas próprias facetas, contribuindo para a não expressão de suas emoções.

O potencial humano é constantemente questionado. No que tange a necessidade de transformação e adaptação, é essencial a suspensão de julgamentos pré-estabelecidos, para que se desenvolva a capacidade de observação em seu sentido mais amplo, aliado a criticidade.

### **Seria Possível um Ensino Satisfatório na Contemporaneidade?**

Quando dialogamos sobre as relações humanas, muitos questionamentos entram em pauta. Tem-se observado o individualismo sobrepondo ao contato humano. Karnal descreveu sobre como a modernidade e a presença das redes sociais facilitou para que as pessoas tomasse uma distância tida como “segura” umas das outras. No mundo virtual, cada indivíduo é livre para

conversar com quem quiser e interromper a mesma sem grandes empecilhos. Mas, ao mesmo tempo, o quanto isso afasta cada um, dando espaço a real solidão.

O avanço fugaz dos meios tecnológicos revolucionou as interações sociais, e simultaneamente, criou um abismo entre os indivíduos. Não existem mais fronteiras para alcançar o conhecimento, a globalização propiciou um bombardeio de informações e com isso, a mídia obteve maior espaço para manipulação de compreensão da massa.

Analisando pelo ponto de vista pedagógico, o agir com competência, refletindo constantemente sobre sua ação didática é o que distingue um exímio profissional dos demais em atuação. Para Libâneo, a didática é uma análise reflexiva.

refere-se à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais, caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade, bem como pela aquisição de modos de ação e aplicação referentes a essas propriedades e relações (LIBÂNEO, 1994).

A sagacidade de recém educadores, na sua maioria, proporciona a efetivação do funcionamento da prática, ou seja, aquilo que a teoria impõe. O corpo docente precisa, dentro de sua autonomia, zelar pela mediação do conhecimento com o objetivo de construir junto aos educandos as experiências de saberes e socialização, beneficiando o despertar educacional em prol de uma expansão mental.

A mudança é subjetiva. O diálogo é fundamental para desenvolver a empatia dentro das instituições, o contato com os demais, favorece o indivíduo a colocar-se no lugar do outro, estimulando a expressão das emoções e anseios presentes. Aspira-se um ensino que transpasse as barreiras da desigualdade social, econômica e política, na garantia de meios que estimule a inovação do ser, direcionada as potencialidades e talentos inatos dos discentes.

### **O ser humano é responsável por corromper a sociedade**

A sociedade é construída por meio das relações sociais que são perpetuadas no tempo. Um indivíduo somado a outro indivíduo e a outro é o que consolida as estruturas sociais. De acordo com os objetivos e afinidades comuns, constroem variados tipos de grupos, e estes influenciam na formação de sociedade vigente, a qual conhecemos hoje. De modo específico " o

conceito de estrutura social é um recurso analítico que serve para compreender como os homens se comportam socialmente” (IANNI, 1973).

Nunca foi tão discutido o termo ética e moral em nosso meio social. A ética pautada em regras e termos de compromisso. A moral é secular, intercorrente quanto a variação de contexto, ou seja, a todo momento as situações estão sendo invertidas. Vásquez (1998) define que “ a ética é como uma ciência teórica e reflexiva, o conclui quanto a moral como eminentemente prática.” Motta (1984) define a ética como um “ conjunto de valores que orientam tais comportamentos do homem entre si.” As visões de mundo individuais são divergentes, sendo os pontos de vista heterogêneos, o que torna claro no que se refere a busca de cada ser humano por uma autenticidade maior, que seja no mínimo reconfortante.

Estudos comprovam que o ser humano age de acordo com o seu condicionamento de adaptação e mudança emocional. Emoção deriva das palavras latinas ex + movére, que significam “ mover para fora”. O primeiro tipo de compreensão é fruto da mente emocional, o outro, da mente racional. Na verdade, temos duas mentes – a que raciocina e a que sente. (Goleman, 1995). A falta de domínio de si e percepção do outro gera frustrações que deteriora a vida do indivíduo. Sem o autoconhecimento, as situações cotidianas são vistas como verdadeiros atoleiros emocionais. Os indivíduos mantêm-se a mercê das emoções mal administradas, o que ocasiona tumultos nas relações interpessoais. Inteligência interpessoal é a capacidade de compreender outras pessoas: o que as motiva, como trabalham, como trabalhar cooperativamente com elas. (Goleman, 1995).

Uma herança milenar dos estudos filosóficos é a premissa da indagação. A sabedoria alicerçada no princípio da filosofia é não aceitar imediatamente como verdade aquilo que lhe é imposto, mas adquirir um pensamento crítico acerca das questões propostas, considerando todo o contexto estabelecido. Tendo em consideração a progressão tecnológica, as complexidades da vida moderna expandiu, gerando conflitos significantes na vida dos homens.

### **A Importância da Inteligência Intrapessoal: Benefício Coletivo**

De acordo com Goleman (1995) a inteligência intrapessoal (...) é uma aptidão correlata, voltada para dentro. É uma capacidade de formar um modelo preciso, verídico, de si mesmo e poder usá-lo para agir eficazmente na vida. Determina o grau de inteligência emocional e percepção diante das interações sociais.

Reconhecer o motivo pelo qual uma emoção ocorre no momento em que ocorre é a base primordial para o autoconhecimento, possibilitando a capacidade de equilibrar sentimentos. É possível manifestar empatia à medida que perdura uma percepção aguçada de mundo. O indivíduo, essencialmente, é hábil em colocar-se no lugar do outro, sendo indispensável estimular essa aptidão desde a educação infantil.

## **O Sistema Educacional Brasileiro**

A base do currículo escolar é alicerçado em práticas tradicionais. Fundamentado na transmissão de conhecimentos com resquícios tecnicistas, distante de velar pela amplitude de potenciais existentes nos indivíduos. Considerando-se que “a instituição é o conjunto de valores e princípios estabelecidos tradicionalmente” (IANNI, 1973).

Reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). A eclosão da nova BNCC (Base Nacional Comum Curricular) contribui para a efetivação integral da prática pedagógica. A base orienta não só a construção curricular, mas as elaborações e planejamento das propostas didáticas na Instituição. Torna possível o trabalho de competências, aliado a transversalidade. Incluso em todas as modalidades de ensino da Educação Básica.

A notoriedade de trabalhar as emoções nos discentes pertencentes a sociedade é evidente. A incapacidade de lidar com a resolução de problemas gera frustrações e falta de motivação. A falta de equilíbrio entre razão e emoção propicia uma percepção distorcida da realidade, o indivíduo torna-se vulnerável as manifestações do meio.

## **A importância da autonomia**

O indivíduo protagonista de sua vida é aquele que cria e recria sua realidade. Tem consciência que é responsável por suas ações e decisões. Esses indivíduos possuem maior facilidade em alcançar um pensamento crítico e estabelecer relações e consequentemente, limites.

Antônimo a essa premissa, a maioria reluta em questionamentos internos por não suportarem a verdade: estão mergulhados em um mar de emoções, lutando para sobreviver. A medida que os meios digitais amplificam, as complexidades no âmbito educacional crescem,

desde a pré-escola até o ensino superior reforça a necessidade de autoconhecimento. Segundo (Bauman 2011) nascemos e crescemos numa sociedade absolutamente 'individualizada' em que a autonomia individual e a independência são axiomas que não exigem (nem admitem) discussão e demonstração.

Teria de ser dever de toda instituição preocupada na formação de cidadãos ativos, a garantia de um sistema que aborde questões fundamentais, como a inteligência emocional, ensino da arte, expressão corporal, interação em equipe, entre outras práticas alternativas que liberam as emoções mais profundas. É indispensável o apoio de profissionais capacitados para a promoção da saúde emocional dos alunos.

### **A Importância da Arte e as Emoções**

Existem variadas formas de manifestação artística. O homem, em sua verdadeira essência, traz consigo uma faculdade inata de criação. Em sala de aula encontra-se uma unidade heterogênea, onde ninguém é igual e não pode por si estabelecer comparações, pois cada contexto sugere uma realidade diferente. Mas em âmago, não deixam de ser iguais. Todos possuem habilidade para desenvolver dons artísticos, onde esses influenciam diretamente na expressão das emoções.

É de fundamental importância estar atento as potencialidades que os alunos apresentam no decorrer de Ensino Regular. Nas instituições padronizadas pouco interessa em acrescentar no currículo atividades extras, que nada mais é um diferencial na vida do educando.

É no árduo afazer de autoconhecimento que o indivíduo se torna um exímio cidadão. A arte por si só oferece demasiadas oportunidades para a evolução da capacidade interpessoal. Sendo assim, gera austeridade no que diz respeito às emoções intrapessoais. Um bom educador é aquele que administra em seu campo de ação as sutilezas presentes na percepção das inteligências múltiplas, buscando dinamismo para a amplificação dessas competências.

### **O conhecimento como prática evolucional**

Historicamente, os estudos apontam um alto índice de desigualdade entre as classes. Paulo Freire em sua obra mais famosa, o livro *Pedagogia do Oprimido* (1968) aborda as contradições de opressor e oprimido em nossa sociedade. De um lado, encontra-se a classe dominante, a qual devido a parasitose do oprimido, denomina-se como a classe que oprime. Enquanto a maioria continua nas sombras do opressor.



Freire (1968) afirma a manipulação é instrumento de manutenção da opressão que leva à massificação, que anestesia as massas para não pensarem, pois ao pensarem ganham consciência revolucionária ou consciência de classe que gera a procura obstinada pela libertação.

Segundo Freire (1968) os homens educam-se entre si mediatizados pelo mundo, pela educação problematizada que exige a superação da contradição educador-educando e o diálogo, e em que ambos se tornam sujeitos do processo e crescem juntos em liberdade, procurando o conhecimento verdadeiro e a cultura pela emersão.

### **Igualdade Utópica**

Os indivíduos são por si só, sonhadores. Mas nem todos têm iniciativa ou oportunidade de conseguir o que almeja. As relações humanas são complexas, as interações diversificam de acordo com cada grupo social e modificam com o tempo, levando em conta as aspirações de cada um. As pessoas se relacionam por afinidade, escolhendo com quem interagir ou com quem manter contato. Uma relação é divergente da outra, ou seja, a compatibilidade de duas pessoas nunca será igual a relação de terceiros, são seres humanos interagindo entre si, e dentro dessa esfera permeia-se emoções, inevitavelmente.

Segundo Goleman (1995) indivíduos que não foram reprimidos emocionalmente na infância tem capacidade maior de aprendizagem e atenção do que aqueles que foram negligenciados pela família.

A negligência emocional se refere à incapacidade de suprir de forma devida as necessidades emocionais do outro. Quando vivida no período da infância, resulta em adultos pouco assertivos, distantes de suas emoções e instintos e com alto grau de dificuldade de expressão de si mesmo.

### **Considerações finais**

Aceita a premissa de que todo e qualquer indivíduo é primeiramente nortado por seu instinto e emoções, uma Educação efetiva só será possível quando, antes de alimentar a criticidade e o conhecimento intelectual em uma perspectiva “de fora para dentro”, seja trabalhado de forma perfeitamente inversa: de dentro para fora.

Que reabilite os indivíduos com suas emoções, histórias e famílias. Que os preparem para a vida através de suas percepções, da ordenação de seus sentimentos e querer através da luz

da consciência. Conhecimento que transmita noções de autocuidado e autopreservação. Que não o limite como mero agente social, mas, sobretudo, como agente de si. Conhecedor de si.

Conhecimento que não medie somente conteúdos curriculares, mas troca de vivências e percepções.

Conhecimento que vislumbre a mudança de cada um perante sua própria existência, alicerçado em criticidade, respeito e empatia. Que transpasse as amarras sociais. Que ilumine a consciência de ser e estar. Que estimule as conexões neurais acerca da própria existência para, então, despertar de forma assertiva uma mudança coletiva.

Só é possível entender a realidade com o olhar voltado à si, visto que a mesma está em constante transformação, causada por cada indivíduo em sua percepção íntima sobre a realidade.

### Referências bibliográficas

\_\_\_\_\_. Valores na Escola- Revista Educ. Pesqui. v.28.n.1.São Paulo

jan./jun.2002

MEHANNA, ADLA. Desenvolvimento de Valores Morais, Éticos e Científicos na Educação - <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/512-4.pdf> obre a Natureza dos Valores

- DBD 17/10/2008, 16:03:10 - PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410351/CA - [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410351\\_08\\_cap\\_04.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0410351_08_cap_04.pdf)

\_\_\_\_\_. Da revolução industrial inglesa ao imperialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

SERVAN-SCHREIBER D. Curar, o stress, a ansiedade e a depressão sem medicamento nem psicanálise. São Paulo: Sá Ed., 2004.

GOLEMAN, DANIEL. Inteligência Emocional. Objetiva, 1996.

KARNAL, LEANDRO. O dilema do porco-espinho. Editora Planeta do Brasil, 10 de out de 2018.

## PORQUÊ E COMO ENSINAR A HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

Pereira, Isabela Mendes, Ribeiro, Larissa Giovana Alves, Tavares, Thaisa Fernandes  
Orientadora Pereira, Maria Alice Fonseca

*“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.”*  
Nelson Mandela

**Palavras-chave:** racismo. ensino e aprendizagem. desigualdade. educação infantil. cultura afro-brasileira.

### Introdução:

Com a Lei 10.639/03 a concepção sobre educar para as ligações étnicas-raciais no Brasil entra em vigor, destinada à educação básica e com o objetivo de promover o reconhecimento e a valorização de diversas etnias e grupos que fazem parte do país. Desde quando a lei foi concebida várias medidas foram tomadas para dar eficácia a discussão das relações étnico-raciais e formação de professores, nascendo vários projetos e artigos, destacando as Faculdades. Contudo, o mesmo não se solidificou com relação à educação infantil. Assim, o Ministério da Educação (MEC) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaboraram, em 2014, uma obra direcionada exclusivamente para a educação infantil: A História e cultura africana e afro-brasileira e africana na educação infantil (HACABA). Esse projeto procurou trabalhar as relações étnico-raciais e a cultura africana e afro-brasileira no segmento da educação infantil auxiliando em questões de identidade e preconceito. Portanto, por meio de pesquisas bibliográficas ou documentais, o presente artigo propõe uma reflexão sobre o porquê e como ensinar a História e a Cultura afro-brasileira e Africana para crianças de 2 a 5 anos de idade.

---

1-Graduanda no 2º Período de Pedagogia na Faculdade São Lourenço-UNISEPE. E-mail:bebela\_bae@hotmail.com.

2-Graduanda no 2º Período de Pedagogia na Faculdade São Lourenço-UNISEPE. E-mail:la968928@gmail.com

3-Graduanda no 2º Período de Pedagogia na Faculdade São Lourenço-UNISEPE. E-mail:thaisaftavares2018@gmail.com

4-Professor(a) da Faculdade São Lourenço, graduada em Pedagogia e História. Pós-graduada em: Supervisão Pedagógica e Orientação Educacional, em Didática do Ensino Superior, em Psicopedagogia Institucional e Clínica e Curso de Psicologia Positiva no IBC.

### **Materiais e métodos:**

A definição de campo desta pesquisa se faz através de contação de histórias nas instituições de educação infantil abordando canções, histórias, lendas africanas e indígenas, proporcionando curiosidade e interesse dos educandos abrindo janelas da imaginação através da oralidade. Determinando como um espaço que valoriza a diversidade cultural assim sendo, uma possibilidade de descobrir a nação grandiosa dos conflitos, dos impasses, das soluções que todos vivemos e atravessamos. Assim, encontrar-se dentro de sua cultura, por isso a escola tem um papel fundamental de promover contos que mostrem a vasta cultura brasileira.

### **Resultados e discussão:**

Existem várias questões levantadas em relação ao ensinar e falar sobre a cultura africana, pois muitos afirmam que mesmo com os professores trabalhando as diferenças, as crianças teriam sua própria visão e podendo haver uma porcentagem de criança preconceituosa e até mesmo racistas. Eis a questão, falar sobre a cultura africana dentro da sala de aula de educação infantil seria implementar o preconceito?

A educação infantil proporciona um espaço privilegiado para se trabalhar a diversidade. Sabemos que o preconceito é uma ideia formada sem crítica e conhecimento, é um pré-conceito que se torna antes de conhecer de fato o assunto falado. Portanto, os professores devem trabalhar as diferenças e diversidades. As Diretrizes Curriculares expostas acima descrevem o quanto esse espaço de aprendizagem ficará marcado na vida daquela criança, como Robert Fulghum cita:

“Tudo o que realmente vale a pena saber, eu aprendi no jardim de infância.

Tudo o que hoje preciso realmente saber, sobre como viver, o que fazer e como ser, eu aprendi no jardim de infância.

A sabedoria não se encontrava no topo de um curso de pós-graduação, mas no montinho de areia da escola de todo dia.”

A cultura africana nos traz vários aspectos para serem trabalhados dentro da sala de aula, inúmeros projetos pedagógicos a serem utilizados. Assim possibilitará a compreensão sobre a relação histórica entre o continente africano com o Brasil, e as riquezas trazidas daquele povo.

Na educação Infantil, o brincar é o principal método de ensino e desenvolvimento e a cultura africana destaca-se por ser muito abrangente e representar uma das diversas maneiras de comunicação cultural. Podemos citar as danças africanas que são realizadas em cerimônias em rituais de passagem, nascimento, casamento, morte, colheita, alegria, agradecimentos. Com pontos comuns na dança da maioria dos povos africanos: a organização em círculos ou fileiras; a participação de todos, independente da idade ou escala social; o acompanhamento de música produzida pelo som de instrumentos de percussão e tambores. A partir do estilo de dança africana existem vários ritmos bastante conhecidos, como a capoeira, a congada, o maracatu e o próprio samba. A dança também é muito importante para a comunidade em relação a religião, pois nela o corpo é o instrumento de ligação com o mundo do espiritismo.

Podemos falar também dos jogos, que são de maior interesse de todas as crianças, existem inúmeros e servem de grande influência nas escolas, como:

#### 1. Acompanhe meus pés

A brincadeira traz como objetivo trabalhar a memória e coordenação motora. Para brincar elas devem formar um círculo enquanto o líder canta, bate palma e escolhe uma outra criança que deverá imitá-lo e se acertar se torna o novo líder.

#### 2. Escravos de Jó

Praticamente todos os brasileiros em sua infância conhecem essa brincadeira, pois se tornou uma das cantigas mais conhecidas, a brincadeira pode haver inúmeras instruções, mas a mais conhecida se joga com dois jogadores e cada um com uma pedrinha e o objetivo é utilizar todos os movimentos sem errar. Todos obedecem ao que diz a letra da música e se errarem o movimento o jogador é eliminado.

Quando ressaltamos o conceito na prática educacional se torna uma grande oportunidade de dialogar sobre as temáticas étnico-raciais nas escolas, oportuniza uma importante troca de experiências e vivências que são fundamentais na construção do trabalho educativo. Isto é, para além do trabalho, como experiência de vida, permitindo que os envolvidos através dos professores possam dialogar e conhecer como a educação infantil é diversificada e se trata de temas valiosos e não apenas de cuidados e higiene pessoais, como também ampliem suas convicções acerca

dos temas propostos, com conhecimento apresentado em conjunto, este para reconhecer e enfrentar diversas situações, que podem ser de preconceito e discriminação com as pessoas.

Outro momento que conseguimos trabalhar com as crianças a cultura afro-brasileira é o dia **Nacional de Zumbi e da Consciência Negra**, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. Podemos apresentá-los a história do Zumbi dos Palmares e a luta dos negros no Brasil, contos e lendas africanas; como eram as características físicas e as relações no mundo atual; ensiná-los a identificar o gênero masculino e feminino respeitando as diferenças físicas de cada um; mostrá-los que devemos conviver com as diferenças étnico-raciais de forma respeitosa através do diálogo; desenvolver a linguagem oral através de cantigas de origem africana e por fim proporcionar levantamos de suas hipóteses em relação ao tema, como exemplo falar dos principais personagens dos contos infantis que são conhecidos por eles.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil são de extrema necessidade, pois orientam a formulação de projetos direcionados a valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como abrangidos com a educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais ideias devem acompanhar. Destina-se, para os mediadores de ensino, administradores, como também, às famílias dos estudantes, aos alunos próprios e a todas as pessoas que de alguma forma fazem parte da educação dos brasileiros, para nele buscarem orientações, quando quiserem dialogar com os sistemas de ensino, escolas e diretores, no que diz respeito às relações étnico-raciais, ao reconhecimento da história e cultura dos afro-brasileiros, à diversidade da cultura africana para os brasileiros, ao igual direito à educação de qualidade, isto é, não apenas direito ao estudo, mas também à formação para a cidadania responsável pela construção de uma sociedade livre, justa e democrática.

### **Considerações Finais**

O processo de implementação da Lei nº 10.639/03 e Lei nº 11.645/08 e outros dispositivos legais tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileiras e africanas, com conteúdos a serem inseridos em todas as matérias do currículo escolar, bem como, discussões pertinentes à educação das relações étnico-raciais. A inclusão desse tema nos currículos escolares trará uma grande ampliação, de maneira ética, a discussão e mudança da diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira para assim dar “fim ao preconceito”, de forma naturalizada. É importante

ressaltar que conforme os documentos que buscam subsidiar as ações, a temática precisa estar contemplada no Projeto Político Pedagógico da Escola, uma vez que o mesmo reflete a identidade de escola com qualidade, democrática e voltada para a valorização do ser humano e a diversidade étnico-racial. Reconhecer e respeitar o outro em toda a sua diversidade, bem como lutar pela inserção de toda pessoa no conjunto social ao qual ela pertence; perceber cada ser humano como um sujeito de direitos é um passo muito importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse reconhecimento percorre pela escola, haja vista esse ser um espaço onde tem diferentes pessoas, tanto física, emocional quanto cognitivamente. A escola e a educação como um todo, não podem fugir a sua responsabilidade no que concerne a contribuição que devem dar a fim de transformar realidades e provocar mudanças que venham de fato a garantir que todos se sintam incluídos e aceitos na escola, utilizando-se desse espaço e dos diversos momentos de aprendizagem para desenvolver relações de respeito, afeto, empatia e reconhecimento do outro.

### Referências Bibliográficas

AMAURI, Mendes Pereira (Pesquisador do Afro-Centro de Estudos Afro-Brasileiros) Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/historia-e-cultura-afro-brasileira.htm> Acesso em: \_\_\_ out. de 2019.

DANIELA, Diana (Licenciada em Letras pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) em 2008 e Bacharelada em Produção Cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em 2014. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/principais-caracteristicas-da-cultura-afro-brasileira/>. Acesso em: \_\_\_ de out. de 2019.

<[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao\\_quilombola/material\\_distrito\\_federal.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/material_distrito_federal.pdf)>

<<https://escolaeducacao.com.br/brincadeiras-africanas/>>

<<https://www.soescola.com/2017/10/projeto-dia-da-consciencia-negra-educacao-infantil.html>>

<<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educacao%20das+rela%20es+etnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%20ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7cae0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2>>

## REFLEXOS DA ERA DIGITAL NO ENSINO DA LITERATURA

NOGUEIRA, Isis Nayla de Castro<sup>170</sup>; LOPES, Douglas Nogueira<sup>171</sup>; PIRES, Rejane da Silva Marques<sup>172</sup>

### Introdução

O objetivo deste artigo é apontar e refletir sobre o ensino da literatura na atual era digital, mostrando como podemos trabalhar em sala de aula. Para isso, a tecnologia será agregada à prática escolar. Com a grande demanda da internet, seus dispositivos e redes, a literatura acaba perdendo seu poder de encantamento, e o professor da atualidade precisa ter em mente que a leitura deve ser tratada com seriedade, mas ao mesmo tempo, de uma forma prazerosa, estruturando o possível leitor desde o suporte impresso até ao digital. Assim, a literatura pode se associar à era digital.

### Materiais e métodos

O trabalho foi feito através de pesquisas bibliográficas de caráter qualitativa, apontando os reflexos da tecnologia no ensino da literatura e suas vertentes. A partir dessa pesquisa, foi feita uma análise sobre a literatura, textos e livros impressos como centro do processo educacional, em contrapartida com a nova era tecnológica em que vivemos atualmente.

“Portanto, para trilhar esse caminho, pode ser útil ao aluno aprender os fatos da história literária ou alguns princípios resultantes da análise estrutural. Entretanto, em nenhum caso, o estudo desses meios de acesso pode substituir o sentido da obra, que é o seu fim.” (TODOROV, 2009, p. 31)

Essa abordagem evidenciou que cada processo possui suas etapas estruturais que auxiliarão para a compreensão literária. Logo, a inserção desta era de acesso à informação na qual a tecnologia, as redes de comunicação e as mídias sociais entram como ferramentas importantes no atual processo de ensino-aprendizagem são de extrema relevância.

### Resultados e discussão

---

<sup>170</sup> Graduanda do 4º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: isisncastro@gmail.com

<sup>171</sup> Graduando do 4º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: douglas96nogueira@gmail.com

<sup>172</sup> Mestra em Letras e professora da Faculdade São Lourenço. E-mail: rejane\_sm@yahoo.com.br



Nos estudos teóricos realizados sobre a literatura e suas ramificações dentro do ensino, identificamos como a leitura tem seu papel social. “A atividade da leitura é eminentemente social. Ela o é pela aprendizagem que todo leitor atravessou nos diversos ciclos de sua formação e de sua escolaridade. A língua, depois as formas literárias, são transcendentais a toda experiência que é realizada, e essa transcendência, memória de atos de fala, de escrita e de conformação narrativa, carrega um saber social muito rico e complexo que se impõe ao leitor com a força de uma tradição incontornável.” (JACQUES LEENHARDT, 2006, p 22)

Como afirma Leenhardt (2006), toda essa riqueza que a leitura carrega direciona a aprendizagem do possível leitor não apenas para a formação acadêmica, mas também para o enriquecimento do ser como indivíduo crítico e pensante.

Entretanto, os avanços tecnológicos vêm mudando o ensino e o contato com a aprendizagem. Com os novos meios de acesso, o aluno e o leitor acabam perdendo o encantamento com os livros, e a leitura acaba sendo por, muitas vezes, obrigatória e mecânica. Por esse motivo, o professor da atualidade precisa adequar essas duas alternativas metodológicas.

E, como afirma Redmond (2004, p 78): “ A criação da Word Wide Web permitiu o surgimento da era da textualidade digital, quando um leitor pode acessar um texto de um computador do outro lado do mundo em questão de segundos. Essa descoberta vem obtendo grandes resultados para a humanidade em diversas áreas, e isso mudou completamente a relação entre o homem e a literatura.”

O aluno desta era digital possui em mãos o acesso a qualquer conteúdo, o que torna mais difícil para que o professor trabalhe com a literatura, ou até mesmo que o possível leitor procure e se interesse por livros impressos.

Com este novo meio social que é a internet, é preciso buscar meios em que o professor instigue os alunos a ponderar entre essas duas vertentes, a fim de que seja possível utilizar as redes tecnológicas para a aprendizagem, sem deixar para trás todo o encantamento e função que o ser letrado carrega consigo.

“Letramento é prazer, é lazer, é ler em diferentes lugares e sob diferentes condições, não só na escola, em exercícios de aprendizagens. [...] Letramento é informar-se através da leitura, é buscar notícias e lazer nos jornais, é interagir com a imprensa diária, fazer uso dela, selecionando o que desperta interesse, divertindo-se com as tiras de quadrinhos.” (SOARES 2019, p 42)

Portanto, evidencia-se a importância das práticas de leitura do professor atual, o contato que deve oferecer aos alunos com as diversidades de leituras e materiais tecnológicos necessários para a formação leitora.

## Conclusão

Através dos estudos da literatura tradicional em meio ao avanço tecnológico, constatamos que ambas vertentes possuem grande importância para a aprendizagem e formação do ser pensante. Contudo, é necessária a mediação diversificada das metodologias a serem trabalhadas em sala.

## Referências

- BESSA, Pedro. OLIVEIRA; Maria; REDMOND, William. **Literatura e Mídia**. Editora Galo Branco. Rio de Janeiro. 2004. 108 p.
- SILVA, Berenice. **O ensino da literatura na era digital**. Disponível em: <http://evidosol.textolivre.org>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.
- SILVA, Vera; TURCHI, Maria. **Leitor formador, leitor em formação. Leitura literária em questão**. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2006.
- SOARES, Magda. **Letramento**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.
- TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: ed. DIFEL, 2009.

## DEPRESSÃO NA ADOLESCÊNCIA

Pereira da Silva, Bruna; M. de Mattos, Jéssica; Macedo Silva, Nayara

### RESUMO

A depressão na adolescência é considerada um problema de saúde pública, pois vem crescendo cada dia mais e, vale ressaltar que diversos fatores podem tornar o adolescente vulnerável, levando ao desenvolvimento da depressão e como consequência mais grave o suicídio. Portanto esse assunto é de extrema importância e deve ser levado em consideração todas as formas de prevenção. Em nosso artigo iremos falar um pouco sobre esse tema que tem se destacado na mídia.

**Palavras-chaves:** Depressão. Adolescência. Suicídio.

Atualmente a depressão está sendo considerada a doença do século. Algo que vem sendo debatido dentro de escolas, universidades, trabalho, igreja e afins. Porém o assunto ainda é objeto de controvérsias perante a sociedade, pois, para muitos a depressão não passa de “modinha”, “falta de Deus”, “gracinha” dentre vários outros comentários feitos por pessoas leigas no assunto. Essas pessoas precisam entender e acreditar que depressão é algo muito sério e, comprovado por especialistas que se trata de uma doença. “Existem evidências científicas suficientes situando a depressão entre as doenças mais comuns, prejudiciais e que causam mais custos sociais, representando um problema dos mais graves em saúde pública, com impacto em todos os níveis da sociedade (Judd, 1995).

Através dos noticiários e, até mesmo de conversas com conhecidos no dia a dia, podemos notar que os jovens e adolescentes têm sido “alvo” dessa doença, o que se torna cada vez mais preocupante. Quando falamos em depressão, principalmente, diagnosticada nessa faixa etária, logo remetemos nosso pensamento à palavra suicídio.

Um adolescente deprimido que se sente incapaz de encontrar soluções para seus problemas e não consegue formular estratégias para lidar com os problemas cotidianos está mais propenso a tentar tirar a própria vida. Portanto, entre os fatores de risco para o suicídio estão

situações de discórdia familiar, histórico de violência física e psicológica, relações abusivas, rejeições, bullying e fracassos em algumas ou determinada área de importância da vida.

“Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a imprensa televisiva e jornalística pode exercer de maneira positiva e atuante o papel preventivo do suicídio, disponibilizando informações sobre entidades de apoio e prevenção, demonstrando solidariedade aos envolvidos no acontecimento mórbido (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2000).”

Desse modo, um adolescente que ameaça ou tenta suicídio está revelando a necessidade de ajuda e precisa urgentemente de auxílio especializado. Segundo uma pesquisa realizada pelo site OPAS BRASIL, “cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano - sendo essa a segunda principal causa de morte entre pessoas com idade entre 15 e 29 anos em todo o mundo no ano de 2016. Relatam ainda que 79% dos suicídios no mundo ocorrem em países de baixa e média renda. Ingestão de pesticidas, enforcamento e armas de fogo estão entre os métodos mais comuns de suicídio em nível global.” (OPAS BRASIL, folha informativa) Cada suicídio é uma tragédia que afeta famílias, grupos de amigos e todo o país, deixando efeitos duradouros, pois perceber que estamos perdendo uma geração pra essa doença é algo muito angustiante.

## CONCLUSÃO

Conclui-se, então, que é de fundamental importância a identificação de sinais relacionados a depressão e de situações que demonstrem risco relativos ao comportamento suicida. Porém é também muito relevante o conhecimento a respeito dos fatores de proteção ao suicídio na adolescência, para que se constituam maneiras de prevenção e que se encontrem soluções para reverter ou, ao menos, diminuir os efeitos das causas de vulnerabilidade. Desse modo, o fortalecimento das redes de apoio dos adolescentes, principalmente família, grupos sociais e escolares é fundamental para incentivar que os ambientes sejam mais satisfatórios, proporcionando maior bem-estar e segurança para todos. Os relacionamentos interpessoais ocupam um importante lugar nessa fase da vida, portanto se faz necessário que cada um de nós

se comprometa em fazer sua parte perante a sociedade. E assim finalizamos nosso artigo, deixando para reflexão a citação da escritora Casandra Brené Brown:

*“A empatia é simplesmente ouvir, reter o julgamento, se conectar emocionalmente e comunicar essa mensagem incrivelmente curativa de que você não está sozinho.”*

## REFERENCIAS:

Judd, L. L. (1995). Mood disorders in the general population represent na important and worldwide public health problem. *International Clinical Psychopharmacol*, 10 (suppl 4), 5-10 > <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/viewFile/3193/2556> (acessado em 13 de Outubro de 2019).

[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839) (acessado em 11 de Outubro de 2019)

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/enfermagem/suicidio-principais-fatores-risco.htm> (acessado em 11 de Outubro de 2019).

## A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO PRÁTICA EDUCATIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANTOS, Karina<sup>173</sup>; PALÁCIO, Magna<sup>174</sup>; RODRIGUES, Poliana<sup>175</sup>; PIRES, Rejane da Silva  
Marques<sup>176</sup>; MULLOR, Alexandra Carvalho<sup>177</sup>

### Introdução

O presente trabalho trata-se da importância da Contação de Histórias na educação infantil. A contação de histórias, quando praticada na educação infantil, pode ser utilizada para ajudar a entender o mundo a sua volta, transmitindo valores morais e estimulando emoções. As contações de histórias trazem também o lado do lúdico e da magia, quando, por exemplo, um conto de fadas deixa para a própria fantasia da criança a decisão de se e como aplicar a si própria, aquilo que a história revela sobre a vida e a natureza humana.

### Desenvolvimento

O objetivo desse trabalho foi mostrar a importância da Contação de Histórias para a educação infantil. Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo do tipo bibliográfica que se construiu em livros e artigos.

De acordo com vários estudiosos, a contação de histórias é um precioso auxílio à prática pedagógica de professores na educação infantil. Ela instiga a criatividade e a imaginação. Além disso, desperta o interesse por leituras, a socialização, o lado afetivo das crianças. Ajuda muito a entender o mundo a sua volta, transmitindo valores e estimulando emoções. Faz com que seja despertado o lado lúdico, característica importante para seu desenvolvimento, é no lúdico que a criança desenvolve o senso crítico e a criatividade. O lúdico se torna um momento mágico para a criança, permitindo que elas imaginem o cenário, os personagens e as emoções da história.

Desde o início do desenvolvimento das suas habilidades de comunicação e fala, o ser humano conta histórias entre os povos ancestrais, elas promoviam momentos de união, confraternização e trocas de experiências.

---

<sup>173</sup> Graduada do 6º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: karinasantos2024@gmail.com

<sup>174</sup> Graduada do 6º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: magnapalacio2@gmail.com

<sup>175</sup> Graduada do 6º período de Pedagogia da Faculdade São Lourenço. E-mail: polyanaaraujor@gmail.com

<sup>176</sup> Mestra em Letras e professora orientadora da Faculdade São Lourenço. E-mail: rejane\_sm@yahoo.com.br

<sup>177</sup> Pós-graduada em Supervisão Pedagógica, Gestão Escolar e Alfabetização e professora da Faculdade São Lourenço. E-mail: lemullor@yahoo.com.br

Na antiguidade, as lendas e contos eram histórias do imaginário popular, pertencentes à memória coletiva, destinadas a ouvintes adultos e a crianças que não sabiam ler, que se reuniam ao redor de fogueiras. A contação oral era vista sob um olhar inferior à escrita, era coisa dos simplórios. O ato de contar história por muito tempo tinha o intuito somente de entreter, distrair e relaxar as crianças, mas foi descoberto que a história causava admiração e conquistava a aprovação dos ouvintes.

Na idade média, o contador era extremamente respeitado por onde fosse, tinha entrada privilegiada até em palácios. Com o aparecimento da escrita, surgem ao lado das histórias orais, as histórias escritas. A literatura infantil nasce dos contos populares e, por isso, a contação de histórias é a origem da Literatura.

No século XX, as histórias que antes eram apenas na forma oral ou escrita, passaram a ter imagens como ser integrantes indispensáveis para a história. Com isso, agora não só ouvimos e lemos as histórias, como passamos a vê-las através da televisão, do cinema e da multimídia.

Atualmente, muitas escolas já perceberam e adotaram a ideia do Professor/Contador de histórias, por entenderem a importância das histórias na vida de uma criança. Apesar da contação de histórias ainda não ser uma prática tão comum no ensino fundamental das séries iniciais, hoje já existe uma capacitação para os educadores que querem incluir essa metodologia e se prepararem para o ato de contar histórias.

Na maioria das vezes, a Literatura não recebe um estímulo adequado, e a contação de histórias é um estímulo para que os alunos tenham uma experiência positiva com a leitura, justamente pelo fato que ele não será avaliado e não terá obrigação de tirar uma boa nota por estar tendo o prazer em ler, em colocar seu cognitivo para ser estimulado e trabalhado sem forçar a nada. Assim, como afirma Villardi (1997, p.2): “ Porque para formar grandes leitores , leitores críticos, não basta ensinar a ler . É preciso ensinar a gostar de ler. (...) com prazer, isso é possível, e mais fácil do que parece.”

Uma estratégia pedagógica para ser utilizada na educação infantil, e o ensino fundamental é a contação de histórias, pois ela favorece de maneira significativa a prática do docente. Através das histórias, podemos trabalhar o lúdico com jogos, danças e brincadeiras podendo, assim, desenvolver a responsabilidade e a autoexpressão, fazendo com que a criança se sinta estimulada e sem perceber desenvolve e constrói seu conhecimento sobre o mundo. Através de

suas histórias, a criança passa a ter competência e a saber explicar, descrever, atribuir nomes e utilizar verbos cognitivos (penso, acho, imagino, etc), habilidades com reconhecimentos de letras e relações entre grafemas e fonemas entre outros. “A leitura é uma rica fonte de aprendizado de novos vocabulários” (RCNEI, VOL 3,P.145).

O conhecimento adquirido pelas crianças com idade “pré-escolar” das competências da língua e narrativas são fundamentais nas fases de alfabetização e de letramento.

Nas séries iniciais, a didática dos contos e histórias pode ser motivante e enriquecedora, mas lembrando que a narrativa deve ser feita com cuidado e com uma linguagem fácil, devendo ser usadas imagens para posteriormente poder explorá-las de forma lúdica, sendo assim narrativa possibilitará à criança um melhor desenvolvimento da capacidade de produção e compreensão textual. A literatura oral na sala de aula pode ser trabalhada de várias formas como na interdisciplinaridade.

“É através de uma história que se podem descobrir outros lugares, outros tempos, outros jeitos de agir e ser, outra ética outra ótica. É ficar sabendo história, geografia, filosofia, sociologia, sem precisar saber o nome disso e muito menos achar que tem a cara de aula “(ABRAMOVICH, 1995, P.17)

Outra fonte de aprendizagem que pode ser apontada nos contos e enredos de suas histórias são situações que aparecem ligadas a valores universais, como justiça, liberdade, verdade, solidariedade, amizade entre outras, levando a criança a refletir sobre o convívio em sociedade. Na interação com as histórias, a criança desperta emoções diferentes como se estivesse vivenciando, este exercício permite que através da imaginação, ela exercite a capacidade de resolução de problemas que enfrenta no dia a dia, tornando-a no futuro um adulto bem resolvido.

A repetição de história repetida pode não aparecer, mas é algo muito positivo, pois estimula a criança a observar e prestar atenção em algo novo que ainda não havia percebido. O ideal é deixar a criança repetir, recontar a história que já foi ouvida mesmo que ela mude a história ou dê um outro final, quando a criança narra um conto ela estabelece a relação entre a fantasia e a realidade.



## Conclusão

Podemos concluir que é perceptível ver o quanto a criança pode melhorar o seu cognitivo, e como pode ser trabalhado o emocional também. Através da contação de histórias, as crianças crescem com uma habilidade melhor e maior para a linguagem oral e escrita. A formação de um bom leitor passa inicialmente pela fase de escutar e recontar.

## Referências

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil... gostosuras e bobices**. 2. ed. São Paulo: Scipione; 1991.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3 v.

BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de Fadas**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1980.

MATEUS, Ana do Nascimento et al. **A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil**. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/8477>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

SOUZA, Linete Oliveira; BERNARDINO, Andreza Dalla. **A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental**. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/4643/4891>. Acesso em: 20 de setembro de 2019.

VILLARD, Raquel. **Ensinando a gostar de ler: formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

## INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO SENSORIAL MONTESSORIANA: CONVERGÊNCIAS OU DIVERGÊNCIAS?

FONSECA, Letícia de Souza<sup>178</sup>; SILVA, Alef Ribeiro da<sup>179</sup>; FERREIRA, Gabriela Correia  
Lubambo<sup>180</sup>; PIRES, Rejane da Silva Marques<sup>181</sup>;

**Palavras-chaves:** Educação sensorial; Montessori; Tecnologia.

### Introdução

A revolução provocada pelas inovações tecnológicas resultou em mudanças significativas no estilo de vida das pessoas e, conseqüentemente, no processo educacional. É evidente que a educação tradicional não garante a aprendizagem significativa, porém apoiar-se apenas na tecnologia como recurso fundamental pode ser igualmente limitador (ALMEIDA, 2015; PAIVA; COSTA, 2015). O acesso indiscriminado à tecnologia coloca a criança passiva, dificultando o desenvolvimento de sua capacidade de reflexão crítica ao mesmo tempo em que se cria uma ilusão de participação em processos interativos através de cliques e comportamentos de repetição/reprodução daquilo que se vê (ALMEIDA, 2015; ROSINI, 2003).

Crianças pré-escolares possuem um instinto de curiosidade voltado para os detalhes a sua volta, sendo esta curiosidade a responsável pelo despertar do interesse diante da vida (L'ECUYER, 2015; LILLARD, 2017). A curiosidade representa o desejo de conhecimento e, por isso, a criança deve estar em um ambiente que a respeite (L'ECUYER, 2015), que desenvolva seu potencial para a criatividade, sua iniciativa, independência, disciplina interior e autoconfiança (LILLARD, 2017; SELDIN, 2018; VILELA, 2014). Esse é o princípio básico da pedagogia montessoriana.

A sustentação da obra pedagógica de Maria Montessori se refere ao ambiente preparado e ao respeito à liberdade da criança. A base do método consiste na experimentação e na autonomia como motores propulsores do aprendizado. A infância, especialmente até os seis anos de idade, constitui uma fase sensorial do desenvolvimento. Assim, atividades sensoriais constituem o caminho

<sup>178</sup> Graduando em Pedagogia no 6º Período – Faculdade São Lourenço – leticia.sfonseca18@gmail.com

<sup>179</sup> Graduando em Pedagogia no 6º Período – Faculdade São Lourenço – alefribeirosilva@yahoo.com.br

<sup>180</sup> Professora Orientadora – Graduada e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) - Professora na Faculdade de São Lourenço – gabicorreia@gmail.com

<sup>181</sup> Professora Co-orientadora – Mestra em Letras – Professora na Faculdade São Lourenço – rejane\_sm@yahoo.com.br

que conduz a criança a construir experiências que levam à descoberta e ao conhecimento. Há a valorização da educação através dos sentidos e do movimento, de forma a estimular a concentração e as percepções sensório-motoras (CARDOSO; LIBRELOTTO, 2011; L'ECUYER, 2015; MONTESSORI, 1949; VILELA, 2014).

Atividades recreativas como amarelinha, pega-pega e jogos com bola estão cada vez mais raras. Bonecas, bicicleta, patins não são mais as brincadeiras favoritas da criança moderna, visto que a tecnologia na sociedade contemporânea é vista como referência de lazer, trabalho e conhecimento. No entanto, principalmente instrumentos como a televisão e o celular, oferecem estímulos visuais e auditivos apenas, transmitindo excesso de informações, cores e sons podendo levar à hiperestimulação (CARDOSO; LIBRELOTTO, 2011; L'ECUYER, 2015; MONTESSORI, 1949; PAIVA; COSTA, 2015; ROSINI, 2003; VILELA, 2014). Não existem evidências que apontem que o enriquecimento de um ambiente natural com estímulos tecnológicos possa melhorar o desenvolvimento da criança (L'ECUYER, 2015). No entanto, o uso da tecnologia cada vez mais precoce tem revelado inúmeras consequências negativas entre elas o adoecimento psicológico, ansiedade, comportamentos agressivos, isolamento social, entre outros (CARDOSO; LIBRELOTTO, 2011; PAIVA; COSTA, 2015; VILELA, 2014).

O objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre a educação sensorial montessoriana e o uso da tecnologia na primeira infância. A proposta desse estudo se relaciona como objetivo 04 - 'Educação de Qualidade' do Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), o qual visa à garantia do acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, incluindo o cuidado e a educação pré-escolar (ONU, 2015).

## **Metodologia**

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura que, através de um caráter exploratório, visou descrever os impactos do uso da tecnologia na infância (0 a 6 anos de idade) em contradição com a educação sensorial proposta por Maria Montessori. A coleta de dados se deu de forma não sistemática entre Agosto e Outubro de 2019. Foram pesquisados livros e artigos científicos que se relacionavam com a temática.

## **Resultados**

Os resultados sugerem que a utilização da tecnologia, de forma indiscriminada na infância, desestrutura os processos psicológicos e de aprendizagem da criança, podendo levar ao

aparecimento de problemas de relacionamento, instabilidade emocional, baixo desempenho acadêmico, desmotivação, comportamentos agressivos e sedentarismo, prejudicando sua qualidade de vida e a impedindo de construir e reconstruir atividades lúdicas valorizando as habilidades sinestésicas (CARDOSO; LIBRELOTTO, 2011; PAIVA; COSTA, 2015; VILELA, 2014). Além disso, a tecnologia por si só implica em uma postura passiva da criança, o que a privaria da realização de experiências e oportunidades de vivência tão fundamentais no desenvolvimento das grandes potencialidades da personalidade humana (L'ECUYER, 2015; LILLARD, 2017; VILELA, 2014).

Montessori descreve a fase de 0 a 6 anos de idade como um período de criação no qual a criança absorve tudo aquilo que está no ambiente ao seu redor, hábitos, costumes e conhecimento (MONTESSORI, 1949). Sendo assim, a privação de experiências sensoriais acarretaria no impedimento da criança desenvolver as estruturas necessárias em cada período sensível de seu desenvolvimento psíquico (L'ECUYER, 2015; LILLARD, 2017; SELDIN, 2018). Para que isso não ocorra, Rosini (2003) defende que aqueles envolvidos no processo de educação da criança devem estar familiarizados com as ferramentas tecnológicas e seus recursos, para que seu uso possa ser efetivo de forma a aperfeiçoar o ensino e não apenas como distração para a criança.

Habowski, Conte e Marchese (2018) também destacam que, se usadas com intencionalidade pedagógica e de forma complementar, as tecnologias são capazes de proporcionar uma nova leitura interpretativa de mundo através de exercícios de reflexão crítica, que estimulem a autonomia, a capacidade de fazer boas escolhas e sendo uma oportunidade para as crianças fazerem experiências e recriarem as próprias percepções da vida em sociedade.

### **Considerações finais**

Este estudo buscou discutir os prejuízos da exposição indiscriminada de recursos tecnológicos na primeira infância em contraposição com uma educação baseada na experimentação por meio dos sentidos. Considerando os resultados, enfatiza-se a necessidade de proporcionar às crianças atividades sensoriais que proporcionem o desenvolvimento da liberdade, autonomia, criatividade e transformação. Cabe aqui ressaltar que a criança não necessita ser privada do acesso à tecnologia, mas esta deve ser vista como uma ferramenta auxiliar e não prioritária ao longo do desenvolvimento infantil.

## Referências

ALMEIDA, M. E. B. **Prefácio à edição brasileira** /N L'ECUYER, C. Educar na curiosidade: a criança como protagonista da sua educação. 2. ed. São Paulo: Edições Fons Sapientiae, 2015.

CARDOSO, N. M. S.; LIBRELOTTO, G. R. **O método Montessori e a proposta de criação da oficina tecnológica de aprendizagem infantil.** Artigo apresentado ao Curso de Mídias na Educação na Universidade Federal de Santa Maria, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Mídias na Educação, 2011.

HABOWSKI, A. C.; CONTE, E.; MARCHESE, E. **O método Montessori na educação e as novas formas de sociabilidade.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional Pessoa Adulta, Saúde e Educação. 2018. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/acessolivre/anais/sipase/assets/edicoes/2018/arquivos/2.pdf>. Acesso em: 05 de Outubro de 2019.

L'ECUYER, C. **Educar na curiosidade: a criança como protagonista da sua educação.** 2. ed. São Paulo: Edições Fons Sapientiae, 2015.

## COMO AS TECNOLOGIAS DIGITAIS FACILITAM A APRENDIZAGEM?

SILVA, Carolaine Estefani<sup>182</sup>, LINO, Gabrielly de Oliveira<sup>183</sup>, FERNANDES, Joice da Silva<sup>184</sup>, SOUZA, Mariana Izabel Silva<sup>185</sup>, SILVA, Nayara Carvalho<sup>186</sup>, SOUZA, Stéphane Aparecida<sup>187</sup>, SIQUEIRA, Sunamita Pereira<sup>188</sup>, MORAES, Cleuza Rosália Ferreira<sup>189</sup>

### Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar as vantagens e desafios que as tecnologias digitais trazem para dentro da sala de aula. Analisar o desafio de se trabalhar nesse contexto atual permeado pela tecnologia foi o foco desse trabalho, pois atualmente é necessário incorporar essa ferramenta que está tão próxima ao aluno e faz com que o ensino se torne mais atraente. Busca compreender como a tecnologia pode facilitar o processo de aprendizagem, sabendo-se que ela somente não vai resolver os problemas educacionais porém pode contribuir com a qualidade educacional possibilitando um aprendizado mais dinâmico, diversificado e interativo. Também apresenta a importância da formação dos professores, que caracteriza um processo importante para concretização do ensino através dos recursos digitais.

### Materiais e métodos

Este artigo foi construído com base em uma pesquisa qualitativa que buscou referências em autores que tratam sobre a temática. Foram realizadas também pesquisas em artigos da *internet*, pesquisando em sites oficiais para manter o rigor científico dos dados.

---

<sup>182</sup> [Carolaineesilva10@hotmail.com](mailto:Carolaineesilva10@hotmail.com)-Faculdade São Lourenço - UNISEPE

<sup>183</sup> [Linogabrielly52@gmail.com](mailto:Linogabrielly52@gmail.com) – Faculdade São Lourenço - UNISEPE

<sup>184</sup> [joicedasilvafernandes03@hotmail.com](mailto:joicedasilvafernandes03@hotmail.com)- Faculdade São Lourenço - UNISEPE

<sup>185</sup> [Mariana-isa52@hotmail.com](mailto:Mariana-isa52@hotmail.com)- Faculdade São Lourenço – UNISEPE

<sup>186</sup> [nayaracarvalho09@gmail.com](mailto:nayaracarvalho09@gmail.com)- Faculdade São Lourenço- UNISEPE

<sup>187</sup> [stephanesouza07@gmail.com](mailto:stephanesouza07@gmail.com)- Faculdade São Lourenço – UNISEPE

<sup>188</sup> [sunamitaps23@gmail.com](mailto:sunamitaps23@gmail.com)- Faculdade São Lourenço – UNISEPE

<sup>189</sup> Orientadora. Professora da Faculdade São Lourenço - UNISEPE

## Resultados e discussão

A tecnologia é hoje utilizada por quase todos os cidadãos e por isso a escola não deve ficar a parte dessa realidade. Considerando que a tecnologia traz um caráter mais dinâmico e interativo para o aprendizado é preciso atentar-se tanto para o que ela pode trazer de benefícios, como também os desafios que são desencadeados ao utilizá-la em sala de aula.

As vantagens da utilização da tecnologia em sala de aula são:

O uso da tecnologia como aliado ao processo de ensino vem sendo aderido por muitas escolas, orientadas para o futuro. Fazer o uso dessas tecnologias já não é mais vista como uma alternativa, mas sim como uma urgência levando em conta a realidade em que os alunos vivem. Esses alunos, que já nascem em contato com o mundo digital de vídeos no youtube, jogos, filmes entre outros aplicativos, necessitam cada dia mais de estimulação vinda dos professores, ao contrário, dificilmente serão atraídas por um ensino somente feito através de livros, utilizando o quadro negro e com carteiras enfileiradas.

Um ensino em que o estudante participa do processo de aprendizagem, de forma mais ativa, tende a gerar resultados mais positivos principalmente se esse processo incluir o uso desses recursos, algo da realidade deles. Dessa maneira, o professor possibilita que o aluno se interesse de forma diferente pelo conteúdo, conhecendo novas coisas aguçando a curiosidade dessas crianças, para que se motivem a buscar conhecer mais sobre o assunto. Ou seja, o uso da tecnologia expande a experiência da aprendizagem, tornando mais dinâmico e interativo para os alunos.

Aprender se torna interessante, pois equipada de acordo com as necessidades do mundo atual, a escola desafia, estimula e fala a mesma língua dos estudantes.

Tecnologia educacional expandem a experiência de aprendizado, tornando o ensino mais dinâmico e interativo para os alunos.

O uso da tecnologia expande horizontes e o aprendizado pode acontecer em qualquer hora, em qualquer lugar. O mundo cabe dentro da sala de aula.

As tecnologias educacionais torna-se aliados importantes na preparação dos alunos para o mercado de trabalho e também para a modernização do ensino.

A seguir são apresentados os desafios:

Mesmo na era moderna não são todas as instituições que tem recursos para ter uma boa rede de internet nas escolas, não só para serem usadas pelos alunos mais por toda a comunidade escolar como os docentes no processo de ensino e aprendizagem dos alunos e os gestores na parte administrativa. E devemos ressaltar que a formação em adquirir conhecimento é contínua ao professor sendo que o docente deve estar sempre em busca de inovação

Devemos levar em conta que o uso da internet na escola tem suas vantagens e desvantagens como vemos atualmente em sala de aula a dispersão dos alunos em não conseguir focar por muito tempo nas aulas por causa dessa rapidez de informação que está sempre em movimento, influenciando na vida das crianças se caso ela não tiver um certo limite de uso dessas tecnologias.

Formação dos professores: O professor deve receber uma formação em sua licenciatura que o desperte para o uso da tecnologia com ferramenta metodológica, a disciplina é chamada de tecnologia da educação.

### **Conclusão / Considerações finais**

Essa pesquisa permitiu o entendimento acerca das vantagens e as desvantagens do uso da tecnologia na escola e como usar essas tecnologias a favor do aluno.

É preciso ficar atento ensinando a eles os limites e o cuidado do uso da internet não só dentro da escola para adquirir conhecimento e facilitar o processo de ensino e aprendizagem dos envolvidos, mas como utilizar esse mecanismo fora de sala de aula sendo que o aluno passa a maioria do seu tempo fora do âmbito escolar fazendo que ele adquira responsabilidade e



autonomia do uso do seu tempo nas redes, sabendo que é importante o uso do virtual para facilitar sua vida mas não deixando de aproveitar sua vida real.

Sabendo administrar ninguém sairá prejudicado, todos terão uma vida muito mais saudável.

## Referências

ALMEIDA, Fernando José. Educação e informática: os computadores na escola/ Fernando José de Almeida – 3.ed.rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2005

OLIVEIRA, Ramon. Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula/ Ramon de Oliveira. – 9 ed. – Belo Horizonte – Papyrus, 1997

OLIVEIRA, J. Batista Araújo. Tecnologia educacional: teorias da instrução/ J. Batista Araújo e oliveira.- São Paulo – Vozes, 1973

## COMO A MÚSICA AFETA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Dias, Iara da Silva<sup>1</sup>; Marciano, Maria Júlia dos Santos<sup>2</sup>; Andrade, Mateus Corrêa<sup>3</sup>  
Lopes, Ohana Almeida<sup>4</sup>

### Introdução:

A música é uma das mais antigas formas de arte, vem do grego Musiké, quer dizer a arte das musas, isso porque era atribuído a elas a inspiração do artista e sua paixão lúdica.

Nada mais é do que a arte do som, a arte de manifestar os diversos afetos através do som.

Assim, o presente trabalho tem a pretensão de demonstrar como a música aflora a sensibilidade, desperta a criatividade, aumenta a concentração, desenvolve o ritmo, percepção auditiva e expressão corporal, imaginação, memória e autodisciplina, tornando a educação infantil além de tudo, um espaço prazeroso.

Através de seus aspectos relevantes como a melodia, harmonia e ritmo, habilidades essenciais ao desenvolvimento da criança na primeira infância, são contempladas propiciando o desenvolvimento saudável da criança.

### Metodologia:

Através desse trabalho buscamos mostrar utilizando pesquisas bibliográficas, o real poder que a música possui, pelo fato de ser um instrumento alfabetizador.

Sabendo que a música é um elemento existente há muito tempo na história da humanidade e da educação em forma de arte, deve-se resgata-la e incluí-la no currículo das instituições de ensino atuais, para que possa ser explorado os benefícios que este ensino é capaz de desenvolver nos alunos.

Segundo Brécia (2003), "o aprendizado de música além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo."

### Resultados:

Comprova-se então que ao inserir a música desde cedo no âmbito educacional, além de desenvolver as diversas habilidades ainda proporciona momentos de interação e lazer entre os envolvidos.

Portando, cabe priorizar conteúdos musicais, culturais e históricos que despertem o sentido e a significação de cada sujeito desse processo educacional. Sendo que o contato da criança com a linguagem musical, promove inferências expressivas positivas, auxiliando o desenvolvimento cognitivo, emocional e social.

### **Considerações finais:**

Neste artigo buscamos realçar a importância da música na escola para o desenvolvimento humano e suas múltiplas dimensões. Dialogamos com Vygotsky e sua obra considerando a valorização da música enquanto linguagem ocupando lugar de realce e não apenas como entretenimento, somando e ampliando as áreas do desenvolvimento infantil.

Conclui-se com esse trabalho que a música deve ser inserida na escola desde as séries iniciais seja ela, na forma de canção, na dança ou até mesmo no manuseio e/ou confecção de instrumentos musicais.

Deseja-se destacar assim, que a música não é somente uma associação de sons e palavras, mas sim um elemento pedagogicamente transformador e que encanta a todos de diversas formas.

### **Referências:**

BRÉSCIA, Vera Lúcia Passagno. **Educação Musical**: bases psicológicas e ação preventiva. São Paulo: Átomo, 2003.

YVOTSKY, L.S.; LURIA, A.R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, **desenvolvimento e aprendizagem**. 5.ed. São Paulo: Ícone, 1994.

## A PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA: o sucesso da educação DE OLIVEIRA, Poliana Pereira<sup>190</sup>; ROCHA, Beatriz Rezende

### Introdução

Diante da grande tarefa de educar as crianças e adolescentes, quando duas instituições, sendo: a Escola e a Família, não trabalham unidas, essa tarefa torna-se dificultosa e árdua, não havendo unidade entre elas, provavelmente uma dessas instituições trabalhará mais, acabará cumprindo o papel da outra instituição. O objetivo desse artigo não é ressaltar somente a participação da família ou papel da escola, mas sim enfatizar a parceria entre ambos, ou seja, um trabalho em conjunto para que haja uma educação de sucesso e qualidade, uma vez que, se algum momento alguns desses agentes não cumprirem com seu papel, haverá uma grande ruptura no resultado da educação, prejudicando assim o aluno, a criança

### Materiais e métodos

Neste artigo foi utilizado levantamento bibliográfico acerca do tema em questão, sendo utilizada a natureza da pesquisa básica, do tipo qualitativa, trazendo contribuições de autores que abordam a temática entre família e a escola.

### Resultados e discussão

Vivendo no século atual, percebe-se que a formação de família, o que antes era constituído por um pai, uma mãe e seus filhos hoje a sociedade impõe uma nova estrutura, acreditando que não é somente composta da maneira citada anteriormente, mas acredita que haja outras formas de compor um grupo familiar como: monoparentais (mãe ou pai e os filhos); recasada (tendo a presença do padrasto ou madrasta); ampliada (participação dos avós, tios etc.); e por fim homoafetiva (composta por pessoas que relacionam com alguém do mesmo sexo). Porém independentemente das pessoas responsáveis pelas crianças, enquanto os pequenos estiverem

---

<sup>190</sup> [ppoliveira400@gmail.com](mailto:ppoliveira400@gmail.com); Faculdade São Lourenço.

inseridos no contexto escolar, é necessário a participação ativa dos responsáveis dentro da escola para um bom desenvolvimento do aluno, haja visto que a primeira influência na vida de um ser humano, é a família.

Segundo Andrea Ramal (2014) as duas instituições precisam agir em unidade, em conjunto, buscando um mesmo objetivo, para poder obter uma educação de qualidade e assim beneficiando as crianças para que possam se desenvolver em todas as áreas, seja física, motora, psíquica entre outras, ou seja, formar uma pessoa completa. Jorge Bergoglio, líder da Igreja Católica Apostólica Romana, o Papa Francisco conta que quando era criança se comportou mal na escola:

“Eu tinha dez anos e disse algo feio para a professora. A professora ligou para a minha mãe. No dia seguinte, minha mãe veio até a escola e a professora foi recebe-la; elas conversaram e então minha mãe me chamou e na frente da professora ela me repreendeu e disse: ‘Peça perdão à professora’. Eu o fiz... “Agora, dê um beijo na sua professora” minha mãe me pediu. E eu o fiz. Então voltei para a aula todo feliz. Então, acha que a história acabou? Não. Não acabou. O segundo capítulo foi quando voltei para casa. Isso é chamado de colaboração, na educação de uma criança se trata de que a família e professores colaborem” (BERGOGLIO, Jorge. 2018)

A criança necessita de apoio de ambas partes: tanto da família como da escola, é necessário que as duas instituições caminhem juntas, de forma que sejam parceiros, companheiros e que não haja rivalidade, que sejam colaboradores da educação, para que assim haja uma educação de sucesso e qualidade. É indispensável que além de parceiros, cada qual cumpra com seu papel, pois é comum observar que pais querem invadir o espaço do professor, e professores querem invadir o espaço dos pais, causando assim uma grande rivalidade, ou seja mais uma vez prejudicando a criança, o aluno.

## 1. A importância da participação ativa da família no âmbito escolar:

Se tratando da primeira instituição e a maior influência na vida de um ser humano, a família, precisa trabalhar em conjunto com toda escola, buscando estar presente não somente em reuniões de pais e mestres, mas interessar-se pelo rendimento, comportamento, o psicológico e a socialização da criança. A escola poderá ser a melhor instituição, poderá ter os melhores recursos didáticos, os melhores professores, mas não conseguirá suprir a falta da família, por isso é necessária sua presença. Conforme a escritora Zilma Moraes Ramos de Oliveira (2014) os pais geralmente entregam muitos presentes aos filhos, porém não são presentes, fazer algo com as crianças remete a eles um grande fardo, ou seja, uma ideia de sacrifício, porém é essencial a participação ativa dos que são responsáveis por essas crianças.

Muitos professores se sentem abandonados durante o ano letivo, pois convoca os pais ou responsáveis para estarem mais presentes e eles simplesmente não comparecem e sempre colocam obstáculos. Algumas famílias colocam toda a responsabilidade para escola, Augusto Cury vai dizer que:

“...Uma revelação chocante. Na Espanha, 80% dos professores estão estressados. Na Inglaterra, o governo está tendo dificuldade de formar professores, principalmente de ensino fundamental e médio porque poucos querem esta profissão. Nos demais países, a situação é igualmente crítica...” (CURY, Augusto. 2003. Pais brilhantes, professores fascinantes. pág. 46)

Isso são causas de abandono familiar dentro do espaço escolar, as famílias se esqueceram não somente dos seus filhos, mas também dos mestres que o acompanham, quantas famílias que mesmo começando e encerrando ano letivo não conhecem o professor que acompanha seu filho, não tem o interesse de procurar para averiguar como está o comportamento da criança, como estão as notas, o aprendizado. Isso gera no professor a solidão, o estresse durante a prática pedagógica, pois já não tem mais os pais presente para ajudar, caso o aluno obtenha uma nota baixa ou tenha um mal comportamento, o professor se vê sem saída, abandonado. A parceria da

família dentro da escola não deve haver somente na Educação Infantil, mas em todas as séries que a criança e adolescentes passar, os responsáveis geralmente depois que adolescentes adentra no ensino fundamental são abandonados nas escolas, não são mais acompanhados. É muito comum ouvir de professores o quão difícil é trabalhar em Ensino Fundamental ou Médio.

Conforme escrito pelo escritor e psiquiatra em seu livro Pais brilhantes, professores fascinantes, em demais países é grande o número de professores que se encontram estressados. E em nosso país? Você já se perguntou como estão os professores da nossa nação? Mais abaixo o Psiquiatra diz que:

“De acordo com pesquisas do Instituto Academia de Inteligência, no Brasil, 92% dos professores estão com três ou mais sintomas de estresse e 41% com dez ou mais. É um número altíssimo, indicando que quase a metade dos professores não deveria estar em sala de aula, mas internados numa clínica anti estresse. Compare com este outro número: na população de São Paulo, dramaticamente estressada 22,9% estão com dez ou mais sintomas” (CURY, Augusto. 2003. Pais brilhantes, professores fascinantes. pág. 46)

É absurdo o número de professores que se encontram doentes em nosso país, provavelmente haverá um professor dessa maneira no seu estado, na sua cidade, no seu bairro, e principalmente na escola do seu bairro. É necessário estarmos atentos, pois destruíram a qualidade de vida do professor. Por isso se faz necessário a parceria da família. Vale lembrar que ocorrendo essa parceria não deixará de existir dificuldades, mas é necessário enfatizar que havendo essa parceria com mais facilidade vencerá o obstáculo, o trabalho não se tornará dificultoso e não será árduo.

## 2. A cooperação da escola durante o processo educativo:

A escola por sua vez, primeiramente, precisa ser um espaço acolhedor, não somente para os alunos, mas também para sua família. Quantas crianças e famílias passaram por escolas e foram desprezadas, talvez porque já sabiam de todo contexto histórico da família, ou seja, já sabiam da “fama”. Foram muitas conversas entre as instituições, e entre essa troca de diálogo quantos alunos e famílias foram taxadas.

É necessário que as escolas deixem de rotular as famílias, e acolha cada um que chegar. A boa acolhida gera conforto, contentamento, alívio, segurança, além de passar uma boa credibilidade. Porém não se deve ficar empenhado somente na acolhida.

A família que vai para as reuniões está cansada de ouvir que o seu filho está com mau comportamento, ela necessita de solução, muitas dessas famílias possui renda baixa, pouco conhecimento, mães e pais que a maioria das vezes não terminaram nem mesmo de completar o Ensino Fundamental essas famílias espera uma ajuda da escola que por sua vez possuem grandes profissionais: professores; psicólogos; psicopedagogos; diretores; supervisores com especialização, mestrado, doutorado. A escola precisa estender as mãos, pois para muitas famílias, a escola é o único lugar de refúgio, onde esperam encontrar uma solução para o “filho-problema”.

“Um pedido aos professores fascinantes: por favor, tenham paciência com seus alunos. Eles não têm culpa dessa agressividade, alienação e agitação em sala de aula. Eles são vítimas. Detrás dos piores alunos há um mundo a ser descoberto e explorado” (CURY, Augusto. 2003. Pais brilhantes, professores fascinantes. pág. 47)

Ao convocar os pais ou responsáveis para reuniões é primordial o diálogo, evitar brigas, aumentar o tom de voz, é necessário ainda que haja respeito, consideração, ainda que os familiares tomem atitudes contrárias a está, é necessário que toda equipe escolar – diretor, supervisor, professor – aja pacificamente.



É de grande conhecimento que durante o ano se propõe diversas reuniões e muitos responsáveis não comparecem, para isso é necessário “ter cartas na manga”, ou seja, agir de modo que possa atrair eles para reuniões, para que possam socializar e obter confiança nos professores. Que seja um dia de conversa, dinâmicas e não de cobranças, é necessário primeiramente conquistar os responsáveis, para que assim eles possam confiar ainda mais na instituição.

É inevitável, esquecer que estar em unidade com a família, é também envolver o aluno nas práticas pedagógicas, em hipótese alguma pode esquecer-se da experiência vivida pelo aluno em seu ambiente familiar – usando métodos dessa maneira facilitará o aprendizado, tornará o aluno pensador, crítico, e terá uma educação de qualidade.

Segundo Cury (2003), a sala de aula não é um exército de pessoas caladas, e o aluno não é um espectador passivo, todos são atores da educação e a educação deve ser participativa. Assim a relação entre família e escola só irá contribuir para o processo de ensino e aprendizagem do aluno, fazendo com que a educação de qualidade se efetive.

### **Conclusão / Considerações finais**

Contudo, conclui-se que a maior obstáculo, não é ter em sala de aula um aluno com necessidade especial, ou que tenha problemas no seu comportamento, ou até mesmo dificuldade na aprendizagem. A maior dificuldade é fazer com que muitas famílias e escolas, deixem de ser rivais, e sejam amigas, parceiras e busquem o mesmo objetivo.

Acreditando que quando essas duas instituições dão as mãos e trilham o mesmo caminho, e age em conjunto, qualquer dificuldade poderá ser superada. Pois já diz um ditado popular “A união faz a força”. É necessário que haja essa unidade dentro do processo educativo

A família e a escola devem deixar de lado todo egoísmo, e estar em união para que possam batalhar a favor da educação de qualidade, de sucesso. Vale ressaltar que quando essas duas instituições caminham sozinhas, todos sofrem consequências. Gera insatisfação nas famílias, pois elas desejam que suas crianças aprendam e passem para a próxima série; os alunos se sentem abandonados, pois os pais colocam a obrigação como sendo dos professores e os professores coloca a obrigação sendo como dos pais; e os professores seguem estressados.

E por fim um grande apelo tanto para as famílias - estejam mais próximos e atentos aos seus filhos e os mestres que os acompanham, é necessário que compreendam que sozinhos, os professores não conseguiram educar suas crianças, é essencial que sejam parceiros – quanto aos professores – sejam solidário e ouvintes dos seus alunos, compreendam aquilo que cada um traz em sua bagagem, estejam abertos a diálogo com os familiares, envolvam a família durante a prática educativa.

## Referências

CARVALHO, Andressa. A família na atualidade Disponível em: <https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/psicologia/a-familia-na-atualidade.htm> Acesso em 10 de ago. de 2019

CURY, Augusto. Pais brilhantes Professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2008

DE OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos. Educação Infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2014

DESSEN, Maria Auxiliadora. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. Disponível em [www.scielo.br/paideia](http://www.scielo.br/paideia) / Acesso em 23 de ago. de 2019

DOS SANTOS, Luana Rocha dos Santos. A importância da relação escola-família. Bebedouro, 2014

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Para entender a relação escola-família. São Paulo, 2000

DE OLIVEIRA, Cyntia Bisinoto Evangelista. A relação família-escola intersecções e desafios. Campinas, 2010

RAMAL, Andrea. Educação no Brasil – um panorama do ensino na atualidade. São Paulo: Atlas, 2014

## GÊNEROS TEXTUAIS NA ALFABETIZAÇÃO

SILVÉRIO, Rafaela Aparecida Coli<sup>191</sup>; SILVA, Luiz Henrique da<sup>192</sup>;  
Pires, Rejane da Silva Marques<sup>193</sup>

### Introdução

Segundo Bazerman (2006), entende-se por gêneros textuais o sistema que compreende os diversos conjuntos de gêneros utilizados por pessoas que trabalham juntas de uma forma organizada, e também as relações padronizadas que estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos. Os gêneros partem das ações da sociedade, assim como do sistema de atividades da sala de aula, uma vez que parlendas, poemas, imagens e cantigas influenciam diretamente no ensino da alfabetização e letramento de maneira que faça sentido para o aluno.

### Materiais e métodos

Logo de início, há que se destacar a reflexão proporcionada por inquietantes pesquisas acerca da relevância do estudo dos gêneros textuais para o desenvolvimento da alfabetização e do letramento de alunos do 1º ano do ensino fundamental. É importante ressaltar que o ensino dos gêneros textuais contribui para o efetivo funcionamento da língua, conforme afirma Marcuschi (2002).

[...] o estudo dos gêneros é uma área produtiva para o funcionamento da língua e para as atividades culturais e sociais. Em geral, os gêneros se desenvolvem de maneira dinâmica e novos surgem com o desmembramento de outros, como, a televisão, o rádio e a internet (MARCUSCHI, 2002, p. 19).

Fez-se uma análise depurada dos livros didáticos de Língua Portuguesa, referentes ao 1º ano do ensino fundamental das escolas de São Lourenço e de Dom Viçoso, para a construção do corpo de dados. Essa análise teve, como abordagem teórica, os autores mencionados acima. Os

<sup>191</sup> Graduanda em Pedagogia no 4º Período da Faculdade São Lourenço. E-mail: rafaelaaparecidacoli@hotmail.com

<sup>192</sup> Graduando em Pedagogia no 4º Período da Faculdade São Lourenço. E-mail: luizenrique05@hotmail.com

<sup>193</sup> Mestra em Letras e Professora Orientadora da Faculdade São Lourenço. E-mail: rejane\_sm@yahoo.com.br

dados arrolados são de extrema importância para a pesquisa, uma vez que dão uma ideia de como vem sendo a utilização dos gêneros textuais no processo de alfabetização e letramento. Observa-se também que as escolas estão se utilizando dos novos gêneros textuais digitais, visto que, no período da tecnologia em que estamos inseridos, isso é de extrema relevância.

## Resultados e discussão

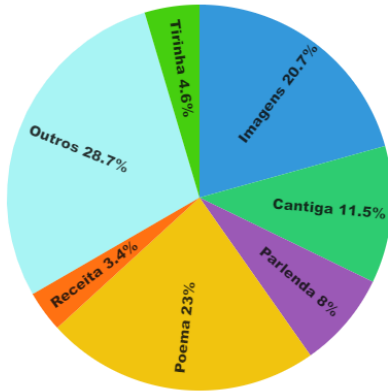
Os gráficos mostram diferentes realidades sobre os gêneros textuais na alfabetização. Levando em conta cada porcentagem, é possível perceber como cada rede de ensino tem características próprias em seu processo de ensino-aprendizagem. Ao observarmos o gráfico que se refere a livros didáticos de escolas municipais, encontramos na Parêntese a maior porcentagem com 27%, acompanhada de Lista e Cantigas, empatadas com 12.2%. Já na rede privada, outros gêneros são citados. Os mais utilizados são Poemas com 23%, Cantigas e Imagens. Já os Gêneros textuais como Fichas, Documentos, Charadas, entre outros que apareceram menos de duas vezes, somados são 28.7% de todos os gêneros encontrados nas apostilas. Outra característica dessas apostilas é o trabalho relacionado a textos não-verbais que chegam a 20.7% de todo o material. Magda Soares apresenta uma visão sobre a importância de se trabalhar diversos gêneros e textos com as crianças:

[...] Outros gêneros de textos devem também ser objeto de leitura do adulto para as crianças: textos informativos, em busca de conhecimentos que as crianças revelem não ter e desejar, textos injuntivos que orientem a prática de jogos e os comportamentos, textos publicitários, textos jornalísticos histórias em quadrinhos etc. (2018, p.143).

Nota-se ainda a diferença da abordagem da rede pública para a particular, uma vez que o material didático da rede pública valoriza e dá ênfase à cultura brasileira. Nas apostilas da rede particular, não se percebeu o mesmo.

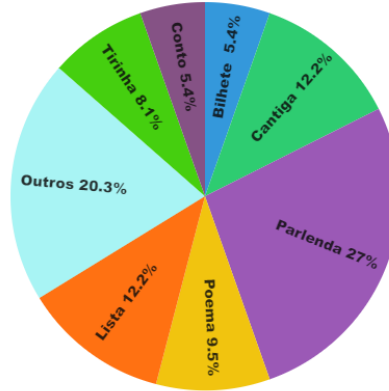
Gráfico 1:

**Colégios Privados**  
Gêneros Utilizados no Material Didático



Outros se refere a Gêneros citados menos de 2 vezes no material

**Escolas Públicas**  
Gêneros Utilizados no Material Didático



Outros se refere a Gêneros citados menos de 2 vezes no material

## Conclusão

A pesquisa demonstra claramente fatores que diferenciam o processo de ensino aprendizagem da escola pública para a privada. Enquanto a escola pública tem sua prática na influência de Parênteses e Cantigas, com traços folclóricos e culturais, retomados em outras atividades, assumindo o papel de início de uma sequência didática para cada gênero; nas apostilas da rede privada, vimos muitos textos que tinham atividades e propostas muito relevantes ao ensino, mas não se retomam os mesmos textos para ensinar novos conteúdos. Dessa maneira, destaca-se a importância dos gêneros textuais a serem trabalhados, uma vez que o professor terá mais conteúdo para trabalhar atividades e brincadeiras lúdicas que partirão do texto e que farão sentido para o aluno.

## Referências

- BAZERMAN, C. *Gêneros textuais, tipificação e interação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- DIONISIO, Angela; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, M. Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FARACO, Carlos Alberto. *Escrita e Alfabetização*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: *Hipertexto e gêneros digitais*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 13-67.
- SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento: caderno do professor*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG, 2005.

## MÚSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Raphaela de Souza Nogueira da Silva<sup>1</sup>, Gabrielle Christinne Guedes<sup>2</sup>, Caroline Mary de Alcântara<sup>3</sup>, Bruna Pereira Bernardes – Denise Maria Reis Fonseca<sup>1</sup>

### Introdução

O presente trabalho trata, do ensino da música na educação infantil. O problema que motivou a pesquisa consiste no fato de que vários professores na educação infantil, não utilizaram a confecção de instrumentos musicais com materiais recicláveis com seus alunos.

### Materiais e métodos

Investigamos que através, de leituras sobre a música como estímulo na educação infantil, que é de grande contribuição para prática pedagógica a utilização da música e confecção de instrumentos musicais com recicláveis para o desenvolvimento cognitivo motor e corporal das crianças.

Desta maneira, quando a música está presente em sala de aula, motiva as crianças para momentos de magia e criatividade. A música é recurso pedagógico alfabetizador para mudança de ação e leitura de mundo.

Portanto, ao confeccionarmos instrumentos musicais a partir de sucatas enriqueceremos as práticas pedagógicas de educação musical na educação infantil.

### Resultados e discussão

Os resultados mostraram que a aprendizagem que envolve a música, enriquece a ação educativa, sobretudo com o uso dos instrumentos musicais, feitos com materiais recicláveis, despertando nas crianças também a conscientização ecológica.

Percebemos, a importância de utilizar a música como um recurso que aperfeiçoar as habilidades em seu todo

O trabalho visa apresentar que o professor é um ser ativo perante suas crianças, que questões como criatividade, liberdade de escolhas, visão crítica do mundo tornaram as crianças com o desenvolvimento humana potencializado.

### **Conclusão / Considerações finais**

Com isso buscamos analisar questões referente a música dentro da sala de aula, para mostrar o grande diferencial de cada uma das crianças.

Portanto, é importante que o educador, utilize a música como ferramenta para aprendizagem das crianças na educação infantil, pois a música é um instrumento rico que trabalha as habilidades que são necessárias para conhecimento da mesma.

Conclui-se que é necessário que a música esteja presente, na educação infantil através da confecção de instrumentos musicais com a devida importância a consciência ecológica.

A música desenvolve coordenação motora, percepção, atenção e sentimentos na forma física, social e psicológica, e sobretudo crianças preparadas para enfrentar as transformações do século XXI.

[raphaelasouza91@gmail.com](mailto:raphaelasouza91@gmail.com)

Faculdade São Lourenço

### **Referências**

COBELLO, Larissa da Silva. **A Influência da Música no Desenvolvimento da Criança na Educação Infantil**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de São Roque (SP), 2012.

ANDRADE, Mário de, 1893-1945. **Pequena história da Música**, 7ed. Martins, Brasília: INL, 1976.

ÁVILA, Iveta Maria Borges, **Revista Nova Escola**, ano XXV, nº 236, outubro, 2010.

BEYER, Esther. **Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical/** organização de Esther Beyer e Patrícia Kebach: Ana Cláudia Specht..., et. al.- Porto Alegre: Mediação, 2009. 160p. (Coleção Educação e Arte,11).

CENTURIÓN, Marília, [et. al], **Jogos, Projetos e Oficinas para a Educação Infantil**, SP, FTD, 2004.

FRADE, Cásia. **Educação através da arte/** Orlando Miranda (org.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Teatral, 2011. 220p.: 21cm. (Depoimentos; 1).

FREIRE, João Batista. **Educação como prática corporal/** João Batista Freire, Alcides José Scageia. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

GAINZA, Violeta Hemsy de. **Revista Nova Escola**, ano XXVI, nº 241, abril, 2011.

LIBERATI, Wilson Donizete. **Direito da Criança e do adolescente.** Wilson Donizete Liberati, 5ª ed.—São Paulo: Rideel, 2011. (Coleção de Direito Rireel).

LIMA, Euvira Souza, **Revista Presença Pedagógica**, Set/Out, 2012, v 18, nº 107. Ed. Dimensão.

LOUREIRO, Alicia Maria Almeida. **O ensino de música na escola fundamental/** Alicia Maria Almeida Loureiro. Campinas, São Paulo: Papirous, 2003. (Coleção Papirus Educação).

MAMEDE, Márcia Mendes, et.al. **Professor de pré-escola/** Fundação Roberto Marinho. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

MARTINS, Ana Rita. **Revista Nova Escola**, ano XXIV, nº 222, maio, 2009.

MARTINS, Sérgio, **Revista VEJA**, 20 de Maio, 2009.

MARTINS, Mirian Celeste. **Teoria e prática do ensino de arte: a língua do mundo.** Volume único: livro do professor/ Mirian Celeste Martins, Gisa Picosque, M. Terezinha Telles Guerra. 1ªed. São Paulo: FTD, 2009.

MOÇO, Anderson, **Revista Nova Escola**, ano XXV, nº 231, abril, 2010.

NADAL, Paula, **Revista Nova Escola**, ano XXVI, nº 245, setembro, 2011.



PARRA, Evelio Cabrejo, **Revista Nova Escola**, ano VXXIII, nº 259, Jan/Fev. 2013.

SANTOS, Joaquim- Telecurso: **Música: ensino médio/** [Joaquim Santos].1ªed. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2008. 87p.; 28cm.

SAVIANI, Demerval. **A educação musical no contexto da relação entre currículo e sociedade.** In: Anais do IX Encontro Anual da Abem. Belém: Abem, pp. 33-42.

SCACHETTI, Ana Ligia e TEIXEIRA Larissa, **Revista Nova Escola**, ano XXVIII, nº 264, agosto de 2013.

SCHAFER, R. Murray. **Educação sonora: 100 exercícios de escuta e criação de sons/** R. Murray Schafer: tradução de Marisa Trench de Oliveira Tonterrada.- São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

STAHLSCHMIDT, Ana Paula. **Revista Nova Escola**, ano XXIV, nº 225, setembro, 2009.

## EDUCAR É MOSTRAR A VIDA A QUEM AINDA NÃO VIU : UMA ABORDAGEM DE RUBEM ALVES

Marília Gabriela<sup>1</sup>, Mendes Roberta<sup>2</sup>, Silva Marcelina<sup>3</sup>, Aparecida Maria

**Palavras-chaves:** técnicas fantásticas , aprender de forma livre , educação sedutora , Rubem Alves , educador.

### Introdução

Jamais faltou em solo brasileiro educadores buscando reinventar-se para melhor ensinar, dentre tantos nomes podemos destacar Rubem Alves. Grande educador brasileiro deixou-nos uma ampla literatura na educação.

O objetivo do nosso trabalho é mostrar uma educação diferenciada que surpreenda o aluno como era o sonho deste educador. Rubem Alves fez crítica a educação que oprime, subjulga e acontece apenas para acumular conhecimento em si e não o significado desde para os alunos.

O objetivo central desta pesquisa foi identificar aspectos, da obra de Rubem Alves que podem ser utilizados em um processo de ressignificação da educação.

Portanto, o que justifica esse trabalho é o fato de se tratar de um tema pertinente por estarmos vivendo uma crise profunda da escola e conseqüentemente da educação. Com seus métodos e próprio conteúdo transmitidos nas práticas educativas.

Rubem Alves nos fez refletir sobre possíveis modos de ensinar que sejam inovadores para professores em sala de aula, contrário a forma tradicional de educar, ainda tão presente em nossas escolas.

### Metodologia

Foi com base na pesquisa bibliográfica que elaboramos esse estudo com a finalidade de investigar os pensamentos de Rubem Alves sobre a educação e o papel do educador no processo ensino aprendizagem.

Buscando informação sobre ele, refletimos e analisamos suas ideias mais relevantes, como também as suas contribuições para o ato de educador.

## Resultados

Rubem Alves nasceu em 15/09/1933, em Boa Esperança Minas Gerais. Encontrou na literatura e na poesia alegria que manteve vivo nas horas difíceis que passou.

Com base na nossa pesquisa chegamos a conclusão que o sonho de Rubem Alves era ter uma escola que cultivasse pelo menos 3 coisas:

Primeiro, a sabedoria de viver juntos : o olhar manso, a paciência de ouvir o prazer

## **AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR: adaptação curricular**

Juliani Martins, Stephane Peradeles, Vitoria Gaspar, Pereira, Maria Alice

**Palavras-chave:** Autismo, adaptar, crianças, educadores, inclusão.

### **Introdução**

Hoje a questão do autismo, é um desafio para todos que convivem com uma criança portadora desta síndrome. De fato, é tudo muito novo para, pais, professores, sociedade em geral. Porém, é necessário que haja um estudo profundo e amplo, para incluir os Autistas em todas as áreas, principalmente a escolar.

Neste ambiente a criança autista apresenta grandes dificuldades, em vários aspectos, tais como, convivência, comunicação, desenvolvimento. E para diminuir essas dificuldades é necessário fazer uma adaptação curricular para atender estas crianças, e conseqüentemente para conseguir desenvolver seus potenciais.

O objetivo do presente trabalho é conscientizar os educadores e futuros educadores, sobre a importância de adaptações curriculares, pois elas constituem, possibilidades educacionais frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõe que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Um currículo adaptado para crianças com autismo relaciona princípios, operacionalização, teoria e prática. As adaptações feitas pelos educadores contribuirão para que os autistas conseguissem ter um desenvolvimento escolar, como todas as outras crianças.

### **Metodologia**

Foi feito um estudo através de pesquisa bibliográfica com autores que abordam este tema.

### **Resultados e Discussão**

Não são todos os alunos autistas que necessitam de modificações e adaptações curriculares, o professor precisa conhecer seu aluno e entender seu comportamento, pois é a partir das

observações que ele terá uma noção e compreender de quando e como as necessidades de aprendizagem devem ser trabalhadas.

Há alunos com autismo que conseguem obter bom desempenho em um ambiente de ensino tradicional com poucas adaptações ou nenhuma. Já outros de acordo com suas necessidades específicas e gatilhos de aprendizagem mais difíceis podem exigir uma modificação quase por completo do currículo adotado. É importante destacar que a necessidade de modificações a adaptações depende de fatores como: a idade, nível de aprendizagem e assunto abordado em classe.

O professor deve observar o aluno e perceber se ele necessita de modificações e adaptações curriculares, e também deve conhecer o nível de funcionamento do seu aluno para não realizar adaptações baseadas apenas no rótulo de autismo, ou seja, para justificar a não aprendizagem do aluno autista. Ao invés disso, buscar o apoio e pesquisar junto dos profissionais que acompanham a criança e juntamente com os pais proporcionem o apoio necessário para que ela possa progredir junto com seus colegas, alcançando seu pleno potencial.

Identificar as necessidades do seu aluno e depois de observar quais áreas ele necessita de apoio busque se concentrar nelas. Adaptações curriculares podem incluir: modificação na instrução das atividades, alteração no formato da aula, planejamento com objetivos individualizados, utilização de materiais específicos, exploração de ambientes e uso de estratégias de ensino diferenciadas.

### **Considerações finais**

O presente trabalho espera contribuir para o aprimoramento profissional dos educadores, propiciando um repensar da ação pedagógica frente ao autismo. As adaptações curriculares constituem, pois, possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Para o aluno autista a adaptação curricular é de extrema necessidade, pois quando ele tem as suas dificuldades, e não consegue acompanhar a turma, se não houver uma intervenção, isto pode atrapalhar ainda mais o seu desenvolvimento e aprendizagem. As Adaptações Curriculares são, portanto, os ajustes e modificações curriculares, para responder às necessidades de cada aluno, e assim favorecer as condições que lhe são necessárias para que se efetive o máximo possível de aprendizagem.

## Referências

LUNGWITZ, A. **Revista Autismo**: Adaptações Curriculares com significações, 11 mar. 2019.

FIALHO, J. **Comporte-se**: Autismo e inclusão escolar, 20 nov. 2017.

# PSICOLOGIA

## UMA INTERVENÇÃO PARA OS PROBLEMAS PSÍQUICOS: POR QUE FAZER PSICOTERAPIA AINDA É UM TABU?

DORE, Cristyane Laryssa Amaral<sup>194</sup>; TEODORO, Dalila Diniz<sup>195</sup>; RIBEIRO, Shayenne Virginia  
Uchoas<sup>196</sup>; SOUZA, Roberto Silva de<sup>197</sup>; FERREIRA, Gabriela Correia Lubambo<sup>198</sup>

**Palavras-chaves:** Psicoterapia; Benefícios; Problemas Psíquicos

### Introdução

A prática da psicoterapia aborda temas decisivos na vida de quem necessita e procura por esse tipo de ajuda. O tratamento psicoterápico não se destina apenas a auxiliar casos agudos, mas também indivíduos que estão passando por fases transitórias, sejam elas mudanças de vida, problemas matrimoniais, conflitos com filhos, adaptação à aposentadoria, fracasso profissional entre outros (HANNIS, 2004)

Com a promessa de solucionar possíveis conflitos e de proporcionar ao indivíduo um ajustamento mais satisfatório consigo mesmo, a psicoterapia tornou-se foco de interesse público e profissional. No entanto, ainda é possível observar resistências e preconceitos relacionados ao processo psicoterápico, mesmo diante do objetivo primário de enfrentamento ao sofrimento emocional ( ).

O objetivo do presente estudo foi investigar a relação entre os benefícios da psicoterapia e a visão que sustenta o processo psicoterápico ainda como um tabu. A proposta desse estudo se relaciona como objetivo 03 - 'Educação em Saúde do Desenvolvimento Sustentável proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU), o qual visa a produção de saúde e bem-estar à toda população (ONU, 2015).

### Metodologia

Foi realizada uma revisão narrativa da literatura que, através de um caráter exploratório, visou descrever os benefícios da psicoterapia em contraposição ao fato da mesma ainda ser

<sup>194</sup> Graduando em Psicologia no 4º Período – Faculdade São Lourenço – [cryssdore@gmail.com](mailto:cryssdore@gmail.com)

<sup>195</sup> Graduando em Psicologia no 4º Período – Faculdade São Lourenço – [dalliladiniz84@gmail.com](mailto:dalliladiniz84@gmail.com)

<sup>196</sup> Graduando em Psicologia no 4º Período – Faculdade São Lourenço – [shayenneuchoasribeiro@gmail.com](mailto:shayenneuchoasribeiro@gmail.com)

<sup>197</sup> Professor Orientador – Psicólogo e Doutor em Psicologia – Faculdade São Lourenço - [robertossouza@yahoo.com.br](mailto:robertossouza@yahoo.com.br)

<sup>198</sup> Professora Co-orientadora – Psicóloga e Mestre em Psicologia - Professora na Faculdade de São Lourenço – [gabicorreia@gmail.com](mailto:gabicorreia@gmail.com)



considerada como um tabu. A coleta de dados se deu de forma não sistemática através da pesquisa de livros e artigos científicos que se relacionavam com a temática.

## Resultados

A psicoterapia pode resultar em benefícios como redução de problemas sociais, emocionais e comportamentais (Ex.: ideação suicida, depressão e pânico), alteração de condições físicas (Ex.: dor, pressão arterial), potencialização do processo de recuperação de cirurgias ou doenças e melhora na qualidade de vida (Roth & Fonagy, 2005).

O efeito de uma intervenção psicoterápica pode ocorrer pela interação de variáveis relacionadas ao paciente, ao terapeuta e à relação estabelecida entre eles (aspecto interpessoal do processo). Considerando as variáveis relacionadas ao paciente, pode-se destacar a natureza do transtorno que ele é portador, sua história de vida e clínica pregressa, a presença de rede de apoio social e afetiva e a motivação para o processo de mudança (Cordioli, 2003; Habigzang & Koller, 2006).

Dentre os aspectos associados ao quadro psicopatológico, que podem repercutir no processo e no resultado da intervenção, destacam-se: severidade e duração da doença, prejuízos de ordem cognitiva, déficits comportamentais graves, problemas interpessoais, familiares e conjugais. Além disso, as co-morbidades, como uso de substâncias psicoativas e transtornos de personalidade, também podem configurar-se como dificuldades para o sucesso do tratamento. De forma oposta, o comprometimento do paciente com a mudança, a confiança nos procedimentos e resultados da psicoterapia, podem contribuir para o sucesso terapêutico (Ito, 2001).

## Considerações finais

Por existir um forte preconceito com as psicoterapias, é interessante realizar um trabalho de conscientização da população sobre o que elas realmente são e no que podem ajudar. Ressaltando também a importância de cuidar da saúde mental levando em conta os benefícios apresentados pela psicoterapia.

## Referências

BENETTI, Sílvia P. C.; CUNHA, Tatiana R. S. **Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica.** Rio grande do Sul, 2008

HYALA, Cláudia G. M.; LÚCIA, Maria T. N. **Psicologia clínica, psicoterapia e o estudante de psicologia.** Rio grande do Sul, 2005.

ONU. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em: 02 de Outubro de 2019.

ROGERS, Carl R. **Terapia centrada no cliente.** São Paulo: Livraria Martins Fontes editora LTDA, 1992.

SCORLINI-COMIN, Fábio; SANTOS, Manoel A. **Psicoterapia como estratégia de tratamento dos transtornos alimentares: análise crítica do conhecimento produzido.** Campinas, SP; 2012

## O IMPACTO DAS RODAS DE CONVERSA NA VISÃO DOS ALUNOS SOBRE SUICÍDIO E TRANSTORNOS MENTAIS

Maciel, Danitielle<sup>199</sup>; Eusébio, Hálaf<sup>1</sup>; Ribeiro, Rhayssa<sup>1</sup>; Lopes, Rafael<sup>1</sup>; Morael, Camila<sup>1</sup>; Bernardes, Diego<sup>1</sup>; França, Daniele<sup>1</sup>; Amim, Frederico<sup>1</sup>; Albertini, Rafaela<sup>1</sup>; Jacob, Fernanda<sup>1</sup>; Geraldino, Larissa<sup>1</sup>; Souza, Vera Lúcia de Matos Rodrigues de,<sup>200</sup>

**Palavras-chaves:** tabu, informação, roda de conversa, psicologia, conhecimento.

### Introdução

O suicídio é um assunto ainda hoje considerado um tabu em nossa sociedade, por ser um assunto delicado, mas se falado de maneira eficaz pode provocar e ajudar as pessoas que passam por tal problema. O suicídio é um fenômeno complexo, multifacetado e de múltiplas determinações, que pode afetar indivíduos de diferentes origens, classes sociais, idades, orientações sexuais e identidades de gênero (Ministério da Saúde, 2017). Segundo os dicionários, podemos definir tabu como algo que é censurado ou proibido por uma crença supersticiosa.

Conversar sobre suicídio se torna algo parecido com este termo, em que pessoas acreditam que falar pode trazer a crença de que mais pessoas ao ouvir sobre suicídio possam tentar mais. Segundo Marquetti, et al, (2015) o suicídio esta envolvido com uma série de tabus relacionados à religião, espiritualidade, justiça e os códigos penais de cada país, além da cultura. Como nos relatar Avanci (2004) na Grécia antiga o suicídio era relatado de maneira coletiva, e só com o consentimento da sociedade poderia cometer o ato. (apud Tota et al, 1994) Desse modo, hoje vemos como um tabu social. Assim, propomos durante todo setembro amarelo, mês em que tem como foco a prevenção do suicídio, rodas de conversas em que os alunos da faculdade puderam ser orientados e buscaram informação do tema. Posteriormente, com esses alunos que participaram das rodas de conversar foi pedido que respondessem um questionário.

A pesquisa realizada tem como objetivo o levantamento do impacto da roda de conversa na visão dos alunos sobre o tema suicídio avaliando se houve acréscimo de conhecimento após as rodas de conversa e também se estes possibilitaram uma nova visão a respeito do tema, além de se propor a avaliar o nível de consciência dos alunos participantes no papel que podem desempenhar na prevenção ao suicídio e o quanto esses alunos são multiplicadores do conhecimento adquirido.

---

<sup>199</sup> Graduando em Psicologia – Faculdade São Lourenço – email(danitiellejapc@hotmail.com)

<sup>200</sup> Professora Orientadora

## Metodologia

As rodas de conversa aconteceram durante todo o mês de setembro na Faculdade São Lourenço através de um trabalho da psicóloga Vera, técnica responsável pelo serviço de atendimento ao discente, alguns professores e alunos do curso de psicologia, participaram alunos de 8 cursos de diversos períodos, cada turma participou em dias diferentes. Após a realização das rodas de conversa foi criado um questionário anônimo composto por informações como idade, curso e período e um total de 14 (quatorze) perguntas na qual 12 (doze) delas eram questões onde os alunos deveriam responder sim ou não e as outras 2 (duas) eram perguntas abertas, para esse trabalho foram utilizados 4 itens do questionário, itens 1,4,8 e 9. Os questionários foram aplicados pelos alunos do curso de psicologia e só responderam alunos que participaram das rodas de conversa, foram respondidos um total de 242 questionários. Após a coleta dos questionários foi feita uma análise quantitativa dos dados, no Excel.

## Resultados

Após a análise dos dados podemos observar no item 1 que 81,4% dos alunos que responderam ao questionário obtiveram novos conhecimentos com a roda de conversa enquanto 18,6% dizem não ter recebido informações novas sobre o tema. O item 4 do questionário teve como objetivo avaliar se os conhecimentos adquiridos durante a roda de conversa propiciaram uma mudança na visão dos alunos a cerca do tema, o resultado mostrou que 94,6% dos alunos apresentaram uma mudança na forma de pensar sobre o assunto e 5,4% não apresentaram nenhuma mudança. No item 8 97,9% dos alunos dizem ter compreendido ter um papel importante na prevenção ao suicídio e 2,1% dos alunos não tiveram alteração com relação a concepção do seu papel na prevenção ao suicídio. No item 9 96,2% dos alunos dizem ter comentado com outras pessoas sobre os assuntos tratados na roda de conversa e 3,8% afirmam não ter comentado com outras pessoas.

Dessa forma é possível perceber a importância das rodas de conversa como ferramenta de disseminação de informações que vão além do senso comum. Pois, como nos relata Sampaio e Boemer (2000) a não abordagem do suicídio pode estar associado com a ideia de morte, que é considerado um tabu em torno disso, em relação ao descaso que as pessoas e comportamentos das pessoas em não pensarem, e assim é aceito enquanto fantasia, ou de alguma coisa. Dessa forma, contribuindo para uma mudança no olhar e na percepção dos alunos sobre o tema, o que tem como consequência a quebra de tabus e a construção de conceitos baseados em informações

e dados confiáveis o que contribui para a criação de estratégias e uma maior percepção do papel de cada um no trabalho de prevenção ao suicídio, mostrando a importância de atitudes como um acolhimento correto e o encaminhamento para ajuda profissional, além de esses alunos passarem a ser multiplicadores do conhecimento adquirido, fazendo com que esse processo de conscientização e prevenção seja mais eficiente e eficaz.

Em nossa atualidade Sampaio e Boemer (2000) menciona que o suicídio se torna clandestino, sem testemunhas, como se tivesse transgredido alguma regra de nossa sociedade. Assim, a morte não é enfrentada. Podemos assim dizer, que aquele que nega a vida e busca a morte, rompe com o tabu existente em torno da morte. E com as rodas é promovido esse rompimento e quebra de paradigma de maneira diferente, na qual se rompe com o tabu, o senso comum e outras ideologias, mas não se rompe com a vida. É dessa maneira que podemos evitar um ato suicida, falando sobre o assunto e buscando romper esses conceitos.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2000) Dr. Bertolote no prefácio de um manual de prevenção ao suicídio nos descreve que disseminar informações apropriadas se torna elementos essenciais como programa de prevenção do suicídio. Confirmando que é possível falar de suicídio e evitá-lo de maneira eficaz. Assim, com profissionais e pessoas que capacitadas sobre o assunto podem contribuir para diminuir os números de casos.

De acordo com a Cartilha de Prevenção ao Suicídio descreve que é preciso ficar atento aos sinais e ao que o indivíduo fala ou faz, pois pode indicar um sinal de alerta. Dessa maneira, focamos na frase que "Falar é a melhor solução", é preciso falar para que conheçamos sinais e diferenciarmos do senso comum. Assim, encontramos diversas maneiras de se expressar sobre essa dor, como temos o CVV (Centro de Valorização da Vida) ligando 188 e na faculdade o Serviço de Atendimento ao discente.

### **Considerações finais**

Assim, através dos resultados desse estudo nota-se uma necessidade de se falar e divulgar o assunto através de diálogos e discussões que abordem o problema para que cada vez mais possa se tornar conhecido as medidas corretas a serem tomadas em caso de necessidade, assim excluindo conceitos equivocados sobre o assunto, fazendo-os entender que é apenas possível quando a maioria entende o que é o suicídio, suas causas e como preveni-lo. Estigmas construídos por crenças populares e falta de informação são, assim, combatidos com

conhecimentos. Vale ressaltar que também é uma questão de saúde pública. Infelizmente para muitos, o suicídio ainda não é visto como um problema de saúde pública, mas sim uma espécie de fraqueza de conduta ou personalidade. Sendo assim, temos como uma das funções da roda de conversa é trazer conhecimento que vai além do senso comum sobre o que é suicídio. Dessa forma, os tabus associados às doenças psiquiátricas bem como ao suicídio, são quebrados. Através dos questionários aplicados tivemos impactos positivos que foi como as pessoas mudaram as visões após as discussões das rodas de conversas, a maneira delas pensar e a compreensão do quanto elas tem um papel importante na vida das pessoas.

### Referências

Ministério da Saúde (2017). **Prevenção do suicídio: sinais para saber e agir**. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/suicidio> > Acesso em: 8/10/2019.

Marquetti F. C.; Kawauchi K. T. & Pleffken, C. (2015). **O suicídio, interditos, tabus e consequências nas estratégias de prevenção**. Revista Brasileira de Psicologia, 02(01), Salvador, Bahia, 2015.

Avanci R. C.(2004) **O adolescente que tenta suicídio: Estudo epidemiológico em uma unidade de emergência**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, 2004.

SAMPAIO, M.A.; BOEMER, M.R. (2000) **Suicídio - um ensaio em busca de um des-velamento do tema**. Rev.Esc.Enf.USP, v.34, n.4, p. 325-31, dez. 2000.

WHO- (2000) OMS(Organização Mundial de Saúde) **Prevenção do suicídio: Um Manual PARA Profissionais da Saúde em Atenção Primária**. Tradução para o português Janaína Phillipe Ceconi, Sabrina Stefanello e Neury José Botega, do Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil. Centro Brasileiro do Estudo Multicêntrico de Intervenção no Comportamento Suicida – SUPRE-MISS, da Organização Mundial da Saúde. p. 3 Prefácio. Dr. J. M. Bertolote Coordenador, Transtornos Mentais e Comportamentais. Departamento de Saúde Mental. Organização Mundial da Saúde.

**Cartilha Municipal de Prevenção ao Suicídio**. Município de Encantado. Ministério da Saúde. Projeto Percursos Formativos na Rede de Atenção Psicossocial: Intercâmbio entre Experiências e Supervisão Clínico-Institucional

## VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA NOVA PERSPECTIVA

Martins, Hannah Bodas, Santos, Karen Diniz dos, Pacheco, Rafaela Albertini; Rocha, Beatriz Rezende, Ferreira, Gabriela Correia Lubambo

**Palavras-chave:** Violência Obstétrica, Psicologia, gravidez, parto, violência.

### Introdução:

Segundo a Organização Mundial da Saúde, violência é a imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis. Dentre as diversas formas existentes, destacou-se a violência obstétrica, apresentada através de atos de negligência e/ou opressão física, psíquica e sexual (PEREIRA, BORGES, RIBEIRO & SOUZA, 2016). Por meio da consulta de materiais acadêmicos que abordam essa temática, pode-se perceber a incidência alarmante de tais atos contra mulheres em quaisquer estágios da gravidez. A partir de uma análise do papel da mulher na maternidade ao longo da história, bem como seu significado sociocultural, notou-se uma estreita relação entre a evolução científica e a medicalização do parto, abrindo espaço para a retirada da autonomia feminina tão fundamental nesse momento.

A gravidez pode ser entendida como um fenômeno multifacetado, englobando aspectos fisiológicos, psicológicos e socioculturais. A Psicologia, portanto, exerce significativo papel na construção de um período gestacional saudável e seguro, através do acompanhamento das gestantes e familiares; entretanto, a escassez de respaldo teórico, especialização e atuação no campo perinatal impacta na manutenção de práticas violentas e desrespeitosas contra as mulheres, uma vez que essas não possuem apoio e orientações necessárias à promoção de um parto baseado na autonomia e no respeito ao corpo feminino e ao bebê (ARRAIS & MOURAO, 2013)

Buscou-se apresentar a temática em vista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU números 3 (Saúde e Bem-estar) e 5 (Igualdade de Gênero). No que se refere à saúde, preconiza, até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais (PNUD, 2016). Acerca da temática de gênero, é objetivado eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas (Agenda 2030)

Ademais, o trabalho em questão visa elucidar o tema “violência obstétrica” bem como suscitar a discussão da importância do psicólogo nesse processo e suas limitações.

### **Materiais e métodos**

O presente trabalho constituiu-se de uma revisão bibliográfica realizada entre Julho e Outubro de 2019.

Tem por objetivo revisar dados e conceitos sobre a violência obstétrica e alusões sobre a atuação da psicologia frente a esses casos, a partir de um caráter exploratório. Buscou-se também analisar questões sociais e humanitárias referentes a essa violência.

Utilizou-se como critério de investigação artigos publicados de Junho de 2016 a Setembro de 2017, veiculados à plataforma SciELO.

### **Resultados e discussão**

- SESC e Fundação Perseu Abramo (2010): 1 em cada 4 mulheres sofre violência durante o parto

#### **Violência durante o Parto**



- O Brasil é o segundo país com maior percentual de partos realizados por cesárea no mundo: enquanto a OMS (2010) orienta uma taxa ideal entre 25 e 30%, a realidade brasileira aponta que 55,6% dos partos são realizados com essa prática. O percentual é ainda mais alto na medicina privada (85,5%).



| Índice de Cesarianas    |           |  |  |
|-------------------------|-----------|--|--|
| Recomendação OMS        | 25% a 30% |  |  |
| Brasil                  | 55,6%     |  |  |
| Rede privada brasileira | 85,6%     |  |  |

A violência obstétrica contra mulheres nas instituições de saúde pode ser pontuada a partir de quatro tipos: negligência (omissão de atendimento), violência psicológica (tratamento hostil, ameaças, gritos e humilhação intencional), física (negar o alívio da dor quando há indicação técnica) e sexual (assédio e estupro). (D'OLIVEIRA, DINIZ e SCHRAIBER, 2002 apud ZANARDO & NADAL, 2016)

Os dados revelam que a violência obstétrica no país é uma prática recorrente e institucionalizada, passível de ocorrer, sem maiores repercussões, com qualquer mulher em qualquer período gestacional. Entretanto não reproduzem com fidelidade o que acontece no cotidiano, pois a falta de informação e de testemunhas, fazem com que muitos casos não sejam denunciados.

### Considerações finais:

A violência obstétrica é fruto dos processos de medicalização e reificação do corpo feminino, baseados em uma sociedade excludente, patriarcal e cientificista. Apesar de sua alarmante incidência, é posta como rotineira ou um mero procedimento necessário, impedindo que haja denúncia ou mesmo conhecimento sobre os direitos da parturiente.

No que se refere à Psicologia, o ramo Perinatal é recente e desprovido de materiais, métodos e técnicas suficientes que garantam especialização e acompanhamento adequado das gestantes. O profissional psicólogo não possui efetiva atuação em hospitais e clínicas voltadas à maternidade, o que dificulta ainda mais o acesso a informações e a promoção dos direitos da mulher (ARRAIS & MOURAO, 2013).

É importante ressaltar que a atuação do psicólogo deve englobar a parturiente, os acompanhantes e a equipe de saúde. Em relação à violência, a assistência poderá minimizar as negligências e os abusos cometidos, prezando pelo conhecimento, pela autonomia e alteridade no contexto obstétrico.

A realização deste trabalho indica a necessidade de se construir conhecimentos sobre a Violência Obstétrica, para que os mesmos possam fundamentar novos fazeres em Psicologia.

### Referências

PEREIRA, J.S.; SILVA, J.C.O.; BORGES, N.A.; RIBEIRO, M.M.G.; SOUZA, J.H.K. **Violência Obstétrica: Ofensa à Dignidade Humana.** Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research, Vol. 15, n. 1, pp. 103-108, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; Junho-Agosto 2016.

BARBOSA, L.P.; MOTA, A. **Violência Obstétrica** - vivências de sofrimento entre gestantes no Brasil. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, pp. 119-129, Salvador, Bahia, Brasil; Maio 2016.

ZANARDO, G.L.P.; URIBE, M.G.; NADAL, A.H.R.; HABIGZANG, L.F. **Violência Obstétrica no Brasil: Uma Revisão Narrativa.** Psicologia & Sociedade, 29, Puc-RS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; Outubro 2016.

PORTELA, A.R.P.; SILVA, E.N. **A Psicologia Dialogando com a Violência Obstétrica e o Direito da Mulher: Uma Revisão Bibliográfica.** V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Faculdade Frassinetti do Recife, Recife, Pernambuco, Brasil; Setembro 2017.

SOUZA, A.C.A.; VALENTE, M.B.B. **Violência Obstétrica: Um Desafio Para Psicologia.** HumanAE - Questões controversas do mundo contemporâneo, v. 10, nº1, Recife, Pernambuco, Brasil; 2016.

ARRAIS, Alessandra da Rocha; MOURAO, Mariana Alves. Proposta de atuação do psicólogo hospitalar em maternidade e UTI neonatal baseada em uma experiência de estágio. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 5, n. 2, p. 152-164, dez. 2013.

PNUD Brasil. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

Nações Unidas Brasil. **Agenda 2030.** Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

## SAÚDE MENTAL DOS GRADUANDOS DE CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE

TEIXEIRA, Leonardo Henrique de Oliveira; SANTOS, Patrícia Helena Lino;  
Rafael Lopes Barbosa; Frederico Carreiro Amim

### Introdução

A definição de saúde de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) abarca os estados físico, mental e social dos indivíduos e a autopercepção sobre bem-estar. No ensino superior, os desafios diários demandam dos universitários recursos cognitivos e emocionais para se adaptarem as exigências desse ambiente (PADOVANI et al, 2014, p. 2).

Alguns estudos demonstram que estudantes universitários da área de saúde, podem absorver angustias, sofrimentos e anseios advindos dos cuidados com o outro. (AGUIAR, VIEIRA, VIEIRA, AGUIAR, & NOBREGA, 2009; CHERNOMAS & CHAPIRO, 2013; EISENBERG, GOLLUST, GOLBERNSTEIN, & HEFNER, 2007). Alves (2014) demarca que tais situações podem gerar ansiedade, depressão e dependência química.

Assim, a presente pesquisa se relaciona com o objetivo 3 da educação em saúde dentro da proposta de desenvolvimento sustentável organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), que visa a produção de bem-estar e saúde para a sociedade em todas as idades. Portanto, o objetivo do estudo foi a avaliação da saúde mental dos graduandos dos cursos da área de saúde de uma universidade a fim de verificar a percepção deles sobre ansiedade, estresse, qualidade dos relacionamentos interpessoais e estrutura física da Instituição. Repensar tais aspectos auxilia na reflexão sobre estratégias de promoção de saúde mental também no campo universitário.

### Materiais e métodos

#### Participantes

Participaram desta pesquisa 252 graduandos, sendo 69% mulheres, com  $M=23,75$  e  $DP = 5,78$  em relação à idade. A amostra foi composta de estudantes de uma Faculdade do interior de Minas Gerais, no ano de 2017. Os participantes eram oriundos de 4 diferentes cursos de graduação, sendo 20,9% em Enfermagem, 27,7 % Educação Física, 24,1% Biomedicina e 27,3% Pedagogia. Em relação ao estado civil e etnia da amostra, a maioria (79,5%) declarou-se solteiro e branco (68,7%).

## Instrumentos

**Questionário demográfico.** Foram coletadas informações descritivas da amostra, tais como sexo, idade, curso de graduação, estado civil e etnia.

**Questionário sobre a Saúde de Universitários (QSU).** O QSU é um instrumento de autorrelato, composto por 33 afirmativas, que avalia a Estrutura Física da Faculdade, Relacionamento Interpessoal, Ansiedade e Estresse. O instrumento é respondido em uma escala Likert de cinco pontos e aplicação tem duração em média de 10 minutos.

## Procedimentos

Inicialmente, foi realizada uma discussão durante a aula de Psicologia da Saúde, sobre saúde mental dos estudantes universitários. A seguir, os alunos realizaram um levantamento bibliográfico nas plataformas Google Acadêmico e BVS-PSI. A etapa seguinte foi a elaboração de um questionário que avaliasse estrutura física, relacionamento interpessoal, ansiedade e estresse. Na sequência, os integrantes aplicaram os questionários nos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Educação Física e Pedagogia. As etapas finais consistiram na análise dos resultados e feedback.

## Análises de dados

Foram empregadas estatísticas descritivas para a caracterização da amostra (porcentagem, média e desvio padrão) e para calcular a média dos participantes em relação a cada afirmativa. Os dados provenientes das duas análises serão analisados por meio do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS v.21).

## Resultados e discussão

De acordo com Kimura (2008), as boas condições e possibilidades de infraestrutura nos ambientes educacionais são consideradas por professores e alunos como aspectos fundamentais para a eficiência do processo de ensino-aprendizagem.

Para avaliar a Estrutura Física da Instituição, a escala de resposta foi composta por: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo, 3 – Indiferente, 4 – Concordo e 5 – Concordo Totalmente. Nos resultados, notou-se que a maioria das médias oscila entre 3 (Indiferente) e 4 (Concordo), as médias mais próximas de 4 (Concordo) foram das afirmativas que sugerem que as carteiras são desconfortáveis ( $M = 3,8$ ) e presença de ruídos externos atrapalham as aulas ( $M = 3,9$ ). Por outro lado, os estudantes em sua maioria concordam que a biblioteca oferece espaço e material

adequado ( $M = 3,9$ ) e pensam que o espaço físico influencia no processo de aprendizagem ( $M = 3,8$ ).

Para Relacionamento Interpessoal, a escala foi dividida em duas partes, a primeira parte foi composta por: 1 – Ruim, 2 – Regular, 3 – Indiferente, 4 – Bom e 5 – Ótimo.

As relações interpessoais podem ser fontes de apoio social ou desencadeadores de situações estressoras, visto que alguns relacionamentos são conturbados (FURTADO; FALCONE; CLARCK, 2003). Ribeiro *et al.* (2011) indica que a rotina acadêmica pode se tornar fruto de tensões, originando queda do rendimento intelectual, isolamento e, ainda, aproximar os estudantes de condições melancólicas (Backer, 2003; Ciarrochi, Deane, & Anderson, 2002; Cole, Lazarick, & Howard, 1986; Furtado *et. al.*, 2003).

A partir dos resultados para relacionamento interpessoal, foi possível notar que a maioria das médias oscilou entre 4 (Bom) e 5 (Ótimo), as médias mais próximas de 4 (Bom) foram das afirmativas que apontaram sobre o bom convívio com seus colegas de sala ( $M = 3,9$ , com seus coordenadores ( $M = 4,1$ ) e com seus professores ( $M = 4,1$ ).

Na segunda parte para relacionamento interpessoal, organizou-se a escala em: 1 – Discordo Totalmente, 2 – Discordo, 3 – Indiferente, 4 – Concordo e 5 – Concordo Totalmente.

Nota-se que a maioria das médias oscila próximo a 4 (Concordo), sendo as mais próximas as afirmativas que sugerem que a maioria dos participantes: procura ajuda diante algum problema pessoal ( $M = 3,7$ ), se consideram uma pessoa segura de si ( $M = 4,1$ ), que afirmam estar disponíveis para ajudar quem precisa ( $M = 4,3$ ) e que se sentem gratos ( $M = 4,3$ ).

Na Tabela 1 apresenta-se as médias dos participantes em relação a Em Relação a Você. A escala de resposta era composta 1 – Nunca, 2 – Ligeiramente, 3 – Moderadamente, 4 – Frequentemente e 5 – Gravemente.

A ansiedade prejudica a saúde de estudantes universitários. De acordo com Andrade e Gorenstein (1998), a ansiedade pode ser considerada patológica quando é desproporcional ao seu fator desencadeante, gerando angústias e sofrimento psíquico. (ANDRADE; GORENSTEIN, 1998). Outro fator que influi no cotidiano universitário é o estresse, definido por Straub (2014, p. 77), como um modo de percepção e resposta a situações compreendidas como desafiadoras.

Nota-se que a maioria das médias oscila entre 2 (Ligeiramente) e 3 (moderadamente), as médias mais próximas de 3 (Moderadamente) foram das afirmativas que apontam que a maioria dos participantes consideram: ter sensações de tensão, fadiga, dificuldade para relaxar (M = 2,9), ter dificuldades de concentração, falhas de memória, dificuldade em relacionar ideias (M = 2,8). Além disso, afirmam que a sua ansiedade: atrapalha as atividades diárias (M = 2,8) e fazer provas avaliativas (M = 3). Outro aspecto relatado é o desânimo relacionado a segunda feira e a vontade de não ir para faculdade (M = 3).

### Considerações finais

Através da pesquisa, pode-se verificar o relato de sintomas estresse e ansiedade entre os estudantes. Além disso, a estrutura física pode funcionar como fator estressor que dificulta o processo de aprendizagem. Isso denota a necessidade de desenvolver estratégias de promoção de saúde mental no meio universitário.

### Referências

- AGUIAR, S. M., VIEIRA, A. P., VIEIRA, K. M., AGUIAR, S. M., & NÓBREGA, J. O. Prevalência de sintomas de estresse nos estudantes de Medicina. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 58, n. 1, p. 34-38. 2009. DOI: [http:// dx.doi.org/10.1590/S0047-20852009000100005](http://dx.doi.org/10.1590/S0047-20852009000100005).
- ALVES, T. C. T. F. Depressão e ansiedade entre estudantes da área de saúde / Depression and anxiety among medical students. *Revista de Medicina. São Paulo*, v. 93, n. 3, p. 101-105. jul./set. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v93i3p101-105>.
- ANDRADE, L. H. S. G.; GORENSTEIN, C. Aspectos gerais das escalas de avaliação de ansiedade / General aspects of anxiety rating scales. *Revista Psiquiatria Clínica. São Paulo*, v.25, n. 6, p. 285-290, nov./dez. 1998. Ilus.
- BAYRAM, N., & BILGEL, N. The prevalence and socio-demographic correlations of depression, anxiety and stress among a group of university students. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, v. 43, n. 8, p. 667-672. 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s00127-008-0345-x>.
- Backer, S. R. (2003). A prospective longitudinal investigation of social problem- solving appraisals on adjustment to university, stress, health and academic motivation and performance. *Personality and Individual Differences*, 35, 569-59

BESSA, V. H.; ROCHA, M. L. Gestão do trabalho e os desafios da saúde na educação. In: BOCK, A. M. B. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p. 129-142.

CANO, D. S; SAMPAIO, I. T. A. O Método de Observação na Psicologia: Considerações sobre a Produção Científica<sup>1</sup>. *Interação em Psicologia*, v. 11, n. 2, p. 199-210. 2007.

CHERNOMAS, W. M., & SHAPIRO, C. Stress, depression, and anxiety among undergraduate nursing students. *International Journal of Nursing Education Scholarship*, v. 10, n. 1, p. 255-266. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/ijnes-2012-0032>.

Ciarrochi, J., Deane, F. P., & Anderson, S. (2002). Emotional intelligence moderates the relationship between stress and mental health. *Personality and Individual Differences*, 32, 197-209.

Cole, D. A. Lazarick, D. L., & Howard, G. S. (1986). Construct validity and the relation between depression and social skill. *Journal of Counseling Psychology*, 34 (3), 315-321.

EISENBERG, D., GOLLUST, S. E., GOLBERNSTEIN, E., & HEFNER, J. L. Prevalence and correlates of depression, anxiety, and suicidality among university students. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 77, n. 4, p. 534-542. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/0002-9432.77.4.534>.

FAGUNDES, A. J. F. M. *Definição, descrição e registro do comportamento*. 12. ed. São Paulo: Edicon, 1999.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. Brasília: FONAPRACE. 2004.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. *Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior*. Brasília: FONAPRACE. 2011.

FURTADO, E. S; FALCONE, E. M. O; CLARK, C. Avaliação do estresse e das habilidades sociais na experiência acadêmica de estudantes de medicina de uma universidade do Rio de Janeiro. *Interação em Psicologia*, v. 7, n. 2, p. 43-51. 2003.

JACQUES, M. G. Identidade. In: STREY, M. N. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

- KIMURA, S. Geografia no ensino básico: questões e propostas. São Paulo: Contexto, 2008.
- LAMEU, Joelma do Nascimento; SALAZAR, Thiene Lívio; SOUZA, Wanderson Fernandes de. Prevalência de sintomas de stress entre graduandos de uma universidade pública. *Psicol. educ.*, São Paulo, n. 42, p. 13-22, jun. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752016000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752016000100002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 05 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.5935/2175-3520.20150021>.
- PADOVANI, R. C.; NEUFELD, C. B.; MALTONI, J; BARBOSA, L. N. F.; SOUZA, W. F.; CAVALCANTI, H. A. F.; LAMEU, J. N.; Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário / Vulnerability and psychological well-being of college student. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*. v. 10, n. 1, p. 2-10. 2014.
- RIBEIRO, Denize Campos; BOLSONI-SILVA, Alessandra Turini. Potencialidades e dificuldades interpessoais de universitários: estudo de caracterização. *Acta comport.*, Guadalajara, v. 19, n. 2, p. 205-224, 2011. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-81452011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-81452011000200005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 mar. 2018.
- SANTOS, R.M. Perfil de Ansiedade em Estudantes Universitários de Cursos da Área de Saúde. Tese (Mestrado em Saúde Pública). Universidade Estadual da Paraíba. Pag. 84, 2014.
- SEGERSTROM, S.C. Stress, energy, and immunity: An Ecological View. *Current Direction in Psychological Science*, 16, p. 326-330. 2007.
- SOARES, Adriana Benevides; POUBE, Lincoln Nunes; MELLO, Thatiana Valory dos Santos. Habilidades sociais e adaptação acadêmica: um estudo comparativo em instituições de ensino público e privado. *Aletheia*, Canoas, n. 29, p. 27-42, jun. 2009. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942009000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000100004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 mar. 2018.





VI JORNADA  
DE  
INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA



**unisepe**<sup>®</sup>  
EDUCACIONAL

**UNIÃO DAS INSTITUIÇÕES DE SERVIÇOS, ENSINO E PESQUISA - UNISEPE  
FACULDADE DE SÃO LOURENÇO**

Rua Madame Schmidt, nº 90 - Federal - Município de São Lourenço / MG

CEP: 37470-000 Fone: (35) 3332-3355

[www.faculdadesaolourenco.com.br](http://www.faculdadesaolourenco.com.br)

Faculdade de São Lourenço

Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica